

F
2501
I59

REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

Sa Jose

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 227

ABRIL - JUNHO

1955

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possin. sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO
CLAUDIO GANNS
FEIJÓ BITTENCOURT



DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1955

REVISTA

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Digitized by the Internet Archive
in 2024

TRABALHOS ORIGINAIS

UM CARICATURISTA BRASILEIRO NO RIO DA PRATA

JOSÉ ANTÔNIO SOARES DE SOUZA

I

A IMAGEM DA GUERRA

1. Em dezembro de 1851, com a guerra declarada pelo General Rosas, governador de Buenos Aires, a campanha política tendia a arrefecer. As cartas e os trunfos já se achavam sôbre a mesa. Agora os longos artigos de achincalhamento mútuo não produziam os efeitos desejados. Havia necessidade de ação mais rápida, mais imediata e incisiva. Por isso não se admitiam delongas.

Muito mais sugestiva, naqueles últimos momentos, que um artigo, era a caricatura. Num relancear de olhos, obtinha-se resultado muito mais satisfatório do que com todos os argumentos alinhados nas colunas do jornal. Rápida e transmutava a caricatura a imagem, que a idéia da guerra dramatizava, de horror, de ódio e de incerteza, em pilhéria fácil de se apreender, e de poder eficientíssimo de sugestão. Por mais importante que fôsse o indivíduo, por mais altamente colocado que estivesse, a caricatura tinha o dom de o transvestir no mais pífilo dos palhaços. É, sem dúvida, a arte mais condizente com o ridículo da vida humana.

Como bom psicólogo que era, explorou Rosas esta faceta agradável às classes, em que se apoiava, porque, sôbre ser expressiva, era também niveladora, pelo desrespeito, com que tratava os grandes, e pelo veneno da maledicência, que lhes inoculava, impunemente.

Devera ter o ditador os seus caricaturistas, desenhistas hábeis, sempre prontos a atender-lhe às necessidades. Agora, no final da última rixa em que se metera, aproveitaram-se bem os seus artistas dos acontecimentos, para uma série de pilhérias contra o

Império e, principalmente, contra o General Urquiza (1). Duas dessas caricaturas, nos últimos dias de 1851, foram parar nas mãos de Honório Hermeto Carneiro Leão, que se achava em Montevideu, como ministro plenipotenciário.

Não me foi possível identificar o autor dessas caricaturas. Mas as complicadas alegorias, que desenhou, conservavam, com fidelidade, o estilo então muito usado no Rio da Prata. Conforme a idealização do quadro, servia êste para a glorificação de um amigo ou para o escândalo de um inimigo. No Uruguai, por esta ocasião, o artista Pablo Nin González, de 17 anos apenas, acabava de enaltecer, no estilo predileto, as façanhas do General Garzón. E, mais tarde, delinearía, dedicando a D. Pedro II, duas alegorias: uma referente à campanha contra Rosas, e outra à grandeza do Brasil. Desta última constava a dedicatória seguinte: «Saluda con el maior respecto a S. M. I. en el aniversario de su coronación un Oriental reconocido» (2).

Em fins de 1851, ainda senhoreava Rosas em Palermo. A tirania não perdera, nos momentos de agonia, aquêlê antigo ritmo, estabelecido pela *marshorca*. Nem dos desenhos se podia presumir que se tratasse da última fase da ditadura rosista. Ao contrário, foram tracejados na suposição da eternidade do *Herói do Deserto* no poder e, conseqüentemente, da sua vitória sôbre seus infames e selvagens inimigos. Assim o principal objetivo do desenho fôra o de ridicularizar não só o General Urquiza, mas também o govêrno brasileiro, na pessoa do imperador.

Neste particular as caricaturas são típicas: representam verdadeiras fantasmagorias sôbre a defecção do general entrerriano das hostes rosistas. Tudo nelas são símbolos. O sentido mágico das coisas impera inteiramente. Nada de real se encontra. Não tenta o artista reproduzir as personagens, que pinta, por um ou outro traço, capaz de despertar longinqua semelhança. É subjetiva a visão que tem dos indivíduos, todos ajeitados a bico de pena no papel, como os sentiu o artista. Idealiza o panorama e, depois, vagarosamente, constrói o seu mundo; estrafalário é verdade, mas

(1) A revista argentina *Caras y Caretas*, nº 1.338, de 24-5-924 (Buenos Aires), reproduziu várias caricaturas contra Urquiza. O mesmo fez, mas em sentido contrário, Juan A. Pradère, in *Juan Manuel de Rosas, su iconografía*, publicando caricaturas de Rosas, porém de época bem anterior a 1851. (Cap. *La Prensa Opositora*, págs. 161 a 199 — Buenos Aires, 1914).

(2) Vide: *Suplemento de 1883 ao Catálogo da Exposição de História do Brasil*, realizada na Biblioteca Nacional em 1881, nº 17.518 (alegoria à campanha contra Rosas) e nº 17.519 (alegoria à grandeza do Brasil), ambas de 1852; e artigo sôbre Pablo Nin González, na revista que dirigia Marmol em Montevideu, *La Semana*, nº 28, de 27-4-851.

todo seu, simbolicamente seu. Êste conceito individual das coisas não deixava, porém, de se adaptar à maneira por que as encarava o ditador.

Não se atrapalha com os cenários. São as mais simples as situações engendradas. Inclui em tela as personagens, arbitrariamente, como as entendeu, longe da realidade material. De tudo ressuma o existencialismo paranóico. Por isso é pelos letreiros, cuidadosamente colocados, que se identificam atores e cenas e não pelos desenhos. Ê, no entanto, o artista minudente no planizar os quadros. Às vêzes há pormenores, que revelam não apenas a perfeição do desenho, senão recalcque de origem sexual, como, por exemplo, um falo colocado por nariz de uma das personagens. O esquadrinhar de tais minúcias, em que tanto se aprazia o artista, com visível satisfação, levar-me-ia muito longe. Reproduzo os dois desenhos, que ilustram melhor a descrição, ou seja, a interpretação, que faço dessas caricaturas (3).

2. A primeira caricatura é uma alegoria à fortaleza do General Rosas e à união das províncias argentinas, irmanadas na defesa da *santa federación*. Do lado esquerdo do quadro se encaixa a parte séria da idéia, consubstanciada por um grupo. Uma cabeça de mulher, resplandecente, encima o todo. As bandeiras, que representam as províncias, ladeiam um oval, que enfeixa o capete da república e duas mãos engrazadas de acôrdo com o rito maçônico. É o emblema da nação. Tudo isso está sobreposto a um pórtico com duas colunas, colocadas em planos diferentes, que terminam em capitéis dóricos. Ao longe, além do horizonte, por entre as colunas do pórtico, desponta o sol. Os seus raios, estilizados e esbatidos, aos poucos clarificam a paisagem.

Junto ao pórtico, dois leões velam por aquela paz, que transcende da cena. São dois animais de semblante pacífico, que não amedrontam. Um, impassível, deitado humildemente, olha enfiado para o outro lado do quadro, de onde prevê aborrecimentos. O segundo leão, por trás da coluna, aí se embiocou para passar, talvez, despercebido a três figuras estrambóticas, que se aproximam, vindas do outro lado da cena, carnavalescamente ridículas. São essas três personagens o principal do desenho como caricatura.

Do lado direito do quadro, devidamente alinhados, estão os três atores principais. Avançam, medrosos, desgrehados, escanifrados, apocalípticos, em direção ao pórtico. Inspiram dó e riso

(3) Encontram-se perfeitamente conservadas as duas caricaturas, juntas à confidencial de Honório, de 30-12-851, in *Missão Especial do Conselheiro Honório Hermeto Carneiro Leão ao Rio da Prata* (Arquivo Histórico do Itamarati). Vide gravuras 1 e 2.

e não terror e ódio. O que vai à frente, visivelmente a tremer, mais fantasma do que homem, é o General Urquiza. Assemelha-se muito a um D. Quixote, de botas e esporas de gaúcho, sem contudo, perder a sua principal característica de candidato ao inferno. Já lhe brotaram dois cornos hircinos, que lhe afeiam a cabeça. Cabelo e barba misturam-se, a emoldurarem o rosto tétrico, onde uns olhos esbugalhados, mas profundos, sobressaem. O gaúcho, endemoninhado, porém arrependido da intentada façanha contra o *Grande Americano*, tenta fugir, ainda que traga, além da lança e espada, armadura e guantes medievais.

Segue-se-lhe a segunda personagem. É o Imperador do Brasil, com a coroa que mais se parece com a metade de um melão ou fôrma de pudim. Raquitico, molengo, encurvado, como ébrio tropeça e saltita. Afigura-se-nos um polichinelo inquieto, que pretende desencaminhar o entrerriano, empurrando-o para o outro lado da cena. Este recalcitra e se esguarda da melhor maneira que pode. A tiracolo carrega o imperador uma caixa, à guisa de realejo. Ai se esmerou o desenhista no tracejar simbólico do conteúdo, a fim de patentear o que trazia na caixa a ilustre personagem e impingia, como se fôra mascate. São dois pares de argolas, encabeçados do seguinte letreiro: «Vende-se». Tanto podem significar algemas, símbolo da escravidão, quanto rudimentar símbolo da potência do homem, e, conseqüentemente, da coragem. Assim o que trazia êle naquela caixa, como engôdo a atrair Urquiza, era a escravidão ou a coragem.

O terceiro indivíduo, que completa o grupo, é Belzebu, minuciosamente desenhado, com todos os seus atributos. Representa o pavor do além, o horror do pecado. Figura das mais complexas, desde que foi criada, tanto pode estilizar o êrro individual, como a transgressão de um tabu, quer em referência ao mau comportamento no que diz respeito ao grupo, quer no tocante ao mágico da tribo. O diabo, segundo se depreende da cena, já tem mão na alma de Urquiza. É para a não perder, esfrangalhá-la completamente, escoicinha a trazeira do parceiro mais próximo e fustiga com um gancho, que empunha, as costas do outro. É quem dá vida e movimento a ação sacrílega dos dois aliados, que bambeam na expectativa de defrontarem com os leões. Mas, empurrados, seguem para a tremenda luta com as duas feras (4).

3. O segundo desenho, dedicou-o o artista, inteiramente, ao General Urquiza. A figura, que toma tôda a página, representa-o como o concebeu o autor. Ai aparece um aleijão, com duas caras,

(4) Não conheço reprodução desta caricatura. Vide gravuras 3 e 4, detalhes da gravura 1.

e, em consequência, falta-lhe o crânio. O corpo é disforme. O tronco, bem nutrido e pesado, apoia-se sobre pequeninas pernas de rato, que se afinam e terminam em garras de polvo. À maneira de braço, desprende-se do hombro uma perna de porco retorcida, que se bifurca, no final, em duas patas, seguras a um ramo de cicuta. Já se projeta no desenho a mascavada imagem do real. Mas não é só. Em uma das supostas caras do entrerriano pendurou um falo, mistificado em nariz. Na outra cara transmudou o nariz em demônio, planejado meticulosamente, que se assenta irreverencioso numa cabeça de cobra, posta ali no lugar do bigode.

É rico o desenho em pormenores, em conceitos expressos simbolicamente. Porém, só através da lente, podemos espiolhar um a um, a rebuscar-lhes o sentido. O objetivo de todos êles é, apenas, de desmoralizar, achincalhar, acanalhar a figura. Não do General Urquiza, pròpriamente dito, senão de um Urquiza visto por um bom federal, naqueles dias de agonia, em que o poder de Rosas chegara ao entardecer.

Assim é que as medalhas, a estrelarem o peito exuberante da figura, e o colar, a passar-lhe pelo pescoço, têm cada um a sua significação específica. Basta que se atente para o significado de uma fôrça, de uma corda e de uma cabeça de burro. Os alamares, que lhe enfeitam os hombros, representam as patas de corvo. Às costas carrega enorme fardo, dividido em oito compartimentos. Ai se empilham as qualidades negativas da personagem: vícios, punhais, traições e outras coisas semelhantes. O demônio também está presente neste quadro, senão em corpo, ao menos em espírito, pois, ajeitado às costas do general, se acomodou um garrafão com o rótulo: «Espiritu infernal». Por companheiro se lhe emprestou apenas um cão: «El perro del Diablo, el señor Cerbero», como explica o artista. A fantasmagoria, porém, atinge o auge com uma pedra, que representa o «Derecho de Gentes», na qual o monstro repousa, desajeitado, o saco de misérias e vícios, além de a conspurcar com o seu assento murídeo, num gesto natural de descanso.

Nesta, como na outra caricatura, colocou o autor vários letreros significativos, que facilitam a compreensão do quadro. Parte são dísticos explicativos, que correspondem aos números postos nos desenhos. Outra, no entanto, se refere ao título, que, nesta segunda caricatura, é: «El retrato del loco, traidor, salvaje Unitario Urquiza, descansando su pesada Carga de Crimines sobre el derecho de Gentes». E dentro de um círculo, à guisa de sinete, onde me parece, pois, nas cópias que possuo, não está muito nítido êste trecho do desenho, existe um coração traspassado por duas espadas e se lê: «El regalo para mi patria».

Há ainda no original dêste desenho o seguinte característico: embora a bico de pena sôbre nanquim, tem leve colorido à aquarela. Assim a personagem é representada, em geral, em azul. Tem as duas caras róseas, com exceção do diabinho, que serve a uma delas de nariz, colorido de verde. São amarelas as comendas, as medalhas, os botões e demais enfeites. O senhor Cerbero traz as patas marrom. A barriga do monstro e a sua carga de crimes apresentam-se vermelhas. As côres não melhoraram o desenho como caricatura. Irisou-se, porém, tôda ela em símbolos, como, por exemplo, o ouro das comendas e dos botões, o verde do diabo e o vermelho dos crimes. Para o caricaturista a realidade pouco valia. O que lhe importava em tôda a sua concepção artística eram as imagens, que lhe inspirava o momento político (5).

O General Urquiza fingia-se superior, ou era mesmo superior, a semelhantes calúnias, que vinham de longe. Desde o rompimento se assestaram as baterias rosistas contra o governador de Entre-Rios, numa campanha de difamação. Silva Pontes, encarregado de negócios do Brasil em Montevidéu, em carta que lhe dirigiu, lamentava fôsse êle, Urquiza, vítima da sanha dos jornalistas do ditador. Mas era natural que semelhantes demonstrações de ódio aparecessem. Tinham o valor de uma imprecação contra o inimigo. O próprio Urquiza não tratara melhor o General Melchior Pacheco y Obes, no seu jornal *El Federal Entre-Riano*; nem rebuscara apenas verdades para atirar sôbre o ilustre defensor, senão também escritor da *Nova Troia* (6).

Por isso se conservava Urquiza sereno no meio daquelas rasteiras mentiras. E, ao responder a Silva Pontes, dizia-lhe a 3 de julho de 1851: «Mi apreciable amigo y Señor. Siento que Vd. se haga alarmado por los insultos que me prodigan los tiranos, como me lo hace comprender su muy apreciable carta que me adjunta, á la que contesto con esta misma ftha., por que tengo la convicción de que los insultos de los tiranos me honran, desde que me colocan en directa oposición con ellos. Me rio de cuanto han escrito contra mi, por que no pasa de negras calumnias que las comprende todo el mundo, y me hace justicia; mas ellos no se reirán de verme en armas contra su poder despótico, por que calculan muy pronto y seguro su exterminio. Deseo que Vd. no

(5) No citado número de *Caras y Caretas* se reproduziu esta caricatura, porém, apenas, o busto. Vide gravura 5, detalhe da gravura 2.

(6) N° 318, de 6-6-850. Publiquei a fotocópia in *O General Urquiza e o Brasil*, gravura 3, in *Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro*, Vol. 206, de 1950.

se separa de esta convicción, y dirija sus órdenes á su atento amigo S. S. — Q. B. S. M. — Justo J. de Urquiza» (7).

Assim, à excomunhão do *Grande Americano*, respondia Urquiza com ânimo estoico e sereno, mas confiante, prometendo-lhe, para breve, o extermínio.

(7) *In* A. H. I., 420-4-114. *Vide* gravura 6.

II

A RESPOSTA DE HONÓRIO HERMETO

1. As duas caricaturas foram ter a Montevidéu, onde Honório Hermeto conseguiu alguns exemplares. Rosas devera tê-las mandado reproduzir e distribuir em profusão. Não era o plenipotenciário brasileiro homem que aturasse semelhante ofensa sem revidar imediatamente com outras. Por isso tratou de enviá-las para a Côrte, dizendo, a 30 de dezembro de 1851, a Paulino de Sousa, ministro dos Negócios Estrangeiros: «Remeto duas caricaturas de Urquiza, publicadas em Buenos Aires: se houvesse tempo de se fazerem aí algumas de Rosas, que me viessem pelo *Prince*, eu as mandaria espalhar em Buenos Aires e por entre o exército invasor com vantagem» (1).

Isso escrevera o diplomata, contando receber as caricaturas em revide até o dia 20 de janeiro de 1852. Porém não era possível aprontar a réplica com a urgência requerida. A 12 dêste último mês, respondia-lhe o ministro: «Recebi as caricaturas. Verei se acho alguém que lhes dê a resposta, mas é impossível que vá pelo *Prince*» (2).

Mas nem pela resposta do ministro esperou Honório. Sabia-o sempre ocupado com a política e não dando muita atenção a essas pequeninas rixas, mais de vizinhos mal-humorados do que de um lance diplomático. Êle, Honório, no entanto, considerava essencial todo e qualquer pormenor capaz de demonstrar que o Império não temia as ofensas de Rosas. Aos desaforos acostumara-se o senador mineiro responder com outros desaforos. Não se aquietaria enquanto não fizesse o mesmo, ou seja, transformar o *Grande Americano* em palhaço, como êste transformara não só Urquiza, então aliado do Brasil, mas ainda o próprio imperador.

(1) *In Missão Especial do Conselheiro Honório Hermeto Carneiro Leão ao Rio da Prata* (Arquivo Histórico do Itamarati).

(2) *Ibid.*, minutas do ministro.

O acaso veio-lhe em auxílio e o fez encontrar, ali mesmo na cidade de Montevidéu, na Legação Brasileira, como hóspede do Desembargador Silva Pontes, aquilo que mais desejava no momento: um caricaturista e, além disso, brasileiro. Parecia tudo de encomenda.

Rapidamente as caricaturas foram concluídas e litografadas. A 22 de janeiro, Honório avisava o Ministro Paulino da proeza, que conseguira neste particular: «Remeto a V. Excia.», escrevia êle, «uma porção de caricaturas que tinha encomendado ao nosso patrício Rafael. Mandeï espalhar grande número delas pelo Exército em operações, e em Buenos Aires. Tiraram-se novecentos e tantos exemplares, cujo custo ainda ignoro, porque Rafael até êste momento não remeteu-me a conta que exige» (3).

A verdade é que as caricaturas, desde 9 de janeiro, ao menos, já estavam prontas. Mandou-as Honório ao paraguaio José Berges, que representava então o seu país em Montevidéu. Gostou da idéïa Berges e apreciou tanto as caricaturas, que as descreveu, com exatidão, no seu diário. «Recebi», anotava êle, no dia 9 de janeiro, «4 caricaturas muy curiosas y agraciadas. Por el paquete *Fama* debieron marchar á Buenos Aires 500 exemplares, que serán tirados en las calles una noche. Este trabajo es costeadado por el Ministro Plenipotenciario Carneyro León» (4).

Até nessas pequenas coisas se fazia sentir a rapidez de ação do plenipotenciário brasileiro. Recebera as caricaturas de Urquiza em fins de dezembro. Em meados de janeiro já introduzira a resposta em Buenos Aires, para que se deliciasse o ditador em contemplá-la nos últimos momentos, que lhe restavam, de fastígio.

O preço exato das caricaturas e da sua impressão não conseguimos apurar. Apenas verificamos da correspondência de Honório, que a despesa, englobada com outras do mesmo gênero, referentes a publicações no periódico *La Semana*, dirigido por Marmol, montou a 765 pesos. Honório não regateou o preço. Marmol, que havia pouco falara mal do Império, recebia agora, pelos bons serviços prestados ao plenipotenciário, facilitando-lhe tôdas as publicações, um relógio e uma corrente de ouro, incluídos também naquele preço (5).

(3) *Ibid.*

(4) *Diário*, 1851-1852, in *Coleção Visconde de Rio-Branco* (Biblioteca Nacional, 1-29, 28, 18).

(5) Honório, Conf. de 3-2-852, in *Missão Especial*, cit.

As caricaturas feitas pelo «nosso patricio Rafael» seguem o risco clássico dos franceses Daumier e Gavarni, já célebres em *Le Charivari* e *La Caricature*. Principalmente Daumier exerceu uma influência dominante sobre o nosso artista. São mais desenhos que caricaturas, propriamente. Os indivíduos são retratados com precisão, até às vezes, com perfeição. Apenas as cenas, em que os coloca o artista, e as posturas, em que os surpreende, marcam a característica do desenho. Mais tarde, na Corte, outros desenhistas, notáveis, explorariam com rara felicidade esta arte do ridículo e da crítica, como o fizera o nosso Rafael, pela junção de um quadro achamboado, onde se incluíam as personagens, com o acanalhamento das poses, em que se apresentavam. Semelhante técnica já usava, desde 1852, o brasileiro Rafael, adquirida, naturalmente, no estudo daqueles dois mestres franceses, de preferência Daumier. Na apresentação das cenas e das pessoas é que se vislumbra a ironia e a pilhéria. No mais o retrato é perfeito.

2. São quatro ao todo as caricaturas. É bem possível que os motivos tenham nascido de conversas entre caricaturista e diplomata, tal era a ingerência deste último em tudo quanto dirigia, e, principalmente, porque há uma certa concatenação dos temas, desde que encaremos os desenhos, como foram na realidade, como simples instrumento de propaganda política.

É pelo paraguaio José Berges que sabemos da ordem, em que foram as caricaturas colocadas. Porém não é a em que se colocam a seguir, para facilitar a descrição.

A primeira, que descrevo, era a última, segundo Berges, e tem o seguinte título: «Es el Gran Americano!!» Não lhe faltam, pois, nem as exclamações do estilo rosista. A figura principal é um burro, encurvado, como se zurrado por se lhe ter despegado a máscara, em que se refugiara, a esconder a sua verdadeira personalidade. Ao lado está um índio, que se engalanara para o ato, propositadamente, com penas e plumas. Aponta para o burro com o indicador da direita. Com a mão esquerda, com a qual, num gesto rápido, demudara o rosto do parceiro em inexpressivo carão, ergue a máscara, já arrancada, bem alto, para que todos a vejam, com especialidade uma senhora, notavelmente feia, de coroa e manto, de cabelos desgrehados, e esbagachada à moda do tempo.

O índio é a América. A senhora, a Europa, que, então, merecia todas as zumbaias do índio. E o burro, o *Grande Americano*, que se identifica pela máscara, que nada mais é do que o perfil de Rosas: testa larga, nariz saliente e pontudo, boca desdentada e queixo proeminente. Tem esta caricatura mais o se-

guinte sub-título: «La America muestra a la Europa la careta que disfarzaba a un monstruo burro» (6).

Com a segunda caricatura, passa o artista brasileiro do plano internacional, que lhe inspirara a primeira, para o nacional. Aparece então, nem podia deixar de ser, o General Urquiza, bastante estilizado, puxando com fôrça a orelha de um anão gorducho. É de se notar a diferença dèste Urquiza, bem parecido e simpático, com o Urquiza do desenhista de Rosas, um monstro disforme, cheio de vícios. Em contraposição à elegância do entrerriano sobressai a postura do anão, cômicamente ridícula. Por trás desta cena, em segundo plano, outra se nos depara, não menos expressiva: um negro baixote, rotundo, com chapéu de general ou de ministro, figura justamente no momento em que vai emborcar o conteúdo de uma garrafa, que empunha.

A idéia predominante, que caracteriza esta farsa, é a mais simples possível. Urquiza, forte e destemido, vence o General Rosas, apoucado e ridículo, apenas com um puxão de orelhas. Foi, na verdade, perfeita antevisão do futuro. O Capitão Siber, alemão insuspeito, por contrário ao Brasil, escreveu: «Preparavam-se (os brasileiros) para a luta obstinada com o mais perigoso inimigo, que se pensava existir, e, finalmente, deparou-se um fantasma, que por tanto tempo afligira os espíritos e ao primeiro contato se desfez no seu próprio nada» (7).

Ao lado de Rosas, conforme ideou o caricaturista, sòmente um bêbedor aluado permaneceu. Com estas duas imagens conseguiu o achavascamento total de um dos generais e o realce do outro, pois é com facilidade que se reconhecem as personagens: o general estilizado é um perfeito retrato de Urquiza; o anão, que choraminga, o *Grande Americano*, e o preto com a garrafa D. Eusébio de la Santa Federación, bôbo inseparável do ditador e figura conhecidíssima em Palermo. O papel dêsse bôbo foi de tal ordem, que, quando voltou o General Guido a Buenos Aires, em outubro de 1850, foi o Eusébio a bordo receber o diplomata. Ao menos, por essa ocasião, escrevia Silva Pontes: «Conta-se que um louco de nome D. Eusébio de la Santa Federación, bôbo de Rosas, foi a bordo cumprimentar a Guido» (8).

(6) Na gravura 7 reproduzo esta caricatura. Na gravura 8, a máscara, para ser confrontada com a gravura 9, um retrato de Rosas dos últimos anos da ditadura, notando-se a boca, de quem não tem dentes, como o representou o brasileiro nas suas caricaturas.

(7) *Retrospecto da guerra contra Rosas e as vicissitudes das tropas alemãs*, trad. de Alfredo Rangel, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 78. (1ª parte), pág. 400.

(8) José Antônio Soares de Sousa, *A Vida do Visconde do Uruguai*, págs. 279 e 280 (Companhia Editora Nacional, 1944).

À guisa de explicação, encontram-se, nesta caricatura, as seguintes palavras, proferidas por D. Justo José: «Hé aqui el titulado Gran Americano; es tan enano que apenas puedo agarrarlo de una oreja» (9).

Na terceira caricatura já se não utiliza o artista dos planos nacional e internacional para colocar a cena. É na intimidade de Palermo que busca um momento de folga do ditador para revelar a extraordinária amizade de D. Juan Manuel ao seu bôbo D. Eusébio. Agora os encontramos sôzinhos; antes, com certeza, de Urquiza suspender o anão pelas orelhas e de o índio o desmascarar. Por isso ainda se divertiam os dois amigos em inocentes brincadeiras. Eusébio, espenicado no seu fardão, de chapéu empachado, agadanhando a inseparável garrafa, repimpa-se comodamente no lombo do ditador. É alegre e soberba a fisionomia do bôbo. Deixa transparecer nítida a satisfação de ter por pileca, firme, entre as suas pernas atrofiadas, o fogoso e indomável *Grande Americano*. Êste, agachado, de gatinhas, se presta paciente e resignado aos caprichos do seu bôbo predileto. Nesta caricatura se lê: «Eusebio cabalgando el Gefé Supremo» (10).

É no futuro de um mês que se projeta o artista brasileiro com a sua última caricatura. Nela focalizou a fuga de Rosas da cidade de Buenos Aires, prevendo-lhe os pormenores. De jaqueta curta, colarinho e gravata, chapéu de abas largas, despede-se o *Herói* dos bons federais. O gesto de despedida é dúbio. A mão direita, que acena no último adeus, empunha traiçoeiro punhal. Êste não chega a amedrontar. Figura apenas como símbolo da famigerada *mashorca*. Em versos, republicados em Montevidéu em outubro de 1851, fôra êste símbolo decantado por um poeta rosista. Em farsa, que engenhou em louvor do *Grande Americano*, anteviu o poeta a batalha, que iria, em breve, finalizar as quezílias do ditador com o Império. Não o impressionou, porém, o estralejar das metralhas nem o ribombar dos canhões, coisas naturais numa

(9) Era esta a primeira caricatura na ordem descrita por Berges. Vide gravura 10. Na gravura 11, dou aumentado êste desenho, para o confronto com o retrato de Urquiza, constante da gravura 12.

(10) De acôrdo com Berges, seria esta a segunda caricatura. Vide gravura 13. O contrário do que desenhou o brasileiro é que ocorria. Rosas deliciava-se em martirizar Eusébio. Trancafou-o na policia, num calabouço de pulgas, durante três dias, por não ter comparecido à hora da ceia (Enrique M. Barba, *Formación de la Tirania*, Cap. II, *Rosas y su época*, Vol. VII, 2ª seção, da *Historia de la Nación Argentina*, sob a direção geral de Ricardo Levene, págs. 142 e 143 — Buenos Aires, Imprenta de la Universidad, 1950). Além disso era Rosas quem cavalgava os seus bôbos (Juan Antonio Solari, *De la tirania a la organización nacional*, pág. 53, Editorial Bases, Buenos Aires, 1951). Na gravura 14, dou aumentada esta caricatura.

batalha, senão, apenas, o ruído surdo dos punhais federais a esbarrigarem os brasileiros. Assim é que arquitetou, no meio da farsa, uma espécie de dança dos punhais, ou, como determinou, «manejo de punhal em quatro tempos». Para cada tempo se desembuchou um verso, da maneira seguinte:

- 1º tempo: «Puñal en mano,
- 2º tempo: a la matanza,
- 3º tempo: déle en la panza,
- 4º tempo: muerte al marrano» (11).

Assim se encontra o punhal na cena do caricaturista brasileiro sômente como símbolo, sem outra veleidade além da de repintar o passado. Não espanta ninguém. Ao contrário, os federais acotovelam-se na praia, em trajes menores, todos, porém, de bigodes e costeletas bem cuidados. Pudicos e melindrosos, contemplam a partida do Chefe Supremo, em atitude significativamente suspeita. Até o sol, contrafacção daquele sol estilizado da caricatura rosista, tem a mesma costeleta, o mesmo bigode, a mesma visagem dengosa da multidão, de que se despede o ditador.

Reporta-se o quadro ao momento exato do embarque. Rosas entra, vagaroso, para o barco, onde tem o pé esquerdo; o direito ainda o conserva em terra. Nos bolsos da jaqueta e na mão esquerda leva, para o destêrro, alguns sacos de *onças*. No fundo do barco, risonho, com a garrafa na mão, de fardão bordado e chapéu emplumado, já se refastelou D. Eusébio de la Santa Federación. Já se enfrascara também de vinho para a viagem inteira. Agora, ainda que aplauda a manifestação e o rebanhar das *onças*, tenta encurtar as despedidas, a esbeçar um muchocho de impaciência.

Dois números com os respectivos dísticos se encontram nos lados desta caricatura. O número 1, colocado junto ao ditador, diz: «Embarco y despedida del Gefe Supremo». O número 2, acima do chapéu de Eusébio, esclarece: «Eusebio embromando aplaude el salvamento de las Onzas» (12).

3. Lembrou-me esta última caricatura uma carta, autógrafa, de Manuelita de Rosas y Ecurra, datada de Southampton, de 6 de setembro de 1852, endereçada a D. Pedro de Angelis. Acha-se êste interessantíssimo documento no Arquivo Particular do Desembargador Rodrigo de Sousa da Silva Pontes. A intimidade dêste

(11) *Comercio del Plata*, de 2-10-851.

(12) *Vide* gravura 15 e detalhes na gravura 16. Seria a terceira caricatura na ordem de Berges. Todos êstes desenhos se encontram no volume de confidenciais da *Missão Especial*, cit., em exemplares bem conservados.

ilustre brasileiro com o jornalista de Rosas, a ponto de certa vez o ter tirado da prisão, explica encontrar-se naquele arquivo semelhante missiva. Remetendo cópia do original, pouco depois de a carta chegar a seu destino, esclarecia Silva Pontes a Paulino: «como curiosidade remeto a V. Excia a inclusa cópia de uma carta escrita por D. Manuelita Rosas a D. Pedro de Angelis, a qual carta me foi confiada por êste, reservadamente, posto que parece escrita para que se faça conhecer o pretendido desinterêsse e *titulada* resignação de Rosas» (13).

Não posso furtar-me ao prazer de fazer aqui um parêntese à história das caricaturas, para dar a conhecer a carta de Manuelita, que me parece inédita, e talvez ditada ou, ao menos, inspirada pelo próprio *Tatita*, como chamava ela ao pai; porque vários passos desta carta nos revelam a realidade no tocante às *onzas* carregadas, a que aludiu o caricaturista. Elas não foram muitas. Rosas, no momento em que a carta foi escrita, vivia com dificuldades. E parece-me a mim que, na Inglaterra, teve de viver modestamente, sem luxo, embora com decência.

Do que escreveu Manuelita, em vésperas de casar e, portanto, de deixar o pai, sente-se que ela o não queria fazer sem ter a certeza de que êste poderia viver sem privações. Escrevera-lhe Pedro de Angelis, justamente, a indagar-lhe da situação financeira do ex-ditador. A resposta, assim, gira tôda ela em tórno dêste assunto. Apenas negócios.

Depois de pequena introdução, em que justificava a matéria, e de declarar o respeito do General Rosas aos poderes constituídos de sua pátria, entrou Manuelita no assunto principal, apontando os meios, de que poderia o seu *Tatita* utilizar-se, para salvar os seus bens então embargados, se não fôra aquêlê respeito.

«Pudo *Tatita*», dizia ela a Pedro de Angelis, «haber hecho uso de una deuda con una casa respetable extranquera, y fuerte poder en Europa y America. Podria también admitir ofertas de Poderosos Gobiernos (14), que dirijisen sus interposiciones á

(13) Silva Pontes, então plenipotenciário do Brasil na Confederação Argentina, acrescentava: «Parece, porém, certo que Rosas tem mandado vender de seus bens tudo quanto se possa vender. Se tudo se vende, do que aliás duvido, poderá realmente render uma soma de três a quatro milhões de duros». Conf. de 24-11-852, A. H. I., 205-2-20. Paulino acusou o recebimento da cópia em Conf. de 22-12-852. O original da carta de Manuelita Rosas está no Arquivo Particular de Silva Pontes, A. H. I., em *Correspondência Recebida*. Vide gravura 17, fotocópia da mencionada carta.

(14) Neste passo aludia Manuelita, certamente, à Inglaterra. Porém Rosas, por vêzes, enviou a Lorde Palmerston cópia de suas reclamações ao govêrno argentino. No entanto nada fez o lorde, o que demonstra não existirem as aludidas ofertas. (Vide: Antônio Dellepiane, *Rosas en el Destierro*, pág. 134, Buenos Aires, 1937).

favor de la revocación». Tudo isso, porém, o não fizera, nem o faria Rosas. Preferia, estoico, esperar justiça do governo de sua pátria. «Tatita tendrá paciencia conformandose, como lo está, con las disposiciones de Dios» (15).

Seguiu Manuelita a tratar dos bens embargados e de D. Juan Nepomuceno Terrero, para logo depois voltar a falar do seu *Tatita* e descrever esta ilustre personagem, mal aclimada, em país inteiramente estranho, tentando solver aquêle mesmo problema, que impusera aos selvagens unitários de então, por tantos anos e em condições mais aflitivas. Talvez não pensasse Manuelita, ao revelar os planos de Rosas, baldo de recursos, velho e, por sua vez, exilado, no batalhão de emigrados, que fizeram época, esparramados pelos quatro cantos do continente.

«Llegará día», escrevia Manuelita, empolgando-se com a resignação paterna, «en que mi querido Tatita, presente al Gobierno de su Patria, y al Mundo, los documentos fehacientes, que compruen la legalidad, la pureza con que hansido empleados esos caudales, y su honrosa inversion en las necesidades indispensables del servicio publico, durante tantos años de una situacion extraordinaria. Tanto es natural que Tatita suplique, desde que es bien sabido, que lo unico que ha traído y tiene, no puede durarle mucho tiempo, y que su caracter tan delicado, bien conocido en su Patria, y no de pocas personas fuera de ella, no lo permittirá en tiempo ni caso alguno, admitir nada de sus amigos. Asi estoy sobradamente bien segura, que ni de mi recibirá jamas, ni un solo real, ni cosa alguna para su subsistencia, si como lo espero la justicia del Gobierno de mi Patria, mis bienes son desembargados. Y sepa V. tambien, que á tal punto lleva en esto su delicadeza, que ya nos ha rogado con repeticion primero, y ultimamente ordenandonos, lo dejemos aqui y nos vamos al Continente, ó á donde mas nos conviere, ó nos agrade, para que así desaparezca también, hasta el mas insignificante motivo de perjuicio á mis embargos intereses. Es preciso no conocer algo á Tatita, para dudar de la fidelidad que siempre consagró á sus juramentos. Sabe V. que jamas deja de cumplir lo que asegura. Dice, y no dude V. que así hará, que tan lejos de admitir nada de persona alguna del Mundo, quando se le acaba lo poco que ha traído, y no le sea posible vivir en una modesta decencia, travajará aun que sea de peon jornalero, para ganar su alimento diário, y se le faltare la salud, morirá conforme con la voluntad de Dios, antes que admitir nada ni de incomodar a persona alguna».

(15) A êste trecho se referia Pontes, com certeza, ao escrever que a carta de Manuelita tinha também por fim dar a conhecer «o pretendido desinterêsse e titulada resignação de Rosas». Conf. cit., de 24-11-852. É visível o dedo de Rosas nesta carta de Manuelita a Pedro de Angelis.

III

«DIÁRIO DE UM PRESIDENTE DE PROVÍNCIA»

1. Depois da pausa que fizemos na história das caricaturas, com a carta de Manuelita, voltemos a tão interessante assunto, a ver se podemos identificar o autor. Ainda que, intrometendo-me em seara alheia, não me fôsse muito fácil o trabalho, o interêsse que me despertou êsse brasileiro, perdido no Rio da Prata, que à medida do possível concorreu com a sua parte para o resultado da luta contra Rosas, e a ajuda que tive de mestres, levaram-me à completa identificação.

De início, sabia apenas, da correspondência de Honório Hermeto com o Ministro Paulino, que o caricaturista era brasileiro, se achava em Montevideu e se chamava Rafael. Porém o que desde logo concluí das caricaturas, foi que o autor devera ter sido, sobretudo, ótimo desenhista. Também não nos pareceu novato. As suas idéias no exacerbar o ridículo, com tanta facilidade, demonstravam tratar-se de quem já se utilizara da caricatura como expressão de arte e de crítica.

A resposta brasileira fôra integral, não só aos temas, senão ainda ao estilo, das caricaturas rosistas. Contrapunha-se maravilhosamente ao subjetivismo do argentino o objetivismo do nosso artista. Neste, só entra em cena a alegoria, para o acanalhamento do todo. Até o primeiro desenho, em que a alegoria se faz sentir mais intensamente, já pelas figuras da América e da Europa, já pelo burro e pela máscara arrancada, o principal, como caricatura, nem por isso deixa de ser de um objetivismo frizante. A máscara é um perfil de Rosas, já velho e desdentado (1).

Ainda mais se acentua a discrepância entre os dois estilos, se considerarmos a maneira por que os artistas encaravam as coisas. No brasileiro sobressai o conjunto. As minúcias só lhe importam para realçar o todo, como características indispensáveis. Porém não perde tempo em minudear pormenores desnecessários. Traceja

(1) Vide gravuras 7 e 8.

rápido, avivando uma ou outra linha, mas sempre realidades. O resto subentende-se facilmente, como, por exemplo, a noção de tempo e espaço, que está presente em tôdas as caricaturas do brasileiro. A obscenidade não figura como parte integrante do desenho. Apenas da postura de um ou outro indivíduo é que a idéia do erótico avulta. E isso obtinha o nosso Rafael com a contrafacção das personagens, das inesperadas atitudes, em que as colocava, e da movimentação das cenas.

Tudo é diferente no argentino. Compraz-se o artista em riscar, com muita exatidão, um sem conto de pormenores. As obscenidades são materialmente incluídas no bojo do desenho, disfarçadas apenas pela localização arbitrária. Porém, ainda que delineadas com perfeição, as minúcias são tantas e de tal ordem, que não chegam a integrar-se ao conjunto. É necessário escarafunchar traço por traço, não só para se entender o significado, verdadeiramente cabalístico das parcelas, mas ainda para se compreender o todo. Tirem-se-lhes os dísticos, que ocupam tanto papel quanto os próprios desenhos, êstes perderão tôda a noção de tempo e de espaço. São alegorias que poderiam servir para tôdas as épocas e para qualquer indivíduo. Ao passo que, nos desenhos do brasileiro, os dizeres apenas esclarecem as cenas, pois estas continuam, mesmo sem êles, com significado exato quanto ao espaço e ao tempo.

Mas, a final, quem era o nosso patricio Rafael, como o designou Honório? Que fazia no Rio da Prata? Por que se achava em casa de Silva Pontes, na Calle Ituzaigó, nº 102? (2). Era, positivamente, alguém bem conhecido, porque, com aquela simples menção de Honório, entendeu Paulino a quem se referia o plenipotenciário. Era possível que se tratasse de um oficial da marinha ou do exército, com jeito para caricaturas, que se encontrasse no Rio da Prata e aí o aproveitasse Honório para a resposta às pilhérias de Rosas. Entre êles até um filho de Limpo de Abreu se achava, muito recomendado a Silva Pontes pelo futuro Abaeté (3). Desprezei esta hipótese imediatamente, ainda que tivesse a seu favor a opinião de um mestre. Pareceu-me que as caricaturas haviam sido feitas por quem conhecesse desenho e não por simples amador. Posso algumas caricaturas da campanha de 1863 a 1870,

(2) Casa pertencente ao futuro Barão de Amazonas, então Comandante Barroso. A localização da casa encontrei-a em carta de Santiago Cabardine a Pontes, de São Francisco da Califórnia, de 12-1-1851. Pontes mudou-se em dezembro de 1851, já na expectativa de ser transferido. (Arquivo Particular de Silva Pontes, A.H.I., *Correspondência Recebida*, ns. 14 e 123).

(3) Cartas de Limpo de Abreu, na *Correspondência Recebida*, citada.

que nos mostram, ainda que feitas muitos anos depois, a diferença imensa entre elas e as caricaturas do nosso Rafael, tanto na perfeição do desenho, quanto na idéia (4).

As caricaturas na Côrte, mesmo alguns anos depois, não eram melhores do que as de Rafael, de 1852 (5). É verdade que não teve a arte de caricaturar uma evolução ascendente no Rio de Janeiro. Começou com Manuel de Araujo Pôrto-Alegre, em fins de 1837, pouco depois de voltar da Europa. São desenhos perfeitos, interessantíssimos e ricos de símbolos, em que o mestre, no início da vida, põe a ridículo Justiniano José da Rocha. No comêço de 1839 é a Bernardo Pereira de Vasconcelos que ataca em nova série de desenhos (6). De 1838 conheço apenas uma caricatura, que se poderia atribuir também a Pôrto-Alegre (7). A série existente na Biblioteca Nacional, litografada por Briggs

(4) Na gravura 18 reproduz uma dessas caricaturas. Refere-se ao sítio de Montevideú, de janeiro a fevereiro de 1865. Embora desenhada 13 anos depois não se iguala às caricaturas de Rafael.

(5) Na gravura 19 reproduz uma caricatura publicada no *Charivari*, nº 2, de 4-5-862. Nela se vê o imperador, Eusébio, Paulino, Rodrigues Torres, etc. Ainda que interessante e o desenho muito bom, não supera as de Rafael, como caricatura. Nas mesmas condições se acham as duas caricaturas, que dou na gravura 20, do *Charivari Nacional*, ns. 3 e 5, de 17 e 31-7-859. O militar deve ser Manuel Felizardo de Sousa e Melo, ministro da Guerra durante a campanha contra Rosas. (Os jornais in Biblioteca Nacional).

(6) Reproduzi essas caricaturas de 1837 e 1839 no meu trabalho: *Vasconcelos e as caricaturas*, in Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro, nº 210, de 1951. Acrescento aqui não ter Pôrto-Alegre evitado que se lhe pintassem também várias caricaturas, principalmente em um album intitulado: *Album do Pintamonos — A máscara da hipocrisia há de cair etc.* (exemplar pertencente à Biblioteca Nacional). Vide: Marques dos Santos, *As Belas Artes na Regência*, in *Estudos Brasileiros*, Vol. 9, pág. 124 (ano V, ns. 25 a 27, 1942) e De Paranhos Antunes, *O Pintor do Romantismo*, pág. 102 (Zélio Valverde, Rio, 1943). Herman Lima reproduziu duas destas caricaturas nos artigos: *A caricatura, arma secreta da imprensa* (in *Vamos ler!*, de 28-11-944) e *Manuel Araujo Pôrto-Alegre, o primeiro caricaturista brasileiro?* (in *Diário de Notícias*, de 20-12-953). Vide gravura 21.

(7) Existe na Biblioteca Nacional exemplar desta caricatura. Foi litografada no estabelecimento de Victor Larée, em 1838. O autor só podia ser Araujo Pôrto-Alegre. O título é: «Une Députation». Em baixo se repetem as palavras de uma das personagens: «Mon Prince, Mon Baron...». O príncipe só pode ser o de Joinville, que aportou ao Rio de Janeiro nos primeiros dias de janeiro de 1838, e o barão o de Rouen, ministro da França no Brasil. A caricatura refere-se, forçosamente, a uma visita que a deputação dos franceses residentes fez ao príncipe no dia 8-1-838. A 9-1-838, noticiava o *Jornal do Comércio*: «às 3 horas da tarde Sua Alteza Real... voltou ao Paço e recebeu a deputação dos franceses residentes nesta Côrte. E, em seguida, transcreveu o discurso que o orador impingiu ao príncipe. A caricatura se inspirou, possivelmente, nesse discurso. E tem por cenário o antigo apartamento de D. João VI, no Paço da Cidade, onde se alojou Joinville. Por figuras principais se encontram o príncipe, o barão e dois residentes fran-

em 1840, já pertence, a meu ver, ao nosso Rafael. Para mim foi este o começo do artista catarinense, no delinear as suas primeiras caricaturas, justamente no ano em que devia ter chegado à Corte (8).

2. Felizmente me foi possível identificar o nosso patricio, graças a um diário íntimo do Desembargador Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, que eu copiara pouco antes de me interessar pelo caricaturista. Com este diário e a preciosa ajuda do meu ilustre amigo Francisco Marques dos Santos, consegui a identificação do artista. Chamava-se ele Rafael Mendes de Carvalho. Em 1837 já desenhava uma planta da cidade de Laguna (9). Assinava-se então Rafael Mendes de Carvalho Junior. Com *junior* assinou a planta de Laguna, e uma aquarela que ofertou a D. Pedro II, em junho de 1841, com o seguinte título: «Entrada da Esquadra Nacional na Vila de Laguna, quando esta se achava em poder dos rebeldes da Província do Rio Grande do Sul, em 15 de novembro de 1839» (10).

ceses. Do outro lado do quadro mais dois indivíduos foram incluídos, sendo que um com o boné de marinheiro francês na mão, que o individualiza, e ainda mais esclarece o desenho. (Vide: *Jornal do Comércio*, de 3 a 9-1-838, e Lourenço Luís Lacombe. *Diário do Príncipe de Joinville*, «Anuário do Museu Imperial», XI, 1950, pág. 184). Vide gravura 22.

(8) Esta série litografada no estabelecimento de Briggs, rua do Ouvidor nº 130, acha-se consignada no *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, Suplemento, verbete 17.500, assim: «Série (?) estampas satíricas e alegóricas a fatos da época; lit. por an. da Ofc. de Briggs e coloridas à mão, 1840. Contém: 1) «Os Tolos da Baleia», o nº 5; 2) «Acordai, que os galos já cantam no Oiapoque» (alegoria ao projeto de invasão pelos franceses, ao norte do Brasil). Traz o nº 6; 3) «O Sapateiro Elleitor» (sic). Traz o nº 8; 4) «A mania do dia» (jogo do florete). Traz o nº 15. Exp. Com. José Tomás de Oliveira Barbosa» (Pág. 1.473). A esta série pertence também o nº 1 da série que se encontra no mesmo *Catálogo*, verbete 17.848, com o título: «O cara-linda pregador de cartazes». (Suplemento, pág. 1.520). Tem o caricaturista Alvarus, na sua magnífica e bem conservada coleção, exemplar do nº 11 desta série, adquirido em Londres, em 1952, por 3 libras, quando, em 1840, custava apenas \$240, e isso por ser colorido. O total desta série deveria ser de vinte estampas. Marques dos Santos refere-se, minuciosamente, em *As Belas-Artes na Regência*, págs. 122 a 124, a esta série.

(9) *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, T. I, verbete 3.003: «Planta da Vila de Laguna, levantada pelo Major de Engenharia Jerônimo Francisco Coelho, e feita por Rafael Mendes de Carvalho Junior, 1837, 0,m 591 x 0,m 912. Original. Expositor Arquivo Nacional». Devo esta indicação a Francisco Marques dos Santos. Infelizmente já não encontrei a planta no Arquivo Nacional.

(10) *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, Suplemento cit., verbete 17.497. É neste trabalho, oferecido ao imperador, que Rafael declarou ser natural da vila de Laguna.

Dêstes elementos iniciais se infere que o artista, natural da vila de Laguna, como êle mesmo declarou, era filho de um outro Rafael Mendes de Carvalho; que, no mínimo, de 1837 a novembro de 1839, residia na sua vila natal, onde desenhou a planta de Laguna e o quadro oferecido mais tarde a D. Pedro II, e, finalmente, que devera ter saído de Santa Catarina, de novembro de 1839, depois de esboçar a entrada da esquadra no pôrto, até junho de 1841, quando ofertou o quadro, já concluído. Se é êle, como penso, o caricaturista da série de 1840, a que aludi, devera ter chegado ao Rio de Janeiro até meados de janeiro de 1840 e aí permanecido até maio ou junho, quando se ausentaria por poucos meses, retornando à Côrte ainda em setembro de 1840 (11). Em 1841 já o encontramos não só familiarizado com o ambiente, mas ainda em franca atividade por ocasião da coroação do imperador. Auxiliou Araújo Pôrto-Alegre na decoração dos pavilhões, e fez publicar, por conta própria, uma série de desenhos sôbre a iluminação na Côrte, durante os festejos (12).

Êsses desenhos foram, por certo, apreciadíssimos. O próprio Pôrto-Alegre não se dedignou de os fazer. O *Jornal do Comércio* anunciava, em letras grandes, a composição do mestre, referente à «Varanda da Coroação de Sua Magestade o Imperador», em muito bom papel e ricamente colorida. Em vários pontos da cidade se encontravam à venda essas gravuras, pelo preço de 4\$000, nas casas de Vitor Larée, Agra e Leuzinger, na rua do Ouvidor; na de Agostinho de Freitas Guimarães, na rua do Sabão nº 26; na do Cardoso, esquina da Quitanda com a do Ouvidor, e nas lojas de papel da rua Direita e da Quitanda (13).

Intitulava-se então o nosso Rafael professor e desenhista da Casa Imperial. E aos desenhos, que fez em 1841, devemos o conhecimento de alguns dos monumentos do Rio de Janeiro, como, por exemplo, a casa da Câmara Municipal, o Quartel do Campo da Honra e o Templo Chinês, erguido para enfeite no Largo do Rocio. Êste templo, logo depois, na quinta-feira, 8 de agosto,

(11) É o que conclui do anúncio que saiu publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, de 29 de setembro de 1840.

(12) «Collecção dos desenhos das Principaes Illuminações nos dias da Coroação» (sic.) do Sr. D. Pedro 2º pelo Brasileiro Prof. Rafael Mendes de Carvalho, Desenhista da Casa Imperial». Francisco Marques dos Santos reproduz êsses desenhos de Rafael no trabalho intitulado: *D. Pedro II e a preparação da maioridade*, págs. segs. à 86 (*Estudos Brasileiros*, Ano III, Vol. 7, 1941).

(13) *Jornal do Comércio*, nº 197, de 5-8-841.

foi vendido em leilão por Feraudy & Cia. Destinava-se o produto da venda às vítimas do «Palacete» (14).

Ajudado pelo mestre e amigo, o futuro Barão de Santo Ângelo, conseguiu Rafael concluir com facilidade os seus estudos na Escola de Belas Artes, ao mesmo passo que entrava em contato com aquêles políticos, que pouco depois formariam o poderoso grupo da *Joana*, muito ligados a Pôrto-Alegre.

Em 1843, já se encontrava Rafael em atividade para a exposição do fim do ano. E isso agora o sabemos de informações preciosas do Desembargador Silva Pontes, que, neste ano de 43, chegava à Côrte, de volta da provincia do Pará, onde fôra presidente e se elegera deputado geral. Porém não vivia apenas de política. Gostava de literatura, história, pintura e escultura. Fôra um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e acabava de ser escolhido membro efetivo do Conservatório Dramático Brasileiro. Era curioso e minudente. Assim, tanto na ida para o Pará, quanto na volta, deixou o desembargador descrita a viagem. Vale a pena seguirmos, ainda que rapidamente, os passos de Silva Pontes, pelo norte do país, a fim de melhor conhecermos esta personagem, que, durante dez anos, representou o Brasil no Rio da Prata e foi figura importantíssima no lance contra Rosas. Graças a êle e ao seu arquivo particular é que consegui desencavar alguma coisa sôbre Rafael.

3. Nomeado a 12 de janeiro de 1842 presidente do Pará, só a 3 de março iniciou Silva Pontes as visitas aos ministros, no sentido de obter instruções sôbre vários pontos da administração pública. Houve certa indecisão a respeito do navio em que devera de embarcar. A final lhe indicaram o *Correio Brasileiro*, vapor que se encontrava com as caldeiras em mau estado. A 4 de março começou os preparativos da viagem. A 12 visitou o navio. O futuro, que então se lhe adregou naquele barco velho, foi de insegurança. No dia seguinte ingeriu um vomitório, talvez por preventivo de enjôos. No dia 14 estava de cama por conta do medicamento da véspera. A 18 foi «beijar a mão de Sua Magestade». Em palácio, em um dos corredores, encontrou o ministro da guerra, José Clemente Pereira, que lhe noticiou, «mui alegre e cheio de satisfação», o fato de ter arreventado a caldeira do vapor. A notícia não devera ser verdadeira, pois a 23 de março deixava a Guanabara, às quatro horas da tarde, o *Correio Brasileiro*, levando em seu bojo o novo presidente do Pará.

(14) *Ibid.*

O vomitório não o imunizou contra os enjões. Arreado, com dôres terríveis no estômago, navegou e arrevesou até a Bahia. Ai o navio ancorou na madrugada de 31 de março. Atrasara a viagem o fato de trazer o vapor a reboque uma barçaça para Pernambuco. Segundo os cálculos do comandante era o atraso de milha por hora, fora o tempo perdido em repor as amarras, que por duas vêzes se partiram.

Em Salvador, sua terra natal, demorou-se Silva Pontes poucos dias, em casa de um amigo de nome Cunha, visto não estar na cidade o seu primo José Ricardo da Silva Horta. Visitou o arcebispo e o presidente, o futuro Barão de Monte-Serrat. Dêste último só ouvira bem. Todos lhe gabavam a administração, «por justa e reta».

O tempo era de chuvas. Os dias sucediam-se sempre com os aguaceiros. «As chuvas», anotava Pontes, «tinham sido precedidas de uma grande sêca, em consequência da qual se tinham feito preces». Estas foram escutadas do céu. E por isso pouco conseguiu ver de Salvador. Apenas consignava, entristecido: «Parece-me despovoado o pôrto da Bahia, em relação ao grande número de mastros que sempre tenho visto tôdas as vêzes que passei por aí. O comércio está em decadência; as causas: sabinadas; anistia; desmoralização, segundo alguns favorecida no govêrno de Tomás Xavier; a direção que o comércio de Alagoas tomou para Pernambuco, algum desenvolvimento do comércio direto de Sergipe com a Europa».

No dia 5 de abril prosseguiu a viagem. Novamente o enjão se apoderou dêle. A 9 chegou ao Recife. Era presidente da provincia o Barão da Boa Vista, Francisco de Rêgo Barros, digno representante da aristocracia pernambucana. «Rêgo Barros», diz Nabuco, «tinha-se formado em Paris e guardou as maneiras da Restauração, até o fim da vida, o mesmo ar de *grand seigneur*» (15). Nesse estilo foi a acolhida ao presidente em trânsito.

Mandou Boa-Vista o seu ajudante de ordens, em escaler, buscar Silva Pontes. Alojou-o em palácio, como hóspede. O desembargador, confuso, d'ante de tantas amabilidades, em flagrante contraste com a época, que se caracterizava pelas descomposturas, lutas e calúnias, escreveu no seu *Diário*: «Fui tratado como era de esperar da urbanidade e polidez dêste cavalheiro». O tempo chuvoso persistia. Dias antes uma cheia do Capibaribe fizera estragos e vítimas. Pontes continuou um pouco tolhido nos seus passeios.

O barão, porém, remodelava a capital. Como verdadeiro *grand seigneur* tinha prazer de revelar o novo Recife, que surgia. Mandou

(15) *Um Estadista do Império*, T. I, pág. 48 (Ed. Garnier).

que se mostrassem ao ilustre viajante as modificações principais. Esguardando-se da chuva, com um *cicerone* ao lado, o inspetor Camargo, que «preencheu cabalmente as funções», visitou Pontes, detidamente, as obras mais notáveis. No dia 11 visitou o palácio e o teatro. «O Palácio», escrevia êle, «é a antiga residências das capitães gerais, que se reedifica. Foi casa das sessões da Relação, a qual hoje se acha com tôdas as outras repartições públicas no palácio, que foi habitação dos extintos jesuítas, ainda atualmente designado pela denominação de Colégio». Apreciou a maneira por que se separara a parte do prédio, destinada à vivenda do presidente, daquelas salas próprias «para os dias de cerimônia e aparato público». Por baixo ficavam as acomodações, «mui extensas», onde se alojariam os serviços da Secretaria. «Gostei da escada», anotava o visitante, «é alegre e cômoda».

Do palácio saiu Silva Pontes para o teatro. Era, como as demais construções, obra do engenheiro francês, Louis-Léger Vauthier, «brilhante aquisição feita em Paris», segundo Nabuco, pela administração pernambucana (16). Seria pesquisa interessante o verificar a influência dos engenheiros franceses e alemães e seus descendentes: Pallière, Vauthier, Grandjean, Rivière, Niemeyer, Bellegarde, Koeller, Taulois, na ornamentação das cidades brasileiras e nas construções, de 1818 a 1850. Mais ou menos, por essa mesma ocasião, em que se deslumbrava Silva Pontes em Recife com as obras de Vauthier, aqui, nesta minha vila da Praia-Grande, que teve as suas feições delineadas por mestre Pallière, o presidente da província, o mesmo Honório Hermeto, que encomendou as caricaturas a Rafael, lançava a primeira pedra da matriz, a construir-se de conformidade com orçamento e planta de Carlos Rivière (17). A 1 de março de 1842, em carta de Niterói, dizia Honório a Paulino, então ministro da Justiça: «É hoje a abertura da Assembléia, estou ocupado, porque tenho à tarde de pôr a primeira pedra na nova Matriz, e à noite sarau» (18).

A 11 de abril de 1842, continuava Silva Pontes a esmiuçar o teatro de Recife, obra de Vauthier, que êle grafava Wauthier. Ante os olhos deslumbrados do desembargador foram exibidos os projetos que lucilavam de beleza e elegância. «No estado atual da obra do teatro», consignava Pontes, no *Diário*, «parece que o espaço destinado a platéia não está em proporção (por diminuta) com as outras partes do edificio. Não sei se uma platéia para

(16) *Ibid.*

(17) *Correio Oficial Nictheroyense*, de 26-6-840, nº 747, Decreto nº 198, de 15-5-840.

(18) *In A. V. U.*

trezentas pessoas e oitenta espectadores é suficiente para os dias de maior concurso na cidade de Recife. O barão mostrou-me todo o risco da obra, e o frontispício me pareceu bellissimo. É produção de Mr. Vauthier, hábil engenheiro francês ao serviço da província de Pernambuco. O primeiro projeto era para uma obra de maiores dimensões: reduziram-lhe as proporções com receio da despesa: e a redução feita certamente com todos os preceitos da ciência por Mr. Vauthier, quando posta em execução faz parecer ao menos por ora que existe a desproporção acima apontada».

O mesmo aconteceu aqui, em Niterói, com o teatro, que se erigia, então, denominado mais tarde Santa Teresa. O projeto, possivelmente de Carlos Rivièrre, era dispendioso. Em março de 42 a construção não ia além das fundações. Os 37:440\$000, obtidos à custa de três loterias, não davam para custear o projeto. O contratante, que era o ator João Caetano da Silva, não podia espichar coisa alguma de seu. Por isso Honório Hermeto, presidente da província, de acôrdo com o contratante, lembrava à Assemblêia Provincial o aproveitamento das fundações já feitas em outra obra, enquanto o teatro seria construído mais modestamente. Com isso se pretendia também evitar o preço elevado dos espetáculos em relação ao número de espectadores (19).

Silva Pontes prosseguia no Recife as suas peregrinações. As chuvas continuavam, impedindo-o de passear pelos arrabaldes da cidade, a ver as estradas que o barão mandara construir. Porém indenizara-se visitando as construções, as adaptações e uma nova ponte. Vê a Alfândega, instalada no antigo convento da Madre de Deus. Examina-lhe os torreões, onde se alojara, num, a Escola de Engenheiros e, no outro, se pretendia localizar uma espécie de bolsa. Da Alfândega vai ao Colégio. Aí se agrupavam as repartições públicas. Tudo esmiuça Silva Pontes, meticulosamente, sempre com elogios ao barão «que em tantas obras públicas deixara outros tantos monumentos de sua glória».

Mas não se limitou a espiolhar os recantos de Recife. Também deixou consignado o seu pensamento, já não sòmente sôbre o plano de colonização de Vauthier, mas ainda sôbre a política pernambucana. No tocante ao francês escreveu Pontes: «Mr. Vauthier pretende formar na Província de Pernambuco uma colônia organizada segundo os princípios dos Falansterianos, e composta de gente do país. Eu que não acredito em sistemas de sociedade

(19) Relatório apresentado pelo Presidente Honório Hermeto Carneiro Leão à Assemblêia Legislativa, a 1-3-842, pág. 16.

civil sem base religiosa e sem direito de propriedade ofereci ao barão a obra de Mr. Reybaud sobre os socialistas» (20).

No que dizia respeito à política foi mais extensa a anotação do desembargador. O progresso, que se verificava na capital da província, realizado pela administração, que se achava no poder, era para Silva Pontes reflexo da situação em que se colocaram os dois partidos políticos de Pernambuco. Assim explicava êle a política dos dois barões: «A província de Pernambuco tem uma feição política particular e especial dela. Consiste esta feição, a que aludo, na influência de uma família, a família Cavalcanti. Esta família divide-se em dois partidos: à frente de um acha-se o Barão de Suassuna, e à frente do outro o Barão de Boa-Vista. Os dois barões e os seus sequazes têm o bom senso de não se hostilizarem mutuamente, quando algum dos dois sobe ao poder. Além disso, como admitem à sua comunhão na qualidade de parente a todos os que com título ou sem êle usam dos apelidos Cavalcanti, Albuquerque, Rêgo, Maranhão ou Barros, a família estende-se por tal modo que o monopólio está longe de restringir-se a um pequeno número de interessados, sendo aliás certo que igual proteção cabe ainda aos estranhos que se ligam por casamento àqueles apelidos, e ainda às mesmas pessoas, que se conhecem afeiçoadas à família».

Depois de escrever algumas linhas sobre o açúcar e o algodão pernambucanos, fechou Pontes o seu *Diário*, no que dizia respeito à sua estada em Recife, a 13 de abril. Na manhã seguinte já se engaiolava de novo no *Correio Brasileiro*. O Barão de Boa-Vista levou-o até o Arsenal. Silva Pontes, tão emocionado, diante de tantas gentilezas, pisou em falso em um dos degraus da escada, estorcendo, possivelmente, o nervo do pé direito.

4. A tão agradáveis dias, em breve, sucederam-se outros de enjoos, tonturas, e dores no peito do pé machucado. Além disso a carcaça, que lhe deram por navio, mal se arrastava pelo Atlântico. Apenas de 3 a 4 milhas conseguia vencer, por hora. O carvão, recebido em Salvador, fôra ruim; porém o de Recife era pior. «Desfaz-se em terra ou fica amassado como lama sem produzir calor», explica-nos o desembargador, sempre pressuroso nas informações.

A 17 de abril assiste a uma cena, que o aborrece. Pela primeira vez vê um homem de bordo maltratar uma criança. «Um oficial de nome José Manuel da Costa queima com um charuto a ponta do nariz do moleque Lúcio». Não eram raros, então,

(20) A êste passo de Silva Pontes sobre os falansterianos de Fourier e o livro de Reybaud, voltarei depois, confrontando com outro da *Lanterna Mágica*, jornal publicado no Rio de Janeiro, em 1844 e 1845.

casos de sadismo do gênero dêste. A própria situação de moleques e senhores asava semelhantes demonstrações. No dia seguinte bordeja o vapor em frente de Fortaleza. Aí pára a fim de se abastecer de carvão. Pontes permanece a bordo, por vários motivos, inclusive o evitar um banho, desde que tentasse desembarcar em uma espécie de andor, que se lhe oferecia. Dá, no entanto, idéia da paisagem, que descortina de bordo, e descreve exótica personagem, que lhe deu a honra de descer ao seu camarote, a cumprimentar-lhe. Era o piloto-mor do Ceará, homem de mais de setenta anos, requeimado pelo sol, de rosto refogado e sêco, mas que tinha idéias próprias sôbre a maneira de se trajar. Com isso, justamente, é que se não conformou o desembargador, pois o caricaturou assim: «vestia uma espécie de fraque de pano de algodão branco, um pouco semelhante a uma blusa curta, umas calças largas da mesma fazenda, arregaçada de um lado; mas usava de meias e trazia nos pés umas chinelas velhas e cobria-se com um antigo chapéu de palha».

De preferência às paisagens, gostava Silva Pontes de retratar os indivíduos e contar-lhes as proezas. Assim mesmo nos deixou, em poucas frases, o panorama de Fortaleza, vista de bordo. Mas, por pouco tempo, esteve parado no Lameirão.

A marcha do *Correio*, com o carvão do Ceará, melhorou um pouco. Conseguiu fazer de 4 a 5 milhas horárias. Saiu de Fortaleza a 20 e a 23 de abril aportou a São Luís, sede da desembargadoria, a que Silva Pontes pertencia. Era natural fôsse aí recebido pelos colegas, como de casa. Mas, parece-me, do que escreveu era esta a primeira vez que avistava a capital maranhense. Logo ao pisar em terra foi de visita ao palácio do governo. Nada de notável. Apenas salas «mal adornadas», ou, então, vazias inteiramente. Do palácio seguiu em «carrinho» para casa do Desembargador Velasco, onde se hospedou. Mal havia descansado, que o avisam de que o *Correio Brasileiro* ardia como fogueira. Imediatamente corre Pontes para bordo e faz transferir os seus baús e escravos para a *Baiana*. Ao anotar os sucessos dêsse dia, escreveu êle um tanto pensativo: «Segundo a opinião do Capitão-Tenente Boldt, se o incêndio se declara 24 horas antes, teríamos perecido todos».

Em breve se conciliou Pontes com a cidade, que, à primeira vista, lhe parecera desagradável. Fôra natural o engano, pois o levaram ao cemitério, como divertido passeio, e isso logo depois do incêndio do vapor (21). Porém, modificado o passeio, modi-

(21) João Francisco Lisboa, em primoroso artigo, descreveu em 1851 o cemitério de São Luís, que devera ser mais ou menos o que era em 1842, quando Pontes o visitou. (*A festa dos mortos ou a procissão dos ossos, Obras*, Vol. 4, págs. 571 e segs., ed. de 1865).

ficou-se também a opinião de Pontes: «O Maranhão», diz elle, «é maior e melhor do que eu pensava. Tem boas ruas e muito boas casas. Guardada a proporção, é talvez a cidade do Brasil que possui maior número de boas casas». Visitou o Bispo D. Marcos Antônio de Sousa. Recebeu-o o prelado de *chambre* e sem lenço no pescoço, «nem volta». A camisa, que trazia, era de pano grosseiro e o colarinho desabotoado dava um aspecto de negligência, que muito bem se enquadrava a uma espécie de jaleco vermelho, já roto e esfarrapado no cotovelo, que envergava. «Mas estava de anel e cruz».

No dia 26 de abril saiu a *Baiana*, com o desembargador, para o último trajeto da viagem. A 28 à noite chegou a Belém. Suspendeu então as anotações do *Diário*. Mas a chegada de um novo presidente revestia-se de aparatosa recepção. A de Pontes, depois de tão movimentada viagem, serviu de tema às zumbaias de um jornalista governamental. No Rio de Janeiro a descrição foi apreciada. Paulino, já intimamente ligado a Silva Pontes, respondendo-lhe a duas cartas, escrevia: «Aqui saboreamos eu, o Vaz Vieira, o Pereira da Silva e mais dois acólitos, a poética descrição, que, da sua entrada no pôrto dessa cidade e do vapor que o conduzia, fez um jornal dessa cidade. No quadro sòmente faltavam uns Tritões, não da catadura e mau gênio daquele, de que fala o Caldas em sua viagem a Gênova, mas sim bonachões, os quais com o limoso peito, rompendo o salso argento, batessem palmas à roda do barco de vapor» (22).

(22) Carta de 15-8-842, in *Arquivo Particular* de Silva Pontes, A.H.I.

IV

DE VOLTA AO RIO DE JANEIRO

1. Durante cêrca de um ano o *Diário* do presidente foi pôsto de lado. Apenas cuidava Silva Pontes da administração provincial e de política. Queria um bispo e um navio, que, no momento, lhe faltavam. O ministro da Justiça, a quem êle pedira os dois, dizia-lhe: «O Marquês de Paranaguá disse-me que lhe mandaria o barco de vapor, o que é muito mais fácil do que mandar um bispo» (1).

Só a 13 de março de 1843, dia de São Rodrigo, é que voltou Silva Pontes a reescrever o seu diário. A nota de 14 é interessante, por se tratar de um passo que lêra em manuscrito do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, em que êste afirmara: «Em dias do século passado veio ordem da Côrte de Portugal para que as câmaras municipais dessem demonstrações de regozijo pelo nascimento de um príncipe. A Câmara da Vila de Moreira tinha oito tostões em cofre; gastou-os num pote de manteiga para as luminárias e ficou sem nada».

Por pouco tempo mais esteve Silva Pontes em Belém. Elegera-se deputado geral e tinha de voltar à Côrte, para tomar assento na Cadeia Velha. No dia 28 de junho de 1843, a um quarto para as 11 horas da noite, deixou êle, para sempre, o Pará. Recomeçam os enjôos. Repetem-se as peregrinações da ida, em sentido contrário. A 2 de julho, pela manhã, salta de novo no Maranhão. Aí escuta de D. Francisco Baltazar da Silveira a seguinte história sôbre Coimbra: existira na Universidade uma sociedade republicana, intitulada *Tiranicida*. O Torres (certamente Rodrigues Torres, então ministro da Marinha) fôra presidente (2). Antônio

(1) Carta de 15-8-842, cit.

(2) Sociedade republicana com o mesmo nome, *Tiranicida*, também se dizia ter existido em São Paulo. Paulino de Sousa, então ministro, foi acusado de ter sido presidente dessa sociedade. Ainda em 1843 o *Pharol Constitucional*, de 4 de fevereiro (n.º 38), dizia: «que o Sr. Paulino era a esperança da tribuna, e tais proezas contavam dos brilhantes talentos do ex-presidente da sociedade dos Tiranicidas em S. Paulo...». Vide José Antônio Soares de Sousa, *A Vida do Visconde do Uruguai*, cit., págs. 31 e 32.

Pedroso pertencera também à mesma sociedade e, enquanto se jactava de ter descoberto um meio de assassinar D. Pedro I, escrevia para a Côrte, suplicando-lhe uma comenda do Cruzeiro.

No dia 15 de julho tomou assento na Relação do Maranhão. À noite deste dia foi ao teatro. Pareceu-lhe maior e mais regular que o teatro S. Januário, da Praia de D. Manuel, no Rio de Janeiro, onde os franceses continuavam as suas representações. Assistiu Pontes ao espetáculo do camarote presidencial, que se lhe afigurou bom, principalmente pelo amplo salão, que tinha por vestibulo. No palco levavam a história da famosa Bainvillier. Porém, embora mais regular o teatro que o de S. Januário, não era possível igualá-lo. Os rapazes de São Luís, que faziam às vezes da Bainvillier e do restante elemento feminino, estavam longe das *mesdames* de verdade, algumas já passadas em anos, mas que, ainda assim, deliciavam a platéia do *Théâtre Français*, na *Salle S. Januaire*, desde 1840, tais como: Nongaret, Armand, Tréfert e Albertine. Neste particular regredira o teatro em São Luís. Por volta de 1825 ainda representavam ali alguns atores portugueses, que não haviam regressado a Portugal. Os papéis femininos foram desempenhados «com a ajuda de uma Maria Caxucha e de uma Maria Pacova», segundo o depoimento de uma francesa, então residente em São Luís, que assistiu à peça. É verdade que não compreendeu coisa alguma do que ouvira, apenas notou um anjo dependurado nas nuvens. Contudo não deviam ser muito notáveis os artistas, uma vez que a informante confessava não ter visto a noite tãda senão uns pobres diabos (3).

Além da grande diferença no tocante aos papéis femininos, os intervalos no teatro maranhense, longos em demasia, procrastinavam o desenlace do drama. Às três e meia da madrugada deixavam o teatro o presidente e Silva Pontes, sonolentos, sem que se concluísse a peça. O mesmo devera de ter acontecido aqui, em Niterói, pois, assim, se explica o fato de ter o chefe de polícia proibido se prolongassem os espetáculos além da meia noite. E o mesmo aconteceu na Côrte, no teatro de São Pedro de Alcântara, ao menos até 1840, quando um cronista escreveu, à guisa de reclamação: «uma representação que principia às oito horas e meia e termina às duas da manhã» (4).

(3) José Antônio Soares de Sousa, *A Vida do Visconde do Uruguai*, cit., pág. 20.

(4) Vem a ordem do Chefe de Polícia no jornal intitulado: *O Charivari* (boletim dos domingos), nº 3, de 26-10-845, in Biblioteca Nacional. Este jornal era publicado em Niterói, numa tipografia localizada na rua da Cadeia nº 35. O outro *Charivari*, que cito em nota 5, Capítulo III, é de 1862 e era publicado, no Rio de Janeiro, numa tipografia instalada na rua da Carioca nº 42. *Jornal do Comércio*, 2-2-840, «Folhetim».

A 19 de julho prosseguiu o desembargador a viagem. Pagou 500\$000 de passagens e fretes, pelos papagaios, araras, jacamins, que levava engaiolados, e por quatro escravos e um criado. O papagaio escuro, que trazia, segundo lhe disseram, era mau. O amarelo, na véspera de chegar ao Ceará, morreu. Desta vez desceu Pontes em Fortaleza, no meio de salvas, pois o novo presidente da província o convidou a desembarcar e a hospedar-se em palácio. Não foi fácil a ida de bordo até a praia, aonde chegou naquela espécie de andor, carregado às costas de alguns homens. Foi a palácio, casarão assobradado e de azulejos. Era domingo, 25 de julho, e por isso acompanhou o Presidente José Maria da Silva Bittencourt e família à missa. A matriz ficava perto e, por sua pobreza, nada havia de notável, a não ser o «tom de compunção com que o Padre Peixoto de Alencar leu os atos de fé, esperança e caridade», o que muito edificou Silva Pontes.

Reiniciou a viagem a 27. O jacamim morreu antes de chegar a Recife. À tarde de 31 de julho aportava o navio à capital pernambucana. De noite, já se repotreava o desembargador nas cadeiras macias do Barão de Boa-Vista, a desfrutar os encantos de um sarau em palácio, onde ouviu cantar a filha do falecido Crespo. Tudo isso Silva Pontes apreciava muito. Era homem de sociedade, sempre bem vestido e de boas maneiras. Por isso o que mais lhe agradou foram as mobílias e as alcatifas, escolhidas por Boa-Vista. «A mobília do Palácio, isto é, cadeiras, alcatifas e espelhos», dá-nos conta o hóspede, «custou nove contos de réis e há quem dê doze. Tôdas as salas e quartos estão forrados de excelente papel com fr'sos dourados, tudo é lindamente estufado e coberto de ótimas alcatifas».

Dessa vez pouco se demorou Silva Pontes em Recife. A 1 de agosto continuou o caminho, tendo, antes de partir, anotado que a baronesa queria uma cabocla. Não fôra êste o único pedido, no gênero, que recebera. O ministro da Justiça fizera-lhe pedido igual, escrevendo-lhe no final de uma carta: «Não quero concluir esta sem pedir alguma coisa ao presidente da Província do Grão Pará. Êle, que tantos milhares de índios tem à sua disposição, que recebe visitas e conversa com os magnatas da nação Croá, não me poderá mandar um índio de 13 a 14 anos, próprio para pagem, e que seja desembaraçado e jeitoso, para o serviço do interior de uma casa»? (5).

Passou Silva Pontes, por Maceió, a 3 de agosto e, pela cidade do Salvador, a 5. Aí deu de presente os papagaios amarelos e a arara a uma senhora de nome Camila. O papagaio escuro,

(5) Carta de 15-8-842, cit.

que viera com fama de mau, morreu na Bahia. A 7 de agosto deixou Salvador, com a tralha de bichos diminuída, em demanda da Guanabara. Depois de cinco dias de viagem aportou ao Rio de Janeiro no dia 12 de agosto, à noite. No dia seguinte, dormia tranqüilo, longe dos enjões, no Hotel de Itália, no Largo do Rocio, bem próximo ao Teatro de São Pedro (6).

A 16 de agosto tinha assento na Cadeia Velha, entre os representantes da Nação. E dias depois se transferiu do Hotel de Itália para uma casa localizada na Praia de Botafogo nº 10 (7). O principal, que objetivava com a mudança, foram os banhos de mar, recomendados como remédio. Depois de se instalar, deu início à chusma de recados e encomendas, que trouxera, principalmente de São Luís. Aí, entre outras, recebera a incumbência de mandar fazer o busto da senhora Veloso, espôsa do desembargador, que lhe dera hospedagem no Maranhão. Além do busto, lhe pedira o amigo u'a moldura dourada.

A 8 de setembro encomendou Silva Pontes o busto ao célebre Pettrich, que lhe pediu 150\$000 pelo trabalho, comprometendo-se a aprontá-lo dentro de duas semanas. Em seguida foi ao dourador Ruqué, que se mudara havia pouco tempo para a rua do Ouvidor nº 139. Aí apreçou a moldura por 80\$000 e mais 5\$000 de encaixotamento. No dia seguinte escreveu Pontes ao colega Veloso sobre as aquisições, que fizera por sua conta. Pettrich só deu pronto o busto no mês seguinte. A 9 de outubro pagou-lhe Pontes 154\$000, sendo os 4\$000 de engradado, mais os 85\$000 a Ruqué. E em breve busto e moldura seguiam o caminho de São Luís, a fazerem alarde de sua procedência (8).

Além das encomendas e recados, distribuiu Pontes os presentes que trouxera do norte, pelos amigos e parentes. Engaiolara êle papagaios, araras e jacamins, que deviam ser apreciadíssimos na Córte, e que constituíram o principal de suas dádivas. Não trouxe, por certo o caboclo, que lhe pedira Paulino, pois não fez o desembargador a menor menção ao fato. Do contrário constaria infalivelmente do seu diário. Apenas os papagaios chegaram até o Rio de Janeiro. Um dêles, um belo exemplar do Pará, teve sorte inesperada e digna. Fôra o presente de Silva Pontes a sua prima

(6) A viagem de Silva Pontes consta de um diário seu, manuscrito, com o título: *Diário de um Presidente*, in Arquivo Particular de Silva Pontes, A.H.I. Dou na gravura 23 a fotocópia da primeira página desse diário.

(7) Na gravura 24, da Praia de Botafogo, se vêem as primeiras casas da praia, vindo-se do morro da Viúva. Saiu publicado no *Ostensor Brasileiro*, 1845-1846.

(8) *Diário de um Presidente*, cit.

Viscondessa de Barbacena. O papagaio, porém, era ambicioso. Não se contentou com o palácio do visconde, quis conhecer a Quinta da Boa Vista. Um dia que o Imperador foi de visita aos Barbacenas o papagaio se mostrou tão gentil, tão inteligente e tão gracioso, que o monarca não teve dúvida de pedir o bicho para a Imperatriz. Foi, pois, uma rápida carreira a que este papagaio fez. Chegado à Corte em 1843, cinco anos depois já se achava instalado no paço de São Cristovam. É a própria viscondessa quem, em carta de 28 de fevereiro de 1848, contava a Silva Pontes a história do papagaio. Ainda que inglesa de nascimento, explicou em português mesmo que o imperador fôra, por aqueles dias, almoçar «na minha humilde chácara». Mas, em vez de prazer, dera-lhe a visita do monarca tristeza, pois dizia ela: «Depois de ter em meu poder, pelo espaço de tanto tempo, o mimo que V. Excia. teve a bondade de me dar, do lindo papagaio do Pará, teve destino mais alto e poderoso. No almoço imperial, sua majestade admirou a beleza e mansidão do pássaro e disse tudo quanto era possível sobre o quanto a imperatriz apreciava tais animais, bichinhos, etc., que não houve remédio senão oferecê-lo com bastante mágua minha por ser um companheiro constante; não posso dizer mais, derramei lágrimas com a sua partida e a falta que tenho sentido é maior do que poderia supor. Praza a Deus que seja bem tratado» (9).

2. Silva Pontes era amigo íntimo de Manuel de Araujo Pôrto-Alegre. Quando no Pará, recebera d'ele uma carta, tipo de artigo de jornal, em que o artista desancava o seu odiado inimigo Justiniano José da Rocha, com exuberância de injúrias, muito ao gosto da época. Mas, na verdade, era velha a quezília. Já em 1837 arremetera o pintor contra o jornalista desafeto, não em versos, como o fez em 1842, mas em duas caricaturas. Porém não se contentou em escachar Justiniano, apenas: foi além, investindo, pouco depois, do mesmo jeito, contra Bernardo Pereira de Vasconcelos, que nomeara o inimigo diretor do *Correio Oficial* e professor de História do Brasil do Colégio de Pedro II (10).

Não é propriamente a rixa de mestre Pôrto-Alegre o que nos interessa agora, senão o final da carta, que escreveu a Silva Pontes, em 1842, quando este se achava em Belém. Terminava êle esta carta com terrível versalhada, a que denominou *Ode Homérica*, composta «no dia do doutorado em Matemáticas do Rocha, cujo sêlo

(9) Arquivo Particular de Silva Pontes, A.H.I., *Correspondência Recebida*.

(10) São as gravuras que reproduzi no meu trabalho: *Vasconcelos e as caricaturas*, cit.

pendente é uma rolha». A ode tinha comêço com os seguintes versos:

«Aprender artes, ofícios,
Estudar anos inteiros,
Enriquecer aos livreiros,
Só faz rombo sandeu.
Para ser rico, nobre, sábio,
Com mil outros galardões,
Basta só nas eleições
Fazer papel de judeu.
Cartinhas amáveis,
Chapinhas estáveis,
Troquinhas notáveis.
E os maganões,
Espertalhões,
Com as mangações
Aos toleirões,
Tudo agiganta o Progresso.
Viva o amor. Fora o Regresso».

Os versos encheram uma página inteira. Era justamente a época de inspirações no Progresso e no Regresso. Gosmavam-se, então, palavras de esperanças ao primeiro, enquanto era o outro, impiedosamente, zimbrado. Por isso na ânsia de estracinhar o Regresso, não só na figura de Justiniano, mas ainda nas de Rodrigues Silva e Pereira da Silva, não se conteve o poeta em uma página e prosseguiu na segunda a continuação da ode, com o esclarecimento: «Ora lá vai o resto a pedido do nosso cônego». Este resto tinha por final o seguinte estribilho:

«Chegou a idade
Da liberdade
Em f'licidade
Pra humanidade.
Tudo agiganta o Progresso.
Viva o amor. Fora o Regresso» (11).

Era natural, em consequência da amizade que os unia, se familiarizasse Silva Pontes, uma vez na Côrte, com os discípulos de Pôrto-Alegre. Muito o considerava o mestre. E, de certa feita, escreveu sôbre os méritos do desembargador: «poucos homens há

(11) Carta de 29-4-842, in Arquivo Particular de Silva Pontes, A.H.I. O cônego, a que se referia Pôrto-Alegre, devera ser Januário da Cunha Barbosa.

no Império que o acompanhem em zêlo e luzes» (12). Assim, presumo eu, o conhecimento de Silva Pontes com Rafael Mendes de Carvalho devera ter ocorrido por intermédio do futuro Barão de Santo Ângelo. E, em se tratando de homem de prestígio entre literatos e artistas, além de deputado, imaginou Rafael pintar-lhe o retrato, pois com isso teria o prestimoso baiano a seu favor.

3. A 1 de outubro já estava Rafael na Praia de Botafogo nº 10, a tracejar o retrato do desembargador. Êste, satisfeito, consignou no seu *Diário*: «Começou o Rafael a tirar-me o retrato, que diz pretende apresentar na exposição dêste ano». No mês seguinte continuava o artista o seu trabalho. A 20 de novembro, por exemplo, conseguiu por pouco tempo o modelo diante de si. Pontes freqüentava a sociedade elegante. E neste dia teve de se vestir com apuro, para jantar em casa do Santo Amaro. Na véspera adquirira notáveis lenços de seda no Marelím, a 2\$400 cada um, contando estreá-lo no jantar do diplomata.

Só no dia seguinte pôde Rafael conter o ilustre modelo sossegado, a fim de bosquejar os últimos traços da obra. A 23 de novembro devera Pontes ter conversado com o pintor, pois anotou: «Daqui a 8 ou 10 dias devo ir ver o retrato». Por pouco tempo se iludiu com a obra de arte. A 27 fôra à casa de Pôrto-Alegre, que ficava na Lampadosa. O artista tinha sempre inúmeras coisas a mostrar aos amigos e a maldizer de meio mundo. Leu, então, a Silva Pontes «alguns trechos de uma sátira que está compondo». E depois confessou «que o retrato, que está fazendo o Rafael, não está bom».

Neste particular era a opinião do mestre acatada, fôsse ou não verdadeira. O «não está bom» de Pôrto-Alegre ficou no subconsciente de Silva Pontes, de tal maneira, que o fez sofrer tremendo abalo, quando, dias depois, se lhe deparou o retrato, mais de macaco do que de gente. Mas deixemos o próprio Pontes contar-nos a sua visita à academia de Belas-Artes na esplendorosa manhã de 10 de dezembro de 1843, em que trocara o banho de mar pela exposição.

«Esquecia-me notar», escrevia êle, «que fui de manhã à exposição da Academia de Belas-Artes. Tinham-me gabado por tal modo o quadro grande do Cicarelli (13), que não preencheu as

(12) Carta de 9-1-850, in Arquivo Particular de Silva Pontes, A.H.I.

(13) Anos depois, quando em Montevidéu, como encarregado de negócios, Silva Pontes foi retratado por êste mesmo Cicarelli. Em diário particular, de 1848, escreveu o desembargador a seguinte nota, referente aos últimos dias de julho e primeiros de agosto: «Durante esta lacuna o mais

minhas expectativas pelas imperfeições que se lhe podem notar. Digno de maior apreço me parece o quadro pequeno do mesmo autor em que êle exprimiu ôtimamente os efeitos da luz do luar e de uma vela. Ambos êsses quadros foram comprados pelo Imperador. Notei o quadro do Senhor morto, cuja idéia diz-me o Pôrto-Alegre que não é original. Há uma paisagem notável, representando um bosque. O autor do quadro, que representa o poeta Gonzaga na prisão, dá esperanças, e deve ser animado. Para vergonha minha também se acha na exposição o mono que o Rafael diz ser meu retrato. Os bustos do Pettrich são sempre excelentes, posto que os ouvi notar de maiores do que os originais» (14).

Não era apenas o nosso Rafael a exhibir quadros, como devera ser o retrato de Silva Pontes, que o próprio interessado refugara. Dois anos antes, 13 de dezembro de 1841, Florêncio Varela, dos mais notáveis argentinos da época, pela inteligência e cultura, visitou também a exposição da Academia de Belas Artes, realizada naquele ano, e deixou consignada a sua opinião. Sôbre a Academia dizia ser um estabelecimento regular para a capital, porém inferior ao que se pensava que fôsse. Não foi Varela, ao menos nas suas cartas, escritor que nos tratasse com muita rabugice. Ao descrever a Côrte, afirmava : «Es la primera Ciudad de Sud America, por su extensión, por su riqueza, por su comercio, por su civilización sobre todo». O único reparo que fez foi de que «ninguna casa tiene letrinas». Curioso, chegara o argentino a investigar as causas do fenômeno e concluir : «he averiguado de cierto que los habitantes no están exentos de las necesidades para que son precisas aquellas oficinas». Esta observação explica a quantidade de reclamações, que publicavam então os jornais contra a imundície dos *tigres*, espalhados pelas ruas. O Beco da Cancellada, próximo à rua Direita, era o local preferido. Aí, nem as senhoras escapavam incólumes a semelhantes feras. «Ainda ontem»,

notável é que me fiz retratar por Alexandre Cicarelli, ao qual dei cem patações, por ser êsse o preço da terra (cientos columnati). Dizem que o retrato está parecido; mas eu não gosto dêle, porque em algumas partes está pintado sem delicadeza, por exemplo nos cabelos da cabeça e da cara e na orelha que aparece. Fiz-me retratar de paletó, porque não tinha beca». (*Diário de 1848, in Arquivo Particular de Silva Pontes, A.H.I.*). Do homem, que se fez retratar por Cicarelli e Rafael, não consegui um só retrato. Sôbre Cicarelli, vide interessante trabalho de David James e Francisco Marques dos Santos, *Raimundo Augusto Quinsac Monvoisin, in Anuário do Museu Imperial, VII, Petrópolis, 1946, págs. 36, nota 13, e 42 a 45*. Cicarelli deixou Montevidéu, seguindo para Valparaíso, no dia 7 de agosto de 1848, segundo consignou no referido diário Silva Pontes. Do Chile se correspondeu com Pontes.

(14) *Diário de um Presidente, cit.*

lê-se em jornal da época, «indo uma bela senhora para o teatro, deparou com um famoso tigre, e, não obstante ser do grande tom, não lhe valeram os pulinhos, porque tantos deu, que, esmagando o tigre, ficou mordida». Em vez das oficinas de D. Florêncio, usavam-se os «barris para limpeza», que se vendiam a 160 e 200 réis, na rua do Cano nº 44 (15).

Na Academia de Belas Artes apreciou Varela inúmeros quadros originais, «mui buenos», entre êles telas de Velasques, de Rubens, de Van-Dick e de Murilo. Mas, no tocante aos quadros expostos em 1841, dizia que eram de pouquíssimo merecimento e alguns de muito mau gosto, com exceção de um retrato, muito bem feito: «un retrato magnificamente dibujado y pintado» (16).

4. Com tôda a crítica de mestre Pôrto-Alegre e indignação do ilustre modelo, não esmoreceu Rafael. Parece-me, porém, que deixou, ao menos por algum tempo, os modelos capazes de reclamar a própria superioridade sobre os símios, e passou a desenhá-la natureza, que não tem veleidades à elegância, de lenços de seda, de 2\$400, ou gravatas, de 7\$000. A 14 de dezembro de 1843, pintava Rafael, esquecido do mono, diversas paisagens de Botafogo (17).

Mas, além de discípulo, era Rafael amigo de verdade de Pôrto-Alegre. E, logo no começo do ano de 1844, saiu em defesa do mestre, atacado por um pintor francês, que se não conformara com a crítica de Pôrto-Alegre aos quadros que expusera. Um dêles era o «Senhor morto», a que se reportara Pontes (18). Porém revidara o francês Moreau ao artigo de Rafael. E de outro articulista, que saiu também a campo, em defesa do amigo comum, é que sabemos ser então Rafael «jovem a quem sobejam merecimentos», mas «inexperiente», pois fugira à polêmica iniciada, diante da agressão do contendor, chamando-o de testa de ferro de Pôrto-Alegre (19).

No ano seguinte se dedicaria Rafael a outro gênero de desenho. Era, por índole, caricaturista.

(15) O *Despertador*, ns. 739 e 746, de 21 e 28-8-840, e *Jornal do Comércio*, nº 124, de 14-5-841 (4ª pag.).

(16) Cartas de D. Florêncio Varela, do Rio de Janeiro, 16-6 e 22-12-841, apud Leôncio Gianello, *Florêncio Varela*, págs. 567 e segs. (Buenos Aires, 1948, Ed. Guilherme Kraft).

(17) Referências a Silva Pontes e a Rafael, in *Diário de um Presidente*, cit.

(18) In *Diário de um Presidente*, cit.

(19) *Pharol Constitucional*, nº 108, de 7-2-844. De Paranhos Antunes, *O pintor do romantismo*, cit., págs. 125 a 127. Vide nota 12, Cap. VI.

V

A LANTERNA MÁGICA

1. Em 1844 apareceu no Rio de Janeiro o periódico intitulado: *Lanterna Mágica*. Sobressaía entre os muitos jornais, que pululavam então, pela feição de suas críticas, sempre iluminadas de gravuras, cuidadosamente trabalhadas. Destinava-se à crítica da sociedade, em geral, e, em particular, de um ou outro aspecto local da política, do jornalismo ou do teatro. O idealizador foi, por certo, Araújo Pôrto-Alegre, que, havia muito tempo, talvez pensasse em uma revista do gênero daquela. Conseguiu, em 1844, a realização do seu pensamento, segundo me parece, de parceria com Silva Pontes, no tocante aos artigos, e com Rafael Mendes de Carvalho, seguramente, no que respeita às caricaturas.

A crítica, que faz a *Lanterna*, é completa. Atinge a todos, indistintamente: filósofos, artistas, políticos, literatos, médicos homeopatas, que iniciavam a luta de descompostura contra os alopatas. Ninguém lhe escapa. O Regresso, o jornal a *Sentinela da Monarquia*, o Teatro de São Pedro, eram casos particulares de rixas para a *Lanterna*.

O título, por inteiro, do novo periódico era: *Lanterna Mágica, Periódico Plástico e Filosófico*. Não tinha data de espécie alguma. A determinação do tempo não se coadunava com o objetivo da publicação. A do espaço, pôsto que menos rigorosa a abstração, ainda assim se limitava a mencionar o Império do Brasil. Apenas pelas tipografias, onde se imprimiram os vários números da *Lanterna*, é que se consegue determinar-lhe a data e o lugar. Essa indeterminação fazia parte da maneira de ser do jornal, que se não apresentava como defensor de idéias políticas e estéticas, senão como palco, em que se desenrolavam as cenas quotidianas, vividas por todos, inconscientemente, ridiculamente. No primeiro número do jornal, à guisa de explicação dessa ojeriza no que dizia respeito ao tempo e ao espaço, lê-se o seguinte: «A *Lanterna Mágica*, drama em trezentos e sessenta e seis atos, representado durante

a sucessão do tempo, no Teatro do Bêco da Patuscada. A cena passa-se no Império do Brasil» (1).

Contém êsse drama a história de um oportunista, tão comum naqueles tempos, capaz de ser tudo na vida, desde o miraculoso curandeiro, mestre em pomadas e águas destinadas a todos os males, até o inventor das mais secretas fórmulas para casos de amor não correspondido, e outras coisas semelhantes. Tudo isso era anunciado nos jornais, num estilo muito circunspecto, muito ingênuo, muito convincente. Não se dizia, por exemplo, piolhos ou servandijas, senão, delicadamente, bichos de cabeça. Nem, tão pouco, se lavavam, diàriamente, as cabeças, com água e sabão, a evitar-lhes os bichos da cabeça. Mas, com a premissa vencedora, de que as crianças eram sujeitas aos bichos, deixavam que êstes se instalassem, para aplicarem, depois, complicada receita: uma gema de ovo, misturada com manteiga fresca e com uma colher de azeite doce. Besuntava-se tudo isso na cabeça do inocente, que uma hora depois era lavada com água morna e vinagre. «Não só os bichos», afirmava a receita, «mas também as lêndeas ficarão inteiramente destruídas» (2). Era, não resta dúvida, um consôlo, mas ainda um estilo de vida.

Chamava-se Laverno a notável figura, que a *Lanterna* faz encarnar êsse estilo de vida. É por isso que o apresenta, ao mesmo tempo, como economista, médico homeopata, político, artista, geógrafo, alcoviteiro, teólogo, agiota, dentista, poeta, ator. No seu rosto, no seu porte, no seu ventre rotundo, em todo o seu ser, enfim, espalhavam-se as possibilidades multífluas do seu gênio. Nada existia que o entendimento desta personagem não clarificasse a ponto de fazer com que o seu inseparável companheiro, o Sr. Belchior dos Passos, homem bronco, o compreendesse perfeitamente bem. Por mais metafísico que fôsse o problema e mais sutil a conclusão, o método de exposição de Laverno era tão límpido, tanta clareza ressudava de suas palavras, que Belchior bispava tudo quanto lhe dizia o amigo e via em cada uma das profissões, que abraçava Laverno, bruxulear a esperança de melhores dias para ambos. É verdade que a passividade de Belchior, diante do mestre, não significava apenas confiança, senão também um modo fácil de ganhar a vida.

Às possibilidades horizontais de Laverno, outras verticais se acrescentavam. Eram multifárias as internacionais. Certa vez, a

(1) Os exemplares da *Lanterna Mágica*, que examinei, pertencem à Biblioteca Nacional, Seção de Obras Raras.

(2) *Jornal das Senhoras*, 1854, Biblioteca Nacional, Seção de Obras Raras.

justificar a sua falta de nacionalismo, dizia êle a Belchior: «O nome é sempre o mesmo, pateta; a terminação faz a nacionalidade. Serei francês, sendo Lavernu; russo, Lavernoff; inglês, Laverson; italiano, Lavernini ou Lavernetti; polaco, Lavernock; alemão, von Lavernitz; holandês, van Lavernisck; egípcio, Lavernud-Bei; espanhol, D. Laverno d'Alfarroche, e assim por diante» (3).

Outra constituição física, magrelo, tímido, nervoso, não conseguira Belchior perder os velhos hábitos burgueses, que herdara de seus avós. Por isso duvidava às vêzes do que lhe dizia Laverno, principalmente no tocante às metamorfoses do amigo, que o assustavam. Laverno, então, regougava: «Não prossigas, imbecil. Nasceste para ser dez réis, e nunca chegarás a vintem». Belchior, conformado com a sorte, fraquejava, fazendo com que a disputa terminasse: «Percebo, meu amor», dizia êle ao espectralhão, «tu és um homem admirável».

A cada uma das cenas do drama, descritas no texto, correspondia uma caricatura. E embora dissesse o autor tratar-se de uma publicação fora do tempo, essas caricaturas focalizavam maravilhosamente a Côrte, em pleno 1844. Não tanto pelo que escreveu, às vêzes mesmo cenas desenxabidas e insossas, quanto pelos desenhos que estampou, se tornou o periódico interessantíssimo. O primeiro número, impresso na *Tipografia Francesa*, à rua de São José, nº 64, traz uma espécie de prólogo, em que se esclarece o objetivo do jornal. Não é muito extenso, merecendo ser transcrito aqui: «Caríssimos leitores. Não é com o intuito de especular a vossa amável bolsa, nem tampouco amor dêsse vil metal, que os séculos apelidaram ouro, que vai comparecer no tribunal de vossas vistas mais esta publicação. Um gigantesco patriotismo, uma dessas erupções de amor pelo bem do país, uma atração irresistível para a salvação da humanidade, uma coisa que se não pode explicar senão com os tempos, nos obriga a emprender esta obra clássica, e êste bosquejo do século, que dará mais que fazer aos vindouros filósofos e estadistas que o Morro do Castelo, êsse ladrão que nos furta todos os dias a viração da

(3) Referindo-se Silva Pontes a determinado indivíduo, dizia a Paulino: «Daqui (Montevideu) se foi a França, porque ainda que nascido em Lisboa é filho de pais franceses, e pensa que pode ter duas nacionalidades, senão três, porque afirmam também que há pouco se naturalizou oriental». Êste trecho de Pontes (Conf. de 31-5-850, in A. V. U.) me faz lembrar o transcrito da *Lanterna Mágica*, em que se descreve Laverno, ajeitando o sufixo do nome à nacionalidade do momento. Vide gravura 25.

barra, e que passa de ano em ano impunemente, sem achar uma alma caridosa que o ponha de crista para baixo» (4).

Depois dessa apresentação de ordem geral, em que toca no problema do desmoronamento do Castelo, que ainda em 1840 se discutira no Senado, passa a particularizar o programa: «*A Lanterna Mágica* é filha de profundas convicções; é o teatro onde se apresentarão as principais cenas da nossa época, sem ressaibos de personalidades, e sem intuito de fazer alusões a êste ou aquêlê individuo: a cena das generalidades reinará no seu proscênio, e seus quadros representarão sempre os mesmos individuos, os mesmos atos, revestidos sòmente do caráter que se lhes der na oportunidade».

Determinava-se neste passo a característica do jornal, que o próprio nome sugeria, que vinha a ser a de, apenas, fotografar as duas personagens, que apresenta, como verdadeiras revelações, não do cérebro do artista, mas da vida diária da cidade. São tipos que se encontravam então a cada momento, no Largo do Rocio, na rua do Ouvidor, no Teatro de São Pedro, no *Sentinela da Monarquia*, nos bailes, nas reuniões, até mesmo nas senzalas. Enfim, onde houvesse povo, lá estavam os dois.

«O protagonista da cena», apresentava-se assim a personagem principal, «será sempre o imortal Laverno, êsse homem prodigioso, espécie de Mefistófeles, de Judeu errante, que anda entre nós, nas praças, nos templos, no parlamento, nas estalagens, nas lojas e nos ranchos das estradas: que se acha ora no mar, ora na terra e mesmo às vêzes por êsses ares fora. Será seu companheiro inseparável o seu íntimo amigo Belchior dos Passos, e terá por séquito outras mais personagens, que darão realce a esta grande obra e esta nova espécie dos nossos tempos. Esta publicação

(4) A questão do Morro do Castelo vinha do século XVIII. O parecer da comissão especial da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, de 26-9-839, «sobre o abatimento do morro do Castelo», dizia, ao terminar favoravelmente à demolição: «Esta opinião não é só dos membros da Comissão, é também a de três ilustres médicos brasileiros antigos, que já não existem, os Doutores Marreiros, Gomes e Medeiros, que nas suas respostas a um programa da Câmara Municipal desta cidade no ano de 1798, impressas no 1º tomo do jornal denominado o *Patriota*, manifestaram igual pensamento. O Dr. Bernardino Antônio Gomes é a êste respeito tão positivo nessa resposta, que seja-nos permitido transcrevermos as suas próprias palavras, quando fala dêste objeto: «Os morros», diz êle, «são a causa das moléstias da cidade (Rio de Janeiro), por concorrerem para o calor do clima: dêstes porém o mais nocivo é o do Castelo, porque é o que obsta à viração do mar, vento o mais constante, o mais forte e o mais saudável». O parecer de 1839 está assinado pelos médicos: Emílio Joaquim da Silva Maia, relator, Lourenço da Silva Godinho e Francisco Felix Pereira da Costa (*Correio Oficial Nictheroyense*, nº 746, de 23-6-840).

há de melhorar muito com o andar dos tempos; a humanidade marcha à perfectibilidade, segundo as máximas dos Falansterianos, Rebenquistas, Neo-Cristãos, Homeopatas e mais filantropos dêste século. O Sr. Laverno é um dêsses espiritos vastíssimos, cuja concepção é tão grande como o universo, e cuja vontade é mais forte que o destino; é um dêsses tipos que a imaginação tem procurado mil vêzes em todos os recantos do coração humano, um todo que representa o ideal de uma parte da moral e um painel da mais palpitante verdade de tôdas as fases da humanidade. Amen».

Apareceu a *Lanterna Mágica* em 1844. Data dêste ano a maior parte de seus números. Em 1845 subsistiu por alguns meses. Não me parece a mim se verificasse a sua morte por inanição. O contrário devera de ter ocorrido. Apagou-se a *Lanterna* quando era completo o seu êxito. Os redatores do novo periódico é que, em princípios de 1845, tiveram de tomar rumo diferente na vida. Apenas um continuou no Rio de Janeiro, enquanto os outros dois seguiram para o estrangeiro. Antes de passar aos redatores, apontarei uma estravagância da *Lanterna Mágica*, que vem a ser o fato de ter sido impresso em várias tipografias, a saber: Tipografia Francesa, rua de São José, nº 64; Tipografia Austral, Bêco do Bragança, nº 15; Tipografia J. J. Barroso & Companhia, Rua da Alfândega, nº 6; Tipografia Brasileira, Rua da Alfândega, nº 135, e Tipografia de Barte & Harring, rua do Ouvidor, nº 123 (5).

2. Manuel de Araújo Pôrto-Alegre foi o principal autor da *Lanterna Mágica*. Comprovam-no as características da revista, a natureza de suas rixas, com o *Sentinela*, com os teatros em geral e, em particular, com o de São Pedro, com o Regresso e com os Homeopatas (6). Não bastassem tantos indícios, teríamos a seguinte prova material: a letra do lundu, que se estampa em um dos números da *Lanterna*, com o título: *Fora o Regresso*, é, justamente, a *Ode Homérica*, composta pelo próprio Pôrto-Alegre

(5) Das notas que tomei, vejo que a maior parte dos números saíram em 1844, números 1 a 14.

(6) Há uma carta de Araújo Pôrto-Alegre, no Arquivo da Casa Imperial, que se encontra no Museu Imperial de Petrópolis, datada de 10-4-844, em que se refere ao Dr. Mure. É possível ter sido êsse homeopata o inspirador do que escreveu Pôrto-Alegre e da caricatura de Rafael, que reproduzo na gravura 26. Inspirou Rafael, bem entendido, à crítica, porque o desenho é nitidamente Daumier, «Robert-Macaire neveu». (A carta de Pôrto-Alegre, in *Maço VII*, nº 5.188).

e remetida a Silva Pontes, em 1842, quando êste presidia o Pará (7).

Aproveitou-a êle agora, em 1844, afinando-a ao lundu, como de autoria do engenhoso Laverno, pois, mais do que nunca, continuava no cartaz o Regresso, com a queda dos conservadores, no comêço do ano, e ascensão do Progresso, representado pela facção conservadora dissidente e pelos liberais. O Regresso, portanto, estava por baixo e perseguido. A ode, transvestida em lundu, calhava maravilhosamente, uma vez que deixava de ter o cunho pessoal, contra Justiniano José da Rocha, e passava a endereçar-se a todos do partido decaído.

Não só no lundu, todo êle feito à mão, mas ainda em uma das caricaturas, as versalhadas de 1842 aparecem na *Lanterna Mágica*. Apresenta a caricatura o interior de uma taberna. Na parede, ao fundo, vê-se o anúncio do Teatro São Pedro. Trata-se do benefício da senhora Lavernel. Coroas de louros e vestidos complicadíssimos da cantora acham-se dependurados. Garrafas de vinho, espalhadas pelas mesas e atiradas no chão, caracterizam nitidamente a cena. Completam-na uns indivíduos bêbados. A farra fôra grande, mas chegava ao fim. E devera de ter sido logo depois da representação. Belchior tenta bamboar os quadris encanzelados, armando uns passos de dança. Enquanto isso, Laverno, já em parte desembaraçado dos trajes de cantora, apoiando-se com o pé esquerdo numa cadeira, agarra a viola, que ponteia, e canta:

«Chegou a idade
Da liberdade
Em f'lecidade
Pra humanidade.
Tudo agiganta o Progresso
Viva o amor. Fora o Regresso» (8).

Êste lundu, que Laverno canta de olhos revirados, já quase no final da farra de 1844, é a *Ode Homérica*, que o próprio Pôrto-Alegre escrevera em 1842, a desopilar o fígado do fel, que acumulara a malquerença contra Justiniano José da Rocha. Consequira, assim, despersonalizar a versalhada, amolengando-a com a música de autoria do Dr. José Maurício Nunes Garcia (9).

(7) Na gravura 27 dou a fotocópia do lundu, cuja música foi ajeitada aos versos de Pôrto-Alegre, de 1842, que transcrevi no Capítulo IV, 2.

(8) Vide gravura 28.

(9) *Guanabara*, pág. 333. Jornal êste de Pôrto-Alegre, Joaquim Manuel de Macedo e Gonçalves Dias. Êste último foi substituído por Paula Brito. (In Biblioteca Nacional, Seção de Obras Raras).

O ritmo escolhido estava na moda, havia alguns anos. Em 1840, por exemplo, eram os lundus da Bahia, do compositor P. Teles, que se vendiam em profusão a \$160, como se deduz dos anúncios, embora sem o sabor político, pois eram seus versos dêste gênero:

«Querem ver esta menina,
Dizem que com todos manga;
Comigo perde seu tempo,
Inda que chore pitanga» (10).

Ainda que com semelhantes versos, o lundu, talvez pela espontaneidade da música, teve o seu momento de prestígio. É bem verdade que, em 1844, já a modinha romântica, como chamavam a composição, tipo de *A Noiva do Sepulcro*, de F. de S. Noronha, apparecesse com mais freqüência nos anúncios de P. Laforge, rua da Cadeia, nº 89, a imprensa da música (11).

A interferência de Silva Pontes na redação e idéia de certas cenas da *Lanterna*, parece-me comprovada por vários fatos. Em primeiro lugar, na época, talvez fôsse Silva Pontes um dos poucos escritores e políticos que se interessassem no Brasil pelas teorias socialistas e deixasse o seu pensamento escrito a êste respeito. Transcrevi, ao tratar da estada de Pontes no Recife, não sòmente o que disse êle sôbre os falansterianos de Fourier, mas também a referência que fez ao livro de Luiz Reybaud, que presenteara ao Barão de Boa-Vista, com visível intenção de rechaçar os planos do Engenheiro Vautier. As idéias de Pontes eram contrárias às teorias e, principalmente, que se pretendesse, na prática, a colonização, como ideara o francês realizar em Pernambuco (12). Era natural, portanto, que, de volta ao Rio de Janeiro, lhe viesse ao pensamento aquêllo plano, com o qual não concordava, e o criticasse.

(10) *Diário do Rio de Janeiro*, de 22-2-840, anúncio de P. Laforge, rua da Cadeia, nº 89.

(11) *Jornal do Comércio*, de 11-5-844. «A flor do malmequer», também anunciada era modinha, mas, como se lê do anúncio, «arranjada sôbre um motivo favorito do final da ópera «Norma», por F. Rufino». Assim não era só o nosso Rafael a inspirar-se no europeu, no que respeita a caricaturas; senão também na música, passando-se trechos de óperas para o ritmo da modinha. se denunciava a mesma técnica.

(12) Transcrevi o *Diário* de Silva Pontes, justamente no trecho em que êle se referiu à colonização falansteriana em Pernambuco. O Dr. Mure, a que me reportei em nota 6, era falansteriano, escrevendo no *Jornal do Comércio*, de 17-12-840, longo artigo sôbre colonização com uma gravura do plano falansteriano. Êste plano o próprio Mure o entregou a D. Pedro II, conforme se vê de notícia publicada pelo mesmo jornal, de 22-12-840.

Isso aconteceu com a *Lanterna Mágica*. Logo no primeiro número, justamente na apresentação, encontramos alusões aos falansterianos, bem como aos saint-simonianos, de cambulhada com os metodistas e homeopatas. Parece-me significativa esta coincidência de temas.

A maneira por que se redigiram certas frases e o respeito a certas regras de sintaxe, nem sempre respeitadas na época, levam-me ainda mais a enxergar o dedo do desembargador. A regra de sintaxe, a que me refiro, sempre respeitada por Silva Pontes e raramente pelos escritores da época, é a de que o sujeito não admite regência de preposição. Por isso escrevia Pontes a Paulino, nas suas confidenciais: «que não há de êle carecer», e «lhe há de êste narrar». O comum era de se escrever erradamente: «dêlê carecer» e «dêste narrar». O mesmo respeito encontro na *Lanterna Mágica*, nem sempre muito respeitadora do vernáculo, principalmente da ortografia. Porém escrevia o seguinte acertadamente: «em que é de mister de a idéia ser concluída».

Há outros fatos, que, juntos, acabaram por me convencer da intromissão de Pontes na *Lanterna*. A descrição do internacionalismo de Laverno lembra outra, que fez da mesma tendência de um médico residente em Montevidéu (13). E é concludente o fato de Rafael Mendes de Carvalho se reportar, em carta a Silva Pontes, à *Lanterna Mágica*, como coisa muito conhecida de ambos e isso seis anos depois de desaparecer o periódico (14). Além de tudo isso era o desembargador tido por mestre. Várias vezes escreveu incógnito em um ou outro jornal. Políticos bem conhecidos de então não escrupulizavam em lhe mandar os seus próprios papéis, para correção (15). Pôrto-Alegre era o primeiro a considerar Silva Pontes mestre. Assim o afirmou e vimos não só como lhe escreveu para o Pará, a mostrar-lhe a versalhada de 1842, mas ainda como lia aos ouvidos do desembargador as sátiras, que compunha (16).

(13) Em nota 3, dêste capítulo, transcrevi o passo de Silva Pontes, a que me reporto.

(14) Dou a fotocópia desta carta de Rafael e a transcrevo adiante.

(15) *Diário de um Presidente*, cit., dias 25-11 e 11-12-843. Silva Pontes, além dêste diário, que tenho citado várias vezes, deixou outros, particulares. Infelizmente, do de 1844, que nos poderia revelar mais alguma coisa sobre a *Lanterna Mágica* só encontrei a última fôlha, que reproduzo. Vide gravura 29.

(16) Não é de se estranhar o fato de Silva Pontes escrever em periódico do tipo da *Lanterna*. Por sisudos e circunspectos que fôsem, não se dedicavam os políticos de então de recorrer à pilhéria e ao panfleto. Paulino de Sousa (Visconde do Uruguai), que acabara de ser ministro dos Negócios

3. Resta-nos apenas o caricaturista. Justamente quem nos levou até a *Lanterna*. Não tenho dúvida em afirmar que o próprio Rafael Mendes de Carvalho foi o notável desenhista do jornal (17). O fato de a principal personagem mudar de cara, quase que de quadro em quadro, não prova ter havido mais de um caricaturista. Era este, justamente, o característico do tipo, que encarnava o protagonista do drama, de trasmutar de cara com a mesma facilidade com que substituía o sufixo individualizador de sua nacionalidade. Lavernoff, geógrafo russo, erudito, não podia ter a mesma cara, embora mantivesse o mesmo corpo, do soprano

Estrangeiros, foi nesse ano de 1844 autor de um panfleto, intitulado: *Sentinela Monstro*. De carta de Bernardo Pereira de Vasconcelos a Paulino se conclui que este fôra o autor do panfleto. «Desejava», escrevia-lhe Vasconcelos, «discorrer sobre os abusos das eleições e exemplificar com as do Rio de Janeiro, fazendo comprida e miúda narração das proezas do Grão-Couro-d'Anta. Ninguém me pode mais auxiliar do que V. Excia. que compôs uma memória sobre tais eleições e escreveu a *Sentinela Monstro*». (In José Antônio Soares de Sousa, *A Vida do Visconde do Uruguai*, cit., pág. 172). Não consegui um só exemplar deste panfleto. Apenas encontrei a seguinte descrição no *Catálogo de Jornais*, de M. A. Galvão, manuscrito existente na Biblioteca Nacional, Seção de Obras Raras (Vol. R I — S Y): «*Sentinela Monstro* — 1844 — *ad perpetuam rei memoria!* Panorama da explosão do vapor *Aureliano*, em quadros das demissões dadas pelo procônsul Aureliano de Sousa Oliveira Coutinho, etc. etc. Publicação de 56 x 36 cent. e 4 p(áginas) de 4 col(unas). Typ. Americana, de J. P. da Costa». Era nesta tipografia, à rua da Alfândega n° 43, que se imprimia o jornal *Sentinela da Monarquia*. Rafael, em uma das suas caricaturas, das mais inspiradas em Daumier, retratou a casa em que sa achava instalada a Tipografia Americana, vide gravura 36.

(17) Já no excelente livro: *Biografia do jornalismo carioca (1808-1908)*, pág. 310 (Quaresma Editora, Rio, 1941) Gondim da Fonseca dizia com segurança: «A *Lanterna Mágica* — 1844-1845. Nesta revista encontram-se caricaturas que Pires de Almeida em *O Brasil-Teatro* atribui ao proprietário dela Manuel de Araújo Pôrto-Alegre. Está enganado. Duas dessas caricaturas, que são ótimas, vem assinadas Rafael e denotam traço europeu». De Paranhos Antunes, no livro já citado, *O pintor do romantismo*, referindo-se às obras de Pôrto-Alegre, ao tratar da *Lanterna Mágica*, escreveu com precisão que o caricaturista fôra um discípulo de Pôrto-Alegre, Rafael Mendes de Carvalho. (Pág. 222). Hélio Lobo, no seu livro *Manuel de Araújo Pôrto-Alegre*, pág. 86 (1938, Empresa Editora ABC Limitada, Rio de Janeiro), havia escrito sobre a *Lanterna Mágica*: «Revista satírica, dirigida por Araújo Pôrto-Alegre, seu fundador, teve como colaboradores os Drs. Felix Martins e Samuel Pertence e como desenhista Lopes Cabral e Rafael Mendes de Carvalho, ambos discípulos de Araújo Pôrto-Alegre». O desenhista, no entanto, foi um só, como diz De Paranhos Antunes: Rafael Mendes de Carvalho. Nem seria crível que, em 1844, desenhasse Joaquim Lopes de Barros Cabral numa revista de Pôrto-Alegre, quando, mais ou menos, por esta época estava ele caricaturando o mestre. (Vide: *Auto-biografia* de Araújo Pôrto-Alegre, in Rev. do Inst. Hist. do Rio Grande do Sul, 1930, III e IV, trims., e De Paranhos Antunes, *op. cit.*, págs. 102 e 122).

italiano Lavernini, a cantar no São Pedro, ou do Dr. Lavernu, homeopata francês, a receitar as suas águas miraculosas e a esbravejar contra as sangrias. O desenho, porém, não muda. Pode-se ver, da série que publico, que é sempre idêntico. O mesmo acontece com a técnica. Esboça-se, no segundo plano, a paisagem ou minudeia-se o interior. Tanto uma quanto o outro são bem conhecidos de todos. Ai se colocam os protagonistas no momento mais importante do drama: Lavernu, sempre, a senho-rear o quadro, e Belchior, aparvalhado, a banzar-se do jeito do amigo para tão rápidas metamorfoses. Formam os dois o primeiro plano do desenho, sempre inspirado, senão copiado, de Daumier. Original de Rafael é o segundo plano, em cenários conhecidos.

Duas dessas caricaturas estão assinadas. Uma é a *Ária da Bravura*. Vê-se a Lavernini, cantando no São Pedro. A platéia, em delírio, aplaude a ilustre cantora. É magnífica esta caricatura, não só como desenho, senão também por nos mostrar a platéia daquele teatro, incendiado alguns anos depois. Ao lado direito está assinado o nome do autor: *Rafael* (18). A outra é o *Panteão Homeopático* do Dr. Lavernu (19). É também das melhores caricaturas e traz a assinatura de quem a fez: *Rafael invent*.

Esses dois desenhos assinados levam, a meu ver, os outros: o mesmo traço, o mesmo gôsto, a mesma disposição e até a mesma inspiração. Foram os mestres franceses Daumier e Gavarni, principalmente o primeiro, que serviram de modelo a Rafael (20). Mas não foi um simples copista. Longe disso: inspirou-se êle nos franceses no tracejar com leveza, no apanhar o ridículo, no misturar cenas conhecidas com outras fantasistas. Soube, no

(18) Gravura 30, com o palco do Teatro São Pedro. Reputo das melhores caricaturas da *Lanterna*. Na gravura 31, vê-se o Largo do Rocio, com o teatro (que se incendiou em 1851) bem defronte e, do lado, com o Hotel de Itália, onde Pontes se hospedou (*in Ostensor Brasileiro*, cit., 1845-46).

(19) Vide gravura 26. Cf. com a gravura 32, caricatura de Daumier.

(20) Graças à gentileza do caricaturista Alvarus, posso reproduzir caricaturas da série *Robert-Macaire*, que comprovam a inspiração do brasileiro no mestre francês. Vide gravuras 32 a 34, respectivamente, ns. 62, 2, 49 de *Les cent Robert-Macaire d'Honoré Daumier, préface de Florent Fels*. O Lavernu era Robert-Macaire, e Belchior o Bertrand francês. Estas duas personagens foram tiradas de um drama, *L'Auberge des Adrets*, representado, no Rio de Janeiro, no Teatro São Januário, em 1840, pela companhia dramática francesa dirigida por Ernest Gervaise. O folhetinista do *Jornal do Comércio*, que me parece ter sido Mr. Picot, deu, no dia da representação, perfeita síntese da peça (11-11-840). Teve êxito o espetáculo. O próprio Gervaise fazia o papel de Robert-Macaire. Ainda em 1840, figurou novamente no cartaz *L'Auberge des Adrets*.

entanto, ser original no reproduzir o ambiente em que vivia, ao colocar os dois tipos, de procedência francesa, dentro da realidade fluminense. Os interiores, que se nos deparam, são da Côrte: teatros, assembléias, salas de conferências, tabernas, escritórios e salões. As cadeiras, as mesas, as garrafas de vinho, as roupas, são nossas. Até o piano, talvez inglês, de importação recente, que aparece, deve ser dos que se vendiam na rua da Alfândega, nº 41, fabricados por Butcher & Companhia, ou na rua dos Pescadores, nº 26, por João Broadwood e Filhos (21).

Tôdas as paisagens, com exceção de uma, são da Côrte. A própria exceção talvez não exista, pois a caricatura: *Laverno cantando*, tanto pode ter por cenário uma chácara em Niterói, como na Tijuca, no Andaraí ou nas Laranjeiras. A cena é tipicamente brasileira. A sombra de uma árvore, Laverno, aportuguesado, em mangas de camisa, canta e toca o violão. Dois pares dançam. O primeiro é Belchior, nervoso, diante de uma dama, a ensaiar complicados passos de ida-e-volta: batuque ou fado. É de se notar a dama, parceira de Belchior. Não é o fato de se tratar de caricatura que deu aquêles traços pesados ao rosto da dançarina, senão o artista, incapaz de representar a delicadeza das feições de mulher bonita. O mesmo lhe aconteceria mais tarde, ao individuar a Europa numa figura de mulher. Ao invés de bela, tem ela nariz de papagaio e pronunciada exoftalmia. A cena campestre, porém, é perfeita. Nelas os dois amigos, em férias nos arrabaldes da cidade, distraem-se dançando e cantando. A letra da cantiga, que deve ser de Pôrto-Alegre, é também de se recantar aqui:

«Este mundo é grão cabaço,
cortado, dá duas cuias;
numa bebem os Lavernos,
noutra bebem os Tapuias.
Se tu tens, ó minha vida,
duas combucas de amor,
sou Laverno, sou Tapuia,
sou um grande bebedor».

«Este mundo é cosmorama
com vistinhas de mil côres
nos Palácios estão Lavernos,
Tapuias nos corredores.
Se tu tens, ó minha vida,

(21) *Jornal do Comércio*, de 26 a 28-5-844, nº 140.

um cosmorama gostoso,
sou Laverno, sou Tapuia,
sou de tudo curioso».

«Este mundo é loteria
de pretas e brancas sortes,
aos Tapuias cabem fracas,
aos Lavernos cabem fortes.
Se tu tens, ó minha vida,
um bilhetinho d'amor,
quero ter a sorte grande,
eu já sou seu comprador» (22).

As outras paisagens, que se encontram na *Lanterna Mágica*, são do centro da cidade. Muitas ainda hoje localizamos, por se referirem na maior parte ao Largo do Paço. Eram vistas familiares ao caricaturista, que morava ali perto, na rua do Cano, nº 10. Assim encontramos, o Hotel de França, a Cadeia Velha, o chafariz, uma das tôrres da igreja de São José, uma parede cheia de anúncio. Isso no que diz respeito ao cenário predileto, porque, saindo-se do Largo do Paço, onde deixamos interessante *cab*, vamos encontrar o Tesouro Nacional e a fachada do jornal *Sentinela da Monarquia*, ou seja, a Tipografia Americana, na rua da Alfândega nº 43 (23).

De todos os desenhos ressuma o que havia de mais peculiar à época, que eram os anúncios, principalmente os de remédio, como, por exemplo, as *Pérolas Veletas Americanas*, as *Chapas Medicinais* e o *Unguento Durand*. Estes e outros anúncios enchiam colunas dos jornais. E Rafael aproveitou-se de tudo isso, maravilhosamente, como motivo da vinheta, que emoldura a cena passada defronte do Tesouro Nacional. Neste desenho, ainda que o não assinasse, deixou o artista o seu cartão de visita, ao escrever: *ecencia*. Só ele, com a sua arrevezada grafia, cometeria semelhante erro (24).

(22) Vide gravura 35. Esta letra tem também sua música, tôda feita à mão.

(23) Vide gravura 36. O primeiro plano é cópia de Daumier. Cf. com a gravura 33. As gravuras 37 a 40 referem-se ao Largo do Paço e imediações.

(24) Vide gravura 41. Nas gravuras 42 a 45 reproduzo outras caricaturas da *Lanterna Mágica*. Herman Lima, em artigos publicados no *Vamos ler!*, de 21 e 28-12-944, reproduziu caricaturas, não só da *Lanterna Mágica*, mas ainda da série de 1840, que atribuo a Rafael.

VI

RAFAEL NO RIO DA PRATA

1. A revista desapareceu logo no começo de 1845. Laverno despedia-se de Belchior dos Passos, dizendo-lhe da próxima viagem que ia fazer: «Muitos e poderosíssimos motivos, meu Belchior, me obrigam a apartar-me de ti, talvez por pouco tempo, a emprender uma viagem ao norte e quem sabe se de lá à Europa». Êste adeus de Laverno, tanto poderia ser de Rafael, quanto de Silva Pontes. Era, sem dúvida, a *Lanterna* arma política perigosa. Delicadamente, maneiramente, foi a sociedade dissolvida.

Pontes não se elegera deputado, pois seriam os seus inimigos locais que ascenderiam ao poder com a nova política de fevereiro de 1844. No entanto ficara ao lado do *Progresso*, intimamente ligado à *panela da Joana*. A recompensa, que lhe deram, foi a nomeação para encarregado de negócios do Império em Montevidéu, em janeiro de 1845. Não me parece fôsse esta nomeação fruto de simpatias, senão da necessidade, porque o ministro, que nomeou Pontes, Ernesto Ferreira França, fôra mencionado no *Diário de um Presidente* por qualificativos não muito amigáveis (1). A lembrança do nome do desembargador para a Legação em Montevidéu não partiu do ministro dos Estrangeiros, mas de Jerônimo Francisco Coelho, ministro da Guerra, quem, em conselho, o lembrou a D. Pedro II. Antes de Silva Pontes declarar, definitivamente, se aceitava ou não o convite, que lhe transmitiu o ministro da Guerra, êste correu ao imperador dizendo que o outro aceitara. A zanga de Pontes com o ministro da Guerra e a exasperação com o dos Estrangeiros, deixou-as êle descritas no seu diário íntimo de 1845. A sua partida do Rio de Janeiro teve, assim, um cunho de obrigatoriedade, pois o forçaram a aceitar a missão. Como consôlo, um dos ministros, antes de Pontes partir,

(1) *Diário de um Presidente*, cit., dias 5 e 24-10-843.

lhe deu a esperança de o nomear, em breve, para uma legação na Europa ou de o transferir para a Relação do Rio de Janeiro (2).

Rafael foi também aquinhoado. A par de sua atividade na *Lanterna*, continuou êle os seus estudos. É dessa época o quadro, que se acha na sacristia da Igreja de São Francisco de Paula, em que o artista representa o santo no momento justo de partir ao meio a moeda, que lhe dera o Rei de Nápoles, para provar que nela se continha o sangue do povo. Há outro quadro de Rafael, também de inspiração religiosa, o *Cristo e a Cruz*, concluído em 1844, que figurou na exposição da Academia de Belas-Artes neste mesmo ano. Com êste último quadro obteve Rafael o prêmio de viagem à Europa. Ficou o governo imperial autorizado, por decreto nº 368, de 17 de dezembro de 1845, a mandar viajar o pintor Rafael Mendes de Carvalho, pela Itália, «assinando-lhe uma mesada de oitenta mil réis» (3).

O Almirante Boiteux, em interessante livro que escreveu sobre pintores catarinenses, lamentou se dessem tão mesquinhas

(2) *Diário de 1845*, mês de janeiro. Além do *Diário de um Presidente*, referente a 1842 e 43, encontrei no Arquivo Particular de Silva Pontes outros, com o título de *Diário* e a indicação do ano. De 1844 só encontrei a última página, e falta o de 1850. Silva Pontes morreu em Buenos Aires e seus papéis foram arrecadados e enviados à Secretaria dos Negócios Estrangeiros. Aí deram a Araújo Pôrto-Alegre, por ser amigo de Pontes, a incumbência de os examinar. Parece-me que o exame não foi minucioso, nem a Pôrto-Alegre cabe a responsabilidade pela falta dos dois diários, pois achei o de 1846, sem ser tocado. Ainda estava lacrado, com lacre amarelo e o selo de Silva Pontes. Êste deixou de escrever os seus diários íntimos em outubro de 1851, passando, pouco depois, a enviar a Paulino o *Diário Reservado*, que vai até meados de 1852. Porém aí se limitava à política.

(3) Almirante Henrique Boiteux, *Santa Catarina nas Belas Artes — O pintor Sebastião Vieira Fernandes*, págs. 21 a 23 (Ed. Zélio Valverde, Rio de Janeiro). O decreto que autorizou a ida de Rafael à Europa, ainda que assinado por José Carlos Pereira de Almeida Torres (Visconde de Macaé), devia ser obra de Jerônimo Francisco Coelho, então deputado por Santa Catarina e que acabara de ser ministro da Guerra. Fôra êle quem levantara a planta de Laguna, em 1837, que Rafael desenhara. Não é admissível que não ajudasse o desenhista, seu conhecido antigo, e, justamente, natural da provincia da qual êle, Coelho, era o único representante. Conforme nota o Almirante Henrique Boiteux (*op. cit.*, pág. 21), foi Rafael o primeiro aluno da Academia de Belas-Artes a alcançar o prêmio de viagem à Europa. Pelo Decreto nº 368, a despesa devia correr por conta do § 17, art. 2º, Cap. I da Lei nº 369, de 18-9-845 (3:000\$000), destinado a «entreter na Europa de um a três dos discípulos mais aproveitados, a fim de se aperfeiçoarem ali os seus estudos». Esta verba fazia parte da global da Academia de Belas-Artes, fixada na citada lei, para 1846, em 19:696\$000. Era, pois, porcentagem razoável, que se tirava do todo, para o fim especial de se manter três estudantes na Europa. Rafael, assim, recebia a terça parte, correspondente a um dos discípulos «mais aproveitados». (*Coleção de Leis do Império do Brasil*, de 1845, T. VII, Parte 1ª, págs. 46 a 48, Tip. Nacional, Rio de Janeiro, 1866).

possibilidades a um pintor em viagem de estudos. Embora só em 1846 se fixasse o câmbio a 27 d., já era o que prevalecia em 1845. Assim os 80\$000 brasileiros dariam bem umas dez libras esterlinas. A vida era então barata. Uma dúzia de garrafas de *champanha*, legítima, custava 12\$000. O seguinte anúncio, constante de *O Mercantil*, de 4 de agosto de 1846, o comprova: «J. Bouis faz leilão, em sua casa, dos escravos seguintes : uma rapariga falando francês, muito prendada, avaliada em 560\$000». Uma boa cosinheira custava 420\$000, pouco menos que a rapariga prendada, a trejeitar à francesa. Na rua do Sabão, nº 162, se vendiam móveis de jacarandá, obra do Pôrto, desde 140\$000, e um piano de 6/8, com chapa de bronze, por 180\$000. É verdade que já havia quem desse 50\$000 de alvíssaras, por um periquito fugido (4).

Não podemos afirmar se Rafael foi ou não estudar na Europa e, se antes, chegou a dar o seu passeio pelo norte do Brasil. Presumimos, pelas despedidas da *Lanterna Mágica*, que sim. O Almirante Boiteux afirma que Rafael esteve na Europa e acrescenta: «Desiludido, regressou à Pátria, para se entregar à pintura de retratos de provedores de irmandades, de barões e condes e dando lições de desenho, até que a morte o levou a total esquecimento» (5). Isso não seria, em absoluto, razão para o esquecimento, se o nosso Rafael fôra um Jan van Eyck, capaz de transformar os provedores e barões em outros tantos Arnolfinis. Porém as co'as não evoluíram daquele jeito, nem tão prosaico foi o desenrolar da vida do artista. Rafael não desanimou. Se viajou pela Europa, como é possível, voltou para a Côrte, onde esteve pouco tempo, não a pintar barões e provedores, demudados em símios pelo pincel ingrato do artista, como acontecera a Silva Pontes, mas a preparar-se para novas viagens.

Agora já não é a Europa, a que visava o pintor, senão o Rio da Prata. Não podemos determinar-lhe a partida para o sul, nem dizer, se, de caminho, pousou em Santa Catarina, a mitigar saudades de Laguna, a sua v'la natal. É quase certo ter visitado Montevideú, onde, provavelmente, se demoraria alguns dias, até seguir para Buenos-Aires. Isso, para nós, teria ocorrido na primeira quinzena de janeiro de 1850. Só o diário particular de Silva Pontes, referente a 50, é que, talvez, nos informasse, com segurança, da passagem de Rafael Mendes de Carvalho por

(4) *O Mercantil* de 23-5 e 4-8-846.

(5) Almirante Henrique Boiteux, *op. cit.*, pág. 23.

Montevidéu. Infelizmente, tanto êste diário quanto o de 1844 não se acham mais entre os papéis do desembargador (6).

Em Buenos-Aires conheceu, se é que já o não conhecesse, o cônsul brasileiro Clemente José de Moura, a quem, pouco depois, chamava de «meu amigo Moura», e, também, retratou alguns próceres do rosismo a definhar-se. É possível que tivesse visto o General Rosas, pois só assim se explica a facilidade com que o caricaturou. Porém foi nos domínios de Urquiza, que andou de preferência e na cidade de Conceição do Uruguai, à margem direita do rio dêste nome, que teve o seu pouso. Das andanças do nosso Rafael pela província de Entre-Rio, posso, agora, dizer alguma coisa de positivo, reproduzindo notas que teve a bondade de me enviar a ilustre historiadora argentina Beatriz Bosch (7). Destas notas vamos ver que a vida do catarinense não foi tão chocha, como se supunha.

z. De Buenos-Aires teria Rafael seguido para Gualeguaychú, de onde, a 24 de fevereiro de 1850, já escrevia a D. Justo José de Urquiza, manifestando-lhe o desejo de o conhecer pessoalmente (8). Êste desejo, naturalmente, nada tinha de platônico. Não fôra tão longe apenas para ver o futuro vencedor de Caseros e já herói de um sem número de combates. Tinha um fim mais utilitário a sua carta ao governador, pois o que objetivava o artista era transformar em quadros o herói e os graúdos da terra. E isso conseguiria êle, ainda que com algum trabalho.

A 5 de março, em Gualeguaychú, solicitavam Rosendo M. Fraga e José M. Domínguez ao General Urquiza que se deixasse retratar pelo «profesor de dibujo y pintura Rafael Mendes de Carvalho, que ya há hecho trabajos en Gualeguaychú e Buenos Aires» (9).

Assim, em Entre-Rios, não perdia tempo o nosso patricio. Rápidamente tracejava argentinos e, em menos de dois meses,

(6) Vide nota 2 dêste Cap.

(7) Em carta de 8 de junho de 1951, de Paraná, Argentina. As notas são tôdas tiradas de documentos do Arquivo de Urquiza, existente no *Archivo General de la Nación* (Buenos Aires). Aqui ficam os meus agradecimentos à ilustre historiadora pelas interessantíssimas indicações, que me enviou, sobre as atividades de Rafael Mendes de Carvalho, na Província de Entre-Rios.

(8) Indicação constante da carta de 8-7-951, citada.

(9) Esta afirmativa precisa, de que fez Rafael trabalhos em Buenos-Aires, é que me levou a falar da estada do catarinense naquela cidade, como de um fato comprovado, e não de uma hipótese. Infelizmente não conseguimos determinar os trabalhos que fez em Buenos Aires. (Indicação constante da carta citada, de 8-7-951).

executara trabalhos, não só em Gualeguaychú, mas ainda em Buenos Aires. Isso, no entanto, não o fez sem contratempos e dissabores. Em junho de 1850, já se achava em Conceição do Uruguai. Aí também estava o pintor italiano Carlos Penuti, que anos depois viria ao Brasil, onde, segundo Marques dos Santos, até em Mato Grosso esteve a debuxar retratos (10). Os dois artistas se desavieram e tramaram um duelo. O motivo ignoramos, pois, apenas, sabemos da proeza do brasileiro de notícia extraída do periódico entrerriano: *El Porvenir de Entre Rios*, nº 64, de quinta-feira, 20 de junho de 1850. A notícia é lacônica: «Desafio entre dos pintores, Carlos Penuty y Rafael Carvalho (de Santa Catalina, Brasil)» (11). Daí não podemos concluir redundasse o desafio em duelo. É possível. E se Rafael foi o desenhista da série de caricaturas de 1840, em um dos seus riscos (como dizia êle) de então, antecipou-se no caricaturar a cena do duelo. Em uma das estampas, intitulada: *A Mania do dia*, encontramos dois indivíduos, de florete em punho, numa luta de morte. O mesmo acontece com um macaco e um cachorro, com um pato e um galo e com dois ratos. Todos se batem em duelo. A mania não seria, assim, tanto do dia (1840), quanto do próprio caricaturista, pois em 1850 ainda subsistiria (12).

(10) Mostrou-me Francisco Marques dos Santos dois quadros a óleo, feitos por Carlos Penuti, retratos de dois Murtinhos (marido e mulher), de 1863. Depois de Caseros pintou Penuti duas fases da batalha de 3-2-852, in *Comisión Nacional del Homenaje — Urquiza — El juicio de la Posteridad*, 1ª parte, págs. 438 e 440 (Buenos Aires, 1921, Imprenta y Casa Editora «Coni»).

(11) Indicação constante da citada carta, de 8-7-951, de D. Beatriz Bosch.

(12) Encontra-se essa estampa na Biblioteca Nacional. Francisco Marques dos Santos reproduz no seu trabalho já citado, *As Belas Artes na Regência*. Rafael devera ter sido modesto, afável, amigo de seus amigos, mas corajoso, senão genioso. Em 1844 Pôrto-Alegre, em crítica publicada, repetiu o que dissera a Pontes sobre um quadro do pintor francês Moreau, cuja idéia não era original. (In *Minerva Brasiliense*, de janeiro de 1844, nº 5, Vol. I, artigo sobre a *Exposição de 1843*). Moreau, em artigo assinado, publicado no *Jornal do Comércio*, 12-1-844, defendeu-se da pecha de plagiário. Mas, a 23-1-844, apareceu no *Jornal do Comércio* um artigo assinado por um *Brasileiro nato*. Não podia deixar de ser Moreau, pois, além de lhe defender a pintura criticada na *Minerva*, investia também contra o próprio Araújo Pôrto-Alegre. Rafael sai em defesa do mestre, escrevendo no *Jornal do Comércio*, de 24-1-844: «Sr. Redator. Com bastante surpresa vi e li hoje no seu *Jornal* um infame artigo dirigido ao meu mestre Araújo Pôrto-Alegre, assinado um *Brasileiro nato* (o que não creio): julgo do meu dever, como amigo seu e discípulo, defendê-lo; porém, para isso fazer, é preciso que o tal bom Brasileiro declare seu nome, pois que debaixo de capas não sei trabalhar». O *Brasileiro nato*, ou seja, Moreau respondeu com desaforos aos desaforos de Rafael, pois êste lhe chamara de infame o artigo. Esta resposta devia ter saído em *O Brasil*, de 25-1-844. Porém sabemos de outro artigo

No mês de julho de 1850 devia ter Rafael concluído o retrato de Urquiza. O duelo não deveria ter-lhe trazido maior prejuízo, uma vez que a 24 dêsse mês já lhe pediam o retrato do governador, para que pudesse figurar na sala de baile, no dia 9 de agosto. A entrega do quadro deveria ter ocorrido a 1 dêsse último mês (13).

Continuou Rafael, em Entre-Rios, por mais algum tempo, ativamente. Em 1850 pintou os retratos do Coronel Miguél G. Galarza e de D. Manuel Leiva. No ano seguinte, até 10 de abril, havia retratado os dois filhos de Urquiza, Diógenes, que estivera estudando no Brasil, no colégio do inglês Freese, chamado Instituto Colegial de Nova-Friburgo, e José (14). Do General Urquiza, penso não se ter contentado Rafael com um retrato, mas, sim, pintou-o, no mínimo, duas vêzes. Um dos retratos, a 9 de agosto, já devia estar pronto, pois, nesta data, se achava dependurado na sala de baile, mirado e admirado pelos

(vide nota 19, Cap. IV) e não do publicado em *O Brasil*, pois não encontramos a coleção de 1844 que Mo'ean apontou Rafael como testa de ferro de Pôrto-Alegre. Além disso devia, por pilhéria, ter inculcado o catarinense como grande literato. Rafael revidou o insulto. E o revide é, para mim, além de insinuação ofensiva, um desafio. No *Jornal do Comércio*, de 26-1-844, escrevia Rafael: «Sr. Redator. Quando uma vez lançamos mão da pena e mostramos de alguma sorte querer pugnar pela reputação de que goza o Sr. Pôrto-Alegre, já como *homem*, já como *artista*, não foi por certo por julgarmos que o nosso mestre de nossa pena precisasse, mas por nos admirarmos da covardia dêsse B. N. (talvez Band... por Natureza) que espera a ausência daquele de quem se pretende declarar adversário: a isso nos leva a crer o espaço que medeia entre a publicação da *Minerva* e a do artigo do B. N.; demais, quem o obriga ainda hoje a ocultar seu nome com a *capa anônima*, a não ser sua própria covardia, ou o receio de uma desairosa fuga?... Fôra por certo a nossa primeira intenção rebater a asserção que nos lança o Sr. B. N.; porém dotado de uma alma generosa e de sentimentos bastante elevados, julgamos devê-la entregar ao desprezo que de nós merece. Assim, positivamente, declaramos que não mais nos dirigimos a S.S.; restando-nos todavia o pesar de não sabermos seu nome, para podermos unir as dignas qualidades de *grande literato* e de *homem verdadeiro* à sua pessoa». Êste final contém não só uma alusão ao fato de não ser o *Brasileiro nato* homem verdadeiro, mas ainda a ameaça de uma surra, pois, se conhecesse o contendor, unia Rafael as suas qualidades de homem verdadeiro à pessoa do inimigo, a quem chama várias vêzes de covarde. Com isso, podemos afirmar que o duelo de 1850, ou desafio apenas, teria sido em 1844, se o *Brasileiro nato* tivesse saído do anonimato.

(13) Indicações constantes da carta citada, de 8-6-951.

(14) *Ibid.* O retrato de D. Manuel Leiva ainda existe. Escreveu-me D. Beatriz Bosch. na citada carta: «Existe en el Museo Histórico de Santa Fe (Argentina) un cuadro al óleo de Manuel Leiva, gran colaborador de Urquiza, firmado: Rafael M. C., 1850, Entre Rios. Sus dimensiones aproximadas son 0,40 m x 0,50 m».

dançarinos. O outro, em setembro, também de 1850, ainda estava o artista brasileiro esboçando. «En septiembre de 1850», escreve Beatriz Bosch, «Rafael Méndez de Carvalho, pintor residente en Gualaguaychú, ejecutó un retrato de Urquiza, por encargo del comandante del departamento Gualaguay, Teniente Coronel Juan Luis González. Esta obra, cuyo paradero actual desconocemos, era destinada para las oficinas de la comandancia. Se pagó por ella diez onzas de oro» (15).

Confirma ainda mais a minha suposição de dois retratos, ou mais, o fato de êste, de setembro, ter sido encomendado pelo Tenente Coronel Juan Luiz González, enquanto o outro, que teria sido exposto no salão de baile, em agosto, devera ser o que, em marco, Rosendo M. Fraga e José M. Domínguez solicitavam ao General Urquiza deixasse o brasileiro pintar (16).

Rafael ganhou algum dinheiro em Entre-R'ios. Além das dez onças de ouro, pelo retrato de Urquiza, recebeu a quantia de \$250, que nos parece ter sido paga pelo retrato que se destinara ao salão de baile, pois quem comunicou o pagamento foi o mesmo José M. Domínguez. E, ainda em 1850, recebeu mais as seguintes importâncias: \$366, em agosto, e \$600, em dezembro (17). O preço que se pagava pelos trabalhos do nosso Rafael era o de um ótimo artista. Referindo-se a ilustre historiadora Beatriz Bosch ao pintor Nicolas Pickham, que recebera em 1849 a quantia de \$434 por um quadro, esclarece: «cantidad considerable, para la época, con lo que se cubriría, sin duda, el valor de vários cuadros» (18). Silva Pontes confirma êste esclarecimento com uma nota do seu diário. Em 1848 se fez êle retratar pelo pintor Alexandre Cicarelli, que, da viagem que fazia do Brasil ao Chile, pousou por alguns dias em Montevideú. O preço do retrato deixou êle determinado, dizendo que dera ao artista italiano «cem patações, por ser êsse o preço da terra». O patacão e o peso equivaliam-se. E o preço da terra era, segundo Pontes, de cem pesos (19).

Rafael recebeu em 1850 o total de \$1.216, além das dez onças de ouro. Êste resultado demonstra, não só a grande ati-

(15) *Contribucion al estudio de la iconografía de Urquiza*, pág. 4 (Separata de la Revista «Universidad» publicación de la Universidad Nacional del Litoral, n. 14, 1943).

(16) Carta de 5-3-850, citada em nota 9.

(17) Indicações constantes da carta citada, de 8-6-951.

(18) *Contribución al estudio*, cit., pág. 3.

(19) *Diário de 1848*, citado em nota 13, Cap. IV.

vidade do catarinense em Entre-Rios, mas ainda o aprêço que tiveram os seus quadros nos domínios de Urquiza.

3. Uma só carta de Rafael encontramos. É verdade que as nossas pesquisas foram, nem podiam deixar de ser, limitadíssimas neste particular. Rafael entrou aqui, nos meus estudos sobre a política do Império no Rio da Prata, como um intruso, tal o encanto que me despertaram as suas caricaturas. É provável que em arquivos particulares, como, por exemplo, o de Pôrto-Alegre, se encontrem outras referências a tão interessante personagem. Em Laguna, sua vila natal, talvez exista o registo de batismo do caricaturista.

A carta de Rafael é endereçada a Silva Pontes e afigura-se-me importantíssima, porque é a ligação, que faz o artista, do seu passado na *Lanterna Mágica*, de caricaturista por excelência, com o presente no Rio da Prata, também de caricaturista. O desembargador, então encarregado de negócios em Montevidéu, justamente quando se iniciava a luta contra Oribe, escreveu a Rafael, a 11 de junho de 1851, não só remetendo-lhe encomendas do Cônsul Moura, mas ainda oferecendo-lhe um quarto na legação e pedindo-lhe noticias de Entre-Rios (20). Respondeu-lhe o pintor, a 26 de julho, de Conceição do Uruguai. Achava-se no final de uma crise reumática, que o prostrara de cama por algum tempo. Mas recordou a *Lanterna Mágica*, com visível saudade, e prometeu, para breve, a sua ida a Montevidéu. Dou a fotocópia da carta, além de a transcrever aqui, na íntegra, tornando-a, porém, inteligível, pois o nosso patricio escrevia mal o português, e, agora, com o espanhol na cabeça e o reumatismo nas juntas, foi completa a confusão.

Na carta dizia Rafael ao seu amigo desembargador: «Ilmo., e Exmo. Sr. Conselheiro Rodrigo de Sousa da Silva Pontes. — Não posso explicar a V. Excia. o meu prazer ao receber a carta que V. Excia. se dignou dirigir-me: ela é a expressão da delicadeza e bondade de V. Excia. — Recebi a carta e encomenda de meu amigo Moura, e sinto que se haja ido sem vê-lo. V. Excia. me ordena dar-lhe noticias. Aqui neste lugar, não as há, pois só temos noticias quando vem a barca, contudo as que há nativas são: que o Governador Urquiza passou para Sandu, e que se lhe tem passado já mais de 700 homens de Oribe; Garzón está no Hervidero, e dizem que há saído uma partida em perseguição de Lamas: tôdas estas noticias, Exmo. Sr., são: dizem e dizem, e,

(20) No *Diário de 1851*, escreveu Pontes no dia 11-6-851: «Escrevi a Rafael; ofereci a casa, e mandei carta e encomenda do Moura». A.H.I.

enfim, pelo Sr. Diógenes (21), V. Excia. melhor ficará informado do que há por aqui, pois que mesmo eu, há 30 dias, que estou de cama, com um fatalíssimo reumatismo, único fruto de minhas incômodas viagens por êstes países! Hoje, graças à Providência, me levantei, e quem sabe quando me verei livre dêstes lugares! — Aceito com muito gôsto a honra que V. Excia. me faz, de um quarto, pois cedo terei o gôsto de ver V. Excia. — Junto encontrará V. Excia. alguns riscos a lápis (22), distração durante meu acampamento, leitoral?! Rogo a V. Excia. dispensar o papel, pois que nesta cidade não o há, e êste é resto de maior quantia. Que falta não faz, por êstes países, uma *Lanterna Mágica*?? ou coisa que valha!! — Creio que por aí se poderá estabelecer um periódico caricato ilustrado, talvez o Sr. Marmol ou algum outro se queira meter nisso, enfim veremos se vai avante. Rogo a V. Excia. dispensar-me algumas faltas que tenha minha carta, pois estou muito debilitado, e nem fôrça tenho para segurar a pena. — V. Excia. se dignará mandar-me suas apreciáveis ordens, que com gôsto as cumprirá, quem é de V. Excia. — Amigo grato e sincero — Rafael Mendes de Carvalho — Uruguai, 26 de julho de 1851» (23).

Esta carta foi escrita pouco depois de Urquiza iniciar a invasão do Uruguai e de o cônsul brasileiro em Buenos-Aires, Clemente José de Moura, deixar a capital portenha em demanda do Rio de Janeiro. Ocorreu a 7 de junho de 1851 o embarque do cônsul brasileiro, na corveta *Euterpe*. Moura, antes de partir, fôra despedir-se de Rosas. Êste, que lhe procrastinara a remessa do passaporte, agora, delicadamente, o mandou levar na sua caruagem, até o local do embarque, e Manuelita, em pessoa, acompanhou a senhora do cônsul. Ao afastar-se a corveta, uma fortaleza de terra salvou, e a *Euterpe*, por sua vez, respondeu à salvação. Moura esteve em Montevidéu e daí seguiu para a Côrte, onde pouco depois morreu (24).

(21) Diógenes José de Urquiza, filho do general, então encarregado de negócios de Entre-Rios, em Montevidéu.

(22) Encontra-se no Arquivo Particular de Silva Pontes uma caricatura, que penso ser um dos riscos de Rafael. Vide gravura 46.

(23) Original no Arquivo Particular de Silva Pontes. Vide gravura 47.

(24) *Folhinha de Anedoctas de Napoleão para o ano bissexto de 1852* (dia 17-6-851). O cônsul Moura, desde 1843, com a saída de Ponte Ribeiro, ficara em Buenos Aires, como único representante brasileiro. O fato narrado na citada folhinha é bem possível de se ter verificado, por incrível que pareça. Rosas, nas suas relações com o Império, manteve sempre atitude dúbia. A sua rixa não evoluiu num *crescendo* até o rompimento, mas indecisamente, avançando e recuando, conforme lhe sopravam os ventos da Europa. En-

De um dos muitos diários de Silva Pontes, conseguimos apurar que Rafael se transportou para o quarto, oferecido pelo desembargador, no dia 11 de agosto de 1851 (25). Pouco depois de escrever a carta de 26 de julho, devia ter o artista deixado Conceição do Uruguai para poder chegar, como chegou, a Montevideú, a 11 de agosto. Ai assistiu êle ao desmoronamento do poderio de Oribe. De carta de Joaquim Curvelo de Ávila, que fôra comandante do navio *Golfinho* e que, por motivo de doença, deixara o comando, sabemos ainda de Rafael. Curvelo escrevia a Silva Pontes, do Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1851: «Encontrei-me», dizia êle, «uma vez com o Pôrto-Alegre que manda a V. Excia. muitas saudades, e ao Sr. Rafael, cujo destino eu ignorava» (26). Curvelo conhecia muito bem, não só a Pontes, mas também a Pôrto-Alegre. Fôra por êle, de uma das suas viagens para o Rio da Prata, que enviara Pôrto-Alegre ao amigo diplomata os primeiros números da *Guanabara*. «O meu bom amigo Curvelo», escrevia o artista, a 9 de janeiro de 1850, «lhe entregará os dois primeiros números do *Guanabara*, que antes de ler, terá a bondade de pôr-lhe a sua santa bênção e absolvição: cada doído com sua mania» (27). Amigo de Silva Pontes e de Pôrto-Alegre, como era, devera Curvelo conhecer perfeitamente bem Rafael. Assim, o destino que d'z ignorar, ao aludir a Rafael, devia ser o de se encontrar o caricaturista em casa de Pontes, em Montevideú, e não da viagem que empreendera pela Argentina. Podemos, portanto, garantir ter Rafael permanecido na capital uruguaia desde 11 de agosto de 1851 até meados de 1852.

quanto ordenava a Guido que usasse de linguagem ríspida e desaforada, êle, Rosas, pessoalmente, mandava saudar as suas fortalezas no dia dos anos do imperador. E, ao receber comunicação da morte de D. Afonso, respondia delicadamente a D. Pedro II, enviando-lhe sentida demonstração de pesar. Junto aqui êste documento (gravura 48), existente no Arquivo da Casa Imperial, Museu Imperial de Petrópolis. É um dos poucos em arquivos brasileiros, com a assinatura de Rosas. A mim, se me não falha a memória, foi o único que se me deparou. Sobre a demora da remessa de passaporte ao cônsul Moura, para deixar Buenos Aires, consta de informação do *sabido correspondente* o seguinte: «Al consul Moura haun no se le ha despachado su pasaporte, en vano vino el 24 (de maio de 1851) á apresentar sus respectos y sus suplicas á Manuelita». (*Apud* carta de D. Nepumuceno Madeiro a Pontes, in Arquivo Particular de Silva Pontes). Segundo anotação de Pontes, no *Diário de 1851*, Moura chegou a Montevideú, vindo de Buenos Aires, a 7 de junho, seguindo para o Rio de Janeiro, no *Golfinho*, a 10 do mesmo mês.

(25) Pontes anotou no *Diário de 1851*, cit., no dia 11-8, apenas: «Chegou o Rafael».

(26) Carta de 13-10-1851, in Arquivo Particular de Silva Pontes.

(27) In Arquivo Particular de Silva Pontes.

Não conseguimos apurar se Rafael fez com Marmol, como tencionava, o jornal do tipo da *Lanterna Mágica*. Acreditamos que não. Porém é certo que Marmol tinha então um periódico, *La Semana*, muito ajudado pelos brasileiros. Saira o primeiro número dêste jornal a 21 de abril de 1851, com o seguinte aviso: «escrito por José Marmol — publicado en la Imprenta Uruguaya — Se subscribe en la Calle 25 de Mayo n. 202, en la Libreria Nueva». Era francamente favorável ao Império. Em artigo publicado a 7 de julho, com o título: *El Señor Paulino*, dizia que a entrada do ministro brasileiro para a secretaria dos Negócios Estrangeiros, fôra «una inspiración de Dios en la cabeza del monarca» (28).

Do que escreveu Honório Hermeto se pode concluir ter sido Rafael incumbido não apenas dos desenhos das caricaturas, mas ainda das próprias litografias. «Remeto a V. Excia.», dizia o plenipotenciário a Paulino, «uma porção das caricaturas que tinha encomendado ao nosso patricio Rafael». O preço pago a Rafael não foi apenas pelos desenhos, senão, principalmente, pelas caricaturas já litografadas, pois acrescentava Honório: «Tiraram-se novecentos e tantos exemplares, cujo custo ainda ignoro, porque o Rafael até este momento não remeteu-me a conta que exige» (29). Os novecentos e tantos exemplares eram, portanto, das caricaturas litografadas. Os desenhos não passaram de quatro, como se vê da descrição do paraguaio Berges (30).

De outro passo da correspondência de Honório Hermeto, podemos ainda inferir que as caricaturas foram litografadas no jornal de Marmol: *La Semana*, possivelmente na *Imprenta Uruguaya*. E isso porque o preço das litografias foi englobado com outras despesas, como se se tratasse de um só credor. «As despesas que tenho feito», dizia Honório, «com várias publicações do periódico *Semana*, com o presente a seu redator e com a impressão das caricaturas de Rosas, importam em setecentos e sessenta e cinco pesos e oitenta e cinco réis em patacão» (31). Assim a conta que o plenipotenciário exigira da Rafael, referente às caricaturas, se confunde com despesas provenientes de publicações feitas pelo jornal de Marmol, a tal ponto que o próprio Honório não pôde discriminá-las. Tudo isso me leva a convicção de ter sido Rafael o litógrafo que imprimiu as caricaturas de 1852, talvez

(28) Coleção da Biblioteca Nacional. Pertenceu ao Visconde do Rio Branco e tem dedicatória do próprio Marmol.

(29) Documento citado em nota 3, Cap. II.

(30) *Ibid.*, em nota 4, Cap. II.

(31) *Ibid.*, em nota 5, Cap. II.

na *Imprensa Uruguaya*. Teria o nosso patricio, ao chegar a Montevideu, procurado exercer as suas atividades, não somente como pintor, mas também como litógrafo, e conseguido um lugar nesta ou noutra tipografia, que trabalhasse também em litografia.

Esta conclusão, a que chego no tocante às caricaturas de 1852, leva-me, de novo, ao passado do artista catarinense, para acrescentar que, além de pintor, desenhista e caricaturista notável, devia ser também «hábil impressor litógrafo» (32). Talvez se iniciasse êle na Côrte, em 1840, justamente como litógrafo do estabelecimento de Briggs, rua do Ouvidor, nº 130. Assim a vida do nosso Rafael teria êsse ponto de semelhança com a de Daumier, a quem tanto admirou e copiou, pois, como sucedeu ao francês, encontrou na profissão de litógrafo o seu ganha-pão principal, e muitas vêzes foi o litógrafo de sua própria obra.

✱ Daí por diante, ou seja, depois de desenhadas as caricaturas na primeira quinzena de janeiro de 1852, pouco mais sabemos, ao certo, do interessantíssimo artista da *Lanterna Mágica*, que, em determinado momento, teve de representar o seu país numa luta *sui-generis*, caricata-llustrada, como diria êle, e da qual se saiu maravilhosamente bem. Quem souber de mais alguma coisa a respeito do nosso patricio Rafael, principalmente das suas viagens, que não consegui esclarecer, é favor avisar-me. Apenas, para finalizar conjecturo a volta do catarinense ao Rio de Janeiro, até agosto de 1852, e isso porque existe, na Biblioteca Nacional, uma caricatura que deve ser de setembro de 52 a julho de 53, que atribuo a Rafael, pois o desenho se assemelha ao das caricaturas contra Rosas, de janeiro de 1852, encomendadas pelo futuro Marquês de Paraná.

Há quem veja no quadro de Rafael, existente na sacristia da Igreja de São Francisco de Paula, o dedo de Araújo Pôrto-Alegre.

(32) Isso na suposição de ser Rafael o desenhista da série de 1840. Ele devera ter deixado a Côrte entre a publicação dos números 18 e 19, isto é, entre 20-5 e 17-7-840. No dia 16-7-840 saiu o seguinte anúncio no *Jornal do Comércio*: «Precisa-se na litografia da rua do Ouvidor nº 130, de um hábil impressor litógrafo». Assim não seria apenas o caricaturista a partir, senão o litógrafo, para quem se procurava substituto. Briggs litografava então outra série de estampas coloridas, referentes aos costumes do Brasil e desenhadas por Lopes (?), que não podia parar. Dou, aqui, como adendo ao meu citado trabalho: *Vasconcelos e as caricaturas*, outro anúncio, publicado no *Jornal do Comércio*, de 14-3-839, que determina com precisão a data em que se instalou Briggs na rua do Ouvidor, nº 151: «Mr. Briggs begs leave to inform his friends, and the public, that he has just opened his lithographic office, at the rua Ouvidor 151». Por pouco tempo esteve no nº 151, pois, em começo de 1840, já se localizara no nº 130.

É bem possível acontecesse isso, porém é difícil de provar. O número reduzido de quadros de Rafael não permite o confronto perfeito. Nem aquêlê quadro é tão famoso. Ao contrário, basta atentar-se para os olhos das personagens e para as gotas de sangue, que caem da moeda no chão, para se ter a certeza que a obra foi executada por pintor mediocre. O próprio retrato de Silva Pontes, que, infelizmente, não sabemos se ainda existe, comprova esta asserção, não sòmente pelo que dêle disse o próprio Pôrto-Alegre, mas ainda pelo que escreveu o desembargador, horrorizado com a pintura. É também de se considerar que, sendo Rafael discípulo predileto do futuro Santo-Ângelo, natural tivesse êle muito da técnica e do gôsto do mestre.

O certo, para mim, é que no tocante às caricaturas da *Lanterna Mágica*, tôdas foram desenhadas pelo catarinense Rafael. A influência visível, avassaladora, que teve, foi a de Daumier, que o empolgou inteiramente, mas que não chegou a obumbrar a paisagem local, que enleou o artista brasileiro. Neste particular foi notável, e, talvez, nenhum outro caricaturista, mesmo posteriormente, o tivesse excedido em graça e originalidade. Rafael não necessitava do auxílio de ninguém para caricaturar. A zanga de Pontes, ao ver-se retratado como um mono, nada mais significava do que a expressão do ridículo, natural no retratista. Era esta a maneira por que sentia a vida, sem esforço, normalmente: não por culpa sua, mas da própria humanidade, que volteia entre o ridículo e o trágico, sem que se lhes possa determinar os limites.

No Rio da Prata, quando sôzinho, Rafael fez a série de caricaturas de Rosas, com a mesma facilidade, perfeição e graça, com que havia feito a série da *Lanterna Mágica*, sem ajuda de ninguém. Apenas, a mesma inspiração nos mestres franceses Daumier e Gavarni, principalmente no primeiro. Também retratou êle ilustres personagens de Entre-Rios, sem qualquer auxílio. E não me parece que pintasse mal, pois, se isso acontecesse, não teria retratado os dois filhos de Urquiza, depois de concluir o quadro a óleo do governador. O preço, que lhe pagaram, também o comprova, bem como o fato de se conservar até hoje um quadro de Rafael no Museu Histórico de Santa-Fé, na Argentina (33).

(33) Vide nota 14.

VII

AINDA RAFAEL?

1. Várias vezes aponteí Rafael Mendes de Carvalho como possível autor das caricaturas litografadas, de 13 de janeiro a 29 de setembro de 1840, no estabelecimento de Briggs, à Rua do Ouvidor nº 130. As razões que me levaram a esta hipótese, propositadamente, não as dei, para que o pudesse fazer, já no final, à guisa de despedida de assunto tão interessante e arrebatador.

Para isso, preliminarmente, resumirei as principais características de Rafael. Como pessoa, devera ter sido modesto, amável, amigo de seus amigos, corajoso, senão genioso e rixento. Êste retrato se comprova, não só com a carta que escreveu a Silva Pontes e com os artigos de 1844, publicados no *Jornal do Comércio*, em defesa de Araújo Pôrto-Alegre, mas ainda com o desafio de Entre-Rios, em 1850, que se verificou, por certo, de desentendimento com o pintor Penuti. Há mais um traço a acrescentar: gostava de trocadilhos. Ao amigo desembargador escreveu do «acampamento leitoral», alusão a possível «acampamento eleitoral», transformado em «leitoral», pelo reumatismo, que o pusera de cama.

Como artista, foi com facilidade e naturalidade que caricaturou, distinguindo-se, principalmente, pela inspiração avassaladora nos franceses, sendo Daumier o modelo preferido. Com razão, a meu ver, pois Daumier foi o gênio da caricatura. Inspirava-o também o momento em que vivia. Conversas com amigos, notícias de jornais, fatos ocorridos, desde que visse, lêsse ou ouvisse, serviam-lhe de temas às caricaturas. O punhal de Rosas, como vimos, tirou-o, com certeza, de versos rosistas, republicados no *Comércio del Plata*. Em D. Eusébio cavalcando o ditador, repetiu, em sentido contrário, o que lhe contaram das façanhas de Rosas com os seus bôbos (1). Os cartazes de anúncios, infalíveis nos desenhos da *Lanterna Mágica*, foram cópias dos originais, que

(1) Vide Cap. II, nota 10. Em excelente artigo publicou José Luís Lanuza uma caricatura de Biquá, que, como Eusébio, foi bufão do ditador. (*Los bufones de Rosas: Biquá*, in *La Prensa*, de 29-5-938).

deviam ter existido, principalmente os do Teatro de São Pedro, repintados pelo caricaturista. As «condições falanstéricas», com a última palavra mal escrita, nasceram de conversas com Silva Pontes, responsável apenas pela idéia e não pelo êrro. O médico homeopata tresanda a Pôrto-Alegre ou, então, às constantes polêmicas, que figuravam nos jornais, entre alopatas e homeopatas. São, assim, as caricaturas do nosso Rafael, tôdas, de inspiração alheia e não própria. Era objetivamente que se inspirava e não subjetivamente. Por isso mesmo é que foi, ao menos para mim, ótimo caricaturista.

Desenhava as ruas, de preferência, com edifícios, igrejas, *cabs*; ou, então, os interiores, com mobílias, janelas, cortinas e piano. Em geral as cenas são simples e bem conhecidas: uma farra ou, como se dizia na época, «gigantesco bródio», possivelmente, no Hotel Pharoux, lugar preferido para isso pelo «bom tom»; uma cantora, a vozeirar no São Pedro, para a platéia delirante; um preto monjolo, delicadamente, cedendo fogo a um elegante; um velho doente, a definhar, com o homeopata ao lado, e, como estas, muitas outras cenas, que nos convencem da fidelidade com que o artista retratava o ambiente em que vivia, desprezando completamente a própria imaginação. Uma só vez incluiu o mar nos seus desenhos. E isso mesmo pequeno trecho, onde colocou um barco, talvez igual ao em que descesse o rio Uruguai, de Conceição até Martim Garcia, de sua volta de Entre-Rios. Não se inspirou nos morros: Pão de Açúcar e Corcovado não figuram nos seus cenários fluminenses, embora nos esclareça Silva Pontes das atividades de Rafael, desenhando a Praia de Botafogo (2). Não é que não gostasse. Mas dificultavam-lhe o traçar das caricaturas, que devera ser rápido. Assim é que preferia horizontes delimitados por um muro, um prédio, por pessoas aglomeradas, por mastros de navios, mas sempre por qualquer coisa, que lhe circunscrevesse o segundo plano, a evitar-lhe perspectivas complicadas (3).

Preferiu esboçar nos seus quadros figuras masculinas: gente simples, em geral, ao lado de alguns burgueses. O próprio Rosas, que nos deu, nada tem de poderoso. Apenas, com Urquiza, fugiu à regra, por necessidade da crítica. São poucas as mulheres que se encontram nos desenhos de Rafael. Lembram-me duas apenas: uma a Europa e a outra a parceira de Belchior, numa dança re-

(2) Cap. IV, nota 17. Na aquarela, que ofertou Rafael ao Imperador, o mar e os navios estão muito bem desenhados. O colorido do mar é interessante. Há, no entanto, numa restinga, que forma de um lado a barra de Laguna, um êrro de perspectiva que enfeia e desmerece o quadro. É, no entanto, minucioso nas cenas que representa. Gravura 49.

(3) É o que se infere das caricaturas da *Lanterna-Mágica* e das de 1852, referentes a Rosas.

quebrada. A cantora do São Pedro não chega a ser mulher, pois é Laverno, transvestido em *prima-dona*. No entanto, são feias as duas mulheres, embora o desenhista as imaginasse bonitas. Principalmente no tocante à Europa, intencionava êle delinear-lhe o rosto, senão belo, pelo menos imponente e agradável. Mas, ainda que assim a idealizasse, deu-lhe feições pesadas e olhos esbugalhados, de quem sofre da tiróide. A parceira de Belchior é uma velha, quando, na realidade, devia ser uma jovem de movimentos ágeis e graciosos. Há em tudo isso uma intenção frustrada. Onde, como remate, se espera um rosto bonito ou jovem, é refogada e dura carranca, que se nos depara, a ostentar uns olhos desvaierados e maus.

Também se caracterizou Rafael pelo descuido na maneira de escrever. Isso não era novidade, uma vez que, na discussão com o *Brasileiro nato*, êste lhe chamou de *grande literato*, por pilhéria. Mais por esta pilhéria do que por tê-lo apontado como testa de ferro de Araújo Pôrto Alegre se zangou Rafael, finalizando a discussão com formal promessa de surra no contendor, desde que se êle desmascarasse.

Não seguirei a esmerilhar êstes pequenos defeitos do nosso Rafael, com o intuito de crítica. Não os busco para diminuir o artista, senão para o identificar. Mais facilmente lhe rastrearemos os passos por êsses senões, que o personalizavam, do que por qualidades, que, às vêzes, se confundiam com as do mestre. Sômente por êste motivo passo a espiolhar-lhe a revezada grafia. Assim escreveu êle na *Lanterna Mágica*: *falantéricas, açuste, ecencia*. Nos desenhos que publicou em 1841, referentes à iluminação da Côrte, se encontra: *coroassão*. Grafou, neste mesmo ano, na aquarela ofertada ao Imperador: *Eollo, Paichão, Cheffe*. A carta, que endereçou a Silva Pontes, está inçada de êrros semelhantes: *perceguição, ouje, sidade, comprilla*. Além dêsses erros se nota mais o seguinte: o *há* do verbo haver acha-se invariavelmente grafado: *â*, «não as â», «as que â», «que â sahido», «do que â», «â 30 dias». Escreveu também sem *h*: homeopatia (*omeopatia*), hoje (*ouje*). Atrapalhava-se com o *s*, *ss*, *x*, trocando-os por *c*, *ç*, *ch*: *perceguição*, por perseguição, *coroassão*, *açusta*, *ecencia*, por coroação, assusta, essencia, e *paichão* por paixão. As letras dobradas, em geral, ressentem-se da incerteza do artista, que escrevia: *aceito* e *encomenda*, como hoje escrevemos êstes dois vocábulos, e não: *acceito* e *encommenda*, de acôrdo com a grafia correta de então. Com os dois *ll* ocorria o mesmo. Escreveu: *ella, illustrissimo*, corretamente. Acrescentou, porém, um *l* a mais em: *Eollo e comprilla* (*Eolo* e cumpri-la), embora escrevesse *elustrado*, por *illustrado*. Ai, nesta palavra trocou o *i* pelo *e*, êrro que lhe era comum, grafando também *enformado* e

não, *informado*. Em *cheffe*, por *chefe*, há um êrro da mesma natureza do que apontamos em *Eollo*, por *Eolo* e *comprilla*, por *cumpri-la*.

Estamos, pois, diante de um conjunto de erros, muitos pessoais, que servem para identificar a pessoa que os cometia, principalmente se os encontrarmos ligados às qualidades, que determinaram o nosso Rafael como artista. Dificilmente se nos deparraria a nós, de 1837 a 1867, período em que temos a certeza das atividades artísticas de Rafael, um outro desenhista, caricaturista por excelência, com indiscutível inspiração em Daumier, que idealizasse os seus quadros, como Rafael os idealizou, que escrevesse o *há* do verbo haver, como o escreveu Rafael, que se atrapalhasse com as letras dobradas, incluindo dois *ll*, dois *cc*, onde não existiam trocando o *c* pelo *s* ou o *e* pelo *i*, como Rafael o fêz, que não fôsse o próprio Rafael Mendes de Carvalho.

2. Vamos agora examinar as caricaturas de 1840, a ver se encontramos aquelas características, já descritas, que individuaram o nosso Rafael, não só como artista, senão também como pessoa, com seus erros e suas qualidades. A série foi de vinte estampas, das quais apenas seis existem: cinco na Biblioteca Nacional e uma com o ilustre caricaturista Alvarus. Em interessante trabalho sôbre as belas-artes na Regência, que muito facilitou o estudo destas caricaturas, Francisco Marques dos Santos atribuiu a autoria dos desenhos ao próprio Briggs, dono do estabelecimento em que foram litografados. Briggs, no entanto, deixou um desenho assinado, que não pode identificar-se com o das caricaturas de 1840. Em traços pesados, senão grosseiros, retratou Briggs uma cena de rua, intitulada: *Negros que vão levar açoute*. Um letrado esclarece melhor a espécie de negros, que iam para o castigo: *Capoeira*. Fê-lo o inglês, porém, como viu, sem a menor intenção de crítica ou de pilhéria. Apenas, como desenhista de costumes, passou êle para o papel a cena típica, a que assistira, faltando-lhe, justamente, aquela intenção que o confundiria com o caricaturista de 1840 (4).

Afastada esta hipótese, que menciono sômente por ter vindo de quem veio, do mestre e amigo Marques dos Santos, passemos às caricaturas. A primeira estampa saiu publicada no dia 13 de janeiro de 1840. O *Jornal do Comércio* dessa data, lacônicamente, anunciou o fato, dizendo: «Saiu à luz o primeiro número de uma

(4) Marques dos Santos, *As Belas-Artes na Regência*, cit., págs. 28 e 123 e gravuras, constantes da segunda página de gravuras. Reproduzo aqui o desenho de Briggs. Do lado do desenho, (nesta cópia não aparece inteiramente) se lê: «Briggs del.». Vide gravura 50.

série de caricaturas, representando êste número o retrato do *Sganarello*. Apenas por êste anúncio se conhece a caricatura. Marques dos Santos, no citado trabalho, aventou a possibilidade de se tratar de uma caricatura do «francês Cremière, dono de uma tipografia e litografia, à Rua do Ouvidor nº 104, editor do *Sganarello* (1838-1840), jornalzinho de crônicas sôbre o nosso teatro de então» (5).

Não tenho dúvida que esta primeira estampa visasse ao jornal de Cremière. A dúvida, que tenho, é quanto ao retrato, se era do proprietário ou do jornal, muito anunciado e não isento de complicações. Parece-me que a crítica se reportava a uma dessas complicações, tanto assim que, dias depois de publicada a caricatura, apareceu o seguinte aviso no *Diário do Rio de Janeiro*: «O *Sganarello*, apesar de comprado e morto, ainda não foi entregue e está vivo, saiu à luz o número 12...» Sôbre os dois temas, da morte e da compra do jornal, é que a pilhéria versaria. Sabemos ainda de anúncios, pois, infelizmente, não conseguimos ver um só exemplar do *Sganarello*, que a caricatura o obrigou a escrever em resposta nada menos que dois artigos: um publicado no número 13, intitulado: «O *Sganarello* caricaturizado», e outro, no número 14, com o expressivo título: «O *Sganarello* não está vendido». No entanto, quem devia estar com a razão era o caricaturista ao anunciar a venda do *Sganarello*, pois é o que se infere de outro aviso, um tanto confuso, sôbre a mudança não só de redator, mas ainda de proprietário (6).

Com esta primeira caricatura, concluímos apenas que o autor se inspirava nas novidades, que lhe contavam.

Já com a segunda podemos ir mais longe, pois a Biblioteca Nacional possui um exemplar. O título da estampa é: «O Caza-

(5) Marques dos Santos, *op. cit.*, pág. 122, nota 1.

(6) Ainda que conste do catálogo da Biblioteca Nacional o jornal: *Sganarello*, não me foi possível vê-lo. Assim as citações que faço são de anúncios publicados no *Diário do Rio de Janeiro*, de 28-1, 1, 6 e 22-2-840. Os números 12 e 13 do *Sganarello* saíram, respectivamente, a 1 e 6-2-840. Chamo atenção para o verbo *caricaturizar*, empregado pelo *Sganarello* e, depois, utilizado pelo próprio caricaturista. O que comprova ser o artigo uma resposta à caricatura, tanto o autor o leu e gostou do verbo, não muito empregado em português, senão em castelhano. O aviso um tanto confuso, a que me refiro, saiu publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, de 22-2-840, nos seguintes termos: «Cremière tem a honra de avisar ao respeitável público que com o número 15 finalizou o primeiro trimestre de *Sganarello*, e que por convenção fica proprietário desta; que do presente número 16 em diante tomou um novo redator, e que a sua intenção é continuar o *Sganarello* com os projetos do primeiro prospecto, seu verdadeiro plano». Cremière era um francês, havia anos estabelecido no Brasil. Em 1830 tinha casa à Rua dos Ourives n.º 86.

linda». Mais tarde, alguém o transformou em «O Cara-linda», mudando o *z* em *r*. E isso o fêz na suposição de se tratar de um dos números de uma série de desenhos sobre costumes, referentes ao Rio de Janeiro, e que o caricaturado fôsse um tipo de rua, conhecido pelo nome de «O Cara-linda». Tanto foi o que aconteceu que esta estampa se encontra catalogada, erradamente, entre os desenhos de costumes, de Lopes e Briggs, e não entre as caricaturas, a cuja série pertence (7). O caricaturista, é certo, inspirou-se em «O Cara-linda», pregador de cartazes, para idear «O Caza-linda», mistificado no outro, já pelo desenho, já pela semelhança dos nomes. O próprio anúncio, publicado no *Jornal do Comércio*, a 18 de janeiro, não autoriza a mudança, que importou na retificação do nome, pois apenas esclarece o seguinte: «Sahio à luz o 2º número da Caricatura, representando o retrato do primeiro empregado do theatro de S. Pedro de Alcantaro» (sic).

O desenho é, para mim, interessantíssimo. A cena passa-se no Largo do Rocio, visto do ponto em que ficava a cocheira do veterinário Martin, bem defronte do Teatro de São Pedro, que avulta no final do quadro, perfeitamente delineado. É, justamente, a casa linda, que deu o apelido ao dono. No primeiro plano está um muro, com uma cara pintada e um cartaz de teatro, pregado naquele momento. O pregador do cartaz, ao lado do muro, é a figura principal. A cara é a mesma da parede. Para Marques dos Santos, esta caricatura é «uma sátira a Picot, secretário do Teatro Nacional de São Pedro». É possível. Mas, para mim, o caricaturado não foi o francês Picot. Éste quem o caricaturou, representando o *Jornal do Comércio*, no entêrrão do 7 de Abril, foi Araújo Pôrto Alegre, em 1839. E o Picot, que nos legou Pôrto Alegre, não se parece, em absoluto, com «O Caza-linda», de 1840 (8). Penso que o caricaturado fôsse o próprio diretor do teatro, Pinheiro Guimarães. Como tudo indica, «O Caza-linda» acabava de pregar um cartaz. A crítica tem, portanto, a

(7) Refiro-me a êste engano em nota 8, Cap. III. Mudado o nome da estampa para «O Caralinda», foi incluída no verbete 17.848 (*Suplemento*, pág. 1.520), entre desenhos de costumes e tipos de rua, e não, como o devera, no verbete 17.500, como o número 2 da série de caricaturas, de 1840. O êrro de catalogação foi consequência da retificação errada do título da estampa. Marques dos Santos, págs. 122 e 123, retificou, em parte, o engano, incluindo a estampa entre as caricaturas de 1840. Deixou, porém, de retificar o título. A gravura 51, reprodução dessa estampa (n.º 2, «O Caza-linda»), é cópia, tirada pelo próprio Marques dos Santos, que me deu para que a reproduzisse.

(8) Reproduzo no meu trabalho citado: *Vasconcelos e as caricaturas*, entre outras, esta caricatura de Pôrto-Alegre. É a segunda gravura e tem o título: *Funeral do Sete*. A personagem, que penso ser Picot, é a do meio, com um serrote na mão.

sua relação não sòmente com a diretoria do teatro, senão também com os seus cartazes. Meses depois de publicada a caricatura, um folhetinista, de briga com o diretor do teatro, ao revidar-lhe os desaforos (coisa comuníssima nas discussões de então), apontava, como única inovação introduzida nos últimos tempos pela administração do São Pedro, a seguinte: «Antigamente os cartazes dos teatros eram feitos à mão, o Sr. Pinheiro Guimarães ordenou que êles fôsem impressos». Esta inovação não se dera no momento em que o folhetinista escrevia, senão anteriormente, podendo, assim, muito bem ser a inspiradora da caricatura (9). É possível que o caricaturista fôsse um dos que pintavam os cartazes ou, ao menos, amigo de um dêles. O próprio anúncio deixa perceber a quezília contra o diretor, ao afirmar que se representava naquele número «o retrato do primeiro empregado do teatro». Com o *primeiro empregado* não se pretendia designar o primeiro cronologicamente, senão o que ocupava, na hierarquia funcional, o primeiro lugar.

Nesta caricatura já se divisa a inspiração do autor no francês Daumier. O quadro é simples, porém expressivo e muito bem desenhado. Confronte-se o teatro de São Pedro do caricaturista com o da gravura que reproduz (10), e a conclusão, a que se chega é da completa identidade. Principiava, a meu ver, o artista não só a estudar o mestre francês, mas ainda a fixar o panorama fluminense, como o faria pouco depois, o nosso Rafael, com o chafariz do Largo do Paço, com o Tesouro Nacional, com a Tipografia Americana. O tema, que lhe serve de crítica, é ainda tirado da vida de todo dia, de rixas, nas quais talvez figurasse. O muro com o cartaz e com a cara rabiscada assemelha-se bastante aos muros dos desenhos da *Lanterna Mágica* (11). Há ainda a notar os erros de ortografia. Na estampa se escreveu casa com z, que era êrro. O anúncio, positivamente redigido pelo caricaturista, traz o seguinte: «retrato do primeiro empregado do theatro de S. Pedro de Alcantaro». Esta masculinização da palavra Alcântara para fazê-la concordar com São Pedro, pode ser simples êrro tipográfico, mas também pode ser da cabeça de quem redigiu o anúncio. E isso só podia sair de Rafael, bem assim a graça no desenho e a facilidade no caricaturar.

Os números 3 e 4 das caricaturas, saídos a 25 de janeiro e 1 de fevereiro, não se conhecem senão os anúncios. Isso mesmo

(9) *Jornal do Comércio*, de 25 e 26-7-840, «Folhetim — Assuntos teatraes».

(10) Gravuras números 31 e 51.

(11) Gravuras números 37 e 51.

do número 3 não se publicou o título. O número 4, segundo o anúncio, referia-se a «um artista de tesoura e pente em punho a mudar de terra por causa da presente moda». Com esta indicação apenas, não tenho a menor idéa sôbre o desenho.

Do número 5 das caricaturas tem a Biblioteca Nacional um exemplar, com o título: «Os tolos e a baleia». O anúncio do *Jornal do Comércio*, de 4 de fevereiro, esclarece completamente qual a baleia desenhada: «Saiu à luz no nº 5 da Caricatura, representa os tolos e a baleia de Niterói». Era, portanto, uma determinada baleia, que existiu, e não inventada pelo artista. A cena foi real. Verificou-se numa ponte de desembarque na Praia-Grande. O *Jornal do Comércio*, desde 1 de fevereiro, noticiara: «Uma baleia na Praia-Grande. Ontem de manhã encalhou uma baleia que parecia ferida. Alguns arrais de falua fizeram diligência para apanhá-la, e conseguiram amarrar-lhe um cabo na cauda, pelo qual se acha prêsna na praia. Apesar das muitas feridas que ontem lhe fizeram, o enorme cetáceo ainda vive, e de vez em quando lança ao ar grandes colunas de água. Esse fato atraiu sobremaneira a curiosidade pública, e muitas foram as pessoas que se dirigiram à Praia-Grande para ver a baleia, que terá cem palmos de comprimento» (12).

O aparecimento da baleia ocorrera a 31 de janeiro. No dia seguinte noticiara o jornal. Nesse dia se entremetera o nosso caricaturista entre os tolos, e com êles atravessou a baía, a fim de saciar a curiosidade. Não vira, por certo, a que encalhara, havia cêrca de vinte anos, na Ponta da Armação. Por isso não deixou escapar a nova oportunidade. A 4 de fevereiro já estava pronta a estampa, desenhada e litografada, com certeza, nos dias 2 e 3. O desenho é sem complicações, embora mais trabalhado que o número 2. A inspiração em Daumier firma-se, definitivamente; não no Daumier de *Robert-Macaire*, que se espelha na *Lanterna Mágica*, mas no Daumier dos cais de Paris, de curiosos debruçados, a ver o Sena a deslizar em baixo. Deu-nos o caricaturista de 1840 pequeno trecho da Praia-Grande, visto do mar, com o horizonte delimitado pelas pessoas que se acotovelam na ponte de

(12) Refere-se esta notícia a outra baleia: «que haverá 20 e tantos anos que uma baleia, em circunstâncias iguais, encalhou na Armação». No seguinte número trata ainda o *Jornal do Comércio* da baleia, determinando o número de barricas de azeite, a que fôra reduzida. Em julho de 1841, um ano e pouco depois, entrou outra baleia. O *Jornal do Comércio*, de 5-8-841, logo depois dos debates do Senado, noticiava: «Ontem pela volta das quatro horas da tarde entrou pela barra uma baleia, que foi harpeada pela gente da galera americana *Huron*. Supõe-se que dará de 20 a 25 barris de azeite». Reproduzo a estampa na gravura 52, tirada de cópia que me cedeu Marques dos Santos. Vide o final da história da baleia de 1840, in artigo do Dr. Emílio Germon, *Jornal do Comércio*, de 12-2-840.

desembarque, tendo, ao fundo, a chaminé fumegante de uma barca, talvez a *Especuladora* tão trágicamente desaparecida em 1844. No primeiro plano está a baleia, em parte submersa, já inteiramente dominada.

O número 6 das caricaturas também se reporta a um fato muito debatido pela imprensa, porém de outra natureza. É uma alegoria à ocupação francesa do Amapá. Antes de descrever o desenho vamos dar a fonte provável de inspiração. Circulava, então, um jornal impresso na Tipografia Imparcial, de Paula Brito, localizada no número 66 da Rua da Constituição, intitulado *A Liga Americana*, que, não sei porque razão, inspirou mais de uma vez o nosso caricaturista. O primeiro número saíra, sem muito barulho, a 31 de outubro de 1839. Do segundo em diante, iniciou firme campanha, em consequência da ocupação do Amapá. Desde este número até o último, trouxe, infalivelmente, no final da última parte, o seguinte conselho em letras grandes : «*Notandum* — Enquanto não fôr evacuado o nosso território pela gente armada de Luís Filipe, não devemos comprar coisa alguma aos franceses» (13). Estes, no entanto, eram muitos e já se aboletavam, com as suas vistosas vitrinas, na rua do Ouvidor. Era pedir de mais aos fluminenses, que, com algumas exceções britânicas, se vestiam dos pés à cabeça à francesa. Porém, reconhecendo que o *notandum* não modificara a moda, principalmente a feminina, o jornal passou a anunciar a venda de retrato do General Rosas, nestes termos : «Retrato do General Rosas. — Na Litografia da Rua do Ouvidor n.º 130, vende-se o retrato do General Rosas, o intrépido Herói que hoje defende a República Argentina contra o bloqueio dos franceses e as intrigas dos chefes e autoridades da mesma nação, fazendo-se assim digno da simpatia dos brasileiros. Preço 500 réis».

A litografia, a que se refere este anúncio, era justamente a de Briggs; aí é que se litografavam as estampas do caricaturista, que, além de ótimo desenhista, devia ser também litógrafo. Anúncios há que englobam num todo as caricaturas, o retrato de Rosas e um mapa da província de Santa Catarina, como se pertencessem a um só lote (14). Isso prova não somente a ligação do jornal com a litografia, mas ainda a do desenhista das caricaturas com a província de Santa Catarina e com o retrato de Rosas. E faz

(13) Os números de *A Liga Americana* encontram-se na Biblioteca Nacional.

(14) *Jornal do Comércio*, de 30-1-840. O anúncio é o seguinte : «Litografia Briggs, Rua do Ouvidor n.º 130. Acha-se à venda o retrato do General Rosas, o panorama da cidade do Rio de Janeiro, visto de Botafogo, Tijuca, Morro Queimado, etc., etc., assim como os três números da caricatura coloridos, e o mapa do teatro da guerra em Santa Catarina».

com que nos recordemos de Rafael, catarinense, e caricaturista capaz de caricaturar o General Rosas, com perfeição. Briggs litografava então uma série de estampas, assinadas por um Lopes, que devera ter sido muito apreciada, e, no entanto, não figura no anúncio coletivo das caricaturas, do retrato e do mapa. Este fato nos leva a conjecturar a possibilidade de o caricaturista ser interessado nas obras anunciadas em conjunto, como desenhista e litógrafo das caricaturas e como litógrafo do retrato de Rosas e do mapa de Santa Catarina.

Mas voltando ao jornal, vamos encontrar *A Liga Americana*, no seu número de 23 de janeiro de 1840, escrevendo sobre o Brasil e a França e a questão do Oiapoque, e, no seguinte número, outro artigo sobre a notícia que circulara de terem os franceses abandonado o território do Amapá ou, como dizia o jornalista, as margens do Oiapoque (15). Estes artigos e o *notandum* de *A Liga Americana* foram, para mim, os inspiradores da alegoria, que o caricaturista apresentou na estampa nº 6, anunciada pelo *Diário do Rio de Janeiro*, a 8 de fevereiro. Em outro anúncio de 11, positivamente redigido pelo próprio caricaturista, temos a interpretação autêntica do desenho: «Saiu à luz o número 6 da Caricatura, litografada e colorida, representando o galo canta no Oiapoque: este número é um dos mais interessantes, vê-se no primeiro plano um guerreiro que arrastado, desperta o Brasil, que dorme; ao longe o rio Oiapoque, com o acompanhamento francês, e do outro lado um galo que canta sobre um pedestal, e em uma árvore uma preguiça» (16).

A estampa, reproduzida por Marques dos Santos (17), tem o título: «Accordai, que os gallos já cantão n'Oyapok». É um desenho bem trabalhado e interessante, além de ser uma exceção. O horizonte é amplo. O rio, em zig-zag, espraia-se vagaroso. Ao longe uma cordilheira delimita o quadro. É alegoria que contém uma crítica e lembra a caricatura de Rafael, em que representa um burro com a máscara de Rosas. Na de 1840 é um guerreiro que faz as vezes da Europa, que aparece na de 1852. Atente-se para o perfil do guerreiro e para o da Europa, que é de Rafael sem a menor dúvida, e tanto num quanto no outro sobressaem os mesmos traços no delinear o nariz e os olhos com tendência a

(15) A localização do posto francês foi indicada pelo capitão inglês Harris, in *Extraits from a report of captain Harris H. M. S. Race-Horse, on the post occupied by the french*. A ordem de desocupação, por parte do governo francês, foi de princípio de 1840.

(16) Vide gravura 53; pelo anúncio, foi a de que o autor mais gostou. Cf. gravuras 7 e 53.

(17) *As Belas-Artes na Regência*, citada, última gravura.

exoftalmia. O índio, em 40, representa o Brasil e, em 52, a América. A preguiça foi posta por símbolo do índio, que dormia; o burro por símbolo de Rosas, que se desmascarava. Se na redação do anúncio não se encontram os erros de Rafael, já não acontece o mesmo com o rótulo da estampa, onde se lê: «accordai», com dois cc, quando acordar, despertar, nunca se escreveu assim. Além de o próprio desenho assemelhar-se ao de Rafael, o caricaturista, elucidando o quadro, apontou o «acampamento francês», muito ao jeito de Rafael, quando se referiu ao «acampamento leitoral», em sua carta a Silva Pontes.

Da sétima caricatura não existe exemplar. O anúncio saiu publicado a 15 de fevereiro, dando-nos o título da estampa: «O recrutamento na aldeia ou todos servem para a praça». Inspirou-se o artista na peça, que subiu à cena no Teatro de São Januário a 8 de fevereiro, em benefício do Colégio de Pedro II, com o título: «O recrutamento na Aldeia». A caricatura, certamente, condensaria o que havia de engraçado naquela peça, que, dias depois, voltaria à cena no Teatro de São Pedro, com elogios. «Terminou o divertimento», dizia um crítico da época, «com o recrutamento na aldeia. Que enrêdo engraçado e bem conduzido! Que jovialidade sem pretensões!» (18) Continuava, pois, o autor das estampas com as características, que já encontramos em Rafael, da rapidez do desenho e da inspiração objetiva.

O número 8 da série tem por título: «O Sapateiro elleitor» (sic). Na Biblioteca Nacional existe um exemplar, reproduzido pelo ilustre escritor Herman Lima, em interessante artigo (19). O próprio caricaturista, em anúncio no *Diário do Rio de Janeiro*, deixou a explicação do desenho: «êste interessante quadro», dizia êle, «apresenta um pobre sapateiro a trabalhar na trepeça (sic), e um diplomata a lhe apresentar a sua chapa, porém o velho sapateiro firme na sua opinião lhe mostra várias estampas que se acham na parede, com um degrau formado do povo e um candidato a subir por êle a cadeira do poder; outra, um sugeito (sic), já no tope da escada, a dar um ponta-pé no que lhe ajudou a subir» (20). É uma história digna de meditação, que o artista sintetizou em um só quadro. O título, porém, da estampa lembra

(18) *Jornal do Comércio*, de 4-3-840, «Folhetim».

(19) Artigo publicado em *Vamos Ler!* de 28-12-944, com o título: *A caricatura, arma secreta da imprensa*.

(20) Êste anúncio saiu publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, de 26-2-840. A 22-2-840 saiu anúncio comum, sem descrição. Os anúncios, em que o próprio caricaturista descrevia a estampa publicada, devo-os ao amigo Marcelo Ipanema, mestre seguro em assuntos que se prendam à história da imprensa. Vide gravura 54, reprodução da estampa, de cópia fornecida por Francisco Marques dos Santos, para êste fim.

outro de uma peça de Araújo Pôrto-Alegre : «O sapateiro político». Infelizmente não conheço o enredo dessa peça, nem consegui determinar em que data foi representada ou, mesmo, se foi representada (21). A coincidência dos títulos, senão dos temas, além da perfeição dos desenhos, poderiam levar-nos a concluir pela autoria de Pôrto-Alegre. E não resta dúvida que, se as caricaturas não forem de Rafael, só podem ser de Pôrto-Alegre, embora litografadas e anunciadas pelo nosso Rafael. Mas o traço e a idéia aproximam-se muito mais das caricaturas da *Lanterna Mágica* e das de 1852 contra Rosas, tôdas de autoria de Rafael, do que das de 1837 e 1839 contra Justiniano José da Rocha e Bernardo de Vasconcelos, de autoria de Pôrto-Alegre (22). Há, em tôda a série de 1840, uma simplicidade no desenho e na idéia, que a identifica com Rafael e não com Pôrto-Alegre, mais complicado no desenho e mais maldoso e simbólico na idéia.

Esta sombra de Pôrto-Alegre, que de vez em quando aparece nos temas de 1840, ainda mais me robustece na opinião de ser Rafael o autor, pois êste seguiu sempre muito de perto o mestre, adotando-lhe as idéias, tal um outro Belchior dos Passos a seguir o sábio Laverno. E não foi senão por isso que o *Brasileiro Nato* o inculcou por testa de ferro de Pôrto-Alegre. Êste não cometeria os erros, que se encontram no anúncio e na estampa, nem escreveria *elleitor*, primeiro, porque sabia escrever muito bem, e, depois, porque em outra caricatura escrevera : «O estado de hum eleitor em 1839», corretamente, sendo que o *um* com *h* era corrente. Sòmente Rafael grafaria : *elleitor, trepeça, sugeito*, muito a jeito de *comprilla, Eollo, cheffe, elustrado e jente*.

A meu ver a inspiração do caricaturista, para «O sapateiro eleitor», ressumou ainda esta vez do jornal *A Liga Americana*.

(21) De Paranhos Antunes, *op. cit.*, pág. 99, referindo-se a 1839, diz : «Por êste tempo, Araújo Pôrto-Alegre procurou levantar o teatro brasileiro... E lança então os fundamentos da comédia popular com «O Sapateiro Político», «O Tutor do Parati», «O Espião de Bonaparte», «A Estátua Amazônica», «O Dinheiro é Saúde» e «Os Judas...» Hélio Lôbo, no entanto, indica os anos de 1848 e 1858, respectivamente, para o aparecimento das peças «A Estátua Amazônica» e «Os Judas». (*Op. cit.*, págs. 124 e 125). No tocante às outras, «O Sapateiro Político» inclusive, escreveu o seguinte : «De todos êstes trabalhos teatrais, alguns representados, conhecem-se somente os títulos, citados, seja pelo próprio autor ou sejá por seus contemporâneos». (*Op. cit.*, págs. 125 e 126). Consta de anúncio do Teatro de São Pedro (*in Jornal do Comércio*, de 7-7-838), para o espetáculo de 11-6-838, em benefício de João Caetano, além da tragédia «Oscar, filho de Ossian», «o novo drama», em um ato, intitulado : «O Espião de Bonaparte».

(22) São as caricaturas que reproduzi no meu citado trabalho : *Vasconcelos e as caricaturas*. Herman Lima, em interessantes artigos no *Diário de Notícias*, de 8, 15, 22 e 29-11-953, reproduziu algumas dessas caricaturas.

Intitulava-se jornal político e tinha a veleidade de decidir questões diplomáticas com um simples artigo. Era natural que o caricaturista o representasse na cena como diplomata, ao mesmo passo personificasse o povo, solicitado pelo candidato diplomata, na figura do velho sapateiro. E isso aconteceu por ter *A Liga Americana*, no seu número de 20 de fevereiro, inserido longo artigo referente aos candidatos às próximas eleições. Embora se limitasse a generalidades, deixava o articulista patente a ânsia de todos na procura de uma cadeira de deputado. A caricatura saiu a 22, dois dias depois do artigo (23).

O número 9 tem a sua inspiração na mesma fonte. Não existe um só exemplar, porém o anúncio, ainda que em poucas palavras, descreve o desenho, que devera ser dos melhores, pois foi o mais caro. Enquanto os outros custavam \$160 e \$240, conforme o tamanho, este fôra apreçado em \$320. Do anúncio, publicado a 29 de fevereiro, constava: «Saiu à luz o nº 9 das caricaturas, representando as honras fúnebres de um jornal á (sic) pouco falecido. Este número em formato maior é bem executado, torna-se digno de atenção, pois ali vê-se todo o jornalismo da Côrte a desempenhar uma obra pia com o seu colega» (24). O jornal falecido só podia ser *A Liga Americana*, que no seu citado número, de 20 de fevereiro, avisara: «Interrompe-se por algum tempo a publicação deste jornal. Far-se-á aviso quando houver de reaparecer». A caricatura, saída a 29, devia de se reportar ao desaparecimento deste jornal, que tanto inspirara o artista (25).

Pôrto-Alegre, em 1839, desenhou sobre o mesmo tema uma caricatura contra Vasconcelos, comemorando, simbolicamente, a morte da política iniciada a 7 de abril, por ocasião do desaparecimento do jornal *7 de Abril*. A caricatura não podia deixar de ser plágio dessa de Pôrto-Alegre, e não repetição da idéia, em menos de um ano, pelo mesmo Pôrto-Alegre. Esta similitude de temas do caricaturista de 1840 com o futuro Santo Ângelo é que

(23) Inspirava-se o caricaturista na atualidade. Por isso prefiro atribuir-lhe a inspiração no artigo de *A Liga Americana* e não na peça de Pôrto-Alegre, que não vejo anunciada em 1840, até a data em que se publicou a estampa.

(24) *In Diário do Rio de Janeiro*. Devo esta indicação ao Professor Marcelo Ipanema.

(25) Não tendo o desenho para verificar, orientei-me pelos jornais. Pensei, de início, se tratasse do *Cronista*, jornal que deve ter acabado em 1840, até fevereiro, pertencente a Firmino Rodrigues Silva e Justiniano José da Rocha. Segundo o *Jornal do Comércio*, de 29-2-840, deixou Justiniano o *Correio Oficial* e passou para o mesmo *Jornal do Comércio*, como colaborador. Isso comprova que, em fevereiro, já não existia o *Cronista*. Assim, para mim, o único jornal capaz de figurar na caricatura como defunto era *A Liga Americana*, desaparecido a 17-2-840, inspirador de outros desenhos e que tinha uma ligação qualquer com o caricaturista e com a Litografia de Briggs.

me convence, em parte, da autoria de Rafael. Êste começava as suas composições e, naturalmente, procurava no mestre a fonte de inspiração da idéia, da mesma maneira por que buscou em Daumier a forma de expressar aquela idéia. E o que me convence definitivamente de ser Rafael e não Pôrto-Alegre é o anúncio. O mestre não colocaria um pronome oblíquo como está neste passo : «pois ali vê-se»; nem, tampouco, escreveria : «um jornal á pouco falecido». Só Rafael o fez, escrevendo na carta a Silva Pontes : «á 30 dias que estou de cama».

Não existe exemplar da estampa nº 10, cuja aparição foi anunciada a 4 de março. Sabe-se, no entanto, que representava «o jôgo do entrudo». Hoje, diríamos o carnaval, que, em 1840, caiu nos dias 1, 2 e 3 de março. A caricatura fôra feita em pleno entrudo para poder ser anunciada na quarta-feira de cinzas. Não podemos ter a menor idéia da cena. Talvez um baile ? Talvez o Teatro de São Pedro ? Mas, se acreditarmos no que contou o folhetinista, já citado, em quem muito acredito e a quem muito aprecio, o carnaval em 1840 não esteve animado como nos anos anteriores. «Fostes ao teatro?» Indagava êle. «Pois bem, outrora o entrudo imperava como rei absoluto, e agora nem se animava a espiar por uma fresta a antiga arena de seus triunfos, nem ao menos se aproximava dela, porque uma espécie de cordão sanitário de beaguins se estendia em redor do teatro: coitado do entrudo era tratado como a peste ! Os médicos lhe haviam attribuído tôdas as moléstias presentes, passadas e futuras» (26). Parece-me, porém, que esta caricatura devera ter retratado o prestígio do entrudo e não a decadência, como o folhetinista o descreveu. Bem podia ser o caricaturista um provinciano, havia poucos meses chegado de sua vila, e para quem o entrudo, por desprestigiado que fôsse, não deixasse de ter o sabor de novidade.

O número 11 das caricaturas é a continuação do anterior, como se vê do título : «Os resultados do entrudo». É sem dúvida a estampa mais interessante. Divide-se o desenho em seis quadros. O ilustre caricaturista Alvarus possui um belo exemplar colorido.

O anúncio, saído a 7 de março, dá a seguinte descrição : «Êste número oferece seis quadros, cada qual mais interessante, ali vê-se fielmente quais as conseqüências funestas de semelhante jôgo» (27). O êrro na colocação do pronome afasta a possibi-

(26) *Jornal do Comércio*, de 4-3-840, «Folhetim».

(27) *In Diário do Rio de Janeiro*. No *Jornal do Comércio* da mesma data, 7-3-840, se anunciava assim a mesma caricatura : «Saiu à luz o n.º 11 das *Caricaturas*, representando : «Os exaltados do Entrudo...» Parece-me que foi êrro, pois, dias depois, 11-3-840, se dizia : «Acha-se à venda o n.º 11 das *Caricaturas*, representando os resultados do entrudo!» É de se notar

lidade da autoria de Pôrto-Alegre, reforçando a de nosso Rafael. Há, no próprio desenho, um ponto, em que a identificação com o catarinense se faz com mais nitidez. Refiro-me à personagem, nostálgica e nervosa, do primeiro quadro, que se lamenta desesperada, com um lenço na mão. É uma jovem que sofre, visivelmente, os resultados do entrudo, passado, talvez, no baile de máscaras no Hotel de Itália, onde saltitara a noite inteira de sábado, 29 de fevereiro, até o domingo, 1 de março, ao som de excelente orquestra. Porém não nos interessa saber onde a jovem andou e com quem. A polícia de então que lhe tomasse em consideração a queixa. O que nos interessa é fazer o seguinte reparo: o artista, que pintou esta personagem, teve em vista representar uma jovem mulher, bonita e capaz das conseqüências, que arranjou. Assim a esboçou ele até o pescoço. O vestido é bem feito. O corpo esbelto, embora já bastante deformado pelo resultado do jôgo. A posição, em que a colocou o artista, é elegante e, ao mesmo tempo, de natural ansiedade. Esperava-se de tudo isso um rosto, senão bonito, simpático ou agradável, ao menos. O rosto, no entanto, é feio, carrancudo, nada gracioso. Não justifica a conclusão lógica que se impunha do restante do quadro. É, justamente, um traço típico de Rafael: a Europa e a dançarina de Belchior são figuras que se entrosam com a personagem aflita dêste desenho, pois, em tôdas, encontramos a mesma intenção frustrada (28). Há, também, na maneira velada por que se incluiu no desenho a parte erótica, apenas com o indicar o estado em que estava a jovem, a mesma técnica, por assim dizer, do desenho de Rafael, ao caracterizar os federais, apenas, pelo trejeitar pudico das figuras. Sente-se que a idéia saiu da mesma cabeça, como o desenho do mesmo lápis, principalmente, porque tudo isso se assemelha muito a Daumier. Em uma das caricaturas de «Robert Macaire», incluiu o francês uma senhora no mesmo estado da personagem chorosa do nosso caricaturista de 1840 (29).

É digna de atenção a vinheta da estampa nº 11 e faz lembrar as que emolduram os desenhos da *Lanterna Mágica*. Aproveitou-se o caricaturista anônimo, em 1840, de bombas, tinas, baldes, regadores e da própria água, que esguicha, como motivos para

que o primeiro anúncio corrigiu a colocação do pronome, escrevendo: «Ali se vê...» Esta caricatura foi feita por quem leu o «Folhetim», citado em nota anterior, porque, entre as conseqüências do entrudo, colocou um entêrro, proveniente, por certo, das doenças, a que aludira o folhetinista. É mais uma prova da maneira por que se inspirava o desenhista. Devo a possibilidade de reproduzir esta estampa ao caricaturista Alvarus, que me deu cópia do exemplar que possui. Vide gravura 55.

(28) Cf. gravuras 8, 35 e 55.

(29) Cf. gravuras 34 e 55.

delimitar e dividir os quadros, da mesma forma por que se aproveitaria Rafael, em 1844, dos anúncios de remédios, para enquadrar a cena de Laverno diante do Tesouro (30).

Dos números 12, 13 e 14, publicados a 24 e 31 de março e 4 de abril, só conhecemos os títulos, pelos anúncios, que eram, respectivamente: «O Brasil doente», «Cenas de uma sala de bailes» e «Cenas de uma sala de jôgo». Do número 15 saiu publicado o anúncio a 11 de abril. Na Biblioteca Nacional existe exemplar, que Marques dos Santos reproduziu (31). Tem o seguinte título: «A mania do dia». Não só os homens, senão os bichos se batem em duelo. Devia ser crítica à peça intitulada: «Os desafios», traduzida do francês, segundo um purista da época, em detestável português. E, se foi, como penso, Rafael quem fez esta caricatura, projetou-se êle no futuro, seguramente uns dez anos. Em 1850, como vimos do jornal de Entre-Rios, o catarinense desafiou ou aceitou o desafio do italiano Penuti (32).

Não se conhecem as cinco estampas restantes. Sabemos os títulos, com exceção do nº 17, publicado a 8 de maio. Assim temos: o nº 16, publicado a 22 de abril, com o título: «Os tolos e o touro»; o nº 18, a 20 de maio, intitulado: «Cenas da rua do Ouvidor»; o nº 19, saído a luz a 17 de julho, com o título: «O mastro da Cocaina nos Campos do Rio Grande ou a origem da guerra naquela Província», e o nº 20, a 29 de setembro, que se intitulava: «As eleições de 1840» (33). O único anúncio, que elucida alguma coisa, é o referente ao último número, assim redigido: «Tendo chegado à Côrte o autor das caricaturas, e vendo tantas e tamanhas novidades dignas de se caricaturizarem (34), oferece ao público o seu nº 20, que representa as eleições de 1840. Êste quadro mostra ao espectador um bosquejo do que a (sic) pouco se passou que nem lugar, nem autoridade foram respeitadas» (35).

(30) Cf. as gravuras 41 e 55.

(31) *In Belas-Artes na Regência*, cit., *Vide* gravura 56. É visível a inspiração em Daumier.

(32) Nota 11, Cap. VI. Sobre a peça os *Desafios*, *vide* *Jornal do Comércio*, vários números de 1840, especialmente o de 24-7-840, que traz o artigo sobre a tradução.

(33) Anúncios publicados no *Diário do Rio de Janeiro*. O *Jornal do Comércio* anunciou, ao menos, o nº 19, em 17-7-840. O nº 16 deveria ser crítica à tourada, que se realizou no Domingo de Páscoa, 19-4-840, anunciada desde 10-3-840 no *Jornal do Comércio*. Segundo descrição, saída no mesmo jornal, de 22-4, e assinada Melluzzino, a corrida de touros do Anfiteatro de São Cristóvão não passou de uma palhaçada.

(34) *Vide* nota 6 d'êste Capitulo.

(35) *Diário do Rio de Janeiro*, de 29-9-840. Marques dos Santos transcreve êste anúncio, *op. cit.*, pág. 124, corrigindo-lhe, porém, o a.

Dêste anúncio se conclui que o caricaturista foi um único : «o autor das caricaturas», e que já depois de iniciada a série, se ausentou da Côrte, onde, de volta, encontrou «tamanhas novidades». Prometeu novos trabalhos, mas não os realizou, nem os anunciou. Assim, estivera na Côrte até fins de maio, no mínimo, visto que as caricaturas até aquêl momento deviam ter sido de inspiração local e desenhadas rapidamente com o modelo à vista. Já a penúltima caricatura podia ter sido feita no sul do Brasil e de lá remetida, pois o título autoriza esta conclusão, uma vez que sabemos da ausência do caricaturista. O período, em que mais ativamente trabalhou, foi de 13 de janeiro a 22 de abril: em janeiro fêz três caricaturas, em fevereiro seis, em março três e em abril três. Em maio, até o dia 20, fêz duas e levou dois meses para fazer a outra. A última só apareceu dois meses e meio depois da anterior, a 29 de setembro. Tudo indica que o autor estivesse ausente a partir de maio, depois do dia 20, e voltasse ao Rio de Janeiro pouco antes ou pouco depois das eleições de 7 de setembro, uma vez que o *Jornal do Comércio*, de 12, já trazia artigos de crítica às eleições para vereadores e juizes de paz. As «tamanhas novidades», a que alude o caricaturista, dignas de serem retratadas, seriam as conseqüentes da maioridade do imperador, da qual soube as minúcias depois de chegar, e não fôra espectador.

Êste anúncio final fixou ainda um pouco mais uma das características do autor, que o confunde com Rafael. Gostou, por exemplo, do verbo caricaturizar, empregado pelo *Sganarello*, preferindo-o a caricaturar. Além disso escreveu : «um bosquejo do que a (sic) pouco se passou». Ora, êste *há*, sem *h*, que aparece em dois anúncios do caricaturista de 1840, é quase que uma assinatura de Rafael Mendes de Carvalho, pois escrevera na sua citada carta : «aqui neste lugar não as á»; «contudo as que á»; «melhor ficará enformado do que á por aqui, pois que mesmo eu, «à 30 dias que estou de cama», «pois que nesta cidade não á». O individuo que escreveu no anúncio : «que a pouco se passou», não pode deixar de ser o mesmo que escreveu na carta : «do que á por aqui».

3. Atribuo ainda a Rafael mais duas caricaturas. Uma, que se encontra no Arquivo Particular de Silva Pontes, deve ser os «riscos», que enviou de Conceição do Uruguai ao desembargador : «Junto encontrará V. Exa.», dizia êle, «alguns riscos de lapis. distraçoens durante meu acampamento leitoral?! rogo a V. Exa. dispensar o papel q̃ nesta cidade não o á, e este é resto de maior quantia». Como desenho é complicada alegoria, que não consegui decifrar a crítica ou identificar as pessoas. Há alusões ofensivas

às personagens caricaturadas, principalmente a uma transformada num touro. A figura central veste-se com uma farda do paço. O desenho é colorido, notando-se, no dourado dos botões, o *P II*, que sobressai no verde da farda. É caricatura de pouco mérito e, se fôr de Rafael, justifica completamente o pedido de desculpa, já pelo desenho, já pelo papel. Silva Pontes gostava, porém, de tais alusões e pilhérias, como se pode ver dos seus diários. Daí guardar com tanto cuidado «os riscos» de Rafael (36).

A outra caricatura deve ser de meados de 1852 a meados de 1853. Existe um exemplar na Biblioteca Nacional. Ao contrário da primeira é um belo desenho, já do Rio de Janeiro, com tôdas as características das caricaturas que fêz Rafael a pedido de Honório Hermeto. É interessante crítica à questão, que se denominou do chouriço, nascida da publicação pelo Ministério do Império de um ofício reservado do plenipotenciário do Brasil em Lisboa. Vê-se o chouriço, ao desembarcar no Largo do Paço, no meio do povo, que protesta e foge diante do recém-chegado: talvez do mau cheiro que exala. Não consegui identificar as duas personagens colocadas no primeiro plano, mais próximas do chouriço. Parece-me que houve intenção do autor de retratar, nas duas personagens, outras envolvidas na questão (37).

Bastaria esta última caricatura para me convencer da volta de Rafael à Côrte, até meados de 1852. Devo, porém, ao ilustre escritor Herman Lima, uma prova mais concreta. Assim posso afirmar, com isso, não só ter Rafael regressado ao Rio de Janeiro, mas ainda que, de volta, continuou as suas atividades, intimamente ligado a Araújo Pôrto-Alegre. Este, no entanto, vivia ainda de turras com inimigos, que o não poupavam, transformando-o no D. Basílio de caricaturas e artigos ofensivos. De cambulhada com o mestre vamos encontrar o discípulo, da mesma forma chacoteado. Em artigo publicado no *Charivary Nacional*, de 31 de julho de 1859, encontra-se um diálogo de D. Basílio (Pôrto-Alegre) com Rafael (38). O diálogo não interessa, pois se transforma aí o nosso Rafael em reles alcoviteiro do mestre. Faz, no entanto, o articulista os retratos de Rafael e de D. Basílio. Está visto que são retratos saídos da pena de inimigos, caricaturas deformantes, que tanto agradaram aos dois. Pôrto-Alegre achasse assim repintado: «D. Basílio é já conhecido do nosso público;

(36) Vide gravura 46.

(37) Vide gravura 57.

(38) In Biblioteca Nacional.

é uma espécie de Martinho e de palhaço de circo de cavalinhos, com pretensões a sábio, belo e elegante». De D. Basílio segue o anônimo a retratar o outro : «Rafael é um creoulo guapo, sacudido e vivo como azougue; é o Narciso querido de D. Basílio; desempenha as suas funções admiravelmente, na frase predileta de D. Basílio, que nada poupa para que o rapaz ande satisfeito. Cumpre antes de tudo que se saiba que Rafael come bem, tem dinheiro à discrição, mas chopita de tôdas a quem leva cartinhas ou presentes, dos amigos de D. Basílio e mesmo dos inimigos, a quem tudo conta a trôco de cobres que pede no fim dos contos, Rafael é um velhacote que sabe vender o seu peixe». Daí continuou o articulista com desenxabido diálogo, a desmoralizar os dois amigos, concluindo o retrato de Rafael, com mais êste pormenor : «Rafael dá um salto que faria inveja ao mais adestrado macaco, e safa-se pela escadinha que vai ter à porta da Semana». Assim, de Rafael Mendes de Carvalho, que fez uma época, temos apenas esta achavascada descrição, à guisa de caricatura deformante.

Não terminarei com semelhante diatribe de inimigos e invejosos, senão com a própria obra de Rafael, que se manteve, por muito tempo, em plena atividade artística. O *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, já várias vêzes citado, menciona nada menos de seis ou sete desenhos do catarinense, de 1866 e 1867, todos referentes à guerra do Paraguai. Dêles se infere ter Rafael percorrido os lugares, que pintou então, com os soldados aliados, talvez como parte integrante do corpo de topógrafos, incumbido do levantamento da região. A planta, por exemplo, levantada pelo 1º Tenente da Armada Manuel Ricardo da Cunha Couto, a 30 de março de 1866, de Passo da Pátria, no Rio Paraná, foi desenhada pelo nosso Rafael, bem como as vistas do local, que a acompanhavam. Infelizmente não encontrei êsses desenhos (39). Em compensação examinei na Biblioteca Nacional interessantíssimas gravuras de autoria de Rafael. São trabalhos perfeitos, litografados, na maior parte, em Buenos Aires, na *Litografia Pelvilinear*, Potosi 38. Parece-me que, além do desenho, se incumbiu Rafael da parte litográfica, pois sòmente êle estamparia os erros, que se encontram, como : *sentro*, *cheffe*, *deichado*, *encourassado*, e muitos outros, semelhantes aos que acabei de esmiuçar. Se estas

(39) Verbete 11.196, *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, cit., T. I, pág. 981. O primeiro trabalho de Rafael foi, justamente, o desenho da planta da vila de Laguna, levantada pelo Major Jerônimo Francisco Coelho. Vide nota 9, Cap. III.

gravuras não estivessem assinadas, com as iniciais do artista : R.M.C., seria possível, pelos erros, identificar-lhes o autor, como o fizemos com o caricaturista anônimo de 1840 (40).

Voltou, portanto, Rafael ao Rio da Prata. E mais uma vez se intrometeu, com sua arte, nos fastos da história nacional: em 1852, com as caricaturas de Rosas, e, em 1866 e 67, com os quadros de batalhas e navios de guerra. O último desenho desta série, existente na Biblioteca Nacional, refere-se à passagem de Curupaity, efetuada a 15 de agosto de 1867. É litografia executada no

(40) *Suplemento ao Catálogo*, cit., verbetes 17.583, 17.591 (duplicata), 17.594 (duplicata), 17.597 e 17.598. Representam as gravuras, respectivamente: o bombardeio de Itaperu, a 16-4-866, pela esquadra brasileira; o vapor brasileiro *Rio de Janeiro*, pôsto a pique a 3-9-866; a tomada das trincheiras de Curuzu, a 4-9-866; a corveta *Brasil*, depois do combate das barrancas de Curupaity, a 22-9-866, e a canhoneira *Tamandaré*, depois do mesmo combate. Dou, como exemplo, descrição de duas dessas gravuras, feita pelo próprio Rafael, sem lhe corrigir os erros. Verbetes 17.594: «Tomada das Trincheiras de Curuzu no Paraguai, pelo segundo Corpo do Exército ao Mando do Exmo. Barão de Porto-Alegre. No dia 4 de 7bro. de 1866, o Sr. Barão de Porto-Alegre fez atacar as trincheiras de Curuzu, o Exército a seu mando em trez divisioens: a 1ª pela esquerda e sentro, a 2ª pela direita, e a 3ª de Cavaleria, flanqueando a direita da lagoa a tomar a retaguarda do inimigo; o ataque foi simultaneo en todos os pontos; depois de un incessante fogo de parte a parte, as divisoens da esquerda e direita a baioneta calada, penetrarão as trincheiras fasendo ao enemigo estrago tal que teve de retirar-se precipitadamente deichando sobre as trincheiras 1.200 mortos, alguns feridos, toda a artilharia de campanha, 3 pessas de 68, grande porsão de muniçoens 8c 8c. O desenho é tomado no momento em que o Sr. Barão dá ordem a avançar á cortar a retaguarda do enemigo, no primeiro plano do desenho vese um oficial ferido conduzido por dois companheiros, é o Capitan Dias, de engenheiros». Chamo a atenção para o seguinte passo: «no primeiro plano do desenho vê-se um oficial...» O mais certo seria: «no primeiro plano do desenho se vê...» O mesmo escreveu o caricaturista anônimo de 1840: «pois ali vê-se todo o jornalismo», quando o correto seria: «pois ali se vê...» E ainda em outro anúncio de 1840 escrevera, o que é quase igual ao citado passo da descrição de 1866: «vê-se no primeiro plano do desenho um guerreiro...» A segunda descrição de Rafael é da gravura constante do verbete 17.597: «A Corveta encourassada Brasil. Depois do combate com as baterias das barrancas do Curupaity, no Paraguay, no dia 22 de Setembro de 1866. — O desenho mostra as mossas das ballas de estibordo, 24 ballas, penetrarão: 1½, 1¾ pollegada e 2 penetrarão a 1ª 2¾ na junta da segunda chapa, abaicho da casamata, a 2ª 3¾ no angulo inferior da chapa junto a escada, fasendo uma racha de 1 pollegada de abertura, toda a courassa destibordo ficou alluida e a maior parte das cavilhas sem cabessas, a abita de bombordo partida a meio, uma balla entrou por uma casamata, quebrou o munhão a uma pesa, arruinou a carreta, e foi quebrar os varoens de ferro que sustentavão a roda do leme o tubo do vapor e a chaminé com dois grandes rombos por uma balla que passou por cima da courassa esfaschiando o assoalho o mastro da proa partido a um terço, etc., etc., etc., depois de resistir ao embate de 58 ballas de Blakley, ao signal do Sr. Almirante o Chefe José Maria Rodrigues, voltou a tomar a 1ª posição, atravessando-se na estacada, deixando-a completamente inutilizada». Os erros de Rafael, portanto, continuavam os mesmos.

Imperial Instituto Artístico, no Rio de Janeiro, e tem a seguinte nota: «Desenho do natural pelo Sr. Rafael» (41).

Estas gravuras, ainda que se me afigurem perfeitas, excedem os limites dêste trabalho, no qual pretendi apenas enfocar o caricaturista. Menciono-as aqui, não só para chamar sôbre elas a atenção, mas também porque provam a atividade artística de Rafael em 1866 e 67, quando o seu mestre Araújo de Pôrto-Alegre, na Europa, já o não podia auxiliar. E mais uma vez o discípulo concorre com o mestre em igualdade de condições.

Teria Rafael continuado a caricaturar ou caraturizar, como dizia êle? É muito provável. Porém só com o tempo e estudo é que se poderão identificar os trabalhos feitos pelo catarinense, no Rio de Janeiro, de 1852 a 1864 ou 65, quando devia ter seguido para a guerra. Para mim, do que existe já determinado como de autoria de Rafael Mendes de Carvalho, é o bastante para o colocar em posição privilegiada, como um dos primeiros e mais notáveis caricaturistas brasileiros.

Com a idade, longe de melhorar, se acentuou ainda mais a grafia arrevezada do artista. Assim, se não estivessem assinadas estas gravuras, poderíamos identificar-lhe o autor da mesma maneira por que tentamos identificar o caricaturista de 1840, com a probabilidade de acertar, perfeitamente igual. Gravuras 58 e 59.

(41) Verbete 17.597 do *Suplemento ao Catálogo*, cit. Esta, para mim, é a melhor gravura desta série. Gravura 60.



1. La Confederacion Argentina nerviosa, fuerte y en actitud de guerra.
2. El Loco, Traidor, Salvaje Unitario Uguirica, que después de vender su Patria al oro Brasilero y de haber entregado su alma al Diablo - la mala - la poderosa Confederacion Argentina, se horroriza - tiembla y quiere huir - por mas que sus Amos Compradores lo empujan.
3. El profundo desleal amigo empujador del Brasil, que con su vil oro ha comprado al Loco, Traidor, Salvaje Unitario Uguirica, - viendolo huir temblando y desprovisto, quiere contenerlo para que entre en la guerra por que lo ha comprado.
4. El Diablo - dueño del alma corrompida e inmunda del Loco, Traidor, Salvaje Unitario Uguirica - viendolo huir aterrado a la vista de la Confederacion que esta puesta en armas, lo quiere sujetar para que no se le escape el alma que ha comprado.

FIG. 1

Caricatura rosista, em que o General Urquiza e D. Pedro II são figuras principais



FIG. 2

Caricatura rosista, representando o General Urquiza



Fig. 3

Parte referente ao desenho da caricatura reproduzida na gravura 1

1. La Confederación Argentina poderosa, fuerte y en actitud de guerra.
2. El Loco, Traidor, Salvaje Unitario Uguica, que después de vender su Patria al oro Brasileño y de haber entregado su alma al diablo, a la vista de la poderosa Confederación Argentina, se horroriza - tiembla y quiere huir - por mas que sus Amos Compradores lo empujan.
3. El perfido desleal, iníquo emperador del Brasil, que con su vil oro ha comprado al Loco, Traidor, Salvaje Unitario Uguica, - mandado huir temblando y desprimido, quienes continúan para que entre en la guerra por que lo ha comprado.
4. El Diablo - dueño del alma corrompida, inmundicia del Loco, Traidor, Salvaje Unitario Uguica - mandado huir aterrorizado a la vista de la Confederación que esta puesta en armas, lo quiere sujetar para que no se le escape el alma que ha comprado.

Fig. 4



FIG. 5

Parte da caricatura constante da gravura 2, para que se veja a minúcia do desenho

Dr. C.º Pedro de. Lara de. São Paulo

Hecho por 8.^a la hora de cuando por la cantidad que me piden los libros, como me
 lo hace el propietario de muy aproximado todo me me afianzo, a la que
 entiendo en esta memoria fijo, por un tiempo de transición de que los es-
 tados de los libros me han dado, todo me me colocan en donde necesi-
 tan con ellos. Me me de cuando han estado contra mí, por que no
 para de hacer solamente que las han comprado todo el mundo, y que
 hea justicia; mas ellos no se venían de venir en armas contra de
 poder desobedecer, por me salieron muy pronto y de que de momento.
 Como me 1.^a en el lugar de esta memoria, a donde me ordenes a mi estado como

6. J. L. M.

Handwritten signature

Carta do General Urquiza a Silva Pontes, em que diz: «los insultos de los tiranos me honran»



Es el Grande Americano!!

Los Americanos venimos a la Europa la carota que disfrutaba a un monstruo loco.

FIG. 7

Caricatura de Rafael Mendes de Carvalho, com o título : «Es el Grande Americano!!»



FIG. 8
Detalhe da caricatura constante da gravura 7



FIG. 9

Retrato do General Rosas. É de autor desconhecido, porém Juan A. Pradère indica Fernando García Molino como possível autor. (In Juan Manuel de Rosas, su iconografía, pág. 240)



FIG. 10

Caricatura de Rafael Mendes de Carvalho, em que figuram os Generais Urquiza e Rosas e D. Eusébio de la Santa Federación



FIG. 11

A mesma caricatura da gravura 10, aumentada. Cf. com a gravura 12



FIG. 12

Retrato do General Urquiza (reprodução de um daguerreotipo)



FIG. 13

Caricatura de Rafael Mendes de Carvalho, intitulada : «Eusebio cabalgando el Geŕe Supremo»



FIG. 14

A mesma caricatura da gravura 13, aumentada



Fig. 15

Caricatura de Rafael Mendes de Carvalho, representando a fuga de Rosas e de Eusébio de la Santa Federación

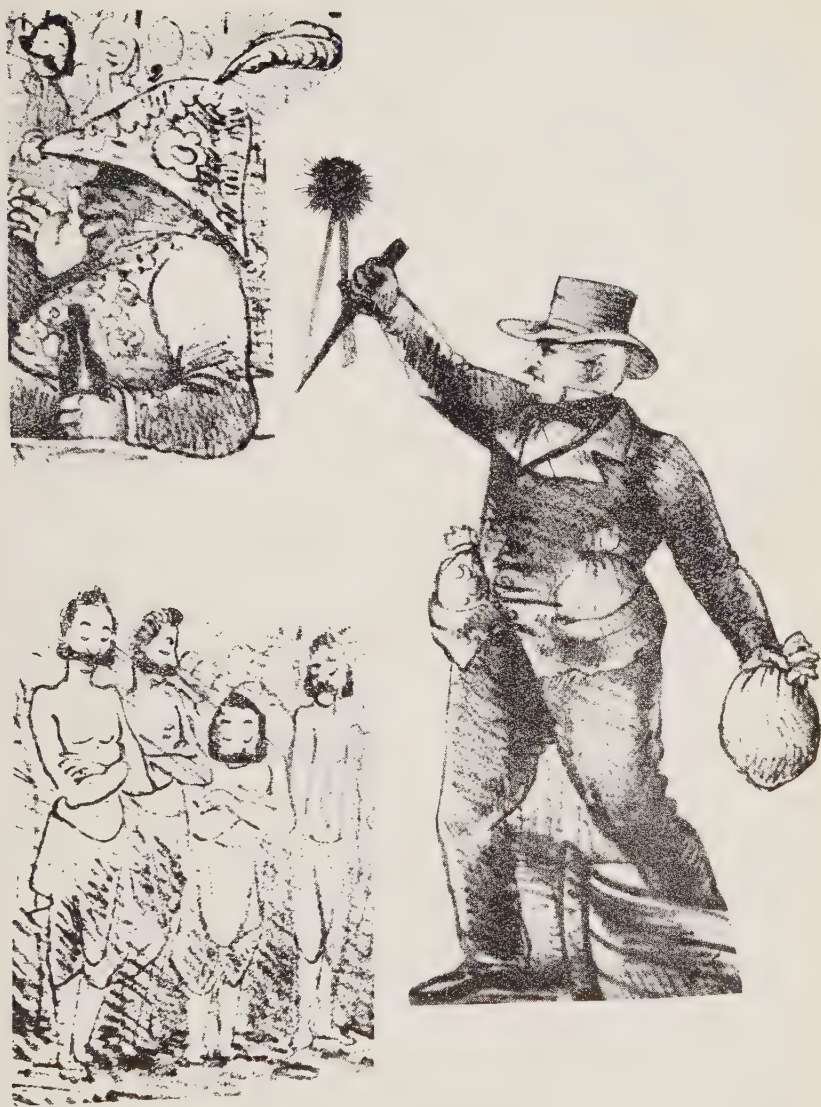


FIG. 16
Principais figuras da gravura 15

Intimacion de 18 de Mayo de 1848.

Querido a mi vida, me quiero estar. El 1º de Mayo de 1848, la intimacion con que recibí las estimadas letras de V. señoras a 1º y 2 de Mayo, conforme a ellas se me plegue al contestarlas — V. que no fue de decidirse, me des le es posible disculpar la brevedad de media cultura de gratitud.

Me suplico V. así como me meo a la escrita por el primer Vagante, manifestándome la situación de mi familia encerrando a medida de subsistencia —

Pregunto de esto, y si todo lo demás relativo que V. me indica, para a reglarme con la ingenuidad que corresponde —

Y me sabe cuanto si el poder de la justicia de un lado, de otro a los habitantes de su Patria, y a medida de su incomodidad, me presentaría los motivos alguna por justicia, me que en lo mismo, obligados a no ir lo que me sea deis ofensivos de su justicia, y de su buena voluntad, no puedo resistir a esta respuesta —

Cuando deso encargada de sus bienes al ser con bien el bien, por por que de no cuando proceda en a esta justicia. Me los señores de su Patria, me tendrán a la espera de alguna para después de ellos en el modo y términos, que estimasen.

FIG. 17

Carta de Manuelita Rosas (1ª página)

jurisdicción; y por eso á virtud de estos ordenes se han
entregado las haciendas de todas las Esencias
de Tabaco; y tambien las minas de la Esencia de
"Hocaya". Sin perjuicio de otras Sumas

En consecuencia se me duda talito, que en su debido caso me puede estar conforme, el mencionado Altes. Excmo. y en los puntos en que se funda el Decreto. Yora en su punto me talito, que si el Altes. Excmo. Placiera personalmente venir a residir en su residencia, limitándose talito a embargar por un tiempo como temporalmente, con tanto tambien con licencia administrada por la superior honrra y or del Altes. Excmo. et.

En consecuencia, la misma ostentando desde su primer posesión
la casa, se el Sr. General Videncia, hubiera dispuesto
esta la suspensión de su sublefa, no la hubiera pro-
cedido en fátis de haber en el 1.º de 1871. Tercera
dona para recibirlos.

Algunas vez en un momento fútil,
presente al Gobierno de su país, y al presente in-
formando las felicitaciones, sus organizaciones la repa-
dad, los honores con que han sido condecorados esos
candidatos o su trayectoria, su vida en las escuelas.
Los estudiantes del Servicio Público, durante
toda vida de una educación extraordinaria --

Thou art more natural, and little more
 que nos te reconhecemos, dando-me a mim selbst,
 que te reconhecemos, que te reconhecemos, que te reconhecemos,
 reconhecemos, reconhecemos, reconhecemos, reconhecemos,
 reconhecemos, reconhecemos, reconhecemos, reconhecemos,

cas, por lo menos para el día, me lo permitirán en todo tiempo
mi caso algunos asuntos mas de sus amados. La
suya obediencia con la suya, que en de un modo
la forma, en un solo caso, me lleva alguna para la
satisfacción, y como el objeto de la familia de la
no de sus hijos, mas bien de su bienestar. Y
sobre el comercio, por el cual tanto lleva en esto su
desiderio, que ya me sea ingenuo con el obispo, que
more, y especialmente de la modestia, lo desprecia a los
y me vengo al continente, o a donde mas me con-
viene, a mas separado, para que me sea mas
fácil, hasta el punto de conseguir el objeto de la
fuerza de mis esfuerzos y esfuerzos.

Es preciso no concebir algo de la vida, pe-
ro donde de la fidelidad, que siempre me ha
mis juramentos. Tanto si sea para de la comu-
nidad lo que me asegura. Que, y sea donde el que
lo sea, que han sido de admitir nada de bien,
sea alguna del mundo, cuando se le sea lo
por que ha sido, y me lo sea, que por lo visto
una modestia de la vida, que me sea
de poco, formando, para que me sea de la vida,
y a lo mismo en la vida, me sea con la
voluntad de Dios, que me admitir nada de
de incomodar a persona alguna.

Y sea V. de mi apreciado Sr. D. J. de
Pedro, sus fuertes ruegos que me asista para de
por de mi vida la vida que me sea, y por
sea esto, como me que de la vida, que lo sea
cida al uso que V. hace de su capacidad
para conseguir un entendimiento constante.

mucho expresándose en favor de la revocación de ese Decreto injusto desde que es fundado en hechos no geográficos que me autoriza Talita para ante V. S. el Gobierno de su Patria y las eternas del Universo, no haberlos cometido.

Y en por todo esto, pido V. que mi Talita al momento desfogó alguna vez los deseos quicidos olvidados, en acordarse en Quito... lo sueno, si con lo mas sensible en su alma, y se decide a publicar su revocación.

Reciba V. muchas veces mis gracias, por los se de mas que me comisiona. Me complace sus afec- tivos encargos, y en un asunto Talita, ahora me tambien me comisiona a V. y a su obra, mucha buena amiga, de todos los que los quea propales de la mas completa polosi- dad.

Las buenas personas de la familia siempre se re- lacionan sus cariñosos recuerdos, y en un espíritu es un siempre de V. para siempre.

Y siempre.

Manuel Antonio y Compañía



Fig. 18

Caricatura brasileira, de janeiro a fevereiro de 1865 (A.V.U.)



Fig. 19

Caricatura intitulada : «A Caçada», de 1862



Fig. 20
Caricaturas do «Chavari Nacional», de 1859



FIG. 21

Caricatura do «Album de Pintamonos», tendo Manuel de
Araújo Pôrto-Alegre por figura principal



Fig. 22

Caricatura litografiada no estabelecimento de Victor Laroze, 1838. Atribua a Arampo, Porto-Alegre, e deve referir-se à estada do Príncipe de Joinville no Rio de Janeiro, em janeiro de 1838. Exemplar pertencente à Biblioteca Nacional



FIG. 24

Praia de Botafogo (Ostensor Brasileiro, 1845-46). Numa das primeiras casas morou Silva Pontes e aí foi que Rafael lhe pintou o retrato



FIG. 26

Esta caricatura está assinada : «Rafael invent.»

LUNDU

Fora o regresso

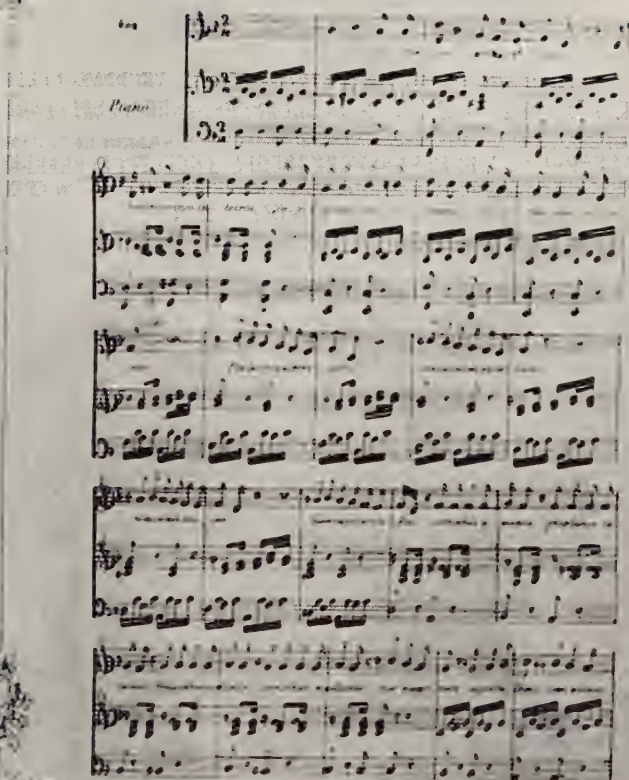


FIG. 27

Lundu: «Fora o regresso». A letra é a versalhada de 1842, que Pôrto-Alegre fez contra Justiniano José da Rocha, aproveitada em 1844

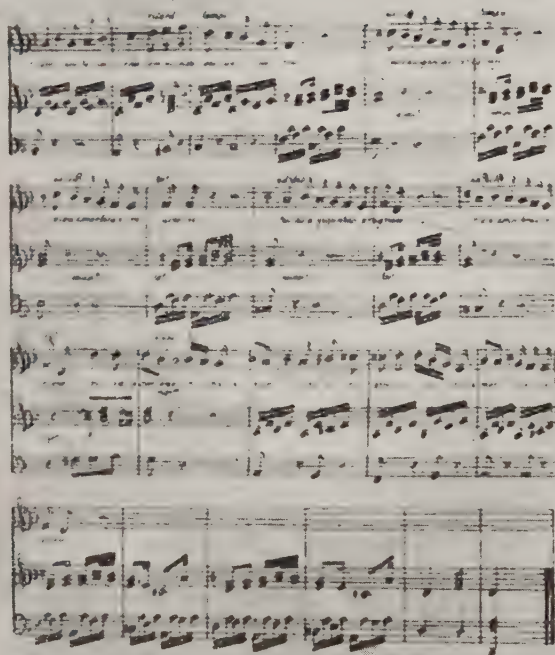




FIG. 28

Caricatura em que se reproduz uns versos da ode de 1842, transformada na letra do lundu: «Fora o regresso»

o regresso na occasião da
parte da temperat. Pedra que
que me incumbia de fazer de
tutano, mas não que não me
isto de avançar. Porra da me
na transição da de
alunos, ou de mudas, ou com
Relatório daqui, e as
as o pessoal. História do
Ministério da Guerra
He offerece sobre as
de reis de Maria II, e
a Luiz e Viça-o-Rei
comas que se
Terminar as 22 -

22. Juntos com o
que me incumbia de
arima de entender
de Alvaros -

23. da Guerra -

25. Exercício no
deus, e F.V.

24. Comerei os
de Flumengo. Exercício
25. mais tarde

26. Termino.

27. Termino.

28. Termino.

29. Não terrei
sa dos bates.

30. Termino. Juntos com o
no Grad. h. G. C. P. B. G. e
consequencia, mas
de de

FIG. 29

Última fôlha do «Diário» particular de Silva Pontes,
de 1844 (A.H.I)

31. Depois a noite, fomos
e pagamos o aluguel do
de que tenho escrito, - tom-
bando - Mandei comprar
vinho, e chá na loja de
Lima de Lisboa: mas não fui
o meu livro de contas, e pagou
muito ao todo 38/200 - 1/8 - Li-
seguiu em quanto o livro está pa-
gando da compra da primeira
na casa -

Fim.

FIG. 29

Última folha do «Diário» de 1844 (reverso)



FIG. 30

Palco e platê:a do Teatro de São Pedro. Esta caricatura está assinada : Rafael



FIG. 32

Caricatura 62. de Daumier (Les Cent Robet-Macaire, livro pertencente ao caricaturista Alvarus). Cf. com a gravura 26



FIG. 33

Caricatura 2, de Daumier (Les cent Robert-Macaire, livro pertencente ao caricaturista Alvarus), Cf. com a gravura 36



FIG. 35

Uma chácara, vista pelo caricaturista Rafael, no Andaraí, na Tijuca ou, talvez, em Niterói



FIG. 36

*A Tipografia Americana, na rua da Alfândega n.º 43, onde se imprimia o jornal
«A Sentinela da Monarquia»*



FIG. 37

O Largo do Paço, talvez: da esquina do antigo teatro da rua de D. Manuel.
O chaçariz existe ainda hoje



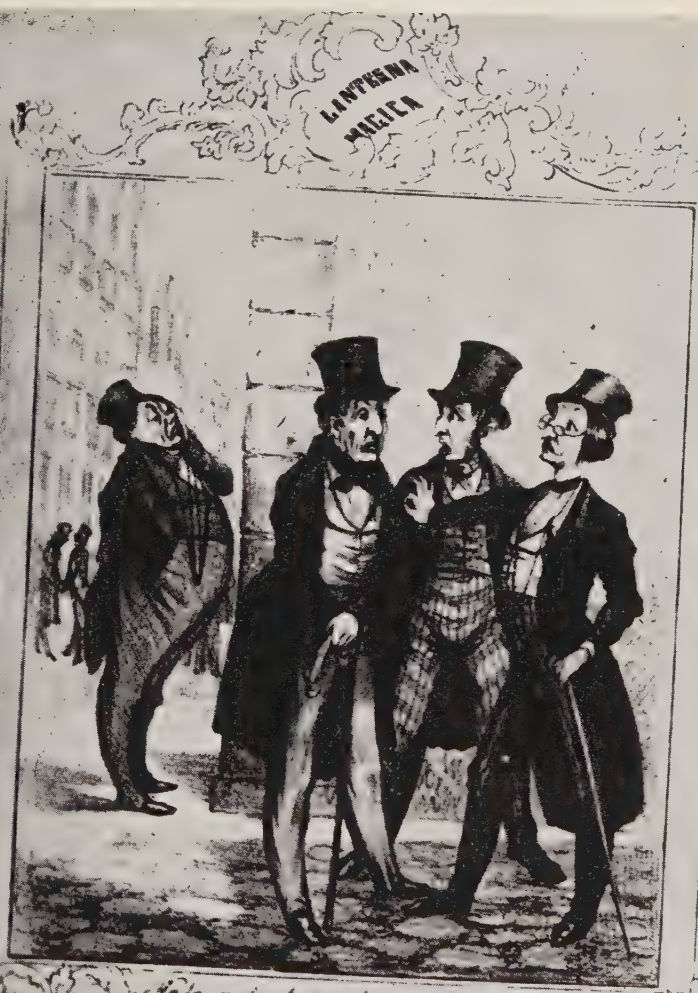
FIG. 38

Outra cena no Largo do Paço. A propriedade niveladora de classes, que tem o charuto: Pai Mané Monjole gozando por momento do fôro de cavalheiro



FIG. 39

Despedida de Laverno. Outra cena passada no Largo do Paço. Do lado do Hotel de França e do Arco de Teles



"Há lá, nada de especuladores e guineus
 meus caros amigos, sótem um homem independente
 em gente activa; como o D. Livorno que é ca dos
 meus. As avós de rapina são as q. sobem
 mais alto! Diz um moralista brasileiro.

FIG. 40

Esta cena também me parece passada no Largo do Paço

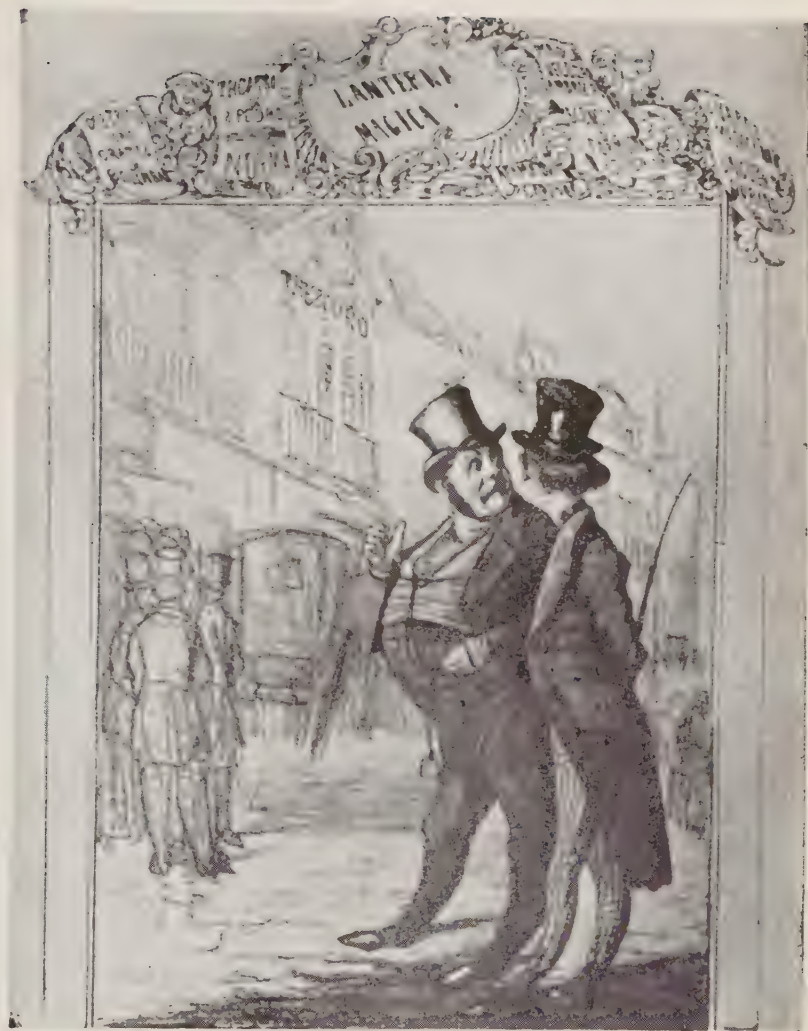


FIG. 41

Laverno e Belchior, diante do Tesouro, planejam um futuro melhor



FIG. 42

Uma sala de conferências



FIG. 43

Outro interior, desenhado pelo caricaturista Rafael. Um dos melhores desenhos da coleção. Vê-se, na parede, um mapa com as condições falanstéricas, ideado, com certeza, por Silva Pontes



FIG. 44
Uma assemblêia (Câmara dos Deputados?)



FIG. 45

Um salão, vendo-se o piano, um quadro e parte de uma cortina

circo q. p. ali, se poderá estabelecer com
permissão para o estudo, sobre a. Marmon
ou algum outro se quiser mais saber, e se
quando ali chegar verem se vai a parte.

Rego a V.ª deponerem algumas folhas
q. tenha: minha carta, pois esta não de-
bido, e nem tera tido p. ugar a pena.

V.ª se dignar mandarem suas a-
preciações ordens, p. com esta comissão
q. a de V.ª.

Brasília 26 julho,
1981

C. Tr. Grato, e
Luzes

Rafael Mendes de Carvalho



El Encargado de Buenos Aires, Encargado de
las Relaciones Exteriores de la Confederación
Argentina -

A Su Magestad D. Pedro II, Emperador Constitucional y Supremo Dictador del Brasil
Q. Q. Q. Salud!

Juan Manuel de Rosas

Con intenso pesar he recibido la Imperial Carta de
Vuestra Magestad, datada a veinte y uno de
Enero último, en que penetrado del mismo
acoso dolor, habéis tenido la fineza de
comunicarme la muy sensible noticia del
infante y fallecimiento de mi Ahijado Don
Pedro al Príncipe D. Pedro Alfonso
Nuestro muy querido Hijo, que tuvo
lugar el día diez del mismo Enero a
las cuatro y veinte minutos de la ma-
ñana -

Profundamente siento la Confederación Ar-
gentina y el Encargado de las R. Exteriores
de ella, tan infante y combeniente, y con-
placido he de deber de manifestar a Vuestra
Magestad la dolorosa parte que

FIG. 48

Carta de D. Juan Manuel de Rosas, referendada pelo Ministro Arana, a D. Pedro II
(assinaturas autógrafas)

ambos tenemos en el pecho dueño en
que tan infelizmente y fallidamente ha su-
mergido a Nuestra Magestad Imperial,
a Nuestra Mucha Conste, a Nuestra
Imperial Familia y a la Nación
Brazileña —

Dignen Nuestra Magestad aceptar los pre-
sentes votos que hago al Edo. Todólogo,
por que le conceda Divinos eficaces con-
suelos para que mitigue, en lo posible,
la acerbidad del dolor, y por que tenga
a Nuestra Magestad en su Santa Guar-
da. —

En Palermo de San Paulo a doce de
Marzo de mil ochocientos cincuenta
tres sesenta y uno de la Libertad,
ciento y cinco de la Independencia,
y veinte y uno de la Confederacion Argentina —

Ministro Buenos Aires —



Man. J. de Moraes

Felipe Aramall



Fig. 49

Aquarela oferecida a D. Pedro II, em 1841. O desenho foi executado em 1839. Nesta aquarela é que se confessa Rafael Mendes de Carvalho, natural de Laguna. (Biblioteca Nacional)



FIG. 50

«Negros que vão levar açoutes», desenho de Briggs. Do lado direito da gravura está: «Briggs del. Lith. Rua do Ouvidor 218». (Exemplar pertencente à Biblioteca Nacional)

Nº 2.



O Cara-linda.

Letra: Kozup; e a. do desenho: J. M.

Rio de Janeiro, 1840

FIG. 51

«O Caza-linda», estampa n.º 2 da série de 1840. Exemplar pertencente à Biblioteca Nacional



O. Tolon e a Bala:

1890. 1891. 1892. 1893. 1894. 1895. 1896. 1897. 1898. 1899. 1900. 1901. 1902. 1903. 1904. 1905. 1906. 1907. 1908. 1909. 1910. 1911. 1912. 1913. 1914. 1915. 1916. 1917. 1918. 1919. 1920. 1921. 1922. 1923. 1924. 1925. 1926. 1927. 1928. 1929. 1930. 1931. 1932. 1933. 1934. 1935. 1936. 1937. 1938. 1939. 1940. 1941. 1942. 1943. 1944. 1945. 1946. 1947. 1948. 1949. 1950. 1951. 1952. 1953. 1954. 1955. 1956. 1957. 1958. 1959. 1960. 1961. 1962. 1963. 1964. 1965. 1966. 1967. 1968. 1969. 1970. 1971. 1972. 1973. 1974. 1975. 1976. 1977. 1978. 1979. 1980. 1981. 1982. 1983. 1984. 1985. 1986. 1987. 1988. 1989. 1990. 1991. 1992. 1993. 1994. 1995. 1996. 1997. 1998. 1999. 2000. 2001. 2002. 2003. 2004. 2005. 2006. 2007. 2008. 2009. 2010. 2011. 2012. 2013. 2014. 2015. 2016. 2017. 2018. 2019. 2020. 2021. 2022. 2023. 2024. 2025. 2026. 2027. 2028. 2029. 2030. 2031. 2032. 2033. 2034. 2035. 2036. 2037. 2038. 2039. 2040. 2041. 2042. 2043. 2044. 2045. 2046. 2047. 2048. 2049. 2050. 2051. 2052. 2053. 2054. 2055. 2056. 2057. 2058. 2059. 2060. 2061. 2062. 2063. 2064. 2065. 2066. 2067. 2068. 2069. 2070. 2071. 2072. 2073. 2074. 2075. 2076. 2077. 2078. 2079. 2080. 2081. 2082. 2083. 2084. 2085. 2086. 2087. 2088. 2089. 2090. 2091. 2092. 2093. 2094. 2095. 2096. 2097. 2098. 2099. 2100. 2101. 2102. 2103. 2104. 2105. 2106. 2107. 2108. 2109. 2110. 2111. 2112. 2113. 2114. 2115. 2116. 2117. 2118. 2119. 2120. 2121. 2122. 2123. 2124. 2125. 2126. 2127. 2128. 2129. 2130. 2131. 2132. 2133. 2134. 2135. 2136. 2137. 2138. 2139. 2140. 2141. 2142. 2143. 2144. 2145. 2146. 2147. 2148. 2149. 2150. 2151. 2152. 2153. 2154. 2155. 2156. 2157. 2158. 2159. 2160. 2161. 2162. 2163. 2164. 2165. 2166. 2167. 2168. 2169. 2170. 2171. 2172. 2173. 2174. 2175. 2176. 2177. 2178. 2179. 2180. 2181. 2182. 2183. 2184. 2185. 2186. 2187. 2188. 2189. 2190. 2191. 2192. 2193. 2194. 2195. 2196. 2197. 2198. 2199. 2200. 2201. 2202. 2203. 2204. 2205. 2206. 2207. 2208. 2209. 2210. 2211. 2212. 2213. 2214. 2215. 2216. 2217. 2218. 2219. 2220. 2221. 2222. 2223. 2224. 2225. 2226. 2227. 2228. 2229. 2230. 2231. 2232. 2233. 2234. 2235. 2236. 2237. 2238. 2239. 2240. 2241. 2242. 2243. 2244. 2245. 2246. 2247. 2248. 2249. 2250. 2251. 2252. 2253. 2254. 2255. 2256. 2257. 2258. 2259. 2260. 2261. 2262. 2263. 2264. 2265. 2266. 2267. 2268. 2269. 2270. 2271. 2272. 2273. 2274. 2275. 2276. 2277. 2278. 2279. 2280. 2281. 2282. 2283. 2284. 2285. 2286. 2287. 2288. 2289. 2290. 2291. 2292. 2293. 2294. 2295. 2296. 2297. 2298. 2299. 2300. 2301. 2302. 2303. 2304. 2305. 2306. 2307. 2308. 2309. 2310. 2311. 2312. 2313. 2314. 2315. 2316. 2317. 2318. 2319. 2320. 2321. 2322. 2323. 2324. 2325. 2326. 2327. 2328. 2329. 2330. 2331. 2332. 2333. 2334. 2335. 2336. 2337. 2338. 2339. 2340. 2341. 2342. 2343. 2344. 2345. 2346. 2347. 2348. 2349. 2350. 2351. 2352. 2353. 2354. 2355. 2356. 2357. 2358. 2359. 2360. 2361. 2362. 2363. 2364. 2365. 2366. 2367. 2368. 2369. 2370. 2371. 2372. 2373. 2374. 2375. 2376. 2377. 2378. 2379. 2380. 2381. 2382. 2383. 2384. 2385. 2386. 2387. 2388. 2389. 2390. 2391. 2392. 2393. 2394. 2395. 2396. 2397. 2398. 2399. 2400. 2401. 2402. 2403. 2404. 2405. 2406. 2407. 2408. 2409. 2410. 2411. 2412. 2413. 2414. 2415. 2416. 2417. 2418. 2419. 2420. 2421. 2422. 2423. 2424. 2425. 2426. 2427. 2428. 2429. 2430. 2431. 2432. 2433. 2434. 2435. 2436. 2437. 2438. 2439. 2440. 2441. 2442. 2443. 2444. 2445. 2446. 2447. 2448. 2449. 2450. 2451. 2452. 2453. 2454. 2455. 2456. 2457. 2458. 2459. 2460. 2461. 2462. 2463. 2464. 2465. 2466. 2467. 2468. 2469. 2470. 2471. 2472. 2473. 2474. 2475. 2476. 2477. 2478. 2479. 2480. 2481. 2482. 2483. 2484. 2485. 2486. 2487. 2488. 2489. 2490. 2491. 2492. 2493. 2494. 2495. 2496. 2497. 2498. 2499. 2500. 2501. 2502. 2503. 2504. 2505. 2506. 2507. 2508. 2509. 2510. 2511. 2512. 2513. 2514. 2515. 2516. 2517. 2518. 2519. 2520. 2521. 2522. 2523. 2524. 2525. 2526. 2527. 2528. 2529. 2530. 2531. 2532. 2533. 2534. 2535. 2536. 2537. 2538. 2539. 2540. 2541. 2542. 2543. 2544. 2545. 2546. 2547. 2548. 2549. 2550. 2551. 2552. 2553. 2554. 2555. 2556. 2557. 2558. 2559. 2560. 2561. 2562. 2563. 2564. 2565. 2566. 2567. 2568. 2569. 2570. 2571. 25

Rio de Janeiro, 28/6/67



FIG. 53

«Acordai, que os Galos já cantam no Oiapoque», estampa n.º 6 da série de 1840. Exemplar pertencente à Biblioteca Nacional

N.º 8



O Sapateiro Eleitor.

Luís de Barros - uma das primeiras obras

Reprodução de 1840

FIG. 54

«Sapateiro Eleitor», estampa n.º 8 da série de 1840. Exemplar pertencente à Biblioteca Nacional

N.º 2. Os Resultados do Entrudo. II.



Fig. 55

«Os resultados do entrudo», estampa n.º 11 da série de 1840. Exemplar pertencente ao caricaturista Alvarus



Fig. 56

«A Mania do dia», estampa n.º 15 da série de 1840. Exemplar pertencente à Biblioteca Nacional



O HORROR QUE CAUSA EM CHOVEIÇO.



Em Phantasma transformado,
Por ser de carne de gente,
Onde o Choroço apparece
Deus a fugir toda a gente.

A questão dos Diplomatas
Foi causa de tudo isso:
Veja-se agora, entre o povo,
O horror que causa um Giorjal..

Fig. 57

Caricatura de 1852 ou 1853. Atribuo a Rafael Mendonça Filho, pela semelhança deste desenho com os que fez em Montevideu em janeiro de 1852, sem, no entanto, afastar a possibilidade de o autor ser o proprio Pôrto-Alegre



Fig. 58

Desenho de Rafael Mendes de Carvalho, 1866. Litografado em Buenos Aires, na Litografia Pelvilain.
Exemplar pertencente à Biblioteca Nacional





Fig. 59

Desenho de Rafael Mendes de Carvalho, 1866. Litografado em Buenos Aires, na Litografia Pelvilain, Potosi 38.
Exemplar pertencente à Biblioteca Nacional



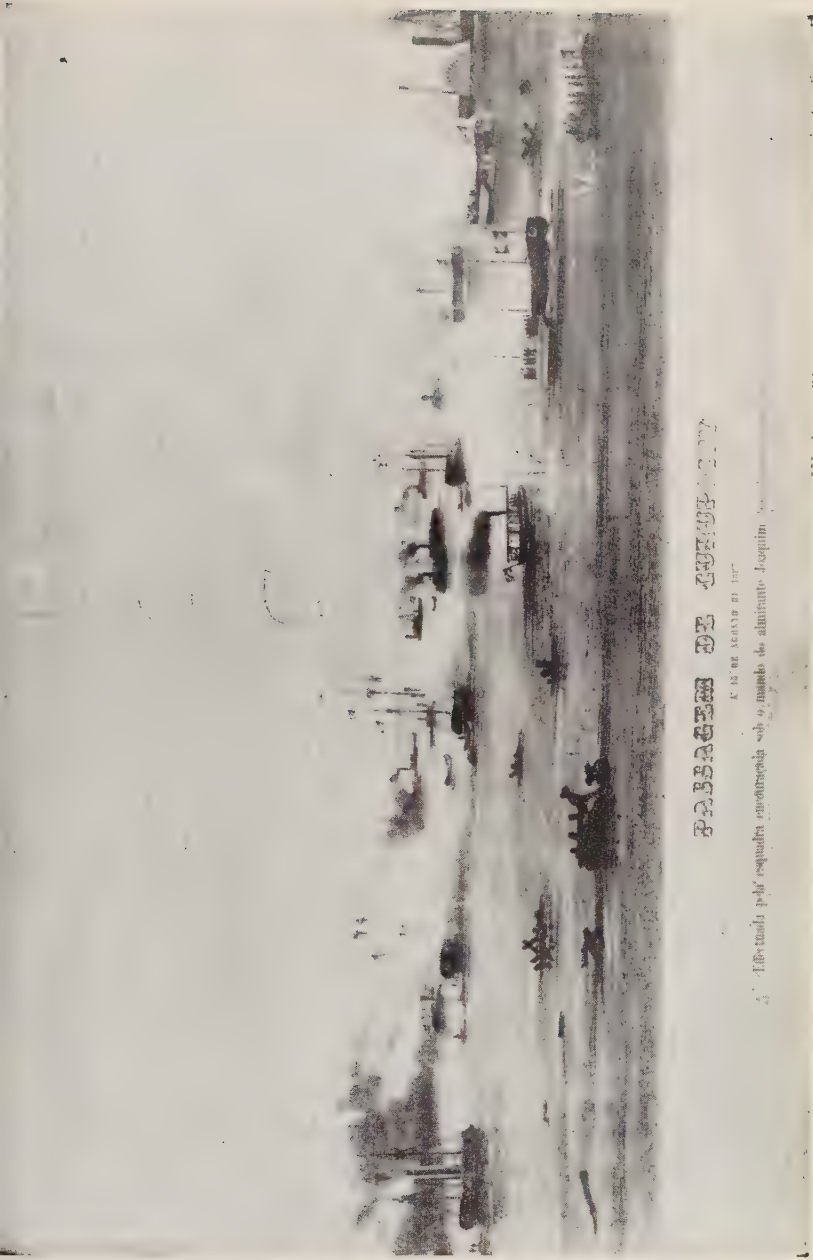
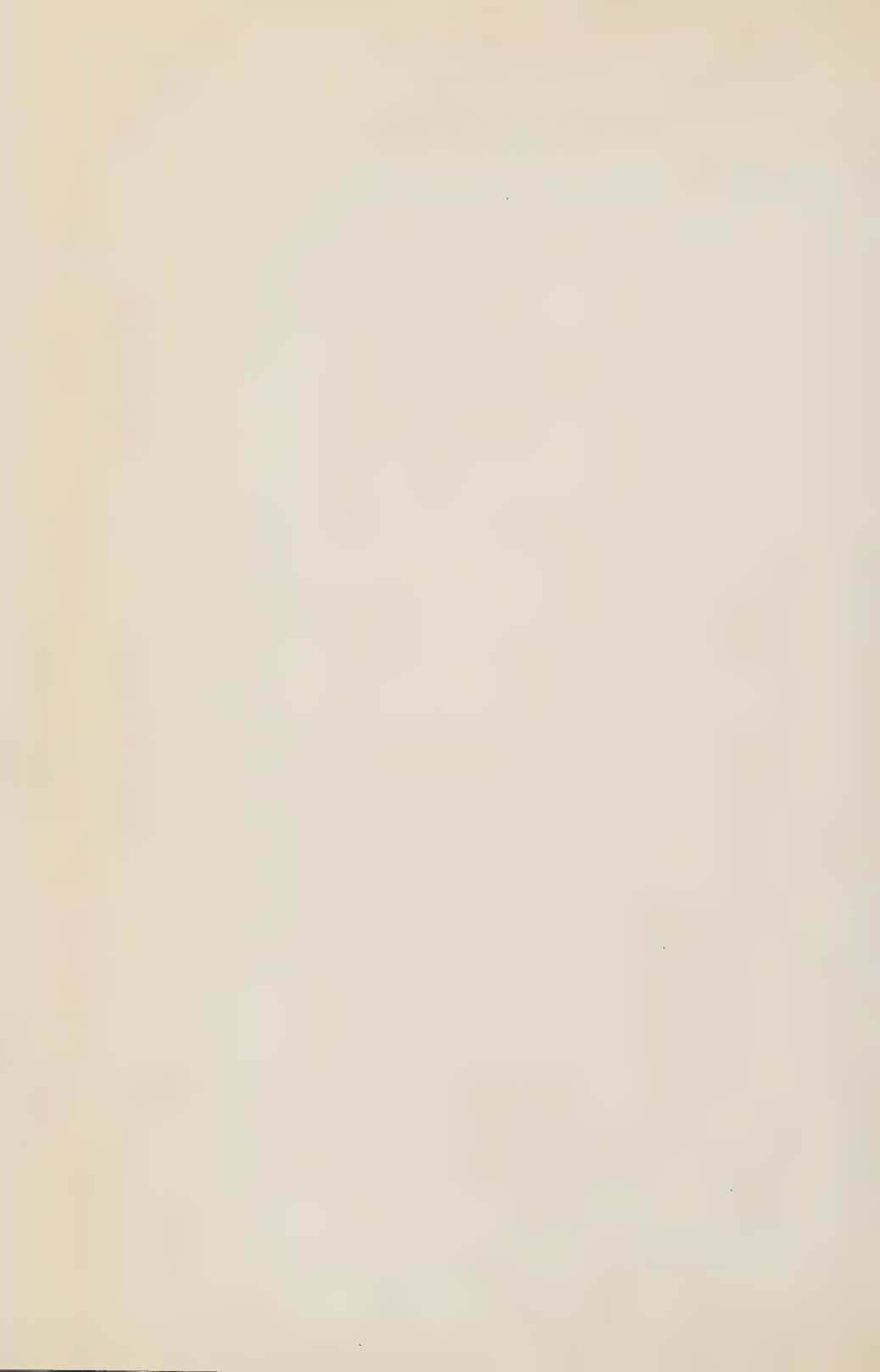


Fig. 60

Desenho de Rafael Mendes de Carvalho, de 1867. Litografado no Imperial Instituto Artístico, no Rio de Janeiro.
Exemplar pertencente à Biblioteca Nacional



VIDA E OBRA DE VARNHAGEN

CLADO RIBEIRO DE LESSA

(CONTINUAÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR)

6º CAPÍTULO

POLÊMICAS COM JOÃO FRANCISCO LISBOA E ANTÔNIO HENRIQUES LEAL

Ao tratarmos, no primeiro capítulo dêste trabalho, da viagem de Varnhagen ao interior de S. Paulo, expusemos como as idéias românticas e generosas a respeito dos índios, que o jovem sorocabano compartilhava com a mocidade urbana da sua geração, tinham mudado subitamente, em face da dura perspectiva de um ataque de índios bravos ou bugres, ao ter de atravessar um capão de mato na fronteira de S. Paulo com a comarca de Curitiba.

O choque e o desgosto experimentados foram tão fortes que desde logo o problema da pacificação dos bugres, e sua incorporação à vida civilizada, se fixaram no espírito do nosso compatriota como uma das maiores necessidades nacionais, e condição prévia indispensável para o aproveitamento permanente e intensivo dos recursos agrícolas do país.

Na Europa continuou a preocupar-se com o assunto e a seguir, através das páginas dos relatórios dos presidentes das províncias onde ainda havia índios bravos, publicações essas que lhe arranjava seu amigo o Cônego Januário (1), o relato das devastações e correrias dêles.

No *Memorial Orgânico*, publicado em Madrid (1849-1850), foi que, pela primeira vez, expôs suas idéias de catequese compulsória para os índios bravos, que iriam encontrar mais tarde (pois que no momento não tiveram grande repercussão) geral desfavor no meio intelectual brasileiro, sentimental e propenso ao igualitarismo teórico (e por isso mesmo totalmente desprovido de senso pragmático), e dar lugar à mais célebre e movimentada das polê-

(1) *Os Índios Bravos*, pág. 38.

micas em que o historiador tomou parte, tanto pela importância sociológica da tese em discussão, como pelo tempo que durou, e repercussão que teve.

* * *

Varnhagen só justificava a escravização dos povos inferiores como primeira etapa para integrá-los na vida civilizada. Para esse fim, porém, não só a julgava lícita, como necessária, e até de acôrdo com o espírito do Evangelho. Assim se explica por que, condenando a escravidão negra, cujo objeto eram os descendentes de povos bárbaros importados da África, mas já integrados na nossa religião e costumes, não via motivos para profligar o emprego da força na redução dos índios bravos, que se recusavam pelos meios pacíficos a aceitar a vida policiada que tantas vezes lhes fôra oferecida, preferindo continuarem na criminoso liberdade de suas devastações e morticínios, espalhando o terror pelas populações do interior e sonegando ao proveito do cultivo os imensos tratos da gleba que percorriam, sem utilizar, em suas loucas correrias. Até mesmo pelo aspecto humanitário a política da força se impunha. Era realmente um contra-senso dos que diziam apiedar-se dos índios, deixarem-nos a se guerrearem e devorarem uns aos outros pelo sertão, porque, alegava o sococabano, «na África se guardam os cativos, mas os botocudos os assam e comem». «Por que motivo, em lugar de irmos (contra os tratados e expondo aos cruzeiros inglêses navios e capitães) buscar africanos além dos mares para os escravizar, não havemos antes, dentro do Brasil, de prender à força os índios bravos para os desbravar e civilizar? — Teríamos com êles um aumento de braços menos perigosos que os dos negros [Varnhagen vivia aterrado com a perspectiva de um levante geral dos escravos, desde que apparecesse um Spártacus de sangue africano], porque daqui a pouco estariam misturados conosco em côr e em tudo, e então teríamos em tôdas as províncias — povo — classe social que algumas não possuem».

O historiador-publicista estava certo de que iria encontrar tremenda oposição a suas idéias, pois pululava no país — uma «tal praga de falsos filantropos», que, em matéria de índios, só tinham direito a se fazerem ouvir aquêles que com sinceridade ou sem ela alardeavam doutrinas rousseauianas. «E o que mais era para admirar», — é Varnhagen que está com a palavra — «é que os que seguem tal sistema são justamente os mais cegos citadores de tudo quanto se faz nos Estados Unidos, que êles, por lá não terem vivido, julgam nação mui livre, e que só não citam sôbre o modo como dão bordoadas nos seus índios quando

não fazem o que se lhes manda». Por conseguinte, o melhor seria passar uma esponja sobre essas idéias preconcebidas, como aconselhavam Bacon e Descartes, e apelar-se para a razão isenta e as lições da experiência.

Começa o nosso sociólogo prático por colocar os bugrófilos diante do seguinte dilema:

São ou não cidadãos brasileiros os nossos índios? Para o serem torna-se-ia necessário que cumprissem as obrigações que competem a todos os cidadãos, entre as quais tinham lugar preponderante o respeito às leis do país e à propriedade de outrem, a prática do trabalho regular, e a prestação de serviço militar nas forças armadas e na Guarda Nacional. — Não o sendo, ou não estando nesse gôzo por incapacidade moral, pois que nas suas brenhas era-lhes, em absoluto, impossível cumprir os deveres da cidadania, o nosso direito civil não poderia ver nessa gente mais do que criaturas, humanas sim, mas totalmente estranhas ao pacto social, que abusavam da piedade inspirada ~~no~~ sentimentalismo desavisado de nossos compatriotas, para impedirem o cultivo de terras férteis, e assaltarem as fazendas suas vizinhas, que em muitos pontos foram abandonadas pela falta absoluta de segurança para os lavradores. No Piauí e no Maranhão Gamelas, Timbiras, Cherentes (2), e «outros fidalgos dêstes», vindos de Goiás, praticavam anualmente terríveis devastações, e até na província do Espírito Santo, próxima à da capital do Império, os selvagens do Mucuri davam caça aos negros, cuja carne muito apreciavam, e aos quais davam o nome de *macacos do chão*.

Varnhagen sabia bem qual o argumento que lhe oporiam os indianófilos impenitentes, e, por isso, tratou logo de enunciá-lo, e ato contínuo, rebatê-lo, impondo aos tais conduta coerente com as idéias pregadas.

«Mas êles são os verdadeiros donos da terra, e por isso...».

«— Pois então arranjem as nossas trouxas e toca a marchar; que somos uns criminosos que estamos de posse do que é de outrem; vós, augustos e digníssimos senhores representantes da Nação, para fora de vossos bancos, que aí devem estar a arengar os tapúias: cidades, vilas, freguesias, arsenais, alfândegas, aca-

(2) Os Cherentes são os avós dos terríveis Xavantes, com os quais apenas há poucos meses os delegados do Serviço de Proteção aos Índios conseguiram pôr-se em contacto. Essa tribo, de uma ferocidade e índole traiçoeira fora do vulgar, tinha até então resistido a todos os esforços dos civilizados para entrar em relações com ela. Há quem se rejubile por essa solução chamada «pacífica» do problema índio, cuja única consequência será criar uma nova clientela para o Tesouro Nacional, sem nenhum proveito para o país.

demias, colégios, misericórdias, conventos, bispos, cônegos, párocos, frades, militares, juizes, empregados, toca tudo a embarcar; porque a terra é dos tapuias...!».

«Miséria !...»

«Ignorantes ! Não sabeis que essa gente era e é nômade, e sem assento fixo; e que só aproveita do território em quanto nêle acha caça ? E quem diz que essa raça, que está bravia, não veio em grande parte ao Brasil expelida do Peru à fôrça pelos Pizarros e Almagros ?»

«... Falemos claro. O Brasil pertence-nos pela mesma razão que a Inglaterra ficou pertencendo aos normandos quando a conquistaram. Pela mesma razão que Portugal ficou pertencendo a Afonso Henriques e seus sucessores e vassallos que o tomaram dos mouros (3). O primeiro direito de tôdas as nações conhecidas foi o da conquista. Nós proclamamos para o Império (compreendendo o território de que êles estão senhores) o nosso chefe e a nossa lei. Todo o que não obedece a uma e ao outro rebela-se e é criminoso. E para o crime não vale em direito a alegação de ignorância; pois em tal caso não haveria negro fugido, nem ladrão de estrada e canhambola que não fôsse ignorante».

«Precisamos civilizar o Império, fazer todos em sua extensão obedecer ao pacto proclamado, e a experiência de mais de meio século tem provado a insuficiência dos meios brandos que são justamente os mais gravosos para o Estado. Se necessitamos, pois, seguir a conquista, que quer dizer ir-se consolar os rebelados levando-lhes presentes de facas e machado ? Tem-se visto com sua paciência converter êsses ferros em ponta de setas, que no ano seguinte despedem contra os seus benfeitores. Que mais jus têm êles para, só *por sua incapacidade moral*, estarem excluídos do código penal ? Não constituem êles uma rebelião armada dentro do Império ?»

Não se esperasse que as raças bravias, que se tinham declarado inimigas mortais dos nossos antepassados, e que o tinham continuado a ser dos seus descendentes, *quisessem espontâneamente*

(3) Herculano também respondeu de maneira semelhante aos que procuravam um fundamento juridico para a independência de Portugal, que a seu ver não a tinha : «Qual a nação que não vai achar no seu bërço uma violência ou uma ilegalidade ? E que tem com isso o presente ? Somos independentes porque o queremos ser; eis a razão absoluta, cabal, incontestável, da nossa individualidade nacional (*Cartas sôbre a história de Portugal*, em *Opúsculos*, V. pág. 67)».

civilizar-se (4). Pelo método das bandeiras, não *autorizadas* pelo govêrno colonial, mas tão sòmente *toleradas*, os resultados conseguidos tinham sido magníficos. Fizera-se a conquista do sertão, cheio de minas, abertas e exploradas pelo braço índio, e o indômito *caiapó* fôra quase aniquilado, permitindo a incorporação à área mineira, agrícola e pecuária do país, dos extensos e férteis territórios goianos. Urgia agora completar essa obra, não à custa do Estado, de cujos recursos o govêrno carecia para ocupá-las noutros pontos, mas por particulares, cidadãos brasileiros guardas nacionais, organizados em bandeiras ou companhias, com certo número de escravos negros.

Essas bandeiras, todavia, careceriam para organizar-se e poderem operar, de certas formalidades e garantias, a fim de que se evitassem os abusos. Seria indispensável aos chefes uma autorização ou carta de marca concedida pelo presidente da respectiva província. Para recompensar os serviços prestados pelos cabos dessas expedições, e, ao mesmo tempo, conservar os territórios conquistados à barbárie, o que sòmente seria possível com a sujeição dos povos conquistados, se submeteriam os índios a uma tutoria ou protetorado de quinze anos, com prestação de serviços aos seus aprezadores (5), os quais, por sua vez, poderiam, mediante a alienação dêles nas mesmas condições, remunerar o serviço de seus sócios. Os beneficiados com o gôzo dessa servidão temporária obrigar-se-iam a tratar bem dos índios, doutriná-los na religião, etc..., obrigações que tôdas constariam de auto lavrado nas municipalidades ou perante as autoridades competentes do departamento (6). E como possivelmente, os primeiros administradores às vêzes poderiam não estar em condições de manter tanta gente, deveria ser-lhes permitido alienar o direito, contanto que, por meio de escritura pública, se salvaguardassem os direitos e obrigações recíprocos de senhores e servos. Mediante tal política esperava seu preconizador que «o país se cobrisse de bandeiras, se desenvolvesse no interior o espírito guerreiro e empreendedor, que o civilizara nos séculos passados», e se acabasse «de uma vez, radicalmente, o tráfico africano, segundo nos tínhamos com-

(4) É essa atitude, a do «deixar ficar como está para ver como fica», a conduta a ser adotada pelos civilizados em face da barbárie, que preconizam os apóstolos da Humanidade, com sinceridade de convicções, e desinteresse mais do que duvidosos.

(5) A proposta de Varnhagen tendia a criar para os índios uma situação do tipo das *encomiendas* espanholas, com a diferença de ser temporária a servidão dos administrados.

(6) Referia-se o historiador às divisões territoriais por êle propostas para substituir a vigente em províncias, e que já expusemos no 4.º capítulo desta segunda parte.

prometido por formais tratados, aos quais já nos queriam ir obrigando com ameaças...»

O sistema de redução aconselhado pelo nosso ilustre compatriota era, em sua própria opinião, muito mais humano que o empregado pelos norte-americanos, que faziam aos índios guerra de extermínio, não querendo suas terras povoadas por indivíduos dessa raça. As nossas expedições visariam poupar a maior quantidade de vidas, no próprio interesse dos conquistadores. Se algum europeu ousasse qualificar essa servidão temporária de escravidão, poder-lhe-íamos responder que idêntico estado constituiria uma das fases por que passara a Europa para se civilizar, e pediríamos à Rússia, que ainda possuía muitos habitantes em condições semelhantes, que sustentasse em nosso favor princípios que também a beneficiavam.

Varnhagen declarava-se partidário de que estreitássemos com a Rússia tôda a espécie de vínculos (Rússia do seu tempo, já se vê; hoje não diria outro tanto), pois ela sômente, dentre as potências européias, reunia as condições necessárias para ser uma leal advogada nossa. Dirigia a sugestão, está claro, aos que fôssem mais políticos que falsos (ou sinceros) filantropos, que certamente, no seu íntimo, se houvessem tido oportunidade de conhecer de perto o que eram índios bravos, render-se-iam aos seus argumentos. Os que nunca tinham deixado o regaço da civilização nas cidades litorâneas, e jamais se assustaram com o alarma de «anda índio bravo na estrada» não estavam em condições de ser juizes na matéria.

O govêrno assinalaria as regiões percorridas por índios selvagens a serem pacificados, e a conquista se efetuaria gradualmente, só se dando início à guerra num distrito quando o anterior já estivesse totalmente ocupado. As autorizações ~~por~~ bandeiras apenas seriam concedidas nas divisões do país onde se acabasse, com a escravidão negra. Varnhagen pensava também no aproveitamento dos índios para a maruja de guerra, mas aconselhava que só se os recrutassem nas margens dos grandes rios como o Amazonas, Tocantins, etc. onde os índios já estavam habituados a lutar contra tempestades aquáticas. Talvez que na ilha de Fernando de Noronha se pudesse estabelecer uma colônia intermediária de aclimação, para a vida do mar, dêses recrutas, pois ali, «separados de seus matos e rios, se acostuariam ao isolamento dos navios, sem tantas nostalgias».

Assim se manifestava Varnhagen em 1849. Ao mesmo tempo Gonçalves Dias, em sua província natal, no prefácio à 2ª edição dos *Anais do Maranhão* de Berredo, escrevia que os índios tinham sido «o instrumento de quanto aqui se praticara de útil e gran-

dioso; eram o princípio de tôdas as nossas coisas; — os que deram a base para o caráter nacional ainda mal desenvolvido (7), e seriam a coroa de nossa prosperidade (?) no dia de sua inteira reabilitação...» (8).

Não se poderia ser mais cego em relação à dura realidade das coisas.

* * *

No ano seguinte, na 2ª parte do mesmo opúsculo, o alvitrista voltou à matéria, reforçando seus argumentos em abono do emprêgo da força para submeter os índios bravos, e fazendo novas sugestões.

Por sua incapacidade moral dever-se-ia declarar os selvagens pupilos da nação, visto que crianças eram pela inteligência; e ao govêrno, como tutor dessas crianças desvalidas, competia assumir o pêso da responsabilidade de dirigí-las. Não havendo bastantes obras públicas em que ocupar os capturados de uma vez, seriam distribuídos a particulares para serviço dêles, indenizando-se os chefes de bandeiras pelas despesas feitas. Essa distribuição só se deveria fazer uma vez, de modo a que os tutelados não conhecessem mais que uma família de tutores, aquela que os adotasse.

No caso de não se querer admitir tal distribuição, equivalente, dizia êle, a uma «servidão temporária encoberta», poderia o govêrno criar institutos onde os particulares pudessem, mediante o pagamento de certas taxas applicáveis a obras públicas, ir buscar os índios de que carecessem para o seu serviço doméstico, como na Europa ainda se praticava nos asilos e recolhimentos de órfãos.

Cita a seguir as opiniões favoráveis à tutela forçada dos silvícolas no caso de resistência à civilização expendidas pelo Senador Vergueiro, por Andrés Bello e por Vattel.

O primeiro observava como os netos e bisnetos de índios aldeados não se adiantavam em nada, nem possuíam préstimos que justificassem o trabalho e despesas que com êles se tinha. Como consequência da incapacidade ou extrema dificuldade de ascenderem por si sós à civilização, era-lhes indispensável a tutela a que, aliás, estavam sujeitos, dos diretores das aldeias, antes da reforma de Pombal, que suprimiu os tutores e igualou os índios, nos direitos políticos, aos demais homens livres, sem levar em conta que não tinham igual capacidade. A aplicação da tutela, por incapacidade moral para a vida independente e responsável,

(7) Por isso mesmo.

(8) *Op. cit.* pág. X.

seria a solução mais simpática e humanitária para o caso; porque doutra forma, considerando-se os índios, não como seres incapazes, mas como uma nação estrangeira incômoda e prejudicial aos cidadãos brasileiros, tinham êstes o direito de conquistá-los, e certamente não havia direito mais líquido e incontestável do que o da civilização a submeter a barbárie.

O juriconsulto Bello dissera sem reboços que «um povo bárbaro e que desconhece os deveres da humanidade e as leis da guerra, deve tratar-se como inimigo do gênero humano».

O publicista Vattel, tão apreciado, principalmente na Inglaterra, ia mais longe, votando pelo extermínio, como se se tratasse de animais ferozes e nocivos, de todos aquêles que «habitando países férteis, descuidavam a cultura da terra e preferiam viver de rapina, faltando a si próprios, e injuriando a seus vizinhos». E tinha como legítimo o estabelecimento de colônias no continente da América setentrional, visto que os aborígenes dessas vastas regiões não as *habitavam* verdadeiramente, apenas as *percorriam*.

Varnhagen estava longe de preconizar tais extremos; o extermínio da raça indigena como ainda no seu tempo se praticava nos Estados Unidos. Era mais humano. Pretendia apenas que se sujeitassem os nossos selvagens, que fôsem educados à fôrça, e quinze ou vinte anos depois, quando já não carecessem de tutela, por se terem transformado em cidadãos úteis e bons cristãos, fôsem equiparados civil e politicamente aos demais cidadãos.

O publicista pedia e esperava do espírito de justiça dos leitores, que, ainda quando seus princípios não fôsem aceitos, se lhe reconhecesse a abnegação e sinceridade com que defendia «uma causa tão pouco simpática». Regozijava-se, ao menos, em saber que a posteridade, caso não mudássemos de sistema e as coisas continuassem na mesma, viria a saber que houvera alguém que em 1850 apresentara alvitre capaz de produzir bons resultados.

Depois de tecer algumas considerações sôbre o alto preço e ineficácia dos métodos de catequese baseados na brandura, pois já não havia mais, nessa época de egoismos, barbadinhos ou jesuítas abnegados como os antigos, capazes de dar a vida pela fé e pela glória do seu instituto, — Varnhagen terminou a exposição de seus alvires propondo, a fim de acalmar os escrúpulos religiosos dos seus compatriotas, que se dirigisse uma rogativa ao Papa Pio IX, «que por fortuna nossa até conhecia a América», para que nos concedesse as faculdades necessárias para as providências que conciliassem as exigências impostas pelas necessidades da civilização com as decorrentes da moral cristã.

O *Memorial Orgânico*, publicado sem o nome do autor, teve poucos leitores, e nenhuma repercussão nos nossos meios cultos, e o mesmo sucedeu à reimpressão dêsse opúsculo, com ligeiras alterações na forma, que saiu em 1851 na revista *Guanabara* do Rio de Janeiro. Explica-se assim a ausência de qualquer réplica ou comentário desfavorável, que teria certamente antecipado a polêmica que vamos relatar.

Em 1854, no texto do primeiro volume da *História Geral* Varnhagen inseriu considerações no mesmo sentido que as expostas no *Memorial Orgânico*, e três anos mais tarde, num trabalho lido perante a Academia Real de História de Madrid, e publicado no *O Panorama* (9) e em anexo ao segundo volume da *História Geral*, com o título de *Discurso preliminar — Os índios perante a nacionalidade brasileira*, incluiu uma completa profissão de fé, de político e historiador, contrária à importância do papel representado pelo elemento índio na gênese da nacionalidade brasileira, e em louvor da eficácia do emprêgo da força para sujeitá-los. Já agora visava principalmente a combater a corrente indianista chefiada por Gonçalves Dias, a qual enxergava nos selvagens os legítimos representantes históricos da nação brasileira, dando papel secundário aos elementos português e negro, na realidade preponderantes.

«Não falta quem abertamente afirme, ou, pelo menos, tácitamente creia, que os nossos antigos índios são os verdadeiros brasileiros *puritanos*, e os mais legítimos representantes no passado, da nacionalidade atual. — Como não partilhemos tais opiniões ao escrever êste trabalho... vamos apresentar as razões que nos assistem. E se não tivermos a fortuna de levar a convicção ao ânimo do leitor... nos daremos por mui satisfeitos se conseguirmos justificar-nos de sinceros».

A seguir formula uma série de quesitos, que sucessivamente comenta, e de cujas respostas deduz as conclusões apresentadas. O simples enunciado dêles já revela o sentido providencialista do historiador, e o culto à civilização que o animava. São êles:

1º — Eram os que percorriam o nosso território, à chegada dos cristãos europeus, os seus legítimos donos ?

2º — Viviam, independentemente da falta do ferro e do conhecimento da verdadeira religião, em um estado social invejável ?

(9) Tomo XIV, págs. 265-268 (22 de agosto) e 176-279 (29 de agosto). Era o desenvolvimento de outro trabalho, escrito em 1852, mas não publicado, com o título: *Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil?*, e que declarou prejudicado e anulado pelo novo (*História Geral*, vol. II, pág. XV, nota). O trabalho de 1852 foi impresso ultimamente no *Anuário do Museu Imperial* de 1948, de páginas 229 a 236, segundo o autógrafo existente no arquivo de D. Pedro II.

3º — Esse estado melhoraria, sem o influxo externo que mandou a Providência por meio do cristianismo ?

4 — Havia meio de os reduzir e amansar, sem empregar a coação pela força ?

5º — Houve grandes excessos de abuso nos meios empregados para essas reduções ?

6º — Dos três principais elementos de povoação, índio, branco e negro, que concorreram ao desenvolvimento de quase todos os países da América, qual predomina hoje no nosso ?

7º — Quando se apresentem discordes ou em travada luta êstes três elementos no passado, qual dêles devemos supor representante histórico da nacionalidade de hoje ?»

A resposta que deu foi negativa quanto às cinco primeiras perguntas. Quanto aos dois últimos quesitos, só poderia responder: — o elemento branco. Vejamos as razões com que fundamentou essas respostas.

Quanto ao primeiro ponto: Os índios eram pouquíssimos em número proporcionalmente à extensão do território; não o habitavam nem exploravam de maneira fixa, só se demorando nos pontos em que erguiam suas precárias aldeias ou tabas enquanto havia suficiente caça nos arredores e a terra não se esgotava, o que sucedia em poucos anos, em virtude dos métodos predatórios de agricultura seguidos. Não se poderia, sem manifesta impropriedade de expressão, chamar a essa gente de *proprietários* do solo. Além do mais os tupis não eram os primitivos habitantes do território hoje brasileiro, e sim seus últimos invasores, como o demonstravam as tradições e o significado literal do nome das várias tribos em que se dividia essa nação.

No que respeita ao segundo ponto, apelava o publicista para que o público, com a mão na consciência, dissesse se era invejável estado social o dessas hordas que viviam devorando-se umas às outras, tais como os povoadores europeus as tinham encontrado, e ainda viviam, ao tempo em que escrevia, as tribos habitadoras das margens do Xingu; dêsses homens que se «desfiguravam horripelmente, esburacando a cara»; andavam nus; passavam por toda a espécie de privações, e muitas vêzes fome, por sua imprevidência; desconheciam a punição dos crimes e os prêmios às virtudes; tratavam as mulheres como escravas, e entregavam-se a vícios contra a natureza; viviam em promiscuidade; entregavam-se à guerra por vingança, para satisfazerem os desejos e apetites dos seus chefes, que eram os valentões que assim se intitulavam e impunham aos demais, enquanto não aparecia outro mais ousado

para disputar-lhe o lugar, «perpetuando a guerra civil». Vivendo no estado natural de família ou tribo, não conheciam leis com ascendência sôbre as paixões do momento, nem penalidades para os infratores. Foi, aliás, nesse estado natural, tão exaltado pelos filósofos da escola de Rousseau, que se cometeu o primeiro fratricídio, Noé foi escarnecido por um de seus filhos, e as filhas de Loth cometeram incesto com seu pai. Era suma ingratidão e extravagância daqueles que gozavam das vantagens da vida policiada, com as suas comodidades e segurança, estarem a destrutá-la, acusando-a de corrompida, e a exaltarem a selvajaria. Na vida selvagem não existia o tal direito *natural*, que alguns julgavam ser o dos homens primitivos, e que, dizemos nós, constitui uma abstração de ética originada na mente dos civilizados.

No que se refere ao terceiro quesito Varnhagen exhibe, como fundamento de sua resposta negativa, o aspecto social ainda presentemente ostentado pelas populações dessa raça ilhadas nos bosques dos tributários do Amazonas (10). Achavam-se como dantes, senão pior ainda, apesar do gôzo de algumas idéias ou indústrias aprendidas dos civilizados, e rudimentarmente por êles exercidas. Ao argumento em favor da civilizabilidade dos índios tirado de suas vagas idéias sôbre a existência de um poder supremo, e da crença na imortalidade da alma, manifestada no respeito aos cadáveres dos seus e na vingança sôbre os dos inimigos, responde que, apesar disso, essas crenças não serviam para *moralizá-los*. «Sem a moral, sem a admissão das virtudes, com a certeza do castigo dos vícios opostos a elas, sem a sujeição das paixões do homem solitário em favor do gênero humano, não há civilização possível. *Sômente do Céu podiam ter baixado os preceitos, revelados aos patriarcas, confirmados no decálogo, e aceitos pelos filósofos e pelos primeiros legisladores, que ensinaram ao homem caído a aproveitar-se, em benefício próprio e dos semelhantes dos seus instintos de ódio e de vingança, de vaidade e de cobiça, para por meio de leis e penas, e por meio de prêmios ideais, ou da esperança dêstes e do temor daqueles, inverter êsses instintos destrutores da humanidade em prol dela mesma, sujeitando-os aos limites do heroísmo e da dignidade; inventando a propriedade, e convertendo aquêles em sentimentos elevados em favor da glória, do patriotismo e da honra e probidade, ainda*

(10) Crente fervoroso da civilização, Varnhagen talvez deixasse positadamente de falar nos índios aldeados, assistidos diuturnamente pelas luzes dos civilizados, e que no entanto, por sua incapacidade orgânica inata, permaneciam em estado de sociedades embrionárias.

antes que o cristianismo fôsse mais avante pregando a caridade e a abnegação» (11).

E exemplifica: Cunhambebe ou Amibiré jamais teriam concebido nenhuma fórmula de virtudes sem inspiração da Providência divina, que preferiu no caso fazê-lo de forma mais eficaz que a ensaiada anteriormente por meio de Sumé, que se cria houvesse sido o apóstolo S. Tomé. Fê-lo por meio de «uma poderosa armada; e, por conseguinte, da força, com todo o seu aparato», e não empregando mensageiros fracos e pacíficos, como pobres pescadores, primeiros apóstolos da Boa Nova. É que êstes últimos se destinavam a pregar a povos civilizados. A Providência conhecia o remédio adequado a cada caso...

Eis por que também o quarto quesito foi respondido de forma negativa. Não seria possível reduzir os índios sem a força, do mesmo modo que, sem castigo para os delinquentes, era impossível a existência social. As mais justas sentenças deixam de ser cumpridas quando falta a força para prestigiá-las. O selvagem, cercado de outros, pelos quais teme ser devorado, e que êle devoraria se pudesse, não compreende que alguém o procure só para fazer-lhe

(11) Já tivemos ocasião mais de uma vez de nos referir ao providencialismo de Varnhagen. Revelava-se de tôdas as maneiras, e nesse ponto Bossuet, se o tivesse por discípulo, poderia orgulhar-se ~~dele~~ com razão. O poder e a vontade de Deus manifestavam-se na tarefa que empreendera e levou a cabo, de escrever a *História Geral* do seu país (Cfr. *Réplica Apologética*, pág. 5); na explicação do triunfo completo dos portugueses sobre os índios habitantes do Brasil e os europeus de outras nações que aqui pretenderam fundar colônias; no fracasso de tôdas as conjurações e tentativas de emancipação até o movimento de 1822 chefiado por D. Pedro, que, caso fôsssem vitoriosas, teriam provocado o desmembramento do país, etc.

Falando do destino reservado aos índios por sua rebeldia à doutrina do Altíssimo, chegava a adotar às vêzes a linguagem e a forma literária dos versículos das profecias bíblicas:

«Sumé lamentava a sorte daquele povo sobre o qual ia recair a justiça do Senhor».

«Os trovões com relâmpagos pareciam querer acabar para os homens as idéias do silêncio».

«Logo os povos corriam como loucos, e as tribos se disseminavam nômades, e faziam umas às outras guerra, e não tinham território por pátria, e as fronteiras de suas nações não se estendiam além das do alcance de seus arcos, e se exterminavam umas às outras, ou, pelo menos, tôdas se enfraqueciam».

«E Sumé, sentado sobre uma pedra de granito», chorava a sorte do povo condenado, que deveria perecer ou fundir-se em outro pela presença de algum conquistador mais forte de espírito e coração, e benquisto do Senhor.

«E o affligiam os trabalhos e as fomes, e os grilhões e as mortes que teriam lugar de uma e outra parte para conseguir-se a regeneração que êle agora oferecia pacífica».

«Porque uma tal regeneração só haveria de conseguir-se com a lei do Senhor; na qual unicamente podem os homens estar unidos, e, por conseguinte, fortes (Sumé, págs. 35-36)».

o bem. O exemplo em contrário, do bom acolhimento dado pelos tupiniquins de Porto Seguro a Cabral e seus companheiros, não destruiu o conceito. Durante aquêles poucos dias de permanência da frota descobridora não houve propriamente ocasião de estabelecer mais que contatos e relações de cortesia. O erguimento da cruz, as missas, o trabalho de cortar lenha com instrumentos dêles desconhecidos, a aguada para os navios, a novidade dos trajes e apetrechos dos europeus, deslumbraram aquelas rudes e ingênuas inteligências, e a surpresa e encantamento não deixaram tempo para pensar em traição. Tivesse, porém, Cabral que castigar algum roubo ou homicídio dos selvagens, e tôda a horda se levantaria contra o que supunha uma injúria a um seu parente. No seu próprio interesse os donatários e os colonos deveriam ter começado por agir assim. e sòmente a experiência os deveria ter levado a reconhecerem a necessidade do emprêgo da força para conter os atentados à propriedade, que os índios, em seu regime comunitário de tribo, desconheciam; e depois as represálias, a que êles naturalmente se entregaram.

Pela necessidade da ameaça do castigo se declararam abertamente os dominicanos espanhóis nas colônias daquele reino, e os padres Nóbrega e Anchieta (12), os «primeiros e mais respeitáveis jesuítas que vieram ao nosso país», e igualmente o Padre Antônio Vieira, «patrono dos índios», como da mesma forma se declararam os missionários dos nossos dias, e também os povos das províncias mais sujeitas ao desagradável contato dos selvagens». «A escravidão e a subordinação são o primeiro passo para a civilização das nações», dissera o sábio e virtuoso prelado Azeredo Coutinho. Fôra essa uma verdade reconhecida pelos antigos, de que estava a história cheia de exemplos. Daí concluir que, longe de condenarmos o uso da coação pela força, para civilizar os nossos índios, não dispúnhamos de outro recurso eficaz, e dêle teríamos que lançar mão em proveito do país, aumentando seus braços produtivos em benefício da própria dignidade humana, vexada por tanta miséria e degradação; e até dos próprios índios que, ainda quando reduzidos à triste condição dos escravos africanos (e êle não pedia tanto), sempre viveriam mais tranqüilos e mais livres do que na medonha liberdade dos bosques, em angústias permanentes, e em estado de constante ameaça por seus inimigos. Acudíssemos, enquanto era tempo, a êsses infelizes, que mutuamente se devoravam e exterminavam, nossos parentes por parte de Adão, e construíssemos o seu bem, apesar dêles, que não sabiam o que faziam. Por que tantos escrúpulos em pegarmos

(12) Vide no fim do capítulo, nota A, os trechos de escritos de Nóbrega e Anchieta em abono da política preconizada por Varnhagen.

em armas contra elles, se, em caso de necessidade, não hesitáramos em voltá-los contra quaisquer europeus, nossos mais próximos parentes pela raça e pela cultura? Depois de sujeitá-los não deveríamos aldeá-los nas proximidades de suas matas nativas, mas sim, distribuí-los como clientes pelas casas dos cidadãos respeitáveis das grandes povoações; ou então, que as aldeias fôsem transferidas para os subúrbios das povoações mais civilizadas. Como bom psicólogo recomendava Varnhagen que se entretivessem ativamente os noviços da civilização, para que não sucumbissem à tristeza com a súbita mudança de hábitos.

Sem entrar em averiguações sobre o valor moral da guerra, tão discutido, reconhecia nela, porém, um admirável fator de civilização e mescla de raças, melhorando a condição dos povos em estado inferior de cultura. Era êsse o juízo sobre a tremenda necessidade da guerra, saído do cérebro do piedoso e humanitário Cantu!

Como comentário ao quinto quesito o nosso historiador concedia de boa-mente que deveria ter havido, nos tempos coloniais, abusos nessa política indispensável da força, mas que elles eram inevitáveis. O mesmo sucedia nas nações mais cultas com alguns de seus governos, com as justiças, e com as forças armadas (que às vêzes se convertiam em guardas pretorianas) com os superiores em geral, e até, com os próprios cidadãos investidos pelos seus compatriotas em funções representativas. É da frágil condição do homem o não saber usar sem abusar. Contudo, a verdade é que os abusos em relação aos índios foram muito exagerados para o público europeu, e em parte derivados das ordens contraditórias das metrópoles, ora para empregar-se a força, ora para se absterem dela. José de Maistre chamara a atenção para duas causas dessa exageração dos abusos de crueldade para com os índios. A primeira foi a imensa caridade do clero católico, que por vêzes substituiu os próprios desejos à realidade. Empolgados pelo seu apostolado, careciam de decretos régios e breves pontifícios que protegessem os seus catecúmenos contra a avidez dos colonos. Para justificá-los, e obter-lhes a promulgação, era necessário exaltar as boas qualidades dos índios, apresentando-os sob o manto da maior inocência e candura, ao mesmo tempo que denegrir os colonos. A segunda foi a chamada *filosofia* do século XVIII, passada ao imediato, que, nas pègadas de Rousseau, lobrigava na vida selvagem o estado ideal, e, nos homens que gozavam da existência nessas condições, as criaturas mais puras, virtuosas e felizes do Universo.

Quanto às ordens contraditórias a respeito da liberdade dos índios, bastaria o texto das que se promulgaram durante o regime colonial, excetuadas as do tempo de D. João VI, para ver como

eram incoerentes em seus princípios, feitas sem o conhecimento dos homens e com falta de profundas convicções próprias. Ora se tomavam tais providências a pedido dos povos, necessitados de braços, ora por influxo dos eclesiásticos, jesuitas principalmente, em favor dos índios. As leis eram feitas e desfeitas, repostas em vigor, e logo depois revogadas. Dessa anarquia e legislação absurda nascera a anarquia, e, conseqüentemente, a tendência a procurar cada qual a justiça por suas próprias mãos, visto na balbúrdia faltar a força para conter opressores e oprimidos, «cujos papéis, aliás, às vêzes se trocavam». É de Varnhagen o conceito de que «leis absurdas produzem muito mais males que as leis mais cruéis», novo enunciado da idéia de que o *despotismo é preferível à anarquia*.

A resposta ao sexto quesito não poderia ser duvidosa a quem passasse os olhos pela população de nossas cidades e vilas. Havia nelas brancos de tipo europeu, negros, mestiços de ambos os elementos, e, muito raramente, num ou noutro individuo, alguma característica facial do tipo índio, bem distinto, aliás, dos demais (13). Não que essa raça houvesse sido exterminada, mas, pouco numerosa ao iniciar-se a colonização portuguesa, fôra absorvida, física e moralmente, pela mestiçagem com os demais elementos. Êste, o quadro étnico do presente. Para o futuro, com a imigração procedente da Europa, cuja necessidade todos reconheciam, e já estava sendo favorecida, poderia a nação porventura, tornar-se índia ou conga?

Dentro das famílias o espetáculo era idêntico. Encontravam-se todos os apelidos europeus. Os que existiam cheirando a tupi tinham sido recentemente adotados, em virtude de pruridos indianistas, por descendentes de europeus (14). Se nos dirigíssemos às pessoas da casa em guaraní ficaríamos sem resposta. Se pronunciássemos alguma palavra africana talvez algum escravo menos ladino a entendesse. Os nomes de todos, qualquer que fôsse sua origem racial, saíam do calendário cristão. Concluir-se-ia daí que não éramos *Brasileiros* e que *fôssemos governados por Portugal ou Espanha?* (15). Seria tão absurdo tirar-se essa conclusão como supor-se que um filho emancipado ainda estivesse sujeito ao domínio materno, por se parecer com a mãe na fisionomia e no

(13) Etnicamente falando, o Brasil não é tão pouco índio como supunha Varnhagen. No Nordeste, no Extremo-Norte, e nos Estados de Goiás e Mato Grosso êsse tipo predomina na massa das populações. Verdade é que se trata das regiões de mais baixo índice demográfico do país.

(14) Ou de africanos, acrescentamos nós. Havia então, e ainda hoje existe, uma grande tendência daqueles que têm costados na África, de se impingirem como caboclos.

(15) Varnhagen, para ilustrar êsse aspecto do nativismo hispano-americano, trás à colação as idéias de Alberdi, muito semelhantes às suas.

gênio, ter os mesmos hábitos, falar sua língua e praticar idêntica religião (16). Êste é que era o verdadeiro e real brasileiro, nome que não era da América, tirado do pau-brasil. Os selvagens, êsses, nem sequer eram súditos do imperador do Brasil.

«Por que razão», pergunta, «havemos de querer fazer a nação cabocla antes de começarmos por blasonar de ser caboclos na gema, e de proceder exclusivamente de caboclo?» Mesmo que o fizéssemos, e tomássemos apelidos indígenas, sempre ficaríamos com a religião, o sistema de governo, a língua e as leis portuguesas, provenientes de uma civilização tri-secular. E chamava a atenção para as armas do Império, onde se esmaltavam heraldicamente os atributos da formação européia da nossa nacionalidade.

Se a influência européia era predominante na raça e quase exclusiva na cultura, e mais ainda o seria para o futuro, era evidente que ao elemento cristão e civilizador é que deveriam andar associadas a representação nacional e as glórias da Pátria. Quaisquer que fôssem os sentimentos do historiador filantrópico acêrca do destino infeliz das raças negra e índia, a história da nação atual, «a *história geral da civilização*», deixaria de ser coerente com o próprio título, desde que abrangesse de simpatizar mais com o elemento principalmente civilizador».

Não que fôssem desprezíveis as contribuições negra e índia em vários aspectos da nossa formação nacional. Êle próprio se encarregara de pô-las em relêvo, e fôra até quem propusera a criação no Instituto Histórico da seção etnográfica. Mas «daí a adorar a selvajaria ia grande distância». Aquilo em que principalmente insistia era que o português fôra o elemento civilizador por excelência, não que a nossa nacionalidade fôsse exclusivamente portuguesa, pois tinha um cunho especial derivado de alguns costumes e palavras procedentes de influxo negro e tupi, tal como na Europa as nações de civilização latina possuíam nas respectivas línguas radicais célticos, fenícios, púnicos, gregos e árabes, e nem por isso se gabavam de serem celtas, fenícios, etc. Eis em essência o comentário-resposta ao 7º quesito.

(16) O escritor muito propositadamente falou em parença *materna* exclusivamente, e não com os progenitores em geral, porque êsse era o seu caso, e assim falando, mostrava a predominância afetiva, existente em seu espirito, da cultura luso-brasileira sobre a germânica, predominância que timbrava em salientar. O sentimento de pátria bebe-se com o leite materno. Filho de alemão, Varnhagen era brasileiro pelo nascimento e pelo coração, e de formação lusa pela inteligência, pois que nascera de uma portuguesa. A mesma lei natural mais tarde se verificaria com a descendência, infelizmente extinta, do grande historiador. Seus filhos seguiram a nacionalidade chilena por ser essa a da viscondessa de Pôrto Seguro, não obstante a qualidade de diplomata do seu progenitor brasileiro.

Em conclusão :

«Os índios não eram donos do Brasil, nem lhes era aplicável, como selvagens, o nome de *Brasileiros*: não podiam civilizar-se sem a presença da força, da qual não se abusou tanto como se assoalha; e, finalmente, de modo algum podiam êles ser tomados para nossos guias, no presente e no passado, em sentimentos de patriotismo ou em representação da nacionalidade».

«Como historiador nacional e cristão» e «como filho de São Paulo», Varnhagen não poderia deixar de seguir as opiniões que professava sem sentir que «faltaria ao respeito à memória dos «Buenos, Ramalhos, Lemes, Paes, Rendons, Toledos e de outros, que alargaram, à custa de vitórias sôbre os Bugres ou Índios bárbaros, as raias da civilização da pátria dos dois Gusmões, e de tantas ilustrações, que não pouco contribuiam para a glória do império brasileiro».

* * *

Contra algumas dessas conclusões de Varnhagen levantou-se João Francisco Lisboa nos números 11 e 12 do *Jornal de Timon*, texto (17) e nota C (18), êle que nos números 6 a 10 da mesma

(17) A nota C é extensíssima e difícil de resumir sem sacrificio da argumentação que desenvolve. Não obstante tentaremos fazê-lo. A passagem do texto, porém, que é curta e consiste em uma acusação ao historiador sem referência ao seu nome, poderá ser transcrita na íntegra:

«Não é do nosso officio e jurisdição traçar planos e alvitre para regular melhor a sociedade; sobra que assinalemos o mal, cumprindo a outros provê-lo de remédio. Entretanto, digamo-lo sempre, essas raças deserdadas e proscritas são hoje tão pouco numerosas, e têm caído em tal abatimento, que de nenhum modo podem ameaçar a segurança, não diremos já do império, mas da derradeira e mais fraca das suas províncias. Parece-nos que uma vigilância mais que mediocre bastaria a precaver-nos contra as agressões imprevistas a que são ~~usadas~~, e cujos estragos parciais não são em todo o caso para pôr-se na balança com a sua escravidão ou destruição sistemática. Esses danos, demais disso, podem ainda ser obviados pelos meios pacíficos da catequese. Os capitais fundidos nessa verba de verdadeira caridade nacional não seriam proventura os mais malbaratados do nosso orçamento».

«Se contudo nada podemos contra a natureza das coisas, se não há maneira de vencer a profunda incapacidade do índio para a vida civilizada sem recorrermos à violência, deixemo-lo muito embora entregue aos seus destinos, tranqüila e satisfeita a consciência pública com haver tentado, para o policiar todos os esforços permitidos e aconselhados pela sã moral».

«Mas a escravidão, cuja funesta influência maculava os dois Catões e amesquinhava as últimas vontades de Washington — desdouro eterno da história que assim corrompia tudo o que a antiguidade e os tempos modernos produziram de mais nobre e generoso, — a escravidão, o maior atentado, em nosso conceito, que jamais se cometeu contra os foros da humanidade — votemos contra ela sem hesitação e sem escrúpulo, ou se apresente descarada e sem reboço, ou *insinuante e disfarçada em hipócritas atenuações* (Obras de João Francisco Lisboa, 2ª edição, vol. II, págs. 67-68)».

(18) Deu-lhe como epígrafe *Sôbre a escravidão e a «História Geral do Brasil» pelo Senhor Varnhagen*.

obra, segundo confessa (19), manifestara pensamentos análogos aos de Varnhagen, e em contraposição aos de Gonçalves Dias (20) !

Depois de mostrar como a reação dêle João Francisco Lisboa aos generosos desvarios dos indianófilos, que atribuíam exclusivamente à avidez e ferocidade dos conquistadores o extermínio das tribos indígenas, por sua vez o levara um pouco além da verdade, afirma que agora, depois de mais atentos estudos, suas idéias se achavam consideravelmente modificadas. Acêrca dos abusos cometidos em relação aos índios estava já habilitado a, em sã consciência, condenar sem hesitação os invasores europeus.

Enquanto, porém, suas idéias se modificavam em sentido favorável aos silvícolas, o Sr. Varnhagen, *que no primeiro volume da História Geral, publicado em 1855* (embora tivesse a data de 1854 no frontespício) *abundara em algumas das suas idéias e fôra até além*, «agora no segundo, reproduzindo-as e desenvolvendo-as, não só justificava os colonizadores, e condenava os indígenas, como propunha formalmente o emprêgo da força, da guerra, e da escravidão, para converter e civilizar as tribos selvagens que ainda restavam, reliquias das antigas devastações».

Não podia aceitar êsses pretensos meios de civilização, que sempre reputava iníquos e funestos; eis por que, no interêsse da história pátria, ia apresentar seu exame e refutação.

Transcreve, a seguir, para êsse efeito, de ambos os tomos da *História Geral* os trechos que se ajustavam ao intento, e que nos dispensamos de reproduzir, porque, em substância, ou textualmente, já os demos a conhecer. Para a comodidade da crítica decompõe em alíneas independentes as afirmações que dá como

(19) Conf. *Obras de João Francisco Lisboa*, 2ª ed., Lisboa, 1901, II, págs. 207-208.

(20) Na carta do poeta maranhense a Varnhagen, datada de 7 de janeiro de 1856, dando-lhe os parabens pela impressão do vol. I da *História Geral*, e que transcrevemos no 2.º capítulo da primeira parte dêste trabalho, há o seguinte periodo que o confirma: «Sôbre o modo de considerar os Índios e mais algumas particularidades dos seus costumes, nisso diferimos um pouco, mas reconheço também que muitos lhe darão razão. *O Timon por exemplo, pende muito para o seu lado*». J. F. Lisboa preparava-se, a êsse tempo, para a reviravolta.

contidas no «Discurso Preliminar», e que Varnhagen teria procurado demonstrar. Ei-las :

1º — Os colonizadores, nas suas primitivas relações com os indígenas, foram *constantemente* justiceiros, benévolo, e até, caritativos;

2º — Os indígenas, selvagens, aleivosos e brutais, *foram sempre* os agressores e provocadores das guerras;

3º — Só depois de amestrados pela experiência recorreram os europeus à força, cujos abusos, *de resto* (21) se tem exagerado muito, e em grande parte se deveram às contradições das leis metropolitanas, fomentadoras de anarquia;

4º — A força, a guerra, a coação, o medo, o terror, a escravidão, afinal, são admiráveis instrumentos de conversão e civilização, enquanto que os meios lentos e ineficazes da catequese consistiam em traços ou alvitres interesseiros, ou eram simples abortos de inonomanos pseudo-filantropos;

5º — Os meios fortes e violentos sempre foram os melhor aceitos pela sabedoria antiga e moderna;

6º — Por essa preferência se explica razoavelmente a admissão da escravidão na Grécia e em Roma, a humilhação dos párias na Ásia, e o feudalismo na Idade Média;

7º — Sòmente dessa forma é que se podem explicar as penas de galés e de prisão, admitidas em nosso código criminal, e a escravidão africana ainda conservada;

8º — A escravidão africana, tal como foi entre nós organizada, é ímpia, cruel, atroz em si mesma; e imoral, corruptora, embrutecedora, anticivilizadora, finalmente, nos resultados;

9º — A própria caridade para com os índios, nossos irmãos, nos estava aconselhando a que recorrêssemos aos meios fortes,

(21) João Francisco Lisboa, apesar de suas pretensões ao purismo de linguagem, de que blazonam em geral os filhos da *Athenas Brasileira*, empregou muitas vezes este galicismo, em vez do vernáculo *aliás*. Como Varnhagen salientou a respeito do estilo «fascinador» de Timon, não estar êle «isento de galicismos», aponta-los-emos à medida que forem ocorrendo, a fim de que se veja que a censura não era infundada.

franca e nobremente, sem tergiversações, para vir-lhes em auxílio e salvá-los, antes que totalmente se destruíssem uns aos outros;

10º — Os seus quilombos deveriam ser assaltados e submetidos, e os habitantes arrancados do âmago das florestas para as nossas cidades, distribuídos no serviço doméstico, postos a bordo dos navios, ou aldeados, pelo menos, em áreas contíguas às grandes povoações.

«Quantas contradições, quantos erros e iniquidades consagradas, justificadas e aconselhadas nestas poucas páginas!» — exclama indignado o censor.

Seu assombro ainda mais crescia ao perceber que o historiador não preconizava apenas a civilização introduzida pelo alfanje e o azorrague, e a escravidão disfarçada dos índios, mas, também, a criação de uma nobreza hereditária, a canonização de certos beatos, e a educação nacional confiada a ordens religiosas, lastimando sob *esse ponto de vista* (22) a falta dos jesuítas! Era o caso de reear-se, com razão, a existência de um sistema retrógrado completo, tanto essas diversas instituições eram solidárias e reciprocamente se auxiliavam! Por isso advertia ao historiador-político das conclusões lógicas às quais o desenvolvimento dessas idéias forçosamente o levaria. Admitida a escravidão para o selvagem passaríamos a suportá-la para sociedades menos cultas que a nossa, e, por fim, a prestigiar o São Bartolomeu e a Inquisição. Felizmente, exclama o censor, não existe esta dura alternativa, — a da vida civilizada com a escravidão, ou da liberdade com a barbárie. O receio também manifestado sobre as intenções do autor não podia ser senão passageiro, pois, lendo-se atentamente seus escritos, via-se como êle aceitava com franqueza e entusiasmo tantas instituições livres, o horror que votava às iniquidades do tráfico, e a condenação das tergiversações dos jesuítas.

A que atribuir, pois, tão deploráveis aberrações e contradições em espírito tão eminente e esclarecido?

Conjeturava que, como a êle sucedera, fôsse a reação contra o exagêro de falsas doutrinas opostas que levara Varnhagen, por sua vez, a descambar para o outro extremo.

Cumpria, porém, qualquer que houvesse sido a causa dêsse «êrro», combatê-lo.

«Não, em época alguma, e sobretudo nos tempos da primitiva colonização, a justiça e a benevolência não estiveram *constante-*

(22) Outro galicismo do purista Lisboa. Em vernáculo dir-se-ia: *sob este aspecto, a este respeito, neste particular*, etc.

mente (23) da parte dos europeus; a má fé, e as agressões, da parte dos índios sòmente».

Os agravos, poder-se-ia concluir *a priori* do confronto e da posição recíproca de raças em estágio tão diferente de civilização, deveriam ter sido simultâneos. Os indígenas estavam habituados à vida selvagem e sem sujeição, e reputavam ardil de guerra, o que nós tínhamos como traição e aleivosia; mas os invasores, por seu laudo, muitos dos quais pertencentes à classe dos criminosos e malfetores, usavam também bastante das larguezas da vida militar, e, orgulhosos de sua superioridade intelectual e material, tinham os índios na conta de brutos, e é natural que os tivessem tratado como tais.

Atestavam-no, *de resto, todos* (24) os documentos contemporâneos, alguns dos quais citados na *História Geral*.

Um dêles era o livro da nau *Bretôa*, do qual constava que levara para o reino algumas dezenas de índios cativos, apesar de lho vedarem terminantemente suas instruções. E Timon cita a passagem da obra do criticado onde se referia o fato (tomo I, págs. 26-34). Nas cartas de doação das capitâneas a escravidão era consagrada. E não sòmente na autorização para os *resgates*, que se explicaria pelas necessidades da colonização, como também quando permitia aos donatários — o que não se justificava plausivelmente — a transplantação de algumas dezenas de índios para a metrópole. Era essa uma forma de manifestar-se a civilização em tudo comparável à usada com os africanos importados da África, inclusive nas doçuras do porão, que Varnhagen, aliás, condenava com «tanta justiça como nobreza d'alma».

Do regimento dado a Tomé de Sousa (1548) e que não poderia ter sido inspirado pelos jesuítas, também constava, como *principal causa das desordens e guerras que tinham havido* entre índios e cristãos, o hábito dos tripulantes de vários navios e caravelas pertencentes a moradores do Brasil atraírem enganosamente a bordo índios de paz, e depois levá-los a vender a outras regiões, inclusive a seus próprios inimigos. Esta arguição reforçava-se com o testemunho de uma carta do ouvidor geral Pedro Borges, austero e justiceiro no conceito do autor da *História Geral*. Êle também acusava formalmente os portugueses de traição e aleivosia em suas relações com os índios. Sendo o pretexto das expedições contra os silvícolas sua antropofagia, vinha, no entanto, revelar o Regimento de Tomé de Sousa, que os próprios cristãos

(23) Varnhagen jamais o disse. A J. F. Lisboa convinha, porém, atribuir-lhe esta afirmação categórica e irrestrita para poder refutá-la facilmente, e ganhar a palma de «bom moço» perante os bugrófilos desavisados.

(24) Veremos adiante a sem-razão dessa tirada tão categórica.

a fomentavam e facilitavam. Na verdade, se, por um lado resgata-
vavam os índios de corda, pelo outro, vendendo às tribos inimigas
os índios que capturavam de outras, e fazendo êsse comércio al-
ternativamente, trabalhavam para o extermínio dessas raças in-
felizes.

O próprio Nóbrega, cujo valor testemunhal era invocado pelo
autor refutado (25), escrevera em sua carta a Tomé de Sousa
que no Brasil grandes e pequenos tinham por «grande serviço de
Deus» fazer com que os índios se comessem uns aos outros, por
que nisso consistia a *segurança e comodidade da terra*, o que apro-
vavam capitães e prelados, eclesiásticos e seculares, pondo-o por
obra sempre que podiam, e tendo na eficácia dessa política mais
confiança que na proteção de Deus. «Já se achavam», dizia o
venerável missionário, «cristãos a mastigar carne humana para,
com isso, dar bom exemplo ao gentio».

Sem sair da sua província, o Maranhão, a generalidade dos
cronistas, quaisquer que fôsem seus *pontos de vista* e interesses,
eram concordes em que a população indígena fôra grandemente
destruída. Havia, é verdade, muitos exageros nessas narrativas;
e uns para afeiarem os crimes, outros para vangloriarem-se de
proezas guerreiras, disputavam entre si quem levaria a palma em
avaliar em maior número os índios e aldeias destruídos. O fato,
porém, era verídico em substância.

Cita J. F. Lisboa, a seguir, trechos do Padre Antônio Vieira,
em que êsse jesuíta, falando das dificuldades da catequese dos
índios do Maranhão, dizia que ela consistia, mais que na instrução
nos mistérios da fé, na difícil tarefa de convencer os silvícolas de
que os moradores do Maranhão não os cativariam e maltratariam;
não lhes tomariam as mulheres e filhos; não se serviriam dêles
senão por sua livre vontade, mediante salário; nem tampouco os
forçariam a deixar suas aldeias a se separarem uns dos outros.

As cartas régias, em grande número conservadas, eram
também documentos concludentes para a demonstração de como
os colonos portugueses abusavam dos índios. Muitíssimas eram
as que concediam para serviço de particulares ora cinqüenta, ora
cem, duzentos e mais casais de índios. Nas obras públicas não
eram outros os operários empregados. Sob êsse aspecto, acres-
centa, não era temerária ou exagerada a afirmação de Gonçalves
Dias — de que os índios tinham sido o instrumento de tudo
quanto entre nós [no Maranhão, entenda-se] se fizera de útil
e grandioso.

(25) O censor evita, todavia, transcrever o testemunho na parte citada
por Varnhagen, por que vinha contrariar os intentos de sua argumentação.

Imagine-se como essas multidões, sujeitas repentinamente a um regime de trabalho a que não estavam habituadas, e superior às suas forças, à tristeza e monotonia de uma existência constrangida, deveriam ser dizimadas pela morte. Não importava seu número real. Ainda que muito mais escassa a população indígena do que a estimavam as avaliações incorretas e exageradas de jesuítas e chefes de entradas, o fato é que «as causas e agentes de destruição deviam operar a despopulação ainda com mais rapidez e facilidade» (26).

A acusação, ao governo da Metrópole, de dar lugar a abusos em relação aos índios com suas leis contraditórias, feita pelo Sr. Varnhagen, se é justa quanto à corte, não podia, no entanto, absolver os colonos. «A (27) que fim em verdade, estabelecer semelhantes distinções, cuja vantagem e justiça não conhecemos, visto que as contradições argüidas às leis eram apenas a expressão simples de divergências e flutuações de idéias, que sempre existiram entre as diversas classes de moradores do Brasil?», pergunta Timon. E achava singular, que havendo cessado, com as leis pombalinas, essas flutuações e contradições, de que se queixava o historiador, fôsse êle próprio que a quisesse reviver, reabilitando os princípios condenados pelo grande ministro.

Dando como provado, pois, que as agressões partiram principalmente da raça invasora, ou que, pelo menos, o estado da questão continuava controverso, passa Timon ao exame doutros pontos.

Pergunta se, verdadeiramente, o Brasil não poderia civilizar-se sem a escravidão dos indígenas mediante o emprêgo da força, e se as sociedades estavam condenadas à única alternativa de perecerem ou barbarizarem-se, de um lado, ou do outro, de se dividirem, por precaução, em classes de senhores e de escravos, de oprimidos e agressores? As doutrinas do historiador criticado, pôsto que antiquíssimas, tinham perdido a tal ponto a voga e o crédito, e sido banidas das sociedades cultas, que não deixavam de adquirir certo sabor de novidade e estravagância.

O censor não negava que o recurso à escravidão dos inimigos, em um ou outro caso da existência da humanidade, houvesse sido imposta como necessária e único meio de salvação de certas sociedades; e que, dessa escravidão houvesse resultado a civili-

(26) Essas causas de decrescimento eram, por outro lado, contrariadas pelas condições de alimentação regular e pela diminuição das mortes conseqüentes às guerras entre tribos. Nossa convicção é de que a população índia primitiva foi mais absorvida pela mestiçagem do que destruída por guerras, maus tratos e doenças.

(27) Construção incorreta. A regência pede a preposição *para*, ou *com*.

zação do mais bárbaro dos povos em contato. Tais efeitos eram, todavia, secundários. O objetivo visado nessas guerras à barbárie não fôra o bem dos submetidos, e sim o interesse da salvação e do repouso dos vencedores.

Não acreditava, pois, que, de caso pensado, um povo culto e generoso tomasse a si o papel de cavaleiro andante da civilização, obrigando os bárbaros a baixar a cabeça e *render* (28) preito e menagem a essa dama de nova espécie. Só muito excepcionalmente se poderia dar êsse caso. A regra é que, sempre que um povo empreende a guerra a outro, o vence e impõe-lhe a escravidão, o que tem em vista é satisfazer as paixões de vingança, orgulho, prepotência, cobiça, expoliação e de gozo, enfim, sem trabalho, das comodidades da vida, tais como se obtêm mediante a opressão do fraco pelo forte.

Além do mais, do encontro das massas inimigas tanto poderiam resultar progressos da civilização como da barbárie, conforme fôsse o povo vencedor mais ou menos culto que o vencido; e exemplifica: quando a dominação romana se alargou pelos confins do mundo então conhecido, ampliou-se a área da civilização; pelo contrário, foi a barbárie que lucrou quando as hordas errantes do norte romperam as barreiras da civilização latina (29).

Depois de expandir-se retoricamente contra a guerra e o direito de conquista e escravização dos povos vencidos, Timon conclui que a humanidade já tem ganho algo nesse particular, e hoje em dia a vitória, se ainda não é constantemente a expressão

(28) *Render*, neste caso, é galicismo. Em português diz-se: *jurar* preito... ou *fazer* preito...

(29) Êstes exemplos, apesar de muito surrados, nem por isso foram citados adequadamente, pois prestam-se a fornecer conclusões diametralmente opostas às que tirou Timon. O aumento ou regresso da civilização não depende do fato do grau de cultura do povo vencedor ser superior ou inferior ao do vencido. A regra é a raça mais culta passar para a menos civilizada, quer vencida, quer vencedora, o patrimônio, embora alterado, de sua cultura. No caso dos romanos em relação aos povos por eles conquistados observa-se a transmissão de suas leis e costumes a cimbros, teutões, gauleses, iberos, britanos e outros povos em estado inferior de civilização; por outro lado, deu-se a assimilação por êles da cultura helênica, superior nas artes e na filosofia à romana, não obstante terem os filhos da loba vencido também os gregos. No caso da invasão dos bárbaros germânicos, que não foi tão repentina e calamitosa como cria Timon, o mesmo fenômeno reproduziu-se. Foram os vencedores que adotaram a polícia e os costumes dos vencidos, embora fôsse lenta a evolução. Os exemplos aduzidos por J. F. Lisboa, no entanto, de forma alguma vêm a propósito no caso das lutas entre portugueses e índios, pois aí tanto a força como a civilização estavam do lado dos primeiros, e a imposição, pela força, das leis e costumes europeus só poderiam civilizar os vencidos, materialmente pelo menos. Moralmente, se os índios não lucraram muito, pelo menos não pioraram.

pura da justiça, pelo menos já não consiste na imolação ou escravização geral dos vencidos. Já se não conheciam como prisioneiros senão os tomados com armas nas mãos, e seu cativeiro temporário era bastante suavizado por leis protetoras e equitativas.

Como pois, após essa grande vitória da humanidade, vir propor como exemplo as escravidões grega e romana, os ilotas sacrificados em massa para obviar-se aos perigos de sua abundante procriação, os ergástulos da cidade eterna, os latifúndios dos seus campos (30), e «essas raças corrompidas e humilhadas no Oriente, alheias, na maior parte das suas crenças e costumes, ao grêmio das sociedades cristãs a que pertencemos?/ O estado feudal, /» também citado pelo historiador em abono dos seus alvitre, não fôra um regime combinado e aplicado intencionalmente, com perfeito conhecimento de causa, para o bem dos povos reduzidos à servidão. Se algum bem resultara desse regime para a civilização, estava fora das previsões das castas dominantes da Idade-Média, e, realmente, não havia porque ensaiar-se o sistema entre nós, «promovendo-se a escravidão dos índios, visto julgar-se a dos africanos insuficiente para o grandioso da experiência (31)». Os primeiros ensaios de feudalismo, os das capitânicas hereditárias, não deram bons resultados. E pergunta: «Quais os entes privilegiados, e de *escolha* (32) que, emancipando-se da ignorância comum, inventaram na Idade Média a maravilhosa combinação?» (33).

Foi nos nossos dias, continua, que o abuso das generalizações e dos sistemas fez com que alguns escritores gratificassem

(30) Varnhagen acabava justamente, numa publicação especial e na *História Geral*, de manifestar-se contrário aos latifúndios, sem, todavia, atentar contra o direito de propriedade, que todo o legislador escrupuloso deve sempre salvar em seus projetos de reforma.

(31) Eis aqui uma amostra da boa fé com que Timon argumentava. Varnhagen pleiteara a redução dos índios a *clientela* temporária, *justamente* para suprir de braços o país, em virtude da escassez deles, que resultaria da supressão do tráfico negreiro e da progressiva emancipação dos escravos existentes, propostas no *Memorial Orgânico*.

(32) Pavoroso galicismo! Verdade é que foi perpetrado por um vernaculista *enragé* do Maranhão. Em português diz-se *de exceção*, *fora do comum*, *acima do vulgar*, ou coisa equivalente. Salientamos nas transcrições com o grifo todos os galicismos de Lisboa, porque o purismo da linguagem dêste foi atirado por Antônio Henriques Leal à face de Varnhagen como um dos seus títulos, e não o menor, à superioridade ~~quanto~~ ao sorocabano.

(33) Foi maravilhosa essa combinação, *justamente* por não ter sido engendrada em cérebros de idealistas e intelectuais, mas ~~foi~~ nascido espontaneamente, inspirada diretamente pelas necessidades concretas da sociedade, não por conceitos abstratos dos direitos humanos. Os maravilhosos sistemas germinados nas cabeças dos filósofos e geralmente tão admirados, na prática falham redondamente, e só conseguem subsistir no nome graças a profundas alterações e desvirtuamentos na aplicação da doutrina.

19
/haver

certas figuras do passado, que agiram de acôrdo com suas paixões e movidos pela ansia de satisfazerem objetivos egoísticos imediatos, com a auréola de criadores de admiráveis sistemas políticos e econômicos, ou pelo menos, com a de uma secreta preciência das coisas, tão sômente porque, às vêzes, seus atos tiveram vantajosas consequências remotas, completamente fora dos cálculos e da previsão dos autores. Depois de citar alguns *monstros* da história, mais ou menos guindados aos altares pela cumplicidade de paixões idênticas às que os animaram, e modernamente honrados com as patentes de inventores de sistemas mais ou menos engenhosos, tais como os barões da Idade Média, Torquemada, Henrique VIII, Richelieu, os terroristas de 93, conclui patéticamente o censor, que cumpre à história, à filosofia e ao senso moral «condenar e repelir êsses egoísmos covardes — sofismas grosseiros — que disfarçando e anistiando até os crimes históricos, nos excitavam a gozar tranqüilos de seus proveitos». «O autor criticado, no seu amor ardente da civilização, não se limitava a *adorar o instrumento* admirável da escravidão; a guerra que a precede, e conduz a ela, também era objeto de suas simpatias; porque, diz êle, ora invocando uma grande autoridade, ora *de sua própria conta* (34), a guerra que é de influxo divino, anima e suaviza os corações, mescla as raças, aproxima os povos, civiliza-os, e melhora a sua condição!» (35).

Timon entra, a seguir, numa grande explanação retórica, em que reedita sôbre os horrores da guerra, e o espírito dos guerreiros, conceitos que não primavam pela originalidade; mostra-se otimista porque se começava a compreender por tôda a parte que «era das artes da paz que dependiam os progressos da civilização; e que o ferro e o fumo eram mais proveitosos nos carris e como motor de vagons e navios, do que nas espadas, mosquetes e canhões».

Esta doutrina [a de Varnhagen] era sobretudo mal soante no Brasil, país na infância, e que apenas tentava os primeiros passos no terreno industrial, mas já ensinado pela curta experiência do seu passado, e diante das lições recentes das repúblicas vizinhas, onde os Francia, os Rosas, os Lopez, os Oribes, os

(34) «*Por sua própria conta*» é como se diz em português.

(35) Pura calúnia de Timon o deturpar assim o pensamento do sorocabano. Varnhagen jamais afirmou ser a guerra de influxo divino. O que disse é que «*sem envolver-se na debatida questão de ser a guerra ou não animadora, se suavisa o coração dos guerreiros, em vez de endurecer, se é ou não de influxo divino, tinha por sem dúvida que, em geral, ela fôra entre os homens um grande meio civilizador*». Disso ao que lhe atribuiu J. F. Lisboa vai uma grande distância. Contava, certamente, para o efeito de sua catilinária, que os leitores do Jornal de Timon não tivessem a idéia de abrir o 2.º vol. da *História Geral*, à pág. XXII, para verificarem a exatidão de suas transcrições da matéria impugnada.

Riveras, e tôda essa raça infesta e daninha de caudilhos ensaiavam incessantemente, ora a civilização do sabre e do fuzil, ora a do feudalismo [! ?] e seqüestração pelo teor da Companhia de Jesus».

A guerra poderia ser um acidente feliz [referia-se à agressiva e voluntária] e desenvolver no momento alguns ramos industriais, mas na generalidade dos casos, segundo se verificava posteriormente pelas conseqüências, trazia consigo a iniquidade, a paralisação das atividades produtivas e úteis, e a destruição de grandes valores; à sua atividade febril sobrevinha a prostração da agonia ou de uma longa convalescença.

* * *

Continuando a passar em revista as autoridades invocadas por Varnhagen, isto é, os primeiros e maiores jesuítas, o exemplo dos portugueses que obrigavam os mouros vencidos a aldearem-se perto de suas cidades, etc. . . detem-se o censor principalmente na figura do bispo Azeredo Coutinho, a seu ver um publicista em disponibilidade, sem convicções firmes, espécie de homem de que os governos costumam lançar mão quando as conseqüências de sua política os obriga a apelar para a opinião pública; criatura enfim, que não se limitava a tolerar a escravidão como um mal necessário, como opinava o sorocabano, mas se tornara apologista ferrenho do tráfico, empregando «argumentos que fariam honra ao mais duro e calejado traficante de carne humana. E fê-lo sem ter, como Las Casas, a desculpa da cegueira e dos arrebatamentos gerados por uma luta ardente e apaixonada, como a que o bispo de Chiappa sustentou contra os espanhóis. E observa a seguir como Varnhagen, que admirava o bispo de Elvas, não suportava o de Chiappa. O motivo só poderia ser porque êste último «juntara ao pecado *venial* de defender o tráfico africano o *capital* de pugnar pela liberdade dos indigenas» (36).

(36) Varnhagen era, como já vimos, contrário ao tráfico, e neste particular, certamente, não estaria de acôrdo com Azeredo Coutinho, não obstante a diferença dos tempos em que um e outro enfrentavam a mesma questão merecesse ponderada pelo sorocabano, para admitir-lhe o direito a circunstâncias atenuantes. Admirava-o sinceramente como economista e estudioso de questões de interesse para o país. O princípio central, contudo, de Azeredo Coutinho, defendido no opúsculo *Analyse sur la justice du commerce du rachat des esclaves de la côte d'Afrique* (Londres, 1798), foi o da soberania das nações, e do seu direito de adotarem, nos respectivos territórios, as leis e instituições que melhor conviessem a seus interesses, sem que a outras nações fôsse permitido arrogarem-se competência para intervir na sua organização interna em nome de quaisquer princípios. O opúsculo foi escrito como resposta à petulância inglêsa em considerar crime o tráfico de escravos, feito embora de umas colônias para outras do mesmo país, como se êles fôsem os únicos proprietários dessa grande via pública internacional que é o mar, e em se arvorarem em autoridades repressoras, como vieram a fazer mais tarde. Os

Combate o que chama de sofismas na defesa de uma causa má : a analogia que o sorocabano encontrara entre a escravidão e as penas criminais de prisão e galês, e a comparação por êle feita entre a sorte dos condenados e a dos escravos, em que descobrira a vantagem, para os últimos, de não viverem encadeados em ferros, ou sumidos na profundidade das masmorras. Era estranha a opinião do criticado ao pretender demonstrar que as penas, espécie de escravidão temporária ou perpétua, não tinha outra origem senão a da escravidão civil, o grande instrumento regenerador, e a única explicação plausível de se conservarem essas penas nos códigos atuais (37).

Extraordinárias essas proposições ! «O historiador-publicista deixara-se fascinar pela suposta autoridade daquele de quem os recebera [Azeredo Coutinho]».

Estende-se o censor também sobre a triste sorte do escravo, quando criminoso. Pelo fato da servidão não escapava à alçada das leis penais; muito pelo contrário, as disposições do código eram ainda mais duras para êle, do que para o homem livre, que cometesse o mesmo delito. Além de penas mais severas a aplicação da lei era no seu caso arbitrária e despida das garantias tutelares que, no direito comum, são concedidas a todos os acusados. Não eram julgados por pares, mas por senhores e agressores, ou por indivíduos pertencentes a essas classes, inimigos enfim, movidos pelo ódio, pela parcialidade, pela indiferença

negrófilos e abolicionistas à *outrance*, que colocam a liberdade do negro acima da honra e do decôro do pavilhão nacional, batendo palmas aos ultrages feitos à nossa soberania em águas territoriais brasileiras pelos cruzeiros britânicos, podem não gostar de Azeredo Coutinho, mas os que possuem brios de patriota, e os sentimentos de pundonor que todo o cidadão sem complexos coloniais sabe alimentar, êstes não podem deixar de dar razão ao Bispo de Elvas neste ponto, pelo menos.

(37) A que extremos de inconseqüência pode levar a paixão de criticar as opiniões alheias ! J. F. Lisboa blazonava de humanitário, e qualificava Varnhagen de retrógrado e escravagista; no entanto rejeita uma idéia que Varnhagen possuía em comum com os mais adiantados criminalistas do nosso tempo : o de considerar a pena, não como castigo, mas como instrumento de regeneração, e prevenção criminal. Timon, o pieguíssimo bugrófilo, êsse, via nas penalidades criminais recursos da justiça encaminhados «*não simplesmente à regeneração moral do delinqüente*, fim que por via de regra não alcançam, mas sim e, principalmente, à expiação do mal, à reparação do dano, à satisfação da sociedade e do individuo ofendido, à inabilitação do criminoso e à prevenção dos crimes, pelo exemplo dado e pelo temor infundido a todos os malfetores». Estamos pessoalmente de acôrdo com a interpretação que Timon dava à pena, pois jamais pretendemos ter idéias *adiantadas* em política, em direito e em economia; estranhamos, porém, a incoerência do maranhense com seus princípios, de que deu provas nesse particular, só pelo gôsto de contrariar as doutrinas do autor da *História Geral*.

resultante da prática da opressão, e também pelo «medo do perigo, a mais baixa por ventura, e a mais cruel de tôdas as paixões humanas».

* * *

Nosso direito não justificava a escravidão em geral, e o fato dela existir entre nós tampouco a inocentava, como o próprio publicista sentia ao qualificá-la de ímpia, cruel, imoral e corruptora. Fôra uma odiosa herança do passado, que se conservava simplesmente porque sua supressão brusca iria produzir males ainda maiores, abalando até aos fundamentos a economia nacional.

* * *

Não fôra o fato de se pouparem os índios a uma servidão de, pelo menos, sete anos, como era usual entre os hebreus, que dera em resultado a importação dos africanos. Pelo contrário, devia ter sido o exemplo da escravidão dos primeiros que chamara a atenção para a dos últimos, habituando os nossos maiores a viverem ociosamente do trabalho alheio (38).

* * *

A escravidão africana não fôra mais injusta nem mais funesta que a dos índios. Os próprios horrores da travessia foram sofridos por êstes últimos. Os registros oficiais existentes provavam que grande parte dos índios cativos perecia nas viagens. Além do mais eram os índios menos robustos que os negros, e menos submissos às angústias do cativeiro : eis por que sofriam mais.

* * *

A escravidão sob o domínio europeu não constituira, tampouco, um estado em que o selvagem vencido escapasse a destino pior do que sob o poder de outros selvagens. O azorrague europeu, fazendo concorrência aos dentes do antropófago, adicionava,

(38) É começando pela condenação a que se viva do trabalho de escravos, seres vivos, que se chega ao socialismo, e à supressão do direito de propriedade em relação às coisas insensíveis. Foi essa, em tôdas as épocas, a marcha do *idealismo* daqueles que não têm nada a perder.

pelos estímulos da cobiça, mais uma causa para lutas intermináveis entre os selvagens, e sua mais rápida destruição (39).

* * *

Nos resultados, a servidão dos índios, assim como, a certos respeitos, a dos negros, não nos enriquecia, mas nos corrompia e barbarizava a raça. Quando as leis pombalinas vieram libertar a casta infeliz, seu estado era deplorável sob todos os aspectos, inclusive o da religião. O jesuíta João Daniel, escrevendo após a expulsão da ordem, rebaixando aquêles desprezados catecúmenos à condição de brutos, receitava-lhes pau e pão, como meios apropriados e eficientes para os levar.

* * *

J. F. Lisboa nota ainda no autor «a complacência, com que, para apartar dos índios tôda a sorte de interesse e simpatia, ora insiste uma e outra vez na acusação de que êles eram apenas os últimos invasores nômades do território que ocupavam sem cultivar, ora transcreve para afeiar os vícios da barbárie, uma passagem eloqüente de De Maistre». «À tal respeito é bem que nos entendamos de um modo positivo e claro, com que desde agora se arredem todos os equívocos», diz o maranhense. «Se o seu fim é combater as apologias absurdas e insensatas do estado selvagem, e certas reabilitações indiscretas, se não quiméricas, em boa hora seja; mas se essas alegações e declamações recriminatórias não se encaminham a outro fim mais que a insinuar a civilização pela escravidão, nesse caso não haverá para elas reprovação que demasiada seja. Sim, não adoremos a selvajaria e a barbárie; mas, sobretudo, não imolemos nem escravizemos o selvagem a título de civilizá-lo e favorecê-lo». Grande parte dos crimes e vícios imputados aos selvagens decorriam do seu estado de ignorância, embrutecimento e degradação (40), e não sendo

(39) Timon aí tinha em vista a seguinte passagem da *História Geral* :

«No cativar o gentio da própria capitania foram os donatários mui parcos, e só consideravam legitimamente seus os que haviam sido aprisionados na guerra. E devemos confessar que *esta prática*, fundada no chamado direito dos vencedores, *tinha tendências civilizadoras*, e em alguns pontos *chegou a produzir o influxo benéfico de poupar muitas vidas*, fazendo que os mesmos vencedores guardassem, para resgatar com os nossos, os prisioneiros que, segundo seus hábitos, deviam matar. (t. I, pág. 174)».

Nos períodos que se seguem até a pág. 180 o autor vai desenvolvendo as idéias que três anos depois, no segundo tomo — expôs metodicamente no *Discurso Preliminar*.

(40) Está claro! Mas como tirá-los desse estado sem a coação da força?

imputáveis perante a moral das sociedades civilizadas, cabia no caso a prevenção e a repressão (41), não castigo e expiação. O proceder dos índios, como irresponsáveis que eram, poderia ser equiparado aos frenesim revolucionários ou aos atentados das massas populares, que se consideram mais como calamidades gerais, que propriamente crimes de homens. O próprio publicista reconhecia implicitamente essa atenuante quando pedia indulgência para os abusos cometidos pelos europeus, que tinham agido conforme as idéias do seu tempo, «julgando assim servir a Deus» (42).

* * *

Prevendo a objeção natural a suas declamações contra o cativo, — a de que Varnhagen não o queria para os índios, e tão somente uma benéfica e branda clientela, visto que, arrancados os silvícolas ao estado selvagem, se não lucrassem muito com a troca da situação, pelo menos não perderiam nada substituindo a liberdade dos bosques pela vida mais segura, enquanto que os civilizados na certa ganhariam, em sossego e braços para o trabalho que lhes faltavam, — Timon estende-se em palavras procurando mostrar como da clientela facilmente se passaria à escravidão pura e simples, uma vez que resultariam ilusórias, para os fatos passados entre quatro paredes, ou no eito do trabalho agrícola, quaisquer garantias que a lei pudesse conferir aos tutelados, e, com esse intuito, não poupa transcrições de anedotas históricas, e traz à colação alguns *consideranda* de Teixeira de Moraes, que tinham tido a honra, diz com ironia, «de serem nos nossos dias repetidas pelo bispo Azeredo Coutinho e pela *História Geral*».

* * *

No empenho de demonstrar como as vantagens que a civilização traria, de segurança e até de conforto, não compensariam a perda da liberdade e do direito de dispor de si próprios, que os índios capturados perderiam, Timon cita o caso de um escravo negro das Antilhas, que era até possuidor de fazendas bem grandeadas e gozava da afeição da família do senhor a quem servia. Não obstante o gozo desses bens, o escravo sofria por não poder dispor do coração. Menciona também as expressões de que se servia um monarca absoluto em relação aos índios :

«*Êstes homens são livres e isentos de minha jurisdição, que os não pode obrigar a saírem de suas terras e tomarem um modo*

(41) Era o que, em essência, Varnhagen propunha. Os índios «não sabiam o que faziam», são expressões suas. Por que então Timon tanto deblaterava contra os seus alvitre?

(42) Cfr. *História Geral*, t. II, págs. XXVII-XXVIII.

de vida de que eles se não agradam, o que, se não é verdadeiro cativoiro, em certo modo o parece, pelo que ofende a liberdade». Transcreve, finalmente, passagens em que o Padre Antônio Vieira mostrava os horrores em que consistia o trabalho agrícola, ainda o assalariado, para os silvícolas, assim como a vida nas chamadas aldeias livres.

Nessa questão não havia nem podia haver meio têrmo : ou a escravidão ou a liberdade plena. O serviço do mar e o doméstico, que o historiador aconselhava como ocupações para aproveitar o trabalho dos índios reduzidos, também não lhes convinha. O primeiro, que tanto horrorizava o homem civilizado, seria apropriado para criaturas há pouco arrancadas às florestas nativas ? Quanto ao último, exclama : «Que freio se há de pôr aos desmandos e à tirania do senhor, do administrador ou do patrono, como lhe quizerdes chamar ? Tôda a regulamentação policial será tão vexatória para o senhor como inútil para o cliente; e a sua ação há de necessariamente parar diante das paredes, que, escondendo as opressões, garantirão necessariamente a irresponsabilidade dos opressores». E conclui que a experiência de todos os tempos já mostrara o quase nenhum valor dessas precauções e atenuações parciais, contra os inevitáveis resultados decorrentes dos princípios cardeais adotados.

* * *

Timon observa como o autor criticado, não obstante a firmeza de opinião de que se jactava, antevia a repugnância que seu sistema iria encontrar (43), os têrmos *opressores* e *oprimidos* lhe vinham involuntariamente (*sub-conscientemente*, diríamos hoje em dia) aos lábios, e como procurara mais de uma vez fugir à discussão no meio da laboriosa tarefa de justificar seus princípios. «Em assuntos melindrosos e delicados como êste mais vale» — dizia o Sr. Varnhagen — «discorrer menos. A Justiça pede que respeitemos a memória dos cristãos, nossos maiores, e que os deixemos dormir em paz nos seus sepulcros. Para que esquadriñar as ações más, ou o lado desfavorável das coisas ? Nem que apostados a perpetuar rivalidades, fôsse o nosso fim impedir justas e políticas conciliações. Isso denota menos artifício que malícia e peçonha. As simpatias, tanto atuais, como do passado, estão pelo elemento civilizador, muito mais conhecido pelos benefícios que pelas injúrias».

Pela sua parte, como maranhense, declara não ser grande entusiasta dos benefícios prodigalizados ao antigo Estado do Ma-

(43) Que grande descoberta ! Se Varnhagen o confessou francamente ? ! Esta repugnância não a encontraria, certamente, se adulasse os preconceitos liberais e equalitários do seu tempo, como fazia Timon.

ranhão pela colonização européia, até o governo de Pombal, e se a respeito dos resultados desse tempo em diante nada dizia, era porque estava ainda ocupado em coligir as provas e ordenar o processo para julgar com pleno conhecimento de causa.

Não aprovava a doutrina da *simpatia*, em história, para com êste ou aquele elemento. Debaixo desse sonoro vocabuio escondia-se o vício da parcialidade. Cederíamos com ela ao sentimento e aos desvarios da imaginação, pervertendo com êsses sentimentos falsos e injustos a verdade histórica. «O historiador há de ser sempre verídico, imparcial e severo, e tanto maior será o seu mérito, quanto, para o ser, conseguir vencer e dominar as seduições da fortuna, da opinião, e do sangue ou origem, a favor das raças inimigas (44) vencidas e desamparadas. A verdade é o grande fim do historiador, e mediante o seu culto fervoroso e constante, a tarefa que êle empreende simplifica-se de modo admirável. Tal é o voto de Thiers, que o tem por certo, e bem valioso na matéria. Dêste culto não o devem apartar interesses e contradições de natureza alguma, nem mesmo o receio, aliás tão natural, de ceder na aparência à voga, como cedem com efeito os escritores fracos e sem consciência, que armaram sobretudo ao favor e à popularidade. Dêsse receio parece que infelizmente se deixou vencer o autor da *História Geral*, quando nos fala nessas obras em que, no momento de aparecerem, o público só encontra o que aplaudir. Ai esteve, sem dúvida, o perigo a que quis fugir, sem lhe ocorrer que, à mingua de precauções, ia dar no escolho contrário. A adulação à voga é um ato de fraqueza tão trivial, e tem caído em tal descrédito, que um espírito nobre e elevado, bem longe de inclinar para êsse defeito, há de por certo preferir e buscar o papel brilhante e sedutor de contraste e censor austero de opinião transviada. Mas por que se há de antecipadamente supor a opinião geral hostil à verdade, e desde quando foi esta apanágio exclusivo das minorias? (45) No meio dêstes perigos opostos, a única tábua de salvação, o norte fixo de todo o espírito judicioso deve ser a verdade nua e simples, sem nenhuma atenção ao número dos seus adoradores ou dos seus inimigos».

Transcrevemos textualmente essa profissão de fé de historiador, feita por Timon, apesar de um tanto longa e truística, para que se possa adiante, quando analisarmos as réplicas de

(44) E como proceder no caso em que as convicções coincidissem com os interesses e gostos do historiador? Devemos acaso acusá-lo de parcialidade por assim nos expor suas idéias?

(45) Não há dúvida de que as maiorias sempre em todos os tempos se inclinam irremediavelmente para as opiniões erradas, maximé quando estas lhe lisonjeiam as más paixões coletivas, ou lhes sublimam os complexos de inferioridade. Foi esta última a razão do triunfo fácil do cristianismo.

Erasmo e de Varnhagen, ver até que ponto o escritor maranhense foi coerente com seus princípios.

* * *

Depois dos reparos que fêz, combatendo as idéias do historiador que lhe pareciam erradas, e cuja «dissimulação... sobre afetada em si, obstaría... a que rendesse o devido tributo de admiração ao grande e ponderável monumento que na *História Geral* acabava de elevar-se à literatura brasileira» — passa Timon aos elogios, não sem antes disso manifestar a esperança de que o autor, melhor aconselhado pela reflexão, viesse a expungir seu livro dessas apologias iníquas que o deformavam. De análogas retratações nos estavam dando exemplo todos os dias aquêles a quem o estudo e a reflexão esclareciam. «Ora, da boa fé e retidão do autor não era licito duvidar», ... visto que «êle não tinha interêsse algum pessoal, próximo nem remoto (como êle censor, tampouco), em qualquer das soluções que se pudessem dar à controvérsia».

Nas idéias do autor da *História Geral*, que em alguns pontos colidiam com as dêle, «não via mais que a expressão franca e livre das convicções que cada um alimentava acêrca da verdade das suas idéias. Os termos dessa manifestação, *de resto*, pôsto que expressivos e enérgicos, nada tinham de incompatíveis, nem com a simples benevolência e urbanidade, nem ainda com a mais cordial afabilidade».

Reconhecia que o autor se mostrara ilustrado, justo e verdadeiramente filosófico, quando julgava os índios sem direito exclusivo ao território que percorriam na época do descobrimento; e incapazes, sem o auxílio exterior dos europeus, de se emancipar do estado social miserável em que vegetavam.

Também o reconhecia iluminado por uma razão superior e eloquente quando tratara de demonstrar como o elemento europeu constituía, principal e essencialmente, a nossa nacionalidade atual; e, em consequência dessa grande verdade, concluir que com o contribuinte cristão e civilizador é que deveriam andar abraçadas as glórias da pátria, e, portanto, a história nacional. Aprovava, outrossim, seus sentimentos, quando se insurgia contra êsse patriotismo falso e ignaro, consistente unicamente no ódio vil e no repúdio a tudo quanto fôsse estrangeiro. Quando êsses sentimentos coincidiam então com os de piedade e ternura filial, produziam páginas tocantes e animadas, como as que se liam no capítulo relativo ao estabelecimento da nossa primeira fábrica de ferro, que tinha por um dos quadros melhor acabados de tôda a obra.

Para terminar, protestando fazê-lo animado tão sômente de sentimentos de justiça, e sem o menor laivo de lisonja ou preocupa-

ção de desfazer o mau efeito de suas críticas no ânimo do historiador, João Francisco Lisboa traça da *História Geral* a apreciação que já transcrevemos no segundo capítulo da primeira parte desta obra, e do qual repetimos aqui apenas o primeiro período :

«Na *História Geral do Brasil* renovaram-se e purificaram-se as fontes, e renovaram-se os horizontes. Plano vasto e bem disposto; feliz distribuição das matérias; investigação imensa, laboriosa e conscienciosa, tudo isto está muito acima da simples resenha e indicação» (46).

* * *

As críticas de João Francisco Lisboa provocaram pronto revide, em 1859, por parte de um cunhado de Varnhagen, o português Frederico Augusto Pereira de Moraes, que assinou com o pseudônimo de *Erasmus*, anagrama de seu último apelido, a *Diatribes* contra a timonice do «*Jornal de Timon Maranhense*», acerca da «*História Geral do Brasil*» do Senhor Varnhagen (47). Impressionaram-no sobretudo as contradições em que incidia Lisboa sempre que se referia ao caráter de Varnhagen, e a deturpação dos intuitos e expressões dêste para mais cômodamente poder refutá-lo.

O panfleto, escrito sob a forma de carta a um amigo imaginário, assume tom galhofeiro e às vêzes desabrido e chulo, à maneira de tantos pasquins que no Brasil e em Portugal circularam durante os primeiros anos da era constitucional. Abusa também das citações em latim mais ou menos macarrônico.

Começa Erasmus por dizer que não pretendia fazer uma apologia das obras de Varnhagen, que dela não necessitava, mas tão somente «quebrar os brios da maligna inveja». Dizendo-lhe, porém um pressentimento íntimo que o autor preferiria guardar estoico silêncio a responder a essa «sem-razão desmarcada», e na dúvida

(46) Refere-se à modéstia do autor, o qual se limitara a dizer que no seu livro «se fazia a primeira resenha geral dos fatos da nossa história, indicando-se ao mesmo tempo as fontes onde haviam sido bebidos, que eram as mais puras e genuínas».

(47) Impressa em Lisboa. Tipografia de José da Costa. Calçada do Colégio, 6 (Ao Hospital de S. José) — Folheto in-4.º de 47 págs. Datado com o ano na folha de rosto, e no fim, por extenso: 6 de novembro de 1859. — Frederico Augusto Pereira de Moraes, segundo nos informa o Coronel Ferreira Lima, era irmão do Tenente Carlos Augusto Pereira de Moraes Beça, casado com Margarida Frederica, irmão do historiador, que Sommer chama Margarida Francisca, Frederico Augusto passa também por ser cunhado de Varnhagen. Se-lo-ia realmente, ou trata-se de uma confusão com o irmão Carlos Augusto? O historiador chamou-o de amigo, e mais que amigo (*Ofício-Protesto*, pág. 14, nota 11).

sôbre se se resolveria a esmagar a *Timonice* ou *monice*, tomara a ombros a empresa.

O Timon Maranhense não era um certo sujeito apelidado o *Misantropo*, nascido, segundo as crônicas, 440 anos A.C., e que explorado e reduzido à miséria pelos falsos amigos, tomara dêles e da humanidade ódio mortal; tanto que, caindo de uma árvore, e partindo uma perna, não se deixou tratar por médico algum, e sucumbiu à gangrena que sobreveio. Ora, o Timon do Maranhão não era como o ateniense «de gênio tétrico, insociável, sanhudo e misantropo», e sim «filantropo, donairoso, jovial e viajero» (48).

Após algumas considerações desfavoráveis e ao mesmo tempo jocosas, sôbre o Timon brasileiro, que às vezes apelida de *Gamela do Maranhão*, e de fazer um paralelo entre êle e seus homônimos grego e francês (M. de Cormenin), o advogado do nosso historiador entra prôpriamente na matéria.

Comenta a asserção de J. F. Lisboa, de que a escravidão, êsse hediondo crime, deveria ser combatido sem trêguas, quer se apresentasse «sem rebuços, quer insinuante e disfarçada em hipócritas atenuações»; remetendo ao mesmo tempo o leitor para a nota C (*Sôbre a Escravidão e a «História Geral do Brasil» pelo Sr. Varnhagen*). Equivalia tal manobra a insinuar que o sorocabano era um hipócrita por defender com «disfarçadas atenuações» a nefanda instituição.

Ora, se o autor incriminado pecava, era justamente pelo excesso de franqueza e sinceridade. Talvez sua obra contivesse alguns defeitos, que êle desconhecia. Mas, o que quer que fôsse cheirando a hipocrisia, isto é que formalmente negava «nesta contrariedade ao libelo difamatório do *Gamela*», sem receio de desmentidos. No entanto, páginas adiante, o mesmo Timon dizia que «o receio manifestado acêrca das tendências do autor [o senhor Varnhagen] não podia ser senão passageiro e fugaz, quando com mais pausada atenção lendo-se todos os seus escritos se observa o como êle aceita «*francamente*» tantas instituições livres, o sincero horror com que encara as iniquidades do tráfico, etc.».

Aí estava a coerência do Timon! Para êle, Varnhagen *hipôcritamente* procurava atenuar a escravidão que defendia, e, ao mesmo tempo, lhe reconhecia sincero horror à escravidão.

Em que ficávamos, afinal?

(48) João Francisco Lisboa fez várias viagens, durante o tempo em que esteve no exercício de sua comissão de copiar documentos para a história do Brasil, tarefa em que foi muito ajudado por Varnhagen, que o não conhecia pessoalmente. No momento Timon estava em Lisboa.

«Havia no autor *sincero horror à escravidão*, ou pretendia *hipócritamente atenuar o horror dela?*» (49).

A mesma versatilidade de juízos é que fizera o crítico «de batoque» asseverar à pág. 370 (50) «que o autor *pretendia afastar dos índios tôda a sorte de interêsse e simpatia*, enquanto, por outro lado, confessava seu *sincero horror à escravidão*, acrescentando (pág. 383) que *da boa fé e retidão do autor não era possível duvidar, pois que êle nem sequer tinha interêsse algum pessoal próximo ou remoto em qualquer das resoluções que se pudessem dar na questão da escravidão*. Mais ainda : à pág. 384 reconhecia que tudo quanto dissera o autor criticado sôbre a escravidão era a *expressão franca e livre da verdade de suas idéias*; e à pág. 386 qualificava sua obra de *conscienciosa*!

Na realidade, «se o Timon do Maranhão abrisse em qualquer parte do orbe terráqueo, ou mesmo na lua, uma aula de lógica, dava ao correspondente segura sanção de que faria tanta fortuna como o outro Timon da Chalcedonia!...»

Concluindo o parágrafo : «Ou os defeitos são supostos, ou os louvores afetados; porque não pode ser sincero o elogio que degenera em declarado vitupério...»

Timon lisongeara-se de haver interpretado fielmente os sentimentos e idéias do autor da *História Geral*. No entanto lhe atribuía uma afirmação que não se encontrava em parte alguma do seu livro : a de os *primeiros colonizadores terem sido «constantemente» justiceiros, benévolos, e caritativos para com os indígenas*, e que, vice-versa, *êstes foram «sempre» os opressores e primeiros motores das guerras*. O autor jamais usara do *constantemente* e do *sempre* em relação à matéria discutida. O que exprimira era coisa muito diversa : «*Organizaram-se em bandeiras* [os moradores de São Paulo], e iam prear índios bravos mui longe, e fora da jurisdição dos padres. Fizeram bem? Afirmá-lo fôra tão pouco humano como defender qualquer escravidão».

Noutros pontos da *História Geral* se manifestavam os mesmos sentimentos generosos do autor: a págs. 133 e 175 do 1º tomo estigmatizava os que, *conculcando as leis divinas e humanas, pre-*

(49) Erasmo nesta passagem de sua réplica não agiu com absoluta boa fé, e recorreu ao recurso de sofismar as afirmações do antagonista para refutá-las facilmente. Os elogios de Timon à sinceridade de Varnhagen não foram feitos em contradição ao «conceito formado sôbre suas *tendências hipócritamente escravocratas*», e sim para mostrar como «logo se lhe desvanecera o receio de ser o sorocabano um apologista de sistemas retrógrados em geral». Não existia pois, nesse caso, a contradição increpada!

(50) Estas citações de páginas e as subseqüentes referem-se à primeira edição do *Jornal de Timon*, ns. 11 e 12.

O crítico não mostrara ter razão, nem originalidade, no que dissera, visando antes deprimir com sua erudição balôfa os créditos do autor, do que pròpriamente emendá-lo. Em compensação sabia às vèzes divertir o leitor com a sua doutrina.

Era de parecer, por exemplo, que *não devíamos privar o homem (no caso o selvagem) daquela independência e livre arbítrio que era necessidade imperiosa e invencível da sua natureza, e cuja perda nenhum outro bem neste mundo era cabal a compensar*. Desconfiado, porém, que houvesse ido longe demais, e caído um tanto no ridículo, procurara diminuir êsse maior efeito, tentando justificar a tirada com esta desculpa: «as ações do selvagem, até certo ponto inocentes na sua profunda ignorância (nisto não havia *atenuação hipócrita*) *nos parecem menos próprias para provocarem a cólera e a vingança, que a dor e a compaixão*».

E quando é que Varnhagen manifestara cólera, ou falara em vingança contra os índios bravos, ao preconizar seu processo para reduzi-los?

Timon, porém, continuava em suas catadupas de filosofia: *Sim, não adoremos a selvajaria e a barbárie; mas sobretudo não imolemos nem escravizemos o selvagem a título de civilizá-lo e favorecê-lo*. Em suma: Deixássemos os inocentes selvagens a trucidarem-se e mastigarem-se, engulirem-se e digerirem-se a seu gôsto, porque possuíam para isso a dirimente de sua profunda ignorância!! E quanto a nós civilizados, deixássemos-nos comer sem reagir, porque constituíamos a alimentação que êles, no *inalienável* gôzo de sua *independência e livre arbítrio, necessidade imperiosa e invencível de sua natureza*, preferiam consumir?!!

O *tribuno plebis nigricantis* não consentia que nos entendêssemos, nem por bem nem por mal, com os seus protegidos, e esquecia-se de que, procedendo dessa forma, poderia persuadir alguém de que estava fazendo «apologia do inocente canibalismo».

Eis a que extremos podia levar a mania de sustentar, sem critério, afirmações categóricas!

Não era essa, porém — diga-se com justiça — a intenção do crítico. A redução dos índios deveria fazer-se, em sua opinião, por meio da catequese, isto é, pelo ensino dos mistérios e da moral do Cristianismo. Como, porém, pôr em prática êsse processo, sem dúvida excelente em teoria, mas absolutamente impraticável com índios ferozes, que não permitiam aproximação pacífica? Não eram poucos os santos varões que tinham perecido vítimas da voracidade dêsses inocentes selvagens! (52) Nem a

(52) Os Xavantes, por exemplo, até bem pouco tempo, desafiaram qualquer catequese ou aproximação pacífica. Os Padres Fuchs e Saiellotti, salesianos, pagaram com a vida o excesso de confiança no Evangelho.

dureza de seus ossos, nem o mêdo (pois que os sacerdotes não o inspiram) conteriam êsses bárbaros, tanto mais que o crítico não admitia «que se tocasse, nem de leve, num cabelinho daqueles inocentes brutinhos».

Os motivos apresentáveis para justificar a publicação de uma crítica devem ser : ou a novidade da doutrina que se pretende opor à da obra criticada, ou provas mais evidentes em favor do seu parecer que as já conhecidas, ou, enfim, um método mais fácil que a solução preconizada pelo autor criticado.

Quanto à novidade da doutrina, nada se encontrava na nota de Timon: tudo velho como azeite e vinagre. Não obstante a velharia dos seus ideais, êsse problema social estava ainda longe de ter encontrado solução satisfatória. O mais estranhável, porém, de tudo, é que o Timon maranhense, querendo passar por *negrófilo*, saíra um refinadíssimo negreiro ! Queriam ver ? Era de sua autoria o seguinte período :

Dom funesto (a escravidão) que o passado nos legou, temo-lo grudado às carnes como a túnica do Centauro; e não há arrancá-lo de chofre sem produzir a morte, ou sem perturbar, pelo menos, de um modo profundo e incalculável a nossa sociedade na maior parte das suas relações e interesses. Isto não passava de uma tradução livre, ou plágio, do que dizia Lepelletier no seu livro citado, t. I, pág. 438; o rígido Catão abrandara-se, transigira com seus princípios, tornara-se condescendente com os interesses criados e profundamente arraigados, porque, se se arrancasse de chofre a escravidão, produziria a morte, ou, pelos menos, perturbaria de um modo profundo e incalculável a sociedade na maior parte das suas relações e interesses ! E era assim que Timon não defendia a escravidão, como indispensável, que era, na atualidade ? Não lançava mão, também, de hipócritas atenuações para disfarçá-la e torná-la insinuante ? Seria essa a maneira de votar contra o nefando instituto sem hesitação e sem escrúpulo ?

Passando ao segundo motivo apresentável para a crítica, isto é, a apresentação de provas mais evidentes, também não lhe parecia que Timon a tivesse por si. As provas que aduzira o Aristarco maranhense não eram mais evidentes, nem sequer, tão plausíveis como as exibidas pelo autor criticado. A matéria, de tão debatida que fôra, já estava esgotada. Nem ao menos a linguagem do crítico saíra boa. Abundava em galicismos, arcaísmos e idiotismos, que parecia, de tão esfarrapado e remendado, capa de pedintes, como dissera o clássico Rodrigues Lobo do idioma em que escreviam seus contemporâneos. E nessa linguagem duvidosa apenas vasava declamações banais, pretensamente espi-ri-

tuosas, palavras altissonantes, todo o gasto arsenal, enfim, de uma retórica de aldeia.

Quanto ao terceiro motivo justificador da crítica, um método mais fácil para substituir vantajosamente o proposto pelo historiador, qual fôra o aconselhado por Timon? Nenhum, ou antes, apresentara a sempre lembrada catequese, cuja ineficácia estava demonstrada; ou então atinha-se ao «método negreiro e negativo», consistente em deixar que os índios selvagens se encarregassem de exterminar-se entre si com as guerras contínuas e a antropofagia a que eram avesados. No entanto estava na obrigação de sugerir um melhor alvitre, pois, tendo empunhado a virga censória, cumpria-lhe mostrar que estudara a matéria mais profundamente que o autor criticado, e dêsse estudo retirara um processo mais prático e eficaz que o preconizado pelo autor da *História Geral*.

«O Brasil vira nascer Varnhagen. Não poderia, pois, deixar de produzir também um Timon maranhense, por aquela regra :

«Terra salutares herbas, eademque nocentes

Nutrit : et urticae proxima rosa est.»

O merecimento do primeiro cresceu e frutificou; conseguiu o aplauso e a estima dos doutos. Daí a inveja do censor. Ora a inveja, segundo o Marquês de Valença, nasce do baixo conceito que cada um faz de si, e não do grande que forma dos outros; pois que ninguém inveja o que tem e sim o que não tem... Fôra o sexto pecado mortal que impelira o crítico a dizer que o autor queria, com a proclamação de suas doutrinas sôbre a escravidão, *armar ao favor e à popularidade !!!* (53).

Como haveria de *armar ao favor e à popularidade* justamente quem defendia idéias contrárias à da liberdade irrestrita dos índios (advogada pelo crítico) a qual era a que no momento gozava de maior voga e aceitação, era a mais simpática e popular no mundo, coisa tão notória e sabida que ninguém a poderia

(53) Timon não escreveu isto de Varnhagen. Muito pelo contrário. O que disse foi o seguinte : Dêste culto [o da Verdade] não o devem apartar [ao historiador] interesses e considerações de natureza alguma, *nem mesmo o receio, aliás tão natural, de ceder na aparência à voga, como cedem, com efeito, os escritores fracos e sem consciência, que armam sobretudo ao favor e à popularidade*». Como se vê, o que êle increpava ao sorocabano era de, *pelo receio de ser confundido com êsses escritores fracos e sem consciência, que cedem à voga, para armar ao favor e à popularidade, pôr-se a defender uma tese que não deixava de ser injusta e inverídica, só pelo fato de ser contrária a essa voga*. Censurava que a ânsia de deixar bem evidente que não cortejava a popularidade, o levasse a tomar um partido contrário à verdade.

ignorar?! Eis como o censor, além de contradizer-se a cada passo, se atrevia a chamar aos outros de *hipócritas*!!

Segundo a maneira de raciocinar de Timon o que lisonjeava a moda, defendendo as idéias mais populares, não era hipócrita! O que merecia êsse título era aquêl que arrostava de frente com a corrente do pensamento contemporâneo?! Que lógica!

* * *

Assim como Varnhagen encontrara em Pereira de Moraes um defensor espontâneo, João Francisco Lisboa ganhou um aliado em Domingos José Gonçalves de Magalhães. Aliado não é bem o têrmo adequado, pois que o escritor fluminense não faz, siquer, alusão às críticas de Timon para reforçá-las. Agia por conta própria no mesmo sentido que o maranhense, mas houve-se com tanta lealdade e cortesia na disputa, que Varnhagen não se offendeu com os seus reparos, nem jamais, ao que consta, lhe guardou animosidade. Tomando attitude contra as idéias do historiador sociólogo não atacou, todavia, o mesmo setor que João Francisco Lisboa, cujo objetivo fôra, como vimos, fazer a defesa intransigente da liberdade em geral, incluindo nela a dos índios, sem, entretanto, negar-lhes a barbárie e a manifesta inferioridade social congênitas, e o papel secundário na constituição e representação da nacionalidade brasileira. Magalhães procurou, principalmente, navegando na esteira de Gonçalves Dias, reabilitar o selvagem, como criatura moral e social, da condenação que contra êle lavrara o imortal sorocabano. A memória escrita pelo autor da *Confederação dos Tamoios* intitulou-se *Os indígenas do Brasil perante a História*, e saiu impressa no tomo XXIII (1860) da *Revista do Instituto Histórico*, págs. 3-66. Magalhães, estribando-se em antigos depoimentos, raciocínios e conjeturas suas, procurou rebater vários assêrtos do autor da *História Geral*. São estas as alegações de Varnhagen de que divergia :

1º — Negar aos índios alguma noção de Deus, e do senso de justiça e ordem sociais; 2º — exprobrar-lhes o tomarem coletivamente partido contra o estrangeiro que supusessem ofensor de algum membro da tribo; 3º — qualificá-los de ingratos, perversos, e traiçoeiros; 4º — preconizar o emprêgo da fôrça como único meio eficiente para civilizá-los; 5º — afirmar que, «depois do zêlo religioso, a ambição e a cobiça eram os outros dois sentimentos que levavam a humanidade a empreender grandes obras»; 6º — finalmente, attribuir à índole vagabunda dos selvagens. e não a necessidades de hygiene, empiricamente sentidas e solucionadas, suas constantes mudanças de domicílio.

O autor desenvolve considerações, às vêzes bastante interessantes, mas onde peca, não raro, pela ingenuidade romântica. Como, porém, Magalhães se manteve, por assim dizer, à margem da polêmica que estamos relatando, e Varnhagen não o abrangeu na réplica a João Francisco Lisboa, não entraremos em pormenores que viriam estender ainda mais, sem vantagem, esta exposição forçosamente longa.

* * *

Muito embora a crítica desleal de Timon o houvesse ferido, principalmente na parte em que lhe fazia insinuatamente a acusação de plagiário e de hipócrita, e lhe desvirtuava as afirmações para combatê-las com vantagem, o historiador, assoberbado no momento com viagens e trabalhos diversos, achou dever contentar-se com a sua defesa feita por Erasmo, que, nos pontos principais, pelo menos, empregava os argumentos de que pretendia servir-se, e por isso nada publicou por sua conta. Como o escritor português fôra no revide um pouco além do que convinha, usando de expressões pouco cortesias e depreciativas dos maranhenses em geral (essas alusões suprimimo-las ao parafrazearmos a sua argumentação) não quis Varnhagen que o folheto tivesse maior circulação, e por isso do Rio de Janeiro ou Petrópolis, onde se encontrava ao regressar do Paraguai, ofereceu-se para indenizar o amigo pelos gastos feitos, solicitando-lhe, ao mesmo tempo, que sustivesse a venda e recolhesse a edição da *Diatribé*. Isto se fez, muito embora Erasmo não aceitasse o reembolso das despesas (54). Mais de um exemplar, todavia, fôra entregue ao próprio João Francisco Lisboa, já na capital portuguesa, de regresso da última viagem ao Maranhão, que dessa forma tomou conhecimento do pronto revide à sua nota C do *Jornal de Timon* (55).

No *Ofício-Protesto* contra Antônio Henriques Leal, confessa Varnhagen haver escrito algumas páginas de polêmica algo apaixonadas, em 1859 (56), para que precedessem a publicação, que pretendia fazer, das cartas a êle dirigidas por João Francisco Lisboa. Imprimiu-as, posteriormente, no Peru (1862), mas não as divulgou por precisamente lhe haver constado, a princípio de forma vaga, que o seu contendor falecera em Lisboa, e «assentasse respeitar, com o silêncio, o luto que as letras haviam sofrido com a sua perda». Tencionava incluir mais tarde o folheto num volume

(54) Cf. *Ofício-Protesto*, págs. 6-7.

(55) *Idem*, pág. 14.

(56) *Idem*, *ibidem*.

que anexaria à segunda edição da *História Geral*, volume êsse reservado para respostas às objeções feitas por leitores e críticos.

Estava nessa intenção, e já se haviam até perdido algumas folhas do impresso, quando lhe chegou a notícia do assalto, na manhã de 10 de outubro de 1866, por índios bravos, à comissão brasileiro-peruana exploradora do Javari (57), acontecimento que veio novamente dar oportunidade ao problema dos índios bravos, que fôra a causa inicial da polêmica. Resolvera por êste motivo, dar à publicidade, em 1867, no Peru, onde pela segunda vez se achava, desta vez acreditado como ministro residente do Império junto àquela república, o folheto (cujo conteúdo adiante analisaremos) contendo as cartas de João Francisco Lisboa e a documentada defesa de suas idéias. O título do opúsculo já foi transcrito, por extenso, em nota da primeira parte dêste trabalho (3º capítulo). É o que tantas vêzes neste trabalho citamos abreviadamente como «Os Índios Bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º» ou «Os Índios Bravos» simplesmente.

* * *

Logo na *Introdução* o historiador faz um breve relato das vicissitudes por que passara o trabalho antes de ser entregue ao público; e, constante em suas idéias, rejubia-se «pelo boa ocasião que se ia oferecer a civilizar o nosso país, recompensando aos heróis da guerra do Paraguai, tanto livres como libertos, com os braços dos índios bravos que sujeitassem, e com as terras dêles que *conquistassem*!» E refere-se, a propósito, ao parecer favorável à escravidão, como meio para resgatar povos da barbárie, recentemente emitido pelo Capitão inglês Bedford Pim; e também a um tópico da mensagem do Presidente Johnson dos Estados Unidos, de 3 de dezembro do ano anterior, em que noticiava a *submissão sem condições* à sua autoridade, de índios que faziam *oposição armada* ao Governo, o que não se poderia ter dado a não ser obrigando-os pela força.

No *Preâmbulo* reafirma suas convicções, cada vez mais fortes, a êsse respeito; como não tivera a felicidade de ser compreendido, trataria de novamente expor essas idéias na segunda parte da resposta ao censor, tratando na primeira unicamente de rebater-lhe as acusações, e dá-lo melhor a conhecer ao público, por intermédio de suas cartas inéditas.

(57) A delegação brasileira era chefiada por José da Costa Azevedo, depois Barão de Ladário, e a peruana pelo grande geógrafo Paz-Soldán, na ocasião ferido por uma frecha ervada. Na mesma canoa ou *montaria* que o vitimado se encontrava o Tenente de Engenheiros brasileiro José Antônio Rodrigues, tio-avô por afinidade do autor dêste trabalho, que foi quem lhe prestou os primeiros socorros, segundo sabe por tradição de família.

Começa a primeira parte por mostrar como as idéias que professava e de que João Francisco Lisboa se tinha arrogado a prioridade de publicação no *Jornal de Timon*, em julho de 1854, quando já eram por ele partilhadas desde 1840 (ocasião em que passara pelo susto ao qual mais de uma vez já nos referimos), e tinham sido defendidas publicamente pela imprensa desde 1849, só agora despertavam a ira do publicista maranhense, o qual, não contente de voltar atrás nas convicções para agredi-lo, procurava fazer crer ao leitor, pelo cotejo das datas de publicação do *Jornal de Timon* e da *divulgação* do tomo I da *História Geral* (começos de 1856), que o historiador se deixara influenciar por suas idéias, sem confessá-lo, todavia. Por força queria que se contasse, para êle Varnhagen, a data dessas idéias desde que, por ocasião da saída da *História Geral*, elas tinham sido mais uma vez reeditadas. Não fôra essa a única passagem em que o acusara de plagiário. Na pág. 367 (1ª ed. do *Jornal de Timon*) também dissera de outras proposições suas, que «eram a expressão meditada, etc. dos princípios de um historiador-publicista que, *sem dúvida*», se deixara fascinar pela suposta autoridade «daquele» de quem os recebera.

Uma vez que o censor queria fazê-lo passar como mais propenso a adotar alheias idéias que a tê-las próprias, passaria, em represália, a usar do mesmo direito. O terreno, por certo, «se apresentaria sob os pés do censor muito mais resvaladiço que sob os seus».

Deixando para a segunda parte provas mais evidentes de como a prioridade de certas idéias não pertencia ao *Jornal de Timon* de 1854, cumpria-lhe dizer que não fôra essa a única vez em que João Francisco Lisboa, pelo fato de se haver dedicado a estudos históricos depois dêle Varnhagen, viera a seguir idéias já anteriormente por êle exteriorizadas, supondo-as originariamente suas, na sincera crença — fazia-lhe esta justiça — de que era o primeiro a publicá-las. O próprio censor da *História Geral* confessara, em carta de 7 de abril de 1857, que defendera em 1854, a respeito da colonização dos franceses, certas idéias que posteriormente vira consignadas na memória de sua autoria *Primeiras negociações diplomáticas relativas ao Brasil* publicada em 1843 no Rio de Janeiro, na coleção das do Instituto Histórico (58). Ora, se o censor chegara por si próprio a conclusões por outro alcançadas anteriormente, sem ter conhecimento do seu trabalho, porque cometer contra êle, Varnhagen, a injustiça

(58) Foram, muitos anos mais tarde, reproduzidas no corpo da *Revista* do mesmo Instituto, t. LXV (1902-03), págs. 337-526. O trabalho de Varnhagen, nessa reedição, ocupa as págs. 425-453. Na original (Laemmert, 1839 e seguintes), págs. 119-154.

de supô-lo influenciado pelas suas idéias, a plagiá-lo enfim, ainda que o autor do *Jornal de Timon* tivesse a primasia delas no tempo, o que não era verdadeiro, como demonstraria? Não seria mais natural supor que o autor da *História Geral* também houvesse chegado, em 1854 ou 55, pelos próprios raciocínios, a idéias esposadas pelo censor em 1854?

O crítico, não contente com dizer que o 1º volume da *História Geral* fôra publicado em 1855, acrescentava, para mais reforçar a insinuação de plágio, que só fôra distribuído no Rio de Janeiro em 1856. Esse fato era verdadeiro, em virtude de contratempos ocasionados pela guerra da Criméia. Timon, porém, não tinha o direito de alegá-lo, uma vez que conseguira em 1855, na capital do Império, ler um dos dois exemplares remetidos diretamente pelo correio. Em sua carta de 30 de novembro de 1856 o acusador se gabava de haver sido a terceira pessoa que, no Brasil, lera a *História Geral*.

Bastava, porém, lançar-se os olhos sôbre o *Jornal de Timon* para se verificar que entre os títulos de recomendação dos escritos do ilustre maranhense João Francisco Lisboa, não estava seguramente o da originalidade.

Principiaria pelo pseudônimo do autor, que «não passava de um triste plágio feito a uma idéia do ilustre contemporâneo Cormenin». Não fôra um plágio apenas, e sim, um verdadeiro ataque à propriedade literária, pois Cormenin já ilustrara e recomendara esse pseudônimo por suas locuções. Era caso perfeitamente idêntico ao de quem pretendesse fundar um jornal escolhendo para êle o nome de um já existente, com larga circulação.

Quanto às doutrinas e estudos sôbre história pátria dos primeiros volumes do *Jornal de Timon*, também não se carecia de mui profundas investigações e canseiras para julgá-las. Os estudos para elaborá-los eram feitos em uma semana para escrever na outra, sendo por isso «natural que quanto escrevera se ressentisse dessa precipitação», segundo as próprias palavras do autor em sua carta de 18 de outubro de 1856.

A respeito das três cartas citadas e das demais, publicadas em ordem cronológica na nota Y para «por si sós servirem de corpo de delito ao acusador» e justificarem a inocência dêle Varnhagen quanto a outras arguições do crítico, passa o historiador a fazer as seguintes considerações :

A correspondência tinha mais o caráter de literária, patriótica e oficial, que de pessoal e íntima. Não conhecia João Francisco Lisboa ao tempo em que começara a trocar cartas com êle,

a ser resolvida mediante regulamentos. Igualmente não desejava reviver as contradições legislativas anteriores a Pombal, mas isso não queria dizer que estivesse convencido de que as leis referendadas por aquêlê ministro houvessem cortado as dificuldades. O crítico poderia despejar contra a escravidão todo o gasto e enferrujado arsenal dos seus argumentos, que nem por isso venceria das vantagens da liberdade sem restrições em se tratando de povos bárbaros. Mesmo na culta Europa os milaneses sob o despotismo austríaco gozavam de mais tranqüilidade e vantagens sociais do que tinham jamais usufruído sob qualquer outro regime. Por outro lado os polacos, com sua monarquia eletiva, e suas instituições libérrimas, devoravam-se mutuamente em lutas intestinas permanentes. Não estava, todavia, em discussão o valor da liberdade para povos civilizados; tratava-se, isto sim, de saber o que mais convinha aos índios bárbaros do Brasil. Não sendo o fim do crítico fazer a apologia do estado selvagem, e achando que se devia procurar melhorias para o destino dos índios, tinha nesse caso, então, de abrir mão de suas esperanças quanto à eficiência da catequese. Só podia pensar assim quem não conhecesse as forças intelectuais dos bárbaros, seu caráter e temperamento, e nada houvesse aprendido das lições da experiência. O censor pedira ao autor que se retratasse, insinuando até que isso não lhe ficava mal. Era um desafio formal, e não seria lícito recusá-lo. Se fôsse competente para emitir voto, diria que o crítico estava fugindo à questão debatida e desfigurando as idéias mais claras e nobres sôbre o aproveitamento dos silvícolas... E com que pedantismo e balofa jactância se havia na argumentação empregada?!

* * *

As cartas do Sr. João Francisco Lisboa serviriam também para melhor descobrir as tendências de ânimo e o espírito oposicionista do censor. Tinham razão alguns dos seus comprovincianos ao explicarem sua misantropia e seu ódio contra tudo o que o rodeava pelos seus sofrimentos físicos, que êle próprio revelava em sua carta de 6 de maio de 1857. Demonstrariam igualmente que o chamava *seu mestre* sabendo-o contrário a certas idéias de Gonçalves Dias, que já combatera no Maranhão. Revelariam como procurava diminuir o seu conterrâneo quanto à maneira por que desempenhara a comissão, bem remunerada pelo Govêrno, em que o sucedera. Logo no ano seguinte, entretanto, reconciliava-se com Gonçalves Dias, fazia abjuração das antigas idéias e chegava «em sua filáucia, na nota-panfleto, a exigir que êle se retratasse também!»

Outras contradições mais do crítico : Nos primeiros números do *Jornal de Timon* publicados no Maranhão, tudo o que lá havia

era mau e corrupto; nos subseqüentes elogiavam-se os colonizadores e se atacava o Sr. Gonçalves Dias, que os acusava; nos últimos (ns. 11 e 12), já publicados em Portugal, na pátria dos colonizadores... para fazer a apreciação de um fato sucedido em 1684, trazia à colação uma resenha escandalosa da administração colonial, incluindo fatos dela passados até a época da Independência, e isto porque os 138 anos excedentes ofereciam mais farta colheita de escândalos e de vícios! E poderíamos considerar isto procedimento caridoso e humanitário?

* * *

E fôra para escrever essa *resenha escandalosa*, certamente de *mais generalidade* que a sua *História Geral*, que o censor quisesse diminuir, em favor do que tinha na conta de monografia do Maranhão, o prestígio das Histórias Gerais, citando uma passagem de G. Planche em favor das monografias? e seria para compor essa obra (61) *que o tomara como guia e mestre*, e o consagrava a êle, autor da *História Geral*, com tantas anotações marginaes?

Nenhum país havia, no mundo, cujos arquivos fôsem incapazes de oferecer, para quem tivesse êsse mau gôsto de só procurar pedras de escândalo e o lado desfavorável dos acontecimentos, matéria muito mais ampla e recheiada de crimes e abusos para recreiar a malignidade de seus cronistas. Nem todos os homens, felizmente, eram dotados dos mesmos gostos. Que Deus

(61) Varnhagen põe na pena de Lisboa a expressão de que era *para escrever alguma coisa que lhe desse nome* que o tomara a êle Varnhagen *por mestre e guia*. Não encontramos esta expressão na carta de 23 de maio de 1856 como o historiador diz, nem em outra qualquer. João Francisco Lisboa, porém, era bastante cabotino. Prova disso é trazida pelo seu próprio contemporâneo e panegirista impenitente, Antônio Henriques Leal, no estudo com que precedeu a edição das *Obras* do publicista. Diz que entre os papéis do amigo falecido havia um pacote envolvido num papel com os seguintes dizeres: *Êstes papéis devem ser queimados sem serem lidos*, e que bastante trabalho teve em demover a viúva do empenho em que estava, de cumprir ao pé da letra o desejo do defunto. Ora, os tais manuscritos eram nada menos que os originaes da *Vida do Pe. Antônio Vieira*, a melhor de suas obras!

É evidente que J. F. Lisboa não desejava a destruição de seu trabalho, pois nesse caso tê-lo-ia feito em vida; não deixaria êsse encargo à viúva. O empenho que teve foi, justamente, o de chamar a atenção para êle que, sem essa advertência escrita no envólucro, talvez passasse despercebido e fôsse destruído pela indiferença. É incrível a ingenuidade de A. H. Leal, supondo sincero o desejo de destruição do manuscrito manifestado pelo autor, e attribuindo-o ao fato do estudioso haver descoberto um Vieira assás diferente do apostólico varão exaltado por André de Barros e outros!

Timon procedera simplesmente como a rã da fábula, que pedia ao grou que a levava no bico pelos ares, que a *deixasse cair no fogo e não na água*.

livrasse o Império do Brasil de ter sua história dos últimos quarenta anos escrita por um homem da estôpa do Sr. Lisboa! E para dar uma amostra do que seria, transcreve um trecho do *Jornal de Timon*, em que o misantropo maranhense fazia o mordaz paralelo entre os antigos capitães-generais e os modernos presidentes de província, para concluir pela *notável e pasmosa semelhança* entre estas duas categorias de funcionários.

* * *

O sorocabano procura em seguida dar a conhecer o critério que presidira à fatura da *História Geral*. «Sua escola era alheia a essa demasiado viva, comovedora e sentimental, que chegava a debilitar até certo ponto a verdade». Sempre tomara por norma a Verdade e a Justiça, sem jamais inquirir, para o louvor ou a condenação, se tinha que se haver com brasileiros ou estrangeiros, conquistadores ou conquistados, brancos, prêtos, mulatos ou índios (62). E cita como documentação várias passagens do seu livro em que condenava a obra de Rocha Pita, como superficial e errônea; acusava o governador Vicente da Silva da Fonseca pela rendição da Colônia do Sacramento; rejubilava-se pelo mau êxito providencial da revolução pernambucana de 1817, que permitira que se conservasse a unidade do país; e as narrações do motim de Beckmann, da guerra dos Mascates, da Revolução Mineira, dos acontecimentos posteriores à retirada de D. João VI, e finalmente, as censuras à proibição do fabrico de vinhos no Brasil, e à abolição das fábricas, para mostrar, em tôdas essas passagens, as tendências patrióticas e a isenção de ânimo no julgá-las, que o moviam. Constituíam também prova de sua imparcialidade as considerações sobre algumas providências legislativas coloniais incluídas às págs. 63 e 94 do 2º volume da referida obra.

Como se explicava que, depois destas e outras provas constantes do texto, o censor não duvidasse «acusá-lo *descaradamente* de *parcial*», e pretendesse *fazer-se de mestre* e lecioná-lo como uma transcrição tomada a Thiers, que, para conceito tão óbvio, não deveria ser incomodado? (63).

Não fôra êle quem escrevera: «Pare de ler esta obra [a *História Geral*] quem não aprecia como primeiro dote do histo-

(62) Esta declaração, implicitamente contida na resposta ~~de~~ J. F. Lisboa, está categoricamente exposta e documentada no *Prefácio à História Geral*. /a

(63) A citação fôra a que acima transcrevemos: «O historiador há de ser sempre verídico e imparcial, etc... tal é o voto de Thiers». Varnhagen anotou o truismo: «O mel é doce, segundo Plínio, dizia um estudante de Coimbra... que era um tanto besta...»

riador a fria *imparcialidade no exame da verdade*. . . Só ela pode oferecer *harmonia eterna* entre os fatos, ao passo que a falsidade, mais dia, menos dia, é *punida pela contradição* (64), que o tempo não tarda a manifestar?»

Por êsse culto à Verdade é que se entregava a retificações sucessivas de seus assertos, sempre que o achado de novos documentos, ou o estudo mais aprofundado do conteúdo dêles o convenciavam de que se enganara em suas conclusões anteriores.

Timon também acusara a *História Geral* de «tendência a fugir às discussões», citando a propósito a sua passagem : «Em assuntos melindrosos e perigosos, como êste, mais vale discorrer menos».

O censor falsificara o sentido dessa frase para aplicá-la aos índios, quando ela fôra empregada para a *abolição da escravidão*, ponto em que não fazia mais do que imitar, no discreto procedimento, a atitude da Assembléia Geral, que à matéria destinara em 1850 três sessões *secretas*. Para melhor enganar aos leitores Timon tivera o cuidado de cortar, no extrato da pág. 344, a frase que na *História Geral* se encontrava antes da transcrita : «...sentimentos da mais *generosa filantropia*, que, aliás, desde séculos, prega e proclama louvavelmente a Igreja». A esta frase é que se referia a seguinte : «É assunto melindroso sôbre que mais vale discorrer menos». Essa supressão certamente intencional, não produzia completa alteração da verdade?

Quanto às tendências do autor da *História Geral* de evitar tôda a discussão estava redondamente enganado o jornalista Timon! Pelo contrário : tinha-a êle próprio provocado acêrca da questão dos índios, além de outras muitas, no *Memorial Orgânico*. É verdade que certa vez escrevera ao crítico «que não pensava em distrair-se de seus estudos, e perder o tempo, dando disfrute ao público como o Sr. saindo à rua a *jogar às pedradas com os críticos* e que, provavelmente só responderia às opiniões divergentes na segunda edição, que pensava publicar dentro de pouco tempo. Dessa confiança tirara Timon o partido de aproveitá-la para retardar o mais possível essa publicação. Deixava Varnhagen ao leitor o decidir se neste adiamento provocado havia muita generosidade por parte do agressor.

* * *

Não fôra êsse o único pensamento seu adulterado pelo crítico. Dissera Timon à pág. 410 do seu trabalho, que êle qualificara a Berredo *sobretudo* de caridoso. Consultasse o leitor a

(64) V'. gr., a que se nota entre as cartas do Sr. J. F. Lisboa e a censura de Timon (Nota de Varnhagen).

História Geral, t. II, pág. 185. Lá encontraria : *geralmente caridoso*.

* * *

Habituação a adulterar seus textos para fazer o público crer o que desejasse, tivera o censor a audácia de asseverar (à pág. 348) haver o autor da *História Geral* sustentado :

«Que os colonizadores, nas suas primitivas relações com os indígenas, tinham sido *constantemente* justiceiros, benévolos, e até caritativos».

«Que os indígenas, selvagens, aleivosos e brutais, tinham sido *sempre* os opressores e primeiros motores das guerras».

Desafiava a Timon e a todos os seus partidários a que apon-tassem a página da *História Geral* de que constassem os dois mencionados advérbios «sempre» e «constantemente», ou outra qualquer expressão aplicada a êsse caso, da qual se pudesse concluir sentido equivalente !

Que se abrisse o tomo I, à pág. 175, e se encontraria prova do contrário neste período :

«Houve sim, *como adiante veremos*, quem *sem caridade* pretendesse conculcar as leis divinas e humanas, e introduzir, com *piratarías e crueldades*, a anarquia e a dissolução nas primeiras povoações que o cristianismo fundava no Brasil. Mas *tais monstros da sociedade* (notasse bem o Sr. Timon) eram a exceção, e muitos dêles tiveram o merecido castigo».

O agressor, que dava grande importância à questão de justiça e direito em relação às lutas com os índios, à investigação sobre si a prioridade no rompimento das hostilidades pertencia aos conquistadores ou aos silvícolas, cria, *enganado nas sua vaidade*, como com muita razão dissera de si próprio (pág. 357) haver demonstrado que «as opressões partiram da raça invasora».

Entretanto, estudo mais atento dos primórdios de nossa história convince-lo-iam do contrário.

A expedição de Cabral, que entreteve tão cordiais relações com os tupiniquins de Pôrto Seguro, seguira-se a de três velas exploradora da costa, em que veio Vespucci. Pois bem. Êste navegante, não português, e, portanto, insuspeito, além de caridoso, contou que, aportando os três navios às costas do Rio Grande do Norte, e mostrando-se aí os índios esquivos, dois expedicionários se ofereceram para ir tratar com os mesmos. Tanta confiança, na opinião de Varnhagen [e nossa também] fazia crer que deveriam ser dos tripulantes do navio de Gaspar de Lemos, que

regressara a Portugal com a nova do descobrimento. O capitão anuiu ao pedido, com a condição de voltarem dentro de cinco dias. Passaram-se sete, e nada dos marujos voltarem. Apenas uma vez ou outra se viam na costa alguns índios a espiar com ar sinistro. No dia 27 de agosto de 1501 o capitão ordenou a outros que desembarcassem. Os índios mandaram as mulheres para junto dos que haviam saltado em terra. Mas apenas um dêles se aventurou a aproximar-se delas, tôdas logo o rodearam, e uma lhe escachou a cabeça com um pau (provavelmente a *tanga-pêma*) e o estendeu morto, levando-o consigo para o monte vizinho; ao passo que os índios acometiam os demais na praia com frechadas, obrigando-os a reembarcar, o que fizeram graças à proteção de quatro tiros de peça que afugentaram os agressores. E que êstes eram Pitiguares ferozes, e não mansos Tupiniquins. A guarnição clamava por vingança dêsses atos bárbaros; o capitão preferiu, porém, levantar ferro e prosseguir na viagem de exploração de que fôra incumbido.

Por êste relato ficava *històricamente* provado que a primeira agressão partira dos habitantes do país e não dos portugueses. Mesmo, porém, que êsse episódio não fôsse conhecido, as próprias circunstâncias da guerra, que entre si mantinham as tribos, provariam a impossibilidade dos europeus escaparem de ser envolvidos nelas. Bastava, por exemplo, que um náufrago branco se aliasse aos naturais do ponto em que se salvara, para ter como adversários os inimigos dos seus companheiros índios. Foi o que sucedeu a João Ramalho, que, em virtude da amizade de Tibiriçá, teve que aquentar com a hostilidade dos Tamoios; e ao Caramuru, na Baía, cuja simples união com a família de Paraguaçu lhe valeu guerra com os Tupinaês, Tupiniquins, Caetés, e demais inimigos dos Tupinambás da Bahia.

Timon arrolara entre os documentos que considerava comprobativos da escravidão dos índios pelos portugueses, o livro da *Nau Bretôa*, que levava mais de trinta cativos para a Europa, contra as instruções recebidas, que lhe proibiam escravizar os naturais. Quem autorizara o crítico a afirmar que a gente da nau *Bretôa* tomara êsses índios usando da força ou da astúcia, citando erradamente as págs. 26-34 da *História Geral*, quando o fato fôra relatado à pág. 23? O que êle, Varnhagen concluíra, é que «em vista das recomendações terminantes de que fizera menção, *deveríamos crer que seriam legitimamente resgatados* de algum outro cativo, etc. . . .»

Onde é que se encontrava a parcialidade? Do seu lado ou do do censor, que chegara a atribuir-lhe «com o maior descaso e falsidade» «ter escrito que os colonizadores haviam sido *constan-*

temente justiceiros, benévolos e caritativos», falsidade já demonstrada?

As referências a assaltos a mão armada ao gentio, no regimento dado a Tomé de Sousa, só provava que ao tempo também havia abusos a que as autoridades, a começar pelo rei, queriam pôr fim. Abusos cometem-se ainda nos nossos dias, e nem por isso nos assiste o direito de condenar, como bandida, a geração atual.

Êsses assaltos, aliás, eram já hábito antigo do gentio, que, com a vinda dos portugueses, apenas lucravam poder fazer nos caravelões europeus, em companhia dos colonizadores, aquilo que antigamente faziam em suas canoas e jangadas de periperís, como depunha Gabriel Soares.

* * *

Pelo estudo da história pátria cada vez mais se radicavam as idéias que desde 1840 nutria a respeito dos índios, pela simples observação do que se passava no país. O presente não era mais do que a repetição do passado. Não seria hipocrisia ocultar tais convicções? O próprio censor reconhecia o seu *nenhum interesse pessoal na questão*. Pois nesse caso, se era evidente êsse desinteresse, e as idéias por êle professadas manifestamente impopulares no país (tanto que bastariam para fazê-lo perder qualquer eleição para deputado a que se apresentasse como candidato) por que não conceder-lhe firmes convicções a impulsioná-lo?

Não só não tinha nada a ganhar pessoalmente com a redução à clientela dos índios, como ainda constantemente se manifestara interessado pelos estudos a êles referentes. Seus escritos encerravam a prova disso, assim como a criação, no Instituto, da seção Etnográfica, devida a seu esforços. Não desprezava em absoluto aos índios; considerava-os em estado semelhante ao da raça branca quando bárbara e selvagem. Eis o que a seu respeito consignara no tomo I da *História Geral* (pág. 106): «Assim são os Tupis os Jasões da nossa mitologia, são os Fenícios... os Normandos...», acrescentando adiante (pág. 108): «A infância da humanidade, na ordem moral, como a do indivíduo, na ordem física, é sempre acompanhada de pequenez e de misérias. E sirva esta prevenção para qualquer leitor estrangeiro, ~~por que~~ *que* se ou pela infância de sua nação, pense de ensoberbecer-se, ao ler as poucas lisongeiras páginas, etc.».

«Não havia de minha parte», continua Varnhagen, «a menor idéia de agressão ou desconsideração com as gerações índias. Creio que não eram melhores os europeus (começando pelos germanos de que procedo) nem os asiáticos, quando eram bárbaros e selvagens. O que há, sim, de minha parte, é um fervoroso

(excessivo se quizerem) desejo e ardor de ver fora do cativeiro da selvajaria tantos de nossos irmãos... E quem sabe quantos se estarão perdendo que poderiam, como vimos com o ilustre comendador D. Antônio Filipe Camarão, vir a ser úteis a si e a dar glórias à pátria?»

«Se o homem bárbaro e selvagem pensasse como o civilizado, êle deixaria logo de ser bárbaro, e não seria... mais... selvagem», fôra o claro conceito do Bispo Azeredo Coutinho. Timon aquilatará-o mal, tratando-o de publicista em disponibilidade, sempre pronto a escrever o que conviesse ao govêrno, a cujo sôlido estava... O bispo escrevera usando de tanta franqueza, durante a invasão francesa, que a Mesa da Consciência o intrigara com a Côrte, de cujas graças chegara a andar decaído.

A acusação de que aquêlê prelado economista houvesse aconselhado e justificado a extinção de nossas fábricas «e que depois mudara de linguagem, bem que com visível embaraço», era para êle Varnhagen, inteiramente nova e carecia de ser provada. Na *História Geral*, aliás, o autor se manifestara contra essa providência do govêrno de D. Maria I (vol. II, págs. 267 e 268).

Realmente, o bispo sustentara a necessidade da escravidão dos africanos para a sua pátria. Muito mais têm dito publicistas europeus e norte-americanos: «que a raça negra nasceu *para ser escrava*».

Porventura não sustentava Timon o mesmo que o bispo? Não escrevera que o país não se poderia libertar da escravatura «sem perturbar, pelo menos, de modo profundo e incalculável, a *nossa sociedade, na maior parte das suas relações e interêsses?*» Como, então, se queria apresentar como defensor intransigente de certos princípios, e condenar tanto o sóbrio e virtuoso bispo seu compatriota?

Quando lhe convinha, para sua argumentação, Timon sabia transigir não só com a escravidão negra como com a dos índios. À pág. 122 do seu livro, procurando justificar o motim de Beckmann, originado das providências de 1 de abril de 1680, que retiravam dos colonos do Maranhão os índios de que estavam de posse, — dissera: «Viram-se os moradores imediatamente esbulhados da posse, *justa ou injusta*, mas antiga, etc.».

Como admitia a alternativa de *justa* ou *injusta*? (65) Onde estava o catonismo do crítico ao afirmar peremptoriamente que

(65) Neste ponto, a nosso ver, Varnhagen não tinha razão em acusá-lo de dubiedade de convicções. A distinção entre *cativeiros justos e injustos* não era do publicista maranhense, que podia tê-los a todos na conta de injustos. Referia-se à distinção oficial da legislação da época, segundo a qual admitia-se em certas condições, como justo, o cativeiro dos índios. Entravam

devíamos «votar contra a escravidão sem hesitação e sem escrúpulo, ou se apresentasse descarada e sem rebuço, ou insinuante e *disfarçada em hipócritas atenuações*»!!!

A par disso, que se encontrava na *História Geral*?

«Organizaram-se em bandeiras [os Paulistas], e começaram a ir prear índios bravos mais longe, e fora da jurisdição dos padres. Fizeram bem? Afirmá-lo *fôra tão pouco humano* como defender menos nobremente qualquer outra *escravidão*».

Qual dos dois é que achava justa a escravidão? E com que justiça jungira o censor sob a mesma canga, no título da nota C, a *Escravidão e a História Geral do Brasil*, nota que era uma censura a esta obra?

O censor não queria que se tocasse nos índios bravos, mesmo nos que se encontrassem com as armas na mão, não admitia que se os reduzisse ao que chamava *escravidão*, embora esta não passasse de uma servidão temporária e mitigada; achava «que não era do seu *ofício e jurisdição*» tratar de alvitre para resolver o problema, e que «cumpria a outros provê-lo de remédio». E por isso agredia aos que meditavam nesses alvitre de aplicação prática, quando pensar nêles constituía, aliás, direito e dever de todo o cidadão?

* * *

A seguir mostra Varnhagen outra injustiça de Timon, filha de sua parcialidade contra os colonizadores. Versava a respeito da origem do governo de Jácome Raimundo e da prioridade, que infundadamente o maranhense lhe atribuía, da intenção de explorar o Amazonas até o Napo, concepção esta muito mais antiga, e já revelada pelo cometimento da empresa, em 1626, a Bento Maciel Parente, que a não pôde realizar.

* * *

Timon acusara a *História Geral* de estar cheia de idéias retrógradas (isto é, das que *não estavam em moda*, e não *acarretavam popularidade*, a seus *divulgadores e paladinos*), tais como : o desejo de ver elevado aos altares um filho do país, a defesa das aristocracias, o gosto pelos braços, e a apologia da instrução ministrada pelos eclesiásticos.

nessa classe o dos silvícolas resgatados quando estivessem presos à corda, para serem devorados pelos inimigos e os capturados em guerra de represália contra seus ataques aos colonizadores.

No entanto escrevera também no fim da pág. 349 :

«Com mais pausada atenção lendo-se todos os seus escritos, observa-se como êle [o autor da *História Geral*] aceita francamente tantas outras instituições livres, o sincero horror com que encara as iniquidades do tráfico e da inquisição, e o profundo desprezo a que condena (*) os mesmos jesuítas, não menos pela sua avidez mercantil, que pelas tergiversações da sua política profano-religiosa, etc.».

Afinal, em que ficávamos? O autor da *História Geral* era *progressista e liberal*, ou *reacionário*?

Quanto aos desejos dêsse *progressista-reacionário* de ver um brasileiro canonizado, nada mais natural para quem não pensava que os seus compatriotas fôsem todos uns pecadores impenitentes, indignos de ascenderem aos altares. E só porque não viera a propósito é que não consignara na *História Geral* mais um desejo que alimentava, o de que o Brasil possuísse um cardeal. Se havia uma religião de estado, deveríamos revesti-la de todo o prestígio que nos indicasse o patriotismo.

A increpação quanto à idéia da existência de aristocracias responderia com a biografia, já escrita, do herói pernambucano Jerônimo de Albuquerque Maranhão, e dela ver-se-ia quem sustentava idéias mais elevadas, mais filosóficas e mais verdadeiras. Na Inglaterra, como o provava Lord Russel, a aristocracia fôra até criada para proteger os direitos do povo contra as possíveis usurpações da realeza.

No que toca ao uso de braços e escudos d'armas, sendo admitidos pelo censor para a nação, porque não ser lógico admitindo-os também para as províncias, cidades e indivíduos? Entre os dêstes últimos havia-os até com divisas liberais, como o mote «Antes quebrar que torcer», do publicista Silvestre Pinheiro. A linguagem heráldica, a um tempo artística e convencional, e admitida pelos que comungavam com a civilização européia «não era tão destituída de sentido como criam os que a não estudavam», dando assim razão ao poeta :

«Quem não sabe da arte não a estima».

Finalmente, reservava-se para tratar em trabalho especial que tinha em mãos (66) da teoria bastante compartilhada, de que

(*) Timon é quem dá esta sentença. O autor da *História Geral* limitou-se a expor os fatos segundo sua fraca inteligência. Ainda não crê chegado o tempo de se poder sentenciar (Nota de Varnhagen).

(66) Nunca chegou a escrevê-lo, ou se o fez, ignora-se o paradeiro do manuscrito.

a instrução da mocidade, confiada a mestres não estipendiados, como os sacerdotes, ganharia em vez de perder.

* * *

Timon acusava-o de ser defensor da guerra, e gastara muito papel e tinta para convencê-lo de que a guerra era um flagelo. Que grande novidade! Quem lêsse o aranzel do crítico sem conhecer a *História Geral*, certamente concluiria que o autor da última não passava de um fabricante dos maiores disparates.

Percorresse-se, porém, o seu livro. Onde é que aí se tratava de defender a guerra, «considerada, aliás, pelos políticos, *amparo da paz?*» Muito pelo contrário, mais de uma vez se a encontraria qualificada como praga e flagelo, ao lado da peste e da fome.

No *Discurso Preliminar* (não na *História Geral*) é verdade que, opondo-se aos exageros de Gonçalves Dias e outros, o autor procurara, em sua argumentação, rebater o parecer daqueles que, só para evitarem a guerra, preferiam deixar impunes os índios em seus assaltos: adotada essa maneira de ver, deveríamos logicamente acabar por nos vermos expulsos do país pelas hordas selvagens. Fôra contra êsse pacifismo abstencionista a todo o transe, que se erguera. E tanto o crítico tinha consciência de que estava a combater fantasmas, que preferira substituir o nome de Cantu pela expressão «uma grande autoridade». À pág. 363 do seu *Jornal* Timon aprovava até a guerra agressiva e voluntária em certos casos, em que *podia ser um acidente feliz*.

Se havia casos em que a guerra era justa e constituia *acidente feliz*, estaria acaso fora dêles a de repressão a agressores bárbaros?

Aqui termina Varnhagen a primeira parte do seu panfleto. Na segunda mostra como lhe nasceu a convicção da necessidade de dar combate aos índios bravos, e reedita conceitos já externados no *Memorial Orgânico* e por nós reproduzidos. Chegara assim, mediante a consideração dêsses fatos e a leitura dos relatórios dos presidentes de província, «despindo-os das roupagens com que eram às vêzes apresentados» (era comum deitarem tôdas as culpas aos missionários porque alguns não tinham vocação para o martírio) à convicção de que o decreto de 24 de julho de 1845, inspirado nas utopias pombalinas, era ineficaz, e que necessitávamos substituí-lo por outro mais prático e de menos dispendiosa execução. Da mesma forma pensava o Marquês de Monte Alegre, o desembargador A. L. Dantas de Barros Leite e o Senador Vergueiro. Como, pois, estranhar-se, como o fizera um escritor de

Pernambuco, que o autor da *História Geral*, lançando à discussão suas idéias, ousasse dedicar seu livro ao imperador?

A última *ratio* a que se agarravam os defensores intransigentes da liberdade bárbara dos silvícolas, expressava-se dêste modo:

«E com que justiça podemos nós pelejar com os índios bravos quando seus ataques (dizem alguns) não são mais que represálias pelos que primeiro lhe fizeram nossos pais?»

Ora, no direito das gentes não se admite que, só porque uma geração tomou a iniciativa de uma agressão, que seus descendentes tenham por isso que aceitar indefinidamente como expiação as represálias dos ofendidos. Quando, porém, essa idéia se justificasse, não teria aplicação ao caso considerado, pois que à pág. 23 (de *Os Índios Bravos*, etc.) ficava demonstrado como as primeiras hostilidades não provocadas tinham partido dos íncolas da terra.

O *Epílogo* só apresenta de novo a objeção àcerca da preferência nas circunstâncias atuais (1867) das monografias às histórias gerais, defendida por Timon. «Como, porém, se aviriam os monógrafos sem uma luz que os guiasse, tal como o censor confessa em suas cartas haver encontrado na *História Geral*?» — pergunta o historiador.

Segue-se: a nota Y, contendo as cartas de J. F. de Lisboa a Varnhagen, revelando tôdas o imenso auxílio que êste prestara àquêlê no desempenho de sua missão, e cuja análise, perfeitamente dispensável, estenderia excessivamente esta exposição; e a nota Z, contendo um extrato do folheto *Diatribes contra a Timonice*, cuja integra já resumimos do texto original no lugar competente.

* * *

A discussão parecia definitivamente encerrada, tanto mais que um dos contendores falecera quatro anos antes da publicação da última peça da polêmica, quando o Dr. Antônio Henriques Leal veio inesperadamente provocar a reabertura dela, apanhando a luva involuntariamente lançada por Varnhagen aos amigos e defensores do falecido Timon.

Antônio Henriques Leal, conterrâneo e amigo devotado e intransigente de J. F. Lisboa, cujas obras reuniu e editou, e futuro autor do *Pantheon Maranhense*, repertório de biografias dos homens ilustres de sua província, iniciara no tomo XXXIV (1871), 2ª parte, da *Revista do Instituto Histórico*, a publicação de seus *Apontamentos para a História dos Jesuítas no Brasil*,

extraídos das crônicas da Companhia de Jesus. Na Prefação dêsse trabalho inseriu o seguinte período:

«Com exceção da *História do Brasil* por Southey, outra não conhecemos até hoje que reuna à beleza do estilo profundidade de vistas, verdade dos fatos, e crítica segura e despreocupada. Entre os escritores hodiernos, quem tinha pulso para isso, em que pese ao Sr. Varnhagen (sic), era, sem contradição, o ilustre prosador João Francisco Lisboa».

O nome *Varnhagen* deu lugar a uma nota marginal. Foi ela que pôs fogo ao rastilho da discussão:

«Vej. a diatribe escrita pelo Sr. Varnhagen com o título *Os Índios Bravos*, impressa em Lima em 1867, três anos depois de morto êste vulto literário. Foi semelhante libelo, ao que parece, motivado pelos reparos da nota *E* [sic] do volume do *Jornal de Timon* publicado em Lisboa em 1858, e tanto se temeu de tão robusto adversário, que deixou passar anos, e só empoz a morte de Lisboa é que veio a campo!...».

* * *

Era demais! O pai da história do Brasil na opinião do seu próprio censor, o mestre dos mestres na matéria, não poderia ficar impassível diante de tal provocação. Êle, que guiara João Francisco Lisboa, até aquêlê momento mero compilador de textos impressos, na busca dos elementos com que conseguira conquistar uma tal ou qual celebridade, a procurar fugir à discussão com um escrevinhador e rábula de província, que reputava de valor muito inferior ao seu, exceto nos dotes estilísticos, e que poderia esmagar, quando quisesse, no terreno da erudição e da crítica?!

Apesar do propósito em que estava de não perder tempo correndo atrás de garotos da rua que lhe atirassem pedradas (67), o sorocabano não se conteve em face da provocação de Antônio Henriques Leal, e minutou um ofício-protesto, acompanhado de uma carta endereçada ao secretário do Instituto Histórico que consentira na publicação da nota de A. H. Leal, pedindo-lhe inserisse o protesto na *Revista*, como era de elementar justiça.

(67) Expressão muito característica do Visconde de Pôrto Seguro. Utilizara-a já em carta particular a J. F. Lisboa, à qual se referira em *Os Índios Bravos* (pág. 21). Usou-a também no *Ofício-Protesto* que vamos extratar (pág. 10), e, posteriormente, no artigo contra Theophilo Braga e Adolpho Coelho publicado no *O Novo-Mundo* (1874, vol. IV, pag. 143).

O protesto não foi publicado pelo órgão do Instituto. Varnhagen, que enviara cópia desse ofício a um amigo (68), teve logo depois que escrever ao mesmo, pedindo-lhe fizesse suspender o trabalho de composição tipográfica já iniciado (69), e comprometendo-se a imprimir por sua conta o *Protesto*, caso o órgão do Instituto não o fizesse dentro de um ano. Verificando-se esta hipótese, o agredido fez sair dos prelos de Carlos Gerold, em 1874, um folheto de 23 páginas com o título *Ofício-Protesto dirigido ao Instituto Histórico do Brasil, pelo seu antigo 1º secretário F. Ad. de V., Barão de Porto Seguro, contra várias asserções injustas, insólitas e infundadas do Dr. Antônio Henriques Leal, em certa pequena nota de uns seus Apontamentos, etc., etc.... publicado com algumas notas aditivas e um prefácio também protesto.*

Vejamos o Prefácio.

Depois das explicações, que julgou necessário dar, da publicação em avulso do seu revide, e que acabamos de reproduzir em essência, Varnhagen declara a tenção de desistir do projeto que um dia formara, de voltar a tratar mais minuciosamente dos assuntos que lhe provocaram o protesto (uma vez que seus trabalhos cresciam em número e volume), a não ser que a isso fôsse obrigado por novas publicações. Contentava-se em juntar o prefácio e várias notas, entre elas uma suplementar, com excertos de certa publicação feita no Maranhão em 1847. Tinha uma rica coleção de panfletos e jornais impressos no Maranhão e no Pará e obtida desta última província depois que fôra provocado, mas, no momento, só utilizaria aquela.

No *Semanário Maranhense*, 2º número, de 8 de setembro de 1867, se encontrava um artigo furibundo contra o folheto *Os Índios Bravos*, que só viera ao seu conhecimento depois de escrito o ofício-protesto (12 de fevereiro de 1873), artigo no qual havia um período quase igual à nota depois aparecida nos tais *Apontamentos*, e que provocara o seu revide. Seguramente o artigo fôra escrito pelo Sr. Antônio Henriques Leal, ou por êle inspirado

(68) Certamente o Dr. Cezar Augusto Marques, que foi quem forneceu ao nosso ministro em Viena, segundo se vê de várias cartas do primeiro ao último, conservadas no Ministério das Relações Exteriores, algumas publicações maranhenses alusivas a J. F. Lisboa, e pouco abonadoras do caráter deste publicista. A respeito dos dotes morais de Cezar Augusto Marques veja-se a nota B no fim deste capítulo.

(69) É Varnhagen quem o diz no *Ofício-Protesto* (pág. 3). Custa a crer que levasse tanto tempo a composição tipográfica de um trabalho tão pouco extenso, mesmo executado por operário bisonho, que desse espaço a uma correspondência de ida e volta com ordem para sustê-la!

ao Sr. J. S. (70), que, segundo lhe asseguravam, tinha a seu cargo essa parte da redação.

Nêle increpava-se o ter Varnhagen dado à publicidade cartas (1) «que no seio da amizade (2) e *ex-abundantia cordis* (!!)

lhe dirigira João Lisboa» (3), e, ainda mais, insistia-se em querer fazer-se acreditar tivessem sido por êle redigidos os trechos da *Diatribes* de Erasmo, impressa em 1859, que transcrevera na nota Z depois de podá-los de certas expressões pouco atenciosas.

Eis as palavras do crítico:

«E quanto à nota Z a dá como obra de um amigo, quando o estilo («que conhecedor de estilos é o tal *ex-redator* da crônica interna!», exclama Varnhagen), ortografia — tudo a denuncia como de sua pena».

Abramos um curto parêntese para expor a matéria das três notas marginais à primeira transcrição :

«(1) — Pergunta o autor do *ofício-protesto* a quem o Sr. Leal pediria licença para dar publicidade às cartas de Lisboa e de Gonçalves Dias após a morte de ambos? De Gonçalves Dias conservava ainda muitas (71), que talvez ainda viesse a publicar... sem licença do articulista. (2) — «No seio da amizade, e *ex-abundantia cordis*?» A êle que jamais vira pessoalmente a J. F. Lisboa, e só mantivera correspondência *literária* com o falecido Timon! (3) — Se êste tomara a iniciativa de procurá-lo não fôra por amizade, mas sim porque carecia de suas luzes para guiá-lo à guiza de moço de cego, no labirinto dos arquivos e bibliotecas de Portugal. Servira-o por julgar, agindo dêsse modo, servir ao Brasil!».

Depois daquele introito o articulista pedira permissão ao público para transcrever algumas amostras do famoso libelo, e tão profundo conhecedor de estilos se mostrara, que os períodos transcritos, ocupando quase uma coluna do *Semanário*, saíram todos da *Diatribes* e não da pena dêle Varnhagen, que «não sabia ser tão brincalhona e chocarreira». A *Diatribes*, terminada a 6 de novembro de 1859, como se via da data, não fôra cuspidada sôbre a campa.

(70) Joaquim Serra era o nome dêsse individuo, segundo se vê da carta escrita a Varnhagen por Cezar Augusto Marques (o informante a que êle alude) em 30 de julho de 1873. O original de C. A. M. existe no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, col. Varnhagen.

(71) Destas só conhecemos a existência, atualmente, de uma única, no Ministério das Relações Exteriores, da qual Varnhagen extraiu pequena frase em louvor do seu estilo; foi por nós integralmente transcrita no 2º cap. da 1ª parte dêste trabalho, e citada a propósito da discordância original de idéias entre os dois ilustres maranhenses.

de J. F. Lisboa, e sim lançada às suas faces na própria cidade de Lisboa, apenas regressara da derradeira viagem feita ao Maranhão, causando-lhe real dissabor.

Dadas estas explicações, reafirma o historiador ser o seu único propósito, em tôdas as publicações «a respeito de tão desagradável assunto», justificar-se e defender-se perante a posteridade, sabendo ser «quase impossível a um vivo contentar e satisfazer aos vivos...».

Era o primeiro a reconhecer o nenhum préstimo de polêmicas, como aquela em que se empenhara. Já estava, porém, cansado de deixar correr à revelia provocações e injustiças autorizadas pelo silêncio, com o que um dos seus acusadores se animara a fazê-las até nas páginas da revista de uma corporação respeitável. Neste último caso o desdem e o silêncio equivaleriam, «senão a repreensível desprezo, a verdadeira anuência e quase confissão de criminalidade».

Em relação ao falecido Lisboa, que não conhecera pessoalmente, mas a quem muitos serviços prestara, por êle em suas cartas reconhecidos, sem os quais não alcançaria a justa fama de que gozava como historiógrafo, apenas tivera um pequeno ressentimento ao vê-lo bruscamente tão diferente na imprensa do que o era na correspondência privada, «e isto a pretexto de sentimentos de filantropia e generosidade, que os seus próprios comprovincianos diziam ser pouco sinceros». Escrevendo o folheto *Os Índios Bravos* desafogara por completo o ressentimento, que não mais existia em 1867, quando dera à publicidade as cartas de Lisboa, páginas no gênero epistolar tão dignas, como as demais suas, de passarem à posteridade. Não conservava contra o falecido nenhuma agrura ou sentimento menos nobre. Depois que se inteirara do conteúdo dos antigos jornais do Maranhão, e ouvira de muitos que pessoalmente conhecera a Timon, que êle «em virtude de padecimentos físicos e morais (como também se dizia a respeito do seu zeloso defensor o Sr. Leal)» era de gênio desigual e variável, até com pessoas de sua própria família, até se apiedava dêle, e rogava a Deus lhes perdoasse a todos as fraquezas e misérias em que houvessem incidido.

Passemos agora ao *Ofício-Protesto* propriamente dito.

Começa o Barão de Porto Seguro por agradecer ao secretário do Instituto (72) (o protesto é vasado em forma de carta) a remessa dos últimos volumes da *Revista* até a 34^o inclusive, o prazer proporcionado pela leitura de alguns escritos, entre os

(72) O secretário na ocasião era o Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, que já tivera uma pequena polêmica com o historiador.

quais trabalhos do próprio secretário, e o conhecimento de outros, que continham asserções menos justas, contra algumas das quais teria de apelar, à medida das ocasiões apresentadas.

Pior, porém, que injustíssima, lhe parecera a nota da pág. 48 da parte 2ª do volume XXXIV, encaixada aí contra êle, à maneira de cunha protetora do falecido Lisboa-Timon, funestamente invocado apenas para brutalmente ferí-lo.

Pedia, pois, que o correspondente se esforçasse para que seu protesto saísse impresso no próximo número. Para tanto empenhava *todos os seus diminutos serviços ao Instituto e à sua Revista*. Estava certo (*) de que essa associação não seria menos generosa com um de seus mais antigos sócios do que o fôra uma sociedade estrangeira, a geográfica de Paris. Com tanto mais razão quanto sua resposta seria brevíssima, reservando outra mais completa e documentada para folheto avulso (73). Não se poderia ocupar com êle imediatamente, pois tinha em mãos trabalho de emergência. Fazia a tempo essa prevenção para que não se viesse dizer outra vez que respondera tarde por temer o vulto de quem quer que fôsse.

Resumiria agora quanto pensava expor um dia mais largamente, ao dissecar os próprios *Apontamentos* do autor da nota, «para que o valor do seu voto se aquilatasse pelo grau de critério que das suas próprias páginas ressumbrava» (74).

Em algumas passagens de suas obras não deixara de tributar justiça, como bom escritor, ao falecido Lisboa-Timon, apesar dos galicismos que adubavam muitas de suas páginas. O que até então não fôra escrito (essa a opinião de alguns maranhenses) era a sua biografia, à maneira daquela de que êle próprio deixara o modelo na *Vida do Padre Antônio Vieira*, isto é, uma biografia em que se apresentasse com imparcialidade e critério o juízo acerca da firmeza ou versatilidade de suas crenças, da solidez e sinceridade de seu critério, da profundidade do saber que possuía, da generosidade e magnanimidade de sentimentos que o animavam, e, em

(*) «Enganei-me: mas ainda tenho esperança de que tudo se remediará, como é de justiça [Nota de Varnhagen]». Desistiu da publicação do *Protesto* na *Revista* depois que o imprimiu em folheto avulso, e das explicações confidenciais e promessas (naturalmente de não admitir nenhum escrito mais de A. H. Leal a êle insultuoso) que lhe fez Fernandes Pinheiro, os quais agradeceu por carta de 26 de outubro de 1875, impressa na *Revista* (t. XXXVIII, parte 2ª, 1875, págs. 163-164).

(73) Era a tal resposta, de que declarou no *Prefácio* desistir, caso não fôsse novamente provocado. Certamente não chegou ao seu conhecimento o tomo IV do *Pantheon Maranhense*.

(74) O mesmo escrito em projeto, do qual já desistira.

geral, do seu caráter como homem. Para essa vida poderiam bastante concorrer, tanto as cartas por êle Varnhagen publicadas, cujos originaes conservava, como também muitos fatos de sua existência pública e privada, tanto nas funções de deputado provincial, como nas de advogado-rábula, fatos vindos a público em jornais da provincia e panfletos que talvez reimprimisse (75), se o julgasse a propósito.

Relata a seguir as vicissitudes por que passara a impressão e publicidade do opúsculo *Os Índios Bravos*, já por nós acima historiadas, e continua com a sua defesa:

Era praxe entre cavalheiros, reconhecia-o, que a correspondência particular não se desse à luz sem antes obter-se licença de quem escrevera as cartas, enquanto vivo. Êle, porém, não a iria pedir ao referido Timon, a quem redondamente recusara, poucos anos antes, ao passar por Lisboa, onde êle estava, numa entrevista solicitada por intermédio de um amigo comum, o Sr. Serra Gomes, depois Marquês de Penafiel, que sem dúvida se recordava dessa sua repulsa.

Falecido, porém, o autor das cartas, ficavam elas constituindo meras fontes biográficas, modo segundo o qual considerava as suas Humboldt, autorizando o seu parente Varnhagen von Ense a publicá-las *post-mortem*. Em virtude da polêmica que as acompanhava, não as publicara logo, guardando o luto de três anos, antes de deixar sair a público um só exemplar.

Depois dessas ligeiras explicações, evitando ser mais extenso para fazer jus a um lugar na *Revista*, cria poder desde logo levantar-se do banco dos réus, no qual, sem seu conhecimento, a própria Revista do Instituto o obrigara a sentar-se.

Com ânimo sereno assegurava que:

Não nutria absolutamente sentimentos de ódio ou de inveja, como queria o Sr. Leal com a expressão «em que pese ao Sr. Varnhagen», contra o seu falecido agressor, apesar de sua falta de correspondência aos muitos serviços que lhe prestara e constavam de suas próprias cartas.

Não fôra porque «se temesse de tão robusto adversário» que deixara passar anos, e só viera a campo depois dêle morto. Pois não ficavam vivos seus amigos? Muitos mais robusto adversário considerara sempre a M. d'Avezac, e no entanto, no mesmo ano em que saíra a nota C de Lisboa (1858) acabava de lutar contra êsse membro do Instituto de França e Presidente da Sociedade

(75) Refere-se à promessa, já retirada, de escrever um folheto mais extenso.

de Geografia, e na lingua francesa, com o seu opúsculo *Examen de quelques points de l'histoire géographique du Brésil* publicado pela referida sociedade no seu *Boletim*.

Não abrigava o menor escrúpulo de haver publicado (não impresso) o folheto *Os Índios Bravos* e o *Sr. Lisboa, Timon* 3º «três anos depois de morto êste vulto literário». Pois os assuntos de que tratava não eram de interêsse para o país, o público e a posteridade, ainda depois de morto o Timon maranhense?

Só podia attribuir «à atrabilis ou à debilidade de um espirito senil» o dizer-se que o seu mencionado folheto fôra «ao que parece» motivado pela famosa nota C (não E como escrevera o Sr. Leal) visto que, sem a menor dúvida, constava das suas páginas ter sido a referida nota a provocadora do revide.

Em apenso juntou Varnhagen, como prometera, excertos de um escrito de Cândido Mendes de Almeida, depois senador, impresso em 1847 no Maranhão. Dispensamo-nos de analisá-lo: é todo êle uma verrina, mas bastante elucidativa, ocasionada por lutas politicas locais, contra o então redator do *Publicador Maranhense*, o futuro Timon. Acusa-o de negociador e explorador de um falso catonismo, e da droga *honestidade*; de ingrato; e fala até das desonestidades e faltas de escrúpulos de um «certo leguleio Joanico» em sua profissão de rábula, especificando vários casos. Termina essa demonstração da forma que textualmente traslados:

«Se o Exmo. Sr. Conselheiro Rabello, à imitação do Presidente da Relação do Rio de Janeiro, o Sr. Limpo de Abreu, tivesse conhecimento d'estas especulações romanescas sobre a droga probidade, creio que não permittiria que continuasse a poluir o fôro desta Capital [do Maranhão], a infestar a arena de Themis, quem tão *honestamente* sabe ganhar a vida».

★ ★ ★

Antônio Henriques Leal não tardou a responder ao *Officio-Protesto*. Fê-lo numa longa tirada declamatória de 34 páginas (76) no tomo IV do *Pantheon Maranhense* (Lisboa, 1875).

É desnecessário dizer que nesse revide requintou no culto, que roçava pela idolatria, ao falecido amigo e mestre João Lisboa, despejando a mais pesada carga de insultos, de mistura com apreciações falsas e ineptas, sobre o valor do nosso historiador e o seu caráter. Servindo-se de tudo o que pudesse apanhar, inclusive de depoimentos e juízos criticos débeis e superficiais que

(76) De págs. 151 e 184.

se publicaram sôbre os méritos da *História Geral* (77), para reforço de suas alegações injuriosas e depreciadoras contra um homem que quase ignorava sua existência, o Dr. Antônio Henriques Leal deu manifestas provas, não só de inata incapacidade para o ofício de crítico literário — em que se arvorou armado tão sômente com o arsenal didático do mestre Sotero dos Reis, a velha retórica de Quintiliano; como da carência absoluta do senso das proporções, de que foi vítima; e das deficiências de sua cultura humanística. De tôdas as peças da presente polêmica, que tivemos de relatar condensadamente, pela ordem em que foram aparecendo, foi esta a única que nos tornou a tarefa sumamente repugnante, e a que mais fortemente pôs à prova o sentimento do dever que nos impusemos de extratá-las a tôdas com absoluto escrúpulo, transmitindo aos leitores, interpretado com fidelidade, o pensamento dos respectivos autores.

Para Antônio Henriques Leal, Varnhagen era um adversário «rancoroso e implacável, que se servia de tôdas as armas, e que, se uma vez por exceção, atacava de frente e a rosto descoberto, outras, e quase sempre, escondia-se sob a máscara do anônimo e «imbuía o punhal em sutil veneno» (!!) (78).

É da forma que se segue que abre a impugnação, depois de transcrever várias apreciações elogiosas, algumas pouco expressivas, sôbre o valor literário de João Francisco Lisboa:

«Agora ouvireis escapar do côro uníssono de louvores de seus feitos e excelências [de João Lisboa], a voz desafinada e rouquenha de enfunado zoilo».

(77) As autoridades a que se encosta A. Henriques Leal são Joaquim Serra, cujo grau de competência e probidade literária patentea-se em atribuir *pelo estilo* a autoria da *Diatrise* a Varnhagen, e a êste também o haver preconizado a escravidão dos Africanos (!!!!); e o então jovem Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, num pedante artigo crítico sôbre a *História Geral*, publicado no *Ateneu Paulistano* (1858), em que procura romper a golpes de tacape e frechadas, a possante armadura de ciência e erudição que revestia a *História Geral*. A reimpressão desse artigo no *Pantheon Maranhense* foi o maior desserviço prestado por A. H. Leal à reputação científica do Barão Homem de Melo.

(78) Quais eram êsses anônimos de Varnhagen? Porventura o *Erasm*o (anagrama, aliás, de Moraes, seu cunhado) autor da *Diatrise*? O *Escritor Caluniado* da *Réplica Apologética*? Se semelhantes pseudônimos, de clara significação, e de donos facilmente reconhecíveis pelo contexto dos panfletos, eram tidos por manifestações de *anonimato* por Antônio Henriques Leal, isto dava tão boa demonstração da sua perspicácia quanto a atribuição da *Diatrise contra a Timonice* a Varnhagen já o dera do seu senso literário e do de seu testa de ferro Joaquim Serra.

Quanto aos serviços prestados por Varnhagen a João Francisco Lisboa, absolutamente ignorante de como começar a trabalhar, na comissão bem remunerada, que arranjara sem estar habilitado para isso, constituíam apenas «o insignificante serviço de indicarlhe um ou outro documento relativo à comissão literária de que se achava incumbido».

O sorocabano só os prestara tendo a mira nos «hiperbólicos elogios do favorecido» (79), e como êstes não viessem sem restrições, irritara-se em sua tola vaidade (80).

Nos elogios, aliás «banais (81), como entre cavalheiros se barateam» que Lisboa fizera ao autor da *História Geral*, que tanto os alardeava, qualificando-os como documentos da *versatilidade* daquele, «só havia louvores ao lado material da obra, e nem uma palavra sequer que abonasse o estilo (82) e a crítica histórica, e muito menos as idéias liberticidas do Exmo. Sr. Varnhagen, combatidas tão brilhantemente (83) por aquêlê na referida nota C do *Jornal de Timon*».

(79) Êstes elogios eram perfeitamente dispensáveis para quem os recebera de Garrett, Herculano e Rebelo da Silva, entre os literatos, e Rosilly de Lorgues e Humboldt entre os eruditos e cientistas. Só mesmo a absoluta falta de senso crítico de um paralitico geral poderia levar o defensor de Lisboa a dizer semelhantes tolices.

(80) O que a Varnhagen irritou, como vimos, não foi a falta de elogios incondicionais de Timon, e sim, a sua ingratidão, a insinuação descahida que lhe fizera de plagiário; e, acima de tudo, a má fé com que desfigurava seus pensamentos para criticá-los, chamando ao mesmo tempo sobre o historiador a odiosidade do público, e procurando para si as glórias de grande humanitário e apóstolo da liberdade dos índios, a qual no fundo, lhe era absolutamente indiferente.

(81) Antônio Henriques Leal, que, como os seus comprovincianos em geral, tinha a mania do purismo na linguagem (reduo em que se encastelam as mediocridades incapazes de vãos mais largos noutros campos do saber) e atacava a Varnhagen pelos galicismos que às vêzes lhe escapavam, desapercibendo-se dos do amigo João Lisboa, esqueceu-se de que o adjetivo *banal* não é vernáculo.

(82) Juiz tão competente, ou mais, do que Lisboa, e absolutamente insuspeito, como foi Gonçalves Dias, «achara o estilo ótimo». Para Leal e demais escrevinhadores, discípulos de Quintiliano através das lições do mestre Sotero dos Reis, estilo, só o quindado, metafórico e esfusiante, cheio de antíteses e hipérboles, como o usado por Antônio Vieira e os historiadores que Camilo chamava da *Escola de Alcobça*. Não sendo assim, não era estilo. Teremos ocasião de dar umas amostras do que êle empregava. Sendo a história para essa gente um ramo da oratória e não da crítica, como pensavam Herculano e Varnhagen, está claro que João Francisco Lisboa, orador forense, teria que ficar em plano superior ao do sorocabano, *ainda que aquêlê não fôsse maranhense*.

(83) Brilho tinha, não se pode negar. Boa fé e sinceridade isto é outra coisa.

Os livros do sorocabano estavam cheios de incorreções e impropriedades de termos, mau emprêgo de outros, neologismos de mau gosto, e grosseiros galicismos, tais como *notícias alarmantes* (pág. 429 do t. II da *História Geral*), além da confusão e obscuridade de muitos períodos. A propósito cita um, a nosso ver bastante claro, da pág. 213 do tomo II (84).

Entre as «puerilidades» de que estava inçada a *História Geral* incluía a proposta da criação de tamanduás para dar cabo das formigas (85).

A. H. Leal censura também a Varnhagen (que insistira em dar como autor da *Diatrize*) o não ter logo *publicado* o seu folheto, o que seria, aliás, «um deplorável desforço», em todo o caso *explicável*, embora não digno de desculpa. Deixara, porém, as represálias para mais tarde, depois de falecido Lisboa, «por se sentir sem forças, e insuficientemente armado para terçar nesse campo» (86).

(84) Eis o período que Leal achou obscuro:

«Em nome, pois, dêste grande homem [o Conde de Bobadela] saudemos nós hoje também, de aquem do Atlântico, a memória do rei e do ministro [D. José I e Pombal] que quase cada ano rememoravam os seus serviços com novas recompensas, seguros de que, longe de, ao dá-las, entibiar o zêlo das almas bem formadas, saciando-as, pelo contrário, as acoroçoava e obrigava a muito mais; ao passo que o olvido e o desprezo as afrouxam e as cançam; e concluem por alquebrá-las e inutilizá-las, tendo em menos as próprias honras e glórias mundanas, que antes haviam requestado inutilmente». Este período, se não é uma obra prima na correção da forma e no estilo, coisas, aliás, em que Varnhagen nobremente reconhecia claudicar às vêzes, é perfeitamente claro para quem não possua o intellecto embetumado pelo ódio. Varnhagen tinha idéias próprias, trabalhava intensamente no apuro e no cotejo de textos e informações, não se limitava como os *gênios* alcandorados (vá o galicismo do gosto dos Henriques *Leais et caterva*) a dissertar retoricamente sobre coisas velhas e sabidas; por isso descuidava-se uma ou outra vez, da correção gramatical. Seria preciso também levar em conta a colaboração dos tipógrafos espanhóis que compuseram a *História Geral*, e a revisão, sempre defeituosa quando feita pelo autor. O imperdoável é que cometa erros gramaticais aquêlê cujo único titulo de recomendação consiste na correção da forma literária, pouco, ou quase nada, valendo o resto.

(85) Já disso nos ocupamos e mostramos o desarrazoado da crítica. A verdade é que tanto Capistrano de Abreu como Antônio Henriques Leal, descendentes de uma raça que, pelos métodos agrícolas predatórios que usava, fazia concorrência às saúvas na destruição da flora, não podiam ver de boa sombra a criação dêsses úteis mirmecofagídeos! Oxalá houvesse também uma espécie animal inimiga dos literatelhos pedantes, que pudéssemos criar especialmente a fim de contê-los em suas investidas de mediocridades despeitadas!

(86) As armas, disse-o o próprio Leal, eram «documentos contra documentos, raciocínios contra raciocínios». Acaso não os exhibiu Varnhagen em *Os Índios Bravos*? Porventura em matéria de *documentos* poderia o Timon ombrrear com quem êle próprio apelidou de *Pai da História do Brasil*?

Procurando demonstrar que o folheto impresso sob a autoria de Erasmo não fôra distribuído por ocasião de sair dos presos, cita e transcreve cartas de Inocêncio Francisco da Silva e A. G. Franco de Castro, cartas essas, diga-se logo, de cujo texto não se deduz, em absoluto, que não houvesse a tal distribuição. Inocêncio diz apenas: «correu com a impressão o falecido (que então era cunhado de Varnhagen) Dr. Frederico Augusto Pereira de Moraes, pessoa aliás estimável, e de quem fui amigo, o qual passou então como autor *daquêle escrito* (87), e, segundo me lembro, recebi dêle um exemplar. Não sei que mais algum se distribuisse, nem o folheto se expôs à venda». Franco de Sá pouco mais adianta: «comprara a pêso os ditos folhetos, visto não se querer vulgarizá-los». Estas declarações, evidentemente, não contrariam a possibilidade de João Francisco Lisboa ter tido conhecimento do panfleto, como o teve Inocêncio, remetido pelo próprio autor. Henriques Leal contesta-o dizendo saber positivamente que a *Diatribé* «nunca fôra ter às mãos de Lisboa», informado por «pessoa muito circunspecta e respeitável», cujo nome todavia não revela. Segundo êsse informante «Varnhagen, melhor aconselhado por um amigo que o advertira do risco em que se ia meter com despertar a veia humorística de Lisboa, que com aquêlê hábil escalpelo que sabia cortar fundo, com aquêlê lógica inflexível, e a saraivada de ditos picantes, de epigramas agudos e chanças engraçadas, em que ninguém o igualava, o aniquilaria para nunca mais recobrar-se do ridículo de que o haveria de cobrir (88), reconsiderou no [sic] caso, e aceitando como prudente o aviso, guardou-se para dar-lhe o bote em ocasião mais oportuna».

(87) Inocêncio diz que Moraes «passara então como autor», naturalmente porque A. H. Leal lhe assegurara na carta que lhe escreveu, e que evitou prudentemente transcrever, que Varnhagen fôra o autor real do panfleto, e não por ter o célebre bibliógrafo verificado pessoalmente êste ponto. Nada mais natural do que Moraes tomar espontâneamente as dôres do cunhado. De mais a mais Varnhagen, ao tempo assoberbado no Paraguai com as complicações diplomáticas que relatamos, não teria tempo nem disposição para ocupar-se com polêmicas dessa natureza. E ainda que tivesse, por que motivos faria imprimir tão longe, em Lisboa, a *Diatribé*? Os *Índios Bravos* não saíram em Lima, a resposta a Netscher em Viena, e a *réplica* a Abreu e Lima em Madrid, lugares onde se achava ao tempo dessas polêmicas?

(88) O subconsciente de Leal traiu-o nesta passagem. Sem querer, confessou como era rabulística e vazia a maneira de argumentar do amigo Lisboa. Onde ficavam os documentos a opor aos documentos? É com «chanças engraçadas, e saraivada de ditos picantes» que se refuta uma tese histórica, ou a sua defesa? Em polêmicas com malabarismos de palavras vence sempre aquêlê que é mais espirituoso e melhor sabe sofismar; não o que tem mais razão. A mentalidade de Antônio Henriques Leal estava ainda envolvida nas brumas da escolástica.

É verdade que Inocêncio declara em sua carta a Leal — e este não perde a oportunidade de chamar para isso a atenção do leitor — que «*como supunha a obra [A Diatribe] de Moraes, admirara-se quando vira Varnhagen reproduzi-la nos Índios Bravos, conhecendo então que era obra dêle*». Neste ponto claudicou rondadamente o autor do *Dicionário Bibliográfico Português*. Pode-se muito bem, e se o faz frequentemente, publicar em apenso a qualquer escrito de polêmica, visando reforçar-lhe as conclusões, trechos de alheia pena. Foi o que fez Varnhagen, não se esquecendo de declarar que «chegava ao final da primeira parte de sua análise da nota C quando recebeu o folheto *Diatribe contra a Timonice*... acabado de imprimir (*Os Índios Bravos*, 63). Inocêncio, na certa, como simples bibliógrafo, nem leu o folheto: contentou-se em contar-lhe as páginas e copiar-lhe o frontespício, em que se diz incluir êle um extrato da *Diatribe* «(em parte agora de novo reimpressa)» sem declarar-se o autor; eis por que a supôs, sem hesitar, a autoria de Varnhagen, tanto mais que era escrita em sua defesa.

Leal transcreve a seguir trechos do artigo de Joaquim Serra abundando nas conclusões de Timon àcerca das idéias *escravistas* do sorocabano, e, a propósito, declara-se pasmo da analogia que o historiador via entre a escravidão e a pena de trabalhos forçados (ainda no momento existente nos códigos das nações civilizadas para punição dos delinquentes) classificando tal opinião de «ignorância e perturbação dos mais comensuráveis princípios de direito».

Passa a refutar as expressões do fragmento da *Diatribe* transcritos na nota Z. Como não se referem à obra de Varnhagen e sim à de Moraes, que, para não desmerecer do resto, é aí tremendamente insultado na pessoa do autor da *História Geral*, deixamos essas passagens sem comentário. Gasta depois muita tinta fazendo o elogio das qualidades literárias de Lisboa, gabadas pelo próprio autor atacado na sua verrina, salientando-lhe os dotes gramaticais, abonados, é claro, por um *ilustre maranhense*, o Sr. Sotero dos Reis, e pelo homem «que era o estilo à procura de um assunto», o Sr. Latino Coelho. *Asinus asinum fricat*.

«O Sr. Varnhagen — é o plutarco do *Pantheon* quem fala — se a presunção e a idade lhe permitissem tomar nas *Obras* do Timon maranhense lições de bem escrever e discorrer, e de como se estudam, criticam e expõem os fatos históricos, muito poderia aprender». E acrescenta: «é essa por ventura a idéia que o acabrunha e atormenta, que lhe agôa os deleites de seus fantasiados triunfos; é a palavra fatídica escrita em letras de fogo que relampega por entre as linhas das cartas laudatórias que tanto o

desvanecem e trazem desatinado, é a visão que o persegue acordado, e o pesadelo que lhe perturba os sonos, fazendo com que perdesse de todo em todo a transmontana, e se corresse de raiva e inveja, como claramente o dá a perceber na *Diatrise*, em uma correspondência do *Diário do Maranhão*, e, por último, no *Ofício-Protesto* !»

Transcrevemos êste longo período como amostra da retórica estafada e provinciana do agressor gratuito de Varnhagen, retórica a que, para gáudio do bom gosto, êste último sempre evitou dar entrada em suas obras (89). Teremos ocasião daqui há pouco, de respigar outro. Por ora veremos como o recalcado ofensor do sorocabano se defendia de certa passagem do *Ofício-Protesto*.

Nesse folheto havia, sob a forma de conjectura provável, uma passageira alusão aos padecimentos físicos e morais de Leal. Eis como respondeu:

«Meus padecimentos físicos estão patentes e consistem na lesão do braço e perna esquerda (90). É êste o pior dos infortúnios que me têm ultimamente perseguido... mas nem por isso tem essa série de desgraças influido de modo algum no meu estado moral...».

«Em vista da novidade de tais *padecimentos morais* (91) não quiz fiar-me só em mim, e passei logo a consultar minha mulher, meus filhos, meus amigos...; mas isto desafiou-lhes estreptosas gargalhadas, e por simpatia ou contágio acompanhei-os, rindo-nos todos...»

O autor do *Pantheon* diz ter-lhes provocado «não sabe se nojo, se comiseração, a odiosa não menos que estulta increpação de *mau esposo* [?] com que s. ex., que se inculca de religioso, e se arroga o *critério de historiador*, constituído eco de malévolo detrator, pretende *conspurar* as cinzas de João Francisco Lisboa, até por essa face» (92).

(89) Criou-se a lenda de que o autor da *História Geral* escrevia mal, naturalmente por haver sido considerado herege da gramática pelos sumos pontífices do Maranhão. Essa lenda se tem mantido vivaz até os nossos dias, pelo efeito do mimetismo repetitório, e a propaganda da claqué de João Francisco Lisboa. Oliveira Lima foi o único dentre os estudiosos de sua personalidade literária, que, nesse particular, lhe soube fazer inteira justiça.

(90) Hemiplegia devida provavelmente a gomas sifilíticas.

(91) Na expressão *padecimentos morais* Varnhagen aludia à irritabilidade procedente do estado físico, que o levava a procurar brigas alheias, e a descompor gratuitamente a pessoas com as quais nunca mantivera relações.

(92) Toda essa homérica reação contra o «Exmo. Sr. Visconde, que alucinado pelo amor próprio ferido, e pelo ódio à vítima do seu furor... de tudo *cristãmente* se servia para nodoar e ferir quem dêle dissentira em pontos

Após procurar desmentir o *infame* boato, apelando para todos os conhecidos do casal (como se isso tivesse a menor importância para o público) a fim de que depusessem como o *falecido* «era cego pela espôsa a quem estremecia», sai-se com esta tirada de romantismo seródio, (mas ainda em moda na província), suposta capaz de comover até as pedras do calçamento:

«Repugna-me o assunto, como já disse, por asqueroso, mas ainda assim não posso dêles me apartar sem invocar em abono de João Lisboa o protesto vivo e palpitante que, contra tão clamorosa injustiça, ainda hoje, que são passados tantos anos da morte do nosso distinto comprovinciano, se nota no procedimento da *inconsolável* viúva, que sem nunca despir o luto, *tem definhado de pura saudade*, sem jamais deixar de semanalmente ir orar em *sentido pranto* sôbre a *lagea do sepulcro* do espôso. Quem há que se não tome de respeito diante de tamanha dor? Que mau marido pode nunca legar tão fundo pezar àquela a quem em vida, não digo já maltratou, mas não *correspondeu no conjugal afeto*?»

Para mais reforçar o ponto culminante da dramaticidade à Victor Hugo do seu protesto contra «similhante calúnia» traz à colação o «irrefragável protesto do venerando e honrado ancião», já se vê, o ilustre Sotero dos Reis (a panelinha de engrossadores mútuos só funcionava completa) no seu *Curso de Literatura* (pág. 137 do V tomo): «D. Violante da Cunha, sua espôsa (de Lisboa) com a qual *viveu sempre na mais perfeita harmonia*, amando-se extremosamente um a outro», e, mais abaixo, na mesma página, «sua viúva, que só vive para chorá-lo».

Não é realmente para comover as lages da rua?! Se Varnhagen pudesse prever que na Atenas brasileira ainda se usava dêsses recursos de dialética, certamente se teria absterido de fazer

de ciência [êste último grifo é nosso]» foi provocada pela seguinte passagem do *Prefácio do Ofício-Protesto* já por nós extratada:

«Desde que tenho ouvido muitos dos que pessoalmente o conheceram [a J. F. Lisboa], e que me dizem que, em virtude dos seus padecimentos físicos e morais (como também se diz a respeito do seu zeloso defensor o Sr. Leal) era com todos, *sem excetuar os da família, desigual e variável*, até lhe tenho lástima, etc. (pág. 8)».

Desigual e variável com a família, isto é, homem que um dia está de bom humor, e no seguinte, em virtude de crises hemorroidárias, mostra-se irritado e trata àsperamente os que dêle se aproximam — eis a *tremenda difamação, conspurcadora das cinzas do inolvidável* J. F. Lisboa, para a qual Varnhagen servira de veículo, pois Leal logo percebeu que o informante fôra o Dr. Cezar Augusto Marques. Se o historiador aludiu ao fato, e muito passageiramente, foi só para mostrar que compreendia então por que motivo Lisboa *com êle também se mostrara variável*.

a observação que deu ensanchas à verborragia choramingas de Antônio Henriques Leal. Isto realmente torna verossimil o dito dêste, de que o sorocabano, *por prudência*, tinha evitado responder em vida de João Lisboa, às suas críticas. Se dessa estôpa era o discípulo, como seria o mestre? De que se livrara, Santo Deus!

Procurando meter-se a espiritoso, Leal tenta demonstrar que não fôra a gravidade do estilo oficial que estragara a redação de Varnhagen, como êste se queixava, e aproveita a oportunidade para expor o seu conceito sôbre o *verdadeiro historiador*, levando ao ridículo Varnhagen nos seus escrúpulos de escritor consciencioso, que antepunha a tudo o rigor na escolha da documentação. O Visconde de Pôrto Seguro afirmara que, se não fôssem os serviços por êle prestados a Lisboa em suas averiguações históricas, êste «não poderia ter alcançado a justa reputação de que gozava como historiôgrafo». Veja-se o debique:

«Fique-se, pois, entendendo que no descobrimento ou citação de um documento, de um nome, de uma data, e no mais que concerne ao lado material da história, é em que assenta a reputação e popularidade de um escritor, que não na crítica com que os estuda, confronta e aproveita com espírito analítico e a um tempo sintético, na largueza de vistas e profundeza de raciocínio, com que sabe desprezar dos fatos o que é pueril e inútil, e colher o que há nêles de lição e *deleite* [os fatos históricos não são lacticínios, Sr. Leal!], apresentando no correr da narrativa esplêndidos quadros quando lhe aconselha o tino e bom gôsto literários, revivendo épocas com as suas gerações, costumes e interesses, com o talento dos Thiers, dos Guizots (93), dos Irvings, Prescotts, Macaulays, A. Herculanos, e tantos outros célebres historiadores. São estas as excelências por que também se recomendava Lisboa, e prometiam nêle o futuro sucessor de Southey, se um dia a saúde lhe permitisse escrever o nosso passado como colônia, como reino, e depois como nação independente. São

(93) Era inevitável a citação de Thiers e Guizot a êste respeito. A prova de que o conceito do bom historiador não é em nossos tempos o que julgava a geração romântica, e o seu componente retardatário Antônio Henriques Leal, está em que já em fins do século passado o autor dos *Récits Mérovingiens* tinha perdido todo o conceito, justamente por se deixar levar pela imaginação fantasista, e fazer generalizações apressadas e amplas com pequeno fundamento documental. No mesmo caso está Michelet, outro dos ídolos dos nossos letrados do século XIX. V. a propósito a obra de Charles V. Langlois e Charles Seignobos: *Introdução aos Estudos Históricos*. Mais uma vez o dizemos: Varnhagen não elaborou sínteses históricas, simplesmente por julgá-las prematuras no estado dos nossos conhecimentos positivos dos fatos; não porque lhe faltassem aptidões para isso. Deixava a fácil tarefa de fazê-las precárias, sôbre a areia, aos jornalistas e oradores de província.

essas as balisas que *extremam da mediocridade o engenho bem formado*, e de tantos *remendões de datas e fatos mal apreciados e acumulados sem lógica nem talento*, quem era fadado para historiador».

Continua a censurar acormente o sorocabano por ter, para «inquinar a bem formada reputação de João Lisboa», lançado mão de «folhetos e artigos caluniosos, que foram desprezados pelo próprio agredido como incapazes de poder fazer-lhe a menor mácula no nome».

Ora essa! Deveria recorrer porventura aos depoimentos de seus admiradores incondicionais, como Leal e Joaquim Serra? E se Lisboa não respondeu aos ataques, classificados pelo seu panegirista de *caluniosos*, por que motivo atribuir o silêncio a desprezo, e não a confissão tácita de culpabilidade? Note-se bem que a verrina de Cândido Mendes apensada ao *Ofício-Protesto* estava assinada, e precisava os fatos delituosos imputados; não era do teor dessas difamações vagas, cuja autoria geralmente se encobrem com o anonimato; estava, portanto, a exigir resposta.

Depois de uma longa digressão sobre a crueza de nossas campanhas jornalísticas, que, alimentadas pela paixão política, de derruir e atassalar, nada poupavam no seu ódio, nem a honra pessoal dos contendores, nem o bom nome de suas famílias, mães, filhas e espôsas, passa Leal a comentar a declaração de Pôrto Seguro, de que possuía «uma riquíssima coleção» de impressos, que depunham contra o caráter de Lisboa, *remetidos do Pará «para distrair»*, diz Leal, «a atenção da sua verdadeira procedência... seguramente a mesma do nº 2º do *Semanário Maranhense*, que finge ter-lhe vindo de Pernambuco». Ataca sua falta de critério em dar valor documental a tais escritos, e excede-se em declamações a favor dos créditos de Lisboa como advogado probo e de nomeada. Diz êle: «Se o Exmo. Sr. Visconde de Pôrto Seguro tem tão apurada e imparcial crítica ao estudar a história quanto no agredir seus adversários, e aos que classifica de tais, devemos estar prevenidos contra ela: se não discrimina nos nossos tempos o que há de verdadeiro entre as trevas espalhadas pela maledicência, os nossos egrégios patriarcas da Independência descerão de seus pedestais, e nem sei que juízo fará do nosso primeiro imperador e do seu reinado, a ler com tal critério os jorna's próximos ao 7 de abril de 1831...»

Outro ponto que lhe merecia reparo era o de possuir Varnhagen, segundo dizia, coleções do *Brasileiro*, do *Pharol*, do *Êco do Norte*, da *Crônica* e de quantos jornais escrevera Lisboa. Como não lhe constasse existirem outras coleções dessas fôlhas além das que êle, Leal, com dificuldade reunira e doara à Biblioteca Pú-

blica da provincia, «fôra assaltado pela suspeita de que as houvessem subtraído de lá, e de fato soubera por pessoa segura de que faltavam exatamente êstes jornais nas estantes da biblioteca! Incumbia, pois, às autoridades, descobrir o mistério e punir o delinqüente!» (94).

Também procura contestar, dizendo-se estribado numa carta do Marquês de Penafiel (Serra Gomes), que não estava autorizado a publicar, a asserção de Varnhagen, de ter recusado em Lisboa entrevistas solicitadas a êle por Timon, servindo como agente de aproximação o referido Sr., amigo comum. Achamos muito estranho que Antônio Henriques Leal, que tão sôfregamente dava a publicidade cartas de Inocêncio e Franco de Castro, por lhe parecerem servir a seus intentos, deixasse de publicar esta, que, segundo suas palavras, lhe permitiria assentar documentadamente o labéu de mentiroso no Visconde de Pôrto Seguro. Se Serra Gomes lhe pedira segredo por não desejar indispor-se com Varnhagen, de qualquer forma êste já estaria violado com a notícia dada por Leal, de que êle lhe garantira não ter servido de intermediário no caso. Achamos generosidade e escrúpulos excessivos, principalmente partindo de pessoa que, como Henriques Leal, não sabia ter comedimento e compostura em seus escritos polemísticos.

Aqui poremos fim aos extratos e comentários das numerosas páginas in-4^o onde o plutarco maranhense deu largas a seu ódio contra o autor da *História Geral*, e à amizade e admiração sem reservas pelo comprovinciano falecido. Para realizar êste trabalho tivemos, como já foi dito, de fazer grandes esforços sôbre nós mesmos, a fim de impedir que a irritação e revolta, que nos acometeram ao ler tantos insultos e inépcias, nos levasse a suspender o trabalho. Protestamos, porém (e será fácil aos leitores verificarem nossa boa fé mediante a leitura do t. IV, págs. 151 a 184 do *Pantheon Maranhense*, que é livro encontrado em qualquer boa biblioteca pública) que essa irritação, claramente visível nos nossos comentários e notas, em coisa alguma influiu para que modificássemos, adulterássemos ou suprimíssemos conceitos do autor com o fim de acomodá-los à refutação que fizemos ao longo da respectiva exposição. Jamais nos esquecemos de que era nosso dever, na resenha, funcionar como simples relator dos *provarás* de parte a parte.

Tendo-nos, pois, limitado a transcrever entre aspas e a parafrasear, na íntegra, ou resumidos, os argumentos expendidos por

(94) Em que palpos de aranha sentir-se-ia Cezar Augusto Marques ao ler esta passagem, êle que forneceu a Pôrto Seguro farta documentação para o *Prefácio* e notas suplementares do *Ofício-Protesto*, e outros panfletos que Pôrto Seguro pretendia escrever sôbre a matéria!

ambas as facções, e desta última forma sòmente quando os litigantes se estendiam demais, ou versavam matéria um tanto à margem dos pontos discutidos; o leitor ficará, em consequência, habilitado, com os autos do processo em mãos, muito difíceis de reunir, a julgar por si próprio quem tinha razão na contenda; Varnhagen ou seus antagonistas; ambas as partes litigantes, conforme o ângulo sob o qual encaravam a questão; ou nenhuma delas; assim como, também, a sentenciar sôbre o grau de isenção e critério com que se houveram os nossos críticos e historiôgrafos, ao opinarem sôbre a memorável polêmica.

Como era de esperar, as opiniões variaram muito, ao sabor dos sentimentos e prevenções de cada um, e dos meios de que dispuseram os opinantes para informar-se (95), manifestando-se não só quanto ao valor da tese em discussão, como sôbre a maneira por que ela se desenvolveu, isto é, o procedimento que no caso tiveram João Francisco Lisboa, Varnhagen, e os aliados de um e outro.

Transcrevemos êsses juízos, na ordem cronológica de sua aparição, sem comentários; grifamos apenas, como é nosso costume, uma ou outra passagem ou palavra.

* * *

O primeiro depoimento que conhecemos é do velho mestre Capistrano de Abreu, profundo conhecedor da bibliografia varnhageniana. Saiu no necrológio publicado no *Jornal do Comércio* de 20 de dezembro de 1878, menos de seis meses após a morte do historiador.

«Depois que Varnhagen publicou sua *História*, e apresentou a massa ciclópica de materiais que acumulara, *muitos se julgaram aptos a erguer um monumento mais considerável, e atiraram-lhe censuras e diatribes* que profundamente nos pungião. Também êle tinha muitos pontos vulneráveis. *Era dos homen inteiriços, que não apoiam sem quebrar*, não tocam sem ferir; e matam moscas a

(95) Raríssimas pessoas poderão ter tido oportunidade de conhecer a totalidade das peças que constituem os autos desta e das demais polêmicas relatadas neste capítulo e no anterior. A leitura de uma réplica não supre a do libelo antagonista, embora geralmente inclua transcrições dêle, porque estas aparecem, em geral, truncadas e adulteradas para facilitar a refutação. Ora, quase todos os *provarás* foram apresentados em folhetos há muito esgotados, e alguns raríssimos, tendo-se visto obrigado o autor dêste trabalho, que já possuía uma «varnhageniana» bem grande ao começar o seu trabalho, a mandar copiar à máquina alguns folhetos e a comprar outros por preços de ocasião (para os vendedores); e isto para não incidir, como alguns de seus predecessores, no êrro de emitir juízos sôbre matéria que apenas conheciam superficialmente, ou, às vêzes até, sòmente através dos títulos dos panfletos, lidos nas bibliografias do sorocabano.

a observação que deu ensanchas à verborragia choramingas de Antônio Henriques Leal. Isto realmente torna verossimil o dito dêste, de que o sorocabano, *por prudência*, tinha evitado responder em vida de João Lisboa, às suas críticas. Se dessa estôpa era o discípulo, como seria o mestre? De que se livrara, Santo Deus!

Procurando meter-se a espiritoso, Leal tenta demonstrar que não fôra a gravidade do estilo oficial que estragara a redação de Varnhagen, como êste se queixava, e aproveita a oportunidade para expor o seu conceito sôbre o *verdadeiro historiador*, levando ao ridículo Varnhagen nos seus escrúpulos de escritor consciencioso, que antepunha a tudo o rigor na escolha da documentação. O Visconde de Pôrto Seguro afirmara que, se não fôssem os serviços por êle prestados a Lisboa em suas averiguações históricas, êste «não poderia ter alcançado a justa reputação de que gozava como historiôgrafo». Veja-se o debique:

«Fique-se, pois, entendendo que no descobrimento ou citação de um documento, de um nome, de uma data, e no mais que concerne ao lado material da história, é em que assenta a reputação e popularidade de um escritor, que não na crítica com que os estuda, confronta e aproveita com espírito analítico e a um tempo sintético, na largueza de vistas e profundeza de raciocínio, com que sabe desprezar dos fatos o que é pueril e inútil, e colher o que há nêles de lição e *deleite* [os fatos históricos não são lacticínios, Sr. Leal!], apresentando no correr da narrativa esplêndidos quadros quando lhe aconselha o tino e bom gôsto literários, revivendo épocas com as suas gerações, costumes e inte-rêsses, com o talento dos Thiers, dos Guizots (93), dos Irvings, Prescotts, Macaulays, A. Herculanos, e tantos outros célebres historiadores. São estas as excelências por que também se recomendava Lisboa, e prometiam nêle o futuro sucessor de Southey, se um dia a saúde lhe permitisse escrever o nosso passado como colônia, como reino, e depois como nação independente. São

(93) Era inevitável a citação de Thiers e Guizot a êste respeito. A prova de que o conceito do bom historiador não é em nossos tempos o que julgava a geração romântica, e o seu componente retardatário Antônio Henriques Leal, está em que já em fins do século passado o autor dos *Récits Mérovingiens* tinha perdido todo o conceito, justamente por se deixar levar pela imaginação fantasista, e fazer generalizações apressadas e amplas com pequeno fundamento documental. No mesmo caso está Michelet, outro dos ídolos dos nossos letrados do século XIX. V. a propósito a obra de Charles V. Langlois e Charles Seignobos: *Introdução aos Estudos Históricos*. Mais uma vez o dizemos: Varnhagen não elaborou sínteses históricas, simplesmente por julgá-las prematuras no estado dos nossos conhecimentos positivos dos fatos; não porque lhe faltassem aptidões para isso. Deixava a fácil tarefa de fazê-las precárias, sôbre a areia, aos jornalistas e oradores de província.

essas as balisas que *extremam da mediocridade o engenho bem formado*, e de *tantos remendões de datas e fatos mal apreciados e acumulados sem lógica nem talento*, quem era fadado para historiador».

Continua a censurar acremente o sorocabano por ter, para «inquinar a bem formada reputação de João Lisboa», lançado mão de «folhetos e artigos caluniosos, que foram desprezados pelo próprio agredido como incapazes de poder fazer-lhe a menor mácula no nome».

Ora essa! Deveria recorrer porventura aos depoimentos de seus admiradores incondicionais, como Leal e Joaquim Serra? E se Lisboa não respondeu aos ataques, classificados pelo seu panegirista de *caluniosos*, por que motivo atribuir o silêncio a desprezo, e não a confissão tácita de culpabilidade? Note-se bem que a verrina de Cândido Mendes apensada ao *Ofício-Protesto* estava assinada, e precisava os fatos delituosos imputados; não era do teor dessas difamações vagas, cuja autoria geralmente se encobrem com o anonimato; estava, portanto, a exigir resposta.

Depois de uma longa digressão sobre a crueza de nossas campanhas jornalísticas, que, alimentadas pela paixão política, de derruir e atassalar, nada poupavam no seu ódio, nem a honra pessoal dos contendores, nem o bom nome de suas famílias, mães, filhas e espôsas, passa Leal a comentar a declaração de Pôrto Seguro, de que possuía «uma riquíssima coleção» de impressos, que depunham contra o caráter de Lisboa, *remetidos do Pará «para distrair»*, diz Leal, «a atenção da sua verdadeira procedência... seguramente a mesma do nº 2º do *Semanário Maranhense*, que finge ter-lhe vindo de Pernambuco». Ataca sua falta de critério em dar valor documental a tais escritos, e excede-se em declamações a favor dos créditos de Lisboa como advogado probo e de nomeada. Diz êle: «Se o Exmo. Sr. Visconde de Pôrto Seguro tem tão apurada e imparcial crítica ao estudar a história quanto no agredir seus adversários, e aos que classifica de tais, devemos estar prevenidos contra ela: se não discrimina nos nossos tempos o que há de verdadeiro entre as trevas espalhadas pela maledicência, os nossos egrégios patriarcas da Independência descerão de seus pedestais, e nem sei que juízo fará do nosso primeiro imperador e do seu reinado, a ler com tal critério os jorna's próximos ao 7 de abril de 1831...»

Outro ponto que lhe merecia reparo era o de possuir Var-nahagen, segundo d'zia, coleções do *Brasileiro*, do *Pharol*, do *Êco do Norte*, da *Crônica* e de quantos jornais escrevera Lisboa. Como não lhe constasse existirem outras coleções dessas fôlhas além das que êle, Leal, com dificuldade reunira e doara à Biblioteca Pú-

blica da província, «fôra assaltado pela suspeita de que as houvessem subtraído de lá, e de fato soubera por pessoa segura de que faltavam exatamente êstes jornais nas estantes da biblioteca! Incumbia, pois, às autoridades, descobrir o mistério e punir o delinquente!» (94).

Também procura contestar, dizendo-se estribado numa carta do Marquês de Penafiel (Serra Gomes), que não estava autorizado a publicar, a asserção de Varnhagen, de ter recusado em Lisboa entrevistas solicitadas a êle por Timon, servindo como agente de aproximação o referido Sr., amigo comum. Achamos muito estranho que Antônio Henriques Leal, que tão sôfregamente dava a publicidade cartas de Inocêncio e Franco de Castro, por lhe parecerem servir a seus intentos, deixasse de publicar esta, que, segundo suas palavras, lhe permitiria assentar documentadamente o labêu de mentiroso no Visconde de Pôrto Seguro. Se Serra Gomes lhe pedira sêgrêdo por não desejar indispor-se com Varnhagen, de qualquer forma êste já estaria violado com a notícia dada por Leal, de que êle lhe garantira não ter servido de intermediário no caso. Achamos generosidade e escrúpulos excessivos, principalmente partindo de pessoa que, como Henriques Leal, não sabia ter comedimento e compostura em seus escritos polemísticos.

Aqui poremos fim aos extratos e comentários das numerosas páginas *in-4º* onde o plutarco maranhense deu largas a seu ódio contra o autor da *História Geral*, e à amizade e admiração sem reservas pelo comprovinciano falecido. Para realizar êste trabalho tivemos, como já foi dito, de fazer grandes esforços sôbre nós mesmos, a fim de impedir que a irritação e revolta, que nos acometeram ao ler tantos insultos e inépcias, nos levasse a suspender o trabalho. Protestamos, porém (e será fácil aos leitores verificarem nossa boa fé mediante a leitura do t. IV, págs. 151 a 184 do *Pantheon Maranhense*, que é livro encontradiço em qualquer boa biblioteca pública) que essa irritação, claramente visível nos nossos comentários e notas, em coisa alguma influiu para que modificássemos, adulterássemos ou suprimíssemos conceitos do autor com o fim de acomodá-los à refutação que fizemos ao longo da respectiva exposição. Jamais nos esquecemos de que era nosso dever, na resenha, funcionar como simples relator dos *provarás* de parte a parte.

Tendo-nos, pois, limitado a transcrever entre aspas e a parafrasear, na íntegra, ou resumidos, os argumentos expendidos por

(94) Em que palpos de aranha sentir-se-ia Cezar Augusto Marques ao ler esta passagem, êle que forneceu a Pôrto Seguro farta documentação para o *Prefácio* e notas suplementares do *Oficio-Proteto*, e outros panfletos que Pôrto Seguro pretendia escrever sôbre a matéria!

ambas as fações, e desta última forma somente quando os litigantes se estendiam demais, ou versavam matéria um tanto à margem dos pontos discutidos; o leitor ficará, em consequência, habilitado, com os autos do processo em mãos, muito difíceis de reunir, a julgar por si próprio quem tinha razão na contenda; Varnhagen ou seus antagonistas; ambas as partes litigantes, conforme o ângulo sob o qual encaravam a questão; ou nenhuma delas; assim como, também, a sentenciar sobre o grau de isenção e critério com que se houveram os nossos críticos e historiógrafos, ao opinarem sobre a memorável polêmica.

Como era de esperar, as opiniões variaram muito, ao sabor dos sentimentos e prevenções de cada um, e dos meios de que dispuseram os opinantes para informar-se (95), manifestando-se não só quanto ao valor da tese em discussão, como sobre a maneira por que ela se desenvolveu, isto é, o procedimento que no caso tiveram João Francisco Lisboa, Varnhagen, e os aliados de um e outro.

Transcrevemos êsses juízos, na ordem cronológica de sua aparição, sem comentários; grifamos apenas, como é nosso costume, uma ou outra passagem ou palavra.

* * *

O primeiro depoimento que conhecemos é do velho mestre Capistrano de Abreu, profundo conhecedor da bibliografia varnhageniana. Saiu no necrológio publicado no *Jornal do Comércio* de 20 de dezembro de 1878, menos de seis meses após a morte do historiador.

«Depois que Varnhagen publicou sua *História*, e apresentou a massa ciclópica de materiais que acumulara, *muitos se julgaram* aptos a erguer um *monumento mais considerável*, e *atiraram-lhe censuras e diatribes* que profundamente nos punham. Também êle tinha muitos pontos vulneráveis. *Era dos homen inteiriços*, que *não apoiam sem quebrar*, não tocam sem ferir; e matam moscas a

(95) Raríssimas pessoas poderão ter tido oportunidade de conhecer a totalidade das peças que constituem os autos desta e das demais polémicas relatadas neste capítulo e no anterior. A leitura de uma réplica não supre a do libelo antagonista, embora geralmente inclua transcrições dêle, porque estas aparecem, em geral, truncadas e adulteradas para facilitar a refutação. Ora, quase todos os *provarás* foram apresentados em folhetos há muito esgotados, e alguns raríssimos, tendo-se visto obrigado o autor dêste trabalho, que já possuía uma «varnhageniana» bem grande ao começar o seu trabalho, a mandar copiar à máquina alguns folhetos e a comprar outros por preços de ocasião (para os vendedores); e isto para não incidir, como alguns de seus predecessores, no êrro de emitir juízos sobre matéria que apenas conheciam superficialmente, ou, às vezes até, somente através dos títulos dos panfletos, lidos nas bibliografias do sorocabano.

pedradas, como o urso do fabulista. Em muitos pontos em que sua opinião não era necessária, êle a expunha complacentemente, *com tanto maior complacência*, quanto mais se afastava da opinião comum. Suas reflexões às vezes provocam um movimento de impaciência que obriga a voltar a página ou a fechar o volume. Muitos assuntos sem importância, ou de importância secundária, só o ocupam por serem descobertas suas.

«A polêmica com João Lisboa, *em que teve talvez razão*, porém em que teve a habilidade de *pôr todo o odioso do seu lado*, converteu em inimigos seus os numerosos admiradores do grande maranhense. Homem de estudo e meditação, *desconhecia ou desconhava* muitas das tiranias que se impõem com o nome de conveniências. Sensível ao vitupério como ao louvor, se respirava com delicias a atmosfera em que êste lhe era queimado, retribuía aquêlo com expressões nada menos que moderadas».

«Essas feições são as que geralmente se associam no *espírito do leitor brasileiro* ao nome do Visconde de Pôrto Seguro. Ninguém procura sob as aparências rudes o homem verdadeiro — o trabalhador possante, o explorador infatigável, o mergulhador que muitas vezes surgia exausto e ensanguentado trazendo nas mãos pérolas e corais. Parece que nos domina a fatalidade de perceber os objetos sob os aspectos mais desfavoráveis; uma idiosincrasia tinge tudo de negro ou amarelo: cedemos a uma predisposição pessimista, niilista, anárquica, talvez bebida com as águas, talvez herdada dos Tupis que, segregados por lutas intestinas e rivalidades perpétuamente renascentes, não conseguiram fundar um estabelecimento análogo ao que se encontrou no México e no Peru». Isto escrevia o mestre em 1878 (*Ensaio e Estudos*, 1ª série, págs. 135-136).

«A sua opinião sobre os Tupis tem encontrado geral desfavor: julga que a compressão exercida sobre êles era mais que necessária, era indispensável, e aos seus olhos as *bandeiras* que os Paulistas levavam até as missões jesuíticas eram a solução mais natural que se podia imaginar. Sem querer defendê-lo, pode-se em todo o caso chamar a atenção para circunstâncias atenuantes. Êle não colocou o debate no terreno abstrato e absoluto da justiça, porém no da conveniência e da utilidade. Na tragédia que se desenrolava nas veigas platinas, ou nos campos amazônicos, *não via a braços a liberdade e a escravidão*, porém, jesuitas que *queriam isolar os caboclos para convertê-los em instrumentos de manejos políticos*, e *patriotas* que *queriam incorporá-los à civilização*, transformando-os em forças vivas do progresso. Quem comparar o Estado de São Paulo com a calma podre daquele cemitério de um povo, que se chama Paraguai; quem não esquecer que *nesses dois lugares funcionaram o sistema que êle defende e*

o que combate, hesitará certamente antes de condenar o historiador. Além disso, o *exagêro a que depois levou uma idéia justificável, senão justa*, a princípio não existia: brotou de contradições veementes e polêmicas irritantes (*Idem*, pág. 137)».

* * *

Eduardo Prado, êste, aventou que «Varnhagen era partidário da exterminação do índio [quando, pelo contrário, desejava que fôsse pôsto em clientela para poupar-lhe a vida em constante ameaça pelas tribos inimigas], e que no seu singular patriotismo odiava o caboclo brasileiro». Escreve mais estas palavras: «E o caboclo é, no entanto, um homem que todos devemos admirar, *pela sua força*, e porque, afinal de contas, *êle é que é o Brasil*, o Brasil real, bem diferente do cosmopolitismo artificial em que vivemos nós, os habitantes desta grande cidade [São Paulo]. Foi êle quem fêz o Brasil (*Conferências Anchietaanas*, pág. 47)».

* * *

Oliveira Lima, em seu discurso de recepção em 1903 na Academia Brasileira de Letras, assim se manifestou:

«O sangue dos bandeirantes e o sangue alemão, que de mistura lhe corriam nas veias, não podiam gerar o sentimentalismo sôbre que se assentou em boa parte a corrente indianista de nossa literatura. E como *teve sempre a coragem das suas opiniões, mesmo se apodadas de pouco humanitárias*, sustentou-as com convicção quando vinha a propósito, e com *vivacidade* ao travar com o ilustre prosador maranhense João Francisco Lisboa a polêmica de que ficou por memória o folheto *Os Índios Bravos e o Sr. Lisboa*».

«Varnhagen era *francamente anti-indianista*, como logo o notou d'Avezac, estranhando que, em vez de começar sua História pela dos aborígenes (96), êle a começasse pela de Portugal, da terra dos colonizadores, da qual o Brasil assim formava o mero desdobramento peculiar no ultramar (97). Era anti-indianista em

(96) Na 2ª edição transpôs os capítulos relativos à etnografia dos aborígenes e à terra para o começo do livro. Foi porventura a essa modificação, de ordem meramente metodológica, e àcerca da qual o próprio historiador hesitara antes de imprimir a 1ª edição, que aludiu Capistrano de Abreu ao dizer que o historiador, «na segunda edição da sua obra capital *enxertara nas idéias de Martius as vistas luminosas de d'Avezac*, contra as quais a princípio protestara enêrgicamente (*Ensaios e Estudos*, I, pág. 196)».

(97) Eis um dos artigos do Ibelo de «lusitanismo» feito ao historiador! Deveria Varnhagen, para gaudío dos indianófilos, cair em ridículo ainda maior que o de alguns historiadores peruanos que consideram a Carlos V o 12º Imperador do Peru, usurpador do trono de Atahualpa?

tudo, menos na linguagem, na qual dava caloroso abrigo aos termos americanos, ao passo que acusava os negros de haverem estragado no Brasil a língua portuguesa. *Os índios no estado selvagem lhe não mereciam, porém, simpatia alguma* : todos os encantos de Atala não lhe quebrariam a frieza (98). *Sem odiá-los como raça nem pretender exterminá-los* como parte pouco desejável da população nacional, *nenhuns direitos lhes reconhecia que valessem perante as exigências da civilização européia*, aquilo que o poeta Rudyard Kipling com tanto sucesso denominou o *White Man's burden*. Devera antes ter nascido Anglo-Saxão quem tão firmemente exhibia o orgulho do branco, tão gostosamente lhe zelava os foros, tanto lhe enaltecia os serviços».

«No seu íntimo Varnhagen não acreditava nos brandos esforços da catequese para amansar os índios, elevá-los à vida social, «reabilitá-los» como dizia a espécie do Romantismo que não preferia o puro estado natural. No chamado «Discurso Preliminar» (*Os índios perante a nacionalidade brasileira*) êle o declara mesmo : contava tão somente com a fôrça para contê-los, «avassalá-los», repeli-los quando preciso, obrigá-los a *tornarem-se uteis, trabalhando em benefício dos invasores para o progresso material, que por fim lhes aproveitaria também*. Não podemos, no entanto, *acusá-lo de inabalável escravocrata*. Sujeição dos índios era para êle equivalente a redução na importação dos africanos, cuja emancipação lenta e gradual acabou por advogar com animação, após ter pretendido substituir a servidão indígena à escravidão negra. Para *combater o seu desprezo fundamental pelas raças inferiores atuava o fermento da sua fé*, visto haver sido êle um crente num meio em que o *voltairianismo estava na moda*, assim como se revelou um conservador esclarecido e adiantado num tempo em que o epiteto de liberal andava comumente atribuído aos que afixavam idéias revolucionárias. *A sua ascendência era assás fidalga para permitir-lhe essa postura meio reacionária; a sua natureza assás altiva para dispensá-lo de cortejar uma fácil popularidade*, baseada no esquecimento das suas tradições de família e das suas tradições morais (Discurso citado, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, t. XIII, págs. 71-72)».

(98) No gênero da literatura de ficção Varnhagen pagou, na quadra da mocidade, tributo à corrente romântica-indianista influenciada pelo romance de Chateaubriand. Apaixonou-se pelos tipos de beleza indígena vistos através do prisma aformoseador dessa escola. A figura de Ypêca, virgem tupiniquim de Pôrto Seguro, nada fica a dever à tabajara Iracema de José de Alencar, da qual, foi, quiçá, a não confessada inspiradora. V. o 2º capítulo desta segunda parte.

Pedro Lessa, depois de expor o pensamento de ambas as correntes que se defrontavam acêrca do papel do índio na formação da nacionalidade brasileira, a *indianista* de Gonçalves Dias, Alencar, Magalhães e seus seródios discípulos Couto de Magalhães e Eduardo Prado, e a positiva [no bom sentido], de von Martius, que considerava os nossos aborígenes uma raça *que se acabava*, destinada a próximo e inevitável aniquilamento, procura defender Varnhagen das increpações que lhe foram feitas por Lisboa. Uma das primeiras defesas é contra a falsamente atribuída crueldade do sorocabano, em querer para os silvícolas reduzidos trabalhos forçados insuportáveis. O paulista não queria, absolutamente, que êles fôsem obrigados à estafante labuta dos campos de sol a sol. Vejamos como o espírito de tudo curioso e investigador do nosso primeiro historiôgrafo encontrara já em 1854 as bases racionais para a duração diária do trabalho agrícola nos climas tropicais, visando a saúde e o bem estar dos servos índios e negros :

«Parece que logo a princípio, no Brasil, onde a natureza é tão fecunda, que permite conseguir talvez resultados iguais aos de outros países com metade do trabalho [havia excesso de otimismo nestas palavras] *ninguém se lembrou* de que bastava que os colonos, ou os índios, trabalhassem nas lavouras desde as cinco até as oito ou nove da manhã, e desde as quatro ou cinco até as seis e meia da tarde, descansando assim, ou empregando-se em casa durante as sete horas mais calmosas do dia. E isto apesar de que, segundo bem sabemos, era esta entre os próprios índios a prática geral, antes da chegada dos europeus (*História Geral*, I, pág. 182)».

«As idéias de Varnhagen, acêrca dos nossos autóctones» — afirma ainda o grande jurista e primoroso escritor — «não eram de... Varnhagen. Faziam parte do ambiente da época (99). A necessidade do recurso à força e a inutilidade, em muitos casos, da catequese dos meios suasórios eram afirmadas em documentos oficiais, em que Varnhagen se apoia para justificar as suas asserções. Além de muitos relatórios de presidentes de províncias, lembra o nosso historiador, muito notadamente, o do ministro do Império de 1852, em que se lê êste trecho relativo aos indígenas : «sem o emprêgo da força... não é possível repelir a agressão dos mais ferozes, reprimir suas correrias, e mesmo evitar as represálias a que elas dão lugar», ao que acrescenta Varnhagen : «Entre os índios era tal a idéia dos benefícios da ameaça e do terror, que

(99) O sensato, bem entendido. Não o romântico e literário.

êles próprios pretendiam intimidar os céus disparando-lhe frechas, com o intuito de aplacá-los» (100).

Pedro Lessa chama também a atenção para os desastrosos frutos que começavam a produzir no estrangeiro a propaganda insistente, injusta e malévola, que no Brasil se fazia, da *falta de senso crítico, de serenidade e de critério*, por parte do nosso primeiro historiador. Refere-se especificadamente ao juízo externado pelo autor do *Catálogo Razonado de la sección — Lenguas Americanas* do Museu Mitre, em Buenos Aires, e que transcrevemos no 1º capítulo desta segunda parte, onde se qualifica Varnhagen de *infatigable investigador*, porém igualmente, de «enciclopedista histórico-geográfico-etnológico com bastante preparación, mas que *ha mostrado en todas sus obras poco criterio y un espíritu sistemático sin equilibrio*» (101). Bem se vê que o apreciador não lera os livros de Varnhagen, mas tão somente as apreciações gerais de seus críticos, que... por sua vez, também não os leram na extensão e com a atenção necessárias.

* * *

O primoroso estilista Sr. Celso Vieira assim se manifestou em 1923 sobre o problema do índio e a polêmica a respeito em que Varnhagen tomou parte :

«Só o missionário... viu no selvagem o que veria muito mais tarde Lùbbock: uma criança com instintos e paixões de homem. O grande espírito de Varnhagen *chegou a formular*, mas, infelizmente, *não se conteve nessa fórmula*, a verdadeira atitude moral do homem civilizado em face do homem primitivo. «Fácil era de ver — considera o historiador — que os índios, crianças pelo entendimento, só poderiam ser conduzidos à civilização, tendo sobre êles os chefes a mesma autoridade e *supremacia carinhosa* que sobre os filhos e pupilos concede a nossa legislação aos pais e tutores». Assim o estatuíra, aliás, a antiga legislação portuguesa; assim dispõe o nosso Código Civil, exatamente, que os silvícolas ficarão sujeitos ao regime tutelar, cessando êste à medida que se adaptarem à civilização do país. Mas *tutela não é cativoiro; supremacia carinhosa não é a prática de ferrar, vender, oprimir*, encadear o semelhante, esburgado pela fome, retalhado pelos açoites, como se *fazia na época das entradas, bandeiras e partidas de resgate*».

«Não contente ainda com *atribuir à crueldade outro nome*, chamar-lhe *necessidade*, Varnhagen alardeou a eficiência magna do sistema. Valeu-se da idéia expiatória para legitimar o sacri-

(100) *Discursos e Conferências*, pág. 247.

(101) *Op. cit.*, págs. 250-251.

fício dos tupis, recorreu *estrepitosamente* aos pósteros na sua demanda, mas *nunca será dêle o triunfo*. A sensibilidade moderna exalta cada vez mais a *tendência humana da era colonial*, desde as *cartas do Padre José de Anchieta aos sermões do Padre Antônio Vieira* (102). Se as vozes amigas do selvagem, nomeadamente Gonçalves Dias e José Gonçalves de Magalhães, comoveram a alma nacional, sob o império, culminam hoje o pensamento e a ação indianistas, para *glória da atualidade*, tanto na cruzada rondônica até os confins brasileiros, como na síntese do elemento aborígene construída pelo saber de Rocha Pombo, mestre admirável na história contemporânea do Brasil. Evidentemente a simpatia com que Varnhagen considerou o martírio dos africanos, vindos para o Brasil na escravidão, na tortura, no lóbrego inferno dos porões, vórtice donde subia o clamor de uma raça escarnecida e flagelada, honra-lhe muito mais o nome, reflete muito melhor o nosso evangelho e a nossa humanidade.

Litigamos, assim, contra o historiador, assim o julgamos nesse prélio...» (103).

Vejam, finalmente, o parecer do Sr. Basílio de Magalhães.

«Mais notável ainda do que a acima exposta foi, a meu ver, a polêmica que Varnhagen travou com João Francisco Lisboa, e na qual se intrometeram dois outros escritores, um compatriota

(102) Quanto ao parecer de Anchieta sobre a necessidade de apelar, em certas circunstâncias, para os meios coercitivos, remetemos o leitor para a nota A no fim do opúsculo.

No respeitante ao Padre Antônio Vieira, a quem o Sr. Celso Vieira tão generosamente brinda com as honras de paladino incondicional da liberdade dos índios sabe-se que se animou, num dos seus sermões no Maranhão, a pôr o cativo perpétuo (não a servidão temporária de quinze anos lembrada por Varnhagen) para aqueles que estivessem para ser mortos e comidos pelos adversários, como meio eficaz para remediar a carência de braços no Estado. Nas mesmas condições ficariam «os que sem violência fôrem vendidos como escravos de seus inimigos, tomados em justa guerra...»

«Em síntese, clara ou encobertamente, todos escravos», exclama J. Lúcio d'Azevedo: — «os que ficavam nas casas dos colonos, os que saíam delas para as aldeias, os que comprados ou resgatados se iam buscar ao sertão (Cf. *História de Antônio Vieira*, I, 224)».

O Sr. Júlio de Mesquita Filho transcreve no livro *Ensaio Sul-Americano* recentemente publicado, estas palavras do superior das missões do Maranhão: «Para os atrair [aos índios] os convidem com resgates, prometendo-lhes companhia (?). Caso por este meio não se submetam então os podem obrigar pelas armas (pág. 251)».

Procurar, sem qualquer indicação, estas duas frases na imensa obra do grande jesuíta equivale a procurar agulha em palheiro. Não as encontramos numa rápida busca que fizemos, mas confiantes na boa fé do publicista, acreditamos tenham sido fiel e textualmente transcritas.

(103) *Varnhagen (O Homem e a Obra)*, págs. 79-81.

nosso e o outro português. O paulista e o maranhense haviam mantido... cordiais relações. Este... quando deu à estampa os ns. 11 e 12 do *Jornal de Timon*... discordando das idéias que Varnhagen, naquela sua grande obra [a *História Geral*], tinha preconizado para a solução do nosso problema indígena, discutiu-as amplamente ali... fazendo praça de sentimentos humanitários, sem, todavia, em *nada ferir os melindres do amigo* [?!]. O primeiro a surgir na estacada, à qual ninguém o chamara, foi Frederico Augusto Pereira de Moraes, que, com o seu cognome de «Erasmo» (anagrama do último termo do seu cognome), publicou a *Diatrise contra a Timonice do Jornal de Timon, maranhense, acêrca da História Geral do Brasil do Sr. Varnhagen* (Lisboa 1859, in-4º de 47 págs.). Talvez êste folheto servisse de instigação ao depois Visconde de Pôrto Seguro para lobrigar nas entrelinhas da nota de João Francisco Lisboa acusações graves à sua pessoa e *transformar simples argueiros em cavalheiros*. Tardou, por motivo de que deu explicações, com o longo e minudencioso revide assim intitulado : «*Os Índios Bravos e o Sr. Lisboa, etc...*» Antônio Henriques Leal, comprovinciano e amigo devotado de João Francisco Lisboa, não pôde ver com bons olhos essa *já seródia investida contra quem por, falecido em 1863, não podia mais defender-se de uma reação sobremodo excessiva à ação*; e valendo-se da oportunidade da publicação dos seus «Apontamentos, etc...» inseriu nêles a seguinte nota : [Transcreve-a e continua] Êste final *foi como uma punhalada na suscetibilíssima vaidade do já Barão de Pôrto Seguro*. Apenas leu tal tópico em nossa *Revista* enviou *tão desabrida contestação, que não pôde esta ser publicada...* (104) *Prevendo esta deliberação, ou já inteirado dela, fez imediatamente imprimir o «Ofício-Protesto»...* A êste opúsculo deu José Carlos Rodrigues... *com razão*, os qualificativos de «desconchavado» e «atrabiliário», porquanto Pôrto Seguro não tratou aí sòmente de excusar-se da demora com que replicara a João Francisco Lisboa, mas, além de descarregar em Antônio Henriques Leal a *mais desbragada descompostura* (105),

(104) No lugar da *Revista* indicado por Basílio de Magalhães (t. XXXVIII, p. 2ª, págs. 163-164) nada se diz sôbre os motivos da não publicação do *Ofício-Protesto* no órgão do *Instituto*. Sua linguagem não é desabrida. A nosso ver a petulância de A. H. Leal estava a merecer revide ainda mais enérgico.

(105) O Sr. Basílio de Magalhães quiz aqui ser mais realista que o rei, tomando as dores do amigo de Timon. Antônio Henriques Leal, cujo temperamento nada tinha de brando e cordato, quase nada enxergou nessa réplica de ofensivo a sua pessoa, tanto que, no *Pantheon Maranhense*, inseriu a frase seguinte: «No que parece procede acertadamente o Sr. Visconde de Pôrto Seguro/em não querer descer a ocupar-se da minha insignificante pessoa (t. IV, pág. 183)».

ainda se prevaleceu da ocasião para reeditar de uma verrina de Cândido Mendes de Almeida... frases deprimentes do caráter do redator do *Jornal de Timon*, sem o menor acatamento ao piedoso preceito do «Parce sepultis!»

«Não insistirei, contudo, no esmiuçamento dessa *deplorável falha, que obnubilou o formoso e fecundo espírito de Varnhagen*, e passarei a dizer algumas palavras sobre as suas idéias, ainda tão mal apreciadas, quanto ao nosso duplo problema da escravidão africana e da tutela dos silvícolas, as quais proporcionaram aso à polêmica, acima referida nas suas linhas gerais».

Passa o Sr. Basílio de Magalhães a expor as idéias de Varnhagen, procedendo com critério e justiça na apreciação do ângulo em que os contedores se colocaram, tanto a respeito de índios como de africanos. Contudo, a certa altura, alude ao sangue alemão de Varnhagen como explicação para suas tendências :

«Quanto aos nossos silvícolas Varnhagen, *em cuja mentalidade prepondera o forte cunho germânico*, e que não pôde nunca conformar-se com o que êle denominou *tendências indiscretas e falsas de patriotismo caboclo* externou suas primeiras idéias em 1850 [1849, aliás. B. de Magalhães faz o histórico da exposição do problema e continua]: Não se viu, ainda há poucos anos atrás, outro sábio, êste de puro sangue teutônico, o Sr. Hermann von Ihering, afirmar alto e bom som que os nossos míseros irmãos das selvas deveriam ser exterminados a bala? João Francisco Lisboa, na atitude que assumiu contra Varnhagen, só evangelizou as mesmas *excelsas idéias* que Augusto Comte, naquela época, já havia sistematizado e propagado, no tocante à condenação da guerra e da escravidão moderna, e foi, por isso, o mais idôneo intérprete da extrema sentimentalidade brasileira, a par dos mais elevados princípios da boa razão, e da sociologia positiva. Mas, no ponto de vista «prático» em que se colocara o Visconde de Pôrto Seguro, tinha êste a seu favor o exemplo de certos povos, como o yankee e o argentino, os quais, com relação ao problema dos índios, preferiram a motivos de sentimento filosófico ou religioso, o simples emprêgo da força bruta. Não vacilo, entretanto, em declarar que, nesta questão, e sem que vise a refutar os fatos inegáveis da nossa evolução colonial e monárquica, apontados pelo grande historiador sorocabano — permaneço enfileirado entre os que pensam como o *indeslembrável* autor do *Jornal de Timon*» (106).

* * *

Varnhagen trouxera em abono e refôrço de suas convicções a frase do bispo Azeredo Coutinho de que «a escravidão e a subor-

dinação eram o primeiro passo para a civilização das nações» (107). Esta simples e meridiana verdade, que tantos arrepios causava aos nervos dos contemporâneos do grande paulista, em crise de histeria humanitária, foi muitos anos depois solenemente afirmada e defendida pelo mestre da escola evolucionista do Direito, o ilustre von Ihering: «O domínio primitivo da força era necessário. Se a força não houvesse esmagado as resistências da vontade individual, se não tivesse habituado o homem à disciplina e à obediência, como se teria podido fundar o império do direito? Os tiranos e déspotas mais perversos têm feito tanto em favor do direito como os mais sábios e brandos legisladores. Era indispensável o concurso de uns e de outros, para se formar o direito de que hoje gozamos. Se não tivessem sido precedidos dos dominadores voluntários, os organizadores da norma jurídica nada teriam conseguido... Sem esse domínio da força bruta, sem a escravidão, teria sido impossível a formação do direito» (108).

É verdade que von Ihering era alemão, e os seus compatriotas foram sempre acusados de grandes apologistas dos métodos drásticos, e de alimentarem profundo desprezo pela personalidade humana, maximé quando representada pelos demais povos, desprezo êsse decorrente de sua íntima convicção da superioridade da própria raça sobre as demais, e do destino dominador que, segundo seus intérpretes coletivos, lhe reservou a Providência.

Varnhagen possuía sangue germânico pelo lado paterno, era fiel à forma monárquica de governo, tinha tendências aristocráticas, como por vêzes manifestou; e defendia uma solução pragmática para a chamada à civilização dos índios bravos. Não era necessário mais para que fôsse acusado em nossos dias de alimentar idéias racistas pela *intelectualidade* indígena, a qual, na maioria, se constitui de observadores superficiais. Êstes qualificam os sentimentos do sorocabano de incompatíveis com a tradicional tolerância e o espírito de assimilação manifestado em todos os tempos e lugares pelos colonizadores portugueses e seus descendentes. O historiador, segundo êsses opinantes, obedecendo unicamente aos impulsos atávicos da ascendência paterna, teria considerado irremediável a inferioridade social dos nossos silvícolas, deixando-lhes apenas a alternativa entre a barbárie antropófaga de um lado, — ou o jugo da escravidão disfarçada com o cognome de tutela, do outro; julgando impossível fazê-los compartilhar, em pé de igualdade com o homem branco, das vantagens da vida civilizada.

(107) *História Geral*, II, pág. XXI.

(108) Cf. Pedro Lessa: *Discursos e Conferências*, págs. 249-250.

Se Varnhagen vivesse nos nossos dias não escaparia ao labéu de nazista ou de *quinta coluna*. Foi sempre o vezo brasileiro : o apriorismo. O historiador manifestara idéias diferentes, e, até certo ponto, antagônicas daquelas de que estavam imbuídos os brasileiros de velha cepa. Tinha sangue alemão. Logo... teria de ser racista. Eis o raciocínio simplista dos que não se dão ao trabalho de procurar nos livros do escritor as doutrinas que realmente defendeu, e substituem-nas por conceitos fundados em vagas analogias.

Quando escreveu Varnhagen o que lhe imputam seus detratores ou coisa semelhante? Percorremos tôda a obra do grande sorocabano e não encontramos vestígio disso. Pois em que consiste, afinal, o racismo? — Em supor para as várias raças humanas, através das mais variadas vicissitudes históricas, a faculdade de conservarem certa soma de atributos de atividade, caráter, sentimento e inteligência, inatos e inalteráveis pelos meios educacionais, de modo a agirem e reagirem sempre da mesma maneira, desde que as condições históricas se repitam. Segundo a teoria racista, é impossível substituir aos povos seus atributos, digamos assim, sociogênicos, sem o recurso da infusão de plasma novo pela mestiçagem. O temperamento e os dotes intelectuais e morais de cada raça são, para os adeptos dessa escola, qualidades específicas, derivadas do soma, e não frutos da cultura, da educação e do meio físico. Era assim que, com razão ou sem ela, pensava Gobineau, o mestre do racismo.

Ora, quem tiver lido com ânimo desprevenido o que Varnhagen deixou escrito em vários dos seus trabalhos a respeito de índios, notará coisa totalmente diversa. O sorocabano era um crente na fôrça da civilização e dos meios educacionais para modificar a natureza humana, por isso que esperava da civilização compulsória dos nossos silvícolas os melhores resultados para a paz interna e o progresso do império.

Meditemos no seguinte período :

«... Ao vê-lo [ao índio Camarão] tão bom cristão, e tão diferente de seus antepassados, *não há que argumentar entre os homens com superioridades de gerações*; sim deve abismar-nos a *magia da educação, que, ministrada embora à fôrça*, opera tais transfigurações, que de um bárbaro prejudicial à ordem social pode conseguir um cidadão útil a si e à pátria» (109).

(109) *História das Lutas*, 1871, pág. 242.

Não basta ? Vejamos mais :

«A humanidade é a mesma por tôda a parte, e por tôda a parte necessita marchar a passos lentos para não tropeçar e aleijar-se» (110).

Ainda não estais satisfeitos ? Atentai neste período :

«Não há de minha parte a menor idéia de agressão ou desconsideração para as gerações índias. Creio que *não eram melhores* os europeus (*começando pelos Germanos de que procedo*), nem os asiáticos, quando eram bárbaros e selvagens» (111).

Vêde mais :

«A observância da religião e o *poder das boas leis podem melhorar os homens e as gerações*; e são *efetivamente quem os melhora* para Deus e para a sociedade» (112).

E também :

De tais povos [os selvagens] na infância não há história : há só etnografia. Nem a crônica do seu passado, se houvesse meio de nos ser transmitida, mereceria nossa atenção mais do que, tratando-se da biografia de qualquer varão, ao depois afamado por seus feitos, os contos da meninice e primitiva ignorância do ao depois herói ou sábio. *A infância da humanidade na ordem moral, como a do individuo, na ordem física é sempre acompanhada de misérias. E sirva esta presunção para qualquer leitor estrangeiro, que por si, ou pela infância de sua nação, pense de ensoberbecer-se*, ao ler as pouco lisonjeiras páginas que vão seguir-se» (113). Seguem-se descrições da vida, usos e instituições do índio.

Mais um período para terminarmos :

«... Estamos persuadidos de que, se por figuradas idéias de *brasileirismo* os quiséssemos indevidamente exaltar, concluiríamos por ser injustos com êles [os indígenas], com os colonizadores, com a *humanidade em geral*, que *tôda constitui uma só raça* [uma só espécie, deveria dizer], e, portanto, com a nação atual brasileira, a que nos orgulhamos de pertencer» (114).

(110) *Memorial Orgânico*, 2ª parte, pág. 15.

(111) *Os Índios Bravos*, pág. 26.

(112) *História Geral*, I (1854), pág. 338.

(113) *História Geral*, I, pág. 108.

(114) *Idem*, t. II (1857), pág. IX-X.

Poderíamos referir também uma passagem da *História da Independência*, em que se louva o «Projeto para o estabelecimento político do Reino Unido» de Antônio Oliva de Sousa Siqueira, no qual o autor, que tinha em vista manter a união do Brasil com Portugal, entre outras muitas providências, propunha a abolição dos nomes de *mulato*, *crioulo*, *caboclo*, etc. . . . , como humilhantes e fomentadores de ódios e rivalidades (115).

Creemos que bastam estas transcrições. Onde o tão falado *racismo* de Varnhagen, o seu irredutível orgulho de branco puro (mais do que legítimo, aliás), a sua empáfia germânica? Onde a afirmação da inferioridade irredutível dos índios? Uma coisa, porém, é acreditar na possibilidade de trazê-los ao grêmio da civilização, e outra muito diferente, é confiar na evolução espontânea dessas sociedades bárbaras, ou esperar resultados vantajosos dos meios brandos, demorados, dispendiosos, e, no fim de contas, ineficientes, como são os que consistem em presentear os silvícolas com pérolas de vidro, espelhos, crucifixos, medalhinhas, ou coisas mais úteis, como anzóis, facas e machados, abandonados nos trilhos e encruzilhadas; em suportarem os civilizados, com paciência evangélica, os assaltos a suas vidas e propriedades pelos índios bravos, sem o direito de reagirem em legítima defesa; em ~~cevar~~ ^{rem}-se os apetites de glotonice, e a indolência congênita dos indígenas, mediante a distribuição de viveres sem a exigência de trabalho em troca; em transigir-se com a sua vagabundagem e falta de hábito de trabalhos regulares, etc. . . . processos êsses exaltados pelos românticos do século XIX, e, ainda nos nossos dias, pelos adeptos de certa seita filosófica, que no Brasil republicano têm sabido explorar vantajosamente a rendosa indústria da Humanidade.

A diferença única entre o conceito de Varnhagen e o dos Jesuítas a respeito dos índios consistia em que os filhos de S. Inácio os consideravam crianças grandes, em condição de menoridade permanente, e carecedoras de constante tutela paternal. Varnhagen também os julgava crianças pelo entendimento, mas susceptíveis de se tornarem *homens* pela educação. Se divergia dos Jesuítas era apenas em acreditar ingenuamente na capacidade latente dessa raça organicamente incapaz. Seu único erro foi o de uma ilusão generosa, só isso. Os Jesuítas não incidiram nêle. Por êsse motivo estavam longe de pretenderem, com as providências protetoras que arrancavam da piedade dos reis, a liberdade plena para seus catecúmenos, mas sim a servidão permanente, embora temperada pela brandura. Eis os motivos pelos

quais se opuseram sempre à administração dêles pelos seculares, e ao mesmo tempo, se empenharam de corpo e alma em aldeá-los e em chefiar os trabalhos de conversão e administração das aldeias.

Precisamente pelo fato de ser um crente na fôrça da educação, e não considerar defeito irremediável a inferioridade dos povos bárbaros; isto é, pelo fato de julgar possível o aperfeiçoamento moral e a melhoria das condições materiais e jurídicas dos silvícolas; — Varnhagen, muito coerentemente, não se entusiasmou com o regime das *reduções* jesuíticas, pelo qual mediante sábia, providente e paternal administração, os índios aldeados eram conservados ao abrigo de necessidades prementes, e protegidos contra a ganância dos mercantes, que não deixariam de explorá-los, trocando por quinquilharias sem valor o fruto de seu árduo trabalho agrícola, e das indústrias caseiras em que se ocupavam, principalmente as mulheres. Realmente, se o nosso historiador julgasse a raça tupi-guarani de uma irremediável incapacidade para a vida livre e responsável, e insuscetível de sair dessa minoridade perpétua a não ser para recair na barbárie, nada de melhor poderia fazer do que louvar sem restrições os métodos seguidos pelos jesuítas, que asseguravam aos catecúmenos o gôzo de uma vida cômoda e policiada, não obstante pouco adequada à formação de uma coletividade livre. Seu propalado anti-jesuitismo nada tinha da malignidade que animou os panfletários pombalinos, como, entre outros, o autor do *Uruguai*, poema que Varnhagen reeditou, substituindo-lhe as notas e comentários acres por outros mais justos e benignos. Se não louvou sem restrições o sistema de catequese dos padres, é porque êstes preferiam manter os seus pupilos num estado de espírito incapaz de deliberar, e que tornava indispensável a tutela permanente. No *Memorial Orgânico*, em que pela primeira vez expôs suas idéias, mostrou-se convicto da eficácia de um período de adaptação de 15 anos, para o índio bárbaro poder ser integrado, como cidadão livre e responsável, na comunidade brasileira.

É necessário também salientar que o historiador não era pelo estabelecimento da clientela (não escravidão) para os índios bravos (e só para êstes), e contrário à escravidão dos negros, pelo fato de julgar aquêles mais dignos da servidão do que os filhos da África, e a êstes últimos mais merecedores de compaixão; caindo assim na incoerência doutrinária que tão dura e injustamente lhe atribuiu o ilustre Timon. As razões que assistiam ao sorocabano eram as seguintes: em primeiro lugar, os negros em sua terra nativa, a África, não impediam ou prejudicavam o aproveitamento dos campos e riquezas naturais do nosso país; em segundo, uma vez cristianizados e assimilados pela civilização,

nenhum motivo de segurança pública nos assistia mais para mantê-los, e a seus descendentes, escravizados; por último, não desejava ver o Brasil transformado numa «catinguenta Guiné» com a continuação do tráfico. Enquanto isso esperava da assimilação dos índios, e do seu casamento com as baixas camadas da população branca, cruzamento muito menos repugnante sob o aspecto fisiológico do que com o negro, a constituição de uma verdadeira plebe livre brasileira, classe social que algumas províncias ainda não possuíam, por se dividir tôda a sua população em senhores e escravos.

Nós, que não acreditamos, em absoluto, no valor humano dos índios para a vida civilizada, não compartilhamos das esperanças de Varnhagen. Por isso mesmo é que, apenas levados por um sentimento insopitável de justiça a protestar contra as imputações infundadas de que tem sido vítima o grande sorocabano, empenhamo-nos em provar (e lisongeamo-nos de o haver conseguido) que Varnhagen *era muito menos racista* do que involuntariamente o mostram ser aquêles que, para exaltarem acima de tudo os méritos da Companhia de Jesus, põem nas nuvens a sabedoria do sistema das reduções, lastimando não nos têmos tornado um segundo Paraguai, e dando provas assim — achamo-os sensatos nesse ponto — de não acreditarem na possibilidade de transformar-se o índio em cidadão consciente.

Para os que aprovam, como o Sr. Celso Vieira, às disposições do nosso código, que consagram para os silvícolas o regime da tutela temporária, enquanto não se habilitam para a vida civilizada, não há porque discordar, no fundo, das propostas de Varnhagen, que não desejava para êles outra coisa. Jamais encontramos em sua obra entre os encômios com tôda a justiça prodigalizados aos bandeirantes, pela ação decisiva que desempenharam na formação geográfica e histórica da nacionalidade, a apologia da «prática de ferrar, vender, oprimir, e encadear» os *nossos irmãos* por parte dos mais que hipotéticos Adão e Eva, «esburgados pela fome, e retalhados pelo açoite», como — segundo o mesmo escritor, que segue nas águas dos panfletários jesuíticos, — se fazia na época das entradas, bandeiras e partidas de resgate.

Sem procurarmos, de forma alguma, inocentar em bloco nossos antepassados sertanistas da prática esporádica dessas crueldades, acreditamos, todavia, que, se êles obedeciam, na organização das bandeiras, aos móveis interesseiros e egoístas de adquirirem braços para o trabalho agrícola, como querem seus antagonistas, e nos parece também evidente, seu empenho deveria ser o de conservarem as «peças» no melhor estado de saúde e integridade física possíveis, e, naturalmente, não é crível que se entregassem,

por simples prazer sádico, ao uso e abuso de castigos corporais dispensáveis. Quanto às precauções imprescindíveis de segurança contra fugas e rebeliões adotadas por gente que, em pequeno número, tinha a conter enorme massa de cativos, acreditamos piamente que os chefes de «entradas» as tomassem: estavam para isso no seu direito, pois agiam prudentemente em legítima defesa.

Entre a política dos missionários jesuítas, de segregarem — com intentos caritativos ou egoístas, não nos importa agora discutir êste ponto — os índios do contacto e serviço dos civilizados; e a dos que preconizam a assimilação lenta e pacífica do sangue indígena pelo dos descendentes da raça conquistadora, mediante sua integração, voluntária ou forçada na vida civilizada, não hesitamos: condenamos ambas as escolas. A primeira por levar à criação de quistos raciais na nossa nacionalidade em constituição e perpetuar sentimentos de antagonismo entre os dois povos. A segunda, porque tende, em consequência da mistura com sangues inferiores, a produzir a degeneração, nas gerações futuras, das magníficas qualidades originárias da raça superior colonizadora.

O fim dos índios deve ser, a nosso ver, em que pese a von Martius, Varnhagen, Jesuítas, Indianófilos e Positivistas, — é necessário, para bem do Brasil que o seja: o seu completo aniquilamento, pois constituem uma raça, sob todos os aspectos inadaptável às civilizações do tipo daquela a que nos honramos de pertencer. Para isso, felizmente, não será necessário usar dos meios cruéis de repressão e extermínio, que hoje em dia não mais se justificam como represálias a assaltos, ou recursos de prevenção contra êles. Bastará abandonar os silvícolas à sua sorte. Seu destino está traçado. As simples condições precaríssimas da vida que se obstinam em levar, a enorme extensão do território que percorrem, forçando-os ao isolamento por cabildas e grupos pouco numerosos, e ao abuso das uniões endogâmicas, serão suficientes por si sós para produzirem, dentro de poucos decênios, a total extinção das escassas reliquias ainda existentes das populações aborígenes em estado selvagem. Verificar-se-á a exatidão do conceito de von Martius: os índios não constituem povos na infância da civilização; pelo contrário, são uma raça que se está acabando.

Quanto às qualidades que certos indianófilos impenitentes se obstinam em encontrar em nossas populações aborígenes, para se rejubilarem com a assimilação do seu sangue, é só passarmos os olhos pelos escritos dos primeiros cronistas, e logo verificaremos como são destituídas de fundamento essas suposições generosas. Os jesuítas Nobrega, Anchieta, Cardim, seus companheiros de menor notoriedade, e também Gandavo, Gabriel Soares e Frei

Vicente do Salvador, que puderam observar de perto as tribos índias ainda em pleno vigor da sua pureza de espírito e de hábitos primitivos, depõem eloquentemente como essa gente era pouco asseada, imprevidente, indolente, versátil nos gostos e afeições, faladora, viciosa, falta de senso das hierarquias sociais e do espírito de casta, assim como do de responsabilidade, e respeito à palavra empenhada e à propriedade privada. Quaisquer que tenham sido os intuitos, interesses e paixões, muito diversos, a animarem os autores desses depoimentos, o fato é que a sua unanimidade nos tira tôda a dúvida sôbre a verdade substancial das informações transmitidas.

Se depois de considerarmos nos índios êsses defeitos raciais tão incompatíveis com uma sociabilidade de ordem superior, passarmos a observar e comparar com êles as populações mestiças do nosso país, em cuja constituição entrou em grande quota o sangue índio, verificaremos como êsses atributos desgradadamente perduram ainda, quase íntegros, na índole de seus descendentes puros ou mestiçados, não obstante o verniz de civilização, que o convívio e a união de alguns séculos com a raça superior lhes ministrou.

Quem ignora como as nossas populações matutas do interior, e de certas regiões onde predomina o sangue indígena, são de índole desconfiada, avessas à vida sedentária e ao trabalho regular, preferindo ganhos pequenos com o mínimo de esforço, à vida cômoda e farta com um pouco mais de fadiga; devastadoras das matas e das riquezas florestais, que colhem e depredam imprevidentemente, sem pensarem no dia seguinte; fabricantes de desertos, pelas queimadas contínuas; propensas ao uso da tocaia para se vingarem dos desafetos, mediante a traiçoeira bala assassina; pouco cumpridoras de seus contratos de trabalho (116); pouco asseadas; propensas à vida parasitária e a aproveitarem-se

(116) É bastante conhecido o caso dos trabalhadores nos seringais da Amazônia. São via de regra caboclos ou meio caboclos os que se empregam nesse mister, e que aceitam o engajamento sômente quando no último grau de necessidade, famintos e cheios de dividas. Ao fazerem a locação de serviços recebem adiantadamente vários meses de salário, com o que pagam as contas mais urgentes e se proveem do necessário, para a vida em plena selva amazônica. É evidente que trabalhar durante êsses tantos meses não passa do cumprimento de uma obrigação de serviços já pagos. O seringueiro assalariado, porém, não entende assim. Pela menor rusga com o capataz despede-se, porque *não é escravo*, e não está disposto a *trabalhos forçados*, porque *não é criminoso*, etc..., mas não devolve os ordenados recebidos adiantadamente. Sendo freqüentes êsses calotes do trabalho, os donos dos seringais resolveram em alguns lugares apelar para o recurso de organizar uma policia armada, com o fto de fiscalizar os caminhos, todos fluviais, e impedir as deserções, único meio eficiente de que podem dispor para defesa do seu patrimônio.

sem labor do produto das terras e do trabalho alheio; faladoras e jactanciosas, principalmente quanto à valentia física; desconhecedoras dos níveis sociais; e finalmente, inclinadas a descarregarem todo o trabalho pesado nos ombros das pobres mulheres, enquanto os homens reservam para si a peonagem do gado, profissão conveniente a suas propensões de nomadismo, as aventuras da caça e da pesca, e os prazeres do violão?

Como não enxergar uma relação de causa e efeito nessa admirável concordância entre o painel que do caráter dos silvícolas nos deixaram os primitivos cronistas, e aquilo que em nossos dias observamos entre as populações caboclas suas descendentes?

Mas os índios tinham também qualidades, responder-nos-ão seus defensores. Eram de índole hospitaleira, liberais, sóbrios na carência de alimentos e conformados na desgraça, dotados de certo cavalheirismo para com o sexo frágil (117), além, naturalmente, de possuírem os predicados inerentes aos homens primitivos, e que vivem em contacto íntimo com a natureza: vista, ouvido e olfato apurados, senso de orientação nas florestas, capacidade para resistirem à fadiga física, talento para imitar o canto das aves e dissimular sua presença nas matas, dotes imprescindíveis a quem se alimenta da caça, só dispõe de armas rudimentares, e precisa surpreender os animais. Estas qualidades

O dono dos seringais não encontra autoridades para quem apelar, a fim de que obriguem seus empregados ao cumprimento das obrigações assumidas, mas, assim que procura defender-se com as próprias mãos, levantam-se imediatamente tremendos protestos contra a ação desses escravizadores do século XX, como lhes chamam, por parte da imprensa e dos chamados *intelectuais*, uzeiros e vezeiros na caridade e no humanitarismo à custa do bolso alheio.

(117) Outra crença romântica sem base documental. Varnhagen, a 1 de maio de 1844 escreveu uma carta ao secretário do Instituto Histórico (Arq. do Inst., lata 142, doc. num. 3059), comentando a opinião de Machado de Oliveira sobre a condição da mulher entre os silvícolas brasileiros, publicada na *Revista* (t. IV, págs. 168-201), e, para demonstrar como suas conclusões não passavam de devaneios sem o menor apóio na realidade, remetia um escrito de José de Anchieta encontrado em Évora, contendo informações sobre os casamentos dos índios, que saiu na *Revista* (t. VIII, págs. 254-262), e posteriormente foi incluído nas obras do jesuíta editadas pela Academia Brasileira (págs. 448-454).

Foi seguramente baseado neste documento e semelhantes que Varnhagen se animou a inserir na *História Geral* esta síntese sobre a condição da mulher entre os tupis:

«A sorte da mulher era julgada tão inferior à do homem, que muitas mães afogavam suas filhas ao nascer. Como também sucedia entre os povos gentios da Europa antes do cristianismo, as mulheres não eram quase mais que escravas. O amor limitava-se a uma paixão física, e nada havia nêlo de sentimento moral (I, pág. 120)».

são abonadas pelos mesmos cronistas que puseram em relêvo os defeitos dos índios.

De acôrdo. Mas se hoje nós brasileiros, em geral, possuímos total ou parceladamente tais qualidades, porque atribuí-las à herança do avô índio exclusivamente, se os dotes morais nomeados também o português os possuía em grau elevado, e não apenas nos indivíduos pertencentes às classes superiores da sociedade, como no geral do povo? Que se leia a altiva resposta de Jeronimo d'Albuquerque a Ravardiêre, o relato das duas expedições de Pero Coelho na obra de Diogo de Campos Moreno, e as de Antônio Raposo Tavares e Fernão Dias Paes (os dois últimos de puro sangue europeu, como Pero Coelho de Sousa) nos historiadores das Bandeiras; a coleção de narrativas de naufrágios editada por Bernardo Gomes de Brito; e os cancioneiros medievais e quinhentistas, e diga-se depois que a gente que resgatou o território brasileiro da barbárie neolítica não era sóbria, sofredora, dotada de espírito de renúncia e de sacrifício ao último grau, cavalheirosa em extremo com o belo sexo, etc...! Quanto à hospitalidade do português e seu descendente puro, quem quer que haja passado os olhos pelas narrativas dos viajantes que percorreram o Brasil nos tempos coloniais poderá dizer com que facilidade se abriam as casas e se franqueavam as dispensas ao estrangeiro. Não há absolutamente necessidade, para explicarmos hereditariamente tais qualidades nossas, de apelar para o vovô índio, que felizmente não o foi de todos nós, e que só tinha para nos legar batoques e tangas de pena, espólio que nenhum possível herdeiro se apresenta para reclamar.

Quanto ao nobre recato das nossas velhas famílias e os sentimentos de pudor e princípios de virtude em que educavam as filhas, será isso, porventura, legado moral dos tupis, gente que levava as próprias espôsas e filhas à rede do forasteiro, como complemento da hospitalidade?

Por outro lado as sociedades civilizadas não se instalam nas selvas, nem, tampouco, se nutrem normalmente da caça e da pesca. De pouco préstimo lhe podem ser, pois, o possuírem indivíduos com o senso da orientação desenvolvido e sabedores das manhas dos animais selvagens. As qualidades que elas requerem são outras: providência, método, capacidade de trabalho regular, e, principalmente, *respeito pela propriedade alheia*, as quais faleciam, quase por completo, nos índios.

Principalmente em relação ao significado da propriedade, varia muito o conceito do selvagem e do homem civilizado. O primeiro não compreende bem por que motivo o produto do trabalho individual deva pertencer a um só e não à comunidade da

tribo. Os cronistas atestam unânimeamente essa maneira de pensar e de proceder dos índios. Entre eles o fato tem explicação natural. Os povos selvagens não possuem reservas, nem de bens móveis, nem de alimentos. Tudo o que consomem provem do acaso de uma caçada, de uma boa pescaria, ou do encontro, numa mata, de frutos silvestres em abundância. Ora, o acaso atua forçosamente de forma salteada, e o beneficiador de hoje poderá ser o beneficiado de amanhã. Nesse mutualismo primitivo reside a segurança da alimentação da tribo.

O consumo e utilização em comum, porém, dos frutos do trabalho individual, — perfeitamente compreensível nessas sociedades naturistas primitivas, em que faltam os meios de poupar, e, portanto, as riquezas acumuladas pelo trabalho perseverante dos homens (muito desigualmente dotados para isso pela Natureza) — transforma-se, nos agrupamentos mais evoluídos, que já não entregam aos azares da sorte o provimento à sua subsistência, num processo sistemático de expoliação dos elementos capazes e providentes por parte dos improdutivos e perdulários, dando lugar, quando imposto à força, ao geral desestímulo dos mais altos valores humanos, e fazendo, conseqüentemente, decair o índice de prosperidade geral. É este triste resultado o que têm conseguido os chefes socialistas do nosso tempo, com suas maléficas e desassissadas providências legislativas, menos inspiradas pelo sentimento de solidariedade humana, do que pela torpíssima inveja da prosperidade alheia.

O mutualismo compreende-se, ainda nas sociedades mais adiantadas e complexas, desde que seus processos visem assegurar as pessoas e bens contra acidentes que é impossível prever a quem irão atingir. É o caso das instituições de seguros, mas ainda aí as taxas a pagar pelos segurados, são desiguais, e variam na ordem direta das probabilidades de sinistro.

É, porém, clamorosa a injustiça que resulta de sua adoção, quando aplicada obrigatoriamente pelos governos a campos onde não há a esperar reciprocidade nos benefícios, isto é, na esfera dos rendimentos do trabalho organizado, da iniciativa pessoal, e da inteligência, onde os resultados só em proporção mínima dependem do acaso, e, em quase tudo, de qualidades inatas ou adquiridas, constantes em certos indivíduos, e ausentes em outros.

* * *

Ao cabo de tantas e tão prolongadas pugnas pela imprensa o lutador estava exausto, sem mais ânimo para responder às críticas, fundamentadas ou não, com que era bombardeado por todos os lados. Temos a prova dêsse cansaço na declaração final

da réplica a Cândido Mendes e numa carta-resposta, que chegou a minutar, mas não se resolveu a expedir, defendendo-se de observações sôbre a *História das Lutas* feitas pelo Dr. Aprígio Justiniano da Silva Guimarães, membro do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, numa memória lida perante essa associação a 27 de janeiro de 1873, mas da qual só teve conhecimento quando saiu no *O Novo Mundo* de março de 1877 (págs. 66-69).

Intitulava-se a memória do Dr. Aprígio J. *Fernandes Vieira*, e era uma defesa dos direitos que, na opinião do autor, assistiam ao ilustre madeirense para ser considerado o verdadeiro iniciador e organizador da insurreição pernambucana, assim como da lealdade e abnegação com que sempre procedera, arriscando a vida, situação, e bens avultados na empresa que tomara a peito. Quanto a André Vidal, a quem Varnhagen dava a primasia sôbre o madeirense, poderia ser colocado a par do madeirense sem favor, nunca, porém, em nível de superioridade.

Silva Guimarães acusa a tese do sorocabano de apriorística, absolutamente não demonstrada, e nascida tão sômente do espírito *bairrista* (!) do autor. Estriba a impugnação nos assertos dos cronistas coevos, e de Netscher, assim como na tradição constante em Pernambuco. Ainda mesmo que não se admitissem como suficientemente provados os títulos de prioridade de Vieira, como ao acusador é que competiam os ônus da prova, Varnhagen é que tinha a obrigação de alicerçar o seu último juízo, absolutamente contrário ao tradicional, em novos documentos, que o deixassem fora de contestação. Ora, isto êle não o fizera.

Aprígio Guimarães apenas glosava a refutação que João Francisco Lisboa fizera, em nota à *Vida do Padre Antônio Vieira*, a idênticas conclusões já exaradas por Varnhagen na primeira edição da *História Geral*. Eis as palavras de Lisboa :

«O Sr. Varnhagen, na *História do Brasil* (t. 2º, Secç. 32, págs. 2 a 5; Secç. 33, pág. 39) se esforça por dar a primasia a André Vidal de Negreiros, natural da Paraíba, mas os serviços dêste brasileiro, pôsto que longos e relevantes, eram como inerentes ao seu ofício ordinário de soldado, e não têm o caráter de espontaneidade, dedicação e heroicidade que se notam nos de Fernandes Vieira. Nem o valor pessoal, e as campanhas daquele são para pôr-se em paralelo com a sublevação de todo um povo, feita à voz, ao exemplo, à rara intrepidez, e à magnificência e generosidade do ilustre filho da Madeira».

«Também o Sr. Cônego Fernandes Pinheiro, na sua memória intitulada *O Brasil Holandês* (*Revista do Instituto*, t. 23, págs. 95-97, nota 43), abunda nas mesmas idéias. A resistência de Fernandes Vieira às ordens públicas d'el-rei para que acabasse

com a sublevação, é ali qualificada de *cômica e quixotesca*, porque Vieira tinha outras instruções secretas que o animavam a continuá-la. Mas para valer o argumento era mistér que essas ordens secretas, verbal e misteriosamente transmitidas, afiançassem o triunfo definitivo, ou, pelo menos, a segurança pessoal do caudilho da sublevação. Mas o que constitui o seu heroísmo foi a constância com que, sem embargo da atividade equivocada e da duplicidade da côrte, continuou a arriscar tudo pela liberdade e independência de sua nova pátria, não ignorando que, no momento mesmo em que derramava o seu sangue por tão nobre causa, nos conselhos da coroa se agitava fria, para não dizer covardemente, o seu abandono, negando o mais escutado dos conselheiros a autenticidade das ordens, não menos que a justiça e pureza do movimento. Não bafejasse a fortuna as suas armas, e João Fernandes Vieira seria a vítima expiatória, que aplacasse a cólera e satisfizesse a vingança do inimigo (*Op. cit.*, pág. 96, nota)».

A resposta do Visconde de Pôrto Seguro à contestação do Dr. Aprígio, e que não chegou a ser expedida, consta de uma carta-aberta ao Dr. José Carlos Rodrigues e destinada às colunas do *O Novo Mundo*. Temos quase a certeza de que não chegou a ser publicada, o que certamente sucederia caso fôsse remetida ao destinatário, pois está redigida em têrmos corteses e comedidos. Essa convicção baseia-se não só na busca infrutífera que demos na coleção do referido periódico a partir do mês de abril de 1877 em diante, como também na circunstância de não existir a mencionada carta entre os originaes das de Pôrto Seguro endereçadas ao jornalista, hoje na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional, coleção Benedito Otoni. Como se trata de um documento inédito, e não muito extenso, julgamos dever reproduzi-lo na íntegra, segundo a minuta existente entre os papéis de Varnhagen no arquivo do Ministério das Relações Exteriores, tanto mais que do seu teor se deduz o essencial da contestação do Dr. Aprígio Guimarães.

«P. R. do Novo-Mundo».

«Pela leitura da minha precedente, agradecendo-lhe a remessa do seu número 75, de março passado (118) (em que vem um artigo ou breve memória do Sr. Dr. Aprígio J. da S. Guimarães, a respeito de João Fernandes Vieira, combatendo algumas idéias minhas) terá V. reconhecido que eu não me propunha responder com outro artigo. Esta resolução não provinha de

(118) Essa carta não se encontra entre os papéis de José Carlos Rodrigues conservados na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional.

falta de consideração para com o dito autor, a quem pelo contrário muito respeito e cujos escritos bastante aprecio, nem de não ter encontrado na «breve memória» nenhuns novos documentos ou novos argumentos que me fizessem mudar de opiniões, em que me firmei depois de cogitar por largos anos, mas sim de ter assentado que não devia entabolar agora polêmica acêrca de semelhante questão, quando por vários motivos tenha já antes deixado de envolver-me nela com o Sr. Felner, literato português, meu colega na Academia das Ciências de Lisboa, e que primeiro, em princípios de 1872, arvorara o estandarte da resistência à teoria por mim enunciada, e que professo, de ter sido André Vidal na restauração de Pernambuco, vulto em todo o sentido, de muito maior importância do que o mencionado João Fernandes».

«Entretanto é sem dúvida que o Sr. Felner produzia, não argumentos fundados em textos de autores já muito meus conhecidos, e mais ou menos fáceis de combater, mas sim, documentos de algum pêso e que me fizeram até modificar a minha opinião; admitindo não que o dito chefe, natural da Ilha da Madeira, tomara parte na defesa do forte de São Jorge (o que para mim não tem fundamento suficiente), mas sim em que capitulara no 1º Arraial do Bom Jesus, conforme já consignei na segunda edição da *História Geral*».

«E a razão por que não pretendo entrar em semelhante polêmica é porque, em consciência, prefiro dar-me na contenda por suspeito, como verdadeiro apaixonado em que insensivelmente me converti, em favor do herói paraibano André Vidal, o qual, até o aparecimento do 2º volume da minha *História Geral* (1857) e especialmente da minha *História das Lutas*, foi tratado com bastante injustiça por todos os escritores, e até, nos meus primeiros anos, por mim mesmo...».

«Assim só me resta apelar para o juízo da futura mocidade que entre a estudar a questão com o espírito não eivado das preocupações passadas».

«Mas sendo assim, poderá perguntar algum dos seus leitores, se eu já não pensava replicar, porque venho agora ao *Novo-Mundo* pedir a mercê da inserção de algumas [linhas ou palavras (119)] sôbre êsse mesmo assunto?»

Respondo que *unicamente* por aclarar melhor o último ponto a que aludi, retificando devidamente a asserção do meu contendor de haver eu entrado no número dos que, com injustiça a Vidal, conforme hoje entendo, elevei (quase plagiando opiniões alheias)

(119) Na minuta, como era nêle, aliás, muito freqüente, Varnhagen omitiu *currente calamo*, uma ou outra das palavras que inserimos entre colchetes, exigidas pelo sentido da frase.

indevidos altares a Fernandes Vieira; segundo fiz em um artigo biográfico acêrca dêste, que saiu por primeira vez publicado no *Panorama* de 3 de agosto de 1839; isto é, quando eu ainda frequentava os bancos das escolas; artigo que agora é citado, como para me acusar de contraditório, pelo ilustrado Sr. Dr. Aprígio, quase ao rematar a sua «breve memória», dizendo nela que escrevi essas linhas *não há muitos anos*.

«Como não há muitos anos, Sr. Doutor?»

«Segundo minha conta eu *saco* mais de trinta e sete; isto é, muito mais de metade dos que conto de vida; durante os quais, em outros pontos da história pátria, graças à muita consciência e nenhum amor próprio com que trabalho, e a novas e incessantes investigações, tenho tido que mudar não sòmente duas, mas até três ou quatro vêzes de opinião».

«O que significa, pois, o dizer-se que em 1839, quando eu *ainda* era *estudante*, tinha uma opinião análoga à dos dois panegiristas de Fernandes Vieira, Calado e Fr. Rafael de Jesus, e, *vinte e sete anos depois*, ao cabo de muitos exames e meditações, vi-me, em consciência, obrigado a assentar em outra? — Deixo ao próprio Sr. Dr. Aprígio que dê a sentença...»

«Não tinha pois eu, segundo até se deduz dêsse artigo, nenhuma opiniões antecipadas contra Fernandes Vieira; mas, em presença de muitos documentos, e por um sentimento invencível em favor da justiça *inteira*, denegada até nossos dias aos méritos de Vidal, tive de *pronunciar-me* conforme me ditou a consciência».

«Nem é certo que os antepassados consideraram na mesma linha os quatro agentes da restauração, Vidal, Vieira, Camarão e Dias (aos quais devemos juntar o General Barreto); leiam-se principalmente as páginas dos dois panegiristas acima citados (e de todos os que comungaram com êles), e se verá como nelas Fernandes Vieira é para um o *Valeroso Lucideno* e para o outro o *Castrioto Lusitano*, nomes tomados até para títulos dos respectivos livros encomiásticos».

«Respeito as opiniões do Sr. Dr. Aprígio, e com tãda a razão também as dos Srs. Felner e Raposo d'Almeida (e êste último com mais razão, sendo também ilhéu, como Fernandes Vieira); mas creio ter direito a que igualmente as minhas opiniões sejam respeitadas e consideradas como nascidas da mais sincera convicção, abraçadas ao cabo, como disse, de muitos exames e meditações; e se ao enunciar-me, pareço alguma vez menos comedido aos ouvidos habituados a idéias opostas, talvez assim não suceda aos dos jovens que entrarem na questão desprevenidos...»

«Apelo para centenaes de passagens da minha *História Geral* a fim de que decidam se acaso sou dos que, por mal en-

tendido amor pela terra em que nasci, ou pelos filhos dela, deixo de tributar a devida justiça aos beneméritos e abnegados amigos do Brasil, vindo ao mundo do outro lado do Atlântico» (120).

«Sim Srs.: é certo que por amor pela justiça devida ao verdadeiro mérito, e não convenientemente tributado, levantei pendão em favor de André Vidal, que estava considerado como de méritos mui inferiores a Fernandes Vieira, de quem já hoje é em todo o caso *pôsto ao par*...»

«Se, porém, no meu empenho, fui mais além do que devia, como os antepassados durante mais de dois séculos praticaram com Vieira em prejuízo de Vidal, deixo «ai posteri la sententia» (*).

Viena,... de abril de 1877

[s. ass.].».

Varnhagen, ainda nos pontos em que divergia sensivelmente da opinião comum, era muito parco, e às vèzes, omisso até, na citação das fontes em que se estribava, fato a que já tivemos oportunidade de aludir no primeiro capítulo desta segunda parte, explicando ao mesmo tempo as razões por que assim procedia, e que lhe servem de atenuante, senão de justificativa. Nunca, porém, essa divergência do sentir corrente era fruto de mero capricho ou fátua ostentação de originalidade. Tinha sempre sólidos fundamentos para isso, que depois se vinham a revelar. O Sr. Alberto Lamago, há muitos anos, publicou na *Revista do Instituto* (121) documentos descobertos no arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa, a respeito de João Fernandes Vieira, que vêm em refôrço da tese de Varnhagen. Outro documento, êste elogiosíssimo a Vidal, que fomos o primeiro e cremos que único a publicar na íntegra, e que muito provávelmente o nosso historiador conheceria, também depõe no mesmo sentido. Trata-se de uma carta do P. Antônio Vieira, escrita do Pará a D. João IV, e datada de 6 de dezembro de 1655 (122), da qual consta uma passagem, na parte eliminada dos epistolários impressos, do teor seguinte :

«Cá se diz que o Conde [de Atouguia] alcança licença de V.M. para deixar o Govêrno do Brasil antes de três anos, e que

(120) A maior prova de isenção de ânimo e da imparcialidade do sorocabano nesse ponto está em que êle foi em vida e depois de morto, acusado ao mesmo tempo de lusitanismo ferrenho e de bairrismo exaltado. No contexto destas polémicas fica demonstrado que não era nem uma nem outra coisa.

(*) Manzoni (nota de Varnhagen).

(121) Tomo LXX, parte 2ª, págs. 21-50.

(122) Em *Cartas Inéditas do P. Antônio Vieira, S. J., com um prefácio por Clado Ribeiro de Lessa*. Rio de Janeiro. Tipografia S. José, 1934, págs. 15-26.

com esta mudança ha de haver alteração nas concessões de todos os daquele Estado. Não dou crédito a êste dito, mas em caso que tenha fundamento julgarei que devia representar a V.M. não ser justo que um homem que tem servido a V. M. como André Vidal, fique retardado, enterrado neste canto do mundo, e que *vá outrem primeiramente que êle governar Pernambuco, que êle ganhou a V. M..* (Op. cit., págs. 17-18)».

* * *

Seria também sina de Varnhagen ser perseguido com calúnias e insultos ainda depois de morto, quando a memória de sua personalidade já constituía um valioso patrimônio da nossa cultura, digno da veneração nacional. Não somos da opinião de que a morte reabilite os maiores culpados, e que as lages funerárias devam ser tidas por escudos destinados a tornar intangíveis, no sentido moral, os ossos que cobrem. A vencer êste critério seria impossível escrever-se a história. Há, porém, muita diferença entre a maneira comedida e conceituosa de quem procede à avaliação dos méritos intelectuais e morais de um morto, e a dos foliculários que usam em relação aos falecidos das mesmas expressões rudes e grosseiras que difficilmente se admitem, ainda quando empregadas contra aquêles que estão em condições de se poderem defender.

No número dessas hienas que não respeitam a paz dos sepulcros (coisa que tão injusta e infundadamente foi argüida a Varnhagen em vida, e de que êle se defendeu galhardamente), e investem sôfregos (e veremos que também estúpidamente) contra homens com quem em vida dêstes nem ousariam pensar em medir-se, inclui-se o Sr. Augusto de Carvalho, autor de uns *Apointamentos para a História da Capitania de São Tomé*, impressos em Campos em 1888, dez anos após o falecimento do Visconde de Pôrto Seguro.

Êsse senhor teve a estulta petulância de julgar-se plagiado por Varnhagen, e imaginem em que? Na *originalissima* opinião de que Domingos Fernandes Calabar deveria ser tido, no rigor da justiça histórica, como traidor à pátria, e não como patriota clarividente (atributo que alguns lhe emprestavam sem base) a procurar obter para sua terra dominadores mais progressistas que os portugueses!

Crendo-se plagiado, o que por si só já revelaria da parte dessa mediocridade enfatuada absoluta falta de auto-crítica, animou-se o *pesquisador* Carvalho (não se dava por menos) em cinco longas páginas a cobrir de insultos o Visconde de Pôrto Seguro, procurando metê-lo a ridículo em suas tendências aristocráticas (arma usual dos mal nascidos), como se o Visconde

de Pôrto Seguro não possuísse, além da fidalguia hereditária (não a proveniente dos títulos nobiliárquicos imperiais) suficientes predicados de espírito e caráter para ser apreciado, pelos méritos pessoais, nos meios intelectuais mais exigentes do mundo!

Há uma irresistível tendência nos literatelhos de província, indivíduos recalcados pela inveja, pela mesquinhez do talento próprio, e pela dos horizontes intelectuais dentro dos quais se formaram, para denegrir as reputações mais sòlidamente estabelecidas. Em sua incapacidade, não podendo aspirar à glória de Phidias, batem-se pela de Eróstrato. Vimos já o empenho de Antônio Henriques Leal em apresentar Varnhagen como temeroso de medir-se com o gigante dos Maranhões, o João Francisco Lisboa. Nem faltou a nota de ressentimento, escapa do sub-consciente: «... o escritor de província, que considerava em plano muito inferior ao seu...» Antônio Henriques Leal, pelo menos, se foi grosseiro, atrevido e injusto, teve a coragem de agredir de frente o adversário. O *pesquisador* goitacaz, êste esperou pela morte do desafeto para vomitar-lhe sôbre o túmulo impropérios e sandices, que Varnhagen com um simples gesto arrazaria, reduzindo à impotência e ao ridículo o atrevidíssimo e estúpido agressor.

Entremos quanto antes na matéria.

Nas *Razões Prévias* (assim denominou a introdução aos *Apontamentos*) começa Augusto de Carvalho por dizer que não tinha a pretensão de escrever a *História da Capitania de São Tomé*, porque para tanto «faltavam-lhe a competência, o tempo e o remanso indispensáveis».

Esta tirada de afetada modestia foi aí enxertada apenas para o efeito de atenuar o que se segue, e servir de antítese para o conceito que ia externar sôbre o visconde.

«Na organização do nosso *modesto trabalho* prestaram-nos valioso concurso algumas informações e documentos, reunidos num precioso volume pelo paciente e discreto investigador, o finado Major Fernando José Martins, benemérito filho da cidade de São João da Barra».

«Por vêzes fomos forçados a certas alterações de forma, pospondo ou antepondo palavras e frases (123), acrescentando uma ou outra informação, completando aqui ou ali o sentido; mas pondo ao mesmo tempo *especial empenho* em trazer o nome de seu autor sempre bem presente ao público, no *honrado propósito*».

(123) Qual o seu valor, então, como cronista? Não é esta frase uma declaração categórica de que não lhe cabe nenhum mérito de pesquisador?

de assegurar à sua memória a estima e respeito dos seus concidadãos; nunca procedemos de outra maneira».

«Nesta afastamo-nos do sistema até aqui seguido *pelos pequeninos homens grandes* [êste grifo é de Carvalho] da nossa literatura. Sirva de exemplo o fato que vamos referir». Entre os *pequeninos homens grandes* estava o Visconde de Pôrto Seguro. Quereis saber por que?

Na primeira edição da *História Geral* Varnhagen, depois de expor a deserção de Calabar, dizia, quanto aos progressos obtidos pelas armas holandesas, em consequência do procedimento do mestiço alagoano :

«Pelos conselhos e direção dêste homem atrevido e *empreendedor*, os holandeses mudaram muito *seu sistema* de guerra, etc.».

Não o tinha o sorocabano, pois, na conta de *traidor*, e o considerava homem de qualidades empreendedoras ! — conclui afoitamente o Sr. Carvalho.

Mas em 1874 (note-se bem a data) o ilustre cronista dos goitacazes publica um *Estudo sobre a colonização e emigração para o Brasil*, onde, segundo suas próprias palavras, se consagrou «ao estudo detido do caráter e de todos os antecedentes e consequentes da vida do tristemente célebre *mameluco*», e chega à conclusão de que Calabar «não foi determinado àquele ato [passar-se para os invasores] pela perspicácia e alto patriotismo que se lhe atribui», pois os holandeses, desde que chegaram ao Brasil, e durante todo o tempo em que foram guiados por êle, não tinham tido ainda oportunidade de demonstrar nenhuma superioridade cultural, ou de métodos de colonização, sobre os portugueses, que pudessem explicar, pelo desejo de ver por êles engrandecida a terra natal, a atitude do trãnsfuga.

É o caso de dizermos: Como é original êsse pensamento, não? Nunca seria possível passar pela cabeça de um Calado, um Rafael de Jesus, um Brito Freire ou um Fr. João José de Santa Teresa, que o Calabar fôsse traidor a seu rei ! Se não possuíssemos em Macaé o ativo *investigador* que foi o Sr. Augusto de Carvalho ainda hoje ignoraríamos êsses dados tão essenciais para o julgamento da personalidade moral do famigerado alagoano !

Diz o autor dêsse *achado* que êle se apressou a remeter, logo que saiu o seu livro, um exemplar ao Visconde de Pôrto Seguro, ao mesmo tempo em que também o fazia chegar a «diversos escritores e quase tôdas as bibliotecas da Europa». «Todos se honraram, mandando-lhe uma palavra de estímulo, — menos o historiador fidalgo (124)».

Saindo a lume a 2ª edição da *História Geral*, e «não se tendo o Visconde de Pôrto Seguro lembrado de retribuir, como *lhe cumpria*, o seu ato de cortesia e de boa camaradagem literária», pois sempre *lhe* oferecera todos os seus trabalhos, adquiriu o livro, e a leitura dêlé patenteou-lhe então o motivo do procedimento indigno do visconde!

Na segunda edição aparecia modificado o juízo sôbre o Calabar expendido na primeira, mas, em vez de «declarar nobremente, como manda a probidade literária, o motivo que a isso o determinara, o autor ocultara-o com uma deslealdade inqualificável, entre os dizeres de uma exclamação *patetinha*!»

Em abono de sua *nova* opinião o visconde citava a Barleus, a quem censurara por não ter obedecido ao preceito : *audietur altera pars*. «Sempre contraditório, o Pai da nossa história!», exclama o Heródoto goitacaz. Era-lhe preciso, entretanto, «citar o nome do historiador estrangeiro, para poder calar, *refalsadamente*, o nome do modesto *investigador*, seu compatriota!»... «O Visconde de Pôrto Seguro, em vez de aproveitar o belo lanço, que se *lhe* oferecia, de *nos fazer inteira justiça*, preferiu, atordoado pelas fumaças que o sopraram à altura de nosso Heródoto, cometer um ato de *abominável má fé*».

«Já é requinte de fidalguia!»

Não há dúvida de que Varnhagen estava atordoado pelas fumaças com que tinham incensado sua vaidade algumas *mediocridades* do tipo de Garrett, Herculano, Rebelo da Silva, Cardeal Saraiva, Gonçalves Dias, Humboldt, Ferdinand Denis, Rosilly de Lorgues, Cortambert, Vegezzi, Ruscalla, etc. ! Precisava tomar lições de modéstia, e de *história*, com o Sr. Augusto de Carvalho, que, sendo o *autor* de uma descoberta tão estupefaciente como a de que o Calabar fôra um autêntico traidor, e não simples desertor idealista, levava os extremos de sua humildade literária ao ponto de brindar com exemplares de uma tese tão original «quase tôdas as bibliotecas da Europa» e «diversos escritores», inclusive o historiador brasileiro, e de esperar que êles «se honrassem» mandando-lhe palavras de louvor, tudo isso, naturalmente com o fim exclusivo de que êles ignorassem sua existência na vila de Macaé, e evitassem ferir-lhes os pudibundos sentimentos que cultivava, fazendo menção de seu nome nos trabalhos que escrevessem!

A acusação de plagiato é a mais séria que se pode fazer a um escritor, e, em relação a uma notabilidade já consagrada por tantos trabalhos e investigações originais como o Visconde de Pôrto Seguro, emprêsa a que alguém só se deveria abalar depois de meticulosíssimo exame da prioridade nas afirmações, maximé

em se tratando de pessoa que sempre se mostrara tão severa com os plágios alheios, e, portanto, haveria de ter o maior cuidado em não incorrer em idêntico atentado à propriedade literária. Pois bem, na sua incurável paranoia de literatelho de província, o Sr. Augusto de Carvalho não atentou em nada disso. Não viu a desnecessidade que teria Varnhagen de plagiá-lo a ele, uma vez que mais de dois séculos antes, tinham dito a mesma coisa os cronistas coevos das guerras com os holandeses; não tentou informar-se se entre a publicação da primeira e da segunda edição da *História Geral*, e antes de sair o seu «*Estudo sobre a Colonização*», o autor incriminado de plágio não tivera alguma oportunidade de expender juízos modificadores de conceitos externados na primeira edição do livro. Não atentou, sequer, nas palavras do *Prólogo* da segunda edição da *História Geral*, em que o autor diz: «na parte que respeita às lutas com os holandeses seguimos a *nossa história especial* desse período» (125). Não. Foi logo com incrível leviandade e grosseria, só explicável pelo fato do agredido não pertencer ao número dos vivos, acusando-o de ter-se valido de suas conclusões sem citar-lhe o nome, e transcrevendo o corpo de delito do suposto plágio, os seguintes períodos constantes da segunda edição do livro máximo do sorocabano :

«Vamos agora ver como à sua infeliz deserção [do Calabar], deveram os holandeses os imediatos passos que deram, com êxito decidido, no empenho de assenhorear-se do país».

Depois de mostrar os progressos das conquistas holandesas, trata da capitulação de Pôrto Calvo, e conclui :

«O inimigo exigia que na capitulação [de Pôrto Calvo] fôsse também compreendido o Calabar; mas Matias de Albuquerque resistiu a essa condição. A entrega do Calabar haverá sido, sem dúvida, pouco generosa da parte de Picard; mas não foi o primeiro caso, nem será o último, de realizar-se o provérbio a respeito do *diferente preço* que se dá à *traição* e ao *traidor*». . . «Dêsses pecados [os que Calabar confessou, mostrando muito arrependimento, pouco antes de morrer] o Todo-Poderoso lhe tomaria contas, e com a sua imensa misericórdia poderá tê-los perdoado; porém dos males que causou à pátria, a História, a inflexível história lhe chamará infiel, desertor e traidor, por todos os séculos de séculos» (126).

Considerando de ânimo desprevenido a questão não enxergamos mudança alguma essencial entre os conceitos acima transcritos e os externados na primeira edição da *História Geral*. Quando muito se poderá dizer que na última edição o historiador

(125) Vol. I, pág. XVI.

(126) *Op. cit.*, págs. 517, 542 e 543.

se estendeu mais sôbre uma matéria que na anterior tratara por alto. Houvesse, porém, o pretendido antagonismo, que êle nunca poderia ter sido motivado pela leitura do trabalho de Augusto de Carvalho, publicado em 1874. A cronologia fala mais alto que as suas estultas pretensões. Já na primeira edição da *História das Lutas*, que é de 1871, e estava escrita desde 1868, figuram *ipsis literis*, os trechos reproduzidos por Carvalho como atestado do plágio. O feitiço voitou-se contra o feiteiro. Podemos imaginar com que prazer o Visconde de Pôrto Seguro, se fôsse vivo em 1888, esfregaria no nariz do seu ignorante, pretensioso e grosseiro agressor, as páginas 58, e 92-93 da *História das Lutas*. Quem sabe até, se não foi por desprezo aquêle que julgava um piagiário seu, que Pôrto Seguro não agradeceu a oferta do trabalho de Carvalho? Poderia, também, verificar-se a hipótese de não haver chegado a oferta a suas mãos. Tudo isso não passa de conjecturas sôbre fatos prováveis, mas impossíveis hoje de demonstrar. O que não padece dúvidas é que *cronologicamente* Varnhagen precedeu a Carvalho em julgar a Calabar um traidor, e se, nessa surrada e ociosa questão histórica houve plágio de alguém, não foi certamente feito pelo Visconde de Pôrto Seguro a Carvalho. Também não dizemos o fôsse pelo seu agressor, que até ignorava a existência da *História das Lutas*, como J. Francisco Lisboa em 1858 desconhecia o *Memorial Orgânico* publicado em 1849-50.

Seu caso não é daqueles em que ~~compete à competência da~~ justiça aquilatadora das prioridades literárias resolver em última instância, e sim ~~do~~ magistério primário das letras históricas. */ calabar*

E foi com antagonistas da estôpa dêste agressor póstumo que Varnhagen teve algumas vêzes de sustentar polêmicas, sacrificando precioso tempo, que não lhe sobrava para dedicar-se a estudos de utilidade para o país, e com que alicerçava o monumento de sua imortalidade!

Singular e doloroso fadário de um grande homem!

* * *

Nota A — Os Jesuítas e o emprêgo da força para reduzir os índios bravos.

A respeito dos meios coercitivos preconizados pelos Padres Nóbrega e Anchieta, para reduzir à obediência e civilizar os índios bravos, vejamos os períodos seguintes, extraídos das cartas dêsses jesuítas :

«... outro [desejo que tinha,] era ver o gentio sujeito e metido no jugo da obediência dos cristãos, para se nêles poder imprimir tudo quanto quiséssemos, porque é êle de qualidade que,

domado, se escrevera em seus entendimentos e vontades muito bem a fé de Cristo, como se fêz no Peru e Antilhas, que parece gentio de uma mesma condição que êste, e nós agora o começamos de ver a ôlho e experiência, como abaixo direi, e se o deixam em sua liberdade e vontade, como é gente brutal, não se faz nada com êles, como por experiência vimos todo êste tempo que com êle tratamos com muito trabalho, sem dêle tirarmos mais fruto que poucas almas inocentes que aos céus mandamos (Nóbrega, *Cartas do Brasil*, ed. da Academia, pág. 193)».

«Bem me pareceria a mim conquistar-se a terra e repartir-se os índios por os moradores, obrigando-se a doutriná-los, que há aí muitos que a podem sujeitar, mas não há aí homem que por isso queira levar uma má vida, e se o governador por segurança da terra, quer fazer alguma coisa ou castigar algum índio, todos lh'o estorvam e ninguém o ajuda; e agora que vêm os índios sujeitos sem custar sangue de cristão nenhum, nem guerra (pôsto que da passada ficaram amedrontados); agora que estão juntos com igrejas para a doutrinarem; agora os querem repartidos, e assim não falta quem vá tirar nossos índios que temos junto com muito trabalho e levá-los às suas roças a viver; e muitos vão, por fugir à sujeição da doutrina, e viverem como seus avós, e comerem carne humana como de antes (idem, pág. 209)».

Por esta informação, insuspeita no caso, por partir de um egrégio varão, pertencente a uma ordem religiosa, cujos interesses sempre se chocaram com os dos colonos, vê-se que o tratamento que êstes davam aos índios não era tão mau assim, visto muitos dêles o preferirem ao dos padres...

«Estando tanta gente nos Ihéus, sem verem mais queimarem uma casa de uma roça, largam engenhos e fazendas e quanto tinham e põem-se em um outeiro, vendo que lhes matavam o gado e lh'o comiam perante êles, e todos encurralados, que seriam mais de mil almas de peleja com escravos e tudo! E o mesmo será de tôdas as outras capitânicas, enquanto o gentio não fôr senhoreado por guerra e sujeito, como fazem os Castelhanos nas terras que conquistaram, e no Paraguai o fizeram com mui pouca gente, senhoreando o maior gentio que há na terra; e assim estão as fazendas e vidas dos homens na mão dos índios cada vez que quizerem, se não fôr nesta Bahia, onde já o gentio está sujeito e medroso, êste que está perto dos Cristãos. Meu conselho seria ou bem se ganhar e se segurar ou largá-la, porque, si se espera que com qualquer paz se irá povoando, eu vejo que cada vez há menos gente, menos resistência aos índios e mais gente vai do que vem, e outros que morrem à mão de índios, em barcos que se perdem. Se isto fôsse, os índios seriam cristãos e a terra se povoaria em

serviço de Deus Nosso Senhor e em prol do Reino (*Idem*, págs. 216-217)».

«Êstes [Índios] entre os quais vivemos, estão espalhados 300 milhas (segundo nos parece) pelo sertão; todos êles se alimentam de carne humana e andam nus; moram em casas feitas de madeira e barro, cobertas de palha ou com cortiça de árvores; não são sujeitos a nenhum rei ou capitão, só têm em alguma conta os que alguma façanha fizeram, digna do homem valente, e por isso *comumente recalcitram*, porque não há quem os obrigue a obedecer; os filhos dão obediência aos pais quando lhes parece; finalmente, cada um é rei em sua casa e vive como quer; pelo que *nenhum ou certamente muito pouco fruto se pode colher dêles, se a fôrça e o auxílio do braço secular não acudirẽ para domá-los e submetê-los ao jugo da obediência* (Anchieta, *Cartas, Informações*, etc., ed. da Academia, pág. 45)».

«Por estas causas [os ataques freqüentes dos índios] *determinaram os moradores de Piratininga, com alguns mestiços, vendo que não se acudia a êstes males, fazer guerra a um lugar dos inimigos fronteiros, para que pudessem viver com alguma paz e sossego, e juntamente comesçassem a abrir algum caminho para se pregar o Evangelho, assim aos inimigos como a êstes índios, sobre os quais já temos sabido, que por temor se hão de converter mais que por amor...* (*Idem*, pág. 171)».

«Parece-nos agora que estão as portas abertas nesta Capitania [de São Vicente] para a conversão dos Gentios, *se Deus Nosso Senhor quizer dar maneira com que sejam postos debaixo do jugo, porque para êste gênero de gente não há melhor pregação do que espada e vara de ferro*, na qual mais do que em nenhuma outra é necessário que se cumpra o — *compelle eos intrare* (*Idem*, pág. 186)».

Cremos que ninguém ousará incluir o portuguesíssimo Nóbrega e o euskaro — guanche Anchieta de frutos de germanismo e discípulos da escola militarista prussiana de von der Goltz... Eram apenas homens pacíficos por índole e pelo instituto a que pertenciam, mas homens que conheciam os índios de perto...

A abundante documentação que acabamos de transcrever para demonstrar como os processos de civilização preconizados por Varnhagen tinham o apoio dos dois maiores jesuítas do primeiro século da história brasileira, convém acrescentar, como tiro de misericórdia para os olhos daqueles que não compreendem jesuítas sem cruz alçada, preces e cantos de corumins, o começo de uma informação do primeiro provincial da Companhia no Brasil. Êste documento conservou-se inédito até 1940, quando veio a lume

no livro *Novas Cartas Jesuíticas*, editado pelo Reverendo Serafim Leite, S. J. É inútil fazer excertos ou grifar passagens. Provavelmente Varnhagen não conheceu esta peça documental, porque, no caso contrário, certamente que a traria à barra do Tribunal da História, como testemunha em seu favor. O que podemos, entretanto, assegurar com tãda a convicção, é que, se Nóbrega pudesse em 1558 prever a polêmica a desenrolar-se três séculos depois, e fôsse seu intuito advogar por antecipação a causa de Varnhagen, defendendo ponto por ponto a tese dêste e preconizando até, processos civilizadores inspirados por um pragmatismo mais radical ainda, não o poderia fazer melhor do que escrevendo os conceitos constantes dos períodos que a seguir trasladamos :

«Apontamentos de coisas do Brasil».

«Da Bahia, 8 de maio de 1558».

«Primeiramente o gentio se deve sujeitar e fazê-lo viver como criaturas que são racionais, fazendo-lhe guardar a lei natural, como mais largamente já apontei a Dom Leão o ano passado».

«Depois que o Brasil é descoberto e povoado, têm os gentios mortos e comidos grande número de cristãos e tomadas muitas naus e navios e muita fazenda. E trabalhando os cristãos por dissimular estas coisas, tratando com êles e dando-lhes os resgates com que êles folgam e têm necessidade, nem por isso puderam fazer dêles bons amigos, não deixando de os matar e comer, como e quando puderam. E se disserem que os cristãos os salteavam e tratavam mal, alguns o fizeram assim e outros pagariam o dano que êstes fizeram; porém há outros a quem os cristãos nunca fizeram mal, e os gentios os tomaram e comeram e fizeram despovoar muitos lugares e fazendas grossas. E são tão cruéis e bestiais, que assim matam aos que nunca lhes fizeram mal, clérigos, frades, mulheres de tal parecer, que os brutos animais, se contentariam delas e lhes não fariam mal. Mas são êstes tão carneiros de corpos humanos, que sem exceção de pessoas, a todos matam e comem, e nenhum benefício os inclina nem abstem de seus maus costumes, antes parece e se vê por experiência, que se ensoberbecem e fazem piores, com afagos e bom tratamento. A prova disto é que êstes da Bahia, sendo bem tratados e doutrinados, com isso se fizeram piores, vendo que se não castigavam os maus e culpados nas mortes passadas, e, com severidade e castigo, se humilham e sujeitam».

Depois que sua alteza mandou governadores e justiça a esta terra, não houve saltearem os gentios nem tomarem-lhes o seu

como antes, e nem por isso deixaram êles de tomar muitos navios e matarem e comerem muitos cristãos, de maneira que lhes convém viver em povoações fortes e com muito resguardo e armas, e não ousam de se estender e espalhar pela terra para fazerem fazendas, mas vivem nas fortalezas como fronteiros de mouros ou turcos e não ousam de povoar e aproveitar senão as praias, e não ousam fazer suas fazendas, criações e viver pela terra dentro que é larga e boa, em que poderiam viver abastadamente, se o gentio fôsse senhoreado ou despejado, como poderia ser com pouco trabalho e gasto, e teriam vida espiritual, conhecendo a seu criador e [prestando] vassalagem a S. A., e obediência aos cristãos e todos viveriam melhor e abastados, e S. A. teria grossas rendas nestas terras».

«Este gentio é de qualidade que não se quer por bem, senão por temor e sujeição, como se tem experimentado, e por isso se S. A. os quer ver todos convertidos, mande-os sujeitar e deve fazer estender os cristãos pela terra a dentro, e repartir-lhes o serviço dos índios àqueles que os ajudarem a conquistar e senhorear, como se faz em outras partes de terras novas, e não sei como se sofre a geração portuguesa, que entre tôdas as nações é a mais temida e obedecida, estar por tôda esta costa sofrendo e quase sujeitando-se ao mais vil e triste gentio do mundo».

«Os que mataram a gente da nau do bispo [Caetés] se podem logo castigar e sujeitar, e todos os que estão apregoados por inimigos dos cristãos, e os que querem quebrantar as pazes, e os que têm os escravos dos cristãos e não os querem dar, e todos os mais que não quiserem sofrer o jugo justo que lhe derem, e por isso se levantarem contra os cristãos».

Sujeitando-se o gentio, cessarão muitas maneiras de haver escravos mal havidos e muitos escrúpulos, por que terão os homens escravos legítimos, tomados em guerra justa, e terão serviço e vassalagem dos índios, e a terra se povoará e Nosso Senhor ganhará muitas almas e S. A. terá muita renda nesta terra, porque haverá muitas criações e muitos engenhos já que não haja muito ouro e prata».

«Depois desta Bahia senhoreada, será fácil coisa sujeitar as outras Capitánias, porque sòmente os estrondos que lá fêz a guerra passada os fêz muito medrosos, e aos cristãos deu grande ânimo, tendo-o antes mui caído e fraco, sofrendo coisas ao gentio que é vergonha dizê-lo».

«Desta maneira cessará a bôca infernal de comer a tantos cristãos, quantos se perdem em barcos e navios por tôda a costa; os quais todos são comidos dos índios e são os mais os que morrem

que os que vêm cada ano, e haverá estalagens de cristãos por tôda a costa, assim para os caminhanes da terra como para os do mar».

«Este parece também o melhor meio para a terra se povoar de cristãos, e seria melhor que mandar povoadores pobres, como vieram alguns, e por não trazerem com que mercassem um escravo com que começassem sua vida, não se puderam manter, e assim foram forçados a se tornar ou morrerem de bichos e parece melhor mandar gente que senhoreie a terra e folgue de aceitar nela qualquer boa maneira de vida, como fizeram alguns dos que vierem com Tomé de Sousa, tendo muito pouca razão de se contentarem dela, naquele princípio, quando não havia senão trabalhos, fomes e perigos de índios, que andavam muito soberbos, e os cristãos muito medrosos, e por isso muito mais, se virem os índios sujeitos, folgarão de assentar na terra. Nem parece que para tanto gentio haverá mister muita gente, por quanto, segundo se já tem experiência dêle por outras partes, poucos cristãos bastarão, e pouco custo e porventura que com pouco mais do que S. A. gasta em os trazer à fé por paz e outros gastos desnecessários, bastaria para sujeitar tôda a costa com ajuda dos moradores e de seus escravos e índios amigos, como se usa em tôdas as partes desta qualidade».

«Devia de haver um protetor dos índios para os fazer castigar quando o houvessem mister e defender dos agravos que lhes fizessem

(*Novas Cartas Jesuíticas*, págs. 75-79. O original está no arquivo da Companhia de Jesus em Roma).

Nota B — Varnhagen e o Dr. César Augusto Marques.

O amigo do Maranhão a quem Varnhagen enviara cópia do *Ofício-Protesto* era o Dr. César Augusto Marques, autor do *Dicionário Histórico do Maranhão*, de muitas monografias publicadas na *Revista do Instituto* do Rio de Janeiro, do qual era sócio correspondente, e das traduções dos livros dos capuchinhos franceses Ivo d'Evreux e Claude d'Abbeville. Há no arquivo Varnhagen, recolhido ao Ministério das Relações Exteriores, umas dez ou doze cartas inéditas do escritor maranhense ao nosso plenipotenciário em Viena, escritas de 1872 a 1876, que lançam muita luz sobre as relações entre ambos, e pintam ao vivo o caráter do autor do *Dicionário Histórico*. Auxiliando a Varnhagen com o fornecimento de panfletos e periódicos cheios de verrinas contra João

Francisco Lisboa, que seriam aproveitados para a documentação do *Ofício-Protesto* (carta de 24-5-1873), e atacando sempre a Antônio Henriques Leal e seu «corrilho», não perde oportunidade de estender-se em lamentações, por se ver forçado a vegetar encafuado numa capital de província de segunda ordem. Fala mal dos seus comprovincianos em geral, e particularmente do autor do *Pantheon Maranhense*, e da panelinha de amigos e admiradores de João Francisco Lisboa, que se arrogavam o papel de Mêsia Censoria da província; e assegura que, por não se querer submeter à sua petulante tirania literária, era por eles perseguido, e mais ainda, por ser possuidor do folheto *Os Índios Bravos*, e o ter dado a ler a meio Maranhão, do que não se arrependia (cartas de 1 de dezembro de 1872 e 24 de maio de 1873). Nesta última queixa-se da sovinice de Cândido Mendes (sovinice de bibliófilo que bem compreendemos) que recusara emprestar-lhe mesmo com garantias, seu exemplar da obra de Claude d'Abbeville para a tradução que pretendia fazer, não obstante os favores que lhe devia. Procurando diminuir Antônio Henriques Leal no conceito de Varnhagen, fá-lo com tão pouca felicidade, que o exalta, pondo em relêvo sua desambeição pessoal (carta de 24-5-1873); lê-se, no entanto, no prefácio da *História dos Padres Capuchinhos da Ilha do Maranhão*, etc., traduzida do francês e anotada por C. A. Marques (Maranhão, 1874), que foi o admirador de João Francisco Lisboa quem lhe emprestou o exemplar da raríssima edição original de 1614 para a publicação que levou a efeito. A terra maranhense também não escapa. Tinha muita lama, «por ser abraçada pelos rios Anil e Bacanga...» (carta de 24-5-1873, e outra de que não temos apontamentos, mas conservamos de memória a referência).

O *Doutor* César Augusto Marques pertencia àquela categoria de *intelectuais*, muito comum no Brasil do seu tempo, e infelizmente ainda no de hoje, incapazes de compreender um homem pobre, mas instruído, sem o anel de grau no dedo, e sentado à mesa do orçamento num «emprêgo do Govêrno». Só assinava o nome precedendo-o do título acadêmico (do qual tinha exagerado orgulho), tanto nas obras que publicava, como até nas cartas aos amigos, sem consciência do mau gôsto que demonstrava, e do ridículo em que incorria com essa fútil ostentação perante leitores e correspondentes de cultura elevada. Seu pesadelo constante era o de ver os filhos, «rapazes inteligentes», um dos quais com os preparatórios terminados, sem «se formarem», e condenados à perspectiva de se empregarem como caixeiros «numa loja ou quitanda», para ganharem a vida! (carta de 24-5-1873). Por isso não se cansava de, em cartas sucessivas ao amigo diplomata, implorar-lhe o valimento de sua grande influência social, a êle

«que era o pai da nossa história», a fim de que lhe conseguisse um lugar de adjunto a qualquer legação ou comissão oficial para copiar documentos em arquivos europeus, funções que lhe permitissem ver a terra natal pelas costas, e poder dedicar-se a seus estudos prediletos (Carta de 1-12-1872 e seguintes). Para se valorizar procura diminuir os serviços prestados em comissões da mesma natureza por Gonçalves Dias e João Francisco Lisboa, os quais, em sua opinião, nada fizeram de útil (carta de 1-12-1872 e outras). Pede-lhe, por fim, cartas de recomendação para pessoas influentes do Rio de Janeiro, a fim de que o acomodassem em qualquer emprego (carta de 1-12-1872 e outras). Exalta os serviços literários e médicos até então prestados por êle à Pátria, principalmente na epidemia de cholera-morbus, e não galardoados. Queixa-se do Ministro do Império em 1871 (Conselheiro João Alfredo Correia d'Oliveira), que o recebera de braços abertos, fazendo-lhe grandes elogios, e prometendo-lhe muito, e, no fim de contas, nada lhe arranjara, vendo-se obrigado a regressar ao Maranhão com a família, composta de nove pessoas, com imensos sacrifícios, como já os fizera para vir ao Rio. Enquanto isso, muita gente inútil e nula era aproveitada! (cartas de 24-5-1873 e 10-3-1874). Assegura ao amigo que êle não se arrependeria se o servisse, pois «nem todos os maranhenses eram ingratos ou maldizentes» (carta de 30-7-1873). Julgava-se certamente fora dêsse número, uma verdadeira pombinha sem fel! Como as cartas de recomendação tardassem a chegar, e o acometessem suspeitas de que Varnhagen estivesse com pouca vontade de servi-lo, pede-lhe que se explicasse francamente, que não lhe guardaria rancor (carta de 3-11-1874). Chegam afinal as «recomendações», que agradece a 2 de julho de 1875. Vai ao Rio de Janeiro, fala com Sua Majestade, e consegue obter um lugar de Comissário Geral do Govêrno nos exames finais, e depois o de Reitor do Internato Pedro II; diz dever a colocação «exclusivamente ao Imperador» (carta de 20-5-1876), esquecido das súplicas e lamúrias endereçadas a Pôrto Seguro, e das cartas de empenho que dêle recebera, inclusive para o próprio soberano, como pedira a 20 de março de 1874, assegurando-lhe em resposta à carta do diplomata, que contasse «com sua discrição e reserva».

7º CAPÍTULO

O HOMEM

Muito deixamos já escrito a respeito do Visconde de Pôrto Seguro, estudado segundo os múltiplos aspectos ou faces através das quais se refrataram e refletiram suas atividades de escritor e de homem público. Durante os longos capítulos precedentes assistimos sucessivamente ao desfile do historiador, do etnógrafo, do historiador e crítico literário, do literato, do artista e crítico de arte, do diplomata, do sociólogo, do político, do economista prático, e, finalmente, do polemista, sendo tôdas essas feições de sua personalidade submetidas ao crisol de uma crítica e análise que nos esforçamos por manter em elevado plano de imparcialidade e isenção. Está bem visto, porém, que isenção e imparcialidade não significa a mesma coisa que *ecletismo doutrinário*, como fingem pensar alguns. Carecemos todos de possuir uma escala de valores morais e intelectuais, isto é, de convicções, antes de nos metermos a ajuizar de um fato ou a julgar alguém. Doutra forma seria tão impossível chegarmos a uma síntese ou conclusão em qualquer campo, como a um topógrafo fazer um levantamento e desenhar sua planta sem antes haver escolhido a unidade para as medições e a escala em que as vai representar. O ecletismo, seja qual fôr o seu objeto, religioso, moral, político ou científico, é menos uma função da tolerância e da generosidade, do que índice insofismável de covardia moral ou intelectual, pelas quais sempre nutrimos inata repugnância.

Sob todos os aspectos pelos quais o estudamos — e cremos não haver esquecido nenhum — deixou Varnhagen documentos escritos que nos permitem julgá-lo com segurança e assinar-lhe, sem hesitações, o lugar a que faz jus no quadro das letras brasileiras e dos nossos homens de ação. Resta-nos agora caracterizar a sua individualidade naquilo que possuiu de mais íntimo no temperamento, nas preferências e nas relações sociais, tal como no-lo revelam os vestígios que deixou dispersos através da imensa obra impressa, das reminiscências daqueles que com êle conviveram, e

dos documentos, na maior parte inéditos, constantes da correspondência particular e íntima que chegou ao nosso conhecimento.

Posuímos todos, dentre os traços que caracterizam nossa individualidade, alguns mais forte que os demais, por conta do qual corre a maioria dos gestos e atitudes assumidas em face das circunstâncias que defrontamos durante a existência. A êsse atributo principal chamam os franceses *faculté maitresse*. A de Gregório de Matos, que morreu, segundo uma das versões correntes, motejando de um crucifixo, era a sátira; a de Eduardo Prado, no dizer do seu contemporâneo e admirador Eça de Queirós, a Curiosidade (com C maiúsculo); a de Varnhagen, a vaidade.

Vaidade apenas, não: vaidade e patriotismo, pois que, nesse coração que, durante mais de sete lustros para só computarmos o período de atividade literária, pulsou sem interrupção pelo Brasil, as duas qualidades mestras se cotejavam sem que se possa, em consciência, dizer qual delas sobrepujava a outra.

A vaidade apresenta, como todos os atributos do caráter humano, grande variedade de tipos e imensa gama de intensidades. Pode consistir apenas em apanágio ridículo de indivíduos sem valor real, e, também, constituir corolário da legítima consciência de méritos superiores e de fortíssima personalidade. É a vaidade, aliás, como muitas vêzes o interesse, a mola das maiores e mais nobres ações. Bastaria êsse fato para não ser possível qualificá-la entre os pecados mortais, como o cristianismo, a religião dos recalques e dos complexos de inferioridade, a classificou, sob a sinonímia de *soberba*. Em Varnhagen a vaidade, onimodamente demonstrada em tôdas as circunstâncias em que estivesse em jôgo o conceito que dêle faziam os contemporâneos, ora tomava o caráter de enérgicos desforços em prol de seus créditos literários, como vimos no caso das polêmicas sustentadas principalmente com Abreu e Lima, Antônio Henriques Leal e Teófilo Braga; ora a do nobre sacrifício de vantagens materiais à satisfação do amor próprio ferido, como demonstrou nos pedidos de demissão do exército português em 1841-42, e do Imperial Corpo de Engenheiros do Brasil em 1851, por não obter as promoções a que se julgava com direito; ora revestia feições quase pueris, de molde a suscitar-nos, ao relembra-las, involuntários sorrisos.

Destas últimas manifestações colhemos em sua correspondência com o botânico Freire Alemão um exemplo bastante característico.

Escrevendo de Madrid ao naturalista (4 de fevereiro de 1852) (1) para prestar-lhe contas do destino dado a remessas

(1) O original existe entre os papéis de Freire Alemão, ainda não catalogados, na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional.

que o mesmo, por seu intermédio, fizera a várias pessoas influentes, entre as quais von Martius e St. Hilaire, Varnhagen refere-se ao célebre manuscrito de Baltazar da Silva Lisboa, a *Física Vegetal dos Ilhéus*, que adquirira, anos atrás, em Portugal, e então remetia, por empréstimo, ao correspondente. Encarece o valor dessa preciosidade bibliográfica chamando a atenção para o fato de haver rejeitado por ela 200\$000, porém, ao mesmo tempo, mostra-se disposto a desfazer-se graciosamente da mesma, com a condição de que não saísse do Brasil. Despertado assim o interesse do botânico, o encarregado de Negócios do Brasil torna a escrever a Freire Alemão para concordar com o mesmo na conveniência de não fazer o livro viajar novamente para a Europa; deixá-lo-ia ficar no Brasil até resolver em definitivo sobre o seu ulterior destino:

«Estava com V. S. inclinado a não fazer viajar de novo o livro para a Europa, uma vez que êle pode ainda ser útil, e apesar de que sou pobre para fazer presentes do que me custou tanto dinheiro [algumas peças de ouro] que o dia que queira posso aqui embolsar com vantagem, lá o deixo depositado onde está até resolver aonde o hei de destinar. Não duvido de que pertencesse à biblioteca real antiga, uma vez que oferecido ao príncipe (2), porém neste caso veio para Portugal com os outros manuscritos e só foi extraviado em Portugal. Entretanto a isso tenho a opor a falta absoluta dos selos da nossa Biblioteca, que se houveram posto no princípio, no meio e no fim».

Vejamos agora o fecho da carta e o tocante pedido que fêz o grande brasileiro ao amigo botânico, obedecendo aos impulsos de uma ingênua quanto legítima vaidade :

«Termino felicitando-me de haver salvado êste livro de ir a outras mãos e de haver tido ocasião de o emprestar a V. S., que aproveitará dêle com glória para o nosso país. Creio que o serviço valia um gênero varnhageniano.

«Se estiver em disposto [sic] a fazer esta comemoração com uma das plantas novas, cuja estampa salvei, desde já me ofereço a fazer-lhe presente do livro. Dê-me suas ordens, etc. . . (3)».

Freire Alemão não satisfaz o desejo de Varnhagen, de imortalizar-se no Pantheon de Flora. Percorremos, para tirar a limpo

(2) Oferecida ao Príncipe Regente foi a obra, não o exemplar. Existem outros apógrafos, com pequenas variantes no título e idênticas dedicatórias na Biblioteca Nacional e na do Instituto Histórico (Cf. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro* de Velho Sobrinho).

(3) Carta a Freire Alemão, de 4 de novembro de 1852. No mesmo arquivo.

êste ponto, na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional, onde está recolhido o espólio do velho naturalista, ajudados na busca pelo ilustre historiador Sr. Alberto Rangel, cujo recente desamparamento nossas letras deploram, os dezessete volumes manuscritos, que nos deixou, de plantas classificadas e descritas por êle, e não encontramos nenhuma *varnhagenia*. E não é que estivessem já classificadas tôdas as espécies descritas pelo velho Balthazar Lisboa. A 35ª ilustração representava uma espécie ainda pagã, o *vinhático da Bahia*, ao qual, em homenagem ao autor do código, Freire Alemão deu o nome de *Echinosperrum Balthazarii* (4). A *Física Vegetal* voltou às mãos do historiador e faz hoje parte da coleção Varnhagen, da biblioteca do Itamaratí, com algumas avarias decorrentes de maus tratos e, quiçá, escassez de escrúpulos de manuseadores, durante o decorrer de tantos anos. Falta o dorso da encadernação e as pastas em couro vermelho estão soltas. O pior, porém, é que foram arrancadas duas ou três fôlhas de desenhos (Varnhagen chama-as com impropriedade *estampas*) ilustrativas de outras tantas espécies descritas no texto (5).

Os exemplos do aprêço que Varnhagen ligava à própria pessoa pululam a cada passagem de sua vida e em cada período de seus escritos. Logo que se viu possuidor de regular bagagem literária tratou de pleitear uma condecoração, e obteve o hábito de cavalheiro de Cristo, por ocasião das mercês feitas quando a Princesa D. Januária se consorciou com o Conde d'Aquila. O seu requerimento acha-se instruído por um longo atestado do Cônego Januário da Cunha Barbosa, do qual se infere que a êsse tempo estava pronta a monografia a respeito do Caramuru, que sômente em 1848 saiu na *Revista do Instituto* (6). De fins de 1851 é um memorial seu ao imperador (6a) em que pleitea, lembrando os serviços prestados ao país depois disso, lhe seja conferida a Ordem do Cruzeiro no grau de oficial. Em princípios de 1854, em carta ao soberano, enviada de Madrid, e na qual, entre outras no-

(4) Cf. *Os dois Velloso, botânicos brasileiros* (Viena, abril de 1878), pág. 1.

(5) Por uma curiosa coincidência na vida dêsse homem que viveu dos livros, com os livros e para os livros, a *Física Vegetal* se encontra mencionada em suas primicias de escritor, as *Reflexões Críticas* (Lisboa, 1839, pág. 119, nota) e no seu *canto do cisne*, isto é, no trabalho sôbre *Os Dois Velloso, botânicos brasileiros* (Viena, 1878, pág. 1).

(6) *O Camamuru perante a história*, no t. X, págs. 129-152.

(6a) O memorial não tem data, mas do contexto, vê-se que é posterior à nomeação do signatário para encarregado de negócios em Madrid, e que foi escrito ainda no Rio de Janeiro, antes de assumir o novo pôsto.

tícias (6b), se ocupa largamente da sua *História Geral*, prestes a sair do prelo, lamenta que o seu nome, estrangeiro como era, «citado só por si não se associaria para muita gente logo ao Brasil», e insinua numa alusão entre parêntesis «que algum ato de graça espontânea» do soberano «lhe abrasileirasse o nome como fizera aos Brandes» (6c). Mais de uma vez escreveu elogios em causa própria para serem publicados como procedentes de alheias penas. É sabido como o intróito da carta-artigo em que desancou a Teófilo Braga e Adolfo Coelho, publicada no *O Novo-Mundo*, foi da lavra do próprio Visconde de Pôrto Seguro, que a isso se refere em carta ao redator do periódico (7), pedindo-lhe encarecidamente que tomasse o seu partido e não acompanhasse a publicação do artigo de censuras contra êle, no caso de não concordar com a doutrina do mesmo. A essa perspectiva preferia a de não ver seu trabalho em letra de fôrma. No mesmo periódico saiu como da redação um artigo noticiando o próximo acabamento da *História da Independência* do sorocabano (8), e cujos originais do punho de Varnhagen, letra muito nossa conhecida, existem na coleção Ottoni da Biblioteca Nacional, seção de manuscritos. Começa assim: «Consta-nos que o nosso conhecido escritor, Varnhagen, Visconde de Pôrto Seguro, está concluindo uma nova e extensa história especial da Independência até o reconhecimento da metrópole em 1825. A uma feliz circunstância devemos o ter tido conhecimento das seguintes linhas de parte do prólogo da nova obra, etc...»

Dir-se-ia uma passagem do noticiário da *A Manhã*, revelando «graças a grandes esforços de sua reportagem» alguma

(6b) A carta tem a data de 5 de fevereiro e estende-se principalmente a respeito do encontro que dias antes tivera em Sevilha o nosso diplomata com a família dos príncipes de Joinville, e conversas entretidas com o augusto casal.

(6c) Os Brandes, aliás Brandts, a que se referia Varnhagen, eram os dois Barbacenas (Marquês e Visconde), pai e filho, ambos chamados Felisberto Caldeira Brandt Pontes, e o Conde de Iguaçu, filho do marquês, por nome Pedro Caldeira Brandt.

(7) Varnhagen alude a «algumas palavras que poderão servir de introito», e que escrevera para que saíssem como da redação, na carta de 9 de abril de 1874 a José Carlos Rodrigues. Mesmo que não possuíssemos essa prova direta o estilo do introito bastaria para revelar o sorocabano, principalmente por que êle aí faz uso de um provérbio espanhol pouco usado, mas que já aplicara contra Abreu e Lima em condições semelhantes, na *Réplica Apologética*: «Para obras tales suelen tener los maestros oficiales» (pág. 3). Parece-se também muito, na redação, com o artigo sem assinatura, em defesa do historiador-diplomata, que saiu no *Diário Popular* de Lisboa, n.º 2.030, de 24 de junho de 1872.

(8) A 22 de fevereiro de 1875, n.º 53 (vol. V, pág. 126).

atividade ou manobra do seu próprio e «querido diretor»! Mas Varnhagen escrevia a sério...

A correspondência anônima sobre a representação do Brasil na Exposição Universal de Viena, publicada no *Diário Oficial* de 22 de julho de 1873, trai pelo estilo, e, mais que tudo, pelos termos encomiásticos com que se refere aos trabalhos do Barão de Pôrto Seguro para o êxito do certame, a pena do principal interessado. Corrobora ainda a atribuição o fato dessa notícia rememorar a circunstância do representante do Brasil «haver sido eleito um dos vice-presidentes do Congresso Estatístico de São Petersburgo», reunido no ano anterior.

Da mesma forma, um artigo feito incluir por César Augusto Marques entre as *publicações gerais* do nº 5 do *Diário do Maranhão* de 6 de agosto de 1873, pela extraordinária semelhança de estilo com o intróito redatorial da carta-aberta a J. Carlos Rodrigues, é visivelmente da lavra de Varnhagen. O fato não passou despercebido a Antônio Henriques Leal, visado especialmente nessa publicação, que embora fraco conhecedor de estilos, logo «pela pinta» reconheceu o autor.

Com que prazer relembra as palavras elogiosas de Humboldt, Ferdinand Denis, Rebelo da Silva, Joaquim Caetano, Porto-Alegre, Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa, e *tutti quanti* a respeito da sua *História Geral*?! Em 1860 chegou a mandar litografar o autógrafo de uma carta que Alexandre de Humboldt lhe escrevera, para ser reproduzida na *Revista do Instituto* (9). Numa carta ao velho diretor da Biblioteca Santa Genoveva, referindo-se ao *Theresianum* de Viena, onde matriculara os filhos, não se esquece de dizer que *era o mesmo colégio onde se educara o atual rei de Espanha* (Afonso XII) (10). Recebido o baronato de Pôrto Seguro, com que muito se desvanecia, desejou logo fazê-lo figurar em suas publicações. Acontece, porém, que já se havia tornado célebre literariamente como *Francisco Adolpho de Varnhagen*, e não desejava certamente ver o lustre daí decorrente perdido para o nome nobiliárquico. Usando apenas o título, o público poderia desconhecer que o novo barão fôsse o mesmo erudito pesquisador de sangue teutônico que já mimoseara a Pátria com a *História Geral* e outros trabalhos de grande valor. Seria necessário estabelecer o laço de identidade e Varnhagen não o dispensou.

(9) «De l'autographe ou a tiré à Rio de Janeiro, en 1860 (dans la lithographie de Rensburg) un *fac-simile* pour la *Revista de l'Instituto Histórico*, mais nous ignorons s'il a été publié (*Amerigo Vespucci*, etc... Lima, 1865, pag. 5)».

(10) Cf. A. A. de Melo Franco: *Algumas cartas copiadas no arquivo de Ferdinand Denis*, pag. 23.

A primeira edição da *História das Lutas* publicou-se em 1871 em nome do *Autor da História Geral do Brasil*, mas a segunda, com a data de 1872 na fôlha de rosto (sòmente ultimada em 1874) traz a indicação: *Pelo Autor da História Geral do Brasil, Barão de Pôrto Seguro*. Nas mesmas condições o artigo contra a dupla Braga-Coelho, impresso no *O Novo-Mundo* e a monografia *Ainda Américo Vespucci: novos estudos e achegas*, etc. associam no final do primeiro e no frontespício da segunda, o título nobiliárquico do historiador ao nome já universalmente conhecido tanto entre os eruditos que se interessavam pelas jóias da antiga literatura portugueza como pelos que debatiam os créditos do tão discutido florentino.

Foi Varnhagen, seguramente, entre os nossos escritores, aquêle que fêz uso de maior número de pseudônimos e siglas abreviadas. Entre estas últimas há no *O Panorama* várias formas: ora é um simples V (11), ora um asterístico (*), ora um A, entre asteriscos, ora o mais frequente trigrama F. A. V. Os primeiros são ainda mais numerosos. No frontespício da *História Geral* (1ª ed.) é *Um sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, natural de Sorocaba*; em *Sumé* declara-se *Um Paulista de Sorocaba*; no *Manual do Caçador* é *Um Brasileiro devoto de S. Huberto*; no drama *Amador Bueno* nomea-se *O autor de «Sumé» e de outras composições literárias*; na publicação em Valença da carta de Cristovam Colombo ao tesoureiro do rei de Aragão usa do anagrama *D. Genero H. de Volafan* (Adolfo de Varnhagen), ao qual se refere na segunda edição (Viena, 1869) como *El Seu-dónimo de Valencia*; na *História das Lutas* assinou-se o *Autor da História Geral do Brasil*, enquanto que no *Memorial das prozas da segunda Távola Redonda* e a edição *Triunfos de Sagamor* aparece como *O Autor do estudo Da Literatura dos Livros de Cavalarias*.

Antes de se ver consagrado pela *História Geral*, na polêmica com Abreu e Lima (*Réplica Apologética*) apresentara-se como *Um escritor caluniado* e no *Memorial Orgânico* (1ª ed.) nomeou-se simplesmente *Um Brasileiro* e *Um amante do Brasil*. O empenho em garantir a imortalidade, pondo-o a salvo do esquecimento dos homens — o que no seu caso não era de temer, levou-o a dispor numa das verbas do seu testamento que se erigisse em Ipanema um monumento à sua memória e a viscondessa viúva não contraiisse novo matrimônio, conservando o título...

(11) Na edição da *Narrativa Epistolar* de Fernão Cardim, e no *Manual do Caçador*, também assinou respectivamente a *Advertência acidental* e a dedicatória ao Conde de Pôrto-Alegre com um V.

Poderíamos sem esforço, mas também sem utilidade, alongar essa lista de fatos e demonstrações do temperamento vaidoso do nosso grande compatriota. Longe de ser um senão, a vaidade no primeiro historiador do Brasil, era apenas um traço saliente de sua personalidade e a consequência de legítima convicção da própria grandeza (12); concordamos pois plenamente com o Sr. Basílio de Magalhães neste ponto, de que «a vaidade, — à semelhança da beleza, que sòmente é menosprezada em outrem por quem não a possui em si próprio, — é manifestação não condenável nos que podem realmente fazer garbo dela como corolário legítimo de um valor individual incontestável» (13).

Varnhagen não deixava também de ser ambicioso. Mas ambicioso de glória, de posições, de lustre para si e para o seu país. Nunca procurou as gloriolas fáceis e ilegítimas que os demagogos encontram no aplauso das multidões lisongeadas em suas paixões, ou as vaidades que o acúmulo de bens materiais permite satisfazer. Sua profissão de fé a respeito está contida em uma carta a D. Pedro II:

«A maior glória e honra do homem é ser ambicioso, diz Guizot. Não é também V. M. I ambicioso de glória? — Mal do Brasil, se o não fôra, como é, mercê de Deus. Nós os *pequenos* temos alguma coisa mais que ambicionar além da glória: temos que ambicionar o *ser menos pequenos*; pois contentando-nos só da glória literária todos preferiríamos deixar obras póstumas e memórias de ultra-tumba. E, meu Senhor, mal daqueles que não forem ambiciosos dentro de certos limites; pois, ou terão sentimentos baixos, ou desprezarão já, à força de orgulho e de desenganos, as honras sociais, e estarão neste último caso na pendente para o socialismo... Se eu fôra ambicioso — fora de razão — revolucionariamente, — houvera começado por adular a multidão, em vez de combater suas opiniões erradas; houvera tratado de lhe pregar os seus direitos e não os seus deveres; houvera pregado o subversivo *caboclisto*, que por fim tinha de contender com V. M. I., e houvera por último, como certo reptil, dito que o Brasil ainda intelectualmente está escravo de Portugal, etc. etc.» (13a).

A par dos dotes intellectuais possuía o historiador-diplomata atributos físicos privilegiados. De grande estatura, traços fortes

(12) «Seria eu hipócrita, e faltaria à verdade, se, por uma falsa modéstia, não admitisse o ter plena consciência dos serviços que tenho feito à pátria na crítica histórica (*Ofício-Protesto*, pág. 11)».

(13) *Francisco Adolpho de Varnhagen*, 1928, pág. 52.

(13a) Datado de Madrid, 14 de julho de 1857. (A.M.I.).

e corretos, tez clara, aspecto robusto e sadio, possuindo esmerada educação e apuro de maneiras, conversação culta e vivaz, sustentada com facilidade em vários idiomas, atingindo à mais perfeita possível das sintetizações do ideal virgiliano, Varnhagen honrava-se, e ao país que representava tanto nos salões mais cultos, como nas assembléias de homens de ciência e nos ambientes mais seletos e aristocráticos. Pedro Lessa, num de seus arroubos literários relembra, numa magnífica visão retrospectiva, êsse «caso excepcional de solenidade acadêmica e de ornamentação heráldica», como o classificou o Sr. Celso Vieira, imponente em seu fardão verde dourado de plenipotenciário, e com o peito constelado de grãs-cruzes e outras veneras, a cintilarem sob os clarões de milhares de luzes dos lustres de cristal nos saraus de gala da côrte dos Habsburgos... (14).

Como sòmente sucede às pessoas do estofo moral e do temperamento orgulhoso e sensível de Varnhagen, importavam-lhe mais as honrarias e os aplausos das pessoas de valor que os proventos materiais do cargo e da posição social que ocupava. Apesar de não ser rico, procurou obter, depois do estágio na América, o posto de Viena, onde os gastos de representação eram elevados (14a), e também que fôsse elevada a categoria da missão, para maior lustre seu e do Império, conservando o titular, num magnífico gesto de desprendimento, os exíguos vencimentos de

(14) V. *Discursos e Conferências*, págs. 199-200.

(14a) São frequentes nas cartas ao Imperador as alusões à vida cara da capital austríaca e as dificuldades com que lutava para manter-se e à família de forma decente, tendo de passar em consequência por vexames e humilhações, ainda que os mais dêles fôsem de natureza oficial e proviessem da sua qualidade de simples *residente*. É só passar os olhos pelas cartas datadas de 6 de dezembro de 1869, 9 de março, 20 de abril, 20 de junho e 21 de outubro de 1870 e 30 de maio de 1871, isto é, as escritas antes de ser elevado a plenipotenciário, para nos convenceremos. Merecem destaque especial os trechos seguintes :

«Pelo que respeita à casa que habito, sou o primeiro a reconhecer que me não convêm tê-la tão grande, até mesmo em razão da paga, que anda por oito contos de réis, isto é, quase metade do que recebo de ordenado (6-12-869)».

Depois de haver-se mudado :

«... apesar de ser a outra casa demasiado grande não a teria eu deixado, se não fôsse obrigado pelo proprietário que vai habitar. Esta, que por um contrato acabo de tomar por ano e meio, não podendo por menos, não me custará é verdade, metade dos meus vencimentos, mas tão pouco me deixará fôlego para brilhaturas». E prossegue, fazendo um trocadilho :

«Não deduza V. M. I., Senhor, desta minha repugnância às mudanças, que eu estou já conformado com a minha *residência*, e muito satisfeito *nesta*

ministro residente (15). Veio a arcar, em consequência, com grandes dificuldades financeiras. Na correspondência com os íntimos e em alguns dos ofícios seus, que logramos examinar, encontramos a prova disso. Desabafava com o amigo e compadre Pôrto Alegre:

«Eu, graças a Deaus, cá vou andando e governando-me para não *exceder muito* nos gastos o que me dão. Ao principio, por causa do muito aluguel de casa, iam perto de sete mil florins de mais. Agora pago menos de casa, e estou muito bem. Ao menos agora os *gastos luzirão mais sendo plenipotenciário*» (16).

Via-se constrangido a pedir o reembolso de pequenas importâncias gastas em porte de correspondência, de publicações diversas (principalmente trabalhos sôbre estatística), e no transporte de material exibido na Exposição Universal de 1873, que adiantara, e de que noutras condições dispensaria a indenização (17). No ofício dirigido ao Ministro Thomaz Coelho a 23 de novembro de 1875, explicando como se vira obrigado a antecipar com dinheiro seu o pagamento dos fretes marítimos de várias caixas de material pertencente ao govêrno, por prever as dificuldades que as companhias de vapores de Hamburgo apresentariam em aceitá-las sem quitação à vista, escarmentadas que estavam pelas demoras dos trâmites burocráticos que já haviam experimentado em anteriores relações conosco — pedia o reembolso dessa importância pela Delegacia do Tesouro em Londres, lembrando a aflitiva circunstância de que «sendo ministro plenipotenciário, apenas ganhava como residente» (18).

Certa vez pagou do seu bolso a quantia de cem florins a um tal Barão Schröder, redator de um pequeno jornal de Viena,

cidade, tão própria para os solteiros que tratam de divertir-se, e tão cheia de *nicas* e embaraços e vexames para os casados que têm dignidade... (30-6-870)».

«...Confesso a V. M. I. que não poucos vexames e humilhações sofri aqui nos três últimos anos de exercício, entre os dezenove e meio que já conto como chefe de missão... (30-5-871)».

(15) Carta ao Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá (depois Marquês) Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 29 de fevereiro de 1868 (Inédita, cópia gentilmente fornecida ao autor pelo Dr. Pedro Paranaguá, neto do destinatário).

(16) Carta de 7 de dezembro de 1871, inédita. O original pertence ao Dr. Francisco Marques dos Santos. V. também a nota *B* no fim.

(17) Vários ofícios, dos quais existem as minutas na coleção Varnhagen, no Ministério das Relações Exteriores.

(18) Ofício de 22 de novembro de 1876, cuja minuta existe na coleção Varnhagen (M. R. E.).

o *Gemeinde Zeitung*, que se queixara de não haver recebido nenhuma condecoração do governo brasileiro, sendo que fizera gastos com *clichés* de retratos de suas majestades imperiais publicados por ocasião da visita de D. Pedro e D. Tereza Cristina à Austria. Em officio confidencial ao ministro do Império, de 3 de dezembro de 1872, relatando êsses pormenores, o Barão de Pôrto Seguro insistia em que êsse individuo não estava no caso de merecer nenhum hábito, apesar de constar-lhe que se empenhara nesse sentido com o Duque de Saxe, genro do imperador.

Os gastos de um plenipotenciário em Viena eram grandes, maximé quando, como o Visconde de Pôrto Seguro, possuía filhos em idade escolar, e se dedicava a trabalhos desinteressados de investigação histórica, imprimindo, como fazia, à sua custa, numerosos folhetos para distribuição gratuita. Ainda as obras de maior tomo, como os estudos sôbre Vespucci, a *História das Lutas*, os *Colóquios de Garcia d'Orta*, a *Origine Touranienne*, etc., eram em grande número de exemplares distribuídos pelos amigos e pelas sociedades culturais, e os poucos vendidos certamente não o indenizariam dos gastos de impressão.

Vivia à lei da nobreza em sua residência à Riemerstrasse, 8, com porteiro de maça e libré, numerosa criadagem, e professôres particulares de vários idiomas, história, mitologia e religião, para os filhos. O primogênito do diplomata, Xavier (Javier em espanhol, como se assinava) falecido em 1894, com 29 anos incompletos, deixou manuscritos, em francês, umas pequenas memórias dos seus primeiros anos de vida, em que encontramos interessantes debuxos da vida social e íntima do Visconde de Pôrto Seguro. Ordenadas e corrigidas pelo francês Hypolite Buffenoir, a pedido da viscondessa viúva, as *Memórias* de Xavier de Pôrto Seguro foram impressas em Paris, em 1896, numa plaquette de 31 páginas in-4º.

Eram freqüentes as recepções e jantares da legação do Brasil, aos quais comparecia a fina flor da sociedade vienense, e os estrangeiros e brasileiros ilustres de passagem pela capital austriaca. O Príncipe Augusto de Saxe-Coburgo, sogro da Princesa D. Leopoldina, o compositor Eduardo Strauss, o arqueólogo Giovanni Battista de Rossi; Salvini; o velho filósofo Frederico Dietz; Manuel de Araujo Pôrto-Alegre, cônsul geral em Lisboa, e padrinho de Luís, o filho mais jovem de Varnhagen, e que esteve em Viena quando da Exposição de 1873; o Conde de Robilant, ministro da Itália; o Conde de S. Miguel, ministro de Portugal, cuja espôsa, no dizer de Xavier, era uma criatura deliciosa, cheia de espírito e ironia, mas extremamente delicada; os barões de Thinnen, do Brunswick, o Conde João Bernardo de Rechberg,

todos passaram sob os tetos da legação do Brasil e a maioria dêles formava o círculo mais íntimo das relações do enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de S. Majestade o Imperador do Brasil e da Sra. Viscondessa de Pôrto Seguro, como se diz em linguagem protocolar.

Dessas ocasiões festivas o primogênito de Varnhagen, ao tempo muito criança ainda para ser admitido nos salões, conservava muitos anos depois vivo na memória o espetáculo dos preparativos para os bródios, e a lufa-lufa dos numerosos criados encasacados, a circularem pela casa com bandejas de sorvetes e doces, coisas que naquela época principalmente o interessavam, enquanto à entrada da legação o porteiro, imponente em sua libré de casaca agaloada de ouro, e de bicórnio à cabeça, empunhando um bastão encimado de esfera dourada, como a dos tambores-mores, indicava aos convidados o caminho dos salões (19).

Varnhagen era obsequiador e afável para com todos os que o procuravam, principalmente os brasileiros que passavam pela Áustria, e recorriam à sua influência, ou os amigos que lhe solicitavam alguns dêsses mil e um pequenos serviços extra-oficiais que os representantes diplomáticos e consulares se vêem constantemente obrigados a prestar a seus compatriotas: entregar em mão presentes e cartas, procurar conhecidos, aviar pequenas encomendas, etc... (20).

Nos papéis do arquivo de Varnhagen no Ministério das Relações Exteriores também encontramos testemunhos do seu ânimo prestativo, entre êles um pedido do Visconde de Carapebus para que arranjasse matrícula num colégio jesuítico da Áustria para seu filho Juca, que no momento estudava num colégio protestante da Suíça.

(19) *Memoires de X. de Pôrto Seguro*, págs. 15-16. A um dêsses jantares, no dia do aniversário do Imperador, 2 de dezembro de 1871, em que tomaram parte as «grandes categorias da côrte», e as altas graduações das ordens brasileiras» se refere Varnhagen na já citada carta a Pôrto-Alegre.

(20) Entre essas encomendas foi uma a feita pelo Conselheiro Paulo Barbosa da Silva, de alguns mueres a serem adquiridos na feira de Zamora e despachados por um pôrto português. O Dr. Américo Jacobina Lacombe, a quem devemos cópia da carta, datada de 21 de novembro de 1857, em que se menciona êsse fato, forneceu-nos também a de uma outra, esta última de D. Pedro II ao mesmo Paulo Barbosa pedindo lhe que transmitisse a Francisco Xavier d'Andrada, cunhado do Barão de Penedo, que ia para o Chile, a sua encomenda de um casal de lamas com que desejava presentear a filha, acrescentando em P.S. que o «Lopes Neto, que foi para a Bolívia, ou o *Varnhagen*, que está no Peru, também podiam mandar o casal de lamas». Não chegamos a apurar se coube ao depois Visconde de Pôrto Seguro satisfazer êsse empenho do Imperador.

Entre os nossos compatriotas que estagiavam na capital da Áustria havia alguns estudantes de Medicina e jovens recém-formados no Brasil, que iam à Europa aperfeiçoar-se. As *Memoírias* nomeam especialmente um, distinto entre os demais pela inteligência e aptidões, o Dr. Constantino Machado Coelho de Castro (21), vítima da exuberância doentia de seu temperamento amoroso, e que se suicidou em Londres com um tiro na cabeça, em consequência da paixão infeliz que concebera por uma beldade austríaca.

Varnhagen proporcionava à família todo o bem estar e tratamento correspondentes à posição social que ocupava, mas cujos encargos superavam às vezes, como já fizemos notar, suas possibilidades financeiras. Além da numerosa criadagem para o serviço da legação, mantinha para o ensino dos filhos uma governante francesa, Mlle. Beaudonnat, a quem Xavier se refere com muita simpatia e saudade, e uma professora inglesa, Mrs. Lane, inveterada tomadora de rapé e devota de Baccho, que o primogênito dos Pôrto Seguro tomara à sua conta para arrelias e sustos. A pobre senhora uma vez pusera na boca um punhado de pimentas maduras que o menino lhe dera, afirmando serem frutinhas do Brasil. Noutras ocasiões, quando roncavam os trovões e os raios fuzilavam, Xavier deliciava-se em conduzi-la às sacadas para gozar com estrepitosas gargalhadas os sustos da infeliz velhota. Mrs. Lane, ao que diz o autor das *Memoires* deveria ter sido linda na mocidade, e, já idosa, possuía ainda o porte majestoso de uma rainha. Vivia em constantes discussões com um enteado, riquíssimo, que a deixava, não obstante, viver em quase completa indigência.

Se dispusesse exclusivamente dos recursos provenientes do ordenado de ministro residente e da modesta verba de representação abonada aos diplomatas nos tempos do Império, seria absolutamente impossível a Varnhagen sustentar-se à altura de sua posição, tanto mais que não lhe permitiam os escrúpulos luzir à maneira do Barão de Penedo, por exemplo, com os proventos pouco elegantemente adquiridos em comissões sôbre empréstimos para o seu país, ou mediante outro processo qualquer pouco compatível com a dignidade do seu cargo. Felizmente, porém, sua

(21) Xavier de Pôrto Seguro apenas o nomeia «Un certain appellé Machado (*Mémoires*, pág. 15)». Perguntando ao Dr. Afonso de Escragnolle Taunay, para quem tanto a grande como a pequena história brasileira não têm segredos, se conhecia algum brasileiro com esse nome, estudante ou já formado em Medicina, e que por paixão se houvesse suicidado na Europa dentro da década de 1870 a 1880, o mestre prontamente identificou o referido Machado.

espôsa, D. Carmen Ovalle y Vicuña possuía recursos que, somados aos vencimentos do marido, permitiam certo desfêgo ao casal. Varnhagen parece aludir a auxílios pecuniários recebidos da sogra numa carta ao amigo Ferdinand Denis, em que noticiando a morte dessa senhora, faz-lhe grandes elogios, e menciona agradecido a sua resolução de melhorar à última hora, por disposição testamentária, a sorte das filhas (22), o que lhes permitira um inverno mais folgado. Os invernos, principalmente, pesavam muito; eram a estação das reuniões elegantes, das récitas líricas, das grandes oportunidades para os gastos imoderados (22a), e dividas.

Este homem que imagináramos, fora da vida mundada e dos encargos officiaes da carreira, totalmente entregue à paixão da leitura e mergulhado na papelada dos arquivos, sabia encontrar tempo para brincar com os filhos, e, de forma amena, desenvolver-lhes a intelligência e modelar-lhes o caráter.

Conversava com elles sempre em portuguez, preocupado em que conservassem a prática do idioma paterno, tão difficil no meio cosmopolita e poliglota em que viviam, pois a viscondessa dirigia-se-lhes em espanhol, com Cláudia, a criada de quarto, conversavam em italiano; com os demais criados em alemão; com Mlle. Baudonnat em francês; e em inglêz com a Sra. Lane.

Assim o diz Xavier em suas *Memórias*, que seguramente incluem reminiscências abarcando tempos posteriores à data em que o pai, escrevendo ao velho Visconde de Castilho (Antônio Feliciano), e exagerando talvez um pouco as coisas, à romântica, se queixa de que «entre aquêles sicambros, aliás sábios, bons e gente séria e formal, se lembrava do tempo em que podia falar portuguez à vontade», o que no momento «por influêcia das criadas, *nem fazia com os filhos, que só falavam o francês, alemão*

(22) Cf. *Algumas cartas copiadas no arquivo de Ferdinand Denis*, pág. 18 (Carta de 23 de fevereiro de 1876).

(22a) Na carta escrita a D. Pedro II a 10 de setembro de 1874, de Viena, há este periodo:

«A sociedade geográfica italiana me nomeou seu sócio honorário, e me dá o encargo de presidir a uma edição completa de Amerigo Vespucci. Poderá a isso dedicar este inverno se o Sr. Caravellas me autorizasse, conforme lhe pedi, a ausentar-[me] daqui temporariamente quando comecem os bailes e festas, que trazem grande aumento de gastos com *toilettes*, etc., com os quais não pode quem ainda está com os vencimentos de ministro residente em uma corte tão cara e tão exigente, e acaba de dispendir por sua conta com esta excursão ao norte».

e *italiano*, havendo o mais velho (já com sete anos) perdido o que já sabia da língua materna e da paterna (22b).

Conta Xavier como aprendeu com o pai o alfabeto. O visconde usava de um abecedário de chocolate. Quando o discípulo via uma letra em jornal ou outro lugar qualquer, e acertava com idêntica da caixa de chocolate, tinha o direito de comê-la, e dêsse modo a gulodice servia de estímulo à atenção, tão difícil de fixar nas crianças. O primogênito dos Pôrto Seguro era inclinado ao vício da mentira, mas o pai soube fazê-lo perder êsse mau hábito. Sempre que o filho se excedia em alguma narrativa fantasista, dizia-lhe estar vendo sair fumaça da sua cabeça, e que por êsse sinal se conhecia, sem risco de êrro, quando uma pessoa faltava à verdade. O horror a tal manifestação exterior da mentira era tão forte em Xavier que o estratagema deu ótimos resultados.

Retidos pelos seus afazeres ou trabalhos literários em Viena, Varnhagen nem sempre podia acompanhar a família às temporadas no castelo de campo da aristocracia, às quais era às vêzes convidada (23), ou às localidades de Rekawinkl ou ainda de Brühl onde, pelo tempo mais quente do verão, se instalava num pitoresco chalet, no alto de uma colina, a Grillen-Villa. Foi nesta última residência que o Príncipe das Astúrias, depois rei, D. Afonso XII, da Espanha, veio fazer ao ministro do Brasil uma visita que durou o dia inteiro. Sua alteza real entreteve-se jogando a *Fortaleza* com o Visconde de Pôrto Seguro. Como perdesse quase sempre entristecia-se, porque, muito supersticioso, via nisso um mau presságio para quando viesse a reinar. Xavier, que embora pirralho ainda, se gabava de conhecer bem o jôgo, ensinou-lhe alguns golpes, com os quais o príncipe logrou ganhar uma partida. Agradecendo ao menino, o pai de Afonso XIII abraçou-o e prometeu fazê-lo general quando viesse a reinar. «O pobre príncipe morreu — comentou desconsolado Xavier, — e não pôde cumprir sua promessa». O filho de Varnhagen, levando a sério a augusta promessa, parecia estar disposto, pelo engôdo do generalato, a

(22b) Carta datada de Viena, 19 de maio de 1872, conservada entre as endereçadas a D. Pedro II, no arquivo do Museu Imperial.

(23) Os filhos do casal Pôrto Seguro passaram durante alguns anos a noite de Natal em companhia dos filhos do Barão de Vaux. Xavier de Pôrto Seguro menciona entre suas reminiscências de infância a temporada passada em companhia de sua mãe no castelo de Frain, na Morávia, propriedade da Condessa Miniszek, e as férias em Gresten, no castelo de Stiebar, pertencente a Baronesa de Knorr, onde se divertiu bastante (págs. 13, 17 e 19-20 das *Mémoires*).

renunciar à nacionalidade chilena, que considerava a sua, para tornar-se súdito espanhol! (24).

Varnhagen não era somente funcionário de atividade exemplar e de honestidade a tóda a prova. Compenetradíssimo de suas funções, identificava-se pelo sentimento com a nação que representava, expandindo as reações do seu amor-próprio ultra-sensível nos conceitos formulados sobre o caráter e as atitudes dos estrangeiros nos quais lobrigasse o menor propósito de menoscabo ou censura ao Brasil. Vimos já qual o procedimento que teve quando acreditado junto aos governos das repúblicas hispano-americanas, principalmente os do Paraguai e do Peru. Em 1861, estando em Londres, «com o pé no estribo para seguir para as Antilhas, e de lá para a Venezuela», segundo suas próprias expressões, achou tempo de remeter ao Dr. Jacobina, seu amigo e companheiro de caçadas, umas «páginas» para serem entregues ao imperador, porque parecia «haver nelas intenção firme de nos desacreditar, em reconhecimento da boa recepção que recebera o A., e que êle próprio era o primeiro a confessar» (25). Prontamente se dispôs em fins de 1857 a sobraçar as malas para Paris, aonde o chamava o dever de refutar, perante a Sociedade de Geografia, as interpretações tendenciosas com que d'Avezac procurava alicerçar suas conclusões contrárias aos direitos do Brasil à posse dos territórios do Cabo do Norte. Doutra feita, a 7 de novembro de 1875, expediu de Viena uma carta confidencial ao Barão de Cotegepe, dando-lhe informações sobre a leviandade do Barão de Schreiner, ministro da Áustria-Húngria junto à corte de S. Cristovam, segundo as quais esse diplomata, para valorizar seus serviços, escrevera à chancelaria de Viena que sua mulher fôra atacada pela febre amarela no Rio de Janeiro, quando o que lhe constara a êle, Varnhagen, é que a referida senhora «tivera uma forte indigestão» em consequência de sua glotonice num jantar de que fôra conviva no Jardim Botânico. Conseguira também o nosso ministro, não disse por quais vias, obter algumas linhas autógrafas do dito Schreiner, que lhe tinham parecido sumamente irritantes, e ofensivas aos créditos do país. D'ziam assim, na tradução do alemão feita por Varnhagen:

«Não posso deixar de mandar alguns retalhos do jornal de hoje; êstes artigos causaram-me uma impressão particular! Um

(24) Cf. *Algumas cartas copiadas no arquivo de Ferdinand Denis*, pág. 23; — *Mémoires de X. de Porto Seguro*, págs. 16-17.

(25) Carta (inédita) ao Dr. Jacobina, datada de 8 de agosto de 1861. Cópia gentilmente fornecida pelo Dr. Américo Jacobina Lacombe, neto do destinatário.

dos retalhos contém uma lista das missas que se dizem nas diversas igrejas, o outro anúncios de venda d'escravos! Ora, é preciso confessar que aqui ainda se dão circunstâncias bem singulares!» (26).

Com efeito! Se em 1875 ainda não fôra totalmente abolida a escravidão no Brasil, o que havia de extraordinário em que se anunciassem escravos à venda, e que êsses anúncios se estampassem no mesmo jornal em que saíam outros de missas de defuntos? Em tôda essa história só havia de singular o espanto do plenipotenciário de S. M. I. e R. Apostólica, em crise de exaltação romântica. O Visconde de Pôrto Seguro, acérrimo adversário da escravidão, mas, antes de tudo, brasileiro, se sentia obrigado a levar êsses fatos ao conhecimento do seu govêrno, para que conhecesse quais as fontes da propaganda hostile ao país que se fazia na Europa. Schreiner era cônsul geral do seu país no Egito, por ocasião da viagem feita por D. Pedro II em 1872 à terra das pirâmides, e dedicava-se a estudos de egiptologia e arqueologia oriental. D. Pedro, entusiasta dêsses ramos da erudição, esforçou-se por vê-lo acreditado como ministro junto ao seu govêrno, e tinha gôsto em passar longas horas em casa do austriaco, palestrando sôbre os assuntos prediletos. Schreiner aproveitava-se dessa circunstância para escrever ao seu govêrno que a primeira visita recebida em sua residência petropolitana fôra a de sua majestade, «que se dignara tomar chá com êle, e ficar até meia noite», procurando valorizar sua influência como diplomata, quando os motivos determinantes do augusto convívio eram de natureza totalmente diversa, e se filiavam à paixão do nosso soberano pelos estudos sôbre a antiguidade oriental. Mas, depois de Sadowa e de Sedan a rivalidade e o ciúme entre as casas de Hohenzollern e de Habsburgo estavam em têrmos de grande sensibilidade. Constara a Varnhagen que o ministro da Alemanha se ressentira por não haver recebido igual honra, e como circunstância tão sem importância poderia ter desfavoráveis repercussões para o nosso país em suas relações com o recente império germânico, Varnhagen insinuava a conveniência de sua majestade «honrar da mesma forma a residência do outro».

(26) Junto à carta do nosso ministro vinham os recortes dos jornais brasileiros, contendo anúncios de missas de defuntos e outros de escravos à venda, remetidos para a Áustria por Schreiner; e o original em alemão dos seus comentários anti-brasileiros. De que forma conseguiu o nosso ministro apoderar-se dêles? Já possuíamos nossa redezinha de espionagem a êsse tempo!

O conjunto dos ideais aristocráticos de Varnhagen, tão bem documentado no culto à função histórica da realeza (27), no gosto pelos braços (28) no aprêço ao papel desempenhado pelas aristocracias nos governos mistos (29) e no desdém pelos que adulavam as paixões das massas populares (30), tinha como complemento na ordem doméstica e inclinação pela caça e pelos livros preciosos, que constituem os prazeres mais característicos, e em que costumam requintar as pessoas bem nascidas. Sobre a primeira já falamos em outro lugar; e, muito embora os contínuos deslocamentos e afazeres da carreira diplomática não lhe deixassem folga de tempo para dedicar-se às atividades cinegéticas, sempre se mostrou, por vários conceitos que deixou escritos, fervoroso devoto de S. Huberto. Íntimo da família Sá e Albuquerque, cujo chefe era em 1860 o 1º Barão dos Guararapes, filho do Conselheiro Lourenço de Sá e Albuquerque, também grande caçador, gaba as corridas à raposa, que êsse senhor de engenho pernambucano realizava em suas terras com a rigidez do cerimonial britânico, como quem nelas tomara parte (31). Numa passagem de sua carta ao Dr. Jacobina, de 18 de abril de 1861, escrita quando em preparativos de viagem para a Europa, lamenta «não ter assistido a nenhuma caçada», mas regozija-se por haver comprado «uma magnífica paca por quatro patacas, que pesava mais de uma arroba», e parece-nos estarmos a vê-lo lamber os beijos ao recordar-se de como prepararam magnificamente essa excelente peça de caça. Na mesma carta pede as ordens do amigo para a Europa, «já que para a Venezuela não seria provável que as tivesse, a não ser que por lá existisse alguma nova raça de paqueiros, que ficariam a seu cuidado». As qualidades de fino *gourmet* do Visconde de Pôrto Seguro nos seriam garantidas, se carecêssemos dêsse refôrço de prova, por Oliveira Lima, o qual, por sua vez, chegou ao seu conhecimento mediante conversa com

(27) Sobre o assunto já nos estendemos no 4.º capítulo desta segunda parte. Veja-se mais a nota A, no fim do livro.

(28) Mais de uma vez Varnhagen mostrou sua veneração pelos braços. Veja-se a propósito disso: *História Geral*, 1ª ed., I, págs. 402-403; *História das Lutas*, 1871, pág. 126, nota 2; carta a J. C. Rodrigues, de 12 de maio de 1873 (*Rev. do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, XIII, pág. 103); Biografia de Jerônimo de Albuquerque Maranhão, na *Revista do Instituto Histórico*, XXV, págs. 354-356; e *Os Índios Bravos*, págs. 32-33.

(29) V. a respeito o cap. 4.º desta segunda parte.

(30) «... algum dia era honroso o degrêdo e o ostracismo; pois só recaía nos homens de caráter, que não adulavam a multidão (*História Geral*, II, pág. 285)».

(31) *A Caça no Brasil*, pág. 110.

um colega da carreira diplomática, que trabalhou na mocidade com Varnhagen. Supomos houvesse sido êsse informante, cujo nome omite com desnecessária discreção o diplomata pernambucano, o Dr. Francisco Régis de Oliveira, que no começo da carreira foi adido à nossa legação em Viena. Revelou que nada satisfazia mais a Varnhagen, depois de um dia de árdua labuta literária ou profissional, do que ir à cozinha preparar um saboroso pitêu ou bater um pudim de fazer água na boca (32), o que levou o Dr. Rodolfo Garcia a admirar-se de que tão fecundo polígrafo não tivesse escrito também um *Manual do Cozinheiro*, nos moldes do *Manuel do Caçador* (33), e que seria o seu complemento natural. É mais do que provável que a idéa lhe houvesse acudido, pensamos nós, e se não a levou avante, foi certamente devido à falta de tempo. Disposição e competência não lhe faltavam. Seria uma obra nacionalista, na qual os carurus, os vatapás, os jacus e mutuns recheados com farofa de miúdos, e as pacas e caitetus assados com toucinho teriam preferência sôbre os coelhos à caçadora, a volateria *faisandée*, e as narcejas assadas ao forno com a integridade do continente e conteúdo intestinais, que fazem as delícias dos gastrônomos europeus.

Como bibliófilo o sorocabano distinguia-se sobremaneira de seus contemporâneos brasileiros que, em geral, não sabiam apreciar o livro em si, como peça de coleção ou de amador, ~~e~~ tão sômente como manancial de informações ou fonte de deleites para o pensamento. Ainda hoje é comum encontrarem-se em nossa terra pessoas de certa cultura e instrução, que se desinteressam em absoluto pela conservação material dos livros, que rabiscam com anotações tolas e quebram nos cantos para marcar a página; assim como também pelas encadernações sólidas e elegantes, e pela boa apresentação material dos textos; estado de espírito que se reflete desastrosamente no mau gôsto das composições tipográficas, e na péssima mão de obra dos encadernadores do Brasil, que trabalham para o público menos exigente do mundo. Parece-lhes tudo isso futil preocupação material de espíritos inferiores, incapazes de ascender às sublimidades das abstrações da inteligência, como êles, os tais que nos livros vêem apenas a idéia mais ou menos empolgante ou luminosa, exteriorizada e comunicada à distância, no Tempo e no Espaço, através dos caracteres tipográficos. Os *Lusiadas* ou o *Novum Organum* têm o mesmo valor, visto que exprimem

(32) Cf. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, XIII, pág. 84.

(33) Cf. Artigo no *O Jornal do Brasil*, de 29 de julho de 1928, reimpresso na *Revista do Instituto Histórico*, e na *História Geral do Brasil*. 3ª edição, II, *in-fine* (ibi, págs. 451-452).

literariamente a mesma coisa, tanto nas ignóbeis brochuras das edições de cordel, em papel de jornal, empastadas de tinta numas páginas e falhadas noutras, como nas tiragens limitadas, em papéis de fôrma, com grandes margens, e impressão cuidada e uniforme na côr. Em sua ingênua convicção de superioridade esquecem-se êsses intelectuais de quanto o culto da forma e da côr constituíram sempre o apanágio das civilizações superiores, e de que não é só nas artes plásticas e do ouvido que se revelam penhores artísticos elevados, mas também na apresentação material dos objetos de utilidade, isto é, no apuro das artes industriais.

Ora o livro, se por um lado é veículo material do pensamento, constitui, pelo outro também um produto da indústria e da arte, ou melhor, de várias indústrias e artes associadas. Do mesmo modo que há gente que se alimenta de côcoras no chão, fazendo uso de gamelas de barro em vez de pratos, e metendo os dedos na comida, outros há, e felizmente constituem a maioria, que comem à mesa, em pratos de louça e muitas vêzes de fina porcelana, com talheres de prata, e são êstes últimos que comem de forma mais decente e civilizada. Não há por que supor intelectualmente inferiores às pessoas que sentem prazer em ler em boas edições, bem impressas e encadernadas, as obras primas da inteligência e da emotividade humana. A elevação do pensamento encontra-se, muito ao contrário do que pensam os intelectuais ascetas (34), associada quase sempre ao culto do ritmo e das proporções na forma e na côr. A cultura e os requintes do espírito só se sentem bem nos ambientes e nas molduras impregnadas do vivificante sentimento pagão da beleza. Sômente entre os pensadores de procedência semítica e seus apologistas irrefletidos de outras raças (35) é que, por falta absoluta do senso da forma e da côr, se encontra essa ânsia de abstração absoluta (36), essa fúria iconoclástica, que os leva a não poderem compreender a bon-

(34) Seria mais justo, quiçá, chamá-los *ascetas da inteligência*.

(35) É notável o mau gôsto de tôdas as manifestações inspiradas pelo sentimento protestante. O ódio às imagens é uma das características comuns a tôdas essas restaurações do espirito judaico do Velho Testamento (que se estenderam à religião mussulmana) e que marcha par a par com o seu senso utilitarista. Não é sem razão que os adeptos das seitas dissidentes acusam o culto católico de estar impregnado de um neo-paganismo. É uma imputação que só faz honra ao acusado. Prova que os católicos são sensíveis à beleza, sentido que falta aos seus detratores.

(36) Os judeus e árabes sempre tiveram grande queda para as ciências abstratas, onde a forma e a côr não têm o que fazer, e entre as quais as matemáticas ocupam o principal lugar. Habitados a apreciar tôdas as grandezas em função de «quantidade», atrofiou-se-lhes o senso da «qualidade». Daí a irresistível tendência dos semitas para as formas de govêrno e orga-

FREDERIK MÜLLER

à AMSTERDAM,
Heerenstraat, n.º 180
Librairie Ancienne et Moderne.

GRAND MAGASIN DE LIVRES
de Théologie, Littér., Class., etc.
Russe, les Indes, Amérique

CATALOGUE SYSTEMAT. DE
LIVRES ANCIENS.

PORTRAITS ET PLANCHES
RARES NÉERLANDAIS

AMSTERDAM 10^e Apr. 1812

À Son Excellence,

Monsieur le Chevalier

F. A. de Varnhagen
à Vienne.

Monsieur,

Je vous remercie de votre aimable
lettre du 5^e et des renseignements
qui vous ont bien voulu me don-
ner sur la distribution de mon ca-
talogue au Brésil, je ne manquai
pas d'en profiter, et j'espère qu'il
vous aura servi les Messieurs,
que vous m'avez désignés, de quelque
intérêt de recevoir mon catalogue.

Quant aux livres que vous avez
demandés, j'en ai en bon nombre, et
noté ci-après, je vous en ferai l'in-
voi ensemble en un ballot par
chemin de fer, grande vitesse, cette
expédition sera la plus convenable
et la moins coûteuse. Si vous
envoyez les petits volumes séparés,
vous m'en coûteriez assez considérables,
et n'ayant jamais à faire des
envois directs à Vienne, et faire
vraiment vous envoyer les grands volumes
via Leipzig par l'entremise de
mon correspondant ici, et à

Carta do livreiro F. Müller, de Amsterdam, a Varnhagen, contendo uma
fatura de várias obras preciosas sobre o Brasil. Arquivo do M. R. E.

dade e a inteligência senão despojadas de todo o atrativo material exterior. Não pensam assim por serem indivíduos de mentalidade acima do comum, como se creem ou procuram convencer os outros, mas tão somente por que constituem uma casta de aleijões físicos e morais, esboços incompletos e amorfos da Natureza, e, por isso mesmo, olham com despeito e inveja para as raças melhor providas de atributos plásticos e morais.

As raças semíticas, veiculadoras da concepção unitária na teologia e da igualitária na política, de que tão fâtuamente se orgulham, não a alcançaram pela evolução e o aperfeiçoamento da inteligência. Não extraíram as doutrinas, que se obstinam em disseminar, de uma ordem superior de idéias ou de sentimentos, mas tão somente da absoluta pobreza da própria inspiração e da falta de faculdades artísticas. É um erro muito comum em pessoas que se dedicam a estudos teológicos suporem o monoteísmo judaico-cristão superior, como concepção moral e filosófica, ao politeísmo pagão, quando na realidade, o contrário é o que se dá. Não faltava à antiguidade clássica o senso da causalidade unitária superior das forças da natureza, a concepção monista do Universo. Aos Deuses sobrepunham como força dominadora invencível e implacável Destino. Como fonte de emoções estéticas, porém, a concepção monoteísta é tão inferior à politeísta, que os gregos, esse povo amante da Beleza e da Forma, não a poderia de modo algum preferir, tanto mais que pressentiram logo como atribuir a uma essência superior onipotente finalidades éticas seria abrir a porta a incontáveis ilogismos, e contradições evidenciadas pelo espetáculo deprimente das realidades objetivas. Somos de opinião que a humanidade poderia tornar-se melhor e mais feliz pela redução ao mínimo das coisas feias e desagradáveis ao alcance de seus olhos, espetáculos suscitadores de reações anti-sociais. Pela contemplação das coisas belas e perfeitas a alma humana, criada edonisticamente, isto é, num ambiente de sensações agradáveis, tenderia a tornar-se melhor pelo horror à fealdade no domínio moral, que é o vício, do mesmo modo por que sentiria aversão pela fealdade e desproporção das formas. É exigir demais da frágil argila humana procurar obter a perfeição da alma pela abstinência

nização social em que o número predomina: os regimes democrático-socialistas. É bem significativo o fato dos engenheiros e dos militares, em cuja formação intelectual predominam os estudos matemáticos, fornecerem o grosso do contingente republicano-jacobino e positivista de nossa terra. São-lhes antipáticos os regimes em que predomina o escol da população, quer pelo nascimento, quer pelo valor próprio; isto é, as instituições aristocráticas e a democracia liberal e individualista.

e pelo sofrimento, quando ambos mais depressa conduzem ao crime que à santificação.

Mas... tudo isso a propósito do amor pagão que Varnhagen tinha pelos bons e belos livros! O sorocabano tratou de constituir desde os primeiros anos de sua carreira (37), magnífica coleção de obras raras e preciosas, que hoje em dia, apesar de muito desfalcada e grandemente destruída pelo trabalho dos insetos papi-rógrafos, constitui ainda, quiçá, o mais valioso dos núcleos da Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores. Foi êle o brilhante precursor dessa pleiade de diplomatas bibliófilos, acumuladores de tesouros de livraria, entre os quais se distinguiram o Barão do Rio Branco, Salvador de Mendonça, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, Domicio da Gama, Silvino Gurgel do Amaral e Joaquim de Sousa Leão.

Entre as jóias da coleção varnhageniana contavam-se os códices manuscritos (um dos quais em letra coeva) das poesias de Gregório de Matos Guerra, o magnifico traslado da *Fisica Vegetal dos Ilhéus* de Baltazar da Silva Lisboa; e entre os paleotipos, a *Summa de Geografia* de Enciso e o raríssimo exemplar da *Lettera* a Soderini de Vespucci, na edição italiana original (cêrca 1506) comprada em Havana, e que infelizmente não se encontra no Itamarati; muitas preciosidades adquiridas na livraria Quaritch de Londres (38), a Frederik Müller, livreiro-antiquário de Amsterdam (39), etc.... Entre as cartas dêsse comerciante endereçadas ao diplomata brasileiro, e que estão arquivadas no M.R.E., há uma muito curiosa porque encerra faturas de várias preciosidades vendidas de uma só vez a preços elevados para a época, mas que hoje em dia fariam morrer de inveja aos bibliófilos, tão irrisórios nos parecem nesta época de moeda desvalorizada. A

(37) Quando publicou o 1.º vol. da *História Geral* (comêços de 1856), já Varnhagen possuía cêrca de uns cem livros sôbre história do Brasil, que poderia ter *compilado*, segundo disse se quisesse exhibir-se, em 32 volumosas décadas. Cem obras sôbre *História do Brasil* em 1856 teriam por fôrça que incluir várias raridades, já bastante valiosas a êsse tempo (Cf. *História Geral*, I, pág. 478).

(38) Na carta de Frederick Müller a Varnhagen, de 24 de maio de 1872 (Arq. Varnhagen, M. R. E.), êsse livreiro refere-se a Mr. Quaritch de Londres, que se recordava ufano da visita que há anos o diplomata brasileiro lhe fizera.

(39) Varnhagen foi conduzido à loja de Müller pelo seu amigo e colega, na diplomacia e no culto a Clio, Joaquim Caetano da Silva, nosso primeiro residente em Haya (Carta de F. Müller a Varnhagen, de 10 de abril de 1872). Do mesmo documento consta que o Sr. Hasenclever, fundador da célebre casa comercial dêsse nome no Rio de Janeiro, recentemente liquidada, era grande comprador de livros para a Biblioteca Fluminense, hoje incorporada à Nacional.

carta é de 10 de abril de 1872, e os livros faturados, cujo preço total atinge apenas a importância de 121 florins, são os seguintes:

Jornal de Matheus v. den Broeck (1651), por 7 florins; a tradução holandesa da obra de Pierre Moreau sobre a insurreição pernambucana (1652), por 8 fls.; a obra de Fragoso sobre as especiarias da Índia (1600), por 5 fls.; os *Poemata* de Gaspar Barleus (1645, 2 vols.), por 4,50 fls.; a obra de Bandini sobre Vespucci, por 1,50 fls.; o *Discours sur la Ligue Achéenne de Meermon* (1784, papel especial), por 2 fls.; a Apologia de Liebergen (1643) por 20 fls.; o *Journal van de rebellye der Portugeesen* (1647) por 12 fls.; a *Viagem* de Nieuhoff (1682), papel especial, por 12 fls.; outro livro de que não conseguimos decifrar o título; e a *plaque* quase incunábula de Petrus Apianus, o *Isagoge* de 1520, opúsculo sobre o qual o historiador tanto se estendeu numa monografia impressa em 1872, por 24 florins.

No leilão das preciosidades livrescas que pertenceram a Sir Charles Stuart (Lord Stuart de Rothesay), antigo ministro de S. M. Britânica em Portugal, leilão a que se procedeu em Londres durante os dias 31 de maio e seguintes de 1855, havia ordem de Varnhagen para que se arrematasse, até a importância de 40 £, a «Coleção das leis, regimentos, etc., que se expediram para a Índia Portuguesa até 1754», em 40 volumes manuscritos *in-folio*. A soberba peça foi adquirida por quantia pouco superior pelo British Museum, onde constitui atualmente os números 20.861 a 20.900 dos *Manuscritos Adicionais*. O nosso compatriota, anos mais tarde relembrando o fato, confessa que não teria feito subir a tanto o lote, se soubesse com segurança que o seu competidor seria tão benemérita instituição de cultura. No mesmo leilão foi licitada coleção similar (falta de alguns volumes), respectiva ao Brasil, tendo Varnhagen mandado lançar nela até 60 libras. O Museu Britânico não a disputou, com mágoa tardia do bibliófilo brasileiro, pois, arrematado o lote por um livreiro, foi por êste vendido ao amador novaiorquino James Lenox, ficando assim fora do alcance dos consulentes interessados (39a). Se não me engano está hoje esta biblioteca em Boston (39b).

Já por êstes exemplos podemos ver que o amor aos livros no nosso compatriota, apesar de intenso, nada tinha de egoísta e exclusivista. Disto fornece-nos êle mais uma prova ao informar-nos da oferta que fez em 1852 ao seu amigo Joaquim Caetano da Silva, de uma magnífica cópia em papel de Holanda, dos 1º e 2º

(39a) Cf. *Sucinta Indicação de alguns manuscritos importantes respectivos ao Brasil e a Portugal, existentes no Museu Britânico em Londres, e não compreendidos no catálogo Figanière, publicado em Lisboa em 1853;... Habana,...* 1863, pág. 8.

(39b) Informação de J. de Sousa Leão F.º.

tomos das «Lendas da Índia», obra inédita de Gaspar Correia, adquirida em 1845 à viúva do livreiro português João Henriques por 6000 rs. O então ministro residente do Brasil em Haia, por sua vez, fêz presente do mss. ao Conselheiro Costa de Macedo, secretário da Academia das Ciências de Lisboa. E para estranhar que não houvesse conhecido essa cópia o erudito Rodrigo José de Lima Felner, que para a edição das *Lendas* que dirigiu por conta da Academia (1858-1866) teve presente três, de nenhuma das quais condiz a descrição com a do códice que pertenceu ao historiador brasileiro (39c).

Varnhagen preocupava-se, como o seu precursor do século XVIII, o Abade de S. Adrião de Séver, com a coleta de folhetos antigos, «que é o que mais se extravia», dizia numa de suas cartas ao Dr. Ramiz Galvão (40), ao sugerir-lhe que destinasse, na Biblioteca Nacional, uma sala exclusivamente aos livros publicados no Brasil ou sobre o Brasil, onde os estudiosos pudessem encontrar reunido o material de trabalho de que necessitassem. E acrescentava com desculpável orgulho de bibliófilo: «eu tenho folhetos que paguei por várias libras esterlinas». Essa carta é interessante e significativa pelo fato de ter sido escrita pouco depois do achado do exemplar da *Prosopopéia* pelo ilustre bibliotecário na coleção Barbosa Machado, a fim de felicitá-lo pela descoberta, e também, como documento demonstrativo do zelo bibliófilo do Barão de Porto Seguro, que aproveitou a oportunidade para inquirir sobre os livros de Cavalarias possivelmente existentes na Biblioteca Nacional (entre os quais o *Triunfos de Sagamor* da autoria de Jorge Ferreira de Vasconcelos), e para lembrar a utilidade de reeditar na língua original as *Memórias Diárias de la guerra del Brasil* de Duarte de Albuquerque, de que lá se conservava «um dos poucos exemplares conhecidos no mundo (o grifo é de Varnhagen)», do modo indicado no *Prefácio da História das Lutas*. A sugestão de Varnhagen não foi atendida na recente edição mandada fazer pelo governo de Pernambuco, que se limitou a fazer reproduzir o texto da tradução de Accioly e Melo Moraes, cotejada com o da *editio-princeps*, trabalho a que se entregou o Dr. Rodolfo Garcia com a proficiência habitual (41).

(39c) *Op. et loc. cit.* Veja-se a *Notícia Preliminar* no tomo I, parte 1ª das *Lendas da Índia* por Gaspar Correia, (págs. XXIII-XXV da 2ª ed. (1922)).

(40) Datada de 3 de fevereiro de 1873. Ainda inédita. Está na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional com a cota de catalogação I — 27G 36, n.º 32.

(41) Como as «*Memórias Diárias*» estão cheias de pormenores cansativos e sem nenhum interesse para o conhecimento daquela guerra, o historiador propunha que os trechos importantes fossem impressos em corpo

Alguns dos livros editados por Varnhagen, de autoria sua ou alheia, podem também ser lidos em exemplares tirados em papel especial (*grand papier*). Estão nesse caso os estudos em grande in-4º sobre Vespucci, os *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia* de Garcia d'Orta, a segunda edição da *História das Lutas*, o livro das *Trovas e Cantares*, e não sabemos se também o *Vespuce et son premier voyage*, seguindo o conselho de Buckingham Smith, de imprimi-lo também em papel superior e com grandes margens (41a).

Sumé, a *Primeira Epistola del Almirante Don Cristobal Colón* em ambas as edições (1858 e 1869, a *Carta* de J. Schöner a propósito do seu globo, e a *plquette* intitulada *Schöner e Apianus; influência de um e de outro, e de vários dos seus contemporâneos a respeito do nome America, etc.* . . . , foram impressos em magnífico papel de fôrma, e em limitado número de exemplares, sendo que a *Carta* de Schöner em 40 apenas, e os demais em 100.

Como verdadeiros primores de tipografia, impressos a duas côres, e em pequenas tiragens, podem-se apontar o *Cancioneirinho de Trovas Antigas*, a *Carta del Almirante* na segunda edição, e o opúsculo *Da Literatura dos Livros de Cavalarias*.

Varnhagen não somente procurava adquirir e editar belos livros, como se deleitava em descrevê-los. Suas descrições bibliográficas dos incunábulo vespucianos, das obras de Schöner e Apianus, e da edição-princeps da *Prosopopéia* são tècnicamente perfeitas, e, da mesma forma, as dos códices manuscritos que manuseou, entre os quais os vários traslados do *Diário* de Pero Lopes, os exemplares do livro de Gabriel Soares, e o do *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*, conservado na Biblioteca Pública do Pôrto.

Na sucinta descrição que nos deixou de uma viagem pelos Países Escandinavos e pela Rússia, não se esqueceu de referir-se às grandes bibliotecas desses países e de fazer especial menção do

maior, ficando para as minúcias de menor interêsse o tipo pequeno. Assim as pessoas que não se interessassem pelas últimas, que seriam a maioria, poderiam ler apenas as passagens principais (V. *Prefácio* da ed. de 1871, pág. XI). Varnhagen aponta em nota muitos erros e descuidos pouco desculpáveis de Melo Moraes na sua tradução (pág. 281).

(41a) Dentre as edições feitas por Varnhagen apenas as obras de Montoya e mais algum outro opúsculo foram impressas em papel de terceira ordem, sem preocupações de beleza gráfica, pois o editor visava fazer um livro barato, ao alcance de tôdas as bo'sas, a fim de divulgar o conhecimento da língua geral. Assim mesmo a edição, feita em tipo pequeno e compacto, custou-lhe Rs. 1.050\$000 brasileiros, quantia respeitável para o tempo (V. a carta a D. Pedro II, datada de Viena, 19 de janeiro de 1876, no arquivo do Museu Imperial).

mais volumoso códice conhecido no mundo, o *Gigas Librorum* da biblioteca de Stockolmo, chamado a *Bíblia do Diabo*, precioso manuscrito de mais de 300 peles de pergaminho, e medindo para cima de quatro palmos de altura, arrebatado a um convento de Praga em 1648, por ocasião do saque dos suecos a essa cidade (42) em cuja contemplação quedou-se estático alguns momentos. As obras de arte relativas ao nosso país não o deixaram indiferente durante êsse passeio pelos países nórdicos. Parece ser de Varnhagen a primeira descrição (pelo menos não conhecemos nenhuma anterior) dos quadros a óleo de A. Ekhout, da comitiva do Conde de Nassau, representativos de raças e costumes do Brasil, conservados em Kopenhagen, e dos quais D. Pedro II mandou fazer cópias para oferecer ao museu do Instituto Histórico.

Varnhagen foi, em tôda a extensão, grande patriota, ótimo chefe de família, funcionário exemplar, bom e prestativo amigo, e tipo completo do homem de sociedade (43) e do cortezão, no bom sentido da palavra. Suas qualidades como homem público e particular são tantas, que os pequenos senões (vaidade e hiperestesia do amor-próprio, com os seus corolários naturais) apenas conseguem fazê-las realçar mais. Foi um grande amante do Brasil, do Bem, e da Beleza sob tôdas as formas. Ninguém mais do que êle mereceu da pátria, em nosso humilde parecer, abaixo de D. Pedro II. Que possa êste livro contribuir a cimentar essa convicção no espírito dos leitores é o nosso mais ardente desejo.

(42) *Em viagem ao Norte da Europa*, pág. 9.

(43) Assoberbado pelas múltiplas obrigações de seu cargo e posição social, é muito natural que uma ou outra vez Pôrto Seguro se esquecesse de agradecer livros que lhe ofereciam, ou de responder a alguma das numerosas cartas que lhe endereçariam admiradores importunos ou pedintes de favores. Êstes decepcionados não o poupavam. Augusto de Carvalho, por exemplo, exprobrou-lhe, como vimos no capítulo anterior, não lhe haver agradecido a oferta do trabalho que escrevera sobre o Calabar, nem correspondido com um exemplar da *História Geral* (2ª ed.) à sua atenciosa lembrança. ^{ter} ~~Pietro~~ Marinus Netscher, numa carta escrita ao Dr. Hojê Hygino Duarte Pereira, então secretário do Instituto Arqueológico Pernambucano, muitos anos depois da morte de Varnhagen, queixa-se da falta de polidez d'êste último não lhe enviando um exemplar do folheto *Un mot de réponse à M. Netscher*. Essa oferta era excusada. Varnhagen apensou o essencial do opúsculo à 2ª ed. da *História das Lutas*. Antes tentara inutilmente publicá-lo na *Bijdragen voor Vaterlandsche Geychiedenis*, pois o redator R. Fruin, o mesmo que admira a réplica do seu compatriota, negara guarida à tréplica do brasileiro. Netscher, a êle muito ligado, não poderia ignorar êsse fato, e Varnhagen achou, portanto, desnecessário remeter-lhe um exemplar da *Réponse*, por supor, naturalmente que o seu antagonista já a conhecesse, quando mais não fôsse por via de Ch. van den Bergh, a quem fôra endereçada sob forma de carta.

Nota A — CORTESANIA DE VARNHAGEN

O sorocabano era o tipo acabado do cortesão perfeito, destituído, todavia, dos atributos desprezíveis que se costumam associar pelo pensamento a essa qualificação. Quando falava de Suas Majestades, mesmo em terceira pessoa, era sempre com grande reverência. Em carta ao Conselheiro Paulo Barbosa da Silva (Madrid, 20 de setembro de 1856) lembra-lhe como seria conveniente que S. M. agradecesse com algumas linhas autógrafas o livro de poesias de sua lavra que lhe acabava de ofertar o Duque de Ribas, e ao mesmo tempo, pedia ao correspondente que fizesse chegar «às sagradas mãos de S.M.» um exemplar da fôlha junta do *Florilégio*. Tratando das habilidades cinegéticas de nossa primeira imperatriz, D. Leopoldina, não se esquece de, num elegante circunlóquio, qualificá-la a «mãe do Sr. D. Pedro II, que hoje felizmente impera...». Na correspondência diplomática com Hilarion Nadal, ministro das relações exteriores de Venezuela, a propósito da extradição, que solicitara, de assassinos brasileiros refugiados em território da república, não hesita em tomar sob sua responsabilidade assegurar que não seria aplicada aos referidos criminosos a pena capital, confiante na nunca desmentida magnanimidade do nosso imperador, «cujo coração estava sempre propenso a atos de clemência».

A honra de corresponder-se com o seu soberano considerava-a Varnhagen como «o maior dom de quantos lhe poderia, em seus vastos domínios, outorgar o punho imperial; e isto tanto mais quanto, não sendo uma honra pública, não poderia excitar invejas — que às vezes não deixavam saborear completamente as próprias recompensas ganhas com o suor do rosto ou perigo de vida (Carta a D. Pedro II, de 1 de fevereiro de 1852, in *Heitor Lyra: História de D. Pedro II*, vol. I, pág. 364)».

Amostra magnífica do estilo cortesão e a carta que escreveu de Madrid, a 12 de janeiro de 1855 a S. M., na qual, entre outras notícias, participa a remessa pelo novo ministro espanhol nomeado para o Rio, da banda da Ordem de Maria Luísa para a Princesa Imperial D. Isabel, então com oito anos de idade :

«A hora de receber V. M. I. esta já saberá oficialmente como nesta Côrte se resolveu a remessa a S. A. I. pelo novo ministro nomeado, da banda da Ordem de Maria Luísa, que S. M. a Imperatriz recebeu também aos oito anos de idade. Se me tivesse sido possível adivinhar houvera eu a tal respeito procurado primeiro ouvir os desejos de V. M. Imperial, por intermédio do seu governo. Mas a lembrança se apresentou de modo que não me dava lugar a responder senão no sentido mais conciliador, e

que era para mim, como julguei que para Vossa Majestade Imperial e para S. M. a Imperatriz — mais simpática. Se errei, Senhor, se desta vez não adivinhei o que poderia ser a V.M.I. ou ao seu Governo mais agradável, peço que me perdoe: que o êrro é partilha dos homens; e êste não proveio, nem de ligeireza de ânimo, nem de indiferença ou descuido por tudo quanto respeita à glória de V. M. Imperial ou do Império. Nem deixa de aumentá-la a reprodução dora em diante, em mais uma página dos almanaques da Espanha, do nome de Sua Alteza Imperial, a par do de Sua Augusta Mãe».

A cortesania de Varnhagen, fruto de sua fina educação e dos princípios conservadores em que se criou, jamais resvalou pelo servilismo, nem lhe perturbou a clareza do entendimento quanto às questões em que os interesses particulares de alguns membros da família imperial se chocavam com os do país. Haja visto como no *Memorial Orgânico* se manifestou contra a continuação da dotação de 162 contos, que se pagavam anualmente ao casal e aos filhos dos Condes d'Aquila, como alimentos, a título de serem príncipes brasileiros. Se assim se consideravam, que viessem residir no Brasil. Quando não, que desistissem da dotação que poderia passar a aumentar a escassa lista civil do nosso imperador, que tão generosamente dispunha do pouco que possuía (primeira parte, pág. 27).

Há no arquivo do Museu Imperial uma carta de Varnhagen ao Imperador queixando-se em termos respeitosos, mas cheios de dignidade, do tratamento frio, quase desfeiteador, que recebia ultimamente do Duque de Saxe, genro de D. Pedro, o que attribuía a intrigas. É a datada de 9 de março de 1870. Em outra, em que dava e veiculava os boatos de que o duque viúvo tencionava convolar novas núpcias, aconselhou o Imperador a assumir a tutoria dos netos, trazendo-os para o Império, a fim de que se habituassem a considerar o Brasil sua pátria, tanto mais que não era impossível que um dêles viesse a ser o herdeiro do trono.

«Se os Augustos Netos de V. M. I., Senhor, hão de ser um dia príncipes do Império, todos os brasileiros desejarão que êles sejam criados e educados no Brasil: ao passo que nada perderá qualquer dêles com essa educação, se a sorte o vier chamar a outro destino na Europa. E por menos provável que pareça o caso de poder a sucessão vir a recair até no quarto dêles, não pode conceber a tal respeito nada de impossível quem se lembre de que (na própria história de Portugal) para chegar a competir o trono ao venturoso D. Manuel, teve a morte que encarregar-se de levar antes dêle, se bem me lembro, uns quatorze que tinham

Agradeço a distincção feita
 que me sublevara a que fôz
 aberta esta academia. Logo ao
 Instituto escrevi com os meus
 vibrantes sentimentos a oferta q
 fôz ao Instituto este premio;
 que a meu filho, filho me com
 pre a oferta com o presente
 recebido em 1845.
 Varnhagen

Cédula autógrafa pela qual Varnhagen ~~da~~ assistiu ~~da~~ medalha de ouro que lhe
 coube como prêmio pela memória «O Caramuru perante a História»



Colher de prata com as iniciais S.A.V., pertencente ao autor, e que provavelmente fez parte de um faqueiro de uso de Varnhagen /F.

nascen

político, que teria o fato de vir a ~~ser~~ o 2º herdeiro do trono em solo estrangeiro, ainda que nas casas da nossa legação, não estando o seu augusto pai em serviço do Estado, razão pela qual lembrava que S. M. desse a seu genro uma comissão extraordinária qualquer, que justificasse a ausência do augusto casal do país em momento tão solene.

Nota B — EMPENHO EM REPRESENTAR BEM

Em mais de uma carta ao Imperador, Varnhagen, já no seu pôsto de Viena, *chora* sua elevação de categoria, como meio de evitar certos vexames pessoais e poder *brilhar* mais :

«... Fico bendizendo ao augusto referendador do decreto que me destinou para Viena, *embora preterido* (creio que não tenho abusado da licença que V.M.I. me deu para desabafar) por vários colegas mais felizes (20-10-868)».

«Se V. M. I. soubesse bem quanto necessita de estímulos o meu pobre espírito que decai ! Sinto-me nervoso, doença que nunca sofri e tôda a aplicação me cansa e me causa tédio, inclusive, a dos estudos históricos... (20-10-869)».

«Foi solenizado aqui na Legação êsse dia [2 de dezembro, aniversário de D. Pedro] da forma que o devia fazer. Na casa que habito, demasiado grande, mas única que encontrei disponível quando aqui cheguei, podia ter feito ainda mais, se a isso não se opusessem os usos desta Côrte, e, ainda mais, o *caráter de simples residente*, de que me acho revestido».

«... O caráter de *residente* me obrigava a moderar-me para não ferir as suscetibilidades dos outros companheiros, que, com mais categoria, menos representam».

«... Se não fiz quanto pedia o meu coração, creio ter feito *quanto devia*, quero dizer, o mais que podia, sem passar as raias da circunspecção. Além de que, em Alemanha, onde a minha família, bem que de humildes braços, é mui conhecida, não poderia eu ostentar, v. gr. com guardas-portões de bastão muito historiado, como fazia, segundo me consta, o meu predecessor».

«A *História Geral*, que aliás *languece* por si só, cada vez que o autor se recorda que se vê por vários preterido».

«O Sr. Brito [Thomaz Fortunato de...], aborrecido da Bélgica, estimaria vir para aqui. Se êle tal obtivesse, estaria eu sentenciado a uma *quarta* remoção sem promoção ? V. M. I. sabe que, para obter justiça, eu não conto senão com V. M. I. que é pai de todos os brasileiros, e que sabe melhor que nenhum

o muito que em tôda a minha [vida] (já vão 53 anos feitos) tenho trabalhado pela glória do Brasil e do reinado de V. M. I. (6-12-869)». As três remoções sem promoção foram: Do Paraguai para Venezuela-Colômbia-Ecuador, dêste pôsto para o de Ecuador-Chile-Peru, e finalmente, daí para a Áustria-Hungria.

«O Sr. Brito deseja vir para aqui, e assim mo tem feito saber pelo Sr. Itaúna. Como solteiro estaria melhor nesta capital, ao passo que eu só tinha a ganhar passando a Bruxelas no caráter de *Plenipotenciário, sem aumento de vencimentos*. Pois passar no mesmo grau para país tão pequeno, em outro tempo província dêste Império, seria aqui considerado humilhação... O serviço ganharia; pois a consciência me diz que, *fora da Alemanha me encontrarei sempre menos apoucado e poderei fazer mais figura*».

«Concluo suplicando a V. M. I. que não me mande para nenhuma República, nem me mande a outra parte sem melhorar-me a categoria, pois *qualquer das coisas equivaleria para mim a uma verdadeira facada*, que não creio ter merecido de ninguém e muito menos de V. M. I. (9-3-1870)».

«Se eu *fora já plenipotenciário*, houvera há tempos pedido de officio a troca que me propôs o Sr. Brito. Não o sendo, só me cumpre dizer a V. M. I., que é pai de todos os brasileiros, e que olha pelos que melhor servem ao país, que ainda no caso de ser melhorada esta Legação em categoria e vencimentos, eu preferiria ir ocupar a posição em que está o Sr. Brito, com aumento de categoria *mas não de vencimentos*, acêrca dos quais nunca aliás fiz questão em tôda a minha vida; pois tudo me chega (20-6-870). *Do*

«Felizmente que me resolvi a tempo a adotar o único sistema possível, para sofrer menos das humilhações oficiais inerentes às faltas de certa cláusula: sistema que consistiu em *procurar representar menos*, e manter-me na maior reserva e modestia possível. Assim com o sacrificio de certo amor próprio, mas a bem da dignidade, fiz quanto estava em mim, *quando o mais, aliás com maior vantagem da nação, não estava na minha alçada* (21-10-70)».

Súplicas e insinuações constantes de honrarias e promoções encontram-las, aliás, desde as primeiras missivas enviadas a D. Pedro II, precisamente desde a que acompanhou a oferta do 2º volume da *História Geral*, e durante todo o período das missões na América, quando, por assim dizer, não havia correio que não levasse a São Cristóvão pedidos de transferência para a Europa e promoções feitos por Varnhagen. Passem-se os olhos, no arquivo do Museu Imperial, pelas cartas de Madrid, 21-11-857; Montevideú, 16-7-859; Recife, 18-4-861; Ilha de São Tomás, 26-1-863; Caracas, 20-7-863; Lima, 11-1-867; 21-1-867 e 20

de abril de 1867; Rio de Janeiro, 26-10-867; e ver-se-á que não exageramos. No último documento, que é um memorial de defesa de suas pretensões, há uma passagem que merece transcrita, porque mostra a prevenção, aliás justificada, que Varnhagen nutria quanto ao despeito de colegas de méritos inferiores, que o procuravam diminuir por tôdas as formas :

«Concluo confessando a V. M. I. que sinto quebrantarem-se-me as fôrças cada vez que me recordo de que os meus ilustres colegas Srs. Brito, Leal e Viana de Lima, muito mais modernos que eu nos postos não só de Residentes, como de Encarregados e Secretários, já me passaram adiante; não me acusando a consciência de ter menos habilitações diplomáticas do que êles, nem de ter representado obscuramente o país, nem de nada; e não o podendo atribuir senão ao ser, mais do que êles, literato e escritor, e ter por consequente mais censores e invejosos, para combater os quais só contava com a proteção e justiça de V. M. I., que sabe muito bem que quem escreve sempre tem de engendrar alguns comprometimentos; ainda quando, segundo a anedota conhecida, não escreva senão as duas inocentes palavras — «Pai e Filho»; pelo que se diz que o Nosso Senhor Jesus Cristo, com a sua divina sabedoria, não escreveu senão uma só vez, e essa mesma na areia».

FIM

ERRATA

Além de numerosos acréscimos, omissões e trocas de letras, falhas na pontuação, e outras pequenas faltas a que o leitor facilmente dará a correção necessária, escaparam à revisão de *Vida e Obra de Varnhagen*, que foi feita pelo autor, o pior dos revisores, como se sabe, uns tantos erros carecedores de corrigenda especial.

No vol. 223 da *Revista* :

- Pág. 90, lin. 11 — *Ao terminar...* Corrija-se: *A terminar...*
 Pág. 96, lin. 5 — *aos fastos...* Corrija-se: *os fastos...*
 Pág. 136, lin. 15 — *obtida pelo...* Corrija-se: *fornecida pelo...*
 Pág. 143, lin. 1... — *convolara a novas...* Corrija-se: *convolara novas*
 Pág. 164, lin. antepen. — *isso, escolhendo...* Corrija-se: *isso, mas Honório não o atendeu, escolhendo...*
 Pág. 171, lin. 27 — *commun souvenir...* Corrija-se: *comme un souvenir...*
 Pág. 187, lin. 36 — *pela defecção...* Corrija-se: *pela deflexão...*
 Pág. 193, lin. 7 — *Ayg (água)...* Corrija-se: *Hyg (água)...*
 Pág. 200, lin. 1 — *desse nome...* Corrija-se: *daquele nome...*
 Pág. 207, lin. 14 — *como bibliografo* Corrija-se: *como bibliófilo...*
 Pág. 208, lin. 2 — *Nicotina...* Corrija-se: *Nicotiana...*
 Pág. 217, lin. 32 — *proposto aos...* Corrija-se: *propondo aos*
 Pág. 244, extratexto — *Riemerstrasse, 8 (aug....* Corrija-se: *Riemergasse, 8 (ant....*
 Pág. 255, lin. 30 — *obstinara de considerá-lo.* Corrija-se: *abstivera de considerá-los...*
 Pág. 260, extratexto — *à esquerda um chefe.* Corrija-se: *à esquerda, em chefe, Sás; em pontos corrija-se: em ponta, Magalhães.*
 Pág. 267, lin. 31 — *monarcas donos...* Corrija-se: *monarcas danos...*
 Pág. 271, lin. 8 — *do seu orgão...* Corrija-se: *o seu orgão...*
 Pág. 275, lin. 8 e 14 — *Ufjalvy...* Corrija-se: *Ujfalvy...*

No vol. 224 :

- Pág. 119, lin. 2 — substitua-se toda a linha por: *individuo sem abundantes recursos pecuniários, sem influência, sem...*
 Pág. 119, lin. 17 — *interpretação de idéias...* Corrija-se: *interpenetração de idéias...*
 Pág. 131, lin. 14 — *na Provincia...* Corrija-se: *na Providencia...*
 Pág. 136, lin. 12 — *importava, mas...* Corrija-se: *importa, mas...*

- Pág. 148, lin. 7 — *o aterro ao...* Corrija-se: *o a ferro ao...*
Pág. 171, lin. 34 — substitua-se tôda ela por : *dos Andradas o resultado do exame desapaixonado dos depoi...*
Pág. 216, lin. 5 — *Logo na...* Corrija-se: *Logo em...*
Pág. 220, lin. 33 — *existia de 1857...* Corrija-se *existia antes de 1857...*
Pág. 232, lin. 2 da nota: *viajante, egiptólogo* Corrija-se: *viajante, e egiptólogo...*
Pág. 248, lin. 8 — *Lord...* Corrija-se: *Sir...*
Pág. 259, lin. 9 — *Uma das opiniões...* Corrija-se: *Um dos fatores...*
Pág. 276, lin. 32 — *Silvio Ramos...* Corrija-se: *Silvio Romero...*

No vol. 225:

- Pág. 137, lin. 31 — *praticadas sem...* Corrija-se: *levadas a efeito sem*
Pág. 152, lin. 16 — *das quatro repúblicas...* Corrija-se: *das trez repúblicas*
Pág. 153, lin. 1 da nota 38: *dos quais vinte...* Corrija-se *da qual vinte...*
Pág. 159, lin. ult. — *marcos de guerra...* Corrija-se: *barcos de guerra...*
Pág. 182, nota (63g) — Substitua-se pela seguinte :
(63g) Carlos de Almeida era filho do visconde com grandeza dêsse nome (Paulo Martins de Almeida), natural do Rio de Janeiro, e de sua espôsa a Condessa de Bayerstorf (D. Sophia Francisca), dama honorária da Imperatriz D. Thereza Christina, e filha do casamento morgânico do Príncipe Carlos Theodoro da Baviera com a Baronesa Sophia de Bayerstorf. Daí o parentesco do adido brasileiro com a Imperatriz da Áustria e Rainha da Hungria, Elizabeth de Wittelsbach, princesa bávara (Cf. Smith de Vasconcelos: *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*, pág. 38). Carlos de Almeida (1846-1902) casou-se a 2 de julho em Mantzen com a princesa de Wrebe, Helena, ingressou na aristocracia do reino da Baviera com o título de Graf (Conde) v. Almeida, que recebeu a 21 de julho de 1882, e deixou descendência que ainda vive na Alemanha.
Pág. 270, lin. 23 — *numerosas...* Corrija-se: *venenosas...*
Pág. 278, lin. 11 — *o primeiro em...* Corrija-se: *a primazia em...*

INDICE

Volume 223

| | Págs. |
|------------------|-------|
| INTRODUÇÃO | 82 |

PRIMEIRA PARTE — VIDA

| | |
|-------------------------------------------------|-----|
| 1.º Capitulo — Formação (1816-1841) | 88 |
| 2.º Capitulo — Expansão (1841-1858) | 131 |
| 3.º Capitulo — Na América (1859-1868) | 181 |
| 4.º Capitulo — Últimos Tempos (1868-1878) | 237 |

SEGUNDA PARTE — OBRA

Volume 224

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1.º Capitulo — O Historiador — O Etnógrafo : | |
| I — | 109 |
| II — | 215 |
| Nota A — O Império e a Unidade Brasileira | 239 |
| 2.º Capitulo — O Historiador e Crítico Literário — O Literato — O Artista : | |
| I — | 241 |
| II — | 278 |
| III — | 296 |
| Nota A | 308 |
| Nota B | 310 |
| Nota C | 312 |

Volume 225

| | |
|-------------------------------------------------------------------|-----|
| 3.º Capitulo — O Diplomata | 120 |
| 4.º Capitulo — O Sociólogo — O Estadista — O Economista Prático : | |
| I — | 186 |
| II — | 221 |
| III — | 271 |
| Nota A — A Mania de Imitar os Norte-Americanos | 289 |
| Nota B — Varnhagen e a Inquisição | 291 |

Não era, d'outro lado, dos menos aquinhoados, o ofício, dada a reinante carência de médicos, o que oferecia atrativas oportunidades aos que, como Picanço, possuidores de conhecimentos anatômicos, dispunham de mãos bem dotadas e palavras consoladoras.

Distancia-se, em verdade, dentro de pouco tempo, o moço Picanço, de seus colegas de ofício, primando, entre êles, pela viva inteligência, aguda percepção clínica, cultura melhoraformada e as desveladas atenções que punha no atender aos clientes.

Compreende-se, desta forma, facilmente, houvesse despertado a atenção de Vila Flor, governante da Província, que o nomeia, em recompensa aos méritos, em 1766, cirurgião do Corpo Avulso de Officiais de Ordenança das Estradas e Reformados, — contava, tão sòmente, vinte e um anos de idade...

RUMA A LISBOA O JOVEM PERNAMBUCANO

Mui altas ambições nutria, entretanto, na mente privilegiada, o nosso jovem patricio. É que aspirava formar-se em medicina e cirurgia, realizar cursos de aperfeiçoamento, dilatar a cultura até os limites então conhecidos das artes curativas, para melhor servir à ciência e ao seu país.

Trazia os olhos fitos, dessa forma, em Portugal, a sede do Reino, onde poderia realizar e culminar tão esperançosos sonhos. E é assim, com o esclarecimento dos autênticos talentos e a tenacidade dos espíritos nobremente obstinados, que, mercê dos méritos e trabalhos, consegue transferência para a Metrópole, onde marcara, não há dúvida, feliz encontro com o destino.

Matricula-se, em Lisboa, na Escola Cirúrgica do Hospital São José, onde pontificavam mestres dos mais ilustres da medicina lusitana, entre os quais o famoso Cirurgião Manuel Constâncio, príncipe da anatomia e da cirurgia portuguesas da época. Impressionava, realmente, êste professor ilustre, pelo domínio da tribuna magistral, de onde derramava os seus vastos conhecimentos anatômicos e pompeava requintada habilidade manual, entusiasmando, desta sorte, a legião dos alunos.

Inscreveu-se, o jovem pernambucano, discípulo de Manuel Constâncio, e ei-lo, em breve, a chamar sôbre si as atenções do mestre, que se impressiona, vivamente, com os seus raros dotes para o ofício cirúrgico.

Licencia-se, ao fim do brilhante curso, em Cirurgia, o nosso esforçado patricio, realizando, neste ato, portanto, a que lhe era a mais almejada ambição.

NA ESCOLA DE MEDICINA DE PARIS

Completada, dessa forma, a primeira fase de seus estudos profissionais, o Licenciado José Corrêa Picanço estende para mais alto e mais longe as suas vistas. Um aperfeiçoamento, uma nova diplomação, no centro mais culto da medicina, na época, — Paris, — eis o seu novo objetivo.

Prova da excelência do curso que realizara é o fato de Manuel Constâncio, sabedor dêstes anseios do moço, indicar-lhe o nome, para aperfeiçoar-se no estrangeiro.

Tomamos, aqui, o depoimento de Manuel de Sá Matos, que o conheceu pessoalmente e foi seu cliente e amigo, quando afirma, na *Biblioteca elementar cirúrgico-anatômica*, discurso 3º, pág. 157, que José Corrêa Picanço rumou a Paris, no ano de 1767.

Tornou-se, na capital francesa, o jovem estudioso brasileiro, aluno dos mais assíduos das suas melhores clínicas cirúrgicas, entre as quais as dos notáveis mestres Desault, Sabatier e Moraud, de cuja amizade privou e a quem causou, pelos talentos, a mais forte impressão.

Alcança, em 1768, coroamento de tão profícuas atividades, o honroso título e diploma de *Officier de Santé*, novo degrau em sua ascendente carreira médica.

Conquistado o distinto laurel, exerce, o nosso patricio, a profissão, em Paris, alcançando razoável êxito, «bem aceito e próspero», para usar da expressão de Antônio Joaquim de Melo, um de seus primeiros biógrafos.

Referências existem de que tenha Corrêa Picanço frequentado as Escolas de Medicina de Montpellier e Pádua, o que é bem provável, dada a sua tão fartamente demonstrada ambição de aprender. Foi êste brasileiro, deveras, um dos mais notáveis estudiosos que o nosso país produziu, no seu tempo e, se outros existem, capazes de hombrear com êle, nesse insaciável gôsto de aprender, não se poderá dizer que lhe levam a palma, em tão excelentes qualidades.

Das mais produtivas lhe foi, para o espírito, essa estada, de alguns anos, em Paris, e dela lhe adveio, ainda, o casamento. É que, discípulo dileto do insigne mestre Sabatier Brochot, privando da sua particular amizade, enamorou-se-lhe da filha, a jovem Catarina, a quem desposou.

Fôra generosa, dessa forma, a França, para com o nosso ilustre patricio. Acolhendo-o, afetosamente, pela mão de seus renomados mestres e outorgando-lhe o merecido título de *Officier de Santé*. Proporcionando-lhe, através de numerosa clientela, os

recursos com que se manteve, em Paris, nesse largo período de aperfeiçoamento cirúrgico. Ofertando-lhe, finalmente, uma de suas mais finas damas, para espôsa e companheira de sua laboriosa e profícua existência.

JOSÉ CORRÊA PICANÇO, O REFORMADOR DO ENSINO DA ANATOMIA EM PORTUGAL

Regressa, em 1772, o jovem cirurgião, a Lisboa, onde abre consultório e inicia, exitosamente, as atividades profissionais. Ei-lo, em breve, pelos sucessos alcançados, de reputação firmada, grangeando estima e admiração.

Advir-lhe-á, em breve, o primeiro fruto de seus estudos e incansável labor profissional, numa prova pública do elevado conceito a que elevara o seu nome, na terra lusitana. É sua nomeação, na data para ele, — e agora, também, para nós, — histórica, de 3 de outubro de 1772, na qualidade de demonstrador da cadeira de Anatomia da Universidade de Coimbra, em ato assinado pelo Marquês de Pombal.

Impõe-se, neste trecho, recapitular fato de magno significado, para a cultura e a instrução, em Portugal. É que decretara, nesse mesmo ano, a sua célebre reforma do ensino, qualificada pelo sábio historiador médico português, Maximino de Lemos, como assinaladora do apogeu do ensino literário, na sua pátria.

Estende-se, a reforma pombalina, ao ensino médico, determinando-lhe uma fase de ampla e utilíssima renovação. É assim que são criadas novas cadeiras, indispensáveis, na época, à completa formação profissional, e, para regê-las, eficientemente, convidam-se ilustres mestres estrangeiros, bem como nomes dos mais eminentes dos meios médicos portugueses.

Alcançam nomeação, entre êsses, dois brasileiros: João Ferreira Leal e José Corrêa Picanço, que tomarão assento, dessa forma, em suas cátedras, na tradicional Universidade de Coimbra.

Prepara-se Corrêa Picanço, dêste jeito, para inscrever seu nome entre os dos brasileiros ilustres que altos cargos intellectuais vinham desempenhando, com eficiência comprovada, na sede do Reino, tais como Francisco de Melo Franco, membro da Academia Real de Ciências de Lisboa, Alexandre Rodrigues Ferreira, catedrático de História Natural, Vicente Coelho Seabra da Silva Teles, autor dos *Elementos de Química*, primeiro trabalho versando, em vernáculo, esta ciência, José Bonifácio de Andrade e Silva, cujo renome foi universalmente acatado, D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, futuro Conde Araguañil, reitor da Universidade de Coimbra, José Francisco Leal, professor de

matéria Médica e Farmácia, entre tantos e tantos outros. Provavam, assim, à Metrópole, e de sobejo, êstes brasileiros ilustres, que o que faltava aos nossos patrícios, — já o sublinhou, em seu excelente estudo biográfico sobre Corrêa Picanço o erudito historiador médico Ordival Cassiano Gomes, — não eram inteligência e talento, mas, apenas, recursos para a lapidação de suas inatas qualidades anímicas.

Não lhe foi cômoda, entretanto, de início, a posição, na venerável Universidade coimbrã. É que lhe faltava, ainda, o diploma de «Doutor em Medicina». Conferia-lhe, sem dúvida, o título de *Officier de Santé*, o direito de clinicar, mas não subia ao grau mais alto da competência sanitária, a formatura em Medicina. Não lhe perdoavam a falta, os colegas da Congregação, que lhe disputavam, assim, primazia e vantagens.

Não era de molde a conformar-se, José Corrêa Picanço, pelo caráter independente e altivo, com situação menos lisongeira. É assim que ruma, de novo, à França, onde realiza o curso de Medicina, e, ao fim, defende louvada tese, perante a Congregação da Faculdade de Medicina de Paris. Ei-lo, portanto, médico, com tôdas as regalias legais.

Regressa, agora, à Coimbra, — corria o ano de 1779, — e fá-lo de cabeça erguida, retomando o ensino, em igualdade de condições com os demais lentes. Regista-lhe o nome, já então ilustre, o *Almanaque Português* de 1789, caracterizando-o como Doutor em Medicina, Professor da cadeira de Anatomia, Operações Cirúrgicas e Obstetrícia da Universidade de Coimbra e Membro da Academia Real das Ciências de Lisboa.

Relativamente às suas atividades magistrais, valiosos e unânimes são os testemunhos de que das mais assinaladas lhe foi a passagem, nos anais do ensino médico, em Portugal. É assim que, sobre os brilhantes e inatos recursos professorais, institui-se no criador do ensino prático da Anatomia, em todo o Reino.

Dos mais retrógrados fôra, de fato, até então, o ensino anatómico, em Portugal, — eminentemente teórico, — à maneira do lecionado pelo antecessor de Picanço, o médico italiano Luís Cichi.

São dos mais claros e evidentes, a êste propósito, os depoimentos sobre os méritos, neste setor, de nosso patrício. Consultemos, por exemplo, a *Minerva Brasiliense*, no número 8, em cujas páginas se pode ler, sobre a assinatura propecta de P. S. Cons-tâncio:

«O professor de Medicina em Coimbra que iniciou o ensino da Anatomia sobre o cadaver humano foi José Corrêa Picanço, depois Barão de Goiana, natural de Pernambuco».

E prosseguindo:

«É bem notório, com pejo repito, que na Universidade de Coimbra não se estudava anatomia prática e que em um carneiro ou animal semelhante é que se faziam ainda demonstrações e estas mesmas, raras vêzes; até a época em que o Dr. José Corrêa Picanço (que foi dos melhores discípulos de Manuel Constâncio, a cujo conselho foi Picanço estudar na França), foi nomeado professor substituto de anatomia».

É dos mais expressivos, portanto, êste testemunho, e constitui uma definição do que foi o exercício magisterial de Picanço e basta para consagrar-lhe, em definitivo, a atuação professoral.

Não menos expressivo é o testemunho que colhemos na *Memória Histórica e comemorativa da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra*, da autoria do erudito Bernardo Antônio Serra de Mirabeau, livro editado em Coimbra, em 1782. Transcrevemos, aqui, na íntegra, o depoimento de Mirabeau, sôbre a atuação de Picanço na famosa Universidade :

«Em boa hora veio José Corrêa Picanço tomar parte no ensino da nova Faculdade de Medicina. O italiano Luís Cichi, a quem fôra cometida a cadeira de anatomia, e de quem se esperavam maravilhas, deu tais provas do seu desleixo e má vontade, que foi necessário dispensar-lhe o préstimo. Felizmente o demonstrador estava habilitadíssimo para suprir tôdas as faltas, e aos serviços de tão benemérito funcionário se deve o bom andamento, que desde o principio da Reforma tiveram os estudos anatômicos e cirúrgicos.

Determinavam os Estatutos que o demonstrador de anatomia regesse a cadeira no impedimento do respectivo catedrático. Por tanto, logo que foi intimada a suspensão ao Dr. Luís Cichi, ficou com os encargos do magistério o demonstrador José Corrêa Picanço. Por mais de dois anos regeu a cadeira como substituto. Foi então que patenteou largamente os seus recursos e ampliou os seus créditos. Conferiu-lhe o Govêrno a propriedade, quando o Dr. Cichi pediu a demissão, e mandou por carta régia de 16 de fevereiro de 1779 que fôsse graduado e incorporado na Faculdade de Medicina, como se tinha praticado com o seu antecessor».

Professou, assim, José Corrêa Picanço, durante dezoito anos consecutivos, jubilando-se, igualado em prerrogativas e ordenados a lente de instituições, por carta régia de 28 de junho de 1790.

O DR. JOSÉ CORRÊA PICANÇO, CIRURGIÃO-MOR DO REINO

Estava em vésperas, ainda, de completar os quarenta e cinco anos de idade, em pleno vigor físico e mental, portanto, — conforme o observa Maximiano Lemos. É que o seduzem, agora, novas atividades e ensejos melhores que teria, sem dúvida, em Lisboa.

Altas honrarias o aguardavam, deveras, na Capital do Império, e é assim que lhe advem, pouco depois, a nomeação para primeiro cirurgião da Real Câmara, e, em seguida, o elevado cargo de cirurgião-mor do Reino.

Dos mais assinalados lhe era, assim, o prestígio, junto à Casa Real, e, — sublinha-o, de novo, Maximiano Lemos, — ano se não passava que deixasse de juntar, às antigas, mercês novas.

Foi a 17 de junho de 1782 que a Rainha, D. Maria I, — após extinguir os cargos de físico e cirurgião-mor do Reino, — criou a «Real Junta do Protomedicato», dentro de cuja órbita e contróle ficariam, dessa data, todos os interesses médicos no Reino e colônias.

Tomaram-se, desta forma, várias e importantes providências de saúde pública, entre as quais a da fiscalização profissional e a conseqüente exigência de exames aos candidatos ao exercício profissional, perante os deputados da Real Junta. Foi, para os fins destes exames, elaborado excelente programa, que tem, entre os seus signatários, o Dr. José Corrêa Picanço, deputado e membro nato, no novo órgão.

Eis que se compromete, de forma inquietante, em 1791, a saúde da Rainha D. Maria I, vítima de perturbações mentais acentuadas e cuja demência não mais lhe permitia o desempenho do Govêrno.

Convoca-se, então, uma junta médica, encarregada de pronunciar-se, oficialmente, sobre o estado de saúde da soberana. Assinalaria, êsse famoso laudo, o término de um reinado e traria, entre as suas assinaturas ilustres, as de dois médicos brasileiros, — Francisco de Melo Franco e José Corrêa Picanço.

Institui-se, dessa forma, a 10 de fevereiro do ano seguinte, D. João, Príncipe do Brasil, em Príncipe Regente do Reino de Portugal, Brasil e Algarves.

FUNDADOR DO ENSINO MÉDICO NO BRASIL

Acontecimentos de suma gravidade se desenrolavam, na época, nas terras européas, agitadas pelos ideais da Revolução Francesa

e sacudidas pelas campanhas napoleônicas, a deflagrarem-se, em breve.

Não tardariam o início e o avassalador acometimento das guerras de conquista empreendidas pelas coortes de Bonaparte, e tocaria a Portugal, à sua vez, sorver o amargo cálice da invasão de seu território, — nação pacífica e indefesa, ante o poderio dos que eram, na época, os maiores exércitos do mundo.

Decretaria Napoleão, dêsse modo, em 1806, o bloqueio do continente, o que objetivava a luta frontal contra a Inglaterra. Situava-se Portugal na órbita inglêsa e daí as origens da publicação lançada nas páginas do *Moniteur*, de 13 de novembro de 1807, em que se decia que a Casa de Bragança incorrera na perda do trono.

Impossibilitado de oferecer resistência às forças napoleônicas, — que, para tanto, faltavam-se de todos recursos, — decide o Príncipe D. João transferir a sede do Reino Lusitano para o Brasil. Parte, assim, de Lisboa, a 29 de fevereiro de 1807, à frente de quinze mil portugueses, transportando, para as terras brasileiras, tôdas as peças do Govêrno e objetos que constituíam as insígnias e propriedades da Coroa. Ao lado do príncipe regente, — médico de sua Câmara e fiel amigo, — ruma ao Brasil o Dr. José Corrêa Picanço.

Atingida por temporais violentos, alturas da Ilha da Madeira, dividiu-se, em duas, a frota, e a parte mais numerosa dela, e em que vinha o príncipe, tocou, primeiramente, na Bahia, a 24 de janeiro de 1808.

É durante essa estada em terras baianas, que sucederão as primeiras importantes decisões do príncipe, no relativo às artes médicas. Assim é que, a 6 de fevereiro seguinte, D. João nomeia o nosso patrício, José Corrêa Picanço, para o exercício das mais altas funções médicas do Reino, o que faz, nos seguintes têrmos:

«Por justos motivos sou servido determinar que o Dr. José Corrêa Picanço, primeiro médico de Minha Real Caza e Primeiro Cirurgião dela, do Nosso Conselho, a quem havia confiado a carta de Cirurgião Mor dos Exércitos, e igualmente deputado, nato da Real Junta do Protomedicato, passa a exercer tôda a jurisdição que sempre competiu a todos os cirurgiões mores do Reino, em todos os Meus Estados e Domínios Ultramarinos. Os Governadores e Capitães Generais dos mesmos Domínios Ultramarinos o tenham assim entendido e o fação executar».

(Ass) Príncipe Regente.

Foi a 9 do mesmo mês que saiu publicado o decreto que nomeava fisico-mor do Reino o Dr. Manuel Vieira da Silva, em substituição ao Dr. Francisco Tavares, atendido nas razões de seu requerimento de demissão.

Foi, enfim, a 18 de fevereiro que o príncipe regente, — atendendo à proposta do Dr. José Corrêa Picanço, — assinou a carta-régia que criou o ensino médico, na Bahia, e, portanto, no Brasil. Endereçou-se, êste documento, ao governador da Bahia, VI Conde da Ponte, e é firmado por D. Fernando José de Portugal, futuro ministro do Reino e Marquês de Aguiar. Ê-lhe o seguinte, o texto:

«Illmo. e Exmo. Sr.

O Príncipe regente, nosso senhor, annuindo á proposta que lhe fez o Dr. José Correa Picanço, cirurgiãõ mór do reino e do seu conselho sobre a necessidade que havia de uma escola de cirurgia no hospital real desta cidade, para instrucção dos que se destinam ao exercicio desta arte tem commettido ao sobredito cirurgiãõ-mór a escolha dos professores que não encinem a cirurgia propriamente dita, mas a anatomia como bem essencial d'ella, e a arte obstetricia tão util como necessaria. O que participo a V. Excia. por ordem do mesmo senhor, para que assim o tenha entendido e contribua para tudo o que for promover este importante estabelecimento.

Deus guarde a V. Excia.

(a) Illmo e Exmo. Sr. Conde da Ponte,
D. Fernando José de Portugal».

Estava fundado, dessa forma, — por proposta do Dr. José Corrêa Picanço, — o ensino médico, no Brasil.

Comprendera o cirurgiãõ-mor do Reino, sem dúvida, a necessidade que havia de dotar o país, — a nova sede da Monarquia lusitana, — de recursos próprios, para a formatura de profissionais sanitários. Não se poderia precisar, com segurança, por quanto tempo perduraria aquella situação e Coimbra se tornara, praticamente, inacessível aos brasileiros... Como propiciar ao Brasil, portanto, cirurgiões e físicos, senão criando, aqui mesmo, a Escola capaz de formá-los? Impunha-se, ainda, aproveitar as vocações indígenas, e muitas as haveria, dignas de aproveitamento... Terão sido êstes, por certo, os argumentos empregados pelo eminente professor, — o nosso patricio que se elevara aos mais altos postos médicos do Reino, — para convencer o príncipe regente da inteira conveniência dessa fundação.

OS PRIMEIROS PROFESSORES DE MEDICINA DO BRASIL

Criada, assim, a Escola Médico-Cirúrgica da Bahia, é o próprio cirurgião-mor incumbido de fazer as nomeações dos primeiros professores, recaindo suas preferências, nos cirurgiões militares com exercício no Hospital Militar da Bahia, — o cirurgião português José Soares de Castro, para a cadeira de «Anatomia e Operações Cirúrgicas» e no cirurgião baiano Manuel José Estrela, para a cadeira de «Cirurgia Especulativa e Prática», o que foi lavrado em ato de 23 de fevereiro seguinte.

Era o Dr. José Soares de Castro natural de Portugal, onde nascera, em 1772 e se formara em medicina no Colégio de São José, de Lisboa. Distinta personalidade médica, ostentava os títulos de cirurgião-mor do Real Hospital Militar e delegado do cirurgião-mor dos Reais Exércitos, na cidade e capitania da Bahia, sôbre a comenda de cavaleiro professo na Ordem de Cristo.

Foi com entusiasmo e real dedicação que o Dr. Soares de Castro aceitou a incumbência de lecionar na jovem Escola, o que se comprova pelo cuidado de reunir, em livro, as lições de anatomia transmitidas aos alunos.

Das mais interessantes, essas lições, que mereceram a atenção do insigne anatomista e historiador português, professor Dr. J. A. Pires de Lima e que foram publicadas em quatro pequenos volumes. Revelando, por outra parte, grato e cordial espírito, dedicou a obra ao cirurgião-mor do Reino, Dr. José Corrêa Picanço. Modesto, embora, constituiu, êste, o primeiro compêndio anatômico publicado no Brasil, o primeiro manancial indígena, portanto, nestes estudos, para os moços estudantes brasileiros.

No referente ao Dr. Manuel José Estrela, era êle patricio nosso, natural da Bahia, onde nascera, em 1760. Homem de notável valor, diplomara-se, em Cirurgia, pelo mesmo Colégio de São José, de Lisboa, após o que regressara à terra natal, onde desempenhava, do mesmo modo, as funções de cirurgião-mor do Hospital Militar da Bahia. Foi, dessa forma, o Dr. Manuel José Estrela o primeiro brasileiro oficialmente nomeado, em nosso país, professor de medicina.

Encontra-se, no Arquivo Público da Bahia, o título de nomeação do Professor Manuel José Estrela, assinado pelo Dr. José Corrêa Picanço, e que é, na íntegra, o seguinte:

«Título

Tendo o Príncipe Regente Nosso Senhor Annuido a apresentação que lhe fiz sobre a necessidade que havia de uma Escola

de Anatomia e de Cirurgia n'esta cidade para o ensino publico dos que se dedicam ao exercicio d'esta Arte, dando-me a faculdade de eleger os Professores que forem dignos de crear, ultimamente promover este importante estabelecimento; nomeio a V. Mce. para ensinar a Cyrurgia especulativa e pratica no Hospital Real d'esta cidade, na conformidade das Instrucções que lhe remetto, esperando de seu zelo, da sua conhecida instrucção e estudos luminosos e mesmo de seu patriotismo e desempenho do conceito que faço de sua Pessoa.

Bahia, 23 de fevereiro de 1808

(a) O Conselheiro José Correa Picanço, Cyrurgião Mór do Reino. Senhor Manoel José Estrella.»

AS PRIMEIRAS INSTRUÇÕES PARA O ENSINO MÉDICO NO BRASIL

Anexo ao título de nomeação, recebeu o Professor Manuel José Estrela as instruções pelas quais deveria orientar o lecionamento de sua disciplina, e cujo completo teor é o seguinte:

«Instrucções

Instrucções para o lente de Cyrurgia.

O Professor de Cyrurgia terá um livro em que fará o assento da matricula dos seus Praticantes, declarando o nome, filiação e naturalidade, dia, mez e anno da dita matricula.

Não admittirá praticante sem ter conhecimento da lingua Franceza como se requer no Hospital de Lisbôa, pela dispensa que houve do Latim.

O Praticante pagará pela matricula seis mil e quatrocentos réis ao seu Professor.

As licções theoricas se darão em uma sala do Hospital Militar, onde haverá uma Cadeira para o Lente, uma meza e bancos para os alumnos.

As praticas ou demonstrações sobre cada hum dos objetos cyurgicos que se tiverem tratado se farão em huma das Enfermarias que lhe será franqueada duas vezes por semana, sem comtudo fazer reflexões á cabeceira dos doentes, mas sim na sua respectiva aula, pois que o curativo cyurgico pertence ao Cyrurgião Mór do Hospital, que só para isso tem actividade. Pelo que é essencialmente necessario que haja boa intelligencia entre ambos os

Professores para que a discordia não perturbe o importante objecto do ensino publico.

O professor de Cyrurgia dará as lições no Verão pelas sete horas da manhã, no Inverno pelas oito, as quaes durarão hora e meia, tres quartos para tomar as ditas licções explicadas no dia antecedente e outros tres para a nova explicação.

As quintas feiras de cada huma das semanas serão feriados, não havendo dia sancto, porque havendo não será feriado.

Todos os sabbados haverá repetição geral do que se tem ensinado na semana e o Professor será obrigado a dissolver as duvidas que forem então propostas pelos seus praticantes e feitas de um modo respeitoso e sem animosidade e com o fim somente de se instruir, pois que de outra sorte será pela primeira e segunda vez admoestado e pela terceira vez excluído de sua aula.

Os Praticantes serão obrigados a sua respectiva Aula e se por molestia faltarem as lições darão parte ao Professor para o não apontar legalizando a falta ou faltas com certidão de seu Medico ou Cyrurgião assistente; se, porém, a molestia for de longa duração e tal que o obrigue a fazer sessenta faltas perderá o anno. Vinte faltas por negligencia farão igualmente perder o anno.

O Professor de Cyrurgia dará as suas lições pelos principios da Cyrurgia de Monsieur de la Fay.

Este Compendio assaz luminoso mereceu a contemplação dos sabios da Europa, abrangendo todas as partes da Cyrurgia, he o mais apto para o ensino publico, porque depois que este abalisado escriptor publicou a sua obra se adeantarão mais os conhecimentos da arte, cujos conhecimentos se achão dispersos em obras e Collecções Academicas, o Professor colherá n'ellas o que for conveniente para a melhor instrução dos seus discipulos.

O Curso Cyrurgico deve durar quatro annos. He de Leis, os quaes terminados poderão passar as certidões competentes, declarando se o Discipulo está capaz de fazer o seu exame e de dignamente encarregar-se da saude publica e tudo com juramento dos santos Evangelhos e por cada huma certidão receberá seis mil e quatrocentos réis.

Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor que benigne annuiu á representação que lhe fiz relativamente ao ensino da Anatomia e Cyrurgia espera dos Professores nomeados o desempenho d'este importante estabelecimento.

Bahia, 23 de Fevereiro de 1808

(a) O Conselheiro José Correa Picanço, Cirurgião
Mór do Reino.

Documentos idênticos, — o «Título» e as «Instruções», — terão sido enviados pelo Dr. Picanço ao Professor José Soares de Castro da Cadeira de «Anatomia e Operações Cirúrgicas», como seria obrigatório, documentos êstes de que, entretanto, ao que saibamos, não existem referências, no Arquivo Público da Bahia.

Não difeririam, entretanto, nos aspectos gerais, as duas «Instruções», màximamente se atentarmos no período final da que vimos de transcrever, em que se diz:

«Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor que benignamente annuo á representação que lhe fiz relativamente ao ensino da Anatomia e Cyrurgia espera dos Professores nomeados o desempenho d'este importante estabelecimento».

Depreende-se, daqui, claramente, a identidade, nos aspectos gerais da regulamentação, dessas «Instruções», donde podemos considerar, a que há pouco transcrevemos, qual o primeiro regimento do ensino médico, no Brasil, e ainda êste da autoria do fundador dêsse ensino, o mesmo Dr. José Corrêa Picanço.

Primaram, ambos êstes primeiros mestres da Faculdade de Medicina da Bahia, pela devoção às funções e rigor com que propiciaram o ensino. Ouçamos, a êste propósito, o ilustrado historiador Braz do Amaral:

«Os documentos existentes no Arquivo Público mostram que o colégio viveu vida útil e que nêle se ensinou e nêle se aprendeu. Não só os dois primeiros professôres não faziam daquilo uma perambulação, como até reclamavam com energia pela severidade do ensino, conforme se vê dos officios dirigidos ao governador sôbre estudantes que faltavam por Soares de Castro, e nas reclamações enérgicas acêrca da retirada precipitada que faziam, algumas vêzes, dos cadáveres que eram precisos para as dissecações anatômicas. Num dêstes documentos diz o professor que não admitia que pudessem servir sem ter consciência de ser útil ao trabalho que prestava ao Estado e ao rei».

Eis, aí, belo exemplo de probidade e dedicação, dado pelo primeiro mestre da anatomia brasileira. Bons auspícios, por outra parte, para a nascente Escola, que necessitava, realmente, de disciplina e severidade, para vencer e prosperar, conforme sucedeu.

Felizes haviam sido, portanto, as escolhas do cirurgião mor do Reino, fazendo recair em tão brilhantes figuras de médicos e servidores fiéis do Reino, as nomeações para professôres da Escola Médica primaz do Brasil.

E assim permaneceria o ensino médico na Bahia, ministrado apenasmente por êstes dois mestres, até o advento da primeira reforma, em 1815.

A FUNDAÇÃO DA ESCOLA ANATÔMICA, CIRÚRGICA E MÉDICA DO RIO DE JANEIRO

Desfraldava, a frota real, a 26 de fevereiro seguinte, as suas velas, com destino ao Rio de Janeiro, — escolhido pelo príncipe regente para sede da Monarquia, — e onde chega, a 7 de março, acompanhado da real comitiva, bem como do cirurgião mor do Reino.

Importante acontecimento sucederá, ainda nesse fecundo 1808, para o desenvolvimento do ensino médico nacional, em direta consequência da sua fundação e primeira regulamentação, na Bahia.

É que, — inspirado no exemplo da Escola de Anatomia e Cirurgia da Bahia, o regente, em ato de 2 de abril, nomeia Joaquim da Rocha Mazarém lente de Anatomia, e a 5 de novembro, a Joaquim José Marques, para substituir ao primeiro, em seu impedimento, devendo Mazarém, ao seu regresso, ensinar Medicina Operatória e Partos. Fundava-se, assim, a Escola de Anatomia e Cirurgia, destinada a funcionar no Hospital Militar da Côrte.

Referem-se, alguns cronistas, ao papel desempenhado, nessa criação, por Frei Custódio de Campos Oliveira, — professo da Ordem de Cristo e cirurgião mor do Exército e da Armada, — a cujas solicitações teria sido fundada a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro.

Não negando, embora, o papel que teria sido desempenhado por Campos Oliveira, nessa fundação, — o que, ainda assim, ao que sabemos, carece de qualquer prova documental, — o fato é que nada havia de novo, no ato da criação desta Escola, de vez que a pedra fundamental fôra lançada, na Bahia, por José Corrêa Picanço, e, mais do que isso, a nomeação dos dois primeiros professores bem como a regulamentação inaugural dêsse ensino, ao mesmo Picanço foi devida.

Ao Conselheiro Dr. José Corrêa Picanço cabe, portanto — qualquer lhe tenha sido o posterior papel, — o título de fundador do ensino médico, no Brasil, e, portanto, na Bahia como no Rio de Janeiro.

Necessário é que se atenda, por outra parte, nas duas datas acima citadas: o 2 de abril, que assinalou a nomeação do primeiro professor da nova Escola, e o 5 de novembro, que marcou a designação do segundo. Não existe, portanto, — ao que sabemos, — qualquer referência a ato fundando a Escola Anatô-

mica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, a exemplo daquela carta régia de 18 de fevereiro, na Bahia.

O fato é compreensível e vem ao encontro da tese que procuramos, neste instante, demonstrar: é que, lavrada a carta régia de 18 de fevereiro, considerava-se fundado o ensino médico, no Brasil, sendo, portanto, desnecessário novo ato, como que a instituí-lo, outra vez, no Rio de Janeiro.

Foi, sem dúvida, mediante estas razões, que o príncipe regente terá considerado suficiente, portanto, nomear os mencionados professores para este ensino, no Rio de Janeiro.

Compreende-se, portanto, que o primeiro ato oficial da criação desta Escola tenha sido aquêlê de 2 de abril de 1808, — data que, a nosso ver, deve considerar-se qual o da sua fundação, e, assim sendo, comemorado.

Vejamos, à maneira do que fizemos, ao tratar da Escola Anatômica e Cirúrgica da Bahia, quem foram os seus dois primeiros professores, isto é, — Joaquim da Rocha Mazarém e Joaquim José Marques.

Viera o primeiro, Joaquim da Rocha Mazarém, para o Brasil, na qualidade de 1º cirurgião da nau *Príncipe Real*, em fins de 1807, por ocasião da transladação da Côrte para o nosso país. Acompanhava-o um aprendiz, Duarte da Ponte Ribeiro, aluno seu também na Escola de Cirurgia, futuro diplomata e barão do Império.

Nomeado, conforme vimos, em 2 de abril de 1808, lente de Anatomia da Escola surgida, assim, dêsse mesmo ato, não se demoraria, no exercício dessas funções. É que acumulava, com este, o cargo de cirurgião da Armada e estava sujeito, assim, a freqüentes viagens, nas naus de guerra lusitanas.

Deixaria, assim, como melhormente veremos, adiante, o cargo de lente de Anatomia, no que seria substituído pelo Dr. Joaquim José Marques. De regresso ao Brasil, seria nomeado, pelo príncipe regente, em 25 de janeiro de 1809, lente da aula de «Medicina Operatória e Arte Obstetrícia». Foi, sem dúvida, utilíssimo, o seu curso, de vez que fazia com que seus alunos assistissem as operações praticadas nos doentes internados nas enfermarias do Hospital Real.

Supõe-se tenha solicitado, em 1813, por ocasião da criação da Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro, a sua exoneração, do lugar de professor.

Cirurgião mor da Armada, português de nascimento, que era, acompanhou D. João VI, em 1821, no regresso a Portugal.

Reassumiria, em Lisboa, as funções magisteriais, lecionando, na Escola de Cirurgia, de 1825 a 1849, a cadeira de Obstetrícia. Foi em Lisboa, nesse mesmo 1849, que faleceu.

Médico dos mais cultos, Joaquim da Rocha Mazarém traduzira do francês e publicara, no Rio de Janeiro, dois opúsculos: *Indagações sobre a vida e a morte de Bichat* e *Novo ensaio sobre a arte de formular*. Publicou, igualmente, o *Tratado de inflamação, feridas e úlceras, extraído da Nosográfica Cirúrgica de Antelmo Rícherand* (Rio, 1810).

Foi Joaquim José Marques o segundo professor nomeado por D. João para o ensino da Anatomia, no Hospital Real. Nasceu em Portugal, em 15 de agosto de 1765 e ocupara o cargo de cirurgião mor do Reino de Angola. Passou-se, de Angola, para o Rio de Janeiro, onde, em reconhecimento aos seus conhecidos méritos, seria nomeado lente de Anatomia, em substituição a Joaquim da Rocha Mazarém, pelo seu mencionado impedimento.

É o seguinte, na íntegra, o decreto de nomeação de Joaquim José Marques:

«Atendendo ao reconhecido préstimo e inteligência de Joaquim José Marques, Cirurgião-Mór do Reino de Angola, Sou Servido de o nomear Lente da Cadeira de Anatomia para o Hospital Real Militar desta Corte, continuando-lhe o ordenado de seiscentos mil réis, que ali vencia, porque anteriormente havia Provido nesta Cadeira a Joaquim da Rocha Mazarém, por agora terá êle de prosseguir nas suas lições, enquanto não chega aquele Lente Proprietário, mas passará depois (Mazarém) a ensinar Medicina Operatória e o curso de Partos, ficando ao mesmo tempo encarregado da assistência de uma das Enfermarias de Cirurgia do mesmo Hospital pelo qual vencerá o Ordenado que já lhe tinha arbitrado (480\$000 anuais) ao exercicio da mencionada cadeira. Dom Fernando José de Portugal, do Meu Conselho de Estado, o tenha assim entendido e faça expedir as ordens necessárias. Palácio do Rio de Janeiro em cinco de Novembro de mil oitocentos e oito. Com a rubrica do Principe Regente Nosso Senhor».

Adviria, em 1813, a transformação da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica, em Academia Médico-Cirúrgica, prosseguiu Marques lecionando Anatomia, lente culto e devotado ao ensino, conforme se revelara.

Consagrar-se-lhe-iam, realmente, as excelentes qualidades didáticas e as virtudes pessoais, com a nomeação para presidente interino da Academia, cargo que desempenhou, dignamente, até 1832, quando nova transformação sobreviria, levando a antiga

Academia Médico-Cirúrgica à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Continuaria, entretanto, o ilustre e venerado mestre, ainda nesta nova fase do ensino médico, no Rio de Janeiro, em sua Cátedra de Anatomia Geral e Descritiva, até a sua jubilação, em 1838, após, portanto, trinta anos ininterruptos, de fecundo e laborioso exercício magisterial.

Feito excepcional e único, o dêste glorioso professor, que ajudou a fundar a Escola Médico-Cirúrgica, em 1808, na qualidade de segundo lente nomeado para êsse instituto, transpôs, em sua cátedra, a fase da Academia Médico-Cirúrgica e, finalmente, lecionou, por mais de um lustro, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, — tudo o que abrangeu um período de três decênios, justamente a fase que foi da infância à maioridade, do ensino médico, no Brasil.

Ocupou, ainda, interinamente, de 1827 a 1830, o cargo de cirurgião-mor do Império.

Prova de seu amor ao ensino, publicou um excelente *Compendio de Anatomia Humana, ou Elementos de Anatomia Geral e Descritiva do Corpo Humano*, obra editada no Rio, em 1829, e composta de três volumes.

Faleceu, o Dr. Joaquim José Marques, a 28 de julho de 1841, no Rio de Janeiro, legando, assim, à posteridade, nome dos mais ilustres e que merecerá por todo o sempre recordado, com o mais profundo aprêço, nas páginas agradecidas da história médica brasileira.

Que sôbre fértil solo mãos experimentadas haviam lançado profícuas sementes, encarregar-se-ia o futuro de assertoá-lo.

JOSÉ CORRÊA PICANÇO E A HIGIENE PÚBLICA NO BRASIL

Volta-se, agora, o Dr. José Corrêa Picanço para os problemas da higiene e saúde pública, no Brasil, para os quais solicitará as atenções do regente, organizando a primeira entidade oficial do país, destinada à jurisdição dêsses assuntos.

Recapitemos, a traços largos, esta matéria.

Atribui-se a El-Rei D. Afonso III a criação, em Portugal, nos idos de 1260, do cargo de cirurgião-mor dos exércitos, cabendo, ao titular dêsse porto, um cirurgião, a direção geral dos cirurgiões militares, bem como a fiscalização das «artes físicas e cirúrgicas».

Foi, a seguir, em 1430, que D. João I estabeleceu o cargo de físico-mor do Reino, conferindo a um médico o seu exercício, isto é, a superintendência da Higiene e Saúde em todo o Reino e domínios.

Suceder-se-ia, a essa determinação, aquela de Manuel I, decretando, em 25 de fevereiro de 1521, os serviços sanitários do Reino, colocando-os sob a jurisdição geral de um físico-mor e de um cirurgião-mor, com atribuições distintas e bem definidas.

Dever-se-ia, a reforma seguinte, à Rainha D. Maria I, que, em decreto de 17 de junho de 1782, extinguiu aquêles cargos, criando a «Junta do Protomedicato», com sede em Lisboa, composta de sete membros ou deputados (físicos e cirurgiões) e de um corpo de funcionários. Passaria essa Junta a denominar-se em 1799, «Real Junta do Protomedicato».

Fôra a 6 de fevereiro de 1808, — conforme recordamos, páginas atrás, — que o príncipe regente, de passagem pela Bahia, nomeara cirurgião-mor ao Dr. José Corrêa Picanço, seguindo-se, a essa designação, a do Dr. Manuel Vieira da Silva, a 9 de fevereiro do mesmo ano, para físico-mor do Reino.

Resolve, o decreto de 27 de julho de 1809, criar o cargo de provedor de saúde da costa e Estados do Brasil, autoridade encarregada da fiscalização sanitária dos portos, bem como, ao fim, — o que se depreende do título, — da vigilância a todo o país, em matéria de saúde pública.

Criará, adiante, o Dr. José Corrêa Picanço, — frutificação de sua antiga experiência de barbeiro e médico militar, — os cargos de cirurgião-mor sangrador e de almoxarife cirurgião, com as funções, o primeiro, de examinar e fiscalizar os sangradores militares, e o segundo, de administrar o setor cirúrgico dos hospitais.

Atenta, a seguir, na situação de inferioridade dos cirurgiões que serviam no Hospital Militar, e é assim que lhes promove as vantagens de oficiais, recordando, a propósito, o que se observava na França e outros países da Europa. Foram estas, portanto, as origens do decreto de 16 de outubro de 1809, que concedia a graduação de alferes a todos os «que completassem o curso de anatomia teórica e prática na Escola Cirúrgica, anexa ao Hospital Militar, fazendo extensiva esta graça aos ajudantes dos cirurgiões mores dos corpos já aprovados e que possuissem carta».

Deve mencionar-se, ainda, como demonstração de seu esclarecido interesse com as questões do sanitarismo, a publicação, feita sob sua égide, do trabalho intitulado: «Ensaio sôbre o perigo

das sepulturas nas cidades e nos seus contornos», — obra em 114 páginas, apparecida em 1812, oriunda da Imprensa Régia, no Rio de Janeiro.

Tem sido dada essa obra, até a presente data, por diversos autores que têm versado o assunto, como da autoria de José Corrêa Picanço. Vimos de encontrar, entretanto, no *Dicionário Bibliográfico Português*, de Inocência Francisco da Silva (Lisboa, Imprensa Nacional, 1860), a seguinte observação, sobre este livro:

«Não traz expresso o seu nome, e só sim a dedicatória apresenta como assignatura as iniciaes J.C.P. Este Ensaio é uma tradução da obra que com o mesmo titulo publicara alguns annos antes em Paris Vicq d'Azir, por elle vertida da italiana de Scipião Piatolli. O Sr. Figanieri me fez vêr um exemplar d'este opusculo, annotado e illustrado com varios retoques e emendas, que parece se destinavam para uma reimpressão, a qual não me consta chegasse a ter logar».

Não é essa obra, portanto, segundo nos informa o abalizado testemunho de Inocência Francisco da Silva, da autoria de José Corrêa Picanço, mas, tão somente, livro que elle traduzira, ao português, e fizera publicar, em 1812, no Rio de Janeiro.

Cumpre-nos declarar, de nossa parte, não conhecemos esse livro, que não existe, — catalogado, pelo menos, — na Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro, nem na Biblioteca da Faculdade Nacional de Medicina, as duas mais importantes fontes que, para semelhantes pesquisas, existem, em nosso país.

Idêntico fato succede com a Biblioteca da Universidade de Coimbra, onde pesquisamos, pessoalmente, os elementos com que estamos compondo esta biografia, e na qual não existe nenhum exemplar desse precioso volume.

Nada mais nos resta, portanto, que nos basearmos no testemunho de Inocência, e, com elle, attribuímos a José Corrêa Picanço não a autoria, mas, apenas, os méritos da tradução ao português, desse livro, bem como de sua publicação, em 1812, no Rio de Janeiro.

De qualquer forma, porém, reafirmamos o apparecimento desse volume sob a égide de Picanço, a sua preocupação com as questões de hygiene e saúde pública.

Cabe-nos, reconhecer, assim, no cirurgião-mor do Reino, Dr. José Corrêa Picanço, a presença de uma actividade atenta e devotada aos superiores interesses sanitários do país, talqualmente se comprova através de tão numerosos feitos em prol da importante matéria.

O ENSINO MÉDICO NO BRASIL, DA JURISDIÇÃO DO CIRURGIÃO E FÍSICO MORES DO REINO À LEI DE SUA AUTONOMIA

Suceder-se-iam, — voltando ao plano do ensino médico, — reformas várias, que culminariam com a sua maioridade e autonomia.

Assim é que, pelo decreto de 26 de fevereiro de 1812, é criado o cargo de diretor dos Estudos Médico-Cirúrgicos da Côrte e dos Estados do Brasil, função para a qual foi nomeado, com honras de físico mor do Reino, o insigne cirurgião baiano, Dr. Manuel Luís Álvares de Carvalho.

Caberia, agora, a êste brasileiro, igualmente ilustre, submeter à real aprovação um plano de reforma do ensino médico, — a primeira realizada após a sua fundação. Elevaria, êste projeto, as antigas escolas, a Academias Médico-Cirúrgicas, o que foi feito, por decreto de 1 de abril dêsse mesmo ano, marcando a transformação da Escola do Rio de Janeiro, e a 29 de dezembro de 1815, para a Escola da Bahia. Aumentava a reforma, para cinco anos, a duração do curso, criando várias novas cadeiras e tomando medidas de caráter geral.

Ao executar esta reforma, teve o diretor do Ensino Médico, o Dr. Manuel Luís Álvares de Carvalho o gesto de convidar para chanceler da Escola, ao Dr. José Corrêa Picanço. Declinou, entretanto, do convite, o cirurgião mor do Reino, de vez que, — conforme expôs, — cabia-lhe, na sua qualidade, o direito de referendar todos os diplomas de Cirurgia, e não apenas de apor o selo real, nas cartas exibidas, como aconteceria, se chanceler fôsse.

Êste convite e a respectiva recusa encerravam o germe de um mal-estar que se prolongaria, anos em fora, com evidente prejuízo para o nosso ensino médico.

É evidente que Manuel Luís Álvares de Carvalho, com a homenagem que desejava prestar ao Conselheiro Dr. José Corrêa Picanço, aspirava, também, como de justiça, a autonomia dêste ensino, e o último, com a recusa, provava a sua resolução de não conceder tão ambicionado atestado liberatório.

A verdade é que não convinha, ao desenvolvimento do nosso ensino médico, a situação de absoluta dependência em que se encontravam as Academias Médico-Cirúrgicas, sujeitas à jurisdição do físico-mor do Reino, o Dr. Manuel Vieira Silva, e do Cirurgião-Mor, o Dr. José Corrêa Picanço.

Atente-se, a êste propósito, para o fato de que as «Academias», após os cinco anos do curso, conferiram, apenas, aos

alunos, cartas de «aprovado em cirurgia». Aos estudantes que tivessem completado o curso com notas plenas, em tôdas as matérias, — e apenas a êstes, — oferecia-se a oportunidade de obter a graduação de «Formados em Cirurgia», se fôsem capazes de repetir, num sexto ano e com boas notas, as matérias do quarto e quinto anos.

Aos «Cirurgiões Formados», finalmente, — e apenas a êstes, — permitia-se fôsem submetidos aos exames «que aos médicos se determinam», com «conclusões magnas e dissertação em latim». Se tal o fizessem, com êxito, outorgar-lhes-ia a Academia a «faculdade e o grau de doutor em medicina».

Tais eram as dificuldades que não se tem notícia de alguém que tivesse pretendido êste último título, e, dessa forma, apenas Coimbra continuava a licenciar e a doutorar em medicina.

Finalmente, tanto os «cirurgiões aprovados» como os «cirurgiões formados», dependiam, ainda, para exercer a profissão, da aprovação e licença outorgadas pelos citados físico-mor e cirurgião-mor do Reino.

Mais ainda: certos alunos, das duas Academias, apenas promovidos, requeriam exame com o cirurgião-mor, e, se aprovados, obtinham licença dessa autoridade para exercerem a profissão, não necessitando, portanto, concluir o curso.

Vigoraram, tais normas, — indiscutivelmente das mais nocivas, ao nosso ensino médico, — até 9 de setembro de 1826, quando o Imperador D. Pedro I as revogou, conferindo às Academias Médico-Cirúrgicas a ambicionada autonomia, no direito de diplomar os seus alunos.

Deve deplorar-se, devidamente, a atitude das duas maiores autoridades sanitárias do Reino, o cirurgião-mor e o físico-mor, — particularmente do primeiro, o Dr. José Corrêa Picanço, com as suas responsabilidades de haver sido o fundador do nosso ensino médico, — não abrindo mão de suas antipáticas prerrogativas, nesta matéria. Assim é que se sobrepunham, ambos, às Academias, e as menosprezavam, até, como no caso daqueles alunos que, apenas promovidos, requeriam exames com estas autoridades, e, se aprovados, obtinham licença para exercer a profissão, dispensados de prosseguirem o curso...

Já avançado em idade, — contava, então 67 anos, — o Conselheiro Dr. José Corrêa Picanço não pudesse, talvez, admitir qualquer diminuição à sua autoridade, êle, a quem, consagradamente, tão inestimáveis serviços devia a medicina pátria. E talvez não pudesse mais atentar, o velho professor de Coimbra, em que o Brasil crescia, e precisava, urgentemente, de médicos, e de me-

dicos aqui mesmo formados, e diplomados, em tôda a extensão da palavra, pelas nossas próprias Academias...

De vez que não podemos duvidar do seu patriotismo, — posto à prova em tão numerosas causas, do maior interêsse nacional, — resta-nos, tão sòmente, concluir que o fundador do nosso ensino médico não percebia o mal que nos causava tão anacrônica organização.

O CLÍNICO DR. JOSÉ CORRÊA PICANÇO E A PRIMEIRA CESARIANA PRATICADA NO BRASIL

Sôbre as suas funções de cirurgião-mor do Reino, — já de si múltiplas e complexas, — encontrou, ainda, o Dr. José Corrêa Picanço, vagares para desempenhar a clínica, no Rio de Janeiro, o que fez, de modo notável, mercê de sua vasta cultura médica, probidade profissional e dedicação aos enfermos.

Mencione-se, a propósito, o seu devotamento à Rainha, D. Maria I, à qual assistiu, durante tôda a longa e penosa enfermidade, com incansável e extremado carinho. Relata-se, mesmo, que, em 1816, por ocasião do falecimento da rainha, o Dr. Corrêa Picanço, — setenta e um anos de idade, bem contados, — apresentou-se diante de D. João VI, com o diploma de primeiro cirurgião da Real Câmara, para dizer-lhe que resignava do cargo, de vez que não lhe fôra proveitoso para o que mais ardentemente desejava o fôsse...

Nobre gesto, prova de infinita dedicação, marca de um caráter em que as qualidades superavam, e de muito, os defeitos inerentes à condição humana.

Concede-lhe, o soberano, em resposta, e qual símbolo de sua gratidão aos inestimáveis serviços que lhes prestara o indormido e fidelíssimo servidor, uma pensão vitalícia, extensiva à sua filha, Isabel Felisberta Brachot Picanço.

Acrescentem-se-lhe, ainda, aos notáveis méritos, as virtuges, atestadas por vários cronistas, de parteiro dos mais exímios. Foi, realmente, o primeiro a realizar, entre nós, a operação cesariana, em negra escrava, no ano de 1817, quando de sua estada em Recife, coroando-se a operação de pleno êxito.

Foi, ainda, o Dr. Corrêa Picanço, quem assistiu ao parto de D. Leopoldina, por ocasião do nascimento de D. Maria da Glória.

Eis, assim, num bosquejo amplo, a atividade clínico-cirúrgica dêste grande médico, notável, assim, em todos os setores da carreira médica, que ilustrou e honrou, qual figura culminante da medicina do seu tempo.

O BARÃO DE GOIANA

O título de Barão de Goiana, — suprema recompensa de sua laboriosa existência consagrada à Coroa, — foi-lhe outorgado em 26 de março de 1821.

Não lhe ofuscou o prestígio, a proclamação de nossa Independência, de vez que receberia, a 22 de janeiro de 1823, de D. Pedro I, imperador do Brasil, a concessão das honras de grandeza.

O FALECIMENTO DO DR. JOSÉ CORRÊA PICANÇO

Faleceu, o Dr. José Corrêa Picanço, Barão de Goiana, em fins de 1824. Controvertida, embora, parece-nos que lhe foi essa, a época do falecimento. Não apresentam, realmente, os autores que atribuem ao seu falecimento datas outras, quaisquer documentos em que se apoiem.

Ficamos, de nossa parte, com esta versão, que se baseia na afirmativa da mencionada *Memória Histórica e Comemorativa da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra*, da autoria de Bernardino Antônio Serra de Mirabeau, que diz, textualmente:

«Em 1807 embarcou (José Corrêa Picanço) com a família real para o Brazil, d'onde não voltou. Falleceu pelos fins de 1824, segundo pude averiguar das folhas dos ordenados».

A fonte de que se serviu Mirabeau, para afirmá-lo, foi, de-veras, convincente: a «fôlha dos ordenados». Desaparecido um funcionário, dessa folha, equivalia, lógica e inelutavelmente, ao seu falecimento, — no caso de Corrêa Picanço ocorrido, portanto, em fins de 1824. Desaparecia, nesta capital, portanto, na propecta idade de setenta e nove anos.

Finava-se, desta forma, o antigo barbeiro de Recife, o jovem que conquistara a licenciatura de cirurgia em Lisboa, o moço que se diplomara em medicina em Paris, o médico que galgara a Cátedra da Universidade de Coimbra, o professor que ascendera a primeiro cirurgião da Real Câmara e a membro da Academia Real das Ciências de Lisboa, o mestre que integrara a Real Junta do Protomedicato e fôra nomeado cirurgião-mor do Reino, o amigo agraciado por seu rei qual fidalgo da Casa Real, do Conselho de sua Majestade, cavaleiro e professo comendador da Ordem de Cristo, cavaleiro e comendador honorário da Torre e Espada e primeiro Barão de Goiana, e, finalmente, — o serviço maior de sua vida, aquêlê prestado à sua pátria, — o fundador do ensino médico no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Eduardo de — *A Fisicatura Mor e o Cirurgião Mor dos Exércitos do Reino de Portugal e Estados do Brasil* — Rev. Inst. Hist. Geog. Bras., T. XLIII, Parte I, 1901.
- AZEVEDO, Moreira de — Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro — *Notícia Histórica*. Rev. Inst. Hist. Geog. Bras., T. XXX, Parte II, 1867.
- AUSTREGÉSILO, A. — *Esbôço Histórico da Medicina no Brasil*, in *Medicina no Brasil* — Imprensa Nacional, 1940.
- BRITO, Rocha — *Aspectos do Brasil Médico* — Brasília, Vol. II, 1933.
- CARVALHO, Augusto da Silva — *História da Medicina Portuguesa*, Expos. Port. Sevilha, s/d.
- FERREIRA DE MIRA, M. — *História da Medicina Portuguesa* — Lisboa, 1948.
- FREIRE, Oscar — *Evolução da Medicina no Brasil* (Ligeiro esbôço) — O Estado de São Paulo, Ed. Centenário, set. 1922.
- FONSECA, Anselmo da — *Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia no ano de 1891* — Bahia, 1893.
- GOMES, Ordival Cassiano — *Fundação do Ensino Médico no Brasil* — José Corrêa Picanço — Separata de *Revista de História*, nº 6, 1951.
- HANDELMANN, H. — *História do Brasil* — Trad. port. do Inst. Hist. Geog. Bras., Rio, 1931.
- LEMONS, Maximiano — *História da Medicina em Portugal* — Lisboa, 1889.
- LIMA, Oliveira — *D. João VI no Brasil* — Liv. José Olímpio Ed., Rio, 1945.
- MAGALHÃES, Fernando de — *Centenário da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro* — Rio, 1932.
- MELO, Antônio Joaquim de — *Biografias* — José Corrêa Picanço et al. — Recife, 1893.
- MONIZ, Gonçalo — *Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia no ano de 1924* — Bahia, 1940.
- NASCIMENTO, Alfredo — *Organização do Ensino Médico*, in «O centenário do Ensino Médico», Academia Nacional de Medicina, Rio, 1908.
- NASCIMENTO, Alfredo — *Quatro séculos de Medicina no Brasil* — *Jornal do Comércio*, 1-10-1927, Rio.
- NASCIMENTO, Alfredo — *O Centenário da Academia Nacional de Medicina*, Imprensa Nacional, 1929.
- NASCIMENTO, Alfredo — *Faculdade de Medicina* — Sep. dos Anais do III Congresso de História Nacional, 1942.
- NOVIS, Aristides — *Medicina na Bahia* — in *Medicina no Brasil* — Imprensa Nacional, 1940.
- REIS, Álvaro de Sousa — *Literatura Médica Brasileira* (Subsídios) — Rev. Inst. Hist. Geog. Bras., 1928.
- SANTOS FILHO, Licurgo — *História da Medicina no Brasil* — Ed. Brasiliense, São Paulo, 1947.
- SERRA DE MIRABEAU, Bernardo Antônio — *Memória Histórica e Comemorativa da Faculdade de Medicina* — Coimbra, 1872.

- PACÍFICO PEREIRA, Antônio — *Mémória sôbre a Medicina na Bahia* — Imprensa Oficial do Estado, Bahia, 1923.
- TEIXEIRA DE SOUSA, J. E. — *A medicina antes da organização do ensino médico, in O Centenário do ensino médico*, Academia Nacional de Medicina, Rio, 1908.
- SILVA, Inocêncio Francisco da — *Dicionário Bibliográfico Português* — Lisboa, Imprensa Nacional, 1860.
- TORRES, Otávio — *Esbôço Histórico dos acontecimentos mais importantes da vida da Faculdade de Medicina da Bahia (1808-1946)* — Ministério da Educação e Saúde, 1947.
- VASCONCELOS, Ivolino de — *A Evolução dos Estudos de História da Medicina no Brasil* — *Revista Brasileira de História da Medicina*, Vol. I, nº 3, II Trimestre de 1950.
- VASCONCELOS, Ivolino de — *A Faculdade Nacional de Medicina da Universidade no Brasil* — *Síntese Histórica* — *Revista Brasileira de História da Medicina*, Vol. II, nº 3, III Trimestre 1951.
- VASCONCELOS, Ivolino de — *Francisco de Castro*, obra laureada pela Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1951.

MINAS DOS CARIRIS NOVOS (1)

Cariris, segundo Moreira Pinto, eram os «índios que habitavam a cordilheira Borborema».

«Cariris»: grande cordilheira que se estende do Oeste a Norte, junto da margem esquerda do rio S. Francisco.

«Cariris Novos: ramo da serra do Araripe, que separa o Estado do Ceará do de Pernambuco. É notável tanto por sua planura, como por sua configuração de escarpamento que parece muralha de fortaleza. As águas que correm para o lado de Pernambuco vão ao S. Francisco e as do lado do Ceará formam o rio Salgado, afluente do Jaguaribe (Pompeu)».

Moreira Pinto, tratando ainda dos Cariris Novos, transcreve um trecho de M. A. Macedo, tirado de suas «Observações sobre as sêcas do Ceará» (1878), nas quais o mesmo discorda do que disse T. Pompeu, em seu dicionário topográfico do Ceará. Nessas transcrições não se encontra qualquer referência direta às antigas minas de ouro dos Cariris Novos, objeto desta publicação.

Se tomarmos por guia o mapa que o Barão Homem de Melo nos oferece do Ceará, em seu Atlas do Brasil, percorrendo-o do sul para o norte e seguindo a bacia do Jaguaribe, temos: confrontando com Pernambuco a chapada da serra do Araripe. Perto da cidade do Crato, encontra-se a indicação de haver fontes gasosas, e jazida de ouro, e para oeste desta indicação topamos com a vila ou cidade de Santa Ana do Cariry. Nas proximidades da Serra da Mãozinha temos Milagres, que Moreira Pinto diz estar no vale do Cariri, à margem direita do Riacho dos Porcos, afluente do Rio Salgado; Missão Velha e Missão Nova. No Morro Dourado, de Missão Velha, exploraram ouro no século passado. Mais para o norte, já nas margens do Salgado, principal formador do rio Jaguaribe, temos Aurora, Lavras e Icó. Temos também a Serra da Várzea Grande, na altura de Lavras, que, com a do Brital, está em ligação direta com a Serra Borborema.

(1) Da Col. Marcos de Mendonça de Mss.

que corre no Estado da Paraíba ao longo da divisa dêste com o Ceará (*).

Marginando o Salgado, encontramos a Serra do Camará e mais acima à esquerda já do Jaguaribe, temos a Serra dos Orós, serra, aliás, que Moreira Pinto não menciona em seu Dicionário. De Icó para cima o Salgado ao receber a Ribeira do Quixelô, toma o nome de Jaguaribe até desembocar no Atlântico, entre Fortaleza e Mossoró.

Quase na sua foz ou ria, como dizem os portugueses, fica a cidade de Aracati.

Como se vê, na região que nos interessa, pelo mapa de Homem de Melo, não encontramos nada que se pareça com Cariris Novos, a não ser a vila ou cidade de Santa Ana do Cariri, afastada do ponto real em que foram exploradas aquelas minas.

É fora de dúvida ser ainda hoje Cariri nome corrente e popular, no Ceará. Mas o que resta saber é se quando a êle se referem, há coincidência com o verdadeiro local ou região dessas antigas e famosas minas de ouro.

Os próprios cantadores do sertão do Ceará se referem com frequência, em suas cantigas, emboladas e desafios a êsses sertões do Cariri.

Já procurei me informar com gente de lá onde fica o tal Cariri, famoso e decantado, mas até agora nada me foi respondido de preciso.

Com a apresentação dêste trabalho, infelizmente de autor para mim desconhecido, tudo ficará mais claro e positivado.

Antes porém de prosseguir, devo mencionar que no mapa do Ceará do Atlas de Cândido Mendes de Almeida, acima de Lavras, se encontra a Serra do Boqueirão a que Moreira Pinto se refere, transcrevendo a descrição que sobre a mesma faz Leão Veloso, com a denominação de Boqueirão das Lavras: é montanha de quartzo, pela qual o Rio Salgado passa por uma de suas gargantas, daí o nome de boqueirão.

Se antes da publicação desta Memória, já havia quem com certeza soubesse aonde ficavam as antigas Minas dos Cariris Novos, confirma-se a tradição, mas se tal não se der, revela-se a verdade.

Com a sua leitura e conhecimento, outros pontos mais se tornam conhecidos e ainda outros se confirmam na tradição.

(*) No entanto, já no mapa geral do Brasil do centenário de 1922, encontramos como divisa do Ceará com a Paraíba e com o Rio Grande do Norte, a serra do Cachorro Morto, das Balanças, do Padre, de S. Miguel, que bifurca com a serra do Camará ou do Paraíso.

Por exemplo: quando o autor me surpreendeu dizendo que embarcara no Recife e fôra ter por mar no Aracati, achei esquisita a notícia, pois tinha de mim para mim, que os Cariris Novos teriam sido alcançados por meio de penetrações diretas da Bahia ou do Recife para o interior do sertão em que se achavam. Daí a minha surpresa. E foi só quando, no decorrer de sua exposição, o autor se referiu à região em que se encontram os rios das Antas, Salgado e Machado, formadores, com outros, do grande rio Jaguaribe, é que me inteirei de que as famosas minas dos Cariris Novos eram as que nessa região tinham sido encontradas nos primeiros anos do reinado de D. José I.

Descoberta auspiciosa, por ser a primeira do gênero feita em seu fecundo reinado.

Outro ponto interessante dêste documento, é o que nos revela o autor, de serem então os negros Mina os mais próprios para o trabalho que tinham em vista, isto é, os trabalhos de mineração, para os quais, segundo êle, os de Angola não prestavam.

A notícia do descobrimento das minas dos Cariris Novos foi considerada tão auspiciosa por El Rei D. José I, que êste concordou recebessem o nome do seu santo padroeiro, e que o início de suas atividades ou explorações tivesse lugar no dia 6 de junho de 1753, data de seu aniversário natalício.

Outro ponto que merece reparo é o em que se diz que os homens criadores e proprietários de terras e os jesuítas do Ceará, de acôrdo com os mandatários daquela região, levantaram quantos obstáculos estavam ao seu alcance para que o trabalho de exploração das minas não se fizesse, fundando-se uns no fato de vir o mesmo roubar-lhes a mão de obra que, antes disso, já era parca para os seus trabalhos comuns de lavoura e criação de gados; e outros, os jesuítas, porque os serviços dessas minas lhes roubaria os escravos índios com que contavam para o trabalho que desenvolviam nas três missões por êles mantidas no Ceará, sob as denominações de *Paupina*, *Caucaia*, e *Parangaba*, conforme instruções passadas pelo governador de Pernambuco ao seu enviado ao Ceará, autor da presente memória.

Melhor do que ninguém, contou-nos o Intendente Câmara, o que representavam as descobertas de novas minas de ouro para os homens da lavoura e para os criadores de gado nas regiões de Minas Gerais, em seu luminoso parecer que, com data de 21 de novembro de 1819, mandou do arraial do Tijuco, hoje cidade de Diamantina, para D. João VI sôbre as Sociedades de Mineração por êle mandadas estabelecer pela Carta Régia de 11 de agosto de 1817.

Depois de ligeiro preâmbulo em que explica que o parecer era dado por solicitação do rei, Câmara dizia (1):

«Chegando a Minas Gerais pouco antes da feliz chegada de V. Magestade a este País, com cujo memorável sucesso tudo nêle ganhou, se excetuarmos a Mineração do Ouro, ainda o Quinto, já então muito diminuído, dava sobejamente com que bastar à Mineração dos Diamantes, e foi pasmosa a sua queda, com os principios liberais, e franqueza, que V. Magestade estabeleceu por maiores interêsses Seus, e de todo o Brasil, abrindo-lhe os portos té então fechados ao Comércio do Mundo: Primeira causa da decadência da Mineração: a liberdade de poder cada hum escolher gênero de indústria em que se empregasse, e melhor lhe conviesse. — E com efeito qualquer, ainda dos mais insignificantes gêneros de cultura, ou indústria foi um temível, e superior rival da Mineração do Ouro, por que nenhum há que seja menos certo, ou menos sujeito à caução do que ela; assim como tambem nenhum está mais sobrecarregado de Impostos e vexames. A mesma cultura de granos, que se usa no País, outrora tão seguida, e tão produtiva nas Minas, tem sofrido muito com o acréscimo de cultura que têm tido outros gêneros, e daqui, Senhor, a segunda causa do descahimento da Mineração do Ouro, que té hoje é rivalisada pelo do ferro, por ter tanto de certa quanto ela tem de incerta, e precária. — E com efeito, é uma observação exata, que todavia o Inspetor das Sociedades Montanisticas (2), de cuja representação V. Magestade me manda julgar, não podia fazer, e vem a ser, que as Minas com a escassez de mantimentos que têm sofrido há doze para treze anos (e quase tantos há, que V. Magestade por efeito de Sua Grande Liberalidade abriu novos campos à indústria, e atividade, ainda aos habitantes do Centro) se têm em grande parte dezertado, e quase inteiramente abandonado.

«Na minha mocidade, Senhor, todo o Mineiro era ao mesmo tempo roceiro; e plantava ao menos, quanto lhe bastava para viver farto com sua Fabrica, e para que no caso de falha na Lavra tivesse ao menos que comer; não sucede hoje assim; porque os Mineiros, que inconsideradamente roubaram as Minas, extraindo o melhor e o mais fácil ouro que elas podiam dar, procederam do mesmo modo, e maneira nas terras que os cercavam, e em que plantavam; devastaram, destruíram, e arrasaram essas mesmas terras, sem pensar do futuro, e acham-se hoje até sem a madeira necessária para queimar. — E quando as terras se punham em

(1) O *Intendente Câmara*, por Marcos Carneiro de Mendonça, Imprensa Nacional, Rio, 1933, pág. 411.

(2) Guilherme, barão d'Eschwege.

estado de receber uma cultura mais bem entendida, por estarem reduzidas a campos, e livres de raízes, entranharam-se como selvagens pelas matas, mudaram de vida, e abandonaram a Mineração, de que seus maiores viviam, e até as propriedades e cômodos que elles lhes haviam deixado; dai o ver-se nas Minas um sem número de fazendas abandonadas, arraiais outróra opulentos, dezertos; e tudo a cair em ruína. Os que se davam, até então à cultura do Pão e à extração das Minas voltaram-se para a do algodão, para a da Cana, e para a criação dos gados, tão proficua, e vantajosa neste País, por buscar mercado por seu pé. Além disto a Mineração, que por se fazer por escravos, sorte de fortuna que nunca deu grandes proveitos a quem tem a desgraça de a possuir, não aproveitou nunca tanto como aproveitara, se fôsse feita por mãos livres, a Mineração digo, feita ainda hoje, por elles, que custam pelas dificuldades que se têm posto ao seu comércio, e pelos grandes impostos a que estão sujeitos, perto de trezentos mil réis, se são de bom serviço; não prosperará em quanto uma melhor gente não se ocupar dêsse trabalho, será ainda então precizo para que isso suceda, que os gêneros de indústria, e cultura que lhe são, e serão por muito tempo rivais, não se exgotem, — ou ao menos se ponham a par dela.

«Terceira — muito sufficiente, e poderosa causa da decadência da Mineração do Ouro — a carestia dos braços, que nela se empregam. — E V. Magestade, Senhor, parece tê-la bem desconhecido; por que em vez de diminuir o direito sôbre os Escravos, ao menos nos destinados à Mineração, os aumentou de quase o dôbro.

«A quarta, e não menos atendível causa da queda da Mineração do Ouro, foi, o terem-se, em pouco mais de um Século, esgotado aquelas que eram de fácil labor; e que por tanto podiam ser trabalhadas por muitos, ou por todos, ficando sômente as que exigem meios e luzes, que os Mineiros atuais não têm; do que será muito difficil persuadi-los; por lhes faltarem idéias, dados e exemplos por que se convençam de que mineram mal. Êste recurso, Senhor, que ainda nos resta, não por certo pequeno. — E se V. Magestade quizer fazer prosperar a Mineração do ouro, fará tudo quanto a V. Magestade fôr possível para dar aos Mineiros exemplos e Instrução, a fim de os habilitar para trabalharem as Lavras, que são de conhecida riqueza, e que seus antepassados desfloraram, e não puderam seguir, por não terem as luzes, nem meios para tanto.

«A quinta, é uma das mais poderozas causas da decadência do ouro, foi com effeito, como com tanta razão se queixa o Ins-

petor das Sociedades Mineiras, a ilimitada liberdade que teve o Guarda Mor Geral, e os seus Delegados, na divisão das terras Mineiras, concedendo quantas lhe pediam, ainda pessoas que nem ao menos as pediam com tenção de as trabalhar, mas só para embaraçar que outrem o fizesse; e este abuso a que não obsteu, se não uma muito tardonha, e insuficiente providência (a que V. Magestade deu no paragrafo 5º dos Estatutos para as Sociedades Mineiras) chegou a tal ponto, que qualquer Delegado do Guarda Mor Geral não punha a menor dúvida em conceder a um Sesmeiro, por maior que fôsse a sua Sesmaria, a propriedade de toda ela, por Carta de Data. E succedeu isto por motivos muito imperiozos e muito dignos da atenção de S. Magestade.

«A Mineração do ouro, principalmente do ouro de cascalho ou aluvião, é e tem sido tão contrária à cultura em geral, que sem muito trabalho se pode demonstrar: que V. Magestade e a massa dos seus vassallos habitantes das Minas, perderam com ela somas incalculáveis, pelo pouco ouro que daí colheram; e destas só excetuo os alveus dos rios ocupados pela água.

«E com efeito, Senhor, esta parte da mineração fez correr pela água abaixo, os terrenos os mais pingues e mais próprios para a cultura, as frescas margens dos rios e ainda mesmo dos mais pequenos arroios.

«E não dando essas terras senão herva para o sustento dos animais, que dariam açafrão si lho plantassem, teriam ou haveriam de dar nas idades e seculos futuros muito maiores proveitos do que por via de regra se tirarão da mineração do ouro. E foram por desgraça estas formações, as que todos trabalharam, porque custava pouco desbarrancar a terra com água, e lavar o cascalho que ela cobria, ficando sempre a estéril piçarra, ou má ou coberta de seixos rolados, tão improdutivos como ela. Daqui, Senhor, a aversão e ainda mesmo o horror que os cultivadores tomaram bem cedo à mineração, e para se livrarem dêsse flagelo, e do de verem destruidas suas plantações e até as suas próprias moradas, quando nas visinhanças aparecia ouro tomavam anticipadamente o partido de pedir por Carta de Data o mesmo terreno que alcançavam por Sesmaria, ou de que estavam de posse. (.....) Tal é o horror que os criadores de gado têm à mineração que aparecendo em suas extensas fazendas alguma faisqueira (o que muitas vezes tem acontecido) tratam logo de a ocultar, e até de lhe porem os currais em cima, receiosos de que com a mineração se lhes destruam as terras que lhe servem de pasto a seus gados; tanto é verdade que a mineração nunca poderá competir com a criação dos gados, que não dando proveitos tão rápidos e

tão brilhantes como as minas de ouro, têm dado, dá-os e da-los-á incomparavelmente mais constantes e duradouros. (.....)

O mineiro, Senhor, tem impreterivelmente pago o quinto do ouro extraído, e se elle não tem entrado nos cofres reais, não é porque elle tenha contribuido para isso». Depois o Intendente Manuel Ferreira da Câmara, estendendo-se como sempre em magníficas considerações sôbre o assunto, diz o seguinte:

«Dizem muitos, diminue o quinto logo cresce o extravio; e não é assim, Senhor, diminue o quinto, porque realmente a mineração do ouro descae, ou porque poucos se dão a êsse modo de vida. E mais adiante, acrescenta: «o Ouro ganhará com o tempo valor pelas mesmas causas porque o perdeu, e por pouco que se tire das minas dêsse precioso metal, valerá tanto quanto valia o muito que se tirava d'antes. E em vez de colher de seus vassallos um quinto que já não poderá ser senão muito limitado, V. Magestade receberá mais dêles pela cultura e indústria que elles preferem, e haverá uma riqueza real e duradoura, de onde virá necessariamente uma prosperidade maior e mais geral do que V. Mg. pode esperar do trabalho das minas».

Não conheço quem tenha dito mais e melhor do que êste homem maravilhoso conseguiu dizer nestas últimas frases.

O parecer é longo e continua sempre entremeado de frases que traduzem o conhecimento profundo que elle tinha sôbre os problemas fundamentais de nossa terra. E termina: «Os braços, Senhor, porém dos laboriozos habitantes das minas, não sendo aliciados para aquelle trabalho que tem tanto de temível quanto de incerto, não ficarão inertes, nem ociosos, dirigir-se-ão, como assaz e muito têm feito, para outros gêneros de indústria dos quaes lhes virá e a V. Magestade maiores e mais duradouras vantagens; e aqui me cabe, Senhor, dizer a V. Magestade que em tôda esta Capitania de Minas Gerais, não pode V. Magestade contar mais de um ou dois vassallos ricos pelos trabalhos das minas, podendo contar muitos pelo comércio, pela lavoura, e ainda mais pela criação dos gados, e tendo elles campos tão largos e meios mais certos para subsistir, não voltarão às minas, sem que as vejam prosperar por outros meios: e se os que tenho a honra de lembrar a V. Magestade não produzirem êsse desejado efeito, haja V. Magestade de tirar delas inteiramente o sentido, e deixar ficar sepultadas nas entranhas da terra, para serem extraídas pelas gerações e idade futuras, as riquezas de representação tão difíceis de extrair, como desnecessárias quando se têm as reais».

Assim, pela leitura dos trechos dêsse parecer, é bem de ver que jesuitas e criadores do Ceará tinham boas razões para se

anteporem aos trabalhos de exploração das minas de ouro dos Cariris Novos, servindo a presente memória para mostrar que não é de hoje a existência no Brasil de homens inescrupulosos. Isso se verifica quando, em lugar de se exigir dos escravos que iam do Recife para as minas assíduo e proveitoso trabalho, antes, alguns dos interessados na Companhia, constituída para êsse fim, recomendavam o contrário: deviam os escravos ser poupados, trabalhar quando quisessem, como quisessem e aonde quisessem para poderem assim cômodamente engordar e serem então vendidos como boa mercadoria, já que, como homens presumidamente afeitos ao trabalho, não tinham no corpo marca de açoites, característica dos indolentes e insubordinados.

A critica feita pelo memorialista ao feitor que, em lugar de tomar conta dos negros e fazê-los trabalhar com afinco, tinha a seu cargo grande quantidade de fazendas que trouxera para negociar, mostra também que os abusos de hoje, dessa natureza, não são novidade em nossa terra.

Entretanto, nos dias que correm, felizmente, o regime seguido pelo feitor Antônio Jacob, para curar os seus homens, não poderia ser usado: «Curei quatorze doentes com bastão, que também é milagroso qual vara de Moisés...».

As citações em latim, francês e espanhol, revelam tratar-se de homem com boa cultura e erudição, sendo sempre feitas a propósito e com graça.

Para muitos, por certo, não serão êstes os pontos da memória de maior interesse, e sim aquêles em que se encontram detalhes da técnica e da ação administrativa então empregadas naquelas minas, ao tempo de sua descoberta.

O fato do Senador Pompeu, em seu *Ensaio Estatístico*, ter escrito que o Crato e Cariris Novos eram uma e mesma coisa, revela quão incerta era a localização das minas, a êsse tempo. Essa incerteza se robustecerá quando se verificar que as antigas lavras da Mangabeira estavam dentro das linhas que circundam a região indicada nesta memória como sendo a que verdadeiramente se encontravam as minas dos Cariris Novos. E, a confusão aumenta, ainda mais, quando se constata que a Serra dos Cariris Velhos se encontra na divisa do Estado da Paraíba com o de Pernambuco, nas cercanias de Umbuzeiro, Taquaretinga e Timbaúba; quando bem longe daí temos a Serra dos Cariris Novos, separando o Piauí do Ceará, no espaço que vai de seis a sete graus de Longitude Sul, e quando encontramos a cidade de São João do Cariri, em plena Paraíba do Norte, longe das nascentes do Jaguaribe.

Ao contrário de tudo isso, vamos poder fixar definitivamente com a presente memória a região do Ceará ocupada pelas minas dos Cariris Novos.

Quanto ao fato de se considerar a cidade de Soure como sendo a antiga missão Jesuítica de Caucaia, penso poder haver engano nisso, por ser ela muito distante do Aracati, região pela qual o autor da memória iniciou no Ceará a sua penetração para as minas dos Cariris Novos. Caucaia estaria tão distante das minas, que não vejo como o governador de Pernambuco poderia se lembrar de ir nela buscar os homens que deveriam auxiliar o seu representante no trabalho de que estava por êle encarregado.

MEMÓRIA

Os descobrimentos das Minas dos Cariris Novos há muitos anos que lograram a felicidade de merecer as reais recomendações dos nossos soberanos. O governador que foi de Pernambuco Felix José Machado, teve particular ordem do Sr. Rei Dom João V, de feliz e saudosa memória, para mandar fazer o seu descobrimento, para cujo efeito foi mandado ao Ceará, em o ano de 1714, o Tenente General de Artilharia Diogo da Silveira Velozo, então capitão engenheiro, para marchar com a tropa que ali se mandou prevenir. A Felix José Machado, succedeu Dom Lourenço de Almeida, no govêrno igualmente, que no empenho de fazer aquêlê descoberto. Além das ordens reais que sôbre esta matéria chrou na Secretaria do Govêrno e das que trouxe em sua companhia, dizia o dito governador, tivera vocalmente especial recomendação de sua majestade, por cuja execução fêz as maiores diligências que então lhe foram possíveis: empenhou a Francisco de Montes Silva, homem naquele tempo rico e poderoso, e que ainda hoje vive no têrmo da Vila do Icó, e nas vizinhanças dos Cariris Novos, e aos seus parentes, fazendo-os donos e senhores daquêlê descobrimento, permitindo a um grande poder e autoridade e a todos prometendo largas mercês e vantajosos despachos, obrigando-se a ser procurador de suâs melhoras e adiantamentos.

Nos Cariris Novos achei Memória de que Manuel Marques, capitão de infantaria do Terço do Recife andava no ano de 1718 na diligência de descobrir as Minas daquêlê território. Semelhante recomendação há noticia, tivera já do Sr. Rei D. Pedro II, o almotacé mor do Reino Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho pelos anos de 1690, em que governou as Capitanias de Pernambuco; porém, nem uma destas diligências tiveram então o efeito desejado, ou porque os seus executores acharam embaraços maiores dos que eu encontrei, ou porque as suas diligências não foram tão eficazes quanto pedia a dificuldade do fim a que se

d'rigiam, ou porque a Providência Divina desviou se descobrisse naquele tempo o que para outro se tinha reservado.

Não são as Minas dos Cariris Novos as únicas em que se malograram as primeiras diligências que se fizeram por as descobrir. Muitos outros trabalhos se têm frustrado na nossa América encaminhados a semelhante fim, e quem os considerava sem efeito, injustamente culpava o terreno de estéril, imaginando que fôra menos liberal com esta parte do Brasil a Onipotente e fecunda mão de Deus, que fertilizou outras partes do Novo Mundo com a abundância de preciosos metais.

Tanta e tão vã a fantástica persuasão dos homens, que mais facilmente se persuadiram a infamar de estéril e inútil a Natureza, que a confessar a ignorância e fraqueza própria da condição humana.

Não se pouparam ao trabalho de descobrir ouro os Holandeses nos limites do seu intruso e tirânico domínio durante o Governo de Maurício, Conde de Nassau, suposto que nesse tempo ainda os não podia animar a experiência das nossas Minas; cujos descobrimentos foram muito posteriores à sua espoliação das terras do Brasil. Com esperanças de descobrir ouro e prata (segundo refere Barleo no seu livro intitulado *Rez gen sub C. Mauritio in Brazilia*, fol. 47) fizeram suas entradas Alberto Smichte, e Paulo Semler, e acharam as de prata que não prosseguiram então por as julgarem de pouco interesse. Com as do mesmo metal, que havia descoberto um dos nossos do apelido de Albuquerque, nunca puderam atinar os holandeses. Em algumas partes dos sertões das nossas Capitanias se acham ainda hoje vestígios de que nelas fizeram grandes trabalhos de Minas.

Não são antigos os descobrimentos das Minas que hoje têm na América a nossa Monarquia Portuguesa, como as primeiras diligências que por elas se fizeram. Desde o tempo que se começou o Brasil a povoar pelos europeus se começaram a fazer diligências, porém só se descobriram e começaram a cultivar no Reino do Sr. D. Pedro Segundo do nome, governando o Brasil Luís de Brito, quarto governador dêste Estado, fez a primeira entrada aos sertões, em demanda de Minas, Sebastião Fernandes Tcurinho. Seguiu-se Antônio Dias Adorno, depois Diogo Martins Cão, e depois Marcos de Azeredo Coutinho, e depois correu tanto tempo sem se prosseguir nestas diligências, que quando se quizeram repetir, não havia quem desse notícia do caminho por onde êstes entraram.

Ao Senhor Rei Dom João IV, foram apresentadas pedras minerais de prata, achadas na Capitania de São Vicente, tão ricas e abundantes dêste metal, que sendo fundidas e apuradas mos-

traram tanto avanço que excediam as dos Serro do Potozi, e contudo até agora não temos visto algum efeito desta diligência. Tudo isto nos refere o governador que foi de Pernambuco Francisco de Br. to Freire, no L. 1º da Guerra do Brasil, desde o nº 42 até 44. Pita no L. 2 da América Portuguesa, ns. 78 e 79.

Mais que a ambição, excessivamente reina nos moradores do Brasil a inércia, preguiça, frouxidão, e desmazêlo: quizeram todos ser ricos, porém por tão bom preço que lhes não custasse trabalho. Nesse país se cria aquêl torpe animal que chamam Preguiça, cujos movimentos são tão vagarosos que em sua comparação podem ser simbolo da l. geireza os tardonhos passos da Tartaruga. A benignidade do clima que até êsse negligente bruto conserva bem nutrido, parece que é igualmente favorável à frouxidão e negligência de seus racionais habitantes. Os que vivem em penúria de bens por desculpar os repreensíveis motivos da sua pobreza, pretendem persuadir que o terreno os não ajuda, nem têm meios de ganhar a vida; mas os que com o maduro exame aprofundam as causas, muito têm alcançado, que se correspondesse com igualdade um industrioso trabalho à fertilidade do País, se tiraria de suas culturas imensa cópia de riquezas.

De nenhuma outra coisa se cuidava menos em Pernambuco, que em a cultura de Minas no seu distrito, tão dissuadidos estavam os seus moradores que nas nossas capitanias tivesse a Natureza produzido algum metal, que até de sua possibilidade chegavam a duvidar ao mesmo tempo, (que era pelos anos de 1752), se achava em Pernambuco o Desembargador Manuel da Fonseca Brandão, a quem deu notícia um homem que fazendo viagem pelos Cariris Novos, presenciara se descobrira ouro naquele distrito, do qual tivera a curiosidade de colher uma pequena porção para amostra.

Participou logo aquella notícia ao governador e capitão general, que então era Luís José Correia de Sá, apresentando-lhe juntamente o homem de quem a havia recebido, que era José Honório de Valadares Alboim, a quem abonava por verídico, pelo antecedente conhecimento que dêle tinha desde a Jacobina, onde tinha sido ouvidor.

Dêste se informou com individuação o general de tudo o que presenciara, e soube logo das grandes contradições que experimentava o descobridor em os donos e senhorios das fazendas, que se interessaram ao depois em escurecer aquelas minas, e talvez que fôsse semelhante o motivo por que se frustraram as primeiras diligências que com tanto empenho e recomendação se intentaram fazer pelo seu descobrimento.

A notícia dada por José Honório de Valadares, confirmou em poucos dias Domingos Álvares de Matos, coronel daquelle Dis-

trito, que remeteu outra pequena amostra de ouro, que a sua diligência descobrira. A vista do que me ordenou o capitão general fôsse àqueles lugares para que ocularmente os examinasse sobre a certeza do que se dizia, e individualmente o informasse de tudo o que eu por exame colhesse, e presenciasse. E porque me não visse em embarço, que me estorvasse o progresso desta averiguação, ordenou ao mesmo tempo me escoltassem trinta soldados tirados das guarnições das Praças de Olinda e Recife, e alguns índios das Missões do Ceará, e logo deu conta a Sua Majestade, das notícias que tivera e da resolução que ex-vi delas tomara.

Em 22 de maio de 1752, embarquei no Porto do Recife, donde fiz viagem para o do Aracati, e daqui continuei por terra a jornada até os Cariris Novos. Desde que cheguei ao Aracati, comecei a experimentar os efeitos das contradições que com o tempo em grande maneira cresceram, encaminhadas no princípio a embaraçar o descobrimento daquelas Minas, e ao depois dirigidas à sua destruição. Tanto que se soube no Ceará da minha vinda e da ocasião dela, se ordenou ao capitão mor da Vila do Aracati, José Pimenta de Aguiar, me fizesse notificar para não seguir avante, o que não obstante prossegui, e em 2 de julho cheguei aos Cariris Novos, onde achei a Domingos Álvares de Matos, já aprestado e em vésperas de fazer viagem, fugindo amedrontado da perseguição que receiava pelo execrando delito que cometera de descobrir ouro e ter disto dado parte ao governador capitão general de Pernambuco.

Com a minha chegada, e ordens que recebeu então do governador e capitão general, se recobrou do pânico terror que havia concebido, e se animou a continuar com o mesmo ou maior fervor nas diligências de que as ameaças o tinham feito afrouxar, e por então não experimentou mais demonstração de castigo, que a privação do posto de coronel da cavalaria da ordenança, que exercia por patente dos capitães mores do Ceará.

Tanto que cheguei aos Cariris Novos, cuidei primeiramente em examinar os lugares que acusara Domingos Álvares de Matos, depois passei a outros, que me pareceram não desmereciam, que também no seu exame e averiguação se empregasse qualquer trabalho, e por experiência colhi que uns e outros davam ouro. De tudo dei conta ao governador e capitão general com a individuação das situações dos lugares, do tempo que no seu exame consumira, do número das pessoas que empregara nesse trabalho, com as amostras respectivas a cada um dos lugares, para que de suas quantidades, e das minhas informações se pudesse colher

que Lucro, ou Interêsse se poderia tirar pelo trabalho semelhante ao que eu havia empregado.

Fiz pela minha parte quanto me foi possível por averiguar com a diligência que me pareceu suficiente e exata, porém como esta era por mim dirigida, e me não achava com a indústria e experiência necessária para aprofundar o verdadeiro conhecimento das Minas; pois nunca tinha em minha vida visto Minas, nem ainda imaginado que me seria em algum tempo necessário saber da sua natureza, do como se descobrem e beneficiam, não duvido ingênuamente confessar cairia em muitas faltas e descuidos, que não pude evitar por pouco advertido e totalmente ignorante. E êsse claro conhecimento da minha ignorância me deu fundamento para prudentemente conjecturar que se fôsse buscado por pessoas industriosas e experientes, seria achado em maior quantidade e abundância o ouro, que até por fôrça de uma diligência qual a minha se descobriria.

Apenas tinha eu dado princípio ao exame das Minas, quando também chegaram a elas o Capitão Mór e Ouvidor do Ceará, e então fui por vêzes combatido para abandonar a diligência, ou afrouxar do empenho com que a prosseguia, e como a nenhum dos ataques me rendesse, fiquei sujeito, daí por diante, às oposições que são notórias, e às hostilidades que tenho sofrido, e talvez ainda tenho que sofrer com desvanecimento e constância que devo à honra, e felicidade que logro de servir ao meu rei, e desejar ser útil à minha Pátria.

Enquanto eu me occupava assim nos Cariris Novos, foi presente ao Rei Nosso Senhor a Conta que dera o governador e capitão general da diligência, que por mim mandara fazer, e foi Servido Sua Magestade ordenar-lhe que no cazo de ser averiguado a certeza de haver ouro nos Cariris Novos, se abrissem as suas Minas, e desse as ordens convenientes para o seu estabelecimento: assim o executou o capitão general, escolhendo o dia 6 de junho, como tão faustoso à Monarquia Portuguesa, pelo nascimento do nosso Soberano, que Deus guarde, para nêle franquear a todos os seus Vassallos as prosperidades que êle lhes permitia, e mandou se chamassem aquellas Minas de São José dos Cariris Novos, em veneração e memória do Santo de que tomara o nome o Rei Nosso Senhor, em cujo patrocínio confiava se aumentassem em grande maneira aquellas Minas, que foram as primeiras que se descobriram no feliz Reinado de S. Magestade. A experiência me mostrou que não foi vã a confiança daquêl General, apesar de quantas calúnias, indústrias, e máquinas se têm inventado para as destruir, e aniquilar o justo conceito que merecem as suas riquezas, como pelo discurso dêsse Manifesto se verá.

A Conta, que dei ao Governador e Capitão General do que me havia encarregado, e dos efeitos da minha diligência, foi tão feliz que chegou a subir à Real Presença de Sua Magestade, que foi servido ordenar ao mesmo General me encarregasse da Intendência das Minas, e da arrecadação de seus Reais Quintos.

Tênuos foram os princípios das Minas dos Cariris Novos, já por falta de cultores, já por sua imperícia, pouca arte e indústria, já por que desde a sua primeira infância foram achacadas do mal da emulação fomentada de alguns, que devendo favorecer o Seo adiantamento, fizeram capricho de se empenhar na rua Ruina. Como os progressos dependem dos princípios, tenues foram os progressos pelo que diz ordem ao número dos cultores; porém quanto ao que Respeita ao Rendimento, foram muito mais avultados do que Se podia esperar de tão pouco trabalho. Em 6 de junho de 1753 se franqueou a licença para a cultura das Minas; porém dessa se não tirou senão depois que com as aguas do inverno de 1754 se facilitou o seu trabalho, e desde então, até o principio de 1755 não cessaram a entrar na Intendencia quinhentas oitavas de ouro. Do ano de 1755 até março de 1756 passaram sim de seiscentas; porém não chegaram a seiscentas e cincoenta: no seguinte ano já passaram de duas mil: e de então até dezembro de 1758 passaram de oito mil, e oitocentas as oitavas de ouro as que entraram na Intendencia, e entrariam muitas mais Se ja si tivessem lavado as terras e cascalhos, que se tinham tirado e se aproveitassem os Serviços, que se tinham feito de que se esperava colher copioza conveniencia em as aguas do inverno seguinte, o que tudo se frustrou com a ordem de fazer cessar de todo e qualquer trabalho, que dissesse respeito a cultura daquelas Minas, a qual ordem se publicou em três de janeiro de 1769. Pequeno rendimento é em si, na verdade êsse, porém comparado com o pequeno número de trabalhadores que perceberam a utilidade da sua importancia, e ao pequeno trabalho que empregavam, é de muito grande vantagem e interesse.

Por ocasião de se fecharem essas Minas, e de se haver antecedentemente mandado Retirar os escravos de uma Companhia que em Pernambuco se havia formado com o pretexto de se empregar na cultura das Minas, tendo ficado exposto à Censura dos Criticos, e à murmuração de alguns emulos e ignorantes; que são os que com maiores investivas me atacam; porque de ordinário são os que mais falam em qualquer matéria os que menos sabem dela, e se sabem, são dos que diz o Sagrado Texto — Verda oris ejus iniquitas, et dolus, noluit intelligere ut bene agret. Para Confundir a calunia de uns e satisfazer a curiosidade de outros, me vejo precisado a fazer este manifesto, por cujo meio se pa-

tenteie a todos a verdade, e sobre q'. se faz materia das conversações. S. Balil. Epist. 65. Ad Calumnias taciendum non est. non ed contradicendo nos ulcircamur Sed ne mendacio inofencum progressum permitamus au e os que Se ducté sunt, damno inherere sinamus.

Em Pernambuco é lamentável a perda e irreparável prejuizo, que Se intenta persuadir, receberam do trabalho e cultura das Minas dos Cariris Novos os homens de negócio da Praça do Recife, que interessavam na Companhia que formaram excitados das Conveniencias que eu Segurava se percebiam da sua cultura. Por menos verdadeiro me Repararam os que se persuadem, que eu Segurei as vantagens extraordinárias, por imprudente me têm os que julgam que Sem bom fundamento prometi racionável interêsse. Ou seja por um, ou por outro princípio, venho eu a ser na opinião de uns e outros, o culpado como Cauza, e Origem da chamada excessiva perda, e irreparável prejuizo, que daquela armação Receberam os interessados. Pelo que considerando que o meu silêncio seria pelos emulos e ignorantes inculcado mais por confissão da culpa, que por ditame da modéstia, ao mesmo tempo, que pelos inteirados da verdade; que não são poucos, se entenderia, que era em mim puzilanimidade e falta de ânimo para Contradizer pessoas de autoridade mal informadas, me resolvi por meio dêsse Manifesto de-zenganar aos que dezapaixonados, e livres de qualquer preocupação quizessem séria, e fundamentalmente julgar: e de dois males escolhi o que menor me pareceo, e antes me quiz expôr a encontrar desgostos, e ser reputado por adversário, e antagonista por manifestar a verdade, que viver em socego lizonjeado das esperanças, que com as conveniencias de bemquisto se animam, deixando essa mesma verdade oprimida das injustas censuras, e cavilozos artificios de que se tem uzado em dano do meo crédito, diminuição da valia e estimação que merece as riquezas das Minas dos Cariris Novos e o que mais é, não só em prejuizo dos povos, que dela se utilizavam, se não do Real Erário, que daqui por diante se poderá ir ressarcindo da crescida despeza, que se fez com o seu descobrimento e estabelecimento. Apolog. 1 Adverte Rusin: *Hoc mihi prostituerunt ut si tamera rens si respondero inimicus judicer. Dura utraque conditio, sed ednobis ligam, quod Levius est.*

Para que se percebia com clareza a justiça, e a injustiça que se me faz, fielmente exporei, quanto se passou da mais principal que faz ao intento, desde o primeiro fundamento da companhia, até o tempo que se retiraram das minas os escravos, que na sua cultura, e benefício se deveram empregar. E porque não basta dizer a verdade para ser acreditado, onde falta a pia afeição, e sobra a paixão, ou preocupação, me pareceo devia provar a mesma

verdade com os meios, que fossem mais convenientes, e nenhuns me pareceram mais a propósito que os testemunhos dos mesmos administradores, e feitores da Companhia, e interessados na aniquilação das Minas e de outros tão verídicos, de que sem temeridade se não possa duvidar. O que destes não constar pouco importa, que fique dependente da Cortezia dos leitores. O que alego de documentos, prometo mostrá-los a quem tiver a curiosidade de os ver, ou duvidar da verdade das citas, e alegações.

Em Pernambuco inteiramente falta o verdadeiro conhecimento da natureza, trabalho, beneficio e cultura de Minas. Eu posso seguramente afirmar, que não conheço uma só pessoa que tenha mediana noticia da Arte dos Metais. As notícias que se têm sobre essa matéria são havidas de pessoas muito mal instruid'as. Têm para si muitos, que foram das Minas, e ali assistiram por algum tempo applicados ao Comércio, ou a outros exercícios muito alheios da cultura, e trabalho de Minas, que só pela assistência em o País onde há essa cultura, adquiriram tantas notícias, e lhes sobram para poderem em tom decisivo ensinar de cadeira tudo quanto em matéria de Minas se pode desejar, sem advertirem que há sobre esta matéria tanto que aprender, que os mesmos Mineiros de profissão, e exercício ignoram muito; do que se souberam, poderiam colher grandes utilidades; porque não bastam largas experiências, se se não fizer bom uso delas, não bastam os sentidos se estes se não ajudarem da advertência, reflexão, juízo, e discurso: muitas vezes não bastam todas as forças do humano engenho para examinar cabalmente os efeitos de produções da Natureza.

Confesso não serão tão insensíveis as dificuldades que se encontram no conhecimento das Minas que as não possam superar a deligência e o engenho, mas tão bem se não poderá negar que para o acertado exercício das artes mecânicas, tanto se necessita de teórica, quanto da praxi (sic) e que se falta a diligência e o uso, não basta a intelligência. Grinaldi de Vita ed Canonica L. 3.

Quid juvat instructis nos uti mente ministris !

Ad Sua Si Torpe munia

Lenta Manus

Como também pelo contrário nunca chegará a ser perfeito em qualquer emprego e arte, o que sem regra, nem ditame puzer todo o fundamento no trabalho e exercício dos sentidos exteriores. O mesmo Grinaldi ibidem:

Quam male dux soevi cui non precepta Gradios.

Nota prius, fortes ducet ad arma manus !

A falta de ocasiões em que fôsse necessário o exercício da arte dos metais, e a penúria de livros que tratem sôbre esta matéria, que há em Pernambuco, tem ajudado muito a ignorância dos que ou por curiosidade, ou interêsse se puderam achar suficientemente instruídos: e esta falta de instrução faz crédulos aos que se tivessem antecedentes notícias, fâcilmente perceberiam quão pouca estimação merecem os que se inculcam por muito práticos e experientes em matéria de Minas. Por esta razão me pareceu preciso citar o testemunho de alguns autores, quando é necessário explicar algumas coizas concernentes à produção, e geração do ouro aos Mineraes, e matérias de que se gera, aos vasos e receptáculos, em que o costuma produzir a Natureza, ao seu benefício, trabalho e cultura para intelligência de alguns dos Pactos, que refiro.

Achava-me eu em Pernambuco no mês de maio de 1756, e muitas vêzes ponderava ao Sr. Governador e Capitão General Luiz Diogo Lobo da Silva as cauzas do pouco rendimento das Minas de S. Jozé dos Cariris Novos, e entre elas inculcava como mais principal a falta de quem tirasse o ouro, que em si continha. Expuz o diminuto número de trabalhadores, e dêstes a pouca indústria e diligência, e a falta de meios que havia para se poder fazer trabalhos e serviços de que se pudesse esperar racionalmente outro rendimento mais que um muito tênue, e proporcionado ao número, trabalho, indústria, diligência, e emprêgo dos cultores, concluindo por fim do meu discurso, que segundo a experiência me mostrava, me persuadia seria proporcionalmente maior e mais avultaria o rendimento das Minas, se fôsse maior o número dos trabalhadores, maior a indústria maior a diligência.

Considerando o Snr. General nos meios de adiantar a cultura das Minas me ordenou fizesse um plano, em que propuzesse os interêsses com que elas convidavam aos seus cultores, excogitasse os meios, e ponderasse o necessário para o estabelecimento de uma Companhia para as ditas Minas, ao que obedeci, fazendo-o do teôr seguinte:

Ilmo^o e Exmo. Snr.:

Ordena-me V. Excia. que cuide nos meios, e excogite dos arbtrios por onde se possam adiantar as Minas dos Cariris. De nada julgo necessitam mais as Minas que do concurso de Mineiros, e trabalhadores, que aproveitem o que se tem descoberto, e talvez pretendo-se aproveitar o que já está manifesto. Se descubram maiores haveres. O Certo é que para essas Minas serem como as mais, no Comum e ordinario rendimento, só carecem de trabalhadores. Porque nem uma das mais Minas, que presentemente se

cultivam, dão de ordinario maiores jornais do que costumam dar as dos Cariris, exceto nas grandezas, que em algumas das outras partes se tem encontrado, que não chegam a todos, nem perseveram por muito tempo, o que ainda nos Cariris se nam tem encontrado, e a Sua maior grandeza não passa ordinariamente de dar um quarto de Ouro por jornal de um dia; porque suposto se tem dado uma ou outra batcada em que se encontre com uma vantagem mais avultada, são estas tão raras, e sem companheiras, que as imitem, que se não podem chamar com o nome de grandezas, que essas se se chamam as veias ou manchas maiores, que dão muitas bateadas ricas.

Este presente estado das Minas dos Cariris não dá esperanças de que concorra grande poder de gente, com que se possam adiantar notavelmente, e com a presteza, e brevidade, que se dezeja, porque não é crível que por um jornal que muito ordinariamente se faz em as mais Minas, se persuadam a vir trabalhar nos Cariris pessoas, que tenham poder de escravos, que se acham empregadas nas Lavras das Gerais, Sabará, Goiazes, Paracatú e Lugares todos distantes mais de trezentas légoas dos Cariris e alguns mais de quatrocentas. Por essa Razão ainda não são muito povoadas as Minas do Cuiabá, e outras muito Remotas das Gerais, ainda que nelas não só há ouro como nas mais, se não que se tem achado muitas, nem muito perduráveis. E os Mineiros praticos não ignoram estas circunstâncias, que ordinariamente seguem aos descobrimentos de grandezas, as quais tem sido ruina de muitos mais que felicidade, por deixarem um lucro certo, ainda que moderado, por seguirem a custa de grande dispendio e trabalho a outro imaginado maior, que se frustra de todo, quando menos se esperava. Por que entre todas as Minas metálicas nem umas são mais desiguais, que as do ouro; por que os seus vieiros, ou betas, umas vezes se alargam, outras se estreitam, e parece findam, e totalmente se acabam: essa diversidade, e extravagancia da Natureza, muitas vezes é quase sempre se experimenta em pequeno espaço de terreno.

Por isto conjecturo que ficando tã̃m distantes das mais Minas as dos Cariris se não deve esperar venham das mais Minas para estas tantas pessoas quantas se necessitam. Dos sertões visinhos tão bem se não pode esperar que vão em competente número trabalhar nos Cariris por serem todos mal povoados e só servem de criar gados e os seos moradores de ordinario nem escravos tem bastantes para fazerem currais, e dar benefício conveniente às criações dos gados.

Donde se vê que não há meios para adiantar as Minas dos Cariris, que se correr à Praça do Recife. Se se interessarem os

homens de negócio no trabalho e extração do ouro dos Cariris, parece se conseguiria o intento sem perda dos negociantes, antes com algum lucro ainda que de minuto, nas circunstancias, em que o Suponho, que na pratica pode ser muito maior do que mostro; porque antes quero se encontrem com o interêsse maior que a sua esperança, do que achem ser menor do que imaginaram.

Para o que havemos de supor, como couza certa, com aquella certeza, que pode segurar uma humana conjectura fundada na pratica, e experiência, que qualquer pessoa, que com escravos trabalhar nas Minas dos Cariris com ordem e regularidade, sabendo dirigir o serviço e perseverando três, ou quatro anos, quando não tire vantajozos ganhos, seguramente perda a não receberá, exceto se lhe morrer, ou fugir algum escravo. Suponho tão bem como certo que ainda que se trabalhe sem formalidade e com a dezordem que ordinariamente se costuma nos Cariris, pondo só o cuidado em aproveitar jornais de negros, e vigiar que os não dezencaminhem nem se deem a dormir, ou abandonem o trabalho, trabalhando pelo inverno nas chapadas e taboleiros, e no verão no Rio Salgado, no das Antas, Machado, etc. Ainda que não façam serviços de conduzir águas, nem açudes para conservá-los no verão nos taboleiros, e chapadas, nem mudem o Leito ao rio Salgado, sempre farão jornal com que salvem os gastos dos sustentos, e ferramentas, e se pague uma sufficiente porção a um feitor cuidadoso, fiel, e inteligente, que necessariamente há de haver, que os faça trabalhar, e vigie não dezencaminhem, e que ele tão bem não dezencaminhe o que Se tirar.

A Razão em que fundo estas suposições, e preambulas advertências, é por que régido os jornais dos escravos uns por outros a meia oitava, por Semana, ou a duas oitavas por mez, por preto de 1200 cada oitava sujeita ao quinto; e êsse jornal é tão diminuto a respeito do que costumam dar os escravos nos Cariris que os não posso por em mais baixo preço, e nos Cariris não falta quem dê meia oitava por semana de aluguel por cada escravo livre a seu senhor, de gastos de sustento, e ferramenta e eu a suponho não só sujeita a esses gastos, se não tão bem à porção do feitor. A outra Razão, em que me fundo para Segurar a meia oitava de jornal é por que nos Cariris alguns negros pagam a seus senhores o jornal de oitava, e meia por semana; outros de oitava e quarto, outros de uma oitava, e nem um menos de três quartos, e pela maior parte se sustentam a sua custa, andando nas faisqueiras, e antes querem andar nas faisqueiras sustentando-se a sua custa sobre si, e fóra da vista dos senhores do que trabalharem em Lavras à vista dos senhores, que concorrem então para o sustento. E dando os negros dos Cariris estes jornais, será mais que infeli-

ridade que dêem ainda menos de meia oitava os que forem mandados desta Praça.

Ao mesmo tempo que suponho os lucros pelo menos, quero supor os gastos pelo maior, para que tudo o que me Sobrar dos gastos me redunda em interêsse do que por ora não faço cazo; por que o meu intento é só mostrar que não pode haver perda. Suponho a um feitor encarregado de doze escravos, ao qual se dê por seo trabalho, um quarto de tudo o que tirarem os negros, para que ele interessado no maior lucro, cuide melhor em que sejam vantajozos os jornais: quero que a estes negros se dêem todos os mezes três bois para comerem, e cada boi por dez patacas: e que estes bois não tenham mais que dez arrobas de carne, e cabe a cada negro duas libras e meia de carne por dia: quero mais que se dêem nove alqueires de milho para estes negros, e cabe a cada escravo uma quarta de milho para dez dias: quero que cada alqueire de milho custe duas patacas, que as vezes é menos e outras corre por mais, para o que deve haver providencia com o tempo.

Gastos.

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------|---------|
| Lucra um feitor de doze escravos que em um mez tiram | |
| 24,,8 ^{as} de ouro 6,,8 ^{as} | 7\$200 |
| Três bois para sustento de um mez a 3200 | 9\$600 |
| Nove alqueires de milho a 640 | 5\$760 |
| | <hr/> |
| Somam os gastos de um mês. | 22\$560 |
| Jornais de 12 escravos a 2,,8. ^a cada um por mês 24,,8 ^{as} | 28\$800 |
| | <hr/> |
| Ficam livres | 6\$240 |

Parece que ponderadas as Razões antecedentes, ainda postos no estado da infelicidade de se não encontrarem jámais com pinta mais rica estes negros não darão perda a seus senhores; mas por que não basta que não tenham perda, para que a deixem de considerar no preço dos escravos; porque os Lucros, que lhes proponho não são bastantes para cobrir o valôr, e importância que podiam adquirir seus senhores mandando-os vender ao Rio de Janeiro, ou onde lhes fizer maior conveniencia, se deve aplainar êsse embaraço com conveniência que contrapeze essa perda imaginária.

Para o que se deve reparar que se não intenta persuadir a que conservem perpetuamente por sua conta os homens de negócio

nos Cariris escravos, só sim que os introduzam por três, ou quatro anos, e neles acharão por experiência que lhes dão lucro conveniente, que os conservem, ou acrescentem, o numero, se lhes parecer, e se não acharem que lhes faz conta os vendam nos Cariris a quem lhos pague, ou os mandem vender às outras Minas, onde podem esperar melhor preço por serem escravos costeados, e já com a experiência de trabalharem em o serviço de Minas.

Esta é a Plana que propuz com o fundamento em que se devia estabelecer a Companhia e a vista dela parece não estou a mais obrigado, que a segurar a verdade do que nela positivamente afirmei, ou a confirmar com a experiência o que prudencialmente conjecturei. Não me fiz responsável, se não foram proporcionadas ao fim que se propunha pelas medidas, que se tomaram por arbitrio de outrem, fóra das regras, que assinei: porque é alheio de razão que seja alguém obrigado ao acerto de idéias alheias, que se desconformam das suas.

Divulgou-se êsse Plano em a Praça do Recife ao mesmo tempo que Se começavam a divulgar tão bem as notícias de um novo descobrimento das Minas dos Cariris de que Se tiraram algumas folhetas, que juntamente começaram a aparecer, a cuja vista pareciam estavam as Minas brindando com vantajozas conveniências a quem as cultivasse. Com o que animou o Senhor General a alguns homens de negócio dos mais ricos a formarem uma companhia entre si para as Minas afim de que se utilizassem das vantagens que delas se podiam esperar. Facilitou-lhes os meios, e franqueou-lhes quanto foi possível tudo o que os podia embaraçar. Com o que se moveram alguns a interessar na Companhia. Esta se devia compor de tantos interessados, que se não pudesse receiar a ruina de algum em particular, por que suposto que o fundo, e principal de toda a companhia montasse em vinte mil cruzados, ou mais, seriam tantos os companheiros, que não pagasse o cabedal com que cada um devia concorrer para perfazer este total de seis centos mil reis, pouco mais ou menos regulados um por outros.

Ainda assim na execução desse projeto não faltavam dificuldades, que vencer, e entre elas não foi das menores a eleição de um administrador suficiente, que nas Minas administrasse os escravos e feitores, e representasse o corpo de toda a companhia; porque em Pernambuco não descobriam pessoa da satisfação de todos os interessados, em quem concorressem todas as circunstancias, que o abalizassem para o emprego a que se destinava. Pelo que obrigados mais da necessidade de não achar pessoa de sua satisfação, que da satisfação que tivessem da pessoa do chamado Capitão Mor Antonio Jacob Viçozo cederam ao voto de

quem o propoz e julgava ter bastante intelligencia de Minas por ter assistido em algumas tratando de seus negócios: nisto de ordinário se enganam muitos, que imaginam que o mesmo é ter assistido nas Minas, que ser mineiro, e intelligente do exercício de minerar, sem advertirem que a Arte do Mineiro é como a disciplina militar que

Não se aprende Senhor na fanteria
Sonhando, imaginando, ou estudando,
Se não vendo, tratando, e pelejando.

Na eleição de Segundos Feitores, que eram precizos, não havia menor difficuldade, pela falta de sujeitos, em quem concorressem tantas condições, quantas eu ponderava que eram precizas; porque a falta de cada uma delas era por si só bastante para arruinar todo o fundamento dos interesses, que se pretendiam; por que ponderava eu que os Feitores deviam ser intelligentes, e trabalhadores para se não pouparem ao trabalho indus-triozo, para saber dispô-lo, intelligentes para saberem conhecer e distinguir os lugares aptos para neles trabalharem com utilidade porque as Minas dos Cariris (como o são tão bem todas as outras) eram de manchas, experientes do País para se não enganarem com as diversidades das formações e criadeiros de ouro, que nas Minas dos Cariris se acham talvez muito diversas dos que ordinariamente se encontram em outras Minas, o que tem cauzado admiração nos que só de umas Minas tem notícia; porém não são de novidade, a quem tem Lição dos autores que escreveram de Minas, nem aos que têm visto varias e diversas; deviam assim mais ser zelozos os feitores do adiantamento, e proveito da Companhia: fiéis para lhe não dezencaminharem os seus lucros: vigilantes para que fizessem os escravos não cessar do trabalho devido, e para que não dezencaminhassem o ouro, que tirassem da utilidade de seus senhores: Severos com eles no castigo para se fazerem respeitados, e obedecidos, e ao mesmo tempo caritativos para lhes não faltar com o necessário, e Sustento, curando-os em suas enfermidades, e não pretendendo trabalho sobre suas fôrças. Não se achavam Sujeitos, em quem todas estas condições se achassem divididas quanto mais todas juntas: apenas por minha via se descobriu um que eu inculquei por intelligente, e experiente do País, e sobre as mais condições e não abonei positivamente por não ter bastante experiencia de sua conduta; só sim não ter achado no tempo que o conhecera nos Cariris, que seu procedimento o inhabilitasse para êsse emprêgo. Como um só Feitor não era bastante para o número dos escravos que haviam de tra-

balhar em as Minas, e não havia onde se escolhesse, se encarregou essa administração em primeiro lugar a Antonio Jacob Viçozo, em Segundo a Jozé Pinto Pereira, homem marítimo, e piloto de profissão por ser conhecido por bom homem sem advertirem que *No basta tan poco al examen y aprovacion de buenos costumbres si le falta el conocimiento necesario del arte, que la de exercitar.* Barba L. 2 del Arte de los metales, Cap. 2.

Tão bem sôbre a qualidade dos escravos adverti muitas vezes que se não deviam admitir quaisquer, se não só os que fôsem capazes de serviço de Minas, ou de se habilitarem para êle e que a experiência tinha mostrado que os Negros da Costa da Mina eram de ordinário os mais aptos para Mineiros; porque além de serem mais industriosos, e aprenderem mais facilmente o exercício de minerar, eram mais diligentes e ativos, e inclinados a adquirir circunstancias em que os de Angola não tinham dado tão boas provas na experiência. Grinaldi: De vita CEconomica.

In sua pro merito munia quenque voca.

Também uma e muitas vezes adverti que era preciso dar tempo a estes escravos a que aprendessem, e se exercitassem no serviço das Minas: porque o trabalho de tirar ouro e lavá-lo não era tão fácil, que não carecesse de uzo e exercício, e tanto ponderei sôbre esta matéria, que dizendo-me em prezença do Senhor General Luiz Diogo Lobo da Silva o Capitão Mor Manoel Correia de Araujo, um dos sócios e interessados, e dos Caixas da Companhia, que se mandariam os Escravos a trabalhar por um ano nas Minas. Logo lhe expliquei que se por um ano mandassem a servir os escravos nas Minas, não deviam esperar do seu serviço utilidade alguma, nem ainda que cobrisse os gastos, e que isto não era tratar a matéria com a seriedade que se lhe via, porque pretender com negros novos e imperitos, dentro em um ano tirar conveniencia das Minas, era impraticavel, e se se propunha sèriamente este designio, era mostrar que se ignorava que o serviço de tirar ouro tinha mais dificuldade do que se persuadiam; porque todas as artes se aprendem, e em todos os empregos mecânicos há tempo de aprendizes, e que um ano não era tempo bastante para se fazerem dextros e tirarem tanto interêsse que por êle se viesse no verdadeiro conhecimento da utilidade das Minas, e a autoridade do Senhor General nos fez mudar de prática e deixar a ventilação deste ponto.

Mas o certo é que se não enganou quem desde então advertiu, que o pretexto com que se formava a Companhia era um, e o fim a que se encaminhava era outro; e por isso se fugia dos meios que podiam frustrar as suas idéias. O tempo que perseverou a Companhia nas Minas, ou a sua escravatura, as instruções que

se deram aos Feitores, de quem fizeram confiança para lhes comunicar a execução de suas maximas, a qualidade dos escravos com que concorreram, a falta de ferramentas, e instrumentos necessários para o ministério, e serviço de minerar, ao mesmo tempo que se encarecia e persuadia o grande fornecimento que tinham deste gênero, que até eu por muito tempo estive persuadido, tinham todos os precizos, os empregos diversos de tirar ouro em que os escravos se entretinham pela maior parte; a impericia notória e pouco, ou nenhum cuidado dos feitores, que foram encarregados da venda, e cambios de muitas fazendas, no que se deviam precisamente ocupar, o dezagrado, e desprezo, com que eram recebidos os avizos dos seus desmanchos, quando parece se deviam estimar para os emendar, e o mais que pelo discurso deste manifesto se verá, não são pequenos indícios. *A fractibus corum Cognocitus e oz Math. Cap. 7. V. 16.*

Não ignoravam alguns dos sócios quanto era fora da boa ordem o fundamento, com que se estabelecia a companhia em um grande numero de escravos novos sem competente numero de feitores praticos para se esperar interêsse correspondente ao tal numero. Eu ponderei a alguns que quanto maior fôsse o numero menor seria o lucro proporcionalmente comparado com o que receberiam de menor numero mais bem assistido de feitores hábeis e contudo ainda não advertia eu todas as dezordens, que na armação, administração e conduta da companhia houveram, quantas depois experimentei nos Cariris.

Ainda se não tinha consignado o número certo de escravos, que se determinava empregar por conta da Companhia no serviço das Minas, e muitos dos que haviam de compor este número ainda não eram chegados de Angola, e da costa da Mina, quando tornei de Pernambuco para as Minas dos Cariris: Fundou-se essa Companhia desviando-se totalmente das regras que para seu estabelecimento propuz no Plano, e nas Conferencias que tive, e parece só se olharam para aquelas Regras para fugir delas, e segurar ditames contrários. Porém como o meu intento era muito diverso do que ao que se dirigia a Companhia, por isso mesmo se devia desviar dos meios, que eu propunha, e só se deviam praticar os condizentes ao fim premeditado. Exporei tudo por partes para que com maior clareza se perceba.

Primeiramente em o § V do mesmo Plano prope sinem, adverti que o Feitor, que necessariamente havia de haver, devia ser fiel, e cuidadoso, e inteligente que fizesse trabalhar os negros; vigiasse não dezencaaminhassen o ouro que tirassem, e que ele tambem o não dezencaaminhasse: nas conferências que tive sobre essa materia fiz as ponderações, que constam do numero 23 dêsse

Manifesto. A três Feitores, se encarregou a escravatura, a Antonio Jacob Viçozo em primeiro lugar, e não sem desgosto e contradição de muitos interessados, em segundo lugar ao Piloto Jozé Pinto Pereira, e a ordem destes foi Sebastião da Cunha que eu havia inculcado, como também fica declarado no mesmo numero.

Em os últimos dias do mês de novembro e nos primeiros de dezembro de 1756 começaram a chegar às Minas dos Cariris os escravos da Companhia, junto com o Feitor Mor Antônio Jacob Viçozo, José Pinto Pereira, e Sebastião da Cunha e com eles uma grande partida de fazendas, que vinha a vender. Compunha-se a escravatura de negros ladinos, e novos : entre os Ladinos vinham alguns crioulos, dos novos a maior parte eram de Angola, e alguns poucos da Costa da Mina; porém todos êstes negros eram boçais para o serviço das Minas, de que nem um tinha notícia, e alguns principalmente dos novos, e Angolas, em tão mau estado, e tão ineptos que nem esperanças davam de se fazerem hábeis com o uso, continuação, e exercício.

O Feitor Sebastião da Cunha, que eu havia inculcado em Pernambuco, por inteligente de Minas, e experiente das dos Cariris, logo que a elas chegou foi despedido do serviço da Companhia, em tão poucos dias que chegando nos últimos de novembro, ou primeiros dias de dezembro de 1756 em o primeiro de janeiro de 1757 já não era Feitor, e estava fora, e privado da comandância, e direção dos escravos, sem para isso preceder causa justa nem razão forçosa: Eu por algum principio estimei muito fôsse ele logo expulso, antes que fôsse argüido de algumas faltas verdadeiras, ou sofisticas, que cometesse em prejuizo dos interêsses da Companhia, pelas quais também me quizessem culpar, pelo o haver inculcado.

Morte cruentatas bella sutura timet

Ainda que por outro principio sentia a falta que faria à Companhia o seu préstimo; porém como êste era inútil, porque se lhe não permitiria obrar o que entendesse, e qualquer desobediência dos escravos para com êle ficaria impune, como já nesses poucos dias se tinha experimentado, fiz gôsto do mesmo que me devera desconsoar.

Para substituir o lugar dêste Feitor, foi com muitos rogos solicitado outro, que pareceu capaz a Antônio Jacob Viçozo; porém também êste foi brevemente despedido antes que causasse maiores prejuizos. Sôbre as dezordens dêste segundo me avizou o mesmo Antônio Jacob em as suas cartas de 16 e 21 de março de 1757. Ficando desta sorte a escravatura só debaixo da administração e feitoria do Piloto Jozé Pinto, e de Antônio Jacob, o qual de tal sorte se achava embaraçado com a venda das fazendas alheias,

de que se tinha encarregado como me escreveu em 8 de maio de 1757, que se não atrevia a sair do Rancho, onde as tinha nem ainda para a ação de maior empenho do interêsse da Companhia, como era o da repartição das datas do Juiz, que lhe não ficavam muito distantes, como se pode ver das cartas que me escreveu em 12 e 14 de abril de 1757, e de outra que escreveu ao Guarda-Mór Domingos Alvarez de Matos do mesmo dia 14 de abril.

Alguna vez que se deliberou a sair do Rancho, por ir ver algum serviço da Companhia, foi levando sempre consigo o cuidado da fazenda que deixava, e lamentando-se do prejuízo que receava receber nas horas que por assistir e atender a utilidade da Companhia, faltava a do negócio da Fazenda. Apenas chegou às lavras da Mangabeira, em 16 de abril onde eu me achava, mas o desvêlo do negócio lhe não permitiu mais demora que a de uma semana, e a 25 do mesmo mês se retirou para o Rancho das Tropas. Em o meiado de maio, voltou a Mangabeira; porém a dois de junho já estava no Rancho, onde tinha as drogas, cuidando em mandar conduzir uma parte para vender no Arraial de São Jozé, outra na Mangabeira, em ajuntar boiadas e cavalos, como se pode ver das cartas que me escreveu em dois, em vinte, em vinte e cinco, tôdas de junho de 1757. Em 4 de julho ainda se não tinha apartado do Rancho das Tropas; porém já se achava de partida para a Mangabeira: neste lugar não se ocupava só, como se entenderá talvez, na assistência, e trabalho das Lavras; mas sim ao das Lavouras, segundo outra carta sua de 27 do dito mês, na qual se queixa da grande derrota, e prejuízo que lhe cauzava estar longe da fazenda. Na Mangabeira, consta da carta de 12 de agôsto de 1757, não fez o Rancho para a sua assistência, nem abriu os roçados para as lavouras perto das Lavras, para o que lhe não faltavam paragens muito acomodadas, donde pudesse mais fâcilmente acudir a um e outro serviço, mas sim fez o Rancho da sua assistência, e as Rocas no lugar chamado o Logradouro, pela conveniência dos Currais, que nesse havia para as boiadas.

Devendo-se empregar todos os escravos no exercício de minerar, e em utilidade da Companhia, se ocupavam muitos em conduzir as fazendas de umas para outras partes, em ajudar os Caixeiros, ou Mascates, a dispôr e vender, e arrecadar os seus produtos, já em dinheiro, já em efeitos, em ajuntar boiadas das fazendas, por onde se vendiam as drogas a trôco de gado vacuum e cavalos, e em outros ministérios totalmente alheios do interêsse dos sócios, e só respectivos à conveniência de quem se interessava na saída das fazendas. Isto era tão público, que não haverá pessoa nas Minas que o ignore, e os mesmos Feitores da Companhia o murmuravam. Em 28 de julho me escreveu Antônio Jacob Viçozo

sôbre a murmuração do Feitor Jozé Pinto. Sôbre o mesmo assunto me escreveu o mesmo Feitor Jozé Pinto em outra carta do mesmo dia. Sôbre esta matéria tocou Guilherme Fixer em várias cartas suas, principalmente em a de 28 de abril de 1758. A objetos tão diversos e disparados, em lugares tão distantes, não pode ao mesmo tempo acudir a limitada suficiência da humana natureza.

Plurima conantes prendere pauca ferunt.

Pela parte do Feitor Jozé Pinto, não eram menos as faltas nocivas aos interêsses da Companhia, porém muito conformes às premeditadas idéias de alguns interessados, se eram verdadeiras as causas da sua conduta e procedimento. Não era a inteligência e exercício de Jozé Pinto proporcionado ao Ministério de Feitor de negros novos e imperitos, para os animar a tirar ouro, sendo o seu officio e exercício o de Piloto e Marinheiro, para que se pudesse de sua direção esperar outra couza que não fossem deza-certos e prejuizos.

Tantas dezordens prezenciei na Mangabeira, quando ali me achei nascidas da impericia, frouxidão, inêrcia e desmazêlo dêsse Feitor, que muitas vêzes perdi a paciência, principalmente quando à vista delas considerava que em Pernambuco, se havia julgar o rendimento e interêsse que davam as Minas (conforme o aviso que me havia feito o Sr. General) só pelos lucros que percebessem os interessados na Companhia do serviço e trabalho de uns negros novos, preguiçosos, velhacos, inertes, e imperitos, assim dirigidos e administrados por um homem igualmente inerte, e sem indústria, nem experiência, e naturalmente frouxo e desmazelado, em quem recaia inteiramente a comandancia, e direção dos escravos nas auzências de Antônio Jacob que eram continuadas. Isto era notório e público, e disto mesmo se me queixou Antônio Jacob Viçozo várias vezes, como se pode ver de suas cartas, de que já fiz menção nº e abaixo tornarei a repetir nº

Grimaldi L. III de Vita CEconomica :

Quam male, ventorum cui non vis rota Magister
Vela procellosis per mare fundit aquis !

Não era o desmazêlo inato, e a falta de indústria de Jozé Pinto Pereira a origem a que estas dezordens só se devem attribuir, porque tinham o seu princípio também no propósito e segunda intenção com que obrava em observância das ordens e instruções dos Caixas da Companhia, que segundo êle dizia, lhe recomendavam não castigasse os negros, nem os amofinasse com trabalho, e que sim cuidasse em os ter gordos e capazes. Saída: porque brevemente os mandavam retirar para os vender. Tão fielmente

observou esta ordem, que não só de sua parte a executou, senão que trabalhou quanto lhe foi possível a executassem os mais, não consentindo que algum outro feitor castigasse os negros, nem os obrigasse a mais trabalho que ao que elles muito por sua vontade quizessem fazer, e por se não conformar com este sistema, o Feitor Sebastião da Cunha, além de outros motivos ainda mais superficiais, foi expulso. E queria mais que aos negros se não tomasse conta dos jornais que davam o pêso, e só sim que se recebesse o que cada um quizesse dar a seu arbítrio, sem pêso, conta nem medida.

Tudo isto além de ser notório consta das cartas que me escreveu Antônio Jacob em 12 de abril e em 25 de junho ambas de 1757; em a primeira me diz assim — *Assaz me tem bem penitenciado por este efeito em me dizer, que os Caixas, e companheiros lhe recomendaram não disciplinassem os Negros, cujo efeito não tem servido de utilidade alguma, e é o mesmo que os camaradas darem duas Sipoadas em um negro, e o dito pôr-se logo de participantes* — Na segunda diz : *Eu ao dito meu camarada não lhe digo já palavra porque faz opinião em si, e em andar passeando em cima da Cata, parece-lhe faz sua obrigação, mas como os ditos efeitos nêle é condição própria, não lhe hei de contrafer, e como é verdadeiro, cobre tôdas estas faltas, e o desejo conservar. Por estas e outras razões considero o meu camarada ser um santo homem, por razão da pouca fleima (sic), ainda com a mesma escravatura, e com os que andam a jornal peor que lhes toma o que querem dar sem o pezar, e advertindo eu disto a Manoel Jozé dos escravos que traz a seu cargo, para saber se fazia conta trazê-los a faisqueira, se agastou muito o dito Jozé Pinto, escrevendo-me àesperamente.*

Em carta de 27 de julho se me queixou do exímio favor que por uma parte dava aos escravos Jozé Pinto, em têrmos de lhe mover alguma sublevação, e por outra do desmazêlo, pouca disposição, e pouca caridade com os enfêrmos, e do mau trato dos doentes, que os tinha em o campo expostos ao rigor do tempo, sem rancho, nem abrigo, o que attribui Antônio Jacob à falta de sua presença, e diz assim : *Pois sei que sem minha assistência acontece o que VM não ignora. Eu Senhor, bem sei que esta derrota de vir a este lugar por administrador me tem motivado prejuizo sem recurso, o que não seria se tivesse por Feitores homens capazes; mas como eu sou o Feitor in totum, não posso em nada acudir ao meu negócio: a fazenda lá está toda que excede a sete mil cruzados, fora a que cá tenho etc.* Em carta de 28 do mesmo mês de julho do ano de 1757, me diz Antônio Jacob se desejava ver dezobrigado da administração da Companhia para socego e paz de sua consciência, cuja não posso ter (são palavras

formais suas) *ocupando este lugar, porque gasto o tempo, e não cumpro com a minha obrigação, que a cumpri-la, já V. M. sabe, e todos destas Minas sabem, que o dito meu camarada nada obrava a bem da Companhia porque a sua cisma era que o Mandaram cá a tratar dos negros e tê-los gordos, que logo os mandavam retirar, e leva-los capazes de saída, motivo por onde nada se obrava, nem deixava obrar os Camaradas, como a todos consta, e como o dito meu camarada foi metido por do Sargento Mor Manoel Correia de Araujo, tudo dificultava pondo a vida pelo dito meu Camarada.*

Quem visse entrar nos Cariris dois pelotões de negros da Companhia debaixo da Comandância de um administrador, e seus subalternos com um trem e bagagem de almocafres, alavancas, picaretas, e barcas, não era muito que se persuadissem, que vinham a trabalhar nas Minas em têrmos; de tirar delas utilidade, pois tôda essa máquina era pretexto, o fim era muito diverso, pois vinham a engordar como se tem mostrado: Seneca in Traj. Hypol. v. 915.

O Vita fallax abditos sensus geris,
Animis que pulcram turpibus faciem induis!

Donde se vê tão bem que não era só a inércia, e imperícia do Feitor Jozé Pinto a cauza motiva do seu procedimento senão a sua segunda intenção, e propósito, em observância das ordens, e instruções que se vê dos Caixas, e Companheiros; e como êsse merecia tanto por sua verdade, como confessa Antônio Jacob na sua carta de 25 de junho referida no número antecedente, que com ela supria tôdas as suas faltas, e defeitos, se não devem julgar por faltos os motivos do seu procedimento fundados nas instruções dos seus Caixas.

Em as Lavras do Juiz, onde esteve Jozé Pinto antes de ir para a Mangabeira não houveram menos dezordens no tempo que ali houve tal grandeza, que cada trabalhador tirava mais de quatro mil Reis de jornal por dia, como se mostra da carta que em seis de maio me escreveu Antônio Jacob, cujas palavras formais se repetirão abaixo nº . Além da franqueza que êle concedeu aos negros para desfrutarem para si o melhor pinta que até então tinha aparecido, a permitiu Jozé Pinto a quantas pessoas se quizeram dela aproveitar com muita satisfação de Antônio Jacob Viçozo, segundo me escreveu em carta de 21 de maio de 1757, por estas formais palavras — *Jozé Pinto não só deu franqueza a todos os pobres, senão tão bem fazenda, o Senhor o tem ajudado, que não tem perdido o tempo com mais lucro, que todos, que lá estão. Da bolsa alheia qualquer é Liberal: do que custa pouco,*

bom mercado, porque diz o nosso rifão — Do pão de meu Compadre, boa fatia a meu afilhado. Se der a fazenda pelo amor de Deus, tinha no Santo Evangelho fiador abonado por meio de uma lícita uzura para os Lucros de Cento por um, e infalivelmente o ajudaria Deus, mas foi vendida fiada na franqueza, que se permitia da pinta Rica, donde seguramente se tirava com que a pagar.

Tanta foi a largueza com que a todos se franqueou aquela mancha de ouro, que ajudando Deus a Jozê Pinto, de sorte q não perdendo o tempo com mais lucro que todos que ali estiveram, como dizia Antônio Jacob, só a companhia a não tirou: passando de sessenta as folhetas, (na opinião de muitos que ali estiveram) que da Lavra do Juiz de ouro em poucos dias tiraram os negros da Companhia, porque apenas chegou a remessa que fez Antônio Jacob Viçozo a interessados do Rendimento de quatro meses desde os princípios de dezembro até dois de Abril a Cento e uma Oitava, e um quarto de ouro Passivas do Quinto de Sua Magestade. Da pequenez desta remessa se admirou um soldado chamado Manuel de Oliveira, por quem ma enviou, Antônio Jacob, o qual tinha prezenciado alguma couza do que no Juiz se tinha tirado, e ao mesmo Antônio Jacob referiu o motivo da sua admiração, que lhe cauzava a pequenez da quantia. O que deu ocasião a me escrever em o mesmo dia 2 de abril de 1757 nestes termos — *Remeto o Cento, e uma oitava, e um quarto, cujas V.M. Remeterá na forma, que puder... A dita Conta é o teouro que essa plebe avulta por grande cabedal, Se V.M. quizer testemunhas, que jurem que a Companhia tirou sessenta e tantas pedras, o soldado Manoel de Oliveira as nomeará.*

Eu não se jurei com individuação o número certo de folhetas, que dali tiraram os negros porém posso afirmar que em um Domingo do mez de março (que me parece foi a 20 do ano de 1757, venderam os negros da Companhia quarenta e oito oitavas de ouro aos soldados Luis Martins Esteves, Manuel Coelho Borges, e Manuel da Cruz, por quem eu o mandei resgatar das mãos dos negros por conta da Real Fazenda, e resgatariam muito mais se lhes não faltasse a luz do dia, e tempo para pezarem o cesto do ouro, que ainda lhes ficou. Esse ouro diziam os negros que o haviam tirado nesse dia, e no antecedente, que tinha sido dia Santo, em que trabalhavam para si. Grande infelicidade é que tirando alguns escravos da Companhia em dois dias para si, mais de quarenta oitavas de ouro, em tantos dias de trabalho para seus senhores em o mesmo terreno, tirassem todos apenas cento e uma oitava, e um quarto de ouro! O mesmo Administrador, ou Feitor Mór Antônio Jacob várias vèzes me afirmou nas Lavras da Mangabeira onde ambos nos achamos em o mês de abril de 1757,

que tão pouca conveniência tinham feito os negros da Companhia no descoberto do juiz, que havia negro novo que tinha em sua mão a guardar oito mil réis, se outro tanto sòmente tivera cada um dado de lucro a seus senhores, teria por cima de quatro vezes mais lucrado a Companhia do que percebeu até aquele tempo. Também era notório, que os negros se não conservavam com as razões (que na verdade eram escassas e nimamente parcas para uma gente voraz e comilona) que se lhes davam, e cada qual tinha no seu rancho farinhas, rapaduras, doces, e tudo o que havia de venda, e êles apeteciam para seu regalo, e acepipe comprado a sua custa.

Destes desmanchos, e prejuízos, que cauzaava Jozé Pinto, se valeu Antônio Jacob para o privar da administração e feitoria dos escravos, e dar-lhe baixa no serviço da Companhia, por se vingar da murmuração de Jozé Pinto, e castigá-lo pelo aviso que se persuadia fizera aos interessados, que Antônio Jacob em lugar de ocupar todos os escravos em minerar os entretinha em tirar boiadas, e em outros serviços próprios da sua particular conveniência, e alheios do interêsse da Companhia. Em carta que me escreveo Jozé Pinto em 28 de julho de 1757, diz assim — *Chegando o Capitão Mor Antonio Jacob a 27 do corrente á noite a êsse arraial me disse que não tivesse mais mando, nem governasse mais couza, que pertencesse a Companhia, não sei com que ordem, nem Cauza, nem motivo, que eu tenha dado em resfaldar (?) da Companhia, só sim a cauza que tem dizer que avizara para Pernambuco, que ele trazia negros ajuntando boiadas em serviço seu, que não cuidava senão em engordar os negros.* Assim se observou, que os Feitores fossem fiéis diligentes, inteligentes cuidadosos, trabalhadores, vigilantes, que fizessem trabalhar os negros, e lhes não permitissem nem dessem Lugar a que abandonassem o Serviço, nem dezencaminhassem o ouro que se tirasse da utilidade dos interessados, como na Planta adverti no § V, e VII.

Sobre a qualidade dos escravos, nada ponderei em a Planta, porque me pareceu supérfluo advertir quais deviam Ser os que na cultura das Minas se deviam empregar por parte da Companhia dos homens de negócio de Pernambuco, que fazem de escravos um dos principais membros do seu comércio, e muito bem sabiam que gênero de escravos tem melhor saída para o serviço das Minas. Porém nas sessões, e conferências adverti que os da Costa de Mina eram os mais idôneos, e que os de Angola para Mineiros não tinham provado na experiência a sua aptidão. Porém essa advertência se observou tanto pelo contrário que a menor parte da escravatura era da Costa da Mina. De sessenta e oito negros constou a lista dos que se encarregou Guilherme Fixer que succedeu na administração a Antônio Jacob Viçozo, e desses

só onze eram da Costa da Mina, cincoenta e quatro Angolas, e os mais crioulos. Os dois últimos não só eram como os primeiros faltos da prática, exercício de minerar, mas tão bem eram rudes, preguiçosos, puzilânimes, e sôbre estas boas partes tão velhacos principalmente os Ladinos, que parece que os Senhores quando com eles interessaram na Companhia, mais foram assegurar a conveniencia de se descartar deles que a pretender interêsse, que de seu serviço se pudesse justamente esperar. Muitas vezes se me queixaram os Administradores dos máus costumes destes escravos; Antônio Jacob poucos dias depois de sua chegada aos Cariris me escreveu a 21 de dezembro de 1746 e nesta Carta dizia assim — *Quantos velhacos houveram nos Cortumes para cá mandaram* — Em 8 de janeiro de 1757 assim : — *Remeto um negro que cinco vezes tem fugido*. Guilherme Fixer experimentou a mesma ocasião de queixa em todo o tempo que foi administrador da Companhia, e muitas vezes me representou, achava os negros dezobedientes, e absolutos, preguiçosos, e desacostumados ao trabalho sôbre mal industriados, e de péssimos costumes, e contra os Ladinos principalmente dirigia a sua queixa por serem os piores, e deles tomarem exemplo, e doutrina os novos. De tais mestres, e exemplares, que podiam aprender, que podiam aprender os negros, se não os vícios a que eles por si mesmos são propensos e inclinados.

Sto. Ambrósio: *Mallorum Societas sobriam etiam mentem inficit, et decolorat.*

Alguns destes negros nunca souberam faiscar, já fôsse por rudeza natural, já fôsse por falta de ensino, já fôsse por applicarem-se a exercício diverso do de minerar.

Guilherme Fixer em carta de 15 de março de 1758, me diz assim : *Vou entreterendo alguns negros que ainda não sabem faiscar*. Antônio Jacob Viçozo em carta de 1 de dezembro de 1757 dizia assim : *Ocupo toda a escravatura em pizar pedra, os que são capazes de jornal, dela mesma o pagam com a possibilidade que o rendimento permite, e os menos pizam para o monte*. Não há coisa mais posta na razão do que pagarem os jornais conforme o rendimento das Minas os escravos capazes, se as trabalharem e não dezencaaminharem : porém esperar que dêem competente jornais à riqueza das Minas escravos que não são tão capazes, é alheio de tôda a razão, e justiça. Se a Companhia tem nas Minas escravos capazes, e incapazes, não deve esperar com bom fundamento interêsse proporcionado ao número total que fazem capazes e incapazes, como se fôsse capazes todos. Se todos fôsem idôneos, experientes, fiéis, diligentes, cuidadosos, bem administrados, bem assistidos de mantimentos, e fornecidos de ferramentas, ra-

cionavelmente se poderia esperar um lucro proporcionado ao seu trabalho, e ao número dos trabalhadores, por onde prudentemente se conhecesse que lucro se podia esperar das Minas, e a sua verdadeira natureza; porém faltando tôdas estas circunstâncias, não sei como racionalmente se possa esperar algum venturozo lucro, nem ainda das mais ricas Minas de quantas tem e tem tido na América os nossos Monarcas Portuguezes. Bem o conheceu a força desta razão o Ilmo. e Exmo. Sr. Luis Diogo Lôbo da Silva, Governador e Capitão General de Pernambuco, quando satisfazendo-lhe a queixa que lhe fiz, de que mandasse a Companhia semelhantes escravos, para de seu trabalho esperar em breve tempo grande interêsse, me respondeu em doze de março de 1757, nestes têrmos: *No que respeita aos Angolas, de que V. M. se queixa, é sem dúvida, que sendo boçais, não podem no princípio fazer grandes progressos.* Se não podiam fazer grande progresso os Angolas no princípio por serem boçais, também eram boçais os da Costa da Mina, e os crioulos também se podiam chamar boçais em matéria de Minerar, de que nem um deles tinha notícia.

Porém os da Costa da Mina, que eram menos da sexta parte do total, que compunham todos, mais facilmente aprenderiam, e em menos tempo se tivessem quem os ensinasse, e applicasse, pela natural inclinação que têm a ser Mineiros; porém esta é rara vez achada nos de Angola, que já estão vulgarmente reputados por ineptos para o exercício de Minerar. A vista do que bem se deixa ver que pretender vantajozos interêsses por trabalho de negros boçais e imperitos é ignorância crassa. Grimaldi

Tu quoque qui ququene direzcre queris honesto

Que dat opes facitis tuta que disce via.

Em o Plano §

e final disse que deviam perseverar os escravos da Companhia por três ou quatro anos na cultura das Minas. Nas Conferências mostrei, que em menos tempo, qual era o de um ano se não podia tirar lucro considerável; porém essa advertência se desprezou como as mais, porque ao observar-se essa, e as mais advertências, se frustrariam as idéias premeditadas, e assim só por um ano se mandou assistir a escravatura nas Minas, que era o Suficiente, e proporcionado às medidas do Seu projeto, e ainda nesse ano não se determinou assistissem com ânimo sério de as cultivar, se não para palcar as máximas; porque ainda era o tempo para custear os escravos, e tê-los gordos; e capazes de saída; como fica mostrado. E muito no princípio dêste ano começaram logo a clamar sôbre o excessivo prejuízo, que recebiam os interessados do emprêgo dos seus escravos na cultura das Minas, e tanto

clamaram, e tanto apresentavam a seus chamados prejuízos, e perdas que se viu precisado o General a Repetir três vêzes as contas sôbre a inutilidade das Minas, e excessivos prejuízos que experimentavam os que na Sua cultura se empregavam, em menos de dez mêses da assistência da escravatura da Companhia nas Minas, e findo o ano foi necessário todo o empenho do dito General para Se conservarem os escravos na chamada cultura, e trabalho das Minas por mais seis mêzes, ou até Junho, como me advertiu em Carta de 26 de Novembro de 1757 — *Me não foi de pequeno trabalho persuadir aos interessados, à vista do prejuízo, que na mesma tem experimentado a conservar-se, o que não pude conseguir mais que até o S. João, com a certeza de que se no referido tempo não tirarem couza, que fizesse conta, a mandariam recolher por não adiantar maior importancia de prejuizo.* Porém não chegaram a esperar pelo São João, e em Maio mandaram retirar a escravatura, clamando sempre pelos prejuizos, que recebiam, sendo tanto pelo contrário, que não receberam prejuízo, e como se mostrará em seu lugar.

Quando recebessem prejuízo, não se devia êsse attribuir a pobreza das Minas, se não aos interessados, aos seus Caixas, Feitores, e escravos: aos interessados pela má qualidade dos escravos, com que concorreram: aos caixas pelas instruções, e ordens, que deram de que se não amofinassem os escravos com trabalho, nem se castigassem e sim se cuidassem em os ter gordos, e capazes de boa saída, e que brevemente os mandariam retirar: aos feitores por imperitos, e negligentes, em cuidarem mais da própria conveniência, que da utilidade da Companhia: pela preguiça, e pouca fidelidade, e os mais hábeis converterem em maus usos o ouro que tiravam dezenzaminhando-o a seus Senhores, e outros por serem totalmente ineptos, além de serem mal assistidos de mantimentos, e ferramentas. E nestas circunstâncias a pretensão de grandes interêsses em tão pouco tempo se fez suspeitoza de pouco inocente. Prov. Cap. 28 V. 20: *quí autem Festivati ditari, non est innocens.* Porque a razão natural dita que todos os princípios são informes, e que se não pode lograr de qualquer agricultura avultada colheita, se com impaciência se lhe nega o tempo de crescer; porque tudo antes de ser, é nada e o principiar a ser, está muito perto de ser nada.

Non venit exiguo tempore Larga seges.

Em o § 7º do Plano ponderei a Razão por que ao Feitor, ou Feitores, que administrassem o trabalho dos escravos em as Minas, se pagar porção, mas sim um quarto de tudo o que tirassem os escravos para que êles interessados em maior lucro, cuidassem melhor em que fossem maiores os jornais. E assim deputando um Feitor a cada doze escravos, que supunha não tirar mais que

meia oitava por semana, ou duas oitavas por mês, lucrariam êsses Feitores cada vez Sete mil, e duzentos, e em um ano oitenta e seis mil, e quatro centos. Sessenta e oito negros se fossem capazes do trabalho das Minas, como deviam ser, poderiam dar dos jornais, que tirassem para os Feitores mais de 432\$000, com que se pagassem duzentos mil reis ao administrador, e mais de cincoenta mil réis a cada um de quatro Feitores. Por que cada negro da Companhia, que trabalhava nas Minas com mediocre cuidado, e pouca indústria, tirou mais de uma oitava por semana, como logo mostrarei, e muito mais se tiraria se se observasse a máxima que propuz, e se os Feitores tivessem interêsse, conforme a quantidade de ouro que tirassem os escravos. Porém não se abraçou essa regra, porque era incompatível com a observância das máximas de que se haviam instruído os Feitores para as guardar. Parece natural que aos Feitores, que Lucrassem só à proporção do que tirassem os negros, lhes não agradaria o sistema de passarem o tempo em engordar os negros, e pô-los em termos de saída para se venderem, só pelo interêsse de um quarto de tudo o que tirassem de uma aparência de trabalho, que sendo pouco de realidade, servisse de pretexto, e título colorado a execução das idéias premeditadas. Por isto desprezando a Regra que assinei para despertar a vigilancia, e cuidado dos Feitores, se lhes arbitrou porção certa, com a qual não tendo diminuição no interêsse, não podiam receiar o prejuízo, que lhes podia rezultar da observancia das máximas, de que os instruíram.

Em o § do Plano supuz como coiza certa, com aquela certeza que pode segurar uma humana conjectura fundada na prática, e experiência que qualquer pessoa que com ordem e regularidade trabalhasse com escravos das Minas dos Cariris, Sabendo dirigir o serviço, perseverando três ou quatro anos, quando não tirasse vantajozos ganhos, ao menos não receberia perda. Ex vi do que não sou obrigado a excessivos e extraordinários interêsses tirados em tão pouco tempo pelos escravos, da Companhia, nem tão pouco a que não recebessem prejuízo os interessados, senão de baixo das condições de trabalharem com ordem e regularidades, e tendo Feitores que soubessem dirigir o serviço, que trabalhassem e fizessem trabalhar, que vigiassem se não dezencaminhasse o ouro, que se tirasse, e que esses mesmos Feitores o não dezencaminhassem. E com tudo ainda que faltaram as Condições por parte da Companhia, nem por isso Recebera o prejuízo, que com tantos clamores pretenderam inculcar. Por que segundo consta dos Livros da Intendência do tempo que administrou Antônio Jacob a escravatura das Minas, appareceram as parcelas seguintes, em 4 de abril de 1757: cento e uma oitava de ouro: Em 29 do mesmo mês cem oitavas, em 13 de maio sete oitavas, em 14 do mesmo mês cento

e oito oitavas, e meia, e dezoito gramas, em 24 de setembro trezentas, e sessenta, e seis oitavas e meia tudo em o mesmo ano de 1757, em trinta de Março de 1748. Cento e quarenta e duas oitavas; estas são as parcelas que constam da Intendência, e apareceram pertencentes a Companhia, e ao tempo da administração de Antonio Jacob, que não durou mais q'. um ano, e um mês, que tanto se conta do primeiro de Dezembro de 1756 até o primeiro de janeiro de 1758, e ao todo somam tôdas estas parcelas oito centas, e seis oitavas, e meia e dezoito gramas, e importam a razão de 1\$200 por oitava 967\$500 Rrs.

Não falta quem julgue que esta Conta que consta da Intendência, é muito diminuta a respeito do que tiraram os negros no tempo da administração de Antônio Jacob: eu não Segurarei se é ou não justa: porém posso afirmar que nela (se não foi cavilação) houve alguma equivocação. Deixemos por ora o acontecido nas Lavras do Juiz; porque já fica referido no número: vamos as Lavras da Mangabeira. Desde 15 de Maio até 24 de Setembro não apareceram na Intendência mais que trezentas e Sessenta e Sete oitavas de ouro: durante êsse tempo teve a Companhia uma Lavra Rica, que durou com o Rendimento de grandeza três Semanas, e nestas julgam os que prezenciaram o seu Rendimento que se não tiraram menos de quinhentas oitavas, e o os mais Sabem esse número a muito maior. Dessa Lavra me Referiu Jozé Pinto perante muitas pessoas, que assistira as lavagens do ouro alguns dias a rogos de Antônio Jacob para vigiar os negros a fim de que não fizessem tantos descaminhos, não obstante já nêsse tempo estar fora do serviço, e feitoria da Companhia, e que em um desses dias, que assistira as Lavagens, recolhera tanto ouro que lhe encheram um prato de estanho fundo, que para o conduzir ao Rancho do administrador Antônio Jacob com Segurança, e Sem o perigo de o entornar, lhe fôra preciso Levá-lo dentro da Copa do chapéu. Bento Ribeiro me afirmou que assistindo também um dia a Lavagem por lhe rogar Antônio Jacob que nêsse dia lhe ensinasse os negros a Lavar por evitar a perda e prejuízo, que por sua imperícia faziam os negros na Lavagem do Ouro, nêsse dia apurara por suas mãos duzentas e cinco oitavas. Acresce mais que nessa Lavra trabalhavam apenas oito negros, Como me escreveu o mesmo Antônio Jacob em 20 de Agôsto de 1767, por essas formais palavras — Dei parte a V.M. do descoberto de Sabado, que tem dado seu estrodo: trabalho com oito negros, que é a capacidade que tem, etc.

Acresce mais que Jozé Pinto Pereira quando foi despedido da Companhia em Julho de 1757, entregou mais de cento e vinte oitavas de ouro a Antônio Jacob, que tinham tirado alguns negros, que êle administrara até aquele tempo, e nessa quantia não en-

travam os jornais que tinha recebido dos negros que administrava Manuel Jozé, que tinha tirado de Feitor da Companhia, e era caixeiro, ou mascate de Antônio Jacob. À vista de tôdas estas circunstâncias considere qualquer dezapaixonado se é justa a conta de trezentas, e sessenta e sete oitavas, que apareceram na Intendência desde 15 de Abril até 24 de Setembro de 1757, e Se se fizer analogia, e comparação das quantidades, que apareceram na Intendência nêsse mesmo tempo, tiradas por trabalhadores quaze iguais no número, se conhecerá muito bem a diferença que vai de uns a outros no interêsse : tinha a Companhia com o título, e pretexto de Cultura das Minas Sessenta e oito, ou setenta escravos ao mesmo tempo que da parte do mais povo trabalhavam nas Minas setenta e cinco ou setenta e seis pessoas de tôda a casta, idade, sexo, e condição, como me constou pela Lista que mandei fazer, certidões do capelão, e Paroco, que tirei, e param em meu poder. Mais de mil e seiscentas e vinte oitavas apareceram na Intendência fora das trezentas e Sessenta e sete pertencentes a Companhia tendo neste mesmo tempo a Companhia não só as Lavras de comum, e igual rendimento para todos, se não tão bem uma particular de excessiva vantagem sôbre as mais.

E sem sair fora da Companhia se se fizer a analogia, e Comparação do tempo da administração de Antônio Jacob com o tempo da administração de Guilherme Fixer, se achará notável diferença dos Rendimentos de um a outro tempo. Por que segundo a Cópia das Contas, que deu a Companhia Guilherme Fixer, que tenho em meu poder, tiraram os negros faiscadores em o mês de Janeiro de 1748 noventa e sete oitavas, e deram em dinheiro cinco mil, e cem réis : em Fevereiro deram noventa e cinco oitavas de ouro, em março cento e oito oitavas, e um quarto, e dois mil, e quatro centos em dinheiro, em Abril oitenta e oito oitavas e meia, em Maio noventa, e quatro oitavas, em Junho oitenta e nove oitavas, e meia e duzentos, e quarenta em dinheiro, em Julho até o dia 8, em que se retiraram os escravos da Companhia vinte e uma oitavas e meia: isto é, dos jornais dos faiscadores, e além destes jornais por vezes tirou Guilherme Fixer em o vieira e parede da beta, segundo se mostra da sua conta, setenta e oito oitavas, e um quarto, as quais parcelas fazem o total de seiscentas, e setenta e três oitavas de ouro além de sete mil, setecentos e quarenta réis em dinheiro, que consta tiraram os negros Desde o primeiro de Janeiro até oito de Julho do ano de 1748, no qual tempo não houve coisa de grandeza notável, como houve no tempo da administração de Antônio Jacob, e Se Guilherme Fixer em seis mezes, e poucos dias ajuntou seiscentas e setenta e três oitavas de ouro além de sete mil setecentos e quarenta réis em dinheiro sem grandeza de rendimento só com faiscadores, e sem Feitores, fica

muito errada a Conta de Antônio Jacob quanto consta da Intendência, que com os mesmos negros com mais Feitores em melhor tempo em que houveram as grandezas do Juiz, da Mangabeira, e em a Sua Lavra, que chamou de panela apenas apareceu com pouco mais de oitocentas oitavas de rendimento de treze mezes. Feita a conta pela Regra de proporção a que chamam vulgarmente de regra de três, não só devera aparecer com mil, duzentas, e noventa oitavas se não tão bem com muitas mais sem comparação pois tão bem sem comparação foram maiores as suas grandezas em o tempo que administrou a escravatura da Companhia.

Os gastos que fez Guilherme Fixer no tempo da sua administração, não passaram de cento e cincoenta e dois mil quatrocentos e sessenta réis: os lucros que tiraram os escravos, seiscentas e setenta e três oitavas de ouro, que a razão de 1\$200 importa oito contos sete mil e seiscentos, além de sete mil setecentos, e quarenta em dinheiro, ainda ficam Liquidos seiscentos, sessenta e dois mil oitocentos e oitenta Réis, dos quais abatidos duzentos e cincoenta mil Reis, que supponho se desse de porção ao dito administrador, Seguramente não teve perda, nem prejuízo a Companhia no tempo da administração de Guilherme Fixer, mas sim o interêsse de mais de quatrocentos mil Reis. E com tudo concorreram muitas circunstâncias para ser muito inferior o rendimento do tempo da administração dêsse ao Rendimento da administração do seu antecessor, que por si ou por outrem industriava quanto podia, e persuadia aos negros para não pagarem os justos jornais a fim de que não avultasse o Lucro da Companhia no tempo do Segundo administrador sôbre os lucros do primeiro, como foi notório, de que se me queixou várias vezes o mesmo Guilherme Fixer, principalmente em as Cartas de 19 de Fevereiro de 1748 por estas formais palavras — *Por que não só quiz no seu tempo em parte prejudicar a Companhia, como ainda no meu o quer fazer andando paleando os negros, e pondo-lhe as mãos pelas cabeças em forma de me fazer ruim, e dos negros me não darem nada como fazem e talvez, com algumas insinuações, Segundo já um homem branco me mandou dizer em tempo que estava Jozé Pinto aqui. Em 28 de abril do mesmo ano — mas tudo isso nasce dos Ladinos, e crioulos; porque como eu os não ocupo em conduções de fazendas, e cobranças, e outros com boiadas, em que se leva melhor vida, e alguns de estado para recados... e entram sem um parteiro que ainda vem aqui por vezes fazer folhinhas de mum com os seus adjuntos que tenho minha suspeita não venha essa insinuação tocada por ele; pois sei que esse meu amigo me deseja ver todo desconforto, e inquietação só afim de ter que alegar, e ver que no tempo que remeti o que V.M. mandou, e agora troco isto com a limitada farsqueira, que dão os negros de dous*

vintens, e um, e a metade e ele me tem dito que eu ando a cavalo sôbre ele. Em 16 de janeiro do mesmo ano — Já a V. M. dei parte da largueza, e o pouco conhecimento, em que estão os escravos da Companhia e me virem homens dizer que ainda há quem lhe ande pondo a mão pela cabeça só afim de me fazer ruim. Em 5 de março do mesmo ano — Acho-me examinando e alimpando a caza onde o Capitão Mor tirou a mancha de ouro a ver se nos lados, ou para baixo tem alguma couza, do qual procedimento não gostou muito o dito por ter aquilo Reservado para os seus moleques, mas como o dito serviço era da Companhia, parece o não ofendi, do que logo se seguiu mudar-se daqui a cauzo não sei sem embargo, que para mais socego melhor foi assim, e excuza de se gloriar, e inquirir, e partejar aos negros; como é notório que Sabe Deus a pena que lhe fica em eu em tão pouco tempo Remeter à Companhia essas oitavas.

Não só eram induzidos os negros para não darem os jornais competentes a Guilherme Fixer mas tão bem para que êle não tivesse meios de os obrigar ao trabalho: foram induzidos uns moços que tinham o nome de Feitores, que estavam postos pela mão de Antonio Jacob para não servirem à Companhia senão por preços exorbitantes debaixo da administração de Guilherme Fixer. Em 22 de Janeiro me escreveu assim o mesmo Guilherme Fixer — *Estou em falta com Vm. de não ter ido fazer a minha obrigação; mas desculpe-me porque estou só, e apenas dois agregados, só com este moço pelo trazerem de contrabando. Em carta de 19 de fevereiro do mesmo ano: no dia em que cheguei a esta casa logo os Feitores da Companhia, dazataram as rêdes, e se foram meter em caza do Capitão Mór, a razão não sei, falei a um por nome Antonio Jozé para ficar, pediu-me 80\$000 Rs. por ano. Ao mesmo tempo que me consta estava por 60\$, prometi-lho 50\$ e dos 80\$ não cedeu. Em cinco de Março tuão do mesmo ano de 1758: sempre carece muito de homem para Feitorizar aos negros, porque o Moniz é rapaz e lhe não têm respeito, e lhe têm tomado teirô, e não faz senão fallar, que o dito Antonio Jozé se não acomodou comigo pelo 50\$ por insinuações do Capitão Mór, prometendo-lhes a êles todos lhes daria os sustento, e fãiscassem com a sua bateia, ou aliás dando-lhe eu 80\$ por ano, e desta forma desviou a todos.*

E à vista do referido bem se vê que o pequeno interêsse que perceberam os interessados na Companhia pela cultura das Minas, não procedeu tanto da inculcada e chamada Pobreza e inutilidade delas, quanto da malicia dos administradores, ou de quem os insinuava, e lhes dava as instruções, ou apadrinhava as suas dezordens, imputando às Minas a culpa que não tinham. Foram tão manifestas e públicas as dezordens do administrador, que das

Minas chegaram a não ser ignoradas em Pernambuco pelos Sócios, que não interessavam no apadrinhamento de Antônio Jacob, e não eram participantes e confidentes das máximas dos que o apoiavam: publicamente se queixavam, e murmuravam êstes do procedimento do seu Caixa, e administrador nas Minas ao mesmo tempo não ignorava Antônio Jacob que era descoberta muito boa parte das suas intrigas pelo que pediu sucessor antes que se dissesse que contra a sua vontade lho mandavam, o que facilmente conseguiu com aprovação da maior parte dos interessados, e com repugnância dos padrinhos, ou faltos de Antônio Jacob foi êste mandado porque bem se percebia que com administração do Sucessor se descobriria melhor o procedimento do primeiro administrador, e por esta cauza, antes de seis mezes o mandaram retirar; porque entrando Guilherme Fixer na administração em o primeiro de Janeiro, antes de findar Maio se despediram as ordens para se retirarem os escravos das Minas.

Pedia a Razão que todos os interessados se agradassem mais do serviço daquele administrador, por quem percebessem maiores conveniencias, porém como as idéias de todos os interessados, não eram as mesmas, encontrou em alguns tão diversas correspondencias quão diversos eram os fins que cada um tinha premeditado. Nos que pretendiam sinceramente os seus licitos lucros pelo trabalho dos seus escravos, experimentou-se agrado, os que tinham outra intenção não puderam lhes disfarçar a paixão que os affligia. Em carta de 2 de Novembro de 1758, diz Guilherme Fixer assim: *Fui bem aceito assim de Sua Excelencia, como da Companhia excepto as partes inclinadas ao meu opozitor que agora é que verdadeiramente venho no conhecimento o inimigo Capital que tinha e dou graças a Deus Nosso Senhor o estar com vida, e enquanto ao que se fez da Companhia, tudo se há de disfarçar porque o caldo está bem temperado; não que os sócios não estejam inteirados da verdade, mas como vem isto subornado e é coisa de muitos, por ora está em silêncio, mas ainda não assinaram as primeiras contas, e as minhas no segundo dia da minha chegada as puz correntes, e assinadas pelos três Caixas, ainda que apesar de um dêles, que me botou tamanho beijo caído que me parecia de murrião, e tão satisfeitos os mais que me disseram que mais conveniência lhe fizera eu em seis mezes que o outro em um ano ou mais respectivo ao preço que levou para Suprimento, e eu sem nenhum fizera o gasto, e puz as três Libras de Ouro; e ainda entreguei quarenta e cinco mil e tantos réis em dinheiro. E mais abaixo falando de Antonio Jacob diz assim: Ainda não tem chegado nem chegará senão quando êle quizer; porque como tem e sempre teve o Pai Alcaide, por isso, fez o que quiz que de outra sorte eu sempre disse que ninguém fazia na Fazenda alheia*

semelhantes couzas, como era notório sem ter alguma segurança do que lhe poderia daí resultar.

E havendo tantos motivos quantos ficam ponderados da pouca utilidade e interêsse, que receberam os sócios e interessados na Companhia das Minas dos Cariris Novos a nenhum destes se atribuem os chamados prejuízos que da armação da dita Companhia e paleada Cultura das Minas dizem resultara. Pretendendo com apparentes razões ocultar as idéias de suas máximas inculcando por pobres e inúteis as Minas dos Cariris, que se foram sèriamente trabalhadas se recompensarão com cópia de riqueza o suor e indústria de quem as cultivasse.

Grimaldi de Vita Economica L. 3a.

Qu'id tibi cum Vanis de demens est artibus! Aurum

Terra dat at fuerat si bene culta prius.

Em § da Planta disse que nenhuma das outras Minas de que então tinha notícia davam ordinários jornais mais vantajozos que as dos Cariris, porque o ordinário jornal das Minas gerais, e das Comarcas circunvizinhas, (segundo as informações dos que de lá vêm) não passam de três quartos; e o mais comum é de meia oitava por semana, e quando chegam e passam de uma oitava, é uma grandeza; e nos Cariris não é novidade que passem os jornais de uma oitava por semana, principalmente em tempo de águas. O Administrador da Companhia Antônio Jacob Viçozo, o experimentou à minha vista, recebendo de alguns negros novos, que andavam a faisqueira a um quarto de jornal por dia, que monta em oitava e meia por semana de jornal, e se prova de sua carta de 9 de Maio de 1757, em que me diz: tenho notícia, não vai a menos o serviço, e fora disso trago vinte e dois negros a faisqueira que a semana que de lá partimos deram o quarto por dia seis: se o terreno das Minas é igual, e o mesmo para todos que o trabalham por que podendo uns negros dar comodamente oitava e meia de jornal por semana, o não dão os outros negros: logo não e culpa do terreno, nem a pobreza das Minas se pode attribuir o pouco lucro que delas tiraram os interessados.

Os negros faiscadores, cada um anda sob si, sem Feitor, à sua descrição, e à revelia de quem os domina como uns gandaieiros ou mariscadores, que sem lugar certo andam vagando, e tirando o ouro onde lhes parece mais cômodo, e com darem o jornal a seus senhores de quarto ou menos conforme se lhes arbitra, têm satisfeito, e são pròpriamente como os negros que andam ao ganho, como comumente dizemos, que não têm mais obrigação que pagarem a seus senhores, o jornal estipulado. Aos negros da Companhia nunca se lhes determinou jornal certo, que devessem

pagar, e justamente se lhes não devia arbitrar certo jornal como aos mais negros mineiros, por serem novos, e nunca terem ensino, nem quem os adestrasse mais que o uzo e continuação, com considerável perda de tempo e cabedal; e se fiou do seu capricho, e consciência, que trabalhassem com cuidado e diligência e de sua fidelidade lhe dessem o que tirassem. A bons Santos o encomendavam. Se davam pouco a estes escravos, nem por isso eram castigados, como o são os faiscadores das mais pessoas, quando não satisfazem o racional jornal que se lhes arbitra. E assim ainda que não dessem o jornal por sua culpa de preguiça, ou desmazelo, ou por dezaninharem o ouro, sempre ficavam impunes, ou por não terem os Feitores animos de os castigar, conhecendo-se também culpados na omissão de os aplicar, e vigiar, ou na imperícia de se encarregarem de um emprêgo, para que não tinham a suficiência, e desembaraço necessário, ou porque os negros estimulados lhes não manifestassem as culpas de que alguns lhes custaria a purgar se ou por execução das ordens de os não castigarem, tê-los gordos, capazes de saída para a qual não são muito capazes os que têm nas cicatrizes e sinais de açoites indícios de sua ruindade, e maus costumes: e esta falta de castigo é facilitar-lhes as ocasiões de cada vez se fazerem piores.

Eficet insignem nimia indulgentia furem

Este pouco ou muito lucro que teve a Companhia no tempo de Guilherme Fixer lhe proveio dos jornais dos faiscadores, porque conforme a conta do dito só setenta e oito oitavas tirou por vezes em um viciro, e parede da beta, com alguns poucos negros que podia administrar, e as quinhentas e noventa e cinco oitavas tiraram os faiscadores. A vida da faisqueira em os escravos facilita-lhes as ocasiões da preguiça, e de latrocínios pela auzência dos senhores, e falta de quem os domine,

Audacem reddit felis absentia murem.

Guilherme Fixer é boa testemunha dos prejuizos que cauzam os negros faiscadores que andam fora da vista de quem os domine. Em carta de 8 de Janeiro de 1758, me diz assim : — *Acho os negros desta Companhia muito absolutos, e com pouco domínio, e tudo ou em parte nasce dessa vadiação da faisqueira que há tal que nem para comer dá, e não ver modo em que os pudesse trazer juntos debaixo da vista do trabalho.* Em 19 de fevereiro do mesmo ano diz : — *Sábado houve novidade neste serviço, o que verem-se os negros Minas levantar com o dito Muniz dizendo haviam matar branco pelo máus costume de trabalharem, e andarem na vida da faisqueira.* Em nove de março, já em caminho ia o camarada

Manoel Correia e um crioulo com duzentas e onze oitavas e um quarto de ouro da conta da Companhia, para VM. mandar pintar, e o liquido remeter por conta da mesma Companhia, para Pernambuco, no comboio que V.M., há de mandar, que foi tudo o que pude ajuntar das faisqueiras desde o 1º de Janeiro até a primeira semana do prezente mês. Em 4 de abril. — He mais conveniente a Companhia perder o Serviço de dous ou três negros, do que de tantos assim no jornal, como na jugida que pertendiam que esse mez de Abril sendo chovido foi o pior que tenho tido; pois entendia que assentes cada vez a menos, e como trazia os Ladinos em serviço de pela manhã até a noite, davam áis pelo ruim costume em que estavam na melhor vida da faisqueira dando dois vinténs, e um e a metade area, e então para encobrirem a sua velhacaria logo vêm com a fome, sendo notório a forma em que os trato, e o que tenho gasto a quatro mezes.

À vista do que bem se vê que não procede o pouco rendimento das Minas dos Cariris, que tiveram os interessados, de que sejam as ditas Minas menos ricas que as outras da America, mas sim dos trabalhadores que as cultivam.

Em várias partes das Minas dos Cariris se encontram algumas betas de ouro de muito boa conta, que ainda não cessaram de dar na mesma quantidade com que deram no principio este precioso metal em as suas terras: é certo que no principio com mais Conta; porque com mais facilidade que até os inertes, imperitos, frouxos e puzilânimes se podiam delas aproveitar; porém não com mais abundância, porque esta é maior quanto mais profunda e dificultosa. Estas betas foram descobertas mais por fortuna e acazo que por arte e indústria ou diligência; por si mesmo se ofereceram sobre a terra a quem as quizesse. Tanta era nos Cariris a imperícia e falta de noticia do que era serviço de Betas, e do que estas em si continham, que tôdas as suas pedras, em que se encerrava quantidade de ouro, eram por inúteis desprezadas, e se tiravam só afim de seguir os vieiros que por entre elas corriam.

Depois a experiência mostrou, que se perdia muito cabedal nas pedras, que se desprezavam: e nas que depois se aproveitaram, estou certo que se perdeu por falta de beneficio competente, muito mais do que se aproveitou: Isto não é Libere dito, se não fundado na doutrina dos Professores da Arte dos metais, e na experiência não só dos Mineiros dos Cariris, se não do mesmo Antônio Jacob Viçozo. Não obstante que alguns dos faltos de ânimo, e de arte julguem que para o fundo terão pouco mais de nada estas betas, com tudo elas dão esperanças, e a experiência tem mostrado, que quando vão mais para o fundo, tanto levam de mais abundância, e cópia de ouro, e aqueles máus Profetas, e aguareiros me parecem com a rapoza de Ezopo, que dizia estavam verdes e lhe desbota-

riam os dentes as uvas, a que não podia chegar. Álvaro Alonso Barba em o Livro 1º del Arte de los Metales Cap. 25, de la diferencia, que ay de veraz, y su conocimiento pag. 25. vers. Si La veta fuere caudalosa, y enseñare algunas muestras de oro o plata a un que no den dezde Luogo Los metales para lo gasto Se diga y a donde animosamente, puez de pocoz empleo, se deven tener tan grandez, y ciertas esperanças de crecidos Logros. Notorias son *Las experiencias desto en Los assientos de minas de mas fundamentos* destas Provincias, y para nuevo desengano basta dexando otroz exemplos, *Azico mineral de chocaya, em que para enseñanza, y aliento de mineros* depues de treinta años, que com muy poca Ley se han seguido (No esse tempo, e o da Companhia de Pernambuco) *sus veras, dans en la Sovervia riqueza, que hemos visto muchos, y oido todos en aquella Reyno.*

Ainda se não tem achado os limites até onde se estendem estas betas, e vieiros, e certamente seriam as mais pequenas de quantas produziu a Natureza se lhes tivessem descubierto já os findos Mineiros, que tem trabalhado nos Cariris: tem sim mostrado estas betas, e vieiros aquella extravagância, e variedades, que comumente fazem os das outras Minas, como expliquei no Plano nº III. *Entre todas as Minas metálicas*, nem umas São mais dezi-guais, que as do ouro; por que os seus vieiros, *se estreitam, e parece findam, e totalmente se acabam, e essa diversidade, e extrava-gância* muitas vezes, e quaze sempre se experimenta em pequeno espaço de terreno. Monsieur Frezier em o Seu livro intitulado Relation du Vuyag de la Mer du Sud, pág. 980 diz nos próprios têrmos — *Car les mines d'or sont de toutes les metalliques, les plus inegales, on poursuivre une veine qui s'alargir, se retrecir, semble même se perdre, cela dans un petit espace de terrain. Cette bizarrerie de la nature fait vivre Les mineurs dans l'esperance de nouver ce qu'ils appellent la Bourre, qui sont certains bouts de veine si riches, qu'elles ont quelque fois en vichi um homme tout d'ou coup.* Assim o experimentou Antônio Jacob Viçozo, segundo o seu avizo de 22 de maio de 1757. — Nestas Lavras me acho com Saúde, e com esperanças de aumento no serviço; *sem a beta feito suas mudanças e para melhor dizer no seguimento* achamos diferenças, mas até o prezente com melhoria, em umas partes aparece com *demaziada grossura, em outras estreitissima, e de prezente descobrir* na dita uma forquilha buscando Morro abaixo, que não pude ainda descobrir o *limite d'onde chega, e com uma massa branca, que toda a pinta, o que não é novidade, porque toda a terra do dito Morro se desfaria em ouro se houvesse água por cima, que igual grandeza de desmonte fãiscando em jornal, ainda o não vi.* Em 2 de agosto de 1757, em outra diz assim: Quando a data venha a ficar a Companhia, nunca a trabalho tão cedo

arrecadando as *faisqueiras*, e *profundando a beta*, e *continuar as experiências do Rio*, e os cristais que estou pisando, que os mais brutos têm ouro em si, mas *pela experiência que vou fazendo*, só extraído *faria conta que a bateia não cobre jornal*. . . E o Cristal é tanto, que se pode carregar Navios. . . *Tornando + ao Cristal advirto que todo que vai fora da bateia leva ouro*, e se apanha e torna a pizar duas e tres vezes, sempre dá. Lembra-me dos *palames de Castela*, e do *artifício para os pizar meus amos* se o quizerem podem por poderem, que eu o meu papel já o dou por concluido, *que se há de acabar com suvenice se houver quem o cante*.

Nestas pedras ou cristais brutos, e nos vieiros da Beta, que diz Antônio Jacob na sua carta de 2 de Agôsto, cujas palavras acabamos de citar tinham ouro em si, e que só extraído *faria conta*, e que a *bateia não cobria jornal*. Se faziam jornais a *bateia*, e sem ser extraído de mais de meia oitava por semana, como se prova de outra carta do mesmo Antonio Jacob de 12 de Setembro de 1757, em que diz assim: *Tinha o Policarpio alugado uns negros da Companhia, para ir trabalhando no seu buraco a meia oitava por semana, e dos lucros que houvesse depois de pagos os ditos jornais, pagar-me-eu do que devia, assim que só crestaram a data pela devassa expulsou Rafael Pinto os Negros, pagando, e se fez Senhor de toda a data, dizendo que queria trabalhar esse mez, que o dito tão bem lhe deve, eu lhe repliquei que queríamos trabalhar, e o que tirasse fora dos jornais: que nós iríamos pagando ou que me desse um Canto onde eu trabalhasse com cinco negros, em nada conveio*. Sentido certo de tirar o fácil, e o que tem alguma faísca para o depois a *deixar, como vão fazendo os mais, tenho proposto, VM. mandará o que fôr servido*, que eu o que quero é segurar os jornais da Companhia, e *ir-me pagando*. . . *E a proposta não tem vigor parece-me prefere o dar-se por devoluta a Companhia pois está mística*.

Tres rudis incitias prodit, defendat utunamd.

Se estas betas ainda não falharam, se ainda se não extinguiu o seu mineral ou cristal, que é tanto que se pode carregar navios, se êle nunca deixou de dar ouro, se êsse é em tanta cópia que se seguram não só os jornais de meia oitava se não mais alguma couza com que se possa o administrador ir pagando do que lhe deve José Policárpio, que não tem serviço em outra parte, se não na mesma beta, em que tem também serviço a Companhia, se a casa daquele que é um pobre que necessita de alugar a quem lhe trabalhe, por não ter escravo algum, é contigua com o serviço da Companhia, por que não tiram os negros da Companhia, que trabalham, ou podem trabalhar na mesma beta meia oitava, e mais

por semana, como tiram os Companheiros, que andam alugados. Eu lhe não acho outra Razão de disparidade, nem lhe achavam, se não que na Casa de Jozé Policárpio não trabalhavam os negros só o que queriam, se não o que queria Jozé Policárpio, que lhes assistia, e vigiava não lhe dezencaminhasse os que tiravam, o que não sucedia na outra Companhia, onde o Feitor com passear em cima da Cata quando muito, acha que tem feito a sua obrigação, como diz Antônio Jacob na sua Carta já citada de 25 de Junho nº e pelas mais cauzas acima ponderadas.

Acêrca da mesma beta me escreveu Antônio Jacob outra vez, que me parece seria em 12 de Agôsto porque a Carta não tem era de data de 1757 em que diz — As Lavras vão mudando formações, mas sempre vão dando, vieiros aparecem, mas não perpetuados; parece-me hei de descobrir alguns conforme os passeios, que tenho dado de cavallo descubriendo campo por que não tiro os escravos ao prezente por achar os serviços arranhados, e quatorze doentes, cujos sarei com o bastão, que tão bem é milagrozo, qual a vara de Moisés, e mandei levar a talho aberto com prata Capa. Por este avizo bem se vê que Suposto a beta muda de formações; não deixa de dar ouro: que se dos vieiros não são perpetuados, isso não são sempre os mesmos, são tantos que se falham uns, subsistem outros no seu lugar, quando mais que não são muitas vezes eles que parecem diversos, outros de novo, se não os mesmos com a variedade, que costumam ter, e experimentam a cada passo os práticos de Minas, conforme o que deixamos ponderado no nº . Também se vê que de cavallo passeando se prometia Antônio Jacob descobrir novos vieiros, e sendo tão pouco seria a diligência que por os descobrir se fazia: não era possível fazer o que prometia se êles se não estivessem metendo pelos olhos sobre a terra em Campo Limpo, e dezembaraçado, em que pudesse passear de cavallo: deve-se também notar, que tanto serviço se tinha feito, que em vez de se acharem as catas em uma altura, ou profundidade medonha, se devidamente trabalhassem setenta e um escravos, que tinha a Companhia, em mais de quatro mezes, apenas se achava a beta, como arranhada. É certo que não há campo fértil, nem Minas ricas, se falta quem as cultive, e trabalhe com suor, e diligência. Grimaldi Lº 3, de Vita Econom.

Quaz sellus dat ôpes natiz dat maier atendis

Munera de que Suo promi honesta Sinu.

Aspicez u Seindi se se patiaturs aratro

Perfera u duri triste Ligoniz onaz

Luo que masis vexata, magir responde amice.

Cessas ingrata de pietate dole. †

Continuaram os mesmos vieiros a aparecer, ou outros por todo o tempo, que se trabalhou na beta, não só no tempo da administração de Antonio Jacob, se não também no de Guilherme Fixer, que lhe succedeu em 11 de Abril me escreveu esse assim. — Agora estou com estes mesmos negros a trabalhar na beta, que deixou o Capitão Mór, por uma banda descobriram os faiscadores um vieirinho, que mostra suas faiscas de ouro grosso, do melhor Se deu uma bateiada a uma caixinha de N. Senhora, que me disse tinha um quarto. É certo que antes de se lavar, e apurar a bateiada, se não pode saber o que ela renderá para se fazer escollia, e eleyçam da bateada, que se há de dar, quando muito da terra por onde corre pinta mais ricas se da a bateada, e não de outra por onde não consta de tanta riqueza. Não me capacito, que fosse milagre acertar-se com a bateada para se dar a N. Senhora de quarto de ouro, se a mais terra não tivesse tão bem muita riqueza, bem podia ser acaso que entre tantas, e inumeráveis bateadas, que se tiram de qualquer vieirozinho esta única que se tirou daquelle vieiro de ouro grosso, que se deu a N. Senhora tivesse um quarto; mas isto não carece de mistério, porém mistério que a inteligência humana não pode alcançar sem grande especulação, e segundo o meu entender é que aquella bateada era lavada à vista do Ermitão da Caixinha, e as mais eram Lavadas, e apuradas pelos negros faiscadores, que as Lavavam como sabiam, e queriam e davam do que elas rendiam o que lhes parecia. Guilherme Fixer estava tão certo do descaminho, que faziam os negros do ouro que tiravam, que uma vez que me avistei com ele me confessou, que segundo julgava que era dobrado o ouro que dezenaminharam os negros que o que pagaram de jornais.

Finalmente na beta, ou empirar pedras, e cristais dela tirados, houve que trabalhar, e donde tirar ouro até que se retiraram os escravos da Companhia Antonio Jacob Viçozo na postdada de sua de 19 de Junho de 1755 me diz assim. — Veio em boa ocasião a Retirada a meu Sucessor, por quanto a pedra de Cristal, e desmonte, que elle tinha arrumado em paiois, se está concluindo.

Além desta beta, de que temos feito até aqui menção a outras no morro da Mangabeira, e vários vieiros, que pelo dito morro, e beta correm, e em outras várias partes, que se estão deixando ver à flor da terra, algumas das quais nem ainda foram experimentadas de cuja riqueza por ora não faço cazo por que nelas não fizeram serviço ou trabalho algum os escravos da Companhia, o qual só é o principal intento tratar para mostrar a verdade do que afirmei em o Plano, por cuja ocasião me culpam que se fundou a dita Companhia para mostrar as causas por que ela não tirou as utilidades que esperavam. A mais no mesmo Lugar da Mangabeira uma pinta em tantas partes que até no desmonte se faiscava

com conta como se vê da Carta de Antônio Jacob de 22 de maio já acima referida — toda a terra do dito morro se desfaria em ouro se houvesse água por cima que *igual grandeza de desmonte fazendo em jornal ainda não vi*.

Fora destas faisqueiras se topou Antônio Jacob Viçozo em outra Lavra com uma pinta rica a que chamou prança, ou caldeira semelhante a que Pritier chama Bourse. Em 20 de Agosto de 757 me escreveu sobre esta pinta, e dizia assim : — *Dei parte a VM. do descoberto de sabbado*, que tem dado seu estrondo, trabalho com oito negros, que é a *capacidade, que tem a melhor grandeza, e desmontar com os ditos escravos*, e tirar terra para Lavar dous dias. Com um só dia de trabalho lavei dous dias, *tirei vinte e sete oitavas, e um quarto, se durasse um mez o que não espero*, faria conveniência grande naquele tanto. A formação melhor é *cal branca mesclada com verde escuro como Limão verde, pissaram mole azul, cristal verde, azul, e branco pouco*, alguma terra vermelha com *barro cor de sangue de bois, e alguns raios amarelos*; são as cores de que se compõe as massas. Consta o buraco de sete vieiros, que todos da flor da terra se encaminharam ao *Lugar do buraco por diversos caminhos*: o buraco é do feitio de uma caldeira de engenho, a que chamamos panela *pissarões a roda*. Toda essa panela estava cheia de massa branca mesclada das côres ditas; esta já tôda despejada vou seguindo os vieiros, e o *pissarão vai levantando e ao mesmo as ditas massas, e vieiros*, fugindo para a flor da terra. Para o fundo não acho tanto que chegam os *ditos vieiros ao pissarão duro, enfraquecem e nada Levam*. Está em altura demais de dois estadios: no ultimo aperto hei de profundar mais um estadio. Os *cascalhos verdadeiros de Minas gerais dos melhores*.

Durante a grandeza desta Lavra três semanas, segundo o que me disse Antonio Jacob em carta de 15 de Setembro de 1757, e antes do mês como inútil, exaurida foi abandonada: Em carta de 17 de Janeiro de 1748, me diz assim: A minha Mina falhou, e por esta razão a não segui, e mandando lavar duzentas bateadas me renderam três quartos a todos manifesto, e a não falhar a havia de seguir. Mais de duzentas bateadas lava e tira um escravo, que paga três quartos de jornal por semana, porque a cada escravo se regula tirar e lavar mais de quarenta bateadas por dia, que se não é jornal de grandeza, é de boa conta, o que monta em nove tostões por semana. Por se não contentarem muitos com o moderado, perdem cabedal considerável. Pritier pág. 104 — *La nonchalance des Espagnols et Le peu d'ouvrier qu'ils ont Laissent des trésors immenses en terre, dont ils pourroient facilement jouir mais comme ils ne se borncet pas à des profits médiocres ils ne*

s'attachent qu'aux minières ou ils peuvent *trouver un gain considérable*.

Não se exauriu inteira a pinta daqueles vieiros, cujo seguimento deixou Antonio Jacob, que deles se não tirasse ao depois ouro em conta, conforme a de Argencia: muito bem o prezenciou o mesmo porque o Sucessor Guilherme Fixer em Carta de 5 de março de 1758 me diz assim : Acho-me examinando, e alimpando a Cata onde o Capitão Mor tirou a mancha de ouro a ver se nos lados, ou para baixo tem alguma cousa, do qual procedimento não gostou muito o dito por ter aquilo Reservado para os seus moleques, mas como o dito Serviço era da Companhia, parece-me o não ofendi, que Logo se seguiu mudar-se daqui, a cauza não sei sem embargo que para mais socego melhor foi assim. Em outra do mesmo mez diz assim : — E não sei este ouro ao Taboado por compra, porque como leva ouro fino de algum, que tirei em um vieiro que há três dias descobri junto donde o Capitão Mor tirou a Mancha de ouro, que não terá grandeza; mas sim sua faisqueira. Em carta de 11 de Abril diz assim: As chuvas por cá são para criar capim, e não que corra água pois uns tanques e regos que tinha feito para as encaminhar a êles, foi o mesmo que nada e só em um buraco estou lavando com cinco negros o bocado de cascalho que tirei junto a Cata, que deo o Capitão Mor de que tenho tirado umas trinta e tantas oitavas, e pouco mais dará; porque sem embargo que diriam a V. M. que se tirou uma bateada de meia oitava, assim foi; mas a mais terra muita sem nada em forma que os cinco negros a lavar do monte do Cascalho quando tiram duas oitavas por dia, é o muito, e por aqui se pode inferir a pinta. O que se infere é que importava o jornal de cada negro, que Lavava em mais de quarto, e meio por dia que é mais de quatro centos e cincoenta Reis, e muito maior fôra o Rendimento se foram os trabalhadores que Lavavam destros e peritos se a água em que lavassem fôsse corrente, e não imputada Limpa, e não toldada, como precizamente havia de ser esta água, que era de um buraco, depois de nela se lavarem as primeiras bateadas, que ficaria em um polme, e neste se não pode lavar bateadas de ouro fino sem grande perda, e desperdício de cabedal, que fica nas lavagens, pelo que os mais providos dos mineiros da Mangabeira ou esperavam por chuvas bastantes para ao pé da Cata terem comodo de lavar, ou conduzem o mineral, e cascalhos, para o lavar na beira do Rio : por isso a melhor pinta que havia na Mangabeira eram as Lavagens dos negros da Companhia. Em todas as nossas Minas são imensos os cabedais, e Riquezas, que se tem desperdiçado com o nosso ordinário modo de apurar o ouro e a sua proporção não é pouco cabedal, que nas dos Cariris principalmente tem Lançado fora os seus Mineiros por imperitos, e sofregos, ou por falta de

meios. Para obviar esta grande perda em parte uzam os Mineiros do modo de Lavar, que chamam canoa, ou bolinete estendendo no fim do canal por onde corre água, em que se lavaram as terras couros de arripiar cabelo, ou panos de Lã, e felpo em termos de embarassar que não escape tanta quantidade de meudos grãos de ouro, como bem sabem os que tem qualquer luz de como se trabalha em Minas. Frizier pág. 101 — *C'est cette terre qu'on porte sur des mules dans un petit bassin fait par son plan comme un souffler de forge, dans le quel on fait couler avec rapidité un petit ruisseau pour La délayer; et afin qu'il la détrempe mieux, et détache l'or qui est mêlé par mi, on La rémue sans celle avec un crocher de fer, qui sert aussi á ramasser les pierres qu'on jette hors du bassin avec les mains; cette précaution est nécessaire pour qu'elles n'arretent pas le cours de L'eau qui doit tout entraîner, excepte l'or que sa grande pesanteur précipite au fond du bassin parmi un sable noir fin, ou il n'est guères moins caché que dans la terre s'il n'ya de gros grains du moins comme une Lentille; il s'en trouve souvent de plus gros, et dans le lavoir dont je parle on en avoix tiré de trois mares; je ne doute pas né-amoins que par ce canal, il ne s'écoule hors du bassin beaucoup, de petites particules d'or à quoi l'on pourroit facilement remédier. Dans la Turinge, et sur le Rhin pour empêcher cette perte, on met sur le canal, du linge des étoffes de laine, ou des peaux de boeuf, ou de cheval, afin que les petits rameaux d'or y demeurent embarassés, on lave ensuite les peaux pour l'enretirer.*

Também desconfiado, e dezanimado deixou Guilherme Fixer de prosseguir estes vieiros quanto que lhes mostravam variedade, ou perdeu o rumo por onde continuavam, imaginando extintos os mesmos vieiros que até o ponto que se fecharam as Minas, não cessaram de dar ouro em conta, e de fato desses mesmos vieiros principalmente, e da beta que deixou a Companhia desde 16 de Agosto até os primeiros de Janeiro, deram mais de Setecentas oitavas a quarenta trabalhadores e esses nem sempre efetivos em os mezes do mais rigoroso verão em que sempre é diminuto o Rendimento, como pode constar tanto pela Intendência, como da Relação, e lista dos trabalhadores que tive, vindo a caber de jornal a cada trabalhador quaze oitava por semana.

As Lavras do Juiz são faltas de água, e só pelo inverno se pode nelas trabalhar. Nestas trabalharam no inverno de 1751 os escravos da Companhia, em tempo que houveram ali jornais que passaram de quatro mil réis por dia, como já acima referi no nº .

Antonio Jacob em carta de seis de Maio diz assim : — *Os homens da data do Juiz vão dezertando, dizem que essa excomungada, . . . não era ruim bocado de quatro mil, e duzentos por dia cada cabeça.* Depois que cessou a grandeza dos jornais tão

vantajozos, ficou em jornais moderados: os negros novos andando ali a laisqueira, davam a meia oitava, e mais por semana: o mesmo Antonio Jacob em carta de 7 do dito mez dizia assim : *dez que faiscam no Juiz em cinco dias deram cinco oitavas.*

De outros Lugares donde tiram Lucro os que cultivam as Minas dos Cariris não trato por nêles não trabalharem os escravos da Companhia, de cujo serviço, e interesse pode-se constar; porque algum que fizeram foi muito de passagem. De vários meios termos me podia servir para mostrar as verdades das minhas conclusões; porém como, me propuz principalmente mostrá-las por testemunho dos Feitores, ou administradores da Companhia, omiti os outros como se fossem inúteis, e pelo que fica referido bem se mostra que não é a inutilidade, das Minas a cauza que se deva attribuir o pouco interêsse que delas tiraram os interessados da Companhia. O certo é que as Minas em si são ricas, e contêm tanta abundancia de ouro, que delas se pode prudentemente esperar correspondam com vantajofo interêsse não a madrassos e poltroens, se não aos que sêriamente, e com indústria as cultivarem.

Em o Plano § Supuz tivessem os negros da Companhia que se empregassem nas Minas ferramentas competentes, de cujo conserto se tratasse para se conservarem em estado de poderem servir, e superflua seria sôbre esta materia qualquer ponderação; porque não haverá homem tão falto de razão que ignore que em qualquer trabalho bem administrado deve ter cada trabalhador tanta ferramenta e utensíveis que nunca pare o serviço por falta de meios, e instrumentos, de sorte que ainda que cessem os instrumentos por algum tempo para ouro (porque nem em todo o tempo e circunstancias são simul (sic) necessários todos os instrumentos) não descansem as mãos do operário do seu exercício. Muito mais montará qualquer obra, que se fizer com menor número de trabalhadores, se êstes forem bem fornecidos de instrumentos, do que montará a que se fizer com maior numero de gente, se esta não tiver os instrumentos necessários. Sessenta e oito, ou setenta escravos teve a Companhia das Minas dos Cariris, destes se ficava e persuadia com tanta eficácia eram bem assistidos de instrumentos e ferramentas proporcionadas, e necessárias para o serviço das Minas, que não só em Pernambuco estava o Senhor General persuadido de que nada de instrumentos lhes faltava, se não também nos Cariris eu por muito tempo cri; mas o tempo me descobriu que ambos padecemos enganoso.

Tanto que teve ordem Guilherme Fixer para se Retirar, em quanto êle se dispunha para a jornada foram introduzidos os negros para fugirem como o fizeram, deixando a Guilherme Fixer impossibilitado de conduzir para a Praça de Pernambuco a ferramenta de que uzavam pelo que se viu necessitado a mandar-ma en-

tregar com uma relação de sua letra, que também conservo em meu poder, da qual consta o numero, e qualidade dela, e então vim no dezengano de que nada era mais contra a verdade do que serem os negros da Companhia assistidos de sufficiente ferramenta, e correspondente ao número dos escravos; eram vinte e sete almocafres que a relação chama velhos, e melhor devera dizer inúteis, e sem serventia, ou préstimo algum pela maior parte: dezessete alavancas tão gastas e rombudas, que para pouco podiam servir: onze picaretas semelhantes, ou em pior estado que as alavancas: três espigas e três argolas de mãos de pilão.

Para romper os penhascos entre os quais correm as betas, e os vieiros, e para tirar o mineral, ou cristais destas betas, em que está entranhado o ouro, que são tão rijos como uma pederneira, são necessários escoplos, picaretas, alviões, e alavancas tudo bem apontado, além das marretas, e cunhas de ferro, para recolher os cascalhos, e Lavar são necessários almocafres, e bateas, para tirar desmontes e cascalhos, onde se acha o ouro criado fora das betas, como querem uns, ou corrido delas, como pensam outros; ao menos são necessários alavancas, almocafres, e bateas competentes: onze picaretas, dezessete alavancas, e vinte e sete almocafres velhos, e inúteis não eram bastantes para o serviço de tantos escravos, quantos tinha a Companhia, que se devera empregar no trabalho das betas, e faisqueiras. A cada faisgador é dado um almocafre, uma alavanca, e uma bateia para que não tenha desculpa de que não trabalha um enquanto outro trabalha com estes instrumentos. O serviço das betas ainda requer mais ferramenta; porque além do mineral, ou cristais, em que se cria o ouro e os mais metais serem rijos, não são menos rijos os penhascos, e pissarrões que servem de caixas ou canais pelos quais correm as betas, como se pode ver em o Livro I del Arte de los metales Cap. 22 de Alvaro Alonso Barba — *La experiencia há enseñado, y La Razon lo persuade, que el Lugar más proprio de la generacion de los metales son las venas de la tierra, que discurren por su gran cuerpo, como Receptaculos principales desta humedad permanente, proporcionada a su solidez, y dureza, como Lo es la sangre a los cuerpos de los animales. Las peñas, entre que se crien de ordinario los metales, que llamamos caxas, sirven de conductos por donde se encamina, y une la virtud del calor subterraneo...* Lo que entre Caxa, e Caxa va, se llama veta, ay las de todos generos, y suertes de metales, y de lo que dedus farellones ha desgajado el tiempo, o robado las lluvias se hallan esparcidos en cerros, y quebradas los que llaman sueltos, o rodados: nos proprios termos com pouca diferença o diz Hautin de Villares em o seu livro intitulado *Traité de l'Arte Metalique* e Capitre V de L'or. Les lieux les plus propres á la Génération de l'or, ainsi que des

autres Métaux, sont, comme nous l'avons dit les veines de la terre, qui s'étendent dans son vaste corps, comme des Receptacles de son humidité permanente, proportionnée a solidité et Rochers, entre le quels se cree plus communément ce riche Metal, servent aussi de conduits, par ou s'a chemine, et s'unit la vertu du feu central, et celle du feu des Astres, qui agitant les vapeurs, dont nous avons parlé, mettent par leur action la Matière en mouvement. La disposent, la melent, et la purifient. L'or étant perfectionné dans La Matrice, qui Le conserve, ce que le temps en détache, e que les pluies en entraînent, se repand dans des colines. Não só são de pedra os vasos, em que se cria, ou gera o ouro, se não que são as pedras a própria matéria de que os metais se criam, e geram, ou seja por virtude do calor do fogo central, ou por virtude do calor que excita a fermentação dos diversos materiais que concorrem para a sua produção, a qual opinião não tem menor abonador, que o Sagrado Texto Job Cap. 28, Vers. 2º *Lapis calores solutus in os Convertitur.* A pedra da beta Cristal, ou mineral, ou como lhe quizerem chamar para dar ouro, que em si contém, carece de ser tão pirada e moida, que se reduza a pó tão sutil, que pareça impalpável e no tato se não sinta a sua aspereza. A êste pó chamam farinha, ou Lama, esta farinha ou pó deve ser passada por cedosos crivos, ou na frase da terra por urupemas tão finas, que não passem caroços, ou algumas partes de pedra mais grossas, que o pó, e estas partes mais grossas nos têrmos facultativos se chamam Relabis.

No moer mais, ou menos o mineral, vai o ganho ou perda, conforme a quantidade dos Relabis, que se espediçam, e isso acontece onde se extrai com arte, e indústria, e por azougue, quanto mais nos Cariris, onde não havia mais arte, nem indústria, que a de uns negros novos e boçais, deixados a sua revelia, e descrição, sem jamais terem mestres, nem diretores, que os instruissem, e ensinassem. Hatin de Villars, chaptr. 11 em o seu livro supra citado: *La Monture des Metaux* est une Preparation absolument necessaire pour entirer par le viif argent L'or et L'argent qu'ils peuvent tenir. *La Farine* de ces Pierres Metaliques doit être tres fine si l'on vau éviter la longue *dans le Travail.* *Le plus subril de cette Farine* se nome *Lama*, et ce qui reste de grossier après l'avoir tamisee, s'appelle Relabe. *On est persuade par l'experience que le viif-argent attire a soi l'or et l'argent qui restent dans l'interieur du Relabe de meurent avec plus ou moins depert selon que le Metal est plus ou moins riche et que la Farine est plus ou moins grosse. Il faut remoundre ces Relabes, et ont entirera un avantage proportionne á la Richesse du Metal.* A Alonso Barba no Livro 2º cap. 6 diz que o menos que experimentara se perdia nos Relabes mal moidos era

a sexta parte do cabedal, que se tinha tirado. — Varias experiencias he hecho remoliendo estos relabes, y quando menos hé hallado que queda en ellos tanto como la sexta parte de lo que se sacó del caxon que es suma grandissima lo que importa en cada hum año. Pelo que se tem inventado varias maquinas de moer, e sutilizar os mineraes, e ainda assim tendo mostrado a experiência que se não podiam pizar, nem moer Cruz tão sutilmente como era preciso, deram em os queimar por meio de fornos, ou pelo modo que podem ou as pedras, ou os Relabes, e antes que as lavem passá-los por peneiras, ou urupemas finas, e proporcionadas. Alonso Barba ibi — Tener buenos cedacos, y cuidado con Levantarlos importa mucho, aun que no Lo remedia todo despues de lavado el caxon, mayorment si fue de metal rico acertará el que recogiere, y remoliere los Relabes; si los quema sacará mais harina, porque lo uno se ablandan con el fuego. Lo otro se esponjan y tiene mas cuerpo en que obre el golpe de la almadanata. Hautin de Villars chapitre 12 — Il es important pour deux effects differens de brûler les metaux, ou pour les moudre plus faciliment, ou pour les disposer de maniere que le vif — argent puisse s'incorporer avec l'or et l'argent qu'ils tiennent.

Para se facilitar êsse trabalho de pizar, e reduzir a farinha, ou mineral das betas, se tem inventado varias maquinas e engenhos para poder tirar ouro, ou prata que em si contem o mineral. Uns destes engenhos, ou moinhos chamam Trapiches, outros engenhos reais de pilões, outros Maray. Em os Trapiches pizam por meio de uma grande pedra redonda de oito palmos de diametro movida por uma bolandeira de cinco palmos de testa, e esta por outra roda, e nesta máquina se moe cada dia meio caixão de mineral, que são vinte e cinco quintais. Destas máquinas faz Frizier, menção em as págs. 96 e 97 e traz a planta dela em a pág. 138. Nos que chamam engenhos reais, ou de pilões, se pizam os mineraes por meio de mãos de ferro, cada uma das quais tem quintal e meio de pezo, e destas trata Frizier na pág. 140. Hautin de Villars traz a sua planta no frontespicio do seu livro intitulado *Traité de l'Arte metalique*. Da terceira maquina chamada Maray trata Álvaro Alonso Barba no Livro 3, cap. 16, pág. 72, vers. 73. Nos engenhos reais ou de pilões se podem moer dose vezes mais que nos Trapiches; porque neles se podem pizar seis caixões, e cada caixão consta de cincoenta quintais por dia, segundo o mesmo Frizier, pág. 128.

Em indústria, despeza, trabalho, e diligência empregado só a fim de se tirar ouro, ou prata é muito semelhante a que se tem praticado nos Cariris e muito principalmente por parte da Companhia de Pernambuco. Não faltaram exagerações das grandes diligências, que nesta parte se fizeram, acreditadas por quem

não prezenciou a severidade, e não tem noticia do que São Minas nem da sua cultura. E o número... fizemos menção da Carta de Antonio Jacob do 1 de Dezembro de 1748, de cujas clauzulas tornamos a fazer menção para examinarmos o modo, de que uzava para pizar, e moer o mineral, e diz assim : *Ocupo toda a escravatura em pizar pedra...* para o que lhe fiz mais de trinta pilões e *algumas mãos de ferro, e os outros com pedras se remediavam.* As mãos de pilão chamadas de ferro por Antonio Jacob não eram outra couza mais que uns pedaços de pau do comprimento de quatro ou cinco palmos, no cabo de cada um dos quais estava cravada uma espiga, ou cravo de ferro, cuja cabeça teria de grossura uma polegada, e por não rachar com este cravo, se guarnecia com uma argola de ferro de três, ou quatro polegadas de dianetro. Estas argolas ou espigas, que não passavam de três me mandou entregar Guilherme Fixer com os mais utensíveis, e ferramentas pertencentes a Companhia, e todas três argolas e três espigas mandei pezar para exercicio de curiozidade, e dar melhor a conhecer a gravidade dèsses instrumentos, que eram os melhores de que uzava a Companhia para pizar a pedra rija da beta, e tudo pezou uma libra, e sessenta e duas oitavas de ferro. Faça agora quem quizer analogia, e comparação da industria, seriedade, que se deve empregar em moer e pizar a pedra, por meio de uma mão de pilão de ferro de um quintal e meio de pezo, movida por máquina, e engenho com a indústria e seriedade de três mãos de pilão de ferro que não conserva desse metal mais que uma libra, e setenta e duas oitavas e poderá prudentemente colher quanta diferença vai na quantidade de pedras pizadas por um e por outro modo, e poderá então medir e conhecer a diferença do interêsse que se pode perceber do trabalho e cultura das Minas por meio de industriosos e proporcionados instrumentos, de quais se deve uzar. E se três mãos de pilão de ferro da Companhia moiam em uma semana V.G. tanta pedra que podia render oitava e meia, quanta moeria uma mão de ferro de quintal e meio ? Por regra de três ao menos moeria tanta pedra que rendesse dezenove oitavas. Veja se a diferença que vai no ganho de quem trabalha séria e industriosamente ao ganho que percebe a quem não sabe ou não tem meios para trabalhar.

Onde se trabalha com instrumentos e meios proporcionados se moi em cada trapiche, como já vimos, meio caixão de pedra, e em cada engenho de pilões se pizam seis caixões, cada um dos quais consta de cinquenta quintais. Pela quantidade de ouro que se tira de cada caixão beneficiado com arte e indústria, é que se regula a riqueza da Mina, e a conta da beta, e não pelo intermimento simples, e por um trabalho paleado de uns negros novos, que com pedras quebram pedras, e com as mãos de pilão de pau

guarnecidas em tão pouco ferro que as não podem reduzir a pó sutil, como é preciso para se tirar as riquezas que em si encerram os minerais. Cada caixão bem beneficiado, costuma render até seis onças de ouro, quando muito, e daí para baixo, e se rende só duas onças apenas paga a despesa, o que acontece muitas vezes. Frizier, pág. 98. Suivant la qualité des minieres, et la richesse des veines, cinquante quintaux de mineral on chaque canon, donne quatre, cinq, et six onces d'or, quand il n'est donne que deux, le Mineur ne retire que ses frais, ce qui arrive assés souvent.

Assim como se tem provado até aqui, quanta é abundancia de ouro, que contem as Minas dos Cariris, e a cauza porque do trabalho, e cultura delas não perceberam os interessados grandes Lucros, e tambem parece estou obrigado a satisfazer aos argumentos, com que os opositos sofisticadamente pretendem provar a pobreza, e inutilidade das Minas, dezatendendo as Razões até aqui ponderadas: para o que será preciso expor o carater, e dar a conhecer quais são os Antagonistas, e emulos das Minas, e a origem da emulação, a qual tendo principios em poucas pessoas, que intercessaram na aniquilação delas, se difundiu a outras muitas que tanto se preocuparam da autoridade, e número dos parciais, que não chegaram aprofundar a fraqueza dos seus fundamentos notórias foram as contradições que experimentaram as Minas dos Cariris desde o seu fundamento. Referir que o mesmo mensageiro que deu noticia ao Governador e Capitão General de que se descobrira ouro nos Cariris novos o noticiou da repugnancia que os seus moradores tinham nesse descobrimento. E tantos foram os que repugnavam, quantos foram os que se empenharam em persuadir que tal ouro não produzia o país, chegando a inventar calúnias e maquirar contra os que trabalhavam na averiguação e exame dos lugares que podiam conter ouro: Domingos Álvares de Matos, que foi o primeiro descobridor, também foi o primeiro que experimentou os efeitos da opposição. Depois que cheguei ao Cariri, e não cedi aos ataques e empenhos dos que me pretendiam dessuadir dos progressos da diligência, que se me encomendou, fiquei sendo o principal alvo a que se me encaminharam os tiros. Do Ceará, saíram os primeiros passos da emulação, que se fez parcialidade difundida por todas as capitánias circunvizinhas; porque os cabeças tinham séquito de adherentes, sócios e companheiros em toda a parte, por cuja via fizeram grande número de sequazes para o seu partido.

Foram os primeiros chefes desta parcialidade alguns Padres Missionários, das Aldeias de Paupina, Caucaia, e Parangaba, picados de se lhes diminuir as esquadras, ou o número dos Indios, que as compunham, com os quais faziam os trabalhos e culturas que respeitavam mais os proveitos dos Padres, que dos

Miseráveis Índios, porque se lhes tiravam, por algum tempo alguns Índios, das suas Missões, para assistirem nos Cariris novos, em cujas Minas não falavam desde os seus principios sem o apodo de *chamadas Minas*. Quer viessem a propózoito, quer não, e tanto difundiram esse sentimento, que ainda alguns que abominam as suas intrigas, beberam as máximas de sua doutrina, o que bem se conhecem pelos termos com que bem se explicam : *Loquela tua manifestum te face* — *Matheus Cap. 26 vers. 73*. A diminuição do Lucro que sentiam na falta dos Índios, que assistiam nos Cariris por ocasião das *chamadas Minas* como eles apelidavam desde o principio, do seu estabelecimento, segundo o documento que tenho em meu poder, pezou mais na opinião dêsses bons Padres, que o interêsse, que podera perceber o Publico, e Monarquia daqueles estabelecimentos, e acharam animos, que mais que da Razão, que ditava a experiência, se persuadiram, das que autorizavam as Pessoas de que hoje forcejam todos por se descartar, e a quem então ninguém se atrevia a contradizer sem nota, quando menos de temerário, e não sem o receio de colher semelhante fruto ao que colheram os que com eles se embaraçaram. Os devedores da Fazenda Real também foram declarados opozitores das Minas, porque sendo necessário fazer-se pela Provedoria da Fazenda Real do Ceará algumas despezas com o descobrimento, e estabelecimento das Minas e com a satisfação dos Officiaes e Soldados, não podiam os Officiaes da Fazenda Real uzar de tão largas dissimulações com os devedores como até então se praticava, e se sentiram prejudicados com os devedores os Ministros e Officiaes da arrecadação da Fazenda : uns pelas execuções, que se lhes faziam, outros por lhe cessarem as ocasiões de agradecimentos, que da dissimulação lhes rezultavam alguns moradores daqueles Sertões vizinhos se arrogavam tanta autoridade, que pouco lhes faltava para merecerem o apelido de Regulos. Sustentavam muitos vadios e malfeitos, a cuja sombra se faziam tão respeitados e insolentes que mais pareciam temidos que temerosos das Justiças. Esses tais contaram como declarados inimigos e contrários de suas ações quantos officiaes e soldados se achavam nas Minas para a sua guarnição, e aborreciam as Minas como ocasião da assistência destes. Os senhores e donos de fazendas de criar gados não eram menos apaixonados contra o estabelecimento das Minas, porque se persuadiam de que perdiam as terras de que eram Senhores, se nelas se descobrissem e cultivassem Minas, e porque não podiam impedir que os Mineiros se ajuntassem em qualquer parte que lhes fizesse conta, e os gados acostumados em lugares certos, fugiriam do concurso da Gente, e buscariam pastos, malhadas e bebidas diversas das em que os costumavam achar.

Tanto pode a Paixão pelos interesses particulares de cada um destes, que não perdoarão a estudo, meio e diligência com que imaginaram podia escurecer que havia ouro nos Cariris novos, e para assim o persuadir não duvidaram com muita eficácia afirmar que o ouro das amostras que mandara Domingos Álvares, e eu depois remetera, fôra mandado comprar a outras Minas para o semear no campo onde ao depois fôsse achado, e que o ouro que acharam os mais Mineiros, depois que S. Magestade foi servido dar licença para se franquear nas Minas, também não era natural dos Cariris, e que fôra mandado por mim comprar a outras Minas só afim de manter o primeiro engano, e com êle persuadir que ali havia ouro. E sendo esta quimera tão pouco verosimel, achou tanta credulidade ainda em pessoas que se têm por espertas e de boas crises, que chegaram a crer porém depois que com o tempo foram tantas as testemunhas oculares, que só confirmada loucura poderia contradizer, mudaram os opo-zitores de meio termo, confessando que havia ouro, porém em tão pouca conta, que servia mais de prejuízo que de utilidade a quem na sua Cultura se empregasse.

O primeiro fundamento de que uzam, é que se as Minas fossem úteis e de bom rendimento a pressa se povoariam, como se povoaram em poucos tempos outros descobertos; porém a isto se responde com o que fica ponderado no § I, II e III, onde provo que ficando, como ficam as Minas dos Cariris tão distantes das gerais, não podiam ser com tanta pressa povoadas, o que se confirma com o exemplo das Minas do Rio das Contas, de quem refere Pita na História da America Portuguesa L^o X, n^o 107: Foram descobertas no ano de mil setecentos e dezoito por uns Paulistas, que achando-se nos Sertões da Bahia (por informações que tiveram do ouro que alguns vizinhos haviam tirado em prova da certeza *de antigas noticias, que ali o faziam infalivel*) *atravessaram todo aquele continente, abrindo caminho até então inculto, e de presente frequentado para as novas Minas; e posto que por mui distantes, e tão menos assistidas de Mineiros, os que dela vêm, trazem grande cópia dêsse metal, não inferior em qualates ao das Minas do Sul, e da Jacobina.* O segundo fundamento em que se fundam é a autoridade de alguns simples dito dos *Mineiros, e cultores das Minas que se queixam do seu pouco rendimento* : o principal chamado cultor, ou Mineiro das Minas dos Cariris é Antonio Jacob, de cujo testemunho, como de grande autoridade, se valem os adversários para provar a sua conclusão. Não é o testemunho de Antonio Jacob tão digno de ser atendido, que possa fazer prova da inutilidade das Minas; porque nessa

matéria é notória a sua pouca singeleza, e sinceridade, por que o seu interesse depende muito de que se persuadam os interessados da Companhia, de que foi administrador, são pobres, e inúteis as Minas, e para persuadir as suas máximas fez tanto empenho como foi notório. À fim de que pelos Lucros da Companhia percebidos no tempo da administração de Guilherme Fixer se não viesse no conhecimento das faltas, e desmazelos, que houveram no tempo da administração de Antonio Jacob, não só foram induzidos, e aconselhados os escravos para não contribuírem com os jornais competentes, se não também para fugirem antes de se retirar Guilherme Fixer, e para que este não pudesse ser pregoeiro e testemunha ocular das dezordens que presenciara, correu o risco de perder a vida antes de chegar a Pernambuco. O mesmo Guilherme Fixer me representou o Risco, em que se via, e em uma de 2 de Novembro de 1758, de que já acima fiz menção nº... me diz assim : *Agora é que verdadeiramente venho no conhecimento o inimigo Capital, que tinha e dou graças a Deus N. Senhor escapar com vida.* E para que não fôsse descoberto o autor do delicto quando se cometesse; com antecedência a sua execução publicou que por minha Ordem, ou meu mandado seria morto: donde se vê quão inútil é o fundamento do simples dito de um Machiavelista, cujo interesse, e conveniência principalmente depende de que se não conheça a abundancia do ouro das Minas dos Cariris e que não duvida a êsse fim levantar a qualquer homem um falso testemunho em matéria tão grave, quanto mais às Minas de que são pobres.

O outro argumento com que se pretende provar a penúria das Minas, se funda nos diminutos jornais, que no tempo de sua administração recebeu Guilherme Fixer dos escravos da Companhia, dos quais uns davam apenas dois vinténs, e outros um vintem de ouro por dia, e deste a metade ainda era areia, e esmeril, como consta de varios avizos do mesmo Guilherme Fixer. A este argumento se satisfaz mostrando que quantos mais foram os negros que deram êsses jornais tão diminutos, tanto melhor se prova a copioza abundancia de ouro nas Minas dos Cariris e se manifesta a grande inércia, e preguiça dos mesmos negros ou o descaminho que fizeram no ouro que tiraram. De sessenta e oito escravos para administrar se encarregou Guilherme Fixer, dêsses teve três prezos no Arraial, occupou alguns em condução de mantimentos, sem os quais se achou ao tempo em que entrou na administração, conservou o Roçado do Logradouro, plantou e alimpou, e colheu, e conduziu os mantimentos que deu este Roçado para o Rancho da Mangabeira, dos quais vendeu uma boa parte quando se retirou por os não poder conduzir, e os não perder:

nisso ocupou algumas vezes dezoito escravos: necessariamente havia de ocupar alguns escravos em fazer maralotagens (sic), e cozinhar para os outros comerem, apenas lhe poderiam ficar expedidos para o trabalho das Minas quarenta escravos, e êstes mal assistidos de ferramentas, como fica ponderado. O mesmo Guilherme Fixer me afirmou, que muito poucas vezes trabalhara nas Minas com cincoenta escravos, os quais assistiram nelas seis mezes, e uma semana no tempo de sua administração, que tanto se conta desde o primeiro de Janeiro até 8 de Julho em que fugiram. Neste tempo recebeu de jornais destes negros que trabalharam seiscentas e setenta e seis oitavas de ouro, donde se vê que deram uns por outros, a mais de duas oitavas por mês, não obstante tantas cauzas que houveram para não darem coiza alguma, e é o que basta para verificar a verdade do que no meu Plano prometi § no qual dizia que ao menos daria cada trabalhador meia oitava por semana, ou duas oitavas por mês sujeitas ao quinto e aos gastos.

E não chegando a dar muitos negros mais que um vintém, ou dous por dia, que em uma semana não montam mais que seis ou doze cada um, era preciso que os outros parceiros dessem muito mais de meia oitava por semana, para suprirem a falta dos que não davam jornal inteiro para ficarem uns por outros a mais de duas oitavas por mês: donde se vê que sendo o terreno não só igual, senão o mesmo e idêntico para todos, se não se attribuir à desigualdade da riqueza do terreno a desigualdade dos jornais, mas sim a desigualdade da perícia, ou outra qualquer falta nascida da parte dos trabalhadores. O descaminho que fizeram os negros foi manifesto e notório, os mesmos administradores que tinham obrigação de os evitar e o não puderam fazer, estavam tão inteirados do muito que dezencaminharam a seus Senhores estes escravos, que Guilherme Fixer não duvidou de me afirmar que julgava ficar nas mãos dos negros muito maior porção de ouro do que a que pagavam de jornais. E quando lhes ficasse igual parte, é certo que tirariam mais de quatro oitavas por mês, que é mais do dobro do que no meu Plano segurei se podia esperar racionavelmente das Minas. Parece bastava mostrar que as Minas continham tanto ouro que ao menos dariam duas oitavas por mês a cada trabalhador para inteirar da minha verdade, ainda que a Companhia não tirasse aquela quantia por culpa dos seus escravos, ou dos seus administradores. Porque o que segurei do rendimento, foi debaixo da condição de serem bem administrados os escravos em o trabalho, como se pode ver nos §§ VI, VII e VIII.

À vista dos fundamentos que por meio deste manifesto faço a todos patentes poderá qualquer dezapaixonadamente julgar se

as Minas dos Cariris podiam corresponder com tanta utilidade a quem as cultivasse, que não só não recebessem perda, senão um vantajozo interêsse. E também se poderá perceber que pelos interêsses que das Minas dos Cariris teve a Companhia, se não pode prudentemente conjecturar, nem justamente medir o seu rendimento; porque diz o rifão que *Solo Dios acierta arreglar con regla tuerta.*

AUTO-RETRATO CAPISTRANEANO (*)

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

Mais do que as apreciações de doutos intérpretes, que lhe examinaram a singular individualidade por mais de um aspecto, Capistrano de Abreu define-se, de corpo inteiro, com as suas qualidades e defeitos, na *Correspondência*, que o Instituto Nacional do Livro editou, com a valiosa cooperação da Biblioteca Nacional.

Coube ao diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações, José Honório Rodrigues, conhecedor da bio-bibliografia capistraneana, e autor de ensaios históricos de valia, organizar e prefaciar a coletânea, que, em dois volumes, acompanha a evolução mental e sentimental do historiador cearense, desde 1880 até a última semana de existência em 1927. Para trás, ficaram as lembranças da mocidade vivida no Ceará, onde estreou, ao delinear os *Perfis juvenis*, de «romeiros finados antes do têrmo da viagem, plantas mesquinhas estioladas antes de lhes desabrocharem as flôres perfumosas». Casimiro de Abreu e Junqueira Freire mereceram-lhe as preferências, sem prejuízo de estudos mais amplos em que tratou da *Literatura Brasileira Contemporânea*. Já, então, se embebera dos ensinamentos de Spencer, Taine e Buckle, que lhe inspiraram a primeira idéia de escrever a história do Brasil em maio de 74. A mudança para a Côrte, cuja paisagem o deslumbrou, a ponto de lhe inspirar o paralelo expressivo: «se o nosso Ceará é a pátria da lua, ao ver ontem o mar convertido em um imenso lago de ouro mais brilhante que se pode ansiar, convenci-me que o Rio de Janeiro é pátria do sol», afasta-o do projeto, que jamais abandonaria de todo. Não lhe correriam, aliás, suaves os tempos de adaptação ao ambiente guanabarinó, conforme recordaria à filha mais velha, meio século mais tarde. «Ainda hoje, quando penso no passado, não compreendo como não soçobrei desde as primeiras passadas».

(*) (*Jornal do Comércio* — Rio, de janeiro a março de 1955.

Todavia, logrou, sem tardança, ufanar-se do ingresso, mediante concurso, por julho de 1879, na Biblioteca Nacional, onde colaborou na organização do Catálogo da Exposição de História, que ainda na atualidade é consultado com proveito.

A opulência documental do estabelecimento, a êsse tempo dirigido por B. F. Ramiz Galvão, estava-lhe ao alcance, para lhe excitar sobremaneira a curiosidade investigadora. Sentindo-se devidamente credenciado, quis experimentar a valia dos conhecimentos adquiridos. Assim que se abriu a inscrição para lente de Corografia e História do Brasil, candidatou-se, decidido. Mercê das provas exibidas, conquistou o primeiro lugar e a respectiva nomeação, em 1883. A ambos os sucessos, que lhe premiaram o saber, e aos que os precederam, quando ainda estacionava em terra cearense, ou em Pernambuco, referir-se-ia, de quando em quando, a seus amigos, com os quais mantinha correspondência.

A um dos mais antigos, Ramos Paz, endereça, às vésperas do Natal de 80, carta do Rio Claro, onde parou, depois de estar em São Paulo, acolhido por Valentim Magalhães, com quem se entreteve por quatro dias na leitura de Leconte de Lisle. E confidenciava: «Sinto-me *chez moi*, e desde que saí do Ceará, só três lugares me têm agradado: Tijuca, Praia das Flexas e Icarai». Embora relacionasse três topônimos, contava-os apenas como duas localidades, por ventura: Rio e Niterói. Na «cidade nova e pequena, mas imensamente simpática», pretendia escrever dois capítulos da *História do Brasil* e o último da *Indústria Brasileira no Século XVI*, que elaborava.

Aliás, desde março, antes da viagem, já declarava a Domingos Jaguaribe. «Obrigado pelo que diz dos artigos da História Pátria. Infelizmente vão se alargando de tal modo que não sei mais onde irei parar. A princípio era a minha intenção escrever apenas 4; mas agora dar-me-ei por muito feliz se bastarem 6.

Eu que os escrevo contrariado porque os seis meses que tenho escrito na *Gazeta* ainda não me tornaram nem mais fácil nem mais apazível a tarefa!»

Embora elogiado pelo amigo, não deixaria de notar-lhe o desleixo no frasear, que lhe prejudicava os ensaios.

«Uma coisa sôbre que chamarei a sua atenção é o estilo. Você precisa torná-lo mais claro e mais correto.

Em um livro como a *Arte de Formar Homens de Bem*, o defeito não destaca; mas se V. escrever uma obra mais literária, há de lhe fazer grande mal e prevenir o leitor contra».

Neste lance, Capistrano assinalava, por um lado, o seu próprio esmêro na roupagem com que revestia as suas idéias, e de

outro, a sinceridade com que apontava os defeitos de linguagem dos amigos, para que não lhes enfeiassem os escritos.

Em breve, dois acontecimentos lhe imprimem novos rumos às atividades, depois de rever São Paulo e Rio Claro, em janeiro.

A 30 de março de 1881, casou-se e, decorrida uma semana, comunica a Assis Brasil:

«Sou feliz ! A minha antiga e constante aspiração realizou-se e a realidade apenas cimentou e esclareceu o ideal».

Em suas cartas se espelhava a satisfação de noivo apaixonado, que continuava na Biblioteca Nacional, sem deixar de escrever para a *Gazeta*.

Não tardaria em afastar-se, após o concurso, que lhe conferiu cátedra no Colégio D. Pedro II.

Da tese, diria a Paz, em junho de 83, que a primeira tiragem de 150 exemplares, destinou-se, na maior parte, à instituição pública.

Da segunda modificou a folha do rosto e o último capítulo.

«que a angústia do tempo me obrigou a reduzir extraordinariamente».

Não obstante, conquistou a nomeação, que lhe permitiu tomar posse a 23 de julho de 83, noticiada a Pompéia, no dia seguinte.

«Amanhã vou dar a primeira lição. Versará sobre a guerra holandesa, que foi onde Berquó, já meado o ano, deixou o assunto». E acrescentava: «Vou deixar a Biblioteca nestes dias, logo que me derem a demissão. Os candidatos são muitos para o lugar e a minha cadeira é a melhor da Biblioteca, pois daqui sai-se para ganhar 400\$000. Sucedeu isso com Moreira Sampaio; sucedeu comigo. Tomara que suceda com os outros». Certo, agradou-lhe a substituição, conforme revela a carta a Machado de Assis, em que lhe apresenta «o Sr. João Ribeiro Fernandes, meu amigo e sucessor na Biblioteca Nacional, poeta distinto e não menos distinto linguista».

O cargo não desmerecera na mudança de serviço, como provaria a atuação do substituto, que também se extremou nos mesmos domínios da erudição. Casado e garantido em suas funções de professor no mais afamado estabelecimento de ensino secundário, poderia Capistrano consagrar-se com mais afinco às cogitações investigadoras do seu agrado, sem abandonar os planos de viagem, que lhe afagavam a imaginação. Por bem lhes sentir e compreender os encantos, forcejou por esclarecer as dúvidas que existiam acerca dos itinerários seguidos pelos pioneiros. A João Brígido, que lhe enviara trabalhos sobre a história do Ceará, confessaria,

a 20-I-83, o prazer em recebê-los: «Gostei muito de ler seu folheto, e lucrei e aprendi bastante». Não ocultou, porém, as divergências de opinião em certas passagens: «Para mim é fora de dúvidas que a Fortaleza antiga era no rio Ceará».

Refere-se à rivalidade entre Fortaleza e Aquiraz, e o remate «que não deixa de ter suas semelhanças com a Guerra dos Mascates em Pernambuco».

Também discordou no tocante ao caminho por Penedo e Porto Calvo. «Insisto com especialidade neste ponto, frisou, porque êle interessa a um trabalho que tenho entre mãos e para o qual pode ajudar-me bastante: é o das entradas antigas». Também se referiu ao «assunto em que tocou ligeiramente no seu trabalho, e que seria bom que desenvolvesse alguma coisa, é o das sesmarias». Ambos seriam esplanados a preceito, como fundamento de suas interpretações magistrais. De momento, ser-lhe-ia impossível afastar-se do Rio, onde o retinham as exigências do Concurso. Mas, assim que se viu mais desembaraçado, aprofundou para o Norte. A 14 de março de 84, saltou na Bahia, a caminho do Ceará, e a Ramos Paz, a quem dá conta da visita ao berço natal, não deixaria mais tarde de apontar a tarefa de que se incumbira. «Com alguns amigos estou encarregado de publicar uma coleção de documentos sobre a História do Brasil, por conta do Governo».

O primeiro volume, com dois «interessantes trabalhos de Anchieta», deveria ser dado a público, por maio de 86.

No segundo, estampar-se-iam cartas de jesuítas, «datadas de 1549 a 1568, em número de 80, mais de 50 das quais inéditas». Para o terceiro, solicitou de correspondente cópia da «história da fundação do colégio de Pernambuco, em 1576», acêrca da qual encontrou informações no *Catálogo da Biblioteca do Porto*, e também de *Memória*, que trata da Capitania de Pernambuco. Na mesma década, em cuja arraiada festejara a sua felicidade conjugal e as conquistas sucessivas das posições almejadas, cuidou de aumentar a bagagem literária, iniciada com a *A armada de D. Nuno Manuel, 1880*. — *O Descobrimento do Brasil e seu Desenvolvimento no Século XVI*, tese de concurso, 1883, artigos na *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Comércio*, e as traduções de *Do Rio de Janeiro a Cuiabá*, 1884, cujo original, de Herbert Smith, permanecia inédito. Contemporâneamente, alargara os meios de conhecimentos, ao aprender alemão, em aulas de 1883-84, de Carlos Jansen, ao lado de O. Derby, Vale Cabral, Ferreira de Araujo, e Pompéia, como relembração, volvido um quartel de século, a José Verissimo, ao gabar-lhe artigo sobre Machado de Assis, que também se aliara ao grupo de estudantes, cuja mocidade já

ia longe. E, então, além de autores ingleses, ou norte-americanos, empreendeu a tradução de obras alemãs, fundamentais para o melhor conhecimento do país, como *Geografia Física do Brasil*, de Wappoeus, refundida e ampliada por doutos colaboradores, 1884, *Geografia Geral do Brasil*, de A. W. Sellin, traduzida e aumentada, 1889. Com essas duas contribuições, aproximou o ensino da Geografia dos mestres alemães, que o modernizaram, assim como procedeu quanto ao da história, à luz das lições de Ranke. Não se descuidava, porém, da consulta às fontes, embora jamais tivesse frequentado os arquivos europeus. Serviu-se todavia, de amigos diligentes, que se apressavam em atender-lhe as solicitações. Entre os demais sobressaia Rio Branco, de quem esperava a História Militar, insistentemente solicitada. Comunicou-lhe, cinco meses após a Proclamação da República: «estou passando seis horas por dia na Biblioteca, mergulhado em ms., espalhando as poeiras do Conselho Ultramarino». Mais empolgado pela análise dos fatos coloniais, decifrados nos mananciais opulentos, do que em anotar os sucessos contemporâneos, referia, porém, com pena sarcástica, ao barão a transformação política operada a 15 de novembro.

Mas refletiu: «no ponto em que as coisas estavam, era a única solução razoável. Todo o Brasil aderiu».

Mantinha-se coerente com o que dissera a 23-12-87.

«Estou convencido que o imperador não pode nem deve mais reinar no Brasil! E mais, «estou convencido que o terceiro reinado será uma desgraça e esta opinião vejo-a cada dia espalhar-se e consolidar-se, mas não pode deixar de ser assim. Acho que a História o que há de dizer do imperador é que ele não soube fazer o bem e não quiz fazer o mal». E assim prosseguiria, oporoso e feliz, mais embebido em leituras referentes ao passado, que ansiava por interpretar com acerto, do que envolvido pelos sucessos tumultuantes, de que seria apenas testemunha perspicaz, quando o infortúnio lhe bateu à porta, enlutando-lhe a existência.

Ao findar dezembro de 1891, sucumbiu a espôsa, que lhe deixou cinco filhos, inclusive a caçula, órfã nos primeiros dias de existência.

II

Temperamento mais realista do que romântico, evitava Capistrano derramar-se em efusões sentimentais. De quando em quando, todavia, ao abrir-se oportunidade, não ocultava aos amigos os lances mais íntimos. Assim aconteceu ao comunicar, a Assis Brasil, o casamento que lhe proporcionaria a plenitude da feli-

cidade. Decorrida apenas uma década, a desventura de perder a esposa inspirou-lhe, ao revés, aflitiva confiança. «Aqui vim procurar o sossêgo moral, que há um ano me faltava, e trabalhar», registrou, em carta de 23 de janeiro, nos primeiros meses de viuvez. «Desde o dia 14, estou aqui na serra dos Órgãos a 800 metros do nível do mar, a seis horas da estação mais próxima da estrada de ferro, a dois dias dos jornais e do pão fresco». Depois que o infortúnio lhe invadira o lar, era a primeira vez que levava a prole, já orfã de carinhos maternos, para distante refúgio, onde pudesse consolar-se da falta que sentia da companheira da melhor fase de sua vida. A evasão do ambiente doméstico, povoado de angustiantes recordações da que se fôra irremediavelmente, equivalia a lenitivo, que se completaria com o trabalho intensivo. A outro correspondente, curioso de conhecer o itinerário, para possível visita, especificou: «Não é fácil; toma-se a estrada de ferro de Petrópolis até Itaipava, onde se chega a meio-dia; ali toma-se cavalo e faz-se uma viagem de cinco horas por um caminho que não é dos mais agradáveis». Em compensação aos incômodos da jornada, encontrara, graças à apresentação do Dr. Goeldi, casa acolhedora para os seus cinco filhos, duas empregadas e um índio, na Colônia Alpina (distante 2½ léguas de Teresópolis), onde a «despesa semanal não ultrapassava de 50\$000, maravilha de barateza». Os vivificadores ares serranos começaram a atuar benêficamente, propiciando-lhe condições para o exercício de atividades fecundas, de que o amigo tomou conhecimento. «Tenho trabalhado efetivamente, acrescentou: estou estudando bacairi com um índio de Mato Grosso e já vou bastante adiantado; estou estudando guarani, que desta vez espero furar, estou, além disso, traduzindo para nossa coleção o livro de Goeldi sobre as *Aves do Brasil*».

Ao convidar Assis Brasil a cooperar, com algum ensaio, para a série, que se intitularia *Monografias Brasileiras*, justificou o plano. «Seu intuito é preparar o centenário do descobrimento do Brasil, o que quer dizer que admite quanto trabalho original lhe fôr oferecido sobre o Brasil e não tem número de volumes marcados». Embora circunstâncias várias, entre as quais não seria somenos a Revolta da Armada, seguida de malignas conseqüências, perturbassem a execução do empreendimento, como acontecera outrora, por outras causas, à publicação de *Materiais e Achegas para a História e Geografia do Brasil*, de colaboração com Vale Cabral, diversas obras lograram vir a lume. Citou a relação das contribuições previstas, algumas das quais atravessaram os prelos, ao passo que outras não passaram de boas intenções. A *História do Governo Provisório*, de Rui Barbosa, *A caça e a pesca no*

sul do Brasil, 2 volumes, pelo Dr. Travassos, *Legislação Federal e Estadual*, Macedo Soares, *Geologia e Geografia Física do Brasil*, Derby, *Flora Amazônica*, Barbosa Rodrigues, Ceará, Antônio Bezerra, Pará, José Veríssimo, *Folclore*, Silvio Romero, *História Natural do Brasil*, 10 volumes, E. Goeldi, *Etnografia*, C. von den Steinen. A título de esclarecimento, palpitava, «com certeza se encarregará de diversos volumes sobre a história militar o Paranhos, que é quem melhor a conhece». A cargo de Capistrano de Abreu completaram-se as que se referiram às *Memórias* do naturalista, a respeito de quem informava a José Veríssimo, ao findar fevereiro de 93. «Nosso amigo Dr. Goeldi terminou desde janeiro o volume sobre as aves, que ficou com 450 páginas. Está-se preparando agora para passar aos réptis e anfíbios». Entretanto à Livraria Alves, que as editou, foram encaminhadas as traduções do «manuscrito alemão inédito», com citação apenas do nome do autor, que se incumbiu das monografias relativas aos mamíferos e às aves do Brasil.

O trabalho começara na Colônia Alpina, alternadamente com as interpretações do linguajar bacairi. «O material novo que tenho é considerável», noticiou a Studart, a 8 de março de 1893. «Ao passo que a edição alemã contém 900 e tantas frases, a edição brasileira conterà talvez umas 4.000 ou mais e tôdas novas». Na mesma ocasião, a José Veríssimo confirmou o resultado obtido. «Já tenho umas 20 histórias de animais, conheço 20 seres fantásticos de que von den Steinen nem teve notícia e tenho a história de Keri e Keme, que é como a Genesis deles, muito desenvolvida, quase completa. Creio que ficará esta sendo a tribo se não melhor estudada, pelo menos a melhor documentada do Brasil. Há muita novidade de alcance geral». Entretanto, ainda perseveraria, utilizando-se dos préstimos do índio, a cujo respeito comunicou a Rio Branco, a 22-6-95: «Há dois anos mora comigo um bacairi, cuja língua tenho cuidadosamente estudado». Deliciava-se nas pesquisas referentes à etnografia, que lhe franqueava amplos horizontes às comparações. Entretanto, não se utilizava imediatamente das pesquisas realizadas, de que somente uma parte a *Revista Brasileira* divulgou, em 1895. Desde que traduziu o ensaio de P. Ehrenreich «divisão e distribuição das tribos do Brasil segundo o estado atual dos nossos conhecimentos — 1892», jamais deixaria o trato com assuntos indigenistas. Quando as circunstâncias o favoreciam, tomava temas diferentes, sempre relacionados com as suas cogitações. Assim, em 1909, resolveu estudar a «língua do Vicente», que o acompanhara à fazenda do Paraíso, de Virgílio Brigido, à margem do Paraíba, distante de Pôrto Novo do Cunha cerca de cinco quilô-

metros. Volvidos mais de doze meses de convivência com o informante das selvas, diria a Domingos Jaguaribe :

«Meu trabalho sôbre a língua de uns índios do Juruá está chegando ao fim. Já começou a composição tipográfica, e espero não passe além de março. Será uma verdadeira carta de alforria. Há quase um ano não faço outra coisa, e não sei como desejava, porque seria preciso pessoa mais competente». Afinal, a Calógeras, carta alviçareira, de 15 de novembro, confirmava a terminação da tarefa. «Creio que meu trabalho extensivo sôbre o Caxinauá está concluído. Estou acabando a cópia dos textos; Vicente poderia naturalmente me dar muito mais textos e sôbre assuntos importantes, mas agora se trata de coisas íntimas; conhece-as certamente, mas duvido que desembuche. Pois êle é lá capaz de dizer que os parentes assam defuntos e comem?»

Não obstante, em janeiro seguinte, voltava a informar: «Tenho colhido mais textos, umas trezentas frases mais», devidas a Tuxunim, principalmente. «Acaba êste de dizer que Vicente sabe histórias de almas, e outras coisas. Não as conta com medo». Ainda se achava no Paraíso, quando lhe sobreveio o desânimo, confessado, a 12 de dezembro, a Calógeras: «estou profundamente cansado e aborrecido com a tal língua dos caxinauás. Creio que muito breve a saturação chegará ao ponto de me bestializar. Para me distrair, meto-me na lexicografia». Se a preparação dos originais já o entediava, maiores tormentos lhe causaria a revisão das provas. Rompeu-lhe o desabafo, a 22 de agosto de 1911. «Agora que li o que está impresso e vejo como emendas, feitas três, quatro, cinco vêzes, foram desprezadas, digo: desgraçado de quem se mete a publicar um livro sôbre linguas indígenas na América do Sul, ou pelo menos no Brasil, ou pelo menos na Imprensa Nacional». A obra, que lhe aumentou a fama de etnólogo sagaz, correspondeu à crise resultante da vocação religiosa da filha, comentada em comovente carta a Mário de Alencar. «Não comparo a separação de Honorina à morte. Disse apenas que compreendo as causas de seu ato, mas que isto me consola tanto como saber a doença a que a mãe sucumbiu». As causas ocupam o segundo plano; o primeiro cabe aos efeitos. «Acho, porém, o caso dela pior que a morte; a morte é fatal; chega a hora inadiável; em resoluções como a de agora há sempre a crença, certamente errônea, de que o desenlace podia ser outro, e é isto que dói. Só agora vejo como a queria. Passo os dias sem sair, pensando nela, juguete dos sentimentos mais contraditórios, desde a indignação até as lágrimas. Só com os filhos, à hora do jantar, converso sôbre ela. O receio de que qualquer estranho se

possa referir ao assunto dá arrepios. O isolamento não me pesa, alivia-me». «Já me sucedeu isto uma vez, quando Abril saiu-me inesperadamente de casa para vir morar com a avó. E a impressão foi ainda mais pungente, porque tratava-se de um companheiro de longos anos, e eu sempre tinha a esperança de que voltasse». Depois das confidências dolorosas, rematou: «Mas basta de Honorina. Peço-lhe que nunca mais se refira a êste assunto, se eu em primeiro lugar não a abordar». Mas, acrescentou: «Não irei vê-la; as cartas suas só responderei se precisarem de resposta; correspondência não quero ter». Diferentemente procedeu com o filho que preferira a convivência com a avó, mas continuou a frequentar-lhe o tugúrio, até sucumbir. Quando a epidemia o arrebatou aos seus carinhos, não conteve expressões doloridas, que endereçou a Mário de Alencar, em cuja amizade se refletia o vulto paterno, a quem dedicava compreensiva admiração. «V. conheceu-o de pequeno, e nunca variou. Defeitos tinha, mas supria a tudo a alegria com que encarava as coisas, a decisão com que nada deixava a meio caminho, o otimismo contra o qual os abrolhos se convertiam em flores. Encontrou companheira condigna, fê-la feliz e não deixou degradados para êste vale de lágrimas. Consolei-me, êstes dias, escrevendo a Honorina, lembrando, como podia, os trinta e dois anos agora encerrados»... «Continuarei neste quarto, onde não há cadeira em que não sentasse, livro que não procurasse, e, durante nove anos, quase não houve dia em que não viesse». Todavia, não permaneceu parado, e de Pedras Altas, para onde o levara o convite instantâneo de Assis Brasil, comunicaria ao mesmo correspondente. «Fiz bem em vir. O sentimento de esfoladura, deixado pela morte de Abril, vai-se atenuando, sinto-me reencourado em certas partes, noutras já se formou o cascão». Em termos semelhantes, respondeu a 7-3-19 a J. Lúcio, ressuscitado de propalada notícia de seu falecimento: «senti-me esfolado, vim ao Rio Grande criar couro e cabelo. No princípio desanimei e quase resolvi voltar, mas persisti e venci o agudo da crise. Quem perde uma perna, trata de arranjar outra de pau. Durante muito tempo sente dores, e tão localizadas que pode dizer o dedo em que está a sede. Eis o meu caso». E passou a ocupar-se de planos de trabalho, repetindo o comunicado a A. de Taunay. «Estou em Pedras Altas desde 15 e não sei quanto demorarei. Trouxe os textos bacairis, colhidos pela maior parte em 1893 e 1894 e desde então postos inteiramente de lado. Alguns perderam-se. Sobraram só os que tive a boa idéia de depositar na Biblioteca Nacional. A propósito, lembra a contribuição de C. von den Steinen, «admirável mas insuficiente porque o meu material é muito maior». E refletia: «que estupendo livro não

teria êle produzido se, como eu, ficasse com um índio em casa durante meses, em vez de fazer tudo nos atropelos de duas explorações. Para sufocar as suas angústias e estimulado, por ventura, pelos gabos, que lhe festejaram a publicação da monografia sôbre os Caxinauás, retomou, destarte, as investigações esquecidas por acidentado quartel de século. Engolfava-se de novo nas indagações iniciadas por ocasião de outro abalo sentimental, para se despicar da desdita, que lhe enlutara a vida quando, perdida a espôsa, ainda via em tórno os filhos, seu consôlo no exílio, que o atraíra à Colônia Alpina. O índio Irineu facilitara-lhe, então, a iniciação no estudo das características etnológicas de sua gente. Mas, apesar de empenhar-se afincadamente na interpretação dos trechos que ouvira ao informante, não conseguia superar as dificuldades, que se lhe deparavam. Recorreu a Rondon, que lhe prometeu a colaboração de abronzeados nativos de Paranatinga. Levou-os, em 1921, para a fazenda das Três Barras, «onde desembocam o Piabanha e o Paraibuna, e o Paraíba segue, pedregoso e espumante, para as lezirias ferazes». A convivência, desta vez, abreviou-se, em parte por causa da gripe, que os tornou «imprestáveis, insociáveis, insuportáveis». Em agosto, regressaram, depois de terem prestado escassas informações ao pesquisador, a quem foi prometido outro auxiliar, de quem diria, a 16 de agosto de 24, quando já se achava em São Vicente, por ter antecipado a viagem costumeira. «O motivo foi o bacairi trazido pelo Amarante, a meu pedido. Acostumado à vida do campo, o índio dá-se mal na cidade. Aqui tem a poucos passos o mar, aonde se banha à vontade. Há muito onde andar». Afiguravam-se-lhe propícias as circunstâncias. «Meus trabalhos linguísticos marcham. Êste ano espero alcançar minha carta de alforria. Trabalho duas horas por dia, mas, apenas concluir um trabalho atrasado, consagrar-me-ei sômente à língua do índio». Assim, forcejava Capistrano por esclarecer as dúvidas que se lhe deparassem nas pesquisas históricas ou etnológicas. Adquirida a certeza, ou o que lhe satisfizesse a curiosidade, nenhuma outra vantagem pretendia de ordem material, ou de glórias. Não as cobiçava, como demonstrou mais de uma vez. Premiado pelo Instituto Histórico, inspirou-se no precedente aberto por Varnhagen, com diverso intuito, para recusar a medalha de ouro, a que fez jus a sua monografia sôbre os Caxinauás. E quando lhe constou que os seus amigos decidiram festejar-lhe ruidosamente o aniversário, não titubeou em censurá-los: «Segundo sou informado, trama-se para meu próximo aniversário uma patuleia, poliantéia, ou coisa pior e mais ridícula, se fôr possível. Aos meus amigos previno que considero a tramóia como pro-

fundamente inamistosa. Não poderei manter relações com quem assim tenta desmoralizar-me. Custe o que custar».

Como o filósofo grego, a quem bastaria um tonel para moradia, Capistrano, que desprezava honrarias, de bom grado contentar-se-ia em residir no tunel inacabado do Rio Comprido, onde «uma esteira para descansar os lassos membros, duas esteiras para as extremidades satisfarão minhas modestas ambições» (4-6-1923). Porque, «hoje só aspiro sair dêste mundo como nêl entrei: sem escândalo meu nem dos meus». E quanto à vestimenta, forneceu completas informações a Mário de Alencar a 6-9-915. «A questão do barato e caro é tôda pessoal; não compro chapéus de sol de mais de cinco mil réis, porque costume perdê-los e o prejuízo é menor; não me visto no Raunier, porque sou como H. de Melo, de quem dizia o Pedro Luís, — o antigo ministro, veste-se chibante no Raunier, desce aprumado a rua do Ouvidor, e chega com a roupa machucada na rua Direita. Minhas finanças não me permitem mais que o Colombo, mesmo isso sem a frequência que fôra para desejar». Indiferente aos brilhos aparentes, que não o seduziam, Capistrano afeiçoava-se, de preferência, a quantos lhe manifestassem qualidades superiores, de inteligência e caráter. Desprendido de ambições materiais, descuidado no trajar, jamais lhe faltou, entretanto, a franca amizade dos doutos, de milionários e políticos de prestígio, de quem se afastava discretamente, assim que os visse em postos de comando. Não lhes dissimulava, todavia, a sua franqueza, por vêzes rude, nem negava a prestante colaboração, quando os visse atarefados em assuntos de sua especialidade. Apesar da máscara de misantropo, que usava, de costume, sabia cultivar amizades, com extremos de compreensiva bonomia, espelhante em sua volumosa correspondência.

III

Embora tivesse estreado nas atividades literárias pela crítica, ao traçar os *Perfis Juvenis*, não tardou Capistrano em transferir-se para outros domínios, em que lhe cresceu a aspiração. Curiosa por exemplo, a transformação assinalada pela correspondência, do plano de elaboração de sua *História do Brasil*. De princípio, com os arroubos da mocidade, pretendeu escrevê-la por maio de 74, quando lhe brotou a primeira idéia, «resultado de uma leitura febriciante de Taine, Buckle e das viagens de Agassiz,

feita ainda no Ceará». Volvidas quatro décadas, pormenorizou as circunstâncias a J. Lúcio, em carta de 19-3-1917. «Tenho presente a primeira vez em que veio a idéia de escrever a *História do Brasil*. Estava no Ceará, na freguesia de Maranguape, com poucos livros, arredado de todo comércio intelectual. Acabava de ler Buckle no original, relia mais uma vez Taine, tinha acabado a viagem de Agassiz.

Vim depois para o Rio em 1875; cada ano que passa é uma parede que cai». A mudança para a Capital Federal, onde fez duas aquisições: «saber do alemão o bastante para lê-lo na rêde, sem estar me levantando a cada instante para recorrer ao dicionário, e através de Wappoeus, Peschel e Ratzel compreender que a geografia é tão bela ciência como difícil», modificou-lhe os projetos, de que não desistiria jamais, embora não os executasse a inteiro contento seu. Assim, após versar, por três lustros operosos, assuntos relacionados com o tema principal, comunicou, a 17 de abril de 1890, a Rio Branco, seu parceiro em pesquisas, embora à distância: «dou-lhe uma grande notícia (para mim): estou resolvido a escrever a *História do Brasil*, não a que sonhei há muitos anos no Ceará, depois de ter lido Buckle, e no entusiasmo daquela leitura que fez época em minha vida — uma *História* modesta, a grandes traços e largas malhas, até 1807». E apontava os rumos que tomaria: «as bandeiras, as minas, as estradas, a criação de gado pode dizer-se que ainda são desconhecidas, como aliás, quase todo o século XVII, tirando-se as guerras espanholas e holandesas». E refletia, para estimular a colaboração do amigo: «o que me penaliza é não poder aproveitar seus trabalhos sobre a *História Militar*». E indagava, ansioso: «Por que não os publica aqui? por que não os dá em nossa coleção como propus a tempo? Deixe a edição perfeita para alguns anos mais tarde». Não perderia ensejo de insistir com o seu «correspondente histórico», desde 1886, a quem mais de uma vez tornaria ao assunto. «Vi com muito prazer que brevemente, isto é, daqui a uns 400 dias, multiplicados por 24 horas e estas pelos respectivos minutos e segundos, teremos a *História Naval Brasileira*.

Mas só a *História Naval*? E a *História Militar*, a começar da guerra holandesa? Há tantos anos que V. Excia. a estuda e conhece tão bem, que mais larga demora é uma lesão pública. Por minha parte nunca até hoje estudei as questões do Sul, à espera da obra de V. Excia.». De envolta com os mais rasgados gabos à competência do barão, cujos conhecimentos dos fastos sulinos e militares não encontravam competidores, apontava o defeito, que lhe restringia a influência, à mingua de divulgação

apropriada, acorde com a opulência das suas investigações perseverantes e sistemáticas. A mesma queixa, contra a morosidade na elaboração, atribuída a Paranhos, poderiam os estudiosos dirigir ao acusador, que lograra o primado entre os conhecedores do passado brasileiro. Prometia dar a lume os resultados de suas indagações pacientes. Mas o tempo escoava-se, como sucedia a Rio Branco, mais parcimonioso, aliás, no escrever. Apesar de ter-lhe anunciado a decisão promissora, não cuidou de dar-lhe execução. Entretanto, aceitou a incumbência, a que se referiu, em carta de 19 de março de 1899, a Domingos Jaguaribe, datada de S. Rita. «No Rio a Sociedade Comemorativa do Centenário teve a pouco feliz idéia de me encarregar de um artigo sobre a nossa história para o volume que vai ser publicado para o ano. Infelizmente é dos tais casos que não se podem rejeitar. Já comecei a trabalhar; quero ver se levo pronto um terço ou pelo menos um quinto do total, e para tal fim por aqui ficarei até o último momento». A propósito, comunicaria a Studart, a 18 de agosto de 1901, para lhe proporcionar dados bio-bibliográficos, em terceira pessoa. «No *Livro do Centenário*, foi encarregado de tratar do descobrimento do Brasil, povoamento do solo, organização política e administrativa, evolução social. Escreveu a primeira parte; mas não está disposto a escrever o resto, porque não lhe pagaram». O episódio destoa do desprendimento costumeiro de Capistrano de Abreu, que não se apegava às conveniências monetárias, e por isso viveu pobremente, sem nada ambicionar, apesar do imenso patrimônio cultural, de que poderia ufanar-se. Não seria por simples impulso interesseiro que deixaria de continuar o trabalho encetado, de que deu notícia ao conterrâneo. Sentiu-se porém ludibriado pela falta de cumprimento de obrigações, da parte contrária, que não correspondeu ao seu empenho de bem satisfazer o compromisso. Talvez nem se queixasse, mas ao amigo distante revelara a causa da interrupção da obra a que se dedicara. Poderia, por ventura, transformá-la na que premeditara, caso não o contrariassem as circunstâncias.

Não lhe tardou, todavia, novo convite, para anotar a *História do Brasil*, de Porto Seguro, de que tratou em carta de 28 de outubro de 1903: «Pretendo acompanhar cada volume do Varnhagen (serão três, o primeiro acaba na conquista do Maranhão), de uma introdução de cem páginas, fazendo a síntese do período correspondente». E comentava, a propósito do projeto revelado: «Se levar isto ao cabo, fica pronto o livro a que reduzi minhas ambições da *História do Brasil*, um volume de formato de um romance francês». Na seguinte, repetiria: «quero ver se precedo

cada volume do Varnhagen de uma longa introdução; assim farei sem grande dificuldade a *História do Brasil* a que reduzi as minhas ambições». Não obstante possuidor de vasta erudição, parece que só redigiria por solicitação de fatores externos, que lhe exigissem presteza na realização. Assim, o texto da *Armada de D. Nuno Manuel* foi escrito em uma noite e as notas lançadas atropeladamente. Mais longa, «escrita e impressa no prazo improrrogável de 40 dias», também a tese de concurso o forçou a trabalhar aceleradamente para não perder a oportunidade de competir com afamados professores. Quando aceitava alguma tarefa, esforçava-se por executá-la. Assim, a 28 de janeiro de 1906, interrompendo por alguns momentos o trabalho que o empolgava, noticiou ainda ao amigo da mocidade. «Estou escrevendo a todo o galope um esboço histórico e geográfico do Brasil, para o livro de estatística industrial, que, sob a direção do Dr. Vieira Souto, deve ser publicado em setembro; marcaram-me o limite de 120 páginas em oitavo».

Na mesma data, a Ramos Paz não se esquecia de transmitir a boa nova, em termos pouco diferentes. «Estou trabalhando a toda força num esboço histórico e geográfico do Brasil, que deve sair na Estatística Industrial lá para setembro. Marcaram-me o limite de 120 páginas em oitavo; e tenho cinco meses para fazer tudo. Talvez seja um bem».

Uma vez que anuira ao convite do Dr. Vieira Souto, iria consagrar-lhe a sua capacidade de trabalho. Derivava o empreendimento de feliz iniciativa do ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Lauro Muller, que, em 1905, encarregou o Centro Industrial do Brasil de «reunir em uma obra as informações relativas a todas as indústrias exploradas no país». Posto que ideado com propósitos utilitários, baseados em dados estatísticos, «recolhidos expressamente para esta obra por agentes especiais que o Centro enviou a todos os Estados», *O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias* obedeceu à sábia orientação de Vieira Souto, professor da Economia Política na Escola Politécnica. Dai se causou a divisão do trabalho por «quatro grandes ramos — indústria extrativa, agrícola, de transporte e fabril», e adequada introdução. Não se fez mister prorrogação de prazo para que ultimasse Capistrano, as *Noções de História do Brasil até 1800*, em que se espelha a evolução brasileira, sintetizada em 214 páginas.

Não deixaria de anotar as dificuldades da elaboração urgente — «Estou escrevendo a parte relativa ao Maranhão do trabalho encomendado pelo Vieira Souto», comunicou a 28 de novembro de 1906 a Studart. «O capítulo, simplíssimo à primeira vista, complica-se para quem tem de reduzi-lo a cinco ou seis

páginas. E ainda tenho de tratar das minas... de tudo, enfim. E cada vez tenho menos idéias e menos gôsto. Sou verdadeiramente um galé. Sinto necessidade de passar uma semana fora do Rio, na Gávea, em Petrópolis, com o Moura Brasil, e não posso.

Por mais esforço, creio que ainda esta semana não terminarei». «Creio que a parte colonial única de que me ocupo agora, deitará duzentas páginas. Na história contemporânea não penso agora, para não virar maluco». Afinal, regozijou-se em rematar o trabalho, na primeira semana de janeiro de 1907». Custou! referiu ao mesmo velho amigo cearense. «Se me perguntares se estou satisfeito com o que fiz dir-te-ei francamente: não! Imaginava outra coisa e não pude realizá-la, parte por culpa minha, parte por culpa das circunstâncias». «Acreditei muito na extensão da vida e na brevidade da arte, e fui punido. «Quando, ainda no Ceará, concebi-a, a obra tinha outras dimensões. Cada ano levou comigo um lance ou um andar.

A continuar mais tempo, ficaria reduzida a uma cabana de pescador. Mesmo agora acho-lhe uns ares de tapera». Todavia, os *Breves traços de História do Brasil Colônia*, título da separata, que sem tardança atravessou os prelos, substituídos, afinal, por *Capítulos da História Colonial*, valeu-lhe os mais rasgados elogios dos sabedores. Se não correspondia cabalmente ao projeto primitivo, certo, em suas páginas espelhava-se o saber do historiador madurecido, que fôra às fontes abeberar-se de informações utilizadas com perspicácia incomparável: Por instantes solicitações, encarregara-se da elaboração apressada, que lhe teria proporcionado os fundamentos de obra de maior tomo, se perseverasse em desenvolvê-la. Em breve, porém, daria novos rumos às suas pesquisas, registadas em carta de 19 de setembro de 1909, quando tomava por objeto de suas cogitações o estudo dos Caxinauás. «Com êste episódio linguístico desviei-me inteiramente da história pátria; não continuei a narrativa, como pretendia, nem mesmo comecei a revisão e redistribuição do já feito. Às vezes lastimo, às vezes dou por bem empregado o tempo. Se todos os anos tivesse um índio para me ocupar, daria demão às labutações históricas». Os desvios de rota afastavam-no da obra definitiva, que jamais empreenderia, pelos motivos indicados a José Veríssimo, já em 1914. «A minha curiosidade dispersou-me a atenção por tôda parte, e agora posso dizer como Monte Alverne: é tarde! é muito tarde». Naturalmente, presaria a opinião dos entendidos, que lhe exaltavam os êxitos.

Mas sem se deixar convencer contra as restrições decorrentes da sua rigorosa auto-crítica.

Por seu gesto, refundiria tudo quanto houvesse publicado, à vista das correções exigidas por pesquisas ulteriores. As edições seriam provisórias e de tiragem diminuta, apenas para distribuição entre amigos, caso lhe fôsse permitida semelhante aspiração.

Não há que duvidar da sinceridade de Capistrano, ao mostrar-se insatisfeito das suas monografias, quando as visse em letra de fôrma. Não o picava o narcisismo literário, nem a ambição de glórias. Ao contrário, diria a J. Lúcio, 18-3-18, «quando faço qualquer coisa sinto diante do produto impressão que deve assemelhar-se à da parturiente diante das secundinas, alívio e nojo. Aliás, a cada passo, rompe da correspondência alguma declaração expressiva, em que se espelha o seu desprendimento. Assim, a Studart, respondia a 29-12-94. «V. pede as minhas monografias. Geralmente só tenho escrito em jornais e não só não guardo os artigos como nem sei o número em que saíram. Da minha tese não tenho um só exemplar; da monografia sobre D. Manuel talvez descubra algum, um dia que me dispuser a afrontar a desordem da folhetada». «Reunir artigos causou-me sempre repugnância. Mesmo se a não sentisse, teria de abrir mão da empresa, porque não coleciono tais aparas, comunicou a M. Alencar. A surpresa que lhe causou em 1919, a catalogação da livreria de Ramos Paz, seu compadre, confirmou a displicência com que tratava os próprios escritos. «No espólio de Paz, assinalou a 25 de julho de 1920, encontrei diversos artigos meus, de alguns dos quais não me lembrava mais». «Fernando Gabaglia ofereceu-me a hospedagem do *Anuário do Colégio Pedro II*, prometendo-me um certo número de separatas, o oferecimento tentou-me». De outra feita, revelou a balbúrdia em sua mesa de trabalho, a 5-2-1900. «Há muito tempo que desejo lhe escrever; mas vou adiando, ou deixo a carta depois de escrita, sem mandar pelo correio, e só a encontro meses depois, quando já não tem atualidade».

Ou, então, diria a A. Taunay, em 1920: «Outro dia, por baixo de uns papéis velhos, encontrei uma carta para V. em envelope selado. Mandeí-a para o Correio sem abrir. Que conterá?» Também ocorria a variante, já em 1924, «esta é a segunda carta que lhe escrevo. A outra extraviou-se no meio da papelada; procurá-la levaria mais tempo». Em tais condições, de carência perturbadora do arranjo de seus documentos, não admira que incorresse na condenação veemente de Silvio Romero, que chegou à excessiva injustiça de atribuir-lhe falta de preparo necessário ao empreendimento de obras grandiosas. Maravilha, ao revés, como pudesse Capistrano, em meio da desordem material, ultimar ensaios, que lhe imortalizaram o nome de historiador arguto e

desvendaram novos rumos aos seus continuadores. Além da sua contribuição pessoal, ainda se aprazia em estimular a colaboração de contemporâneos de igual naipe ou de escritores esquecidos. Assim, de parceria com Vale Cabral e Silveira Caldeira, organizou a série de *Materiais e Achegas para a História e Geografia do Brasil*, em que saíram alguns volumes, não obstante a oposição do diretor da Biblioteca Nacional, denunciada em cartas de 25 de novembro de 86 e de 8 de fevereiro seguinte, a Rio Branco, a quem diria, a 23 de dezembro: «como V.E. verá pelo fascículo de Frei Vicente que remeto, é este o quinto número dos *Materiais e Achegas*». Apesar do abalo sofrido em 91, não abandonou os projetos, que lhe abrasavam a inspiração em prol da cultura nacional. Com antecedência necessária à elaboração de trabalhos de valia, comunicou aos amigos idôneos o plano das *Monografias Brasileiras*, com que deveria concorrer o país para as comemorações do 4º Centenário do Descobrimento. Ultrapassada a oportunidade, abria-se nova causa de entusiasmo produtivo que o levou a traduzir do alemão: *Kirchhoff — O Homem e a terra*, Biennacki — *A moderna arte de curar*, Kohler — *Introdução à Ciência do Direito*. Ao dar ciência a Studart, a 19 de julho de 1902, acrescentaria: êstes volumes «fazem parte da Biblioteca do Século XX que tomei a minha conta e de que é editor a Casa Laemmert». Entretanto, não lhe figurava o nome na tradução, para melhormente patentear a sua desamissão de participar dos louvores à obra. Quem assim se multiplicava, sempre ansioso de prestar serviço útil à coletividade, como lhe era possível, não merecia a increpação de inoperante, que mais de uma vez lhe foi atribuída. Ao revés atuava com inequívoca diligência, comprovada em obras que elaborou, em geral por solicitação de amigos ou instituições culturais.

IV

Ainda quando não tivesse o polígrafo cearense evidenciado a sua vocação de historiador nas monografias que a Sociedade Capistrano de Abreu, em expressivo preito de admiração, houve por bem reeditar, para as oferecer, pela primeira vez reunidas, a apreciação dos pósteros, bastaria o seu esforço constante, à sombra, em prol dos estudos históricos, para lhe realçar a contribuição eficiente. Aprazia-lhe o uso da pena, embora de raro em raro viesse a público, em geral para atender a solicitações prementes. Mas, em surdina, para que apenas o entendesse o amigo distante, multiplicava as suas cartas, recheadas de sugestões e ensina-

mentos. Ao madrugar na baía de Guanabara, a 16 de abril de 1875, redige o primeiro comunicado, cujo ineditismo Pedro Gomes de Matos interrompeu, ao divulgá-lo na sua excelente contribuição para o conhecimento da individualidade capistraneana. É página de escritor primoroso, que já se revelava possuidor de excelentes recursos para a transmissão das fortes emoções, que lhe causaria a capital baiana e a do Império.

À medida, porém, que se atenuam os arroubos da mocidade, avultam as cogitações investigadoras, endereçadas a quem soubesse aquilatá-las. Carteia-se, em 1881, com Assis Brasil, a propósito da publicação da *República Federal*», confiada aos seus cuidados, junto a impressora Leuzinger. Quando a leu pela primeira vez, não calou o seu entusiasmo: «Gostei muito. O prólogo está como uma de suas grandes poesias, com o mesmo sôpro vasto, inspiração concentrada e ruído metálico. Quanto ao corpo, existem entre nós divergências que ainda não posso calcular até onde irão; mas devo reconhecer que V. argumenta com lucidez, com elevação e calor, que torna simpáticas as suas idéias e muito mesmo, muito interessante a leitura». Por êsse tempo, não lhe faltariam afazeres na *Gazeta de Notícias* e no Colégio D. Pedro II. Mais tarde, apesar da «minha inatividade forçada e forçosa», de que deu notícia a Paranhos Júnior, tratado ainda cerimonialmente como «Exmo. Sr. Conselheiro», por volta de 1886, o esforço desenvolvido concentrou-se na Biblioteca Nacional. Não obstante exonerado, a pedido, para se dedicar ao magistério, continuou a frequentá-la, decidido a melhor cooperar para a publicação da série de *Materiais e Achegas para a História e Geografia do Brasil*. «Vou agora tôdas as noites à Biblioteca, e não me custa nada consagrar-lhe parte do tempo que lá passo», afirmava ao futuro barão, a quem se oferecia para lhe atender as consultas:

Em compensação, pedia-lhe análogas retribuições. «Depois que descobri que André João Antonil era João Antônio Andreoni», dizia a 25-11-86, esforçava-se por obter cópia do manuscrito de Nápoles, que «só pode ser ou de Gabriel Soares, ou da *Cultura e Opulência do Brasil*, de A. J. Antonil». Caso fôsse original o livro, pediu «que V. Excia. mande tirar cópia, e ma envie, à proporção que fôr extraída». Indenizarei das despesas ao seu correspondente daqui». Não tardou o acréscimo de dois obséquios, que lhe evidenciavam a maneira de utilizar-se dos conhecimentos do amigo; «há dois livros impressos em que deve haver alguma coisa sôbre o Brasil, se houvesse muita, eu compra-los-ia. São os *Diario de Santo Marino*, publicados em Veneza, em que há coisas interessantes, sôbre os tempos do descobrimento: uma carta de 1501, de que tenho cópia, já dá a América como um continente;

segundo Harrisse, há particularidades sôbre a viagem de Cabral; e os *Calendar of State Papers*. Se V. Excia. tiver ocasião de examiná-los, ficar-lhe-ei obrigado extremamente, não há absolutamente pressa».

Confiava na sagacidade e saber do correspondente, para lhe servir de guia na avaliação dos livros e documentos em que farejassem informações aproveitáveis. A Ramos Paz, indicava, a 17 de maio de 86, «uma história da fundação do colégio de Pernambuco em 1576», de que desejava ter «uma cópia exata e autêntica». Em vez, porém, de acusar o recebimento ao compadre, que lhe enviou vários documentos de Portugal, registrou o sucesso, a 8 de 87, em carta a Paranhos, a quem se espraizou em considerações eruditas acêrca dos mais variados assuntos, desde as instruções dadas ao Conde da Torre, e D. Manuel Lobo, a Cardim. A troca de sugestões continuou até 21 de maio de 88, quando a carta é endereçada ao «Exmo. Sr. Barão do Rio Branco», ou simplesmente «Ao amigo Sr. Barão», a partir de junho seguinte, no que lhe dá os parabens pela sua *História do Brasil*: «É esplêndida, e quanto aprendi nela! Veio-me a idéia de traduzi-la, acrescentando-lhe alguns capítulos e notas. Como lhe comuniquei já estou traduzindo o artigo do Brasil para Garnier e parte já está impressa». Ambos os ensaios apareceram em francês, o primeiro no livro de Santana Nery e este na Grande Enciclopedie dirigida por E. Lavasseur. A propósito da tradução, Capistrano esclareceu: «está claro que nunca alteraria o texto, de modo a dar a outrem responsabilidade que não lhe competisse». Os acréscimos e modificações constariam de notas que revelassem, ao simples relancear de olhos, a diferença de autoria. As relações amistosas que mantinha com o barão, permitiam apresentar-lhe Domício da Gama, «um escritor de grande talento» e mais tarde, João Pandiá Calógeras, «engenheiro de minas, dos bons tempos de Gorceix, espirito de vasta cultura e um belo caráter». As mais das vêzes, porém, a correspondência destinava-se a esclarecer dúvidas históricas, ou pelo menos de bibliografia. Assim ocorreu também com Studart, que publicara o 1º volume de *Documentos para a História do Brasil e principalmente do Ceará*. Conquistara os lauréis de «mestre reconhecido e acatado», com quem poderia «conversar calmamente sôbre o assunto». «Por que não dás a procedência dos documentos que publicas»? «Por que motivo, portanto, te insurges contra uma obrigação a que se sujeitam todos os historiadores, principalmente desde que, com os estudos arquivais com a criação da crítica histórica, com a crítica das fontes, criada por Leopoldo con Ranke, na Alemanha, foi removida a fisionomia da História»? Acrescentava: «Imagina

que tivesses começado a dar as indicações no catálogo de tua coleção: que bem não terias feito às letras brasileiras, que serviço não terias prestado às bibliotecas e aos arquivos de Portugal!! Como a *Coleção Studart* em vez de concentrar-se nas mãos únicas de dono que, aliás, é um prodígio, ficaria sendo coleção nacional»!!

Indicou-lhe a maneira de atenuar a falha. «O que não fizeste com teu catálogo podes fazer agora na *Coleção de Documentos*». E depois de especificar as peças, mais aconselháveis para a coletânea, completou «ajunta um índice mais claro tendo bem em evidência, no meio da linha, o ano, e rigorosamente cronológico e no fim de cada item do catálogo, junta-lhe meu velho amigo, a indicação rigorosa do arquivo ou biblioteca. E lembra-te que és filho de inglês e junte a tudo isto dois índices, os mais simples e os mais fáceis de fazer, ao mesmo tempo de conveniência intuitiva: um índice onomástico, um índice geográfico; apenas o nome e um algarismo indicando a página». E rematava, prometendo-lhe consagração, «com tudo isto farás um trabalho como ainda não se fez nem sabem fazer no Brasil como se faz sempre em Inglaterra e nos Estados Unidos».

Desta maneira, sugeria Capistrano ensinamentos de heurística, sem pretensão, a quem lhe merecia o aprêço de mestre. Por lhe apreciar o saber, não o esqueceu, ao anotar a obra de Varnhagen.

«O primeiro volume tive de fazê-lo exclusivamente eu; para o segundo conto com o Barata, e tenho um exemplar de Rio Branco muito anotado da *História Geral* e da *História das Lutas*. Conto muito contigo», dizia a 12-11-1904.

Mais tarde, ao raiar de 1906, lastimava-se de «dispor apenas de três documentos inéditos ou desconhecidos a Varnhagen para todo o período que vai de 1572 a 1603. E refletia: «isto trouxe uma demora em que tens tua culpa. Há quantos anos de peço que publiques ou me mandes para eu publicar os documentos sobre as sesmarias do Rio Grande do Norte?» A amizade, que os unia, permitia-lhe reclamar do bibliófilo cearense a contribuição de que dispunha, como também apontar críticas acerca de sua deficiente maneira de apresentar documentação preciosa. Mais indicativa dos problemas que examinava e das solicitações frequentes de colaboração, afigura-se a correspondência com João Lúcio de Azevedo, que metódicamente a reuniu e mais tarde ofereceu à Biblioteca Nacional. Começou um tanto cerimoniosamente, a 7 de fevereiro de 1916, quando, de Pedras Altas, onde se encontrava, agradeceu-lhe a oferta de duas publicações, enviadas por intermédio de José Verissimo, amigo de ambos, cujo falecimento

se divulgou, às vésperas de ser lido o seu «cartão carinhoso». Prestou-lhe, de início, sentida homenagem, que não impediu apreciações acêrca de assuntos diferentes. Tornou, mais miudamente, ao caso, a 30 de junho, já de retôrno ao Rio, para lembrar que «Veríssimo gostava de fazer propaganda de amigos». Falou-me em seu nome, pela primeira vez, creio que em 1893 ou 1894.

Depois muitas e muitas vêzes, falou-me de sua ida para o Pará, a entrada no comércio, seus trabalhos para a conquista de pão, sua volta além-mar, sua vida de estudo e de pensamento, que auspiciavam longa e fecunda em obras, cada vez mais vigorosas. A partida de nosso amigo ainda mais sagrada torna estas recordações. A saudade comum serviria de elo sentimental entre os dois historiadores, cuja intimidade logo se estreitou, através do Atlântico. Pede-lhe Capistrano a indicação de um copista idôneo. E gabou-lhe discretamente as obras. «Ontem trouxe da casa do Bertino seu volume de *Estudos da História Paraense*. Veríssimo prometeu-me e talvez até me tenha dado um exemplar. Extraviou-se: só ontem comecei a leitura pelo Bispo e João Afonso. Já ali se percebem tôdas as qualidades fortalecidas nos *Jesuítas* e no *Pombal*». Quando se lhe enseja oportunidade, não deixa de expressar a sua opinião a respeito de problemas fundamentais da História do Brasil. «Eu tenho conseguido, com muito esforço, colocar-me no ponto de vista jesuítico; enquanto um da *Companhia* não escrever seus fastos brasileiros, minha atitude é a do geógrafo consciencioso que deixa em branco os terrenos desconhecidos». A 14 de setembro, ao solicitar diversas cópias e oferecer outras, observou: «para mim não há questão mais importante que a ruptura da grande curva de São Francisco, a passagem dos Cariris e da Borborema, a entrada no Parnaíba, o caminho terrestre de Maranhão a Bahia. O ideal da História do Brasil seria uma em que o lugar ocupado pelas guerras flamengas e castelhanas passasse aos sucessos estranhos a tais sucessos. Talvez nossos netos consigam ver isto».

Em meio de consultas e informações, tendentes, em maioria, a esclarecer dúvidas, a 2-7-17, a pilhéria, com que replicava a qualquer indagação a respeito da sua indiferença às palmas acadêmicas. «Fui inscrito na Academia Humana, independente de consulta e já acho excessivo. Os fundadores da Academia de Letras daqui eram quase todos meus amigos, instaram comigo para que lhes fizesse companhia. Resisti e cada vez estou mais convencido de que andei com juízo». Aliás, não dissimulava a sua opinião ainda quando contrariasse a da maioria. «Li últimamente — *D. João I*, do Conde de Vila Franca: é interessante, porém menos do que esperava. Foi o reinado mais fatal do Reino;

imagina que o esforço se tivesse concentrado em Marrocos em vez de esparramar-se pela África a fora: teria Portugal a contracosta mediterrânea, a península Ibérica ficaria unificada e a história européia seguiria outro rumo. Encheu-se de colônias, sujeitou-se a Espanha, dela ficou independente para entregar-se de pés e mãos à Inglaterra; único meio de conservar as colônias. Não partilho tôdas as queixas portuguesas contra a Grã-Bretanha; mas parece que, salvo a Irlanda, nunca país algum tem sido por ela tão espesinhado como Portugal». Para atender, por ventura, à curiosidade do parceiro, traçava, não raro, perfil de contemporâneos de relêvo. Assim sugeriu que o nome de seu antigo «chefe ideal, inteligente, zeloso, incansável», proviesse do pai, norte-americano, Cole, admirador de Benjamin Franklin, e de Ramiz, espanhol. Cole possivelmente se transformaria em Coal-coque, carvão e Galvão, afinal adotado para completar o sobrenome do menino, que nasceu no Rio Pardo, padeceu privações na infância, antes de se matricular no Colégio de Pedro II, onde «foi aluno brilhantíssimo». Professor de Grego, logo diretor da Biblioteca Nacional», em 1880 fez uma exposição camoniana; daí a idéia da *História e Geografia do Brasil*. «E menos de um ano organizaram e imprimiram os dois volumes já seus conhecidos». «Do meio para o fim da obra, Ramiz foi chamado para a cadeira de Botânica da E. de Medicina, e o pêso caiu quase todo sôbre Cabral.

Foi uma pena, porque a cultura dêste pobre amigo não era suficiente». A espaços, tornava a tratar de jesuítas, para opinar a 9-3-18, «fui visitá-los outro dia. Precisava de consultar os *Man. Hist.* que a Biblioteca Nacional não possui. Receberam-me como um príncipe ou embaixador. Boa gente! Afinal que é que lhes lançam em rosto? Ter inventado o americanismo, séculos antes dos ianques». De passagem, opina a respeito de Varnhagen, «incapaz de inventar documentos, mas lia-os tão mal! Muitas vêzes concluo de modo diferente dêle, outras noto que êle deixa o substancial para apegar-se ao acessório. A culpa é do Instituto. Êle pretendia escrever não uma história, mas *Geografia do Brasil*».

Quando começou a mandar «cópia de documentos para a nova associação», disseram-lhe «que só êle seria capaz da obra e êle deixou-se levar, mas nunca se lavou inteiramente de pecado original seu espírito formado em outras disciplinas».

Amiudavam-se as cartas, quinze, de janeiro a setembro de 18, quando, em Pedras Altas, «um telegrama brutal de Lisboa deu-me a notícia da morte de João Lúcio». Antes que se desfizesse o equívoco, escreveu à viúva, a 17 de novembro. «Não posso ima-

ginar a dor causada pela perda do escolhido dalma, do companheiro de vida, do pai dos filhos de V. Excia., mas posso associar-me e juntar minhas lágrimas às suas». E lembrou também a sua dor: «a 24 de outubro perdi um filho querido, meu companheiro inseparável, desde a idade de cinco anos em que ficou órfão, amparo e esperança de minha velhice. Desorientado, vim refugiar-me em Pedras Altas, donde, há menos de dois anos, por ocasião da morte de José Veríssimo, começou nossa correspondência». E terminava: «beijo as mãos da viúva do bom amigo, que meus olhos nunca viram, mas meu coração».

Para satisfação geral, não se confirmou. O escritor João Lúcio, cujo falecimento se divulgou por telegrama, era outro. E assim foi reatada a correspondência, que versava preponderantemente sobre pesquisas históricas, embora entremeadas, não raro, de observações sobre personagens e fatos da época. Assim, a respeito da eleição que se aproximava. «Não sou eleitor, não acredito haja alguém capaz de salvar o Brasil ou de perdê-lo. Bem nenhum poderia me fazer, porque desde muitos anos limitei minhas ambições a morrer sem escândalo como nasci» (26-3-19). Nem sempre estariam acordes, como em relação aos cristãos novos, que J. Lúcio planejava tratar em livro especial. «Ainda o lerei?» duvidava Capistrano, a 16 de julho de 1920. Acrescentava: «Nossos pontos de vista são inconciliáveis. Para V. a reima semítica é o principal. A mim preocupa o povo, durante três séculos capado e recapado, sangrado e ressangrado, de modo a encontrar seu traslado fiel e ver a efígie em Afonso Costa e reliquia. Liquidados os cristãos novos, torno com meu requerimento: um livro sobre Portugal entre a aclamação e o refúgio». Alguns capítulos, «As ordens militares, as comendas; como eram administradas. A feitoria inglesa. Modos de viajar no reino. Os viajantes, etc.». Ao mesmo tempo, solicitava materiais para as suas investigações. «O que eu desejaria, se fôsse possível, assinalava a 24 de julho de 1920, é cópia do que ainda existe na Torre do Tombo, relativo ao nosso século XVI». E embora nunca os tivesse visitado, sugeria: «Suspeito que muita coisa poderia encontrar-se em Simancas. Em geral a documentação colonial existe em Sevilha; mas o Brasil, como possessão de Portugal, deve figurar antes como anexo europeu». Não raro, deixava de lado as pesquisas, para tratar de providências práticas. «Será desconhecida aí a datilografia?» perguntou a 1 de abril de 1921. E explicou: «as máquinas mais rudimentares tiram duas e três cópias. Li algures que alguns editores entregam as cópias datilografadas aos autores, dizendo-lhes façam quantas modificações aprouverem; depois, só verão a obra impressa. Faça a

experiência com um dos capítulos não publicados pela Revista de História, e decida-se pelo resultado. Melhor é experimentar que julgá-lo». A espaços, regista sugestões, que mereciam pesquisas. Assim, ao tratar da revisão do livro de H. Smith — *Do Rio de Janeiro a Cuiabá*, cuja tradução empreendeu, observou: «Agora, revendo-o para a nova edição, que Weiszflog vai dar, veio-me a idéia que minha prosa pode ter influído sobre Teodoro Sampaio, que foi o mestre de Euclides da Cunha. Ou, então, grava pensamentos pessimistas, próprios ou alheios. «O casamento de minha filha foi até hoje estéril, felizmente. Encontrei ontem um pensamento de Chateaubriand, que assinaria sem hesitação: maior que a desgraça de nascer, só a de fazer outros nascerem».

A propósito de seus escritos afirmaria: «não posso considerar feliz a idéia de ter exumado meus artigos e reeditado no «America Brasileira». Remendo novo não vai com pano velho. Além das modificações feitas antes de mandá-las para o jornal, tenho feito outras para a separata e ainda não concluí».

Autoridade acatada em assuntos de história do Brasil, também se interessava pela de Portugal, a ponto de divergir de J. Lúcio. «Você divide a História de Portugal em período anterior a Ceuta e outro posterior a Ceuta». Prestando tributo ao saber do amigo, perguntou: «não seria justificada a divisão antes e depois da batalha de Toro?» Explicava melhor o conceito a 19 de junho de 1925: «minha afirmação é apenas: depois da derrota de Toro, Portugal perdeu a confiança em si, e D. João II, Isabel e Fernando, viram a necessidade de unir a península. Resultado: Portugal reduzido a cais da Inglaterra». Quanto à expansão lusitana, comentou: «para mim o caráter colonial manifestou-se na importação dos cereais; esta se não precedeu D. Henrique e seu filho Afonso, não devia ter tardado, apenas o comércio estendeu-se ao mar Cantábrico».

De igual maneira, versava outras questões relevantes em comentários que lhe realçavam o amplo saber e independência intelectual, patenteada a cada passo.

V

A curiosidade insaciável de Capistrano, a que êle próprio atribuiu a dispersão de esforços, com prejuízo de seu plano inicial de obras metódicas, manifesta-se, de contínuo, em suas excursões, para repouso, ou estudos. A mais longa e de maior influência

em sua vida ocorreu em 1875, quando se mudou para a Capital do Império. Tornaria à Terra Natal, depois de uma década de ausência, para assistir aos festejos comemorativos da abolição dos escravos no Ceará por abril de 84. Depois de perder a espôsa, amiam-se as viagens, de âmbito reduzido, em geral. Em 1893, para sufocar o desespero causado pela viuvez, refugiou-se na Colônia Alpina, a duas léguas e meia do Teresópolis, onde E. Goeldi concluía as suas monografias zoológicas. Além dos filhos e duas criadas para o serviço doméstico, levava um índio, de quem pretendia colher copiosas informações acêrca do bacairi. Distraía-se em aprender-lhe a linguagem e lendas, quando não estivesse traduzindo os ensaios do naturalista, seu amigo. Embora longe dos livros, entretém-se com Studart acêrca de Antonil, em quem descobriu o anagrama do jesuíta João Antônio Andreoni. Em janeiro de 96, datava cartas de S. Rita de Passa Quatro, da casa de «uma prima-irmã de minha mulher», a cinco quilômetros da vila, onde se encontrava, convalescente, seu filho Adriano. Fôra buscá-lo, já restabelecido. Para lá voltara, em maio de 99, conforme noticiou a Studart. «Desde princípio de dezembro estou em São Paulo, onde vim espairar um pouco. Segui pela Mogiana até Uberaba, passei três dias em Uberaba, quatro em Ribeirão Preto, cinco no Brejão, com Eduardo Prado, um e meio em Santa Silvéria, com Leão Veloso. Jaguaribe levou-me aos Campos do Jordão, onde demorei nove dias. Estou aqui em Santa Rita, na fazenda de um parente de meus filhos, desde 14 de janeiro. Antes passara mês e meio na Capital, que só agora fiquei conhecendo, porque das outras vêzes passei sempre de corrida».

Em agosto de 1901, é a fazenda de Virgílio Brígido que o atrai. À margem direita do Paraíba, em frente à E.F.C.B., que do outro lado o flanqueia, o Paraíso distava cinco quilômetros de Porto Novo do Cunha, estação mais próxima. «Verdadeiro retiro espiritual», lá estivera antes, em 1897, quando escreveu os capítulos de sua obra «até os donatários». Pretendia demorar-se até setembro, «a ver se dou conta do século XVI». Sempre que lhe fôsse possível, à fazenda aprazível tornaria, acompanhado de livros, para ler, ou de planos de trabalho. Assim, em 1909, lá encetou a leitura do «tremendo livro do Gama Barros sôbre a administração pública em Portugal até o século XV, que nunca me atrevi a investir aí nessa mui heróica e leal» (cidade). Mas a sua tarefa maior consistiu em preparar a monografia sôbre os Caxinauás, auxiliado por dois índios. «A atmosfera aqui é-lhes congenial», diria a J. Veríssimo, a 20 de novembro, e «a flor, se não desabrocha, não murcha como lá». Por isso, «minha de-

mora no Paraíso tem sido maior do que previra». Todavia, a 23 de dezembro conseguiu anunciar: «meu trabalho já está no prelo, pode estar pronto em fevereiro. Não estou contente; meti-me em camisas de onze varas. Estou revendo provas. Creio que os dois índios já esgotaram o capital ostensivo: quanto ao esotérico já perdi as esperanças». A 28, a Mário de Alencar declarou: «Se fôsse possível contar com o trabalho constante dos dois caxinauás, poderia ficar liberto em menos de um mês. Digo liberto de caso pensado; procurei levemente uma escravidão pesada, e desperdicei um tempo precioso, porque, com tôda a franqueza o declaro, não estava preparado para tanto e a coisa não sairá como desejo». Assim, o ano de 1909, que lhe permitira, no segundo mês, sulcar o rio São Francisco, em Joazeiro, onde pretendia descer até Paulo Afonso, de que afinal desistiu, deixou-o, no segundo semestre, à beira do Paraíba, às voltas com as suas indagações etnológicas. Vicente e Tuxunim, seus informantes dedicados, não lhe consentiam ausência prolongada. Na segunda semana de janeiro achava-se no Rio, mas a 20 datava carta novamente do Paraíso, onde estanciou por maior prazo. Em fevereiro de 1914, deixou-se atrair pelos banhos de Poços de Caldas, e, de regresso, na estação de Campinas, concedeu-lhe A. Penido, superintendente, passe livre, de que se utilizou para ir a Ribeirão Preto, onde pernitoitou. Por Franca, atingiu Araguaari, última estação da E. F. Mogiana. Apesar de não ter encontrado na Agência o passe que lhe deveria ter enviado Teixeira Soares, diretor da ferrovia goiana, ajeitou meios de penetrar no território do seu amigo Bulhões. Conheceu Goiandira, «terceira estação da estrada de ferro depois do Paranaíba». Não se aborreceu com o contra-tempo, que lhe vedou a continuação da viagem. «Pensas que foi decepção? Foi alegrão! Desde a noite de Franca, não encontrando amigos nem conhecidos, arrastando-me em nuvens de poeira pelos chapadões tumulares, tenho sentido uma depressão difusa, como tristeza aborrecida; não iria esticar-se êste desconforto pelas terras goianas?»

Apressou a volta ao Rio, mas, ao raiar novembro, já se achava em São Paulo, donde escreveu: «depois de amanhã sigo para Ribeirão Preto. Para Campos do Jordão só partiremos na volta: lá para o dia 6 ou 7». Decorrido o trimestre seguinte, acompanhou, até Corumbá, «Antônio Penido, que vai entregar a estrada de ferro ao Governo». E, antes de iniciar peregrinação mais demorada, passou uma semana de repouso em Morro Azul. Em janeiro de 1916, porém, acolheu-o, a 5, o *Itapaci*, que lhe proporcionou viagem costeira por Santos, Itajaí, Florianópolis, além das localidades, apenas percebidas de bordo, como Angra,

Parati e outras. Saltou em Pelotas, a 14, a caminho de Pedras Altas, «aonde vim solver um compromisso tomado em 80-81. Ainda não sei quanto tempo ficarei», comunicou a Mário de Alencar, «mas não entra nos meus planos partir antes do fim de março». Lá se maravilhou com a fazenda do amigo, que lhe proporcionou passeios para conhecer as localidades mais próximas. Em fevereiro, varou Alegrete, esteve dois dias em São Gonçalo, «antiga estância de família», onde assistiu «a um rodeio de mil rezes, a domaçoão de dois poldros brabos e vi como se toma de cuia e bomba o tal mate chimarrão, não sei quantas vèzes por dia». Atravessou a «ponte de Santa Maria, que dizem ser a maior da América do Sul, de quase dois quilômetros, o comprimento da Avenida Rio Branco». De carro, alcançou «Ibiapuitã, cêrca de cinqüenta quilômetros, aonde Assis possui grande extensão de campo — maior de légua e meia — que agora trata de situar com gado». A 22 de março, achava-se em Pelotas, a fim de «tomar vapor para Porto Alegre». Mas o *Itajubá* tocou em baixio retardando a marcha que lhe alongou a demora. «Se encalha daqui para a Capital, pouco me importa: passo de roda a combota e não me incomodará dar a outrem a responsabilidade». Por outubro, São Paulo reclamou-lhe a presença, quando se divulgou a «próxima venda da biblioteca de Eduardo Prado. Nela tenho trabalhado constantemente, das 12 às 4 da tarde», registou, em carta de 30, a Mário de Alencar. Todavia, valeu-se da oportunidade para descer a Santos e declarar: «vou sabendo mais do que vim e fui a Itanhaem, de automóvel pela praia, a célebre praia asfaltada naturalmente, que me ensinaram as biografias de Anchieta». Obtido passe recente de Penido, decidiu aproveitá-lo. «Sábado 11, pretendo partir para Ribeirão Preto e pelo ramal de Igarapava chegar a Uberaba». Assim fecharia o circuito, através do Rio Grande, transposto pela ponte de Franca, mais antiga, e de Igarapava. Ambas as linhas ligavam Ribeirão Preto a Uberaba. Em fevereiro seguinte, repetiu o passeio a Morro Azul, perto da Sacra Família do Tinguá, Município de Vassouras, fazenda de Francisco Sá, em companhia de Cecília e Abril, que não tardaria em deixá-lo, para sempre. Antes que se verificasse a fatal ocorrência, prometera aos amigos do sul: «tanto quanto se pode prever, estarei em Pedras Altas a 21 de dezembro, lá ficarei até 21 de março». No interregno, esteve em São Paulo, às carreiras, a 20 de junho, para regressar no noturno de S. João, em cuja noite o termômetro baixou a 5°.

Ao comentar o fato e as mudanças de amigos, não calou a sua constante admiração.

«Apesar de tudo São Paulo é sempre São Paulo e desde 80 nunca voltei de lá descontente».

E para reforçar os projetos, acrescentou, em carta à Senhora Assis Brasil: «Meu trabalho, a nova edição do Frei Vicente do Salvador, está concluído pela parte que me toca. Tem uma vantagem: garantiu a viagem do Rio Grande do Sul. Se não estiver lá no começo de dezembro é porque haverá coisas extraordinárias no intervalo».

O inesperado o golpearia, com o falecimento do filho estremecido, que lhe enlutou o coração. Prostrado a 24 de outubro de 1918, sobreviveu-lhe o pai, inconsolável. Não obstante, seguiu o rumo traçado, confiante no acolhimento, que o aguardava em Pedras Altas. Para lá partiu a 10 de novembro, antes por ventura do que prometera. Ainda perdurava a suave recordação, rompente de referências à peregrinação anterior. «Vou encantado com o Rio Grande do Sul», que lhe resumia a opinião de viajar deslumbrado. Desta vez, porém, não lhe bastariam as paisagens admiráveis nem a fidalguia da hospitalidade. «Aqui encontrei, diria a Domicio da Gama, combinados a amizade e o isolamento de que precisava». Havia mister, ainda mais, de aplicar a atenção a algum assunto que o empolgasse. E, então, lembrou-se dos manuscritos bacairis, de que não cogitara nas últimas décadas. «O bacairi é um defunto insepulto», comentaria, referindo-se aos estudos de 94, esquecidos por longo prazo. «É credor pelo menos de uma das obras de misericórdia; enquanto não o depuser no campo santo, minha liberdade está alienada». A 17 de março, ainda a noticiava a J. Lúcio: «continuo com o bacairi, ora animado, ora descontente, mas perseverante. Será esta minha penúltima semana de terra gaúcha. A 1 de abril pretendo embarcar no Rio Grande, e como o vapor será direto, espero estar em casa até 7». De volta ao Rio, viajou por Araruama e Cabo Frio, e nos intervalos, engolfou-se em leituras, enquanto lhe permitiu a saúde alterada, a que se referiria, em janeiro de 20. «O reumatismo gotoso que me honra anualmente com uma visita, desta remanchou. Desde começos de novembro minha vida limitou-se a cair e sarar, recair e rressar».

Para lhe atenuar a causa, atribuída a insuficiência hepática, valeu-se das águas de Caxambu, que provou em março. A 10 de abril, porém, seguia para Três Corações de Rio Verde, a caminho do Machado, onde residia a filha casada. Por fugir ao seu aniversário, a 23 de outubro, procurou São Paulo, ou melhor, São Bernardo, a 18 quilômetros, onde Martim Francisco o reteve até raiar novembro, sem lhe impedir as viagens diárias à Capital, a convite de outros amigos. De automóvel, Paulo Prado, com

quem palestrava freqüentemente, levou-o à casa de Domingos Jaguaribe, cuja data natalícia chegou a tempo de festejar. Em dezembro, regressou ao Rio, e no dia seguinte, perdeu a sogra, que parecia estar apenas à espera da sua volta, para encerrar a longa trajetória de 93 passos anuais. Mas, a 28 de janeiro de 21, já participa a J. Lúcio: «devo partir para São Paulo amanhã e de lá seguir para Poços de Caldas. Diz o médico que lucrarei, eliminando ácido úrico pela pele. Acredito, mas decidi da viagem o convite de Jaguaribe, que pagará o hotel». E acrescentou: «posso mais tarde ir a Caxambu, sem desequilíbrio orçamentário, eliminar ácido úrico pelos rins». Esteve, realmente, em Poços de Caldas, onde «nos primeiros dias, só tomei banho no Pedro Botelho, por causa da chuva; agora alterno com os Macacos, muito superiores, muito mais agradáveis». Mal retornou ao Rio, indo à casa de Calógeras, a cuidar de pesquisas, aceitou o convite para passar a semana santa em sua casa de Ouro Preto. «Salvo imprevisto, irei e verei também Mariana». Talvez penetre na razão que determinou a preferência de Ouro Preto para Capital: até agora só conheço uma «a estupidez invencível». «Se a hora fôr cômoda, talvez passe do carro especial para outro ordinário e vá a S. João d'El Rei, que nunca vi». Na realidade, partiu a 19 de março, na comitiva de Calógeras, a quem seria proporcionado carro especial. A 10 de maio, já noticiava: «passei alguns dias em Machado com minha filha casada. A viagem divide-se num trecho servido por via-férrea, noutro por automóvel. Esta anda por 50 quilômetros, faz-se quase todo no escuro, e o caminho, salvo umas passagens chamadas mata-burro, é regular. O trecho ferroviário é cêrca de dez quilômetros mais que daqui a São Paulo, mas pede quarenta horas, por causa de uma interrupção de mais de 20, já na bacia do rio Verde, aonde é forçado dormir». De volta ao Rio, entregou-se ao exame dos *Processos da Inquisição*, e a observar os episódios da campanha presidencial, acêrca da qual comentou: «Como sei que ninguém é capaz de salvar ou deitar a perder o Brasil, finjo que o caso não é comigo e vou andando por aí afora de longada». Mas os prometidos bacairis acertaram-lhe o quarto, conduzidos por escolhido oficial da Comissão Rondon, em cuja companhia saíram de Mato Grosso. Com êles tomou o trem da Leopoldina a 23 de junho, com destino à «estação Moura Brasil, donde um carro nos levará à fazenda do patrício amigo», abundantemente «banhada de três rios, o Pia-banha, o Paraibuna, que aqui fenecem, e o Paraíba». À vista do panorama, concluiu: «não se poderia imaginar melhor escolha». Acrescentou: «Lá ficarei até concluir. Tinha falado da demora de três meses; Antônio (hoje capitão de Paranatinga) diz que, casado, com cinco filhos, não poderá demorar tanto. Melhor».

Para encerrar, como de costume, o período anual, retornou a São Vicente, onde «vim aguardar o aniversário de Jaguaribe que o celebra com os defuntos». O seu gôsto em viajar não recusaria o convite de J. P. Calógeras, ministro da Guerra, para lhe fazer companhia na excursão no sul. Pelo noturno da E. F. Central do Brasil, partiram a 5 de março de 22. Viram Curitiba, a 8 e 9. «Domingo, 12, penetramos no Rio Grande por Marcelino Ramos, passamos por Passo Fundo e Cruz Alta. Desta cidade a São Borja estendem-se 360 quilômetros, percorridos em automóvel em dois dias». Prosseguindo, «passamos de trem por Uruguaiana, Alegrete, Rosário, Santana do Livramento. Em Rivera, a chuva insuportável nada nos deixou ver. Chegamos a Bagé a 19. Ai separei-me da comitiva». Sôzinho, foi visitar a fazenda hospitaleira de Pedras Altas, enquanto se desenvolviam as manobras militares, entre Saicã e Alegrete. Mas, combinado o encontro para data certa, far-se-ia a volta por mar. Refugiou-se dos «Congressos e festas» do Centenário em São Vicente, para onde partiu a 13 de agosto. Decorrido um mês, voltou por mar, a 17. Mas, em outubro, já estava em Caxambu, para «eliminar um pouco de ácido úrico, que, para celebrar o centenário, tenho armazenado o ano inteiro». «Vim ver se canso um pouco: desde janeiro tenho estado na flauta». São Vicente acolheu-o, mais uma vez, em abril de 23, e, então, valeu-se do ensejo para descrever a J. Lúcio, já em outubro, o lugar que freqüentava. «É antes roça que povoado. A ilha grande, outra menor e uma projeção do continente limitam uma poça d'água, que talvez conviesse chamar calheta. O mar dista poucos metros, de pouco fundo para quem não procura exhibições natatórias. A areia da praia é compacta, os automóveis preferem a pancada do mar, indiferentes a quaisquer respingos. As ondas em geral pouco se percebem: parece que têm mais de sonsas que de mansas a julgar pela tradição que começa de Martim Afonso». Nessa ocasião, assinalava o episódio que o molestara. «Segunda-feira, 10, transpus irrevogavelmente a casa em que residia desde 1909. Nela dispersou-se tôda a minha família». «Na véspera da partida, um parente a quem dou casa, honrado, quase analfabeto, officiosamente meteu-se a arrumar meus papéis e jogou fora, sem me consultar, todos que achou velhos». Em junho, estava no Rio, mas de São Vicente de novo datava carta de 17 de setembro e 20 de outubro. Em pouco, noticiava a chegada de outro índio, em substituição aos dois, que regressaram para seus aldeamentos, sem deixar saudades. Levou-o, por agosto de 24, a São Vicente, onde revelou desconhecidas aptidões. «Um criado dêste (Jaguaribe), que servia ao mesmo tempo de enfermeiro, despediu-se, o

bacairi tem-no substituído: talvez prefira o povoado à aldeia». A 5 de setembro voltaram ambos. «Brincando, brincando», lembrou, já têm morado comigo seis índios; dois caxinauás e quatro bacairis. Mas, decorridos menos de 12 meses, tomou passagem para Santos, aonde não se demorou. «A 27 devo estar na Paulicéia, a 1 de setembro, rumo do Prata, depois de Caldas». E completava em outra carta, após a temporada na estação balneária. «Partiremos amanhã, para a Paulicéia; no fim de setembro estaremos em São Vicente, aonde ficarei até outubro; em novembro estarei novamente no Rio». Ainda da estação Prata, para onde viajara em companhia de Jaguaribe, escreveria a 6 de dezembro de 1925.

Mas, em 1926, preferiu São Lourenço, «águas milagrosas da Mantiqueira», para onde seguiu a 19 de abril. Aproveitou-se do ensejo para chegar até Machado, onde festejou o 9º aniversário do casamento da filha e 40º natalício do genro. Como de costume, em novembro, passaria os primeiros dias em casa de Jaguaribe, que se mudara para São Paulo. «Ao chegar, achei-o bem disposto, esteve alegre no aniversário, que reuniu toda a família; dias depois começou a tossir, era a bronco-pneumonia que se manifestava». E concluía a 16 de novembro, a Calógeras: «escrevo-lhe do quarto onde às 11 horas da noite deixou de existir o bom Jaguaribe».

Assim emudeceu o amigo da infância, a cuja agonia assistiu. São Vicente não mais o atrairia. Nem São Paulo, a que se referira a 16-4-1923: «na Paulicéia estive de 9 a 13. Almocei, jantei. Os amigos velhos têm desaparecido. Os novos não os compensem». Mas, ainda em 1927, por maio, aventurou-se a rever S. Lourenço e Machado, apesar da viagem cansativa, que não mais repetiria. Meses depois, em agosto, ainda se interessava por consultar o número 40 ou 41 da Revista, pedido a R. Garcia, quando sucumbiu, a 13.

VI

Na correspondência com João Lúcio de Azevedo, continuada até um mês antes de emudecer, estadea-se a personalidade inconfundível de Capistrano de Abreu, que a recheou de comentários eruditos, a propósito de temas históricos e documentos de que havia mister para as suas pesquisas. De quando em

quando, todavia, rompe o perfil de individualidades contemporâneas, com suas qualidades e defeitos. São retratos, sem retoques, em que não dissimulava os seus sentimentos amistosos ou de repulsa. Maledicente, por vêzes, acentuava os traços caricaturais de quem lhe incorresse na antipatia. Em compensação, também sabia enaltecer os amigos, que lhe conquistassem a simpatia, embora, em particular, não deixasse de apontar-lhes as falhas. Ainda quando os perdesse, nem sempre calaria a afeição, que lhes dedicara anteriormente. Assim ocorreu com Raul Pompéia, cujas singularidades bem conhecia. Em 1882, esboçou-lhe o perfil, acentuando as características, que lobrigara no moço, «quase menino, de menos de vinte anos, apesar das barbas». Apontou-lhe o espírito ousado, que «procura sendas não batidas e às vêzes encontra-as». Cotejou-o com Aluísio Azevedo. «Serão os dois maiores romancistas da nova geração». Mas distinguiu-os com agudeza. Temperamento de artista, «Pompéia é e ficará sempre um pouco menino. Aluísio foi e será sempre um homem. Portanto, ao passo que êste se atirará ao romance social e propagandista, aquêlê abicará ao romance estético e parnasiano». As obras futuras de ambos os escritores justificaram os vaticínios de Capistrano, que, apesar de afastado, mais tarde, das relações de Pompéia, lamentou-lhe o suicídio, de que teve ciência por carta de Derby, a 27 de dezembro de 1895, quando se achava em Santa Rita de Passa Quatro. «Desde aquêlê dia não posso pensar em outra coisa», escreveu a Mário de Alencar, a 3 de janeiro seguinte. «A princípio foi sobretudo a morte dêle, tão puro, tão grande e tão ingênuo, que sobretudo me incomodou. Agora o que me obsidia é a família, principalmente a mãe, uma senhora veneranda, que em pouco mais de dez anos perdeu o marido, uma filha e uma netinha. A pesar meu, revolto-me contra Pompéia, e não me parece que a morte seja expiação bastante daquele egoísmo trágico». Diligenciou compreender o ato de desespero. «Era uma organização extraordinariamente rica e completa, tão sincera ao mesmo tempo tão fugidia, como que uma série de almas encapsuladas uma nas outras, e sempre crescendo por intussuscepção e multiplicando-se em novas almas». Em lembrança da estima doutrota, rabiscou seis páginas, a metade do que planejava. «Mas talvez não as conclua, porque pode alguém me perguntar com que direito fale dêle se, antes de se despedir da existência, Pompéia quis deixar bem claro que não passava de um equívoco a amizade que tanto tempo nos uniu?». Pretendia, «mostrá-lo como o conheci, como êle existia para mim, como voltava sempre, como teria voltado, se de parte a parte não tivesse intervindo o orgulho». O rompimento, mais super-

ficial, do que fundamentado em razões inapeláveis, não modificou a admiração do crítico dos primeiros esboços literários pelo romancista, cuja ascensão previra. A 12 de maio de 1817, para presentear o correspondente de Lisboa, enviou-lhe «um exemplar do *Ateneu*, o mais forte livro de nossa literatura, escrito dos 25 aos 35 anos, no espaço de três meses. O autor, um dos mais íntimos de meus amigos, brigou afinal comigo; meses depois suicidou-se. Não serve para moços. Aristarco é a caricatura desapiedada do famoso educador Abílio, Barão de Macahubas. Dez meses depois, voltava a opinar a 8 de março. «Ainda não lhe mandei *Os Sertões*, porque não sabia se os tinha; irão, Euclides e Pompéia são para mim os dois primeiros escritores do Brasil moderno. Prefiro Pompéia, mas em certas coisas Euclides é superior»! A separação, que inesperadamente cortou eles amistosos, não diminuiu o aprêço do historiador, nem lhe turvou o julgamento. Em contrário, porém, não raro assinalava a malquerença de desafetos. «Quando houve o célebre concurso de História, que tanto amofinou o Veríssimo, vendo-se perdido, quis F. levar a coisa em chalaça. Reprovei-o; ficou meu inimigo. Ganhamos ambos com o resultado». Mais de uma vez encontraria casos análogos, de amizade rota, sem desgosto de sua parte. Entretanto sabia cultivá-la com carinho, desde que encontrasse retribuições afetivas. Assim procedeu, por exemplo, com Mário de Alencar. Presava-o como a filho de velho amigo, de quem recebera incentivos para a sua carreira literária. Aplaudia nêle a pujança intelectual do romancista cearense. Não queria vê-lo estiolar-se, todavia, à sombra da nomeada paterna. Por isso aconselhou-o longamente, a 14-9-901: «V. precisa de deixar seu pai de lado; o que êle podia dar-lhe de bom já deu; maior convivência do que tem tido com o espírito dêle, agora só pode lhe fazer mal; paralisaria seu desenvolvimento, condenaria V. ao triste papel de epígono». «Nas horas de pensamento louco, em (que) as idéias atiram-se as cabriolas pelo vácuo, tenho cismado que seu pai previu um filho como V., sacrificando ao amor filial energias que depois lhe faltarão para a evolução própria, e quis deixar-lhe um conselho, uma norma de vida, contidos na *Encarnação*. Medite-o, acenda e dispare o gás, deixe o passado, volte-se para o presente». Insinuava-lhe paternalmente a mudança de hábitos de trabalho intensivo, pois que «sinto muito seus incômodos físicos». Lembrava-lhe, a propósito, exemplos edificantes. «Seu organismo, amigo, protesta e insurge-se, e é êle que tem razão. Spencer, que tinha diante de si um mundo a criar, ficou reduzido a trabalhar menos de dez horas por semana; sujeitou-se à contingência, realizou uma obra que, digam

o que disserem, é uma grande obra, e ainda está vivo em 81 anos, com capacidade de trabalho talvez maior agora do que na fôrça da idade». Por fim, repetiu: «fora com o remerrão! É difícil; mas é possível dar uma direção nova à vida, como o gato que se vira no ar e cai sôbre os pés; em nosso tempo, Goethe fez isto, depois da viagem da Itália; Comte fez isto depois de conhecer Clotilde». Frequentemente voltaria ao assunto, como a 24- -912, para recomendar: «Ao escrever, faça de conta que a missão de seu pai findou; a sua é outra. Quer mais claro? Basta de leito de Procusto; durma em sua rede». Menos preocupação com a sombra veneranda e com o próprio trabalho, que lhe cumpria intervalar com o repouso exigido pelo organismo. «Hei de lhe mostrar um dia a biografia de Herbert Spencer. Teve épocas de só poder trabalhar três horas por semana; e passou dos 80, e deixa quantos volumes! (24-3-1917). Apesar da incontida admiração que dedicava ao pensador inglês, e a outros, como Carlyle, «grande escritor, não há dúvida; do homem não posso gostar; era egoísta, sêco e ingrato», não abdicava de suas prevenções contra a Inglaterra e os Estados Unidos. À primeira, atribuiria a intenção de pretender reconquistar, após a Guerra Européia, as preferências dourada. «Os ingleses desejam apenas que os livrássemos de concorrentes, e repuséssemos o Brasil na situação de 1808, quando nos felicitava D. João». No tocante ao outro parceiro, afirmaria a Domício da Gama. «Não creio na amizade dos Estados Unidos, filho espúrio de Salvador de Mendonça, criado e chocado pelo barão, pelo Nabuco, por V., talvez por Assis Brasil, que já tem a visão menos turva. O que vocês querem é colocar o Brasil relativamente aos Estados Unidos na relação de Portugal para com a Inglaterra. Imagino e desejo ambições menos modestas. O manual do Itamaraty deve ser a *Ilusão Americana*. Tem um? Deve ter, mas é o livro de um homem». O autor, Eduardo Prado, incluía-se entre os de sua maior estima. «Não posso lhe dizer como me contristou esta morte», desabafou a 1-9-901, em carta a Mário de Alencar. «Desde que a recebi, ontem, ainda não pude um só momento dela desprender meu pensamento; não há quatro dias ainda, escrevi-lhe uma carta que êle não recebeu porque foi endereçada para o Brejão». Em memória do amigo, regozijou-se de captar a simpatia do sobrinho. Certo dia, na Avenida Rio Branco, encontrou-o apressado. «Disse que, obrigado a ficar em casa por um acesso de gôta, lera meus *Capítulos* e achara seu caminho de Damasco e convidou-me para almoçar com um amigo que desejava muito conhecer-me. Chama-se José Pinto Guimarães, é riograndense». Em outra ocasião, diria, por diferentes palavras:

«Paulo Prado, sobrinho do Eduardo, é rapaz culto. Atirado ao comércio, tem prosperado, sem abandonar os livros. Prêso em casa pela gôta, leu meus *Capítulos*», e ganhou amor à História do Brasil. Sugerir-lhe que em honra do tio, cuja memória continua a estremer, publicasse uns livros com o título *Eduardo Prado*. Aceitou a idéia, com a condição de escrever os prólogos êste seu amigo». Da ocorrência, deu conta a J. Lúcio, a 25-6-1918: «Uma noite, tomei uma tira de papel como esta e escrevi:

Eduardo Prado

Para melhor conhecer o Brasil — Editor Paulo Prado.

Juntei um programa, fiz o orçamento de 10 contos o volume e rematei com o ditado: quem não tem coragem não amarra negro. Datei, assinei, pus no correio».

Paulo mandou dizer-lhe, em resposta verbal, por intermédio de Pinto, que «tinha coragem e o negro seria amarrado». Daí se causou maior aproximação entre os dois principais interessados na publicação da série. «Agora na Paulicéia ficou tudo combinado. O primeiro volume será o Claude de Abbeville». Assim brotou o plano, que exigia amplas cópias de documentos, à custa do improvisado editor. Para empreendê-las, valeu-se Capistrano, responsável pela orientação científica, da amizade presente de J. Lúcio: «Peço-lhe mande começar a cópia dos papéis relativos à Inquisição no Brasil, de que dá notícia Baião na *Revista da História*». «A cópia deve ser integral. Sei que isto vai trazer-lhe novos aborrecimentos... mas a paciência alheia é inesgotável. Peço-lhe recomendar ao copista torne bem claros os nomes próprios».

A partir dessa data, o historiador lusitano tanto se incumbia dos trabalhos destinados às pesquisas pessoais de Capistrano, como dos que seriam utilizados na «série Eduardo Prado». No mês seguinte, repetia, a 18: «Agora estou tratando do prólogo de Claude d'Abbeville, que, como lhe escrevi, deve abrir a coleção Eduardo Prado, que o sobrinho Paulo vai editar». Depois de idear o arcabouço do ensaio, percebeu não lhe seria fácil a execução, como confessou a 16 de setembro. «Espero resumir tudo em cinquenta páginas. Cada vez encontro maior dificuldade em escrever. A concentração de idéias torna-se cada vez mais difícil. O caju está maduro demais; quanto mais depressa vier a queda tanto melhor». No mês seguinte, sobreveio a epidemia que não o levou, mas lhe arrebatou o filho estremecido, «amparo e esperança de minha velhice», forçando-o a apressar a excursão ao

Rio Grande. Quando retornou ao assunto, não calou a censura ao editor. «Paulo Prado passou no *Andes* para Santos. A um amigo que o procurou disse que Claude d'Abbeville estava quase concluído, que a impressão fôra contratada por 12 mil francos, cem exemplares. Não fiquei satisfeito: parece coisa mais de *bourgeois gentil homme* que de amigo da História. Isto mesmo vou dizer-lhe no dia 3 quando prometeu estar aqui». Na carta seguinte esclareceu: «A edição de Claude d'Abbeville será fac-similar. Contratou-a com a Casa Champion por 12 mil francos cem exemplares. Achei pouco para uma obra de vulgarização. Prometeu passar telegrama aumentando o número para 250. Não trará minhas notas». Como segundo volume da série, entregou-lhe as *Confissões da Bahia*, que levou para examinar. «Entende que a publicação deve ser integral; em documento não se toca». Sem mostrar divergência, Capistrano apenas comentou: «Albarda-se o burro à vontade do dono, lá diz o provérbio». Por derradeira informação, asseguraria em abril de 1924. «Já saiu a nova edição do Claude d'Abbeville, mandado fac-similar pelo Paulo Prado. A tiragem foi de 100 exemplares apenas, e o editor francês não passa de vigarista e cobrou 12 mil francos». A propósito do seu amigo, a quem induzira a publicar valiosa coleção, diria a 26 de julho de 1925. «Paulo embarcou a 12, disposto a ir visitá-lo. Se tiver se dado o encontro, V. terá visto um rapaz simples, bem educado, inteligente e instruído. Eça de Queirós chamava-o uma flôr da civilização. Rico, pandegou bastante; depois tomou conta da Casa Prado & Chaves e administrou-a galhardamente. Não esperou pela herança paterna, conquistou fortuna própria. Parece que uma vez por outra perde dinheiro no jogo». A 20 de junho de 26, referência mais caprichosa destinava-se ao pai de Paulo, que «está gravemente enfermo». «Se escapar desta, não ficará o mesmo. Tem 86 anos. Por certas prevenções evitei o mais possível conhecê-lo. Arrependi-me; é simples, benévolo; comunicativo. Paulo era filho estremoso e o golpe desferido em sua ausência, ser-lhe-á muito doloroso». Todavia, foi superada a crise, como assinalou a 17 de agosto, após o regresso do amigo Prado. «Almoçamos juntos e vi o conselheiro. Levanta-se com dificuldade da cadeira, mas sem auxílio estranho; a memória às vezes mostra-se perra; em suma seu estado geral pareceu-me tão bom quanto possível aos 86 anos! Por último, ainda noticiaria a 16 de abril, meses antes de sucumbir. «O conselheiro, apesar de seus 87 feitos, mais uma vez arribou. Se partisse agora, morreria em apoteose, porque a semente democrata semeada por ele brotou com fôrça; dos quatro candidatos, três triunfaram». A simpatia que o aproximou do venerando Antônio

Prado, derivava da amizade ao filho, a quem se afeiçoara dedicadamente. E o defendia de acusações injustas. «A palavra argentino aplica-se mal ao Paulo, afirmou a 27-2-23». «Domício, que o tratou muito de perto em longos dias da Europa, disse-me que êle gostava muito de viajar e não ia a país algum sem primeiro por-se a par de sua história e geografia; só para escrever, não lhe dava o gosto. Uma noite, entrou em casa de Eça de Queirós e por tal modo se houve que Eça, a saída, chamou-o flor de civilização. Ainda agora acabou uma combinação, que me permitirá realizar a única coisa que ainda me prende a êste mundo; publicar o livro dos bacairis». Ainda viveria, porém, para aprazimento dos seus amigos, e novas tarefas, embora diminuídas de intensidade. Por junho de 26, noticiava: «A edição — quinta — do *Diário* de Pero Lopes, feito por Eugênio de Castro, oficial da marinha, indignado com o que se passa na armada de que deseja reformar-se, ficará pronta até o fim do ano; encara sobretudo as questões geográficas». A 10 de outubro acrescentou: «Eugênio de Castro deu-me a ler o capítulo mais importante: O que acompanha os viajantes da partida ao retôrno, talvez 200 páginas. Êle procura identificar a onomástica quinhentista e a que está hoje em vigor, recorrendo à cartografia até a carta do Viegas em 1534, examinando as profundidades, os materiais fornecidos pelas sondagens, os ventos, etc.». Apreciou a contribuição erudita do amigo, discretamente, no prefácio, em que lhe realçou os méritos. Por fim resumiu a sua opinião, de forma significativa: «Só me resta exprimir o desejo que haja leitores dignos de tanto trabalho e tanta inteligência». Também a Calógeras, não dissimularia o alto conceito em que o tinha. «Zelo os teus interesses como os próprios, melhor até, porque com os meus às vêzes não atino», declarou-lhe ao findar dezembro de 1913. Não obstante a fundamentada admiração, que lhe devotava, observou a 7-8-915. «Há em tua inteligência uma tendência, nem sempre vencida com felicidade, de alastrar como tiririca. Não tens talvez um só trabalho que não ganhasse com a redução da superfície alastrada». Como prova de quanto o estimava, aceitou-lhe o convite para irem juntos a Caxambu, em março de 1920 e ao Rio Grande do Sul, por ocasião das manobras militares. Estava, então o ministro da Guerra no apogeu da sua carreira política, embora às vésperas de sossobrar. Quando o colheu o ostracismo, a que inexplicavelmente o condenou o situacionismo mineiro, Capistrano ainda alimentou esperanças de arrependimento dos correligionários, transfigurados em adversários, quando soube da viagem a Belo Horizonte de Francisco Sá, chamado pelos dirigentes do partido. E escreveu a A. Lisboa: «um dos seus propósitos era desarmar

a política mineira contra Calógeras... O que devia era mostrar àquela gente a atitude miserável que assumira com o nosso amigo e obrigá-lo a pedir perdão de joelhos, batendo nos peitos». Assim era Capistrano de Abreu, revelado pela sua correspondência. Pesquisador incansável, sagaz no interpretar a preceito os documentos, que descobrisse, ou lhe chegassem ao alcance, mercê da cooperação de colegas igualmente devotados a análogos estudos. Arguto em suas deduções, como provou ao identificar Antonil, as obras de Cardim, e esclarecer inúmeras dúvidas históricas. Desordenado em seus assentamentos pessoais, que sabia corrigir com o método cartesiano de raciocínio, amparado em peregrina memória, que lhe proporcionou a aquisição de incomparável cultura histórica e em outros ramos. Misanthropo, na aparência, mas dotado da alta capacidade de bem querer os seus semelhantes, que lhe constituíram a constelação de eruditos, solícitos em ouvir-lhe os ensinamentos. Citar-lhes os nomes bastará para o realce de quem reuniu em torno de si, enlaçados pela amizade, Machado de Assis, Mário de Alencar, Domício da Gama, Studart, Arrojado Lisboa, Theodoro Sampaio, O. Derby, Francisco Sá, Calógeras, Assis Brasil, Barão do Rio Branco, Eduardo e Paulo Prado, J. Lúcio de Azevedo, Rodolfo Garcia. A todos, dos mais variados temperamentos, e a alguns mais, soube patentear a sua vigorosa amizade que lhes apontava, não raro, as erronias, mas se mostrava sempre expedito em defendê-lo contra as hostilidades de estranhos. Por isso deixou discípulos fervorosos que se reuniram, para lhe cultuar a memória, na Sociedade Capistrano de Abreu, de cujas publicações em que se enfeixaram escritos vários do patrono, não destoará a *Correspondência*, que a cultura brasileira deve ao zelo e competência de José Honório Rodrigues, devotado a reuni-la e anotar, como prova expressiva de admiração ao historiador insigne.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA DE JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

LÊDA BOECHAT RODRIGUES

EXPLICAÇÃO

Ao comentar, nas páginas da *Revista Chilena de Historia y Geografía*, a *Teoria da História do Brasil*, Eugênio Pereira Salas inicia a sua nota dizendo que «La labor desplegada por el profesor José Honório Rodrigues en el campo de la historiografía brasileña merece ya la amplitud de un acabado ensayo». E, no entanto, o conhecido historiador chileno dispunha apenas de exemplares de quatro livros de seu colega brasileiro. Veio-me a idéia, então, que não seria tarefa despropositada nem inútil reunir os elementos bibliográficos que espelham o apaixonado e absorvente interesse com que José Honório Rodrigues, a partir de 1937, ano em que recebeu o 1º Prêmio de Erudição da Academia Brasileira de Letras, dedicou todo o seu entusiasmo e toda sua atividade a Clio. Não se distrai ele em trabalhos marginais: tudo que lê, tudo que escreve, tudo que orienta, tudo que dirige, tudo que professa converge para um só objetivo, a História, que é vida e é a sua vida. A obra já incorporada em livros é facilmente consultada e facilmente enumerada. Mas toda uma massa de artigos, alguns dos quais constituindo séries que seriam outros tantos volumes, só podem ser parcialmente conhecidos por uns poucos. Em 1946, por exemplo, era pensamento de José Honório Rodrigues rever os artigos publicados no *Brasil Açucareiro* e acrescentá-los, a fim de publicar uns Capítulos de História do Açúcar. O opulento material inédito e as bibliografias aí apresentadas fizeram com que Caio Prado Júnior insistisse com ele, nessa ocasião, para entregar os originais à Editora Brasiliense. As novas responsabilidades à frente da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional, o professorado no Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores, e novos trabalhos mais urgentes impediram-no de rever e completar o livro já em grande parte escrito nas páginas daquela revista especializada.

Assim também o curso professado no Instituto Rio Branco, registrado nesta Bibliografia, abrangia não só a metodologia,

que, com maior desenvolvimento, foi publicada na *Teoria da História do Brasil*, como as Relações entre a História e as Ciências Sociais e a Historiografia Brasileira. Esta última parte, revista e acrescentada, constituiria o livro *História da História do Brasil*, já pronto até o final do século XIX, tendo sido encomendado e contratado para edição no México. Foi pôsto de lado desde 1949, em face de tarefas mais apressadas, entre outras a pesquisa e preparo dos volumes dedicados ao centenário de Capistrano de Abreu. Aliás, viu-se também forçado a suspender um estudo biobibliográfico sobre Capistrano, já bastante adiantado, para não atrasar as edições comemorativas.

Os artigos e ensaios insertos em revistas de cultura ou em jornais tiveram sempre a preocupação de revelar alguma novidade ou algum aspecto menos conhecido dos assuntos tratados. Por isso mesmo pareceu-me que poderia ter algum préstimo uma lista de tôda essa produção esparsa. Realizado êste levantamento bibliográfico, pensei em dar, também, uma lista das críticas e resenhas a propósito de seus livros, excetuadas as de simples registro, juntando-lhe algumas opiniões publicadas e de correspondência. Integravam-se, assim, os elementos de informação bibliográfica de e sobre o autor, até êste momento. Por último, ocorreu-me completar o quadro com alguns dados biográficos puramente objetivos, que aparecem em primeiro lugar.

Num conhecimento de quase vinte anos, vi o historiador sempre fiel a si mesmo e aos caminhos que conduzem à História, a qual, como a Poesia, pode também «trazer-nos na aurora o sôpro quente dos mundos» (*).

L.B.R.

Janeiro de 1955.

(*) Carlos Drummond de Andrade, *Poesia até agora*, Rio de Janeiro, José Olimpio, 1948, pág. 85.

DADOS BIOGRÁFICOS

José Honório Rodrigues nasceu a 20 de setembro de 1913. Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil em 1937. Foi ajudante-técnico do Instituto Nacional do Livro (1939-1944), bibliotecário do Instituto do Açúcar e do Alcool (1945), Professor de História do Brasil do Instituto Rio Branco (1946-1951), encarregado de Pesquisas (1949-1950) e Professor Examinador (1953-1955) do mesmo Instituto. É Diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional desde 1946, Professor do Ensino Técnico da Prefeitura desde 1953 e Membro da Comissão de Estudos dos Textos da História do Brasil, do Ministério das Relações Exteriores, desde 1945. É ainda, membro correspondente do Seminário de Estudos Americanistas da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Madrid desde 1950, Suplente do Delegado do Brasil na Comissão de História do Instituto Panamericano de Geografia e História desde 1951, membro do Comitê de Redatores da *Revista de História de América*, editada pelo Instituto Panamericano de Geografia e História, desde 1953, e membro correspondente da Comissão Internacional para uma História do Desenvolvimento Cultural e Científico da Humanidade, sob os auspícios da Unesco, desde 1954. Recebeu, em 1937, o primeiro Prêmio de Erudição da Academia Brasileira de Letras e, em 1943-44, uma Bólsa de Pesquisa (Research Fellowship) da Fundação Rockefeller, passando um ano nos Estados Unidos. Em 1950 fez uma viagem de estudos à Europa, comissionado pelo Ministério da Educação, começando pela Inglaterra, como convidado do Conselho Britânico. Foi membro da Delegação Brasileira ao Colloquium Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, reunido em Washington, em outubro de 1950, e participou do II Colloquium reunido em São Paulo, em setembro de 1954; foi colaborador do Programa de História da América, promovido pelo Instituto Panamericano de Geografia e História (primeira reunião, Havana, 1953; segunda reunião, Nova York, 1954). Pertence às seguintes sociedades históricas: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (sócio efetivo), Sociedade Capistrano de Abreu, Instituto do Ceará, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, Instituto Histórico de Igarapé, Academy of American Franciscan History (Washington, U. S. A.) e Nederlandsche Maatschappij voor Letterkunde (Utrecht, Holanda).

BIBLIOGRAFIA

LIVROS E OPÚSCULOS

- Civilização Holandesa no Brasil*, 1.º Prêmio de Erudição da Academia Brasileira de Letras. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940, XXVI, 404 págs. ilustradas. (Em colaboração com Joaquim Ribeiro).
- Capitalismo e Protestantismo. Estado atual do problema*. Separata do «Diálogo Económico». (São Paulo), 1946, 20 págs.
- Teoria da História do Brasil. Introdução metodológica*. São Paulo, Instituto Progresso Editorial (1949). 357 págs. ilustradas.
- Historiografia e Bibliografia do domínio holandês no Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1949. (Instituto Nacional do Livro, Coleção B 1, Bibliografia, VI). XVII, 489 págs. ilustradas.
- As Fontes da História do Brasil na Europa*. (Rio de Janeiro), Imprensa Nacional, 1950. 42 págs.
- Notícia de Vária História*. (Rio de Janeiro), Livraria São José, 1951, 243 págs.
- A Pesquisa Histórica no Brasil. Sua evolução e problemas atuais*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1952. (Instituto Nacional do Livro, Biblioteca Popular Brasileira, XXX). 286 págs. Acompanhada de um Inquérito sobre os Arquivos Brasileiros, 4 págs.
- Brasil, Período Colonial*. México, 1953. (Instituto Panamericano de Geografia e História, Programa de História de América, II, 1). 175 págs.
- O Continente do Rio Grande*. Rio de Janeiro, Edições São José, 1954. 81 págs., um mapa.
- Alfredo do Vale Cabral*. Separata do vol. 73 dos *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1954, 38 págs.

EDIÇÕES CRÍTICAS

- JOHAN NIEUHOFF, *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*. Traduzido do inglês por Moacir N. Vasconcelos. Confronto com a edição holandesa de 1682, introdução, notas, crítica bibliográfica e bibliografia por José Honório Rodrigues. São Paulo, Livraria Martins (1942). (Biblioteca Histórica Brasileira, IX). XX, 391 págs. ilustradas.
- CAPISTRANO DE ABREU, *Capítulos de História Colonial*, 4ª edição, revista, anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro, Livraria Brigueit, 1954. 388 págs. retr.

PUBLICAÇÕES OFICIAIS (DIREÇÃO E PREFÁCIO)

- Os Holandeses no Brasil*. Jan Andries Moerbeek, Motivos por que a Companhia das Índias deve tentar tirar ao Rei de Espanha a terra do Brasil,

Amsterdã, 1624. (e) Lista de tudo que o Brasil pode produzir anualmente (1625). Tradução do Rev. Pe. Fr. Agostinho Keijzers, O.C. e José Honório Rodrigues. Prefácio, notas e bibliografia de José Honório Rodrigues. (Rio de Janeiro, 1942). Instituto do Açúcar e do Alcool. Documentos Históricos, I. 55 págs.

Anais da Biblioteca Nacional, vols. 66 a 74.

Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, vols. 71 a 102.

Catálogo da Coleção Visconde do Rio Branco, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco, 1950. 2 vols.

JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS, *Cartas ao Amigo Ausente*. Rio de Janeiro), Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco, 1953. XXVII, 356 págs. ilustradas.

Correspondência de Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1954. 2 vols.

CURSO

Curso de História do Brasil no Instituto Rio Branco, 1947. 1 vol. mimeografado. Apostilas de Metodologia, Historiografia Brasileira e História do Brasil). 289 págs.

COLABORAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros. Sob a direção de Rubens Borba de Moraes e William Berrien. Rio de Janeiro, Gráfica Editora Sousa, 1949. «Os holandeses no Brasil. Bibliografia», por José Honório Rodrigues, págs. 527-591.

Bibliografia de História do Brasil, publicada pela Comissão de Textos da História do Brasil, do Ministério das Relações Exteriores. Notas assinadas a partir do 1.º semestre de 1945.

PREFÁCIOS

J. E. POHL, *Viagem no interior do Brasil empreendida nos anos de 1817 a 1821*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1951. 2 vols. Prefácio, págs. VII-XVI.

DANIEL DE CARVALHO, *Estudos e Depoimentos* (1ª série). Rio de Janeiro, José Olímpio, 1953. Prefácio, págs. VII-XI.

ENSAIOS E ARTIGOS (*)

CRÍTICA HISTÓRICA E HISTORIOGRAFIA

1. *Capistrano de Abreu*, «Revista do Brasil», março de 1939, págs. 56-63. Este artigo foi registrado no *Handbook of Latin American Studies*, 1939 (Harvard Univ. Press, 1940), n.º 3.952, pág. 364.
2. *Interpretação culturalista da História*, «O Jornal», 30 de abril de 1939.

(*) Quando não mencionado o lugar da publicação, trata-se de jornais e revistas publicados no Rio de Janeiro. O *Digesto Econômico*, também mencionado muitas vezes, é de São Paulo.

3. *Alexandre Rodrigues Ferreira*, «Revista do Brasil», setembro 1939, págs. 12-16.
4. *Arciszewski*, *O coronel polaco a serviço da Companhia das Índias Ocidentais*, «Jornal do Comércio», 19 de maio de 1940. Foi transcrito no livro de Tadeu Skowronski, *Páginas brasileiras sobre a Polônia*. Coletânea. Rio de Janeiro, Livraria Editora Freitas Bastos, 1942, págs. 139-141.
5. *A Inconfidência e os Estados Unidos*, «O Imparcial», 9 de fevereiro de 1941.
6. *A edição brasileira de Barlaeus*, «A Manhã», 10 de agosto de 1941. Foi transcrito na *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, vol. 77, 1941, págs. 272-277.
7. *Nova interpretação de nossa história*, «Leitura», janeiro de 1943.
8. *Roosevelt e a significação histórica de sua obra*, «O Jornal», 22 de abril de 1945.
9. *Um missionário no Maranhão*, «Leitura», julho de 1945.
10. *História e atualidade* «O Jornal», 27 de maio de 1945. Reproduzido na «Revista Comercial de Minas Gerais», (Belo Horizonte), n.º 82, dezembro de 1945, pág. 1.
11. *Biografia e História*, «O Jornal», 17 de junho de 1945.
12. *Viagem ao Tocantins*, «Diário de Notícias», 30 de dezembro de 1945.
13. *Rodolfo Garcia e Afonso Taunay*, «O Jornal», 30 de dezembro de 1945.
14. *A historiografia brasileira de 1945*, «O Jornal», 10 de março de 1946. Reproduzido in «Notícia de Vária História», págs. 113-122.
15. *As Obras do Barão do Rio Branco*, «O Jornal», 7 de abril de 1946.
16. *José Bonifácio*, «O Jornal», 19 de maio de 1946.
17. *Significado cultural da História*, «Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro», vol. 191, abril-junho de 1946, págs. 280-284.
18. *A Arte de Furtar*, «O Jornal», 9 de julho de 1946.
19. *A necessidade de metodologia histórica*, «O Jornal», 8 de dezembro de 1946.
20. *Novos rumos da metodologia histórica*, «O Jornal», 22 de dezembro de 1946.
21. *A historiografia na Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, «Província de São Pedro» (Pôrto Alegre), n.º 7, dezembro 1946, págs. 119-125. Reproduzido in «Notícia de Vária História», págs. 143-160. Este ensaio foi registrado no «Handbook of Latin American Studies», 1946 (Harvard Univ. Press, 1949), n.º 2.188, pág. 210.
22. *A historiografia brasileira em 1946*, «O Jornal», 12, 19 e 26 de janeiro de 1947. Reproduzidos in «Boletim Bibliográfico da Biblioteca Pública Municipal de São Paulo», n.º 10, págs. 83-94, e in «Notícia de Vária História», págs. 123-142. Foi registrado no «Handbook of Latin American Studies», 1947, sob o n.º 1.698, pág. 124.
23. *Naturalismo e História*, «O Jornal», 16 de fevereiro de 1947.
24. *Alguns novos livros de História*, «O Jornal», 16 e 23 de março de 1947.
25. *Livros ingleses*, «O Jornal», 31 de março de 1947.

26. *Toynbee e a Filosofia da História na Inglaterra*, «O Jornal», 6 e 13 de abril de 1947.
27. *Notícia de três livros*, «O Jornal», 15 de abril de 1947.
28. *A periodização na História*, «O Jornal», 4 de maio de 1947.
29. *A periodização na História do Brasil*, «O Jornal», 18 de maio de 1947.
30. *A periodização na História do Brasil. Novas contribuições*, «O Jornal», 1 de junho de 1947.
31. *A periodização na História do Brasil. Novíssimas contribuições*. «O Jornal», 15 de junho de 1947.
32. *Notícias históricas*, «O Jornal», 29 de junho de 1947.
33. *Holandeses e franceses no Brasil*, «O Jornal», 10 de agosto de 1947.
34. *O acadêmico e o presidente Afonso Pena*, «Digesto Econômico», dezembro de 1947, págs. 115-121.
35. *Certeza Histórica*, «Cultura», n.º 1, setembro-dezembro de 1948, págs. 127-138. Capítulo da *Teoria da História do Brasil*, págs. 105-112.
36. *Abreu e Lima, o General das Massas*, «Digesto Econômico», dezembro de 1951, págs. 97-106.
37. *A História e o Quadrado da Hipotenusa*, «Diário Carioca», 18 de janeiro de 1952.
38. *Uma conversa com Toynbee*, «O Jornal», 7 de fevereiro de 1952.
39. *A civilização ocidental e Toynbee*, «O Jornal», 14 de fevereiro de 1952.
40. *O Estado e o documento histórico*, «O Jornal», 21 de fevereiro de 1952.
41. *O Sumário das Grandezas do Brasil de 1591*, «Digesto Econômico», fevereiro de 1952, págs. 136-139.
42. *A Razão de Estado*, «O Jornal», 1 de março de 1952.
43. *Os estudos históricos na Itália*, «O Jornal», 13 de março de 1952.
44. *Huizinga*, «O Jornal», 3 de abril de 1952.
45. *Rosas e o Brasil*, «O Jornal», 10 de abril de 1952.
46. *O revisionismo histórico argentino*, «O Jornal», 17 de abril de 1952.
47. *Guerra e Paz na História*, «O Jornal», 8 de maio de 1952.
48. *A teoria das gerações e a história*, «O Jornal», 16 de maio de 1952.
49. *A origem histórica dos nossos erros*, «O Jornal», 29 de maio de 1952.
50. *A História na América Latina*, «O Jornal», 5 de junho de 1952.
51. *A História do Brasil e o Professor Whitaker*, «O Jornal», 19 de junho de 1952.
52. *Artigas*, «O Jornal», 26 de junho de 1952.
53. *Dewey e a História*, «O Jornal», 3 de julho de 1952.
54. *O presente e a história*, «O Jornal», 17 de julho de 1952.
55. *Henri Pirenne*, «O Jornal», 24 de julho de 1952, reproduzido no «Estado de Minas» (Belo Horizonte), 27 de julho de 1952.
56. *Tobias Monteiro*, «O Jornal», 7 de agosto de 1952.
57. *O Poder Marítimo e a História*, «O Jornal», 9 de agosto de 1952.
58. *Balanço da História*, «O Jornal», 21 de agosto de 1952.
59. *Padre Gay*, «O Jornal», 28 de agosto de 1952.
60. *Uma só civilização*, «O Jornal», 18 de setembro de 1952.

61. *Fruin visto por Huizinga*, «O Jornal», 25 de setembro de 1952.
62. *Vale Cabral*, «O Jornal», 9 de outubro de 1952.
63. *História Regional*, «O Jornal», 16 de outubro de 1952.
64. *Toribio Medina*, «O Jornal», 24 de outubro de 1952.
65. *Os judeus no Brasil*, «O Jornal», 30 de outubro de 1952.
66. *Historicismo e historicismos*, «O Jornal», 6 de novembro de 1952.
67. *O ensino na época colonial*, «O Jornal», 13 de novembro de 1952.
68. *O Marechal Wavel e a História Internacional*, «O Jornal», 20 de novembro de 1952.
69. *Monarcas de grande opinião*, «O Jornal», 27 de novembro de 1952.
70. *Washington Luís e o bandeirismo*, «O Jornal», 11 de dezembro de 1952.
71. *O centenário de Capistrano de Abreu*, «O Jornal», 18 de dezembro de 1952.
72. *Cariocas e gaúchos*, «O Jornal», 25 de dezembro de 1952.
73. *1853-1953*, «O Jornal», 1 de janeiro de 1953.
74. *O Centenário do Paraná*, «O Jornal», 8 de janeiro de 1953. Reproduzido no «Estado do Paraná», Curitiba, 7 de abril de 1953.
75. *Santayana e a História*, «O Jornal», 22 de janeiro de 1953.
76. *Burckhardt*, «Diário de Notícias», 29 de março de 1953.
77. *A historiografia alemã*, «Diário de Notícias», 12 de abril de 1953.
78. *A História e Srbik*, «Diário de Notícias», 26 de abril de 1953.
79. *A História é uma coisa certa*, «Diário de Notícias», 10 de maio de 1953.
80. *Estudos e Depoimentos de um historiador*, «Diário de Notícias», 15 de novembro de 1953. (Prefácio ao livro do Sr. Daniel de Carvalho).
81. *História de um Historiador* (Capistrano de Abreu), «Tribuna da Imprensa», 24 de outubro de 1953.
82. *A correspondência de Capistrano de Abreu*, «Jornal de Letras», novembro de 1953, n.º 53, págs. 8-9.
83. *Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira*, conferência realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a 7 de outubro de 1953. Publicada no «Jornal do Comércio», 20 de dezembro de 1953, na «Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro», vol. 221, outubro-dezembro de 1953, págs. 120-138, no «Digesto Econômico», janeiro de 1954, págs. 86-102, no 1.º vol. da *Correspondência de Capistrano de Abreu*, págs. XXXVII-LVI.
84. *Melo Moraes*, «Província de São Pedro» (Porto Alegre), n.º 18, 1953, págs. 63-75.
85. *Palmerston e Pedro I*, «Diário de Notícias», 11 de abril de 1954.
86. *Paroisien, agente de Carlota Joaquina*, «Diário de Notícias», 1 de maio de 1954.
87. *A idéia da Inconfidência*, «Tribuna da Imprensa», 8 de maio de 1954.
88. *Roquete Pinto*, «Tribuna da Imprensa», 30 de outubro de 1954.
89. *Padre Gay*, «Província de São Pedro», n.º 19 (1954), págs. 75-93.

PESQUISAS

90. *Pesquisas sobre história açucareira nos Estados Unidos. I. Manuscritos*, Brasil Açucareiro, novembro de 1944, págs. 97-101.

91. *Pesquisas sobre história açucareira nos Estados Unidos. II. Impressos*, «Brasil Açucareiro», dezembro de 1944, págs. 106-111.
92. *Pesquisas sobre história açucareira nos Estados Unidos. III. A história econômica e a histórica do açúcar*, «Brasil Açucareiro», janeiro de 1954, págs. 59-64.
93. *Uma viagem de pesquisas históricas*, «Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro», vol. 188, julho-setembro, 1945, págs. 14-29. Este artigo foi registrado no «Handbook of Latin American Studies», 1946, n.º 2.189, pág. 210.
94. *A pesquisa histórica sobre o Brasil na Europa*, «O Jornal», 4 de janeiro de 1952.
95. *A pesquisa histórica e D. Pedro II*, «O Jornal», 10 de janeiro de 1952.
96. *Documentos do Brasil em Goa*, «O Jornal», 2 de dezembro de 1951.
97. *Os arquivos estrangeiros e o Brasil*, «O Jornal», 6 de março de 1952.
98. *Os arquivos alemães e o Brasil*, «O Jornal», 20 de março de 1952.
99. *A guerra e os arquivos alemães*, «O Jornal», 27 de março de 1952.
100. *Pesquisa histórica e iniciativa privada*, «O Jornal», 24 de abril de 1952.
101. *Tobias Monteiro e a pesquisa histórica*, «O Jornal», 14 de agosto de 1952.

HISTÓRIA ECONÔMICA BRASILEIRA

101. *Reedição da Memória sobre o estado atual do açúcar no Brasil*, de Nicolau Dreys, com notícia bio-bibliográfica sobre o autor. «Brasil Açucareiro», abril de 1942, págs. 19-41.
102. *A literatura brasileira sobre açúcar no século XIX e Bibliografia sobre o açúcar no século XIX*, «Brasil Açucareiro», maio de 1942, págs. 16-38. Este artigo foi registrado no «Handbook of Latin American Studies», 1942, sob o n.º 3.531, pág. 301.
103. *A literatura brasileira sobre açúcar no século XVIII e Bibliografia sobre o açúcar no século XVIII*, «Brasil Açucareiro», julho de 1942, págs. 6-25.
104. *Dois documentos sobre o açúcar no século XVIII*, «Brasil Açucareiro», agosto de 1942, págs. 38-49.
105. *O açúcar na música e na poesia do século XVIII*, «Brasil Açucareiro», setembro de 1942, págs. 56-60.
106. *Agricultura e economia açucareiras no século XIX. A propósito da Formação do Brasil Contemporâneo (de Caio Prado Júnior)*, «Brasil Açucareiro», fevereiro de 1943, págs. 8-15.
107. *O Brasil na História do Açúcar de E. O. von Lippmann*, «Brasil Açucareiro», março (págs. 4-9), abril (págs. 4-13), maio (págs. 29-34), junho (págs. 5-10), julho (págs. 55-60), agosto (págs. 61-66) de 1943.
108. *Guilherme Usselinck e a formação da Companhia das Índias Ocidentais*, «Brasil Açucareiro», setembro de 1944, págs. 36-40.
109. *Notas bio-bibliográficas sobre E. O. von Lippmann*, «Brasil Açucareiro», fevereiro de 1945, págs. 44-48.
110. *O Brasil na História do Açúcar de E. O. von Lippmann. As primeiras crises açucareiras e suas causas*, «Brasil Açucareiro», abril de 1945, págs. 51-58.

111. *Notas à literatura brasileira sobre açúcar no século XVIII*, «Brasil Açucareiro», maio de 1945, págs. 51-64.
112. *Agricultura e economia açucareiras no século XVIII*, «Brasil Açucareiro», junho (págs. 78-82), julho (págs. 112-116), agosto (págs. 70-74), setembro (págs. 72-75), outubro (págs. 81-83) de 1945.
113. *Notas à literatura brasileira sobre açúcar no século XIX e Nova bibliografia sobre o açúcar no século XIX*, «Brasil Açucareiro», nov. (págs. 56-60) e dez. (págs. 61-66) de 1945.
114. *Alguns reformadores da economia açucareira no século XIX e continuação da Bibliografia sobre o açúcar no século XIX*, «Brasil Açucareiro», janeiro de 1946, págs. 80-84.
115. *A revolução industrial açucareira. Os engenhos centrais*, «Brasil Açucareiro», fevereiro (págs. 81-85), março (págs. 35-39), abril (págs. 102-107) de 1946.
116. *O pecado danado da usura*, «Revista do Comércio», dezembro de 1946, págs. 62-63. Publicado também no «Digesto Econômico», agosto de 1948, págs. 131-135 e in «Notícia de Vária História», págs. 67-75.
117. *As crises açucareiras no Brasil*, «Digesto Econômico», janeiro de 1947, págs. 55-59.
118. *História da concessão de terras no Brasil*, «Digesto Econômico», março de 1947, págs. 44-48.
119. *Antônio da Silva Prado*, «Digesto Econômico», maio de 1947, págs. 51-53. Saiu um comentário a este artigo (Miguel Costa Filho) sob o título *Capitais Estrangeiros*, no «Jornal do Brasil», 2 de maio de 1947.
120. *A Moeda Brasileira*, «Digesto Econômico», junho de 1947, págs. 46-49. Reproduzido no «Jornal do Brasil», 21 de julho de 1947.
121. *O açúcar no Brasil português do século XVIII*, «Digesto Econômico», setembro de 1947, págs. 58-61.
122. *Os primeiros engenhos centrais no Brasil*, «Digesto Econômico», outubro de 1947, págs. 74-77.
123. *Historiografia açucareira no século XVIII*, «Digesto Econômico», novembro de 1947, págs. 69-73.
124. *Execução de engenhos de açúcar no século XIX*, «Digesto Econômico», março de 1948, págs. 151-154.
125. *A carestia da mão de obra nos inícios do século XVIII*, «Digesto Econômico», setembro de 1948, págs. 144-148.
126. *A expansão capitalista versus a ideologia canônica em Portugal*, «Provincia de São Pedro» (Pôrto Alegre), n.º 10, 1948, reproduzido in «Notícia de Vária História», págs. 43-66.
127. *Portugal e a expansão capitalista*, «Digesto Econômico», abril (págs. 41-44), maio (págs. 61-65), junho (págs. 90-94) de 1948. Sairam comentários a este artigo no «Diário de São Paulo», sob os títulos *Portugal e a Expansão Capitalista*, 4 de maio de 1948, e *A vocação da pobreza*, 13 de julho de 1948.
128. *A administração pombalina e o açúcar brasileiro*, «Digesto Econômico», julho de 1948, págs. 122-126.
129. *Agricultura e economia açucareira em São Paulo*, «Digesto Econômico», fevereiro de 1950, págs. 81-86.

HISTÓRIA ECONÔMICA E ECONOMIA EM GERAL

130. *A América e a reconstrução de após-guerra*, «O Jornal», 13 de maio de 1945.

131. *As idéias econômicas de Franz Oppenheimer*, «Digesto Econômico», setembro de 1946, págs. 45-47.
132. *Economia e ciência*, «Digesto Econômico», outubro de 1946, págs. 62-65.
133. *John Maynard Keynes*, «Digesto Econômico», novembro de 1946, págs. 40-43.
134. *Jacob Fugger, o Rico*, «Digesto Econômico», fev. de 1947, págs. 62-66.
135. *Cornelius Vanderbilt*, «Digesto Econômico», abril de 1947, págs. 62-66.
136. *Especulações bolsistas no século XVII*, «Digesto Econômico», julho de 1947, págs. 72-78.
137. *História dos principais bancos públicos da Europa*, «Digesto Econômico», agosto de 1947, págs. 71-74.
138. *Karl Mannheim*, «Digesto Econômico», janeiro de 1948, págs. 60-63.

DIVERSOS

139. *O ameríndio e a civilização ocidental*, «O Jornal», 9 de abril de 1939.
140. *As diretrizes da política ameríndia no Brasil*, «Revista do Serviço Público», fevereiro e março de 1939, págs. 31-35.
141. *A geografia e a cartografia dos holandeses no século XVII*, «Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro», *Anais do 3.º Congresso de História Nacional*, 1938 (Rio de Janeiro, 1942), vol. 7, págs. 285-332.
142. *Parecer sobre a tese de Angione Costa, Das inscrições lapidares de fundo indígena*, como membro da 5ª Comissão. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, *Anais do 3.º Congresso de História Nacional*, 1938, vol. 1, págs. 179-181.
143. *A Biblioteca Oliveira Lima em Washington*, «O Jornal», 5 de maio de 1946. (Sairam comentários a este artigo sob o mesmo título n'«O Globo», 7 de maio de 1946, e na «Gazeta de São Paulo», 8 de maio de 1946.
144. *A Fundação Pedro II*, «O Jornal», 17 de janeiro de 1952.
145. *Os objetivos da Fundação Pedro II*, «O Jornal», 24 de janeiro de 1952.
146. *Tarefas da Fundação Pedro II*, «O Jornal», 1 de fevereiro de 1952.
147. *Uma carta de D. Manuel e seu preço*, «O Jornal», 1 de maio de 1952.
148. *A Fundação Pedro II*, «O Jornal», 22 de maio de 1952.
149. *Civilização. Palavra do século XVII*, «O Jornal», 10 de julho de 1952.
150. *A Câmara e os grandes parlamentares*, «O Jornal», 4 de dezembro de 1952.
151. *Civilização. Palavra e conceito*. «Diário de Notícias», 24 de maio de 1953.

ENTREVISTAS

- Relembrando a luta entre o mercantilismo do invasor e o nacionalismo do Brasil*, «A Manhã», 5 de abril de 1942.
- Visits «U» Libraries*, Michigan Daily» (Ann Arbor, U.S.A.), 19 de maio de 1944.
- A função do livro e da biblioteca nos Estados Unidos*, «Jornal do Brasil», 25 de julho de 1944.

- Pesquisando a História do Brasil nos arquivos e bibliotecas da América do Norte*, «A Noite», 6 de agosto de 1944.
- A Universidade norte-americana trabalha para o bem comum do país*, «O Jornal», 29 de julho de 1944.
- O Velho Mundo após guerra*, «O Homem Livre», 15 de agosto de 1950.
- O Centenário de Capistrano de Abreu*, «Jornal do Comércio», «Correio da Manhã», e «Jornal do Brasil», 21 de outubro de 1953.
- A Correspondência : visão diferente da obra de Capistrano*, «Tribuna da Imprensa», 23-24 de outubro de 1954.

NOTAS E ARTIGOS SÔBRE A OBRA DE JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

CIVILIZAÇÃO HOLANDESA NO BRASIL

- HERMES LIMA, *Os holandeses no Brasil*, «Correio da Manhã», 3 de julho de 1940. Transcrito n'«O Dia» (Curitiba), 21 de julho de 1940.
- MÁRIO DE ANDRADA, *Vida Literária*, «Diário de Notícias», 14 de julho de 1940. Transcrito sob o título *Civilização Holandesa no Brasil*, no «Jornal do Comércio» (Recife), 8 de agosto de 1940.
- «Jornal do Comércio», *Livros Novos. Civilização, etc.*, 21 de julho de 1940.
- JAYME DE BARROS, *Espelho de Livros. Civilização, etc.*, «Diário da Noite», 15 de agosto de 1940. Transcrito no «Estado de Minas» (Belo Horizonte), 16 de agosto de 1940.
- WALTER SPALDING, *Poesia, História, Geografia*, «Correio do Povo» (Pôrto Alegre), 28 de setembro de 1940.
- MANUEL DIEGUES JUNIOR, *Os estudos históricos no Brasil*, «A Tribuna», (Vitória, Espírito Santo), 29 de setembro de 1940.
- RUBENS DO AMARAL, *Livros e Idéias. Civilização, etc.*, «Fôlha da Manhã» (São Paulo), 28 de setembro de 1940.
- NELSON WERNECK SODRÉ, *Livros Novos. Civilização, etc.*, «Correio Paulistano» (São Paulo), 22 de setembro de 1940.
- RUDIGER BILDEN, *Civilização Holandesa no Brasil*, «Dom Casmurro», 3 de outubro de 1940.
- Handbook of Latin American Studies*, 1940 (Harvard Univ. Press, 1941), n.º 3.599, pág. 310.
- N. DUARTE SILVA, *Livros e Idéias. Civilização, etc.*, «O Estado de São Paulo» (São Paulo), 12 de outubro de 1940.
- ELOY PONTES, *A Formação Nacional*, «O Globo», 16 de dezembro de 1940.
- LIVIO XAVIER, *Livros Novos. Civilização, etc.*, «Diário de São Paulo», (São Paulo), 22 de janeiro de 1941.
- EDMUNDO CORREIA LOPES, *Livros do Brasil. Civilização, etc.*, «A Ilha», Ponta Delgada, Estoril, Portugal, 21 de junho de 1941.
- HÉLIO VIANA, *Civilização, etc.*, «Touring», n.º 94, julho de 1941.

CAPITALISMO E PROTESTANTISMO

- «Fôlha da Manhã» (São Paulo), *Capitalismo e Protestantismo*, 9 de novembro de 1946.
- «Diário Popular» (São Paulo), *Capitalismo, etc.*, 9 de novembro de 1946.
- CARLOS ESCOBAR FILHO, *O Espírito do Capitalismo*, «Diário de São Paulo» (São Paulo), 9 de novembro de 1946.

«A Noite», *Capitalismo, etc.*, 3 de março de 1947.

OTTO MARIA CARPEAUX, *Capitalismo e discussão*, «O Jornal», 23 de março de 1947.

ELOY PONTES, *Capitalismo, etc.*, «O Globo», 22 de abril de 1947.

«Jornal do Comércio», *Livros Novos, Capitalismo, etc.*, 17 de outubro de 1948.

TEORIA DA HISTÓRIA DO BRASIL

AFRÂNIO COUTINHO, *Correntes Cruzadas*, «Diário de Notícias», 1 de janeiro de 1950.

SERAFIM SILVA NETO, *Teoria, etc.*, «A Manhã», 10 de janeiro de 1950.

R. MAGALHÃES JÚNIOR, *O capítulo das forgicações*, «Diário de Notícias», 18 de janeiro de 1950.

NUNO SIMÕES, *Teoria, etc.*, «Jornal do Comércio» (Lisboa), 24 de abril de 1950.

MANUEL DIEGUES JÚNIOR, *Periodização e tipos de história*, «Diário de Notícias», 26 de fevereiro de 1950.

FRANCISCO IGLÉSIAS, *Teoria, etc.*, «Kriterion», Revista da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais (Belo Horizonte), ns. 11-12, janeiro-junho de 1950, págs. 196-199.

DRUMMOND DE OLIVEIRA, *Teoria, etc.*, «Para Todos», n.º 5, julho 1950.

JUSTO PASTOR BENITEZ, *A margem da história*, «O Jornal», 18 de agosto de 1950.

CHARLES E. NOWELL, *Teoria, etc.*, «The American Historical Review», vol. LV, n.º 4, julho de 1950, pág. 955.

STANLEY J. STEIN, *Teoria, etc.*, «The Hispanic American Historical Review», novembro, 1950, págs. 549-551.

Handbook of Latin American Studies, 1949 (Univ. of Florida Press, Gainesville, 1952), n.º 1818, pág. 160.

EDUARDO DE OLIVEIRA FRANÇA, *A Teoria Geral da História*. Considerações a propósito de um livro recente. «Revista de História» (São Paulo), n.º 7, julho-setembro, 1951, págs. 111-141.

OTELLO ROSA, *Teoria, etc.*, «Província de São Pedro» (Pôrto Alegre), n.º 15, págs. 163-165.

AFONSO PENA JÚNIOR, *Teoria, etc.*, «Digesto Econômico», n.º 82, setembro, 1951, págs. 148-149.

«Jornal do Comércio», *Livros Novos. Teoria, etc.*, 25 de dezembro de 1952.

EUGÊNIO PEREIRA SALAS, *Teoria, etc.*, «Revista Chilena de História y Geografía», n.º 121, enero-junio, 1953, págs. 182-183. Transcrito na «Tribuna da Imprensa», 19-20 de junho de 1954.

HÉLIO VIANA, *Teoria, etc.*, «Bibliografia de História do Brasil», editada pela Comissão de Textos de História do Brasil do Ministério das Relações Exteriores, 1.º e 2.º sem. de 1949 (Rio de Janeiro, 1953), págs. 35-36.

DAMIÃO PERES, *Teoria, etc.*, «Sociedade de Geografia de Lisboa, Boletim», janeiro-março, 1954, págs. 130-131.

HISTORIOGRAFIA E BIBLIOGRAFIA DO DOMÍNIO HOLANDÊS

- ALEXANDER MARCHANT, *Historiografia, etc.*, «The American Historical Review», vol. LVI, n.º 1, october 1950, pág. 236.
- ENGEL SLUITER, *Historiografia, etc.*, «The Hispanic American Historical Review», vol. 31, 1951, págs. 330-332.
- W. J. VON HOBOKEN, *Historiografia, etc.*, «Bijdragen voor de Geschiedenis der Nederlanden», vol. VI, ns. 1 e 2, págs. 144-145.
- (MIGUEL COSTA FILHO), *Os holandeses no Brasil*, «Jornal do Brasil», 5 de janeiro de 1950.
- JOSÉ ANTÔNIO GONÇALVES DE MELO, *Bibliografia do Domínio Holandês*, «Diário de Pernambuco» (Recife), 24 de junho de 1951.
- GLÁUCIO VEIGA, *Bibliografia do Brasil-Holandês*, «Jornal do Comércio» (Recife), 8 de julho de 1951.
- «Jornal do Comércio», *Livros Novos. Domínio Holandês no Brasil (Historiografia e Bibliografia)*, 1 de junho de 1952.
- Handbook of Latin American Studies*, 1949, (Univ. of Florida Press, Gainesville, 1952), n.º 1.857.
- J. SOUSA LEÃO, *Historiografia, etc.*, «Bibliografia de História do Brasil», editada pela Comissão de Textos de História do Brasil do Ministério das Relações Exteriores, 1.º e 2.º sem. de 1949 (Rio de Janeiro, 1953), págs. 35-36.
- GEN. F. DE PAULA CIDADE, *Verbetes para um Dicionário Biobibliográfico Militar Brasileiro. Historiografia, etc.*, «Revista Militar Brasileira» janeiro a junho de 1954, vol. LX, ns. 1 e 2, págs. 49-58.

FONTES DA HISTÓRIA DO BRASIL NA EUROPA

- MÚCIO LEÃO, *Apresentação do livro à Academia Brasileira de Letras*, «Jornal do Comércio», 28 de janeiro de 1951.
- MÚCIO LEÃO, *As fontes da história do Brasil*, «Jornal do Brasil», 27 de janeiro de 1951.
- ERNESTO FEDER, *O Brasil na Europa*, «Jornal do Brasil», 30 de março de 1951.
- PADRE VICENTE VITOLA, *O depoimento de José Honório Rodrigues*, «O Dia», (Curitiba), 16 de junho de 1951.
- PADRE VICENTE VITOLA, *Os Arquivos de Portugal*, «O Dia» (Curitiba), 17 de abril de 1951.
- PADRE VICENTE VITOLA, *Os Arquivos da Espanha*, «O Dia» (Curitiba), 20 de junho de 1951.
- PADRE VICENTE VITOLA, *O Sonho de José Honório Rodrigues*, «O Dia», (Curitiba), 21 de junho de 1951.
- «Jornal do Comércio», *Livros Novos. As fontes, etc.*, 3 de agosto de 1952.
- Handbook of Latin American Studies*, 1950 (Univ. of Florida Press, Gainesville, 1953), n.º 2.061, pág. 171.

NOTÍCIA DE VÁRIA HISTÓRIA

- BARBOSA LIMA SOBRINHO, *Apresentação do livro à Academia Brasileira de Letras*, «Jornal do Comércio», 25 de agosto de 1951.
- «Jornal do Comércio», *Livros Novos. Notícia, etc.*, 19 de agosto de 1951.
- SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, *Vária História*, «Diário Carioca», 9 de dezembro de 1951.
- MANUEL DIÉGUES JÚNIOR, *Notícia, etc.*, «Presença», n.º 6, fevereiro de 1952.
- «Nação Brasileira», *Notícia, etc.*, agosto 1951, n.º 336, pág. 25.
- FRANCISCO IGLÉSIAS, *Notícia, etc.*, «Revista da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais», ano I, n.º 1, 1952, págs. 166-169.
- ALEXANDER MARCHANT, *Notícia, etc.*, *The American Historical Review*, vol. LVII, n.º 2, January 1952, pág. 561.

PESQUISA HISTÓRICA NO BRASIL

- (MIGUEL COSTA FILHO), *Pesquisa histórica*, «Jornal do Brasil», 29 de janeiro de 1952.
- (MIGUEL COSTA FILHO), *Arquivos Brasileiros*, «Jornal do Brasil», 31 de janeiro de 1952.
- «A Notícia», *Livros Novos. A Pesquisa, etc.*, 26 de maio de 1952.

GUILHERME AULER, *A Pesquisa Histórica*, «Diário de Pernambuco», 29 de junho de 1952.

RICARDO MARTIM, *A Pesquisa Histórica*, «Tribuna de Petrópolis», 25 de maio de 1952.

RODRIGO OTÁVIO FILHO, *Apresentação do livro à Academia Brasileira de Letras*, «Jornal do Comércio», 7 de junho de 1952.

«O Estado do Pará» (Belém), *A Pesquisa Histórica*, 20 de junho de 1952.

J. CAMILO DE OLIVEIRA TORRES, *A Pesquisa Histórica no Brasil*, «Correio do Dia» (Belo Horizonte), 23 de agosto de 1953.

ROSCOE HILL, *Latin American Archivology*, 1951-1953, reprinted from *The Hispanic American Historical Review*, vol. 34, n.º 2, May 1954, pág. 277.

BRASIL. PERÍODO COLONIAL

«Jornal do Comércio», *Livros Novos. Brasil* (Período Colonial), 15 de novembro de 1953.

FRANCISCO IGLÉSIAS, *Um programa de História da América*, «O Diário» (Belo Horizonte), 29 de outubro de 1954.

CONTINENTE DO RIO GRANDE

MIGUEL COSTA FILHO, *Questões culturais do sul*, «Jornal do Brasil», 22 de junho de 1954.

CARLOS REVERBEL, *Capistrano de Abreu e o Rio Grande*, «Correio do Povo», 24 de julho de 1954.

MIGUEL COSTA FILHO, *O gaúcho*, «Jornal do Brasil», 1 de setembro de 1954.

E. ROQUETE PINTO, *Notas e opiniões*, «Jornal do Brasil», 28 de setembro de 1954.

SÓBRE AS EDIÇÕES DE JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

HOLANDESES NO BRASIL

(Documentos Históricos do Instituto do Açúcar e do Alcool)

FRANCISCO MONTERDE, *Revista de História da América* (México), n.º 15, págs. 345-346.

ALEXANDER MARCHANT, *The Hispanic American Historical Review*, May 1953, págs. 354-355.

MEDEIROS LIMA, *O holandeses no Brasil*, «Produção e Crédito», agosto de 1942, n.º 22, págs. 46-47. Transcrito no «Brasil Açucareiro», outubro 1942, págs. 92-93.

Handbook of Latin American Studies, 1942 (Harvard Univ. Press, 1943), n.º 3.438, pág. 296.

AFONSO TAUNAY, *Documentos Históricos*, «A Noite», 2 de junho de 1942.

MEMORÁVEL VIAGEM DE NIEUHOFF

AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO, *Vida Literária, Brasil Holandês*, «Diário de Notícias», 14 de junho de 1942.

«Jornal do Comércio», *Livros Novos*. Joan Nieuhoof, etc., 21 de junho de 1942.

JOAQUIM RIBEIRO, *O livro de Nieuhoof*, «A Manhã», 11 de julho de 1942.

RAUL LIMA, *A divulgação de Nieuhoof*, «Diário de Notícias», 16 de agosto de 1942.

JAYME DE BARROS, *Espelho de Livros. Memorável Viagem, etc.*, «Diário da Noite», 2 de outubro de 1942.

ELOY PONTES, *Memorável Viagem ao Brasil*, «O Globo», 8 de outubro de 1942.

Handbook of Latin American Studies, 1942 (Harvard Univ. Press, 1943), n.º 3.441, pág. 296.

ELISIÁRIO SCHMIDT, *Memorável Viagem, etc.*, «Vozes de Petrópolis», setembro de 1942, págs. 702-703.

CATÁLOGO DA COLEÇÃO VISCONDE DO RIO BRANCO

(MIGUEL COSTA FILHO), *Coleção Rio Branco*, «Jornal do Brasil», 1 de abril de 1951.

«Jornal do Comércio», *Livros Novos, Catálogo, etc.*, 15 de abril de 1951.

CLAUDIO MIRALLES DE IMPERIAL Y GOMÉZ, *Catálogo, etc.*, «*Revista de Índias*», Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Fernandez de

Oviedo (Madrid), ano XI, n.º 46, Outubro-Diciembre, 1951, págs. 785-786.

CARTAS AO AMIGO AUSENTE DE J. M. DA SILVA PARANHOS

(MIGUEL COSTA FILHO), *Visconde do Rio Branco*, «Jornal do Brasil», 17 de fevereiro de 1954.

«Jornal do Comércio», *Livros Novos. Cartas, etc.*, 21 de fevereiro de 1954.

JUSTO PASTOR BENITEZ, *O Visconde do Rio Branco*, «O Jornal», 9 de abril de 1954.

RAIMUNDO MAGALHÃES JÚNIOR, *Um colega ilustre*, «Diário de Notícias», 19 de março de 1954.

E. ROQUETE PINTO, *Notas e opiniões*, «Jornal do Brasil», 23 de maio de 1954.

ADERBAL JUREMA, *Subsídios para a História*, «Diário de Notícias», 19 de setembro de 1954.

JOSÉ C. CANALES, *Cartas ao amigo ausente*, «The Hispanic American Historical Review», novembro, 1954, vol. 34, n.º 4, págs. 561-562.

CORRESPONDÊNCIA DE CAPISTRANO DE ABREU

MARIA DE LOURDES TEIXEIRA, *Instituto Nacional do Livro*, «Folha da Manhã», São Paulo, 9 de setembro de 1954.

MARIA DE LOURDES TEIXEIRA, *Correspondência de Capistrano de Abreu*, «Folha da Manhã» (São Paulo), 19 de setembro de 1954.

«Jornal do Comércio», *Livros novos. Correspondência, etc.*, 26 de setembro de 1954.

ELMANO CARDIM, *Apresentação do livro à Academia Brasileira de Letras*, «Jornal do Comércio», 28 de setembro de 1954.

(MIGUEL COSTA FILHO), *Capistrano*, «Jornal do Brasil», 29 de setembro de 1954.

RAUL LIMA, *As Cartas de Capistrano*, «Diário de Notícias», 10 de outubro de 1954.

M. PAULO FILHO, *A Correspondência de Capistrano*, «Correio da Manhã», 17 de outubro de 1954.

WALDEMAR CAVALCANTI, *Capistrano*, «O Jornal», 17 de outubro de 1954.

MANUEL DIÉGUES JÚNIOR, *A lição de Capistrano de Abreu*, «Diário de Notícias», 17 de outubro de 1954.

ENEIDA, *Afetado com os estranhos, simples com os amigos. Viajando fatos e épocas através da Correspondência de Capistrano de Abreu*, «Diário de Notícias», 17 de outubro de 1954.

RUBENS FALCÃO, *Capistrano epistológrafo*, «O Globo», 5 de novembro de 1954.

«O Estado de São Paulo», *Correspondência, etc.*, 2 de dezembro de 1954.

AIRES DA MATA MACHADO FILHO, *Correspondência de Capistrano de Abreu*, «O Diário» (Belo Horizonte), 24 de dezembro de 1954.

VIRGILIO CORRÊA FILHO, *Auto-retrato capistraneano*, «Jornal do Comércio», 26 de janeiro de 1955.

AFONSO D'E. TAUNAY, *A propósito da correspondência de Capistrano de Abreu*, «Jornal do Comércio», 2 e 30 de janeiro de 1955.

L. A. (LEONARDO ARROYO), *Correspondência de Capistrano de Abreu*, «Folha da Manhã» (São Paulo), 30 de janeiro de 1955.

CAPÍTULOS DE HISTÓRIA COLONIAL DE CAPISTRANO DE ABREU

BARBOSA LIMA SOBRINHO, Apresentação do livro à Academia Brasileira de Letras, «Jornal do Comércio», 30 de outubro de 1954.

(MIGUEL COSTA FILHO), *História colonial*, «Jornal do Brasil», 1 de novembro de 1954.

MARIA DE LOURDES TEIXEIRA, *Capítulos de História Colonial*, «Folha da Manhã» (São Paulo), 12 de janeiro de 1955.

«Jornal do Comércio», *Livros novos, Capítulos, etc.*, 13 de fevereiro de 1955.

GERAL

(LEOPOLDO AIRES), *Um beneditino da historiografia*, «A Gazeta» (São Paulo), 19 de novembro de 1954.

REGISTRO BIOGRÁFICO

Who is Who in Latin America. Third Edition (Revised and enlarged). Part VI. Brazil. Edited by Ronald Hilton. Stanford University Press, 1948, pág. 218.

Dicionário Enciclopédico U. T. E. H. A. México, 1952, t. IX, pág. 32.

The Rockefeller Foundation Directory of Fellowship Awards for the years 1917-1950. New York, Rockefeller Foundation.

ALGUMAS OPINIÕES SÔBRE A OBRA DE JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

CIVILIZAÇÃO HOLANDESA NO BRASIL

«... o Sr. José Honório Rodrigues não só teve a honestidade rara de se munir de profunda erudição histórica do seu assunto, como já define a sua personalidade de pesquisador das nossas coisas. Visão larga e já muito harmoniosa, de bastante superioridade desapaixonada, desejosa de compreender os fenômenos que regem a nossa formação nacional».

Mário de Andrade, «Diário de Notícias», 14 de julho de 1940.

TEORIA DA HISTÓRIA DO BRASIL

«In *Teoria da História do Brasil* José Honório Rodrigues has produced both an introduction to historical method and a guide to historiography, intended for Brazilian students at an advanced level. Showing a wide knowledge of the bibliography of both subjects, as well as abundant historical background, the author condenses the results of his extensive reading into a useful synthesis... Historical scholars in Brazil both young and old, should welcome a work of this type based mainly on their own national past. Those in the United States, to the extent that they are able to read Portuguese, will recognize a worthy addition to the limited list of good books on historical method».

Charles E. Nowell, Professor da Universidade de Illinois, *American Historical Review*, vol. LV, julho 1950, pág. 955.

«Study on historical method in which examples from Brazilian historiography abound. Excellent for seminar work in colleges and universities».

Handbook of Latin American Studies, 1949, pág. 160, nº 1.818.

«Refleja la suma de los conocimientos que ha atesorado el profesor Rodrigues en su notable carrera de investigador: la honra de su pensamiento filosófico y la lógica fluidez con que expone clara y elegantemente las ideas generales y los hechos particulares fundamentales».

Eugenio Pereira Salas, Professor da Universidade do Chile, *Revista Chilena de Historia y Geografía*, nº 121, Enero-Junio 1953, págs. 182-183.

«No Brasil, ninguém ainda, creio, dispôs de tão copiosa bibliografia especializada unida à experiência do historiador... Um belo livro que reflete intenso e honesto labor e faz repensar problemas. ... Tornar-se-á clássico em português, para quem pretenda embrenhar-se pelos sertões da história armado de um roteiro».

Eduardo D'Oliveira França, Professor da Universidade de São Paulo, *Revista de História* (São Paulo), nº 7, julho-setembro, 1951, págs. 111-141.

«Estamos, inquestionavelmente, em face de um grande livro».

Otelo Rosa, «Província de S. Pedro», nº 15, págs.163-65.

«Será êle, por certo, dos mais manuseados e dos mais proveitosos, pois a crítica mais competente já o considera clássico, proclamando-o guia seguro dos estudiosos de História, e manancial puríssimo em que saciarão a sede de saber os que investigam os fatos sociais e todos os alunos das Faculdades de Filosofia».

Afonso Pena Junior, «Digesto Econômico», nº 82, setembro de 1951; págs. 148-149.

«A *Teoria da História do Brasil* marca, sem dúvida, um estágio novo no desenvolvimento da historiografia nacional. Rompendo com velhos métodos, e apoiando-se no caráter nitidamente científico que a História possui, em nossos dias, o Sr. José Honório Rodrigues brinda os estudiosos brasileiros dessa grande ciência com uma obra em que à clareza da exposição e diafanidade do pensamento se junta poderosa cultura especializada — a qual, por si só, o recomenda e honra».

«Jornal do Comércio», *Livros Novos*, 25 de dezembro de 1949.

«Como exprime verdadeira compreensão do espírito histórico, é o mais legítimo sintoma de que já chegamos à maturidade que caracteriza alguns centros universitários. Para estudantes das Faculdades de Filosofia, mais que quaisquer outros, é na verdade indispensável».

Francisco Iglésias, «Kriterion» (Belo Horizonte), ns. 11-12, janeiro-junho, 1950, págs. 196-199.

«Livro denso de idéias, sólidamente erudito».

Justo Pastor Benítez, «O Jornal», 18 de agosto de 1950.

«Reputo seu livro por trabalho sério e completo, capaz de abrir novos caminhos da historiografia brasileira e portanto da maior utilidade».

Otto Maria Carpeaux, Carta datada do Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1950.

«Um primor de método, de espírito de investigação e de capacidade crítica».

Rebello Gonçalves, Professor da Faculdade de Letras de Coimbra. Carta sem data.

«Per ciò voi avete fatto opera che rimarrà come utile indicazione per analoghe ricerche storiografiche, rivolta a rompere e a diradare i veli che coprono i misteri della storia pari ai misteri della vita».

Ettore Rota, Professor da Universidade de Pavia, Carta de Cannobio, 28 de setembro de 1950.

«Je l'ai parcouru assez en détail et y ai trouvé un très vif intérêt. La documentation très large, la large ouverture de pensée qu'il denote lui donnent une grande importance».

E. Coornaert, Professor do Colégio de França, Carta datada de Paris, 15 de janeiro de 1951.

«Una obra original, erudita y que constituye una creación novedosa en la materia. En mi opinión, usted da la pauta para que se construya algo análogo en los otros países latino-americanos».

Emilio Ravignani, Carta de Montevideo, 5 de outubro de 1951.

«Era un decidido admirador de su *Teoria da História do Brasil*, para mi ya una obra de uso manual indispensable, magnífica adecuación al ejercicio práctico de las disciplinas históricas, de los principios generales y las más modernas concepciones del pensamiento historiográfico».

José M. Traibel, do Instituto de Investigações da Universidade do Uruguai, Carta de Montevideu, 14 de maio de 1952.

Considero que usted ha realizado una obra excelente. Demuestra posser a fondo los problemas y sabe exponerlos con envidiable claridad, así como emite acertados juicios. Además ha tenido el acierto indiscutible de relacionar el tema general con el de la historia brasileña, proporcionando de esta suerte al lector, una seleccionada y abundante bibliografía, con lo cual su libro es aún más valioso para los estudiosos».

R. R. Caillet Bois, Professor das Universidades de Buenos Aires e La Plata, Carta datada de Buenos Aires, 10 de fevereiro de 1953.

«Dotado de uma clara vocação e de uma adequada preparação, ... o Professor José Honório Rodrigues pôde escrever uma *Teoria da História do Brasil* múltiplamente louvável. Ela é, com efeito, não só apreciável como primeira publicação no seu gênero em língua portuguesa, e de intrínseca utilidade pois os temas nela tratados o foram com adequada grandeza, mas também importante no sentido de que, reconhecendo o autor ser a história do Brasil, relativamente a um tri-secular período, inseparável da de Portugal, deu à bibliografia historiográfica portuguesa uma larga e justificada representação.

Sob este último aspecto, a *Teoria Histórica do Brasil* pode mesmo considerar-se uma impressionante expressão da solidariedade cultural luso-brasileira».

Damião Peres, «Sociedade de Geografia de Lisboa», Boletim, janeiro-março, 1954, pág. 131.

HISTORIOGRAFIA E BIBLIOGRAFIA DO DOMÍNIO HOLANDÊS NO BRASIL

In bringing out this work, a labor of love which has taken his best energies during the last dozen years, José Honorio Rodrigues has given a very significant stimulus to Brazilian colonial

studies not only in his own country but everywhere else as well. ... In conclusion, this is a great contribution to Brazilian and colonial bibliography, and it will be an indispensable guide to all future students of the Dutch in Brazil».

Engel Sluiter, Professor da Universidade de Califórnia, «The Hispanic American Historical Review», vol. 31, 1951, págs. 330-332.

«The book is indispensable in its field and reflects much credit on its author and on the Instituto Nacional do Livro».

Alexander Marchant, Professor da Universidade Vanderbilt, «The American Historical Review», vol. LVI, nº 1, oct. 1950, pág. 236.

«Een werk, dat bewondering wekt voor de zeer uitgebreide kennis van de literatuur, Nederlandse zowel als buitenlandse, oude zowel als moderne, standaardwerken zowel als pamfletten, waarover de schrijver blijkt te beschikken. De historiografische inleiding geeft daarvan evenzeer blijk als de wijze van bewerking der bibliografie. ... Met deze bibliografie, een resultaat van jarenlange arbeid, heeft prof. Rodrigues een groet dienst bewezen aan de beoefenaren van de geschiedenis van Nederlands-Brazilië, voor wie hij voortaan een onmisbare gids zal zijn».

W. J. von Hoboken, «Bijdragen voor de Geschiedenis der Nederlanden», vol. VI, ns. 1 e 2, págs. 144-145.

«É um trabalho formidável que bastaria para lhe criar a mais invejável reputação».

Afonso d'E. Taunay, carta sem data (janeiro de 1950).

«Tem todos os indícios de livro que se tornará obra clássica. Tôdas as qualidades de excelência dos trabalhos publicados de sua autoria, nos quais, a segurança dos conceitos e da erudição procedem da probidade e do rigor com que você os concebe e realiza».

Rodrigo Melo Franco de Andrade, Carta datada do Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1950.

«É obra de pêso, que bem revela o seu grande conhecimento sôbre aquela época da nossa história. No gênero, creio que não temos nada que se lhe possa comparar».

Hildebrando Accioly, Carta datada de Washington, 8 de fevereiro de 1950.

«Trata-se, sem favor e sem dúvida, da obra *definitiva* sôbre o assunto. Não é preciso escrever outro, nem daqui há cem anos».

Charles R. Boxer, Professor do King's College, Universidade de Londres, Carta datada de Conygar, Broadmayne, 22 de abril de 1950.

«Quero desde logo expressar-lhe a minha apreciação de seu trabalho, que será da maior utilidade nos estudos coloniais. Já vejo possibilidades de pesquisas largamente ampliadas, no campo da arquitetura».

Robert C. Smith, Professor da Universidade de Pennsylvania, carta datada de Ellicott City, Maryland, 1 de abril de 1950.

«Lavoro bibliografico veramente esemplare per la paziente ricerca e per la esattezza (a quanto mi é dato giudicare) dei giudizi critici».

Gino Doria, carta datada de Nápoles, 8 de novembro de 1952.

«Resumindo, pode-se dizer que o autor de *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*, com paciência beneditina, com cultura bibliográfica sem par nas modernas gerações brasileiras e com profundos conhecimentos relativos à crítica histórica baseada em princípios técnicos, reuniu aqui, sistematicamente, tudo quanto até hoje se publicou sôbre a chamada guerra holandesa, suas causas imediatas ou remotas, seu desenvolvimento».

Gen. F. de Paula Cidade, «Revista Militar Brasileira», janeiro-junho de 1954, vol. LX, ns. 1 e 2, pág. 58.

FONTES DA HISTÓRIA DO BRASIL NA EUROPA

«As *Fontes da História do Brasil* é um trabalho de síntese, fruto das aturadas pesquisas que fez na Europa êsse paciente e

infatigável erudito que é José Honório Rodrigues. Mostra os tesouros inestimáveis que ainda existem, muitos dêles intocados, nas principais bibliotecas européias, à espera de que sejam dados à publicidade por estudiosos da índole daquele mestre ainda hoje insuperado da nossa história que foi Varnhagen».

Múcio Leão, «Jornal do Comércio», 28 de janeiro de 1951.

NOTÍCIA DE VÁRIA HISTÓRIA

«O autor de *Vária História* pertence à escola que Varnhagen criou no Brasil, escola de pesquisa e de exatidão. Seu preparo metodológico é excelente e suas qualidades pessoais se ajustam à especialidade a que se dedicou. É metuculoso na indagação e equilibrado no julgamento, mantendo sob severa vigilância a imaginação, que, embora possa valorizar as páginas do escritor, muitas vêzes responde, também, pelos erros e fantasias de muitos autores ilustres. O Sr. José Honório é historiador de afirmação sóbria e seguro. Creio que não possa haver elogio mais alto, para quem, como êle, se dedica, com elevação e serenidade, ao estudo de nosso passado».

Barbosa Lima Sobrinho, «Jornal do Comércio», 25 de agôsto de 1951.

«... Dr. Rodrigues... is practically the only scholar in Brazil who is writing on historiography and historical method. Here he presents several studies on themes of the interpretation of economic history and then include two papers on historiography in Brazil in 1945 and 1946. His two studies on historiography in Pernambuco and Ceará are descriptions and analyses of the reviews on the historical institutes of those two states».

Alexander Marchant, Professor da Universidade Vanderbilt, «The American Historical Review», vol. LVII, nº 2, January 1952, pág. 561.

«... revelando principalmente a extensão de conhecimentos do autor, através da crítica de enorme bibliografia — nada surpreendente, aliás, para os que estão acostumados aos livros de José Honório Rodrigues. ... *Notícia de Vária História*, pois, pelos temas e pelo tratamento, é leitura proveitosa, que dá sugestões e que se recomenda mais que como simples leitura: é mais

um livro de estudo que se deve ao labor e à inteligência de José Honório Rodrigues».

Francisco Iglésias, «Revista da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais», Ano I, nº 1, 1952.

A PESQUISA HISTÓRICA NO BRASIL

«Decisiva contribuição do Sr. José Honório Rodrigues para o progresso da historiografia brasileira... Como conclusão de seu cuidadoso estudo acêrca da pesquisa histórica no Brasil, o Sr. J. H. R. propõe a criação de um Instituto de Pesquisa Histórica, destinado a promover as investigações historiográficas, a desenvolver as técnicas relacionadas e patrocinar tôdas as iniciativas relacionadas com a historiografia, desde a pesquisa histórica no Exterior (cuja importância não desconhece qualquer pessoa mais ou menos ao par destas questões), passando pela pesquisa histórica no interior do país para chegar aos resultados finais : a formação de historiadores e a elaboração dos instrumentos de trabalho histórico».

J. Camilo de Oliveira Torres, «Correio do Dia» (Belo Horizonte), 23 de agosto de 1953.

«Assunto técnico pôsto com clareza, objetividade e independência, e com boa lógica e excelente linguagem. E paira nêle uma determinação constante de propósitos, que não poderá deixar de produzir efeitos práticos. Será o melhor galardão do seu livro e da sua benemérita campanha. Regosijo-me com o Brasil».

Pe. Serafim Leite, S. J., Carta datada de Roma, 6 de maio de 1952.

«I hasten to congratulate you upon the completion of this important guide to historical writing and historical research in Brazil, and I am looking forward to using it in connection with a seminar I expect to give next year in which the historiography of America will be considered».

Lewis Hanke, do Instituto de Estudos Latino Americanos da Universidade de Texas, Carta datada de Austin, 17 de junho de 1952.

O CONTINENTE DO RIO GRANDE

«Trata-se de excelente síntese da formação rio-grandense, apoiada em opulenta bibliografia e em copiosa documentação, exposta rigorosamente de acôrdo com os modernos métodos de investigação histórica, de que é consumado mestre o Sr. José Honório Rodrigues».

Carlos Reverbel, «Correio do Povo» (Pôrto Alegre),
24 de julho de 1954.

«Pela exata colocação histórica, pelo enquadramento sociológico dos temas, pela compreensão dos aspectos econômicos, seu livro é mais um atestado de assimilação das modernas correntes da historiografia de nosso tempo. Em sua obra, intérprete e pesquisador se harmonizam — o que é raro no Brasil, país em que os estudiosos que têm vocação de pesquisa carecem de base teórica ou metodológica, enquanto os que têm algum conhecimento de teoria se satisfazem na generalização e no esquematismo brilhante».

Francisco Iglésias, «O Diário» (Belo Horizonte), 29 de outubro de 1954.

SÔBRE AS EDIÇÕES DE JOSÊ HONÓRIO RODRIGUES MEMORÁVEL VIAGEM AO BRASIL DE JOAN NIEUHOF

«José Honório Rodrigues, creio que o nosso mais sério conhecedor de assuntos do Brasil holandês, autêntico modelo de especialista entre nós e, por isso mesmo, um homem excepcional no Brasil, teve, pois, a árdua incumbência de conferir a tradução com a edição princeps holandesa... O que mais me empolgou, nesta edição brasileira, foi justamente o esforço, deveras raro entre nós, dêste erudito patricio, que fêz de Nieuhof uma verdadeira edição crítica na acepção mais séria do termo, honrando muitíssimo a História do Brasil».

Elisiário Schmidt, «Vozes de Petrópolis», setembro,
1942, págs. 702-703.

«O Sr. J. H. R. pode estar certo de ter contribuído, de maneira sumamente proveitosa, para a divulgação da obra de Joan Nieuhof no Brasil, pois que, conhecendo de sobejo a história da colonização holandesa em nosso país e tendo estudado

largamente o livro do escritor bätavo, pôde restaurar a exatidão primitiva dêle, ajudando a recompor fatos, datas e notas que são de suma importância para o estudo do século XVIII nestas bandas do Atlântico».

«Jornal do Comércio», *Livros Novos*, 21 de junho de 1942.

CARTAS AO AMIGO AUSENTE DE J. M. DA SILVA PARANHOS

«O fato de ter sido confiada sua organização ao ilustre historiôgrafo, Sr. J. H. R., é um penhor de segurança dêstes comentários, e da rigorosa reedição das *Cartas*. O Sr. J. H. R. é, hoje, uma autoridade em historiografia brasileira, um estudioso cujos serviços à cultura nacional nunca serão sobejamente louvados».

«Jornal do Comércio», *Livros Novos*, 21 de fevereiro de 1954.

CORRESPONDÊNCIA DE CAPISTRANO DE ABREU

«O Sr. José Honório Rodrigues concatenou, com o seu profundo senso de historiador e com a sua fina sensibilidade de escritor, a correspondência de Capistrano, que reproduz em dois alentados volumes. O prefácio que escreveu é de esclarecimento ao leitor e lhe dá um roteiro magnífico para penetrar através das suas cartas aos amigos, o coração e o pensamento do eminente historiador. A conferência, que inclui no volume, pronunciada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, quando das comemorações do centenário de Capistrano, constitui um estudo de alta acuidade e admirável inteligência sobre o homem estranho e a sua obra excepcional».

Elmano Cardim — «Jornal do Comércio», 28 de setembro de 1954.

«... ela (a Correspondência) teve o mérito de proporcionar ao Sr. José Honório Rodrigues, que a organizou, um prefácio modelar que é, como síntese, um dos trabalhos mais inteligentes e lúcidos, mais corretos que têm aparecido para alegria e proveito

dos estudiosos e para honra do Instituto que a êsse mestre se confiou».

M. Paulo Filho — «Correio da Manhã», 17 de outubro de 1954.

«Que livro formidável. Ao concluí-lo, voltei a ler as suas introduções e elas iluminam-se. O grande intérprete da história nacional do Brasil achou um intérprete à altura da sua obra. Estudou-as não apenas com olhos de simpatia, mas também de experiência feita, e com a vasta preparação teórica dos seus trabalhos precedentes».

Padre Serafim Leite — Carta datada de Roma, 21 de dezembro de 1954.

CAPÍTULOS DE HISTÓRIA COLONIAL

«Acrescenta o Sr. José Honório Rodrigues à lista de seus trabalhos magníficos mais uma brilhante realização, com que se associa também à obra histórica de um mestre como Capistrano de Abreu — cujo exemplo de investigador e cuja amplitude de conhecimento continuam a servir de roteiro e de estímulo ao notável discípulo, a que a Sociedade Capistrano de Abreu soube confiar, com tanto acêrto, a missão de rever, anotar e prefaciara 4ª edição da obra clássica de seu patrono».

Barbosa Lima Sobrinho — «Jornal do Comércio», 30 de outubro de 1954.

«Mais uma benemerência à historiografia brasileira. Benemerência, sua, não apenas por fazer a edição, mas também pela sua operosidade e mais ainda pelo saber com que a ilustra».

Padre Serafim Leite — Carta datada de Roma, 14 de março de 1955.

APRECIACÃO DE LIVRO

TEMAS DE HISTÓRIA E HISTÓRIA DO DIREITO

EM

INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DO DIREITO POLÍTICO BRASILEIRO

De José Pedro Galvão de Sousa, catedrático da Faculdade Paulista de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

FEIJÓ BITTENCOURT

I

Os homens são diferentes. Uns, revolucionários; e contam com a violência que irrompe das situações tumultuárias e são próprias para o arrazamento de tudo ficando-se rente ao chão a fim de edificar coisa diferente.

Outros são compreensivos. Pensam que o que existe tem a sua razão de ser : corrijam-se-lhe pois os desajustes, porém não se destrua fazendo desaparecer nos destroços a razão de ser do que havia.

Essas duas espécies de criaturas tornam-se historiadores, mas partem de pontos de vista muito diversos.

Para ler a *Introdução à História do Direito Político Brasileiro* ou mesmo a monografia *A sociedade, o Poder e a Representação*, trabalhos de autoria do Professor Galvão de Sousa, é preciso estabelecer distinção entre as duas mentalidades humanas.

A expressão de pensamento de Galvão de Sousa vem sendo o avanço seguro, e que êle cada vez mais justifica pondo à prova com os seus estudos, com o seu espírito criterioso e sagacidade, o que afirma.

A respeito do que seja a *sociedade, o poder e a representação* (isto é, o mandato político), vem êle dar as definições enquadrando cada qual no que é e no que pode ser e naquilo a que estão os três elementos predestinados. A verdade é que, de acôrdo com a maneira de conceber êsses três elementos, escrever-se-á diferentemente a história.

Cada um dêles entretanto pode se tornar numa contradição com êle próprio. Na *sociedade*, no *poder*, na *representação* há uma finalidade, uma predestinação que precisa de ser reconhecida e respeitada, para que não se omita a respeito o que cada um tem de ser. A verdade é que um êrro acêrca do poder que representam prejudicará, desequilibrando-se então o conjunto.

A insistência com que certos historiadores falam no advento da democracia, como ponto terminal da transformação dos povos, é uma insistência em uma forma de poder, que consideram a melhor. Não há entretanto melhor forma de govêrno, se tôdas têm o seu momento histórico como acabaram concluindo desde os gregos que começaram indagando do melhor govêrno. Essa indagação entretanto é sinal de rumor revolucionário, mal estar social, e, não havendo êsse estado de prenúncio, os povos têm como bom o govêrno que tiverem oportunamente como ensina a história. Govêrno é questão de equilíbrio.

Explique-se talvez o poder como individual, a que se refere Galvão de Sousa quando alude a *poder*. Explique-se também a expressão de poder que assume a *sociedade*, e a expressão de poder que venha a ser a *representação* nos governos ditos constitucionais. Como fôrça social, o poder, neste caso, está na sociedade, é coesão social. Entretanto cada expressão dessas de poder pode coexistir com as demais; podem equilibrar-se as três mencionadas, e essa é a doutrina do equilíbrio dos poderes. Montesquieu a contrastar com Rousseau, que fala num poder único emanante do povo, que é a nação, o qual enfim se torna no que é a soberania nacional, chegou a ela.

Na Grécia e em Roma, com Cícero, acabaram por achar que o certo era o govêrno-misto e que assim contivesse equilibradas as três espécies de poder, o poder da monarquia, o da aristocracia e o da democracia, poderes êsses com três origens diferentes. É pois em equilíbrio de poderes que fala Montesquieu, embora êsse equilíbrio seja derivado dos órgãos de govêrno.

Pode entretanto variar a forma do Estado com os seus poderes constituídos, se nêle vive um povo de agricultores, ou de comerciantes: as bases sociais a que os Estados se ajustam são pois diversas. Mas um êrro acêrca dos elementos que entram na composição dos poderes, uma vacilação acêrca daquilo a que cada um dêsses poderes está predestinado a ser, faz ruir todo o edificio. Malbarata-se tudo. Não há então indicação de govêrno que valha. Chega-se à confusão. Dito isso já se percebe que até a cronologia histórica não se põe de pé por si nem vinga se ela não corre a respeito de fatos que verdadeiramente constituem a história e que fundamentam a formação dos poderes.

Os prolegômenos da história estão pois na teoria e formação dos poderes. Porém há fatos que vêm sempre à memória dos povos. Exemplo: a morte de César. Mas essa morte não encerra em si a história e a ascensão do próprio César é que vale saber. História espúria seria aquela formada pela impressionabilidade do povo. Era a história que acabaria enalhada nas águas pútridas em que vai acabar a podridão dos crimes, sendo que os inventam a respeito de Lucrecia Bórgia, com o que dizem a respeito dessa mulher, crimes que na metade são falsidades e invenção de pena subserviente de cronista francês, homem do tempo que a França competia com a Espanha, donde eram os Bórgias, força política poderosa e rival do reino de França: eis pois a história.

A história, neste caso, está pois a indicar a ascensão dos Bórgias e não está na descrição dos crimes que eles praticaram. A história se explica por aquela ascensão tremenda para a França e é a explicação do poder que tiveram esses Bórgias.

Neste caso a história é a explicação do poder na terra. Quando Daniel estabeleceu uma teoria dos impérios, indicando como eles se sucediam, firmou com isso um plano da história, e Renan então veio dizer que «a idéia de um plano na história, pede, a nosso ver, muitas explicações; há nisso uma verdade». E essa verdade na história é o poder dos impérios que precisam de explicações a que já se referia Daniel.

Mas nesse ponto é que os historiadores se separam, se opõem, se incompatibilizam, e não há ramo nenhum do conhecimento humano em que as incompatibilidades sejam tão profundas, como acontece com os historiadores divergindo acerca do poder. E que incompatibilidades? Incompatibilidades a respeito da compreensão do poder sobre a qual se planeja a história!

Mas para alargar a visão que se deve ter acerca dos poderes, das influências de ordem material no equilíbrio da sociedade, na força do número de homens, (as multidões), nos excessos de quem exerce o poder, está aí a história a dizer a respeito, ela a história, que não é apenas a data do acontecimento, mas o balanço dado nas consequências que houve a respeito do exercício do poder.

Uma finalidade há de se tornar evidente em todo ato que influa na sociedade, na sua formação, no seu andamento, no seu êxito. Esteja essa finalidade expressa pelo Direito Natural, que surge em época de destroçamento revolucionário como um artifício a recompor a sociedade lembrando o que ela era e daí a expressão razão natural para se dizer que essa razão, resquício de experiências adquiridas, volta a influir recompondo o passado.

Chamem a essa predestinação *lei-eterna* como o fêz Santo Tomás d'Aquino. Seja lei natural ou seja lei-eterna, pouco importa a maneira de chamar; mas o artifício de linguagem visa sempre o mesmo fim, conter na lição da experiência a sociedade uma vez que ela terá de se conter a si. O homem sempre terá de estar atento à compreensão de que o mundo está predestinado a algum fim, que já tenham reconhecido.

Mas se nos aproximarmos dos vários aspectos do Direito encarnando essa predestinação, muitos estarão empenhados em levar cautelosamente a história em conta, apontando no que o Direito se revela transcendente, aliás através do panorama histórico. A razão nada vislumbra por si. A história é que ensina os homens e as grandes lições o homem vai colher nela. A significação dos costumes vinda de longe através dos tempos é que vem a ser a revelação.

Outros pressupõem que a razão pode orientar sobrepondo-se aos ensinamentos históricos. Dizem que o espírito esclarecido moderno, espírito que no século XVIII chamou-se filosófico falando-se então em um Direito filosófico, independente do que se tornou tradição, é que vale e se torna revelador. Diz-se pois que o século XVIII punha de lado a história, e apegava-se à filosofia, ao racional, ao experimental, às ciências físicas, menosprezando a história e não lhe investigando o sentido verdadeiro.

Filósofos do século XVIII, franceses, revolucionários, se digladiam com os juristas conhecidos como da escola histórica, que surgem então para opôr a formação histórica do Direito através dos costumes, ao racionalismo da revolução, e que sendo alemães eram de um país que não caminhava então na senda revolucionária; pelo contrário. Tudo para eles era a propriedade do solo, a posse, enquanto, para os franceses, seria o contrato, o advento que viesse com a liberdade de contratar.

Estes disseram que o Direito devia ser uma expressão geral, de liberdade individual. Aquêles, os alemães, afirmavam que o Direito era todo de particularizações atendendo às circunstâncias locais. Pode-se dizer que essa corrente de idéias já caminhava para uma concepção social, então a se orientar contra o filosofismo francês.

O equilíbrio social admitido pelos alemães vinha com o tempo ao se formarem os costumes e o meio local, isto é, um conjunto especial de elementos a influírem no caso; mas o equilíbrio no liberalismo francês proviria da situação de liberdade em que os indivíduos contratassem de acôrdo com os seus interesses. Ora o equilíbrio social, a influência do meio, os costumes que se formam vêm a influir mais que essa liberdade de contratar e ter-se-á de dar lugar a êle na teoria do Direito.

Galvão de Sousa de modo nenhum é da corrente revolucionária, filosófica, do século XVIII. É então um publicista que volta os olhos para a história como formadora dos costumes, do Direito, das instituições. E neste caso êle convém à leitura dos historiadores, porque a direção que segue é aquela do desenvolvimento da história.

Êle está contra os que se tornaram numa reação contra os espíritos subversivos, e contra os quais a Escola histórica do Direito é a primeira contestação.

II

A história do Direito pode entretanto ser posta de dois modos muito diferentes.

Pode ser considerada no plano horizontal, no qual se estende a sociedade civil.

E pode ser apreciada na sua estrutura vertical, complexa, que é a construção do Estado que vai se ampliando conforme se vai transformando a nação com a sua amplitude e modificação de ordem administrativa.

No primeiro caso se quer saber da formação da sociedade civil, que se estende e unifica a medida que os costumes se tornam os mesmos. Há com isso a regularização da vida social unificando-se o povo. Quando o rei de Portugal conferia as cartas de povoação, para reger a vida dos que iam se fixar no solo por êle conquistado aos mouros, êsse rei queria povoar com uma camada de povo português. Conferia de lugar em lugar uma carta de direitos aos que ia deixando naquelas paragens. Fazia questão de um povo unificado em tôda extensão do país, mas conferia uma situação de vida a êsse povo de modo que êle se reunisse através do espirito social que se formava em consequência dos direitos e atividades sociais que passavam todos a ter. Ora essa era pois a finalidade dos forais, das cartas de povoação que o rei atribuía às populações e nas quais Alexandre Herculano assentou a História de Portugal: história de algum modo restrita, razão pelo que se diz que Herculano não estruturou a parte das navegações portuguesas, e, sem historiar essas navegações, não se faz a história de Portugal, nação por excelência da Renascença, comerciante e lançada aos mares.

Ora o Professor Galvão de Sousa passou por essa história da povoação como tinha de o fazer, indo pois adiante para alcançar já a fase mercantil que é posterior a essa outra de feição feudal, em que Portugal se lança no comércio marítimo, para

que Voltaire diga: êle «cultiva, por necessidade o comércio, que a Espanha punha de lado por desprezar».

Galvão de Sousa de fato firmou idéia de que são distintas as duas fases históricas. Aludia à posse da terra, à conquista firmada por intermédio da família que nela se fixou, povoando-a, e se referiu a isso na História de Portugal.

Sim : a família, fixando-se ao solo, é a formação social que se processa, é a sociedade local que se forma e leva o homem a viver em sociedade. A sociedade começa por essa família em que se há de viver. É também a sociedade civil que assim se firma, e com ela vem a consciência nacional.

Mas isto é uma fase histórica. Nela se unifica a nação que terá então a primeira razão de se unir, de se identificar, formando-se então uma consciência nacional. Mas, a essa fase, sobreveem uma outra. Sobreveem a fase mercantilista em que a nação se lança aos mares, navega para comerciar. O Professor Valde-mar Ferreira já se refere a essa fase mercantilista em que Portugal compreende as grandes navegações, fase em que se rasgam amplos horizontes para o direito português, ampliando-se então o papel do Estado e a interferência dêle na sociedade, nos negócios ampliados com o comércio. Pouco se tem falado na transformação que há com isso.

Estão assim demarcados dois períodos que serão vistos como distintos para a história do direito.

O Professor Galvão de Sousa aponta os dois: um é o período em que Portugal «mantém bem vivos os traços da sua origem familiar»; o Estado português então «resulta, por sua vez, de um agrupamento federativo na base de vínculos pessoais e territoriais». Êle então é a família e a propriedade do solo. E Galvão de Sousa conclui : «Em Portugal, a Família é estabilizada pela instituição do morgadio, assegurando a perpetuidade do patrimônio e a influência social dos velhos troncos».

Está aí pois emoldurada a primeira fase histórica do país, que entretanto foi além, evoluiu, dando origem a um Estado português de função administrativa especial já tendo em vista a atividade de nação mercantilista e colonizadora e o seu plano de administração.

Mas Portugal não está todo naquele primeiro quadro histórico. Eis por que Gama Barros, depois de Alexandre Herculano, que muito esclarece a respeito dessa formação de Portugal como sociedade civil, teve a grande intuição de escrever a História da Administração Pública em Portugal. Eis pois uma outra estrutura para a história do país.

Depois de Herculano ventilar a história de Portugal alicerçando-a nos forais, os quais por sua vez são a base do direito de propriedade, do direito de família, e da sociedade civil, Gama Barros tomou a si a história da administração que é a que se desenvolveu, vindo pois dar o quadro do desenvolvimento do Estado português que se expande na fase mercantilista, com a colonização do Brasil, fase essa em que os historiadores brasileiros tomarão pé.

Entretanto é preciso medir bem o que, dessas duas fases, isto é, o que da obra dêsses dois historiadores chega até a história do Brasil.

Herculano, com os olhos postos na formação da sociedade civil em Portugal apegou-se aos forais. Teve pois diante de si o que traçava o direito de propriedade, o direito regulador do trabalho, o direito de família, naquela fase de formação e unificação da sociedade civil em Portugal. O que escreveu ficou dentro da visão dos institutos do Direito Civil, e Herculano não encarou a vida do Direito dentro do plano do desenvolvimento histórico do Estado português com os objetivos que se ampliaram na fase mercantilista.

Com Gama Barros a História de Portugal é a da administração. É a história do Estado português que passa a ter grande desenvolvimento. Com Herculano ela é apenas a história da formação da sociedade civil, querendo Herculano, apoiado em Savigny, que se visse nos costumes locais, e com a consciência própria deles, formar-se a consciência nacional, formando-se então a nação. A sociedade civil já não é apenas a situação do individuo definida no seio da família, mas tornou-se em uma consciência geral.

Herculano compôs a história da formação da vida social portuguesa. Compreendeu-a como vida do povo em que cada pessoa é considerada individualmente com os direitos com que há de contar. Mas eis pois o povo já assinalado como o compreendeu a revolução francesa, com o seu aspecto individualista e geral.

Quis Savigny aceitar esse povo como expressão máxima, como formação do Direito através dos costumes que despertam a consciência do povo imprescindível para se firmar a vontade nacional. Ora não deixa ela de ser a vontade geral que Savigny então estudara sob essa sua formação, e a que Rousseau se referira como sendo soberana. Savigny veio apenas apontar o modo lento dessa vontade se constituir através do tempo num desenvolvimento seguido. De modo que se pode concluir que não é apenas as vontades individuais que operam mas também tudo

que concorre para a sua formação através da história: eis ao que se veio dar o nome de escola histórica, que confina com a escola francesa da soberania nacional fazendo tudo depender da expressão de força que é a massa de povo, o espírito do povo a desabrochar. Enfim ao que veio êle Savigny denominar *Volksgeist*.

III

Mas Savigny se afastou da expressão revolucionária de povo a se impor através da revolução, concepção aliás lançada pelos franceses, principalmente defendida por Thierry. Aceitou contudo o povo como elemento predominante, aprofundando entretanto a formação da consciência dêsse povo através de um processo histórico de que Savigny foi o investigador e um explanador notável.

As revoluções não são pois meios de criação.

Aliás Tocqueville, em *L'Ancien Regime et la Revolution* insistiu muito em que tudo, que acabou instituindo-se depois da Revolução francesa, não resultava propriamente dela mas já vinha se elaborando anteriormente através de um processo histórico regular. A Revolução foi apenas um incidente, uma intercorrência aliás perturbadora dêsse processo histórico. Savigny deixou pois ver que força era o povo depois de firmado os costumes que faziam os homens se identificarem numa expressão única de interesses comuns para comporem uma incomparável expressão de unidade e de ação. Assim como historiador do Direito, Savigny, identificando essa formação de unidade através dos costumes locais, supera os filósofos da Revolução francesa a caminharem de abstração em abstração falando uma linguagem apenas inspirada no *sentimento* de liberdade. Eis o que permitirá a Karl Marx dizer: «as formas de Estado não podem se explicar por si mesmas, nem pelo suposto desenvolvimento geral do espírito humano (evolução); pôsto que elas têm as suas raízes nas condições materiais da existência que Hegel, seguindo os ingleses e os franceses do século XVIII, subentendia como aquilo a que chamavam «sociedade civil». Mas filósofos, como eram os franceses que tocaram no assunto, não tinham então conhecimento histórico do Direito. Da técnica jurídica não eram grandes entendedores para não se aprofundarem no assunto. Dela, Savigny foi um conhecedor notável, sabendo como o Direito foi tomando forma precisa através da história e assim êle se tornou, por sua vez, nome imprescindível para o estudo da História. Savigny argüiu então com o que era da técnica do Direito para que Ihering tivesse a seguinte frase, chave da compreensão do de-

senvolvimento da História: «três vêzes Roma ensinou Direito ao mundo». E mostrou que as três vêzes representam ocasiões de aparecimento do mercantilismo, de ampliação e predomínio da vida comercial.

Depois da história do Direito ter sido a história da formação nacional com a unificação dos costumes (o que aconteceu com o povo português historiado por Herculano), ela passou a ser a história da organização administrativa, da organização judiciária de Portugal de acôrdo com a nação que se tornou mercantilista e lançada aos mares navegando para comerciar e colonizar.

História da Administração! O Brasil já não representa mais a história da formação da sociedade civil portuguesa; mas é a história da administração de Portugal a se estender pelas colônias.

João Ribeiro, que foi uma das inteligências mais lúcidas, das que apareceram no Brasil, quando escreveu a sua História do Brasil, na parte em que estuda a formação brasileira (História comum), êle começa por tratar da administração. É o que o Brasil representa: desenvolvimento da administração do Estado português. Através dêsse desenvolvimento é que deve seguir a história.

Não era João Ribeiro um jurista, como o é o publicista Galvão de Sousa, para que êste, como os publicistas, possa enquadrar melhor a história do país.

Nessa história da formação do Brasil, João Ribeiro não se restringiu ao que chamou *História comum*, formação geral. Mas em seguida passou à *História local*. Essa história local não deixa então, de ser a história da administração, das medidas de Estado concernentes às localidades. É aí que João Ribeiro fala na política oceânica: o termo política representa bem a interferência do Estado. Fala João Ribeiro em rebeliões: atritos do elemento local com o Estado português. João Ribeiro esclareceu pois um novo aspecto histórico da expressão geral no Brasil. Levou assim a História do Brasil a um plano a que ainda não tinham chegado.

Eis pois um nome que não se há de esquecer entre os grandes historiadores nacionais.

Povoar entretanto foi o primeiro passo dado nessa história de novas terras a que Portugal chegou, e que, para povoar, instituíram-se as capitanias.

Há uma grande diferença entre os forais com que Portugal constituiu a sociedade civil local reconhecendo os direitos dos que compunham essa sociedade, para a doação de terras constituídas em capitanias. Nesse diploma de doação não se cogita

mais da formação da sociedade civil local, mas da Administração da justiça e dos poderes então conferidos aos donatários. Cogita-se da defesa militar da terra. Enfim cogita-se da administração, da administração! da administração! Nos forais trata-se da constituição da sociedade civil; na doação da organização administrativa local concede-se para isso poderes a um donatário. Confundidos assim ficam o direito de propriedade com os poderes de administração!

Mas essas capitanias nada chegaram a ser.

Entretanto o município, a vida local ainda teve uma expressão que veio prender a atenção de todos.

Ora êsse município teve uma expressão distinta da de Portugal. Os municípios começaram a ser circunscrições políticas conjugadas aos partidos políticos. E, ao invés de serem um elemento de vida local formadora do Direito, passou a ser um elemento que adquiriu expressão com a criação dos partidos políticos então a existirem. Concepção muito recente foi êsse municipalismo.

O município representa em Portugal uma fase histórica. Ele vem a ser os primeiros núcleos em que se concretizou a sociedade civil com a sua instituição firmada nos costumes locais e que eram de fato produto espontâneo dêles. Representam êsses costumes uma força de criação, de transformação. Mas o tempo de se formarem êsses costumes locais já passou. Começam a prevalecer as leis gerais, as ordenações dos reis. Essas consolidações gerais do Direito vieram depois da vida local estar superada e com o seu período criador encerrado.

O município hoje sobrevive a custa de duas sugestões: uma, a de Alexandre Herculano que se inspirou em Savigny, o qual encontrou nos forais a origem da sociedade civil, da vida jurídica, para que Herculano escrevesse no mesmo sentido ao traçar a História de Portugal; a outra sugestão é a Suíça que não sai dos olhos de certos escritores brasileiros, inteiramente preocupados com elogiar os cantões.

Quis-se dar provas do papel do município do Brasil, mas com exemplos fracos, não convincentes. Historiadores houve que estiveram se apegando ao município e à sua expressão. Estão nesse caso Francisco Lisboa, Pereira da Silva e Rocha Pombo. Mas, referindo-se ao primeiro dêsses três, Capistrano de Abreu se declara descrente no papel do município, que aquêlê apontou. Oliveira Viana causou em Pedro Lessa grande impressão, mostrando que êsse município não era nada de seu, já não tinha expressão própria, e representava a influência, o predomínio da «aristocracia rural», isto é, dos senhores de engenho, dos grandes

proprietários agrícolas. Êstes sim é que tinham consigo a grande expressão de poder a se sobreelevar e absorver o município.

Há de se encontrar muito fora do município, da vida local, a força preponderante nessa fase política.

Ê preciso se ter uma compreensão especial do que ficou sendo o município no Brasil e é isto que faz o Professor Galvão de Sousa quando diz que «já fôra ultrapassada a fase do nítido predomínio do direito costumeiro», então falando êle em um «sistema político administrativo». Já está pois clara a diferença entre formação social local do direito costumeiro e o regime administrativo, que é o município moderno.

Mas as sublevações locais revolucionárias subverteram a ordem das coisas. Proclamaram-se como proponentes de princípios juridicos. Êsses princípios não provinham do município como uma formação histórica lenta; a revolução se proclamou nêles como subversão vinda de fora.

Se, neste caso, ela não se apoia na formação de costumes locais, os municípios passaram a ser proclamadores de princípios ditados pelo racionalismo.

Eis em tudo e por tudo uma nova expressão da vida local que faz o Professor Galvão de Sousa dizer que não é mais aquela dos tempos feudais, do Direito local, expresso como criação local.

Aliás o municipalismo de agora não é mais aquela vida local criadora do Direito na sociedade feudal. Dupont White quando pensou no município e passou a se referir a êle, queria o município influísse nos partidos políticos, se impusesse a êsses e tomasse então parte especial na vida partidária. A respeito dessa política municipalista há muito que dizer.

Nada mais é êsse município partidário político daquilo a que se referiu Savigny; o papel dêle na vida local era então outro triando a sociedade civil.

A essa política municipalista procurou ir ter o Estado revolucionário brasileiro de 1930. Era uma política reacionária aos Estados membros da federação. Entretanto êsses Estados têm mais consistência para estarem diante do governo federal, equilibrando-o, enquanto a multidão imensa dos municípios é uma aluvião incapaz de se coordenar, mas, como a poeira, suscetível de ser removida ao sôpro do vento que nesse caso desceria do governo federal.

IV

Duas ordens de fatos se entrecruzam na história. Chocam-se. Corrigem-se. Há a tradição e o espírito de rebelião.

Ora desponta a rebelião como um processo de caminhar adiante operando-se a destruição para passar por cima do que ficou destruído.

É esperando pelo tempo que o espírito histórico reconstitui a organização desaparecida, e ajusta ao que já se tinha impôsto.

Esse senso histórico das coisas é então que opera em ambos os casos; é pois êle que corrige o que se torna extremado.

Transformação social é a experiência que se acumula e que corrige os erros dos elementos sociais ao se extremarem os homens. Um corte nisso tudo em benefício do equilíbrio social, vem se instituindo, definindo-se melhor as instituições que veem se substituindo. Subsistir é se ajustar, e sofrer influências.

Mas quanta confusão deixa a maneira de que se tem escrito a história, por vêzes se valendo do princípio revolucionário como transformador dos tempos, sem esteiar-se no princípio histórico como elucidador das instituições, que com a tradição veem se fixando e adaptando!

Essa teoria histórica, maneira especial de compreender as coisas custo da transformação que elas vão sofrendo com o tempo, foi então apontada primeiro por Daniel. Renan diz então que o processo histórico das coisas ao desenvolverem, foi apontado então por êsse profeta, tomando então lugar na Bíblia.

Daniel, já dissemos, estabeleceu a teoria dos impérios. Profetizou como êles se sucederiam. Teve uma clara visão histórica dizendo que uns se formariam da poeira dos outros: estava pois dada a explicação do que seria cada um e com que se apresentaria.

Essa teoria chega até Bossuet, que vem por sua vez dizer serem os impérios uma série, uma sucessão a se transformarem uns nos outros até chegar-se àquele que será a explicação final da história, enfim dêsse desenvolvimento de impérios.

Bossuet, século XVII; em seguida, o século XVIII. A fase, em que aparece Voltaire.

Bossuet era um pedagogo. Extraia da história de Roma os ensinamentos para os povos contemporâneos e a história para êle é a da formação de poderes.

Voltaire não foi nada que se pareça com isso. Escreveu um *Dicionário Filosófico*, que completou com um *Sottisier*, dicionário das tolices humanas. Êste completa aquêle, e acaba dizendo o que não se disse naquele.

Completa Voltaire essa obra do dicionarista escrevendo *Essai sur les mœurs des nations*, quer dizer, compõe então a história universal descrevendo as tolices que vigoraram no seio das

nações. «E como hoje se apegam aos complexos psicológicos, Voltaire se apegava à tolice humana. A análise que êle fazia era da tolice que encontrava muita na alma da humanidade». E o faz como todo espirito ilustrado, filosófico, no século XVIII, riu-se e menoscabou dos tempos que ficaram atrás.

Voltaire recebe sobremaneira grande influência do século XVIII. Esse século presumiu que com êle houve o desabrochar da razão. Chamou a si século filosófico. Foi a época tida como do racionalismo. Quer dizer: razão, predomínio, razão, suposto esclarecimento da mentalidade humana, que afinal se operou libertando os homens das trevas.

Vaidade de ser um espírito esclarecido, finalmente iluminado! Homens que se dizem *iluministas*, por dizerem que afinal participaram da claridade vinda da razão!

Essa época teve duas fases: a *racionalista* que se referia ao desenvolvimento geral da razão humana; e a política.

A política foi assunto para a pena de Rousseau, criador da soberania nacional, da vontade da nação. E Voltaire e Rousseau entretanto não se entendem. Desconhecem valor, um no outro. Menosprezam-se e destratam-se. Acusam-se de inópia mental. Entretanto o tema fica na história: procura-se saber quando as nações atingem êsse grau de desenvolvimento mental do racionalismo e do predomínio da vontade nacional, que é afinal o liberalismo. É do que cogita muita gente que faz história!

A história torna-se então em uma investigação do liberalismo no seio dos povos.

Essa é então a história do desabrochar do racionalismo, do esclarecimento final da razão humana.

Antes dêle, porém, a história da humanidade ficou sendo a narrativa do obscurantismo, das supertições, da credice, das abusões, da estultice, que Voltaire quis apontar e descrever no *Ensaio acêrca dos costumes das nações*: a história universal que êle escreveu. A época das trevas é que os protestantes se referem, ao tratar da Idade Média, do predomínio da Igreja, como se não se processasse naquele tempo uma formidável formação social. Voltaire e protestantes correspondem à mesma reação revolucionária racionalista.

Mas com a revolução francesa vem o predomínio político do povo. Cada indivíduo, votando para eleger o govêrno, passa a exercer o livre exame na formação dos governos que saem da opinião pública. É assim a época da razão esclarecida geral predominar na política. É a época do espírito filosófico que foi como se tornou conhecido o século XVIII; época que se diz estar sem mais abusões.

Racionalismo ! Foi entretanto o nome que tomou certa forma de espírito proveniente da independência individual criada pelas épocas mercantilistas, da vida comercial ampla e acessível a todos.

Há três ocorrências históricas sob a denominação de racionalismo, protestantismo, revolução francesa de individualismo. Representam aliás o mesmo. O primeiro é expressão cultural; o segundo, religiosa; o terceiro, política. Todos êles são o espírito de livre crítica.

O racionalismo, o subjetivismo, o individualismo pertencem ao mesmo quadro histórico. Pedro Calmon deixou no seu livro o seguinte trecho escrito a respeito do racionalismo :

«A Reforma religiosa foi um movimento de livre-exame, que combateu à Igreja de Roma com a revisão das Sagradas Escrituras: desencadeou uma rebelião «racionalista».

«Proclamara Lutero a inteligência individual, supremo juiz da interpretação da lei religiosa revelada... Fácilmente se deduziria, nessa «altitude» da razão, uma filosofia materialista ou uma exaltação delirante da crítica individualista».

V

Calmon disse quanto tinha de dizer dêsse racionalismo. Chamou-lhe rebelião e acrescentou que era a «exaltação delirante da crítica individualista». O que proclamou está certo. Mas é preciso esclarecer e explicar melhor o que êle afirmou assim.

Foi de fato a independência econômica que o indivíduo alcança em uma época individualista vivendo cada um do lucro das operações de comércio que pratica, a causa dêsse estado de espírito de independência individual a se sobrepôr a tôda tradição que vem a ser o poder, o govêrno, a Igreja. Tudo chamou a si e pôs, sob a sua autoridade, o indivíduo. Pôs: supôs pôr ! Eis então uma exaltação que importou em subversão religiosa e política, e no campo do Direito.

Mas fenômeno curioso ocorreu no Direito.

As Univerisdades tinham de fato provocado o estudo do Direito Romano, que era o maior depósito de técnica para equacionar e resolver as questões de Direito em uma sociedade individualista. Ensinaram a manejar essa técnica sôbre-maneira aperfeiçoada. A experiência, o ensinamento haurido com os anos, a finura de expressão da linguagem de análise criada pelos juristas confundia de fato e de fato perturbava os racionalistas, homens de espírito voltado para a livre-crítica, para o livre-exame: homens

que estariam dispostos a criticar livremente, mas sem terem profundidade nenhuma na análise do Direito.

São pois conhecidas as diatribes de Lutero e Calvino lançadas contra os juristas. Disse Lutero :

«Melhor é fazer uma fogueira para queimar todos os juristas e seus livros de Direito. Êsses livros não encerram senão juízos entrelaçados uns nos outros, mas estando sem firmeza nenhum dêles».

A luta dos protestantes contra os juristas se tornou aberta, porque aquêles não tinham técnica especializada para argumentarem com êstes.

E Calvino acrescentou :

«Se tiveres de lutar contra os jurisconsultos, sabe que por quase tôda parte êles são os adversários dos ministros de Deus».

Isso importou em formularem um Direito simplificado, sem apuro técnico, fundamentado todo no Direito natural, noção fácil para estar ao alcance de cada um, em uma sociedade individualista em que cada individuo tenha a livre-crítica para supor-se capaz de solucionar tudo.

Eis que se chegou afinal à concepção de Frederico II, de elaborar um Código em que qualquer um, cada individuo sem formação jurídica especial, encontrasse a solução jurídica dos seus casos. Um Direito sem juristas. Sabem os entendidos que isto é impossível !

Mas as coisas se complicaram. Os homens do livre exame se opuseram a êles próprios não se entendendo mais ao discutirem matéria jurídica, como é peculiar a tôda revolta, a tôda rebelião a se revolver sob o influxo das multidões, dos diversos elementos em eclosão. A revolta é um estado de coisas a sobrepujar a tudo.

Grócio era jurista em um meio protestante. Não sabia como então pisar em terreno firme quando todos argumentavam em nome de Deus, contrapondo-se entre si. Tinha que fugir a essa confusão.

Para reconstituir o Direito em um meio que precisava de reger-se pelo Direito, como acontece com todos, voltou-se êle para o Direito natural, base de construção jurídica tal qual já fôra definido, nas Institutas de Justiniano.

Por essa porta que êle abria êle entrava em um dos sistemas jurídicos mais completos que o mundo conheceu. Recaía num grande repositório de técnica. Podia então se utilizar dessa técnica para tratar «de questões do Direito natural e político, pautando-as nas máximas do Direito Civil».

Estava Grócio pois liberto do imprudente espírito de livre-crítica tão pessoal, tão precário para assentar o Direito num sistema preciso, seguro, e de técnica aperfeiçoada. Um Direito que estava fora do espírito de livre-crítica dos protestantes.

Foi então que Grócio proclamou: um «Direito imutável como a natureza e a razão. Deus mesmo não o podia alterar».

Prestava em todo caso o seu hábil tributo pago ao racionalismo dizendo que êsse Direito seria imutável, e baseado na razão. Valia-se da concepção do Direito natural em que o individualismo da época mercantilista encontrou expressão para a independência individual. E lançava-se em um sistema jurídico tão perfeito como o Direito Civil dos romanos, dizendo que nem Deus o podia alterar, quer dizer: Direito formulado pelos juristas, que seriam então os sabedores dêle. E afastando-se do espírito extremista religioso protestante alegava Grócio que nem Deus (o grande argumento dos protestantes) podia pesar. Estaria assim fora da quisleira dos protestantes a falarem todos em nome de Deus.

Somente uma compreensão histórica apurada é que destrinça e leva a compreensão do racionalismo. Êle foi a subversão do equilíbrio com que deve se manter o pensamento a enveredar entretanto, por um caminho em que perdeu o comedimento. A emancipação individual na vida econômica precipitou o indivíduo até a pretensão de submeter tudo à sua vontade. Foi uma ocorrência assim que promoveu êsse desmando da inteligência a querer êsse predomínio individual e não o critério com que se apuram através dos tempos as instituições que regem a sociedade.

Um estado de coisas assim não pode subsistir e vai recair no que o contradiz. Em política vem, dêsse estado de coisas que é o «delirante» individualismo absoluto, a tirania, como aconteceu na Grécia, onde esta sobreveio conseqüentemente ao caos político criado pelos sofistas individualistas e que diziam o homem, o indivíduo, ser a medida de tudo; mas implanta-se como uma necessidade a vontade do tirano, como medida para por ordem na confusão a que chegou o individualismo «delirante».

Não representam outro fenômeno político os partidos únicos. Não será pois a pretensão do predomínio da vontade individual que há de predominar, porque ela mesma acaba sobreestimando-se e provocando o desequilíbrio social. Virá então a reação contra o individualismo.

Kant quando definiu o Direito como o acondicionamento da vontade, da liberdade individual, a fim de que uma termine onde comece a de outrem, devendo-se equilibrar tôdas, estabelece um comedimento e então é que êle conclui ser o Direito o modo

prático de acondicionar a liberdade de cada um com a dos outros, acrescentando que isso faz parte dos «deveres exteriores». Nesse caso são as circunstâncias exteriores ao indivíduo que comedem aquilo que êle acha que é a sua liberdade.

Não é sòmente para êsse equilíbrio que se há de comedir a liberdade de cada um. Sobre põe-se, a ela, o equilíbrio geral da sociedade, que restringe tôdas as liberdades individuais, em benefício do bem estar geral. Não é mais só o indivíduo que fala então no caso, mas o poder, o Estado que se pronuncia no sentido do bem geral. Não são mais as liberdades individuais que se contrapõem, mas é a *ordem econômica e social* que se impõe, que supera as liberdades, passa à frente delas para manter a ordem geral.

Aliás o racionalismo ficou sendo um fato histórico, compreensível dentro das condições históricas especiais de que êle emergiu. Ficou sendo algo mais que o emprêgo do método racional. Foi êsse método utilizado como meio de reação às tradições. Foi êle uma rebelião e uma rebeldia. E é êsse aspecto que o caracteriza.

Além do que possa ser como atitude de emancipação individual justificável, o racionalismo se tornou exclusivista, não quis ver que tem de coexistir com a tradição do equilíbrio social. Duas coisas deverão então a se impor, individualismo e equilíbrio social: o que não aconteceu.

A tradição que se concretizara representando então experiência, assim é que ela se firmou.

De nada disso quis saber o racionalismo. Lançou-se êle numa maneira de pensar vaga, contando apenas com as impressões acêrca do indivíduo. A vida êle conclui que ela seria um impulso natural para a liberdade, mesmo que o homem passasse a viver em sociedade. Rousseau veio afirmar que a liberdade é própria da natureza humana e que o homem, embora tivesse passado a viver nos grilhões de escravo na sociedade que o escravizou, êle que se libertasse dessa escravidão.

Essa teoria implantou uma concepção muito vaga e subjetiva da liberdade, concepção muito afastada da realidade. Liberdade, que é preciso apreciar com critério!

VI

Descartes, alega Pedro Calmon, praticou o «racionalismo sistemático». De fato. Fincou o pé nesse subjetivismo que é o racionalismo, nesse *eu artificial* por êle tido como a sobrepor

a tudo, intercorrente em dado momento histórico, que levou Descartes a dizer : «Eu penso logo existo».

Descartes seguiu um caminho em que a inteligência tomou como ponto de partida o homem a olhar para si mesmo, o que resultou na introspecção, que não deixa de parecer que vai de acôrdo com o livre exame.

Disse: *penso logo existo*. Conclua-se: *olhando para mim mesmo posso pensar e começo a pensar*. Daí prosseguir-se então num «raciocínio sistemático», não atentando então no que a inteligência se forma com o que é objetivo, proveniente do meio exterior, e com o que vem de fora, não procedendo dessa introspecção.

Essa maneira de buscar no que vem de fora, e que a inteligência assimila para formular o conhecimento, e chegue a pensar, é ao qu chamam *realismo*. Santo Tomás de Aquino é o teorista acêrca dessa maneira de ser de inteligência. Refere-se êle ao aspecto objetivo dessa concepção acêrca da razão. Referindo-se êle ao aspecto objetivo do pensamento humano, veio dizer que nada existe na inteligência do homem que antes não tivesse passado pelos sentidos, e Santo Tomás então prova a existência de Deus com a lei que submete tudo a uma causa e que vamos apreender na realidade exterior a nós homens pensantes. Tendo o homem diante de si o panorama do mundo objetivo, nêle encontra então com o que formular os seus pensamentos: nêle verificou pois a lei da causalidade.

Eis Tomás de Aquino, filósofo de quem inteiramente discorda de Decartes a dizer que o raciocínio vale por si mesmo, independente dos fundamentos que lhe dá o mundo objetivo exterior, com as suas leis. E a lei do pensamento não é, segundo êle, como quer Santo Tomás que seja, isto é, a lei que conduz o mundo exterior e que apreendemos ao entrar em contacto com êste.

Com Descartes o raciocínio passa a ser examinado em si mesmo, como sendo um conjunto, uma peça distinta, vindo então a ser, podemos dizer, «razão pura». Ora Kant é que veio escrever a *Crítica da Razão Pura*. Investigou elementos próprios dela, com que armarmos o conhecimento referente ao mundo exterior. A orientação que Kant seguiu já estava assim preparada por Descartes. Os sistemas filosóficos dêsses dois homens são conseqüentes, um vem do outro, os dois se sucedem, um condiciona o outro para que se leve em conta a posição histórica de cada um, para que sejam êles compreendidos depois de postos no plano da história, em que se vê como um influi preparando terreno para o outro.

Finalmente em Kant a afirmação é clara de que a razão é o centro da compreensão. Neste caso não mais a razão gira em torno dos fatos, porém, como veio dizer Kant, os fatos é que gravitam em torno da razão pura, aglomeram-se em volta dela formando-se assim o conhecimento. Uma revolução filosófica igual a de Copérnico na astronomia. Seguindo as pègadas de Descartes, Kant chegou afinal a transformar a teoria do conhecimento e concluiu que conhecer seria a maneira prática de empregar a razão pura. Eis nesse espírito prático já um pouco de pragmatismo que subordina o conhecimento à ação, condiciona-o a ela e subordina-o todo a ação à atividade que o homem desenvolve através do espaço, através do meio exterior. Essa compreensão do mundo exterior já se torna muito especial.

Então para saber o que seja a sociedade, parte-se de uma intuição sobremaneira subjetiva; que veio redundar na liberdade individual. Daí Kant definir o Direito como sendo o modo prático de acondicionar a liberdade de cada um com a dos outros. O Direito, diz êle, inflète nos «deveres exteriores». Veja que dizer assim é dizer que o Direito importará em acondicionar a liberdade de um com a dos outros no espaço, não se chocando elas umas com as outras. Veja-se como êsse sistema é simples, parte de poucos dados, podendo-se dizer que de dois apenas : a idéia subjetiva de liberdade, e a de espaço, em que estamos forçados a viver delimitando-nos ao interêsse dos outros e com os quais o problema do Direito terá que ser pôsto.

Pascal logo estabeleceu que a inteligência não era só isso e falou num espírito de finura a existir além dêsse espírito geométrico, que está voltado a compreender o espaço, a ver como as coisas se realizam para o homem no espaço, no meio físico. Mas acrescentou êle que o coração tem razões que a razão desconhece, e são as que o espírito de finura reconhece.

Filosofia incompleta ficou sendo a sua. Êle percebeu a diferença entre as formas de pensamento, entretanto não sistematizou aquilo que percebeu por ter feito distinções importantíssimas.

Ora o Direito também não é só isso, não é só a vontade individual, embora Rousseau tenha dito que o poder é a soma das vontades individuais a se imporem. Embora êle considerasse o poder assentado, em última análise, na liberdade individual, êsse poder não há de representar só a vontade individual, mas ainda o equilibrio geral. Não é pois só o individuo considerado elemento componente do Poder que valerá, unicamente, mas também a idéia de equilibrio geral assegurada por êsse Poder se impõe. O Poder é mais alguma coisa além do interêsse individual. Compete-lhe de modo próprio realizar a ordem condizente com as finalidades superiores da sociedade. O Poder com a sua inde-

pendência, com a sua expressão de força própria é que promove o equilíbrio social. Equilíbrio! Uma palavra de especial significação, posta acima dos interesses individuais e que se há de esteiar no poder tornado independente e com finalidade própria para impor esse equilíbrio.

Mas a idéia de liberdade e interesse individual, que passa a predominar na filosofia de então, decai, declina no campo jurídico. Recebe delimitações. Vê-se mesmo que ela chegou ao exagêro em consequência de intercorrência histórica, revolucionária, vindo assim desde o movimento político do protestantismo até o século XVIII, até a Revolução francesa. É acidental a sua origem e não representa nada de fundamental.

VII

A formação da sociedade civil não é o bastante para se traçar a história do Direito e passar-se-á à história da formação do Estado com os seus poderes constituídos e independentes bem como à história da administração pública.

A história do pensamento humano e seu desenvolvimento acabou no paralogismo do racionalismo que veio a ser uma intercorrência do espírito revolucionário a se apoiar num pressuposto que é a razão considerada em si, independentemente de tudo mais, quando entretanto ela está condicionada à realidade social e histórica que a cerca.

E que é essa realidade?

Não é só a sociedade civil a que se referia Savigny. Além dessa sociedade há formação do poder, há o poder de governo, poder na variedade dos seus aspectos e contingências sociais, poder esse constituído em cada grupo humano conforme o desenvolvimento desse grupo.

Galvão de Sousa quando destaca no Direito público os três elementos a que nos referimos — a Sociedade, o Poder, e a Representação —, vem êle falar na expressão distinta de cada um deles e na sua formação própria, particular a cada um.

Para reconsiderar a maneira de se constituir cada elemento desses é que passaram a falar em sociologia, filosofia jurídica e social depois de apreenderem os fenômenos sociais sob esse aspecto composto que se investiga através da sociologia, da história sendo que a filosofia diversas vezes se intromete nêle.

Cada qual desses três elementos vem afinal de profundezas muito grandes.

1º não é apenas a vontade individual que determina mesmo porque ela já é condicionada: nem a vontade individual do go-

vernante e nem a soma das vontades individuais é que determinam por si, mesmo porque elas obedecem a razões insuperáveis;

2º o Direito é proveniente do que se foi consubstanciando, surgindo, como se diz, da tradição, que se firmou através do seu processo histórico, e importa em razões profundas que vêm a tona.

3º essas razões históricas se traduzem nos costumes, em que imperam então as razões sociais;

4º o exercício do poder importa em levar em conta razões muito amplas e que o indivíduo por vezes desconhece em tôda a amplitude e que são pois razões a que o indivíduo é obrigado a ceder e que êle entretanto, nas suas tendências individuais, desconhece: são razões que êle respeita;

5º a compreensão ampla das razões sociais é que leva a admitir o Direito como uma força independente integrada nos órgãos de governo, verdadeiros suportes do equilíbrio social.

A sociologia que é uma compreensão especializada, é por sua vez um método próprio para essa compreensão. Ela é que surgiu como uma renovação do pensamento reconsiderando tudo em relação à expressão social do momento, que ela passa a classificar e especificar.

Razões então que compreender, há muitas. Acumulam-se. Compõem-se umas com as outras. E o Professor Galvão de Sousa traz ao caso as mais transcendentas. Interessa assim saber quais as que êle dá e qual a posição que êle toma na história do Direito.

Essa posição se relaciona com a História. É um tema histórico a desenvolver. As idéias que Galvão de Sousa emite devem então ser apresentadas aos historiadores para escreverem êles a história à luz delas.

Galvão de Sousa de modo nenhum se submeteu à concepção de Rousseau, que é a do racionalismo a dizer que o homem decaído (escravizado aos grilhões da sociedade acrescenta o autor do Contrato Social) chegou ao momento de se libertar renegando então o passado. A reação seria uma expressão revolucionária.

Fôrça, expressão física, era tida como fundamento da reação. Pôs Rousseau a questão em termos próprios do século XVIII. Já no século XVII, a fôrça, o fenômeno físico, era tido como única expressão científica. Descartes, explicando a alma, esboçou a fisiologia do sistema nervoso baseada no funcionamento dos nervos. Pascal procurou imaginar a máquina de calcular reduzindo assim o cálculo (que parecia ser o que fôsse mais in-

telgência pura) a um maquinismo: o sistema nervoso passou a ser máquina. Molière ridicularizando as mulheres sabichonas mostra-as realizando experiências de Física e a Física, tida como expressão de conhecimento único e preocupação única do século XVII, é no século XVIII a grande preocupação de Voltaire que se mostrou empenhado nas experiências de Física e em divulgar Newton.

Não é êsse pois o caminho que tomou Galvão de Sousa : êle reconhece razões transcendententes para encaminhar a humanidade na terra.

Há razões especiais para resolver as questões de Direito, e estão acima dos fenômenos de ordem física. As que Galvão de Sousa admite, vai êle encontrar confirmadas na história, grande quadro da sociedade humana através do decorrer dos tempos que tudo acabam revelando.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE ABRIL DE 1955

- Anuário Estatístico do Brasil* — 1954 — I.B.G.E. — Conselho Nacional de Estatística — Rio de Janeiro, 1955.
- Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira* — Herbert Baldus — Edit. S. Nicolau — São Paulo, 1954.
- Tribuna Parlamentar* — República — Rui Barbosa — Gráfica Olímpica Edit. — Rio de Janeiro, 1954.
- História e Tradições da Cidade de São Paulo* — vols. I — II — II — Ernani Silva Bruno — Livraria José Olímpio — Rio de Janeiro, 1954.
- Os Escorpiões* — Gastão de Holanda — Gráfica Editora Edigraf — São Paulo, 1954.
- O Rio* — João Cabral de Melo Neto — São Paulo, 1954.
- The Point Loma Community in California* — 1897-1942 — Emmett A. Granwalt — University of California — Los Angeles, 1955.
- Os Dragões do Rio Pardo* — Ten. Cel. de Paranhos Antunes — Edit. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, 1954.
- Um Português de Estirpe* — Professor Dr. Artur de Vasconcelos — Edigraf. São Paulo, 1954.
- Apostamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*. Tomos I e II. Azevedo Marques — *Revista dos Tribunais* — São Paulo, 1953.
- Peregrinação pela Província de São Paulo 1860-1861* — Augusto Emílio Zaluar — *Revista dos Tribunais* — São Paulo, 1953.
- Memórias para a História da Capitania de São Vicente* — Frei Gaspar da Madre de Deus — *Revista dos Tribunais* — São Paulo, 1953.
- Nobiliarchia Paulistana Histórica e Genealógica*. Tomos I — II — III — Pedro Taques de A. Paes Leme — *Revista dos Tribunais* — São Paulo, 1953.
- Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo* — Y. Y. von Tschudi — *Revista dos Tribunais* — São Paulo, 1953.
- Segunda Viagem a São Paulo e Quadro Histórico da Província de São Paulo* — Augusto de Saint-Hilaire — *Revista dos Tribunais* — São Paulo, 1953.
- Relatos Sertanistas*.
- Memória sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá* — Luiz d'Alincourt — *Revista dos Tribunais* — São Paulo, 1953.
- Relatos Monçoeiros* — *Revista dos Tribunais* — São Paulo, 1953.
- Notícias das Minas de São Paulo e dos Sertões da mesma Capitania* — Pedro Taques de A. Paes Leme — *Revista dos Tribunais* — São Paulo, 1953.

- Santos e Visagens* (Adquirido por compra) — Eduardo Galvão — Edit. Nacional — São Paulo, 1955.
- Red Metal* (The Calumet and Hecla Story) — C. Harry Benedict — University of Michigan Press Ann Arbor, 1952.
- Vocação de Euclides da Cunha* — Umberto Peregrino — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1934.
- As Condições Atuais dos Mandurucú* — Robert e Yoland Murphy — Pará, 1954.
- A Marinha Imperial e outros ensaios* — Lucas Alexandre Boiteux — Imprensa Naval — Rio de Janeiro, 1954.
- Santa Catarina no século XVI* — Lucas Alexandre Boiteux — Imprensa Oficial — Florianópolis, 1950.
- Figuras do Passado Catarinense* — Lucas Alexandre Boiteux — Florianópolis, 1954.

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE MAIO DE 1955

- Subsidio à Genealogia Cuiabana «Leme Figueiredo»* — Fernando A. Vaz de Figueiredo — Batista de Sousa — Rio de Janeiro, 1953.
- Discursos Parlamentares* — Vol. XXV — 1898 — tomo VI — Rui Barbosa — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1953.
- Louis XIV, William III, and the Baltie Crisis of 1683* — vol. 49 — Andrew Lossky — University of California — Los Angeles, 1954.
- William of Hornes Lord of Hèze and the Revolt of the Netherlands (1576-1580)* — vol. 51 — Gordon Griffiths — University of California — Los Angeles, 1954.
- Garibaldi e Anita* — Brasil Gerson — Editora Sousa — Rio de Janeiro, 1953.
- Relação discriminada de documentos das coleções supra mencionadas* — 4.º Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo. Diretor, Dr. Eugênio Vilhena de Moraes — Artes Gráficas — Rio de Janeiro, 1954.
- Breve, verdadeira e autêntica relação das últimas tiranias e crueldades que os pérfidos holandeses usaram com os moradores do Rio Grande*. Diretor, Dr. Eugênio Vilhena de Moraes — Artes Gráficas — Rio de Janeiro, 1954.
- A obrigatoriedade do Estágio para o Exercício da Advocacia* — Rui de Azevedo Sodré — São Paulo, 1955.
- Os Franciscanos no Sul do Brasil durante o Século XVIII* — Frei Basilio Rover, O.F.M. — Edit. Vozes Ltda. — Petrópolis, 1954.
- Leis, Decretos e Atos* — Abril a junho de 1954 — Professor Engenheiro Ildo Meneghetti — Gráfica Santa Teresinha — Porto Alegre, 1954.
- El Canto de Buen Amor* — Clemente Pereda — Tipografia Vargas S.A. — Caracas, 1953.
- Bolivar, Libertador y Estadista* — Angel Francisco Brice — Talleres Civa S.A. — Caracas, 1953.
- Principal Results About the Reactivity of Solids* — Y. A. Hedvael — I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1954.
- Das Werden der brasilianischen Nation* — Karl Heinrich Oberacker — Inst.º H. Staden — São Paulo, 1955.

- Hulha Branca* (Oferta do Dr. Virgílio) — Ramiro Berbert de Castro — Tipografia Batista de Sousa — Rio de Janeiro, 1945.
- Peron um Confronto entre Argentina e o Brasil* (Oferta do Dr. Virgílio) — Mário Martins — Editora Getúlio Costa — Rio de Janeiro, 1950.
- Guia del Museo de La Plata* (Oferta do Dr. Virgílio) — Dr. Luis Maria Torres — Editora Coni — La Plata, 1927.
- La Provincia de Cuyo del Reino de Chile. I e II* — Juan Luis Espejo — Imprenta Universitaria — Santiago de Chile, 1954.
- El Conquistador Francisco de Aguirre* — Luiz Silva Lezaeta — Imprenta Universitaria — Santiago de Chile, 1953.
- El Conquistador Francisco de Aguirre* — Ernesto Greve — Editora Universitaria — Chile, 1953.
- Catalogo Breve de la Biblioteca Americana* — Tomo I e II — J. T. Medina — Editora Universitaria — Chile, 1953-54.
- Cartas de Pedro de Valdivia* — José Toribio Medina — Editora Universitaria — Chile, 1953.
- Viva El Rey Gazeta del Gobierno de Chile* — II — Impr. Cultura — Chile, 1954.
- Eduardo de la Barra* — Paginas Escogidas — Raul Silva Castro — Impr. Universo — Chile, 1952.
- Gazeta Ministerial de Chile* — 1918.
- Primeiro caso de Teratopagia registrado no Brasil á luz de um documento do Arquivo Nacional, separata da «Revista Brasileira de História da Medicina»* — 1.º trimestre de 1953 — vol. IV — n.º 1 — Rodolfo Vilhena — Rio de Janeiro, 1953.
- A Flora do Carbonífero Inferior de Teresina, Piauí* — Elias Dolianiti — Gráfica I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1954.

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE JUNHO DE 1955

- História das ruas do Rio de Janeiro* — Brasil Gerson — Editora Souza — Rio de Janeiro, 1954.
- Ensino superior no Brasil* — Legislação e Jurisprudência Federais — vols. I e II — A a H. Gráfica Olímpica Editora — Rio de Janeiro, 1954.
- Presencia de Urquiza con una selección documental* — Beatriz Bosch — Editorial Raigal — Buenos Aires, 1953.
- Elogio de Arduino Bolivar* — Salomão de Vasconcelos — Belo Horizonte, 1953.
- História da Câmara Municipal da Cidade do Salvador* — Afonso Rui — Oficina Tipográfica Manú — Salvador, 1953.
- Descoberta e Conquista de Novas Plantas* (Separata) — Carlos Studart Filho — Editora Instituto do Ceará — Ceará, 1954.
- Sonetos & Poemas* — Álvaro Faria — Irmãos Pongetti — Rio de Janeiro, 1955.
- Francisco de Castro* — Oráculo da Medicina Brasileira — Jaime de Sá Meneses — Gonçalves Moniz — Salvador, 1954.
- O Tupi na Geografia Nacional* — 4ª edição — Teodoro Sampaio — Gonçalves Moniz — Salvador, 1955.
- Datos de Etnografía Pehuenche del Libertador José de San Martin* — Milciades Alejo Vignati — Coni — Buenos Aires, 1953.

- Aportes al Conocimiento Antropológico de la Provincia de Mendoza* — Milciades Alejo Vignati — Coni — Buenos Aires, 1953.
- A Verdade Histórica sobre a Fronteira Brasil-Paraguai ao Sul de Mato Grosso* — Gal. Silveira de Melo.
- Movimento Eucarístico Brasileiro no tempo de Nóbrega 1549-1570* — Serafim Leite S. J. — Tipografia Pôrto Médico Ltda. — Lisboa, 1955.
- Documentos para a História do Açúcar* — vol. I — Legislação (1534-1596) — Gráfica Olímpica Editora — Rio de Janeiro, 1954.
- Perfil de Educador* — Abner de Vasconcelos — Editora Aurora — Rio de Janeiro, 1955.
- Les chiens enragés* — Gilbert Sigaux — Julliard — Paris, 1949.
- Leis, Decretos e Ato*s — Julho e setembro de 1954 — Professor Engenheiro Ildo Meneghetti — Gráfica Santa Teresinha Ltda. — Pôrto Alegre, 1954.
- Summary The Revival of Sculpture in Indonesia* — Professor Dr. Sardjito — Negeri — Indonesia — 1953.
- Discursos Parlamentares* — Vol. XXVI, 1889 — tomo II — Rui Barbosa — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1955.
- La Sanidad en las Ciudades y Pueblos de la Provincia de Buenos Aires* — Carlos A. Grau — Eva Peron — Rio de Janeiro, 1954.
- Primer Congreso de Historia de los Pueblos de la Provincia de Buenos Aires* — vol. III — Ricardo Levene.
- Writings on American History, 1950* — Editor James R. Masterson — Washington, 1950.
- Annual Report of the American Historical Association* — vol. I — U. S. Government — Printing Office — Washington, 1953.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE ABRIL DE 1955

- Engenharia* — ano XIII — volume XIII — fevereiro de 1955 — n.º 147. São Paulo.
- Anais da Academia Brasileira de Ciências* — 31 de dezembro de 1954 — ns. 3 e 4 — vol. 26 — Rio de Janeiro.
- Ocidente* — ns. 191, 192 e 202 — vols. XLVI-XLVIII — março e abril de 1954 e fevereiro de 1955. Lisboa.
- Revista de Portugal* — n.º 132 — vol. XX — fevereiro de 1955. Lisboa.
- The Americas* — january, 1955 — volume XI — number 3. Washington.
- Revista Geográfica* — n.º 40 — tomo XIV — 1.º semestre de 1954 — Rio de Janeiro.
- Acta Agronomica* — n.º 4 — outubro, 1954 — volumen IV. Colombia.
- State Geological Survey* — Report of Investigations — n.º 176. Urbana, Illinois.
- Contributions from the Museum of Paleontology University of Michigan* — october 15, 1954. Ann Arbor.
- O Mossorense* — 6 de fevereiro de 1955 — n.º 444 — ano IX. Rio Grande do Norte.
- Katalog* — ns. 56-57 — «Journalfranz» — Wurzburg.
- Boletín Cultural Mexicano* — enero de 1955 — n.º 33. México.
- Lista Diplomática* — fevereiro de 1955. Rio de Janeiro.

- Bulletin des Études Portugaises et de L'Institut Français au Portugal* — nouvelle serie — tome dix — septième 1953. Coimbra.
- Revista Nacional* — tomo LXI — año XVII — febrero de 1954 — n.º 182. Uruguay.
- The United States National Museum — Annual Report for the Year Ended* — june 30, 1954. Washington.
- Sobre o Tratado Luso-Brasileiro de Amizade e Consulta* (O Pensamento de Salazar) — Lisboa, 1954.
- Cuadernos del Instituto Interamericano de Historia Municipal e Institucional* — n.º 9 — La Habana.
- Brazilia Esperantisto* — novembro — dezembro, 1954 — n.º 488-489 — 48 — A. Jaro.
- Reichsbund* — januar — februar — 1955 — n.º 1 e 2 — 9 jahrgang.
- Liga Marítima Brasileira* — ano XLVIII — novembro de 1954 — n.º 563. Rio de Janeiro.
- Boletin de la Academia Nacional de Historia* — julio — diciembre de 1954 — n.º 84 — vol. XXXIX. Quito.
- Revista Ecuatoriana de Educacion* — n.º 34 — diciembre, 1954 — año VIII. Quito.
- Digesto Economico* — janeiro de 1952 e agosto de 1953 — ns. 86 e 105 — ano IX. Rio de Janeiro.
- State Geological Survey — Report of Investigations* n.º 175 e Illinois Petroleum n.º 71. Urbana. Illinois.
- Noticiario das Nações Unidas* — fevereiro 1955 — n.º 2 — ano 5. Rio de Janeiro.
- Revista Cartográfica* — año 3 — n.º 3 — 1954. Buenos Aires.
- Catalogo* — Iliffe Books — 1955. London.
- Revista Shell* — n.º 70. Rio de Janeiro.
- Moçambique* — setembro 1954 — n.º 79. Lourenço Marques.
- Memoria* — Tercer Congreso Interamericano Regional de Turismo. La Habana, 1953.
- VI Reunion Panamericana de Consulta sobre Cartografía de 12 al 24 de octubre de 1952* — Trujillo.
- Catalogue* — troisième de Livres Rares. 1955. Paris.
- Letras del Ecuador* — dezembro de 1954 — n.º 100 — año X. Quito.
- Universidad Pontificia Bolivariana* — julio de 1954 — n.º 71 — vol. XIX. Colombia.
- Anales de la Universidad Central de Venezuela* — abril-diciembre de 1954 — XXXVII — XXXVIII — XXXIX. Caracas.
- Bando* — ns. 6 e 7 — vol. IV — anos V-VI — julho-agosto de 1954 e janeiro de 1955. Rio Grande do Norte.
- Rodovia* — n.º 179 — janeiro 1955 — ano XVI. Rio de Janeiro.
- Revista do Serviço Público* — ano XVII — vol. IV — ns. 1 e 2 — outubro e novembro de 1954. Rio de Janeiro.
- Revista Brasileira de Estatística* — outubro-dezembro de 1954 — n.º 60 — ano XV. Rio de Janeiro.
- Notícias da Indonésia* — 17 de março de 1955 — n.º 3 — vol. II. Rio de Janeiro.

- O Conselho de Santo Tirso — Boletim Cultural* — n.º 4 — vol. III — Santo Tirso.
- Temas Economicos* — diciembre-enero de 1954-55, ns. 47-78 — ano V — Caracas.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe* — n.º 21 — 1951-1954 — vol. XVI. Aracaju.
- Uberlândia Ilustrada* — n.º 19 — março, 1955. Minas.
- Brasília* — volume VIII. Coimbra, 1953.
- Trabajos y Conferencias* — n.º 4, 1954. Madrid.
- Bulletin of the New York Public Library* — march 1955 — number 3 — volume 59. New York.
- O Mossoroense* — 13-7 e 19 de fevereiro de 1955 e 6 de março de 1955 — ns. 445 — 446 — 447 — 448 e 449 — ano IX — Rio Grande do Norte. Mossoró.
- Informação Agrícola* — fevereiro e março de 1955 — ns. 112 e 113 — ano IX. Rio de Janeiro.
- Catalogue 86* — january 1955. Rare Books. London.
- Boletín del Instituto de Antropología* — septiembre 1954 — vol. I — n.º 2 — Colômbia.
- Correio do Senac* — ano VI — n.º 143 — janeiro de 1955. Rio de Janeiro.
- Boletim Linotípico* — n.º 82 — 1954. Nova York.
- O Puritano* — 10 de março de 1955 — n.º 2.075 — ano LVI. Rio de Janeiro.
- Boletim Informativo* — ano VII — março 1955 — n.º 3 — São Paulo.
- Boletín Cultural Mexicano* — diciembre de 1954 e febrero de 1955. México.
- Deutsche Bibliographie das Deutsche Buch* — heft 6 — 1954. Frankfurt/M.
- Catalogo — Opere di Cultura* — guigno 1954. Itália.
- Estudios Americanos* — ns. 38-39 — vol. VIII — nov. dic. 1954. Sevilla.
- Estatística Agrícola*, 1950. Lourenço Marques.
- O Puritano* — 10 de abril de 1955 — n.º 2.076 — ano LVI. Rio de Janeiro.
- Vida Presbiteriana* — 25 de março de 1955 — n.º 3. Rio de Janeiro.
- O Conselho de Santo Tirso — Boletim Cultural* — vol. 3 — n.º 4 — 1955. Santo Tirso.
- Glasnik* — ns. 1 a 7 — vol. I — 1954, Yugoslavia.
- Revista de História* — vol. V — ns. 30-31 — julio a diciembre de 1954. Colombia.
- Boletim da Academia das Ciencias de Lisboa* — outubro a dezembro de 1954. Nova série — vol. XXVI. Lisboa.
- Revista de Portugal* — n.º 133 — vol. XX — março 1955. Lisboa.
- Belgique Amerique Latine* — février 1955 — n.º 113 — 22e Année. Bruxelles.
- Polônia de Hoje* — fevereiro de 1955 — ano IX — n.º 2. Rio de Janeiro.
- Triângulo* — 20 de febrero de 1955 — n.º 6 — ano V. Cuba.
- Boletim do Colegio Brasileiro de Cirurgições* — vol. XXVI — n.º 1 — janeiro de 1953. Rio de Janeiro.
- Bulletin of the New York Public Library* — february 1955 — number 2 — volume 59. New York.
- Revista Marítima Brasileira* — setembro de 1954 — n.º 3 — ano LXXIV. Rio de Janeiro.

- Revista da Liga Marítima Brasileira* — janeiro 1955 — n.º 565 — ano XLVIII. Rio de Janeiro.
- Brasil Açucareiro* — dezembro 1954 — n.º 6 — vol. XLIV — ano XXII. Rio de Janeiro.
- Revista Meteorológica* — año XIII — n.º 47 — diciembre 1954. Montevideo.
- Engenharia* — vol. XIII — Ano XIII — n.º 148 — março de 1955. São Paulo.
- Revista Casa de la Cultura Ecuatoriana* — vol. VII — enero-diciembre de 1954 — n.º 15 — Quito — Ecuador.
- Boletín de Informaciones Científicas Nacionales* — n.º 66 — diciembre de 1954 — vol. VII — Quito — Ecuador.
- Brasil Açucareiro* — ano XXIII — vol. XLV — janeiro 1955 — n.º 1. Rio de Janeiro.
- Subsídios para a História Marítima do Brasil* — vol. XIII — 1955. Rio de Janeiro.
- Bollettino Civico Istituto Colombiano* — ottobre-diciembre de 1954 — n.º 4 — anno II. Genova.
- Revista Du Pont* — vol. IV — n.º 1 — fevereiro-março 1955. Washington.
- Liga Marítima Brasileira* — fevereiro 1955, n.º 566 — ano XLVIII. Rio de Janeiro.
- Saúde* — maio de 1955 — n.º 89 — ano VII. Rio de Janeiro.
- Revista Shell* — n.º 67 — abril — maio — junho de 1954. Rio de Janeiro.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE MAIO DE 1955

- Correio de Uberlândia* — ns. 21 — 22 — 24 — 26 — 28 — 29 — 31 — Minas.
- Lista Diplomática* — março de 1955. Rio de Janeiro.
- Boletín de Historia y Antigüedades* — mayo — junio — julio a agosto de 1954 — ns. 475-476-477 — vol. XLI. Bogotá.
- Catalogo (Antiquariats)* — Sprachen und Kulturen — n.º 2.
- Revista do Serviço Público* — setembro e dezembro de 1954 — n.º 3 — vols. III e IV — ano XVII. Rio de Janeiro.
- Boletín Indigenista* — marzo 1955 — n.º 1 — vol. XV. México.
- América Indígena* — n.º 2 — abril 1955 — vol. XV. México.
- Endeavour* — enero, 1955 — n.º 53 — vol. XIV. Londres.
- Bulletin Société Suisse des Americanistes* — mars 1955 — n.º 9 — Genève — Suisse.
- Anuário da Diretoria do Serviço Geográfico* — n.º 4 — 1951-52. Rio de Janeiro.
- O Puritano* — 10 de março de 1955 — n.º 2.075. Rio de Janeiro.
- Da Índia Distante* — 1 de abril de 1955 — n.º 101 (Boletim). Rio de Janeiro.
- Institute of Historical Research (Índice)* — january 1955. London.
- The Geographical Review* — vol. XLIV, 1954 (Índice) New York.
- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos* — abril, 1955 — n.º 142 — ano XII. Rio de Janeiro.
- Catálogo* — n.º 96 — februar 1955 — winter 1954-55. Frankfurt.

- Correio do Senac* — fevereiro de 1955 — n.º 144 — ano VI. Rio de Janeiro.
- Ocidente* — n.º 204 — volume XLVIII — abril 1955. Lisboa.
- Acta Agronomica* — enero, 1955 — n.º 1 — vol. V. Colômbia.
- Bulletin of Information* — march 5, 1955 — n.º 9. New York.
- La Polonia de Hoy* — 1954. Varsóvia.
- Geographical Review* — abril 1955, number 2 — vol. XLV. New York.
- Memória* — VII Convencion Nacional de Turismo. 1954. La Habana.
- Polônia* — n.º 1 (5) — n.º 2 (6). 1955. Varsóvia.
- Imagens de Ciudades Polacas*. 1955. Varsóvia.
- Notícias da Indonésia* — n.º 4 — vol. II — 17 de abril de 1955. Rio de Janeiro.
- Despues del Trabajo*. 1954. Varsóvia.
- Boletim Informativo* — janeiro-fevereiro de 1955 — n.º 1 — ano I. Rio de Janeiro.
- Correio do Senac* — 15 de março de 1955 — n.º 145 — ano VI. Rio de Janeiro.
- Ocidente* — n.º 192 — vol. XLVI — abril de 1954. Lisboa.
- Catálogo*. Berlin.
- Annual Report of the Librarian of Congress for the Fiscal year ending* — june 30, 1954. Washington.
- International Organization* — vol. IX — n.º 1 — february, 1955. Boston.
- Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul* — n.º 4 — ano III — 1954. Pôrto Alegre.
- Catálogo* — Sammlung Die Universitat — Verlag.
- O Mossoroense* — 20 de março e 3 de abril de 1955 — ns. 450-452 — ano IX. Mossoró. Rio Grande do Norte.
- Catalogo* — Boletín Bibliografico 1954. Madrid.
- Observatório Campos Rodrigues*. Lourenço Marques.
- Saúde* — abril de 1955 — n.º 88 — ano VIII. Rio de Janeiro.
- Catalogo* — Opere di Cultura — Giugno 1954. Itália.
- Noticiário das Nações Unidas* — março 1955 — n.º 3 — ano 5. Rio de Janeiro.
- Revista Genealógica Latina* — 1.º e 2.º semestre de 1954 — n.º 6 — ano VI. São Paulo.
- Rodovia* — fevereiro 1955 — n.º 180 — ano XVI. Rio de Janeiro.
- Revista da Liga Marítima Brasileira* — março 1955, n.º 567 — ano XLVIII. Rio de Janeiro.
- Douro Litoral* — sexta-série — VII-VIII. 1955. Pôrto.
- O Mossoroense* — n.º 451 — 27 de março de 1955 — ano IX. Rio Grande do Norte.
- Correio de Uberlândia* — 30 de abril de 1955. Minas Gerais.
- Acción Indigenista* — n.º 15 — sep. 1954. México.
- Revista de Portugal* — n.º 134 — vol. XX — abril 1955. Lisboa.
- Catalogue 9* — 1955. Old Medical and Scientific Books. London.
- Boletín da Associação Brasileira de Imprensa* — Março de 1955 — N.º 35. Rio de Janeiro.

- XXV Aniversario de la Fundación del Departamento de Bibliotecas de la Secretaría de Hacienda y Crédito Público* — octubre 1953. Mexico, D.F.
- The Geographical Journal* — march 1955 — vol. CXXI — part 1. London.
- Revista da Academia Friburguense de Letras* — dezembro de 1954 — n.º 2 — ano II. Nova Friburgo.
- Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul* — n.º 4 — ano III — 1954 — Pôrto Alegre.
- Boletín Bibliográfico Nacional* — años 1952 y 1953 — n.º 31. Buenos Aires.
- Estado de São Paulo (Censo Demográfico) VI Recenseamento geral do Brasil 1950*. Rio de Janeiro.
- Estado de Minas Gerais (Censo Demográfico) VI Recenseamento geral do Brasil, 1950*. Rio de Janeiro.
- Anuário de la Prensa Chilena* — 1877-1885 — Santiago.
- Publicaciones Periódicas Chilenas* — Anuários de 1937 y 1938. Santiago.
- Anuário de Publicaciones Periódicas Chilenas* — 1952 y 1953. Santiago.
- Rodovia* — março 1955 — n.º 181 — ano XVI. Rio de Janeiro.
- Anales de la Universidad de Chile* — primer trimestre de 1954 — n.º 93 — año CXIII. Chile.
- Bulletin of the New York Public Library* — april 1955, number 4, volume 59. New York.
- Correio de Uberlândia* — 2, 4, 5, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 21, 23, 25, 26, 27, 28 e 30 de abril de 1955. Minas Gerais.
- The Florida Historical Quarterly* — numbers 3 and 4 — january — april 1955 — volume XXXIII. Gainesville.
- Ayacucho* — febrero de 1955 — n.º 10 — año IV. Ayacucho.
- O Puritano* — 25 de abril de 1955 — n.º 2077 — ano LVI. Rio de Janeiro.
- Boletín Informativo de las Publicaciones Recibidas* — octubre — diciembre de 1954. Caracas.
- Boletín Bibliográfico* — n.º 74. Madrid.
- Boletín Gráfico. Ediciones Arayú* — n.º 8. Buenos Aires.
- Noticiario das Nações Unidas* — abril 1955 — n.º 4 — ano 5. Rio de Janeiro.
- Revista Colombiana de Antropologia* — vol. III — ano 1954. Bogotá — Colômbia.
- Cuadernos del Instituto Interamericano de Historia Municipal e Institucional* — n.º 11 — diciembre, 1954. La Habana.
- Brasil Açucareiro* — fevereiro 1955 — n.º 2 — vol. XLV — ano XXIII. Rio de Janeiro.
- Engenharia* — ano XIII — vol. XIII — abril de 1955 — n.º 149. São Paulo.
- Revista Nacional* — tomo LXI — año XVII — marzo de 1954 — n.º 183. Uruguay.
- A Fátima Brasileira* — maio 1955 — n.º 1 — ano I. Rio de Janeiro.
- Ayacucho* — junio 1954 — n.º 6 — año III. Ayacucho.
- Catalogue n.º 752* — 1955 — A Catalogue of Books. London.
- Notas e Informaciones Ciencias Sociales* — diciembre 1954, índice vol. V — febrero de 1955 — volumen VI — n.º 31. Washington.
- Triangulo* — 20 de marzo de 1955 — n.º 7 — año V. La Habana.

- Serviço meteorológico del Uruguay* — julio, agosto, setiembre, octubre, noviembre e diciembre de 1954. Montevideo.
- Notícias da Indonésia* — 17 de maio de 1955 — n.º 4 — vol. II — Rio de Janeiro.
- Catalogo* — Libros de España — n.º 2 — abril, 1953. Madrid.
- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos* — maio de 1955 — n.º 143 — ano XII — Rio de Janeiro.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE JUNHO DE 1955

- Revista Ecuatoriana de Educacion* — n.º 35 — enero — febrero de 1955 — año VIII. Quito.
- Boletín de Informaciones Científicas Nacionales* — n.º 67 — enero — febrero de 1955 — vol. VII. Quito.
- Diário Oficial do Estado de Sergipe* — 4 de maio de 1955 — n.º 12.023 — ano XXXVII, Aracaju.
- Boletim do Arquivo Historico e da Biblioteca do Museu de Angola* — n.º 14 — abril de 1954. Luanda.
- Nação Brasileira* — ano XXXII — n.º 381 — maio de 1955 — Rio de Janeiro.
- Földrajzi Köztemények* — 1 e 2 azám — 1955 — III (LXXIX) kotet. Hongrie.
- Revista de Portugal* — n.º 126 — vol. XIX — junho 1954. Lisboa.
- Catalogue 201. Interesting Spanish Books.* Holland.
- História do Ceará* — monografia n.º 3 — 1.º tomo. Ceará.
- The Americas* — vol. XI — april 1955 — number 4. Washington.
- The Catholic Historical Review* — april 1955 — n.º 1 — vol. XLI. Washington.
- O Mossoroense* — 1 de maio de 1955 — n.º 455 — ano IX. Mossoró — Rio Grande do Norte.
- Divisão de Geologia e Mineralogia — Notas preliminares e estudos* — Números 78 a 90 — avulso n.º 34. Rio de Janeiro, 1954. I.B.G.E.
- Trabalhos Técnicos da Divisão de Cartografia* — novembro 1954, I.B.G.E. Rio de Janeiro.
- Boletín Cultural Mexicano* — marzo — abril de 1955 — n.º 35. México.
- Boletim Informativo* — março-abril de 1955 — n.º 2 — ano I. Rio de Janeiro.
- Noticiários das Nações Unidas* — maio de 1955 — n.º 5 — ano 5. Rio de Janeiro.
- Europa and die Niederdeutsche Welt* — 1-2 — 1955. Lubeck.
- Revista de Historia de America* — ene — dic. de 1954 — ns. 37-38 — c/índice ns. 35 y 36 — junio y diciembre de 1953. México.
- Revista Jurídica* — vol. XI — 1952-1953. Rio de Janeiro.
- Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* — n.º 75 — 1948-49. Bahia.
- Polônia de Hoje* — março de 1955 — n.º 3 — ano IX. Rio de Janeiro.
- A Verdade* — n.º 4 — 25 de maio de 1955 — ano I. Rio de Janeiro.
- O Puritano* — 10 e 25 de maio de 1955 — ns. 2.078/9 — Rio de Janeiro.
- Anales del Museo de la Ciudad Eva Peron* 1953. Buenos Aires.

- Revista Shell* — n.º 71 — junho 1955. Rio de Janeiro.
- IV Congresso das Academias de Letras e de Intelectuais* — boletim n.º 1 — setembro de 1946. Rio de Janeiro.
- Correio do Senac* — ns. 146-147 — ano VI — 15 de abril e de maio de 1955. Rio de Janeiro.
- Catalogue* n.º 753, 1955. Books on Transport through the Ages Land, Sea and Air. London.
- Boletim do Instituto Vital Brasil* — julho-dezembro de 1954. Niterói.
- Boletín de la Sociedad Chihuahuense de Estudios Historicos* — ns. 7 e 8 — tomo 8 — abril, maio y junio a diciembre de 1954. Chihuahua.
- The World of Learning*. 1955. London.
- Revista da Liga Marítima Brasileira* — abril 1955 — n.º 568 — ano XLVIII. Rio de Janeiro.
- List of Publications on the Geology, Mineral, Resources and Mineral Industries* — June 1954. Urbana, Illinois.
- Catalogo* — Lista n.º 23 — fevereiro 1955. São Paulo.
- State Geological Survey* — Report of Investigations — 177-178. Urbana Illinois.
- Bulletin of Information* — May 14 — 1955 — n.º 19. New York.
- Boletim mensal das observações meteorológicas feitas nas estações da Província* — agosto e setembro de 1954 — ns. 8 e 9 — ano XXI. Lourenço Marques.
- Catálogo* — List III. Islands.
- Catalogo da Biblioteca* — 2ª edição atualizada. 1954. Rio de Janeiro.
- Deutsche Bibliographie des Deutsche Buch* — heft 1-1955. Frankfurt/M.
- Catalogue 52* — Old and Rare Books Copenhagen.
- Universitas Emeritensis* — nueva época, año II — enero 1955. Venezuela.
- Humanidades* — vol. XXXIV — seccion historia. Buenos Aires.
- Trabajos y Comunicaciones* — vol. 4. Buenos Aires.
- Da Índia Distante* — Boletim n.º 105 — 1.º de junho de 1955. Rio de Janeiro.
- Bulletin of the New York Public Library* — May 1955 — number 5 — volume 59 — New York.
- Catalogo* — New Books Macmillan — January-June 1955 — New York.
- Boletín Bibliográfico* — ns. de 1 a 34 — 20 de noviembre de 1954 — a 1 de abril de 1955. Mexico, D.F.
- O Puritano* — 10 de junho de 1955 — n.º 2.080 — ano LVII. Rio de Janeiro.
- Correio de Uberlândia* — de 2 a 29 de maio de 1955 — ano XVIII. Minas Gerais.
- Anales del Instituto Etnico Nacional* — tomo IV — año 1951. Buenos Aires.
- Estudios Americanos* — n.º 42 — vol. IX — marzo de 1955. Sevilla.
- Brasil Açucareiro* — ano XXIII — vol. XLV — março 1955 — n.º 3. Rio de Janeiro.
- IX Assembléia Geral e XVIII Congresso Internacional de Geografia* — 9 a 18 de agosto de 1956. Primeira Circular — dezembro de 1954. Rio de Janeiro.

Catalogue — n.º 51 — mars, 1955 Libres Ancien et Modernes rares ou curieux relatifs à l'Orient, Paris.

Informação Agrícola — abril de 1955 — n.º 114 — ano VIII. Rio de Janeiro.

Przegląd Geograficzny — tom XXVI — zeszyt 4. Warszawa 1954.

Noticiário das Nações Unidas — junho 1955 — n.º 6 — ano 5. Rio de Janeiro.

Accion Indigenista — oct. nov. de 1954 — ns. 16-17 — México.

Problemas e Soluções (Carta mensal do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio — ano I — n.º 2 — maio 1955. Rio de Janeiro.

ESTATISTICA

ESTATISTICA DO INSTITUTO HISTÓRICO

| TRIMESTRE | 1955 | | | |
|----------------------------------------|-------|-------|-------|--------|
| | Abril | Maio | Junho | Total |
| Obras oferecidas | 26 | 67 | 23 | 116 |
| Revistas nacionais e estrangeiras | 94 | 88 | 114 | 296 |
| Catálogos recebidos | 8 | 10 | 11 | 29 |
| Documentos recebidos | 2 | — | — | 2 |
| Jornais recebidos | 10 | 35 | 24 | 69 |
| Mapas oferecidos | 2 | — | — | 2 |
| <i>Arquivo</i> | | | | |
| Documentos consultados | 2.252 | 2.456 | 2.530 | 7.238 |
| <i>Museu</i> | | | | |
| Visitantes | 62 | 38 | 18 | 118 |
| <i>Sala pública de leitura</i> | | | | |
| <i>Consultas :</i> | | | | |
| Obras | 6.100 | 6.563 | 6.753 | 19.416 |
| Jornais | 1.243 | 1.348 | 1.668 | 4.259 |
| Revistas | 2.262 | 2.353 | 2.841 | 7.456 |
| Mapas | 1.054 | 1.232 | 1.308 | 3.594 |
| <i>Secretaria</i> | | | | |
| Ofícios, cartas e telegramas recebidos | 98 | 87 | 128 | 313 |
| Ofícios, cartas e telegramas expedidos | 225 | 420 | 370 | 1.015 |

ÍNDICE

ABRIL A JUNHO DE 1955

Págs.

I — TRABALHOS ORIGINAIS

- 1 — *Um caricaturista brasileiro no Rio da Prata* — Por José Antônio Soares de Sousa 3
- 2 — *Vida e Obra de Varnhagen* — Por Clado Ribeiro de Lessa 85
- 3 — *O Conselheiro Dr. José Corrêa Picanço, fundador do ensino médico no Brasil* 237

II — MONOGRAFIA

- 3 — *Minas dos carjris novos* (Arquivo de Marcos Carneiro de Mendonça) 262

III — TRANSCRIÇÃO

- 4 — *Auto-retrato capistraniano* — Por Virgílio Corrêa Filho 323

IV — BIBLIOGRAFIA

- 5 — *José Honório Rodrigues* — Por Lêda Boechat Rodrigues 361

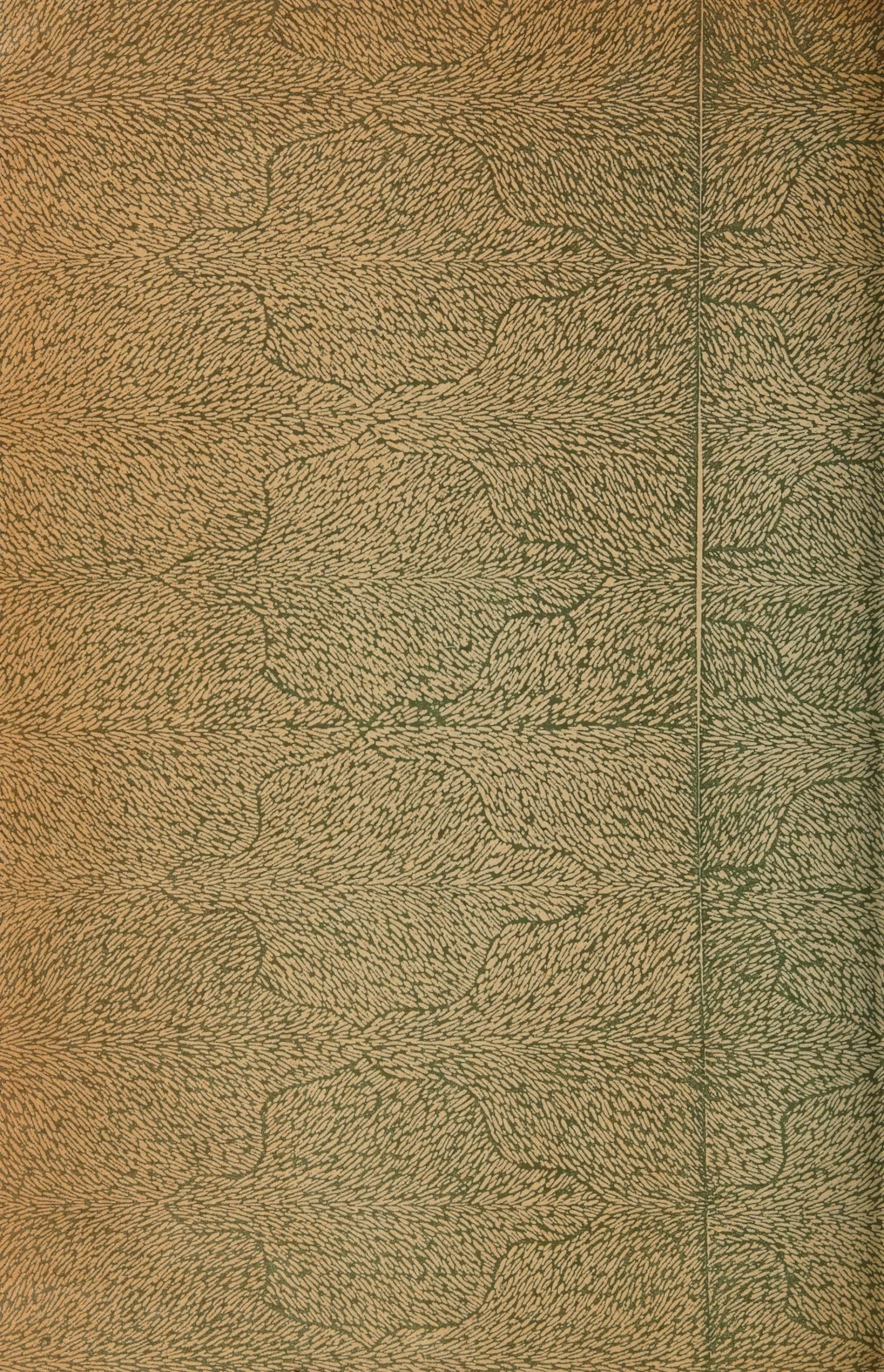
V — APRECIAÇÃO DE LIVRO

- 6 — *Temas de História e História do Direito* (Introdução à História do Direito Político Brasileiro) de José Pedro Galvão de Sousa — Por Feijó Bittencourt 392

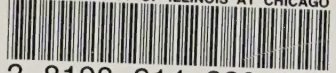
VI — PUBLICAÇÕES RECEBIDAS 414

VII — ESTATÍSTICA DO INSTITUTO 426

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1955



THE UNIVERSITY OF ILLINOIS AT CHICAGO



3 8198 314 339 084

